



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Laureano Secundino Ascensão de Macedo

IDENTIFICAÇÃO E REUNIFICAÇÃO DOS FUNDOS MADEIRENSES DISPERSOS ENTRE O ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA E O ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

LIMITES E POSSIBILIDADES

VOLUME 2

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Maio de 2022

**Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra**

**IDENTIFICAÇÃO E REUNIFICAÇÃO DOS FUN-
DOS MADEIRENSES DISPERSOS ENTRE O AR-
QUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA
DA MADEIRA E O ARQUIVO NACIONAL
TORRE DO TOMBO
Limites e Possibilidades**

Laureano Secundino Ascensão de Macedo

VOLUME 2

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Maio de 2022

Sumário

VOLUME 1

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS	XIV
Lista de quadros	xiv
Lista de tabelas	xv
Lista de figuras	xvi
Lista de gráficos	xvii
LISTA DE ACRÓNIMOS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	XVIII
INTRODUÇÃO GERAL	1
Importância do tema	2
Estudos prévios relacionados com tema	3
Identificação de lacunas de investigação	5
Apresentação genérica do caso	7
Necessidade, motivação e propósito do estudo	8
Questões de investigação	9
Objetivos de investigação	13
Apresentação e delimitação deste estudo, significado e implicações	15
Resumo dos critérios e métodos de investigação	17
Conceitos nucleares	17
Pressupostos metodológicos	19
População e amostra	19
Estrutura da tese	20
Síntese	20
PARTE I REVISÃO DE LITERATURA	22
1. Apresentação	23
1.1. Questões de investigação	24
1.2. Objetivos específicos desta Parte I	25
1.3. Estrutura da Parte I	25

2.	Arquivos deslocados, removidos, capturados, (e)migrados, fugitivos, diaspóricos? Uma revisão de escopo	27
2.1.	Questões e objetivos de investigação	30
2.2.	Materiais e métodos	31
2.3.	Resultados	39
2.4.	Discussão	51
2.5.	Nota de conclusão	61
3.	Representação da informação arquivística em arquivos deslocados: uma metassíntese de literatura científica	63
3.1.	Formulação de questões e de objetivos	66
3.2.	Materiais e métodos	68
3.3.	Resultados	77
3.4.	Discussão	112
3.5.	Conclusões e implicações	117
4.	Identificando “arquivos deslocados” em Portugal: uma metassumarização	119
4.1.	Materiais e métodos	121
4.2.	Resultados	128
4.3.	Discussão	160
4.4.	Considerações finais	162
5.	Síntese da Parte I	164
 PARTE II METODOLOGIA E MÉTODOS		166
1.	Apresentação	167
1.1.	Objetivos dos capítulos integrantes da Parte II	169
1.2.	Estruturas dos capítulos	169
2.	Configuração da investigação	171
2.1.	Quadro referencial de investigação	171
2.2.	Desenho de investigação	206
2.3.	Descrição dos procedimentos de recolha de dados, mensuração das variáveis e de análise de dados	246
2.4.	Justificação dos métodos de recolha e análise de dados	290
3.	Considerações éticas	293
4.	Síntese da Parte II	295
 VOLUME 2		
 PARTE III RESULTADOS E DISCUSSÃO		1
1.	Apresentação	2
1.1.	Objetivos da Parte III	2
1.2.	Estrutura dos capítulos	3

2.	Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional	5
2.1.	Localização, tamanho, descrição da população e critérios de seleção da amostra	5
2.2.	Seleção da amostra e análise genológico-documental dos instrumentos de acesso à informação	74
2.3.	Discussão	90
2.4.	Síntese	100
3.	Representação da informação em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual segundo o método estemático	102
3.1.	Caso crítico: <i>Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo</i> (ANTT)	103
3.2.	Casos extremos: <i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal</i> (ANTT e ABM)	122
3.3.	Discussão	166
3.4.	Síntese	177
4.	Cânone arquivístico como estrutura de representação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)	180
4.1.	“Arquivos dos arquivos”: enfoque na agência	180
4.2.	“Arquivos nos arquivos”: enfoque nas estruturas	199
4.3.	Discussão	226
4.4.	Síntese	234
5.	Síntese da Parte III	236
	CONCLUSÕES: LIMITES E POSSIBILIDADES	240
	Apresentação	241
	Consolidando a investigação e tecendo conclusões	242
	Implicações, recomendações e perspectivas futuras	256
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	262
	APÊNDICES	346

Parte III

Resultados e discussão

Muitos dêles têm particular interêsse para a História política, religiosa, e económica desta Ilha e seriam certamente consultados e estudados se pudessem regressar ao Funchal, entrando nas colecções do Arquivo Distrital.

João Cabral do Nascimento, ofício-relatório do Arquivo Distrital do Funchal à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (Arquivo Distrital do Funchal, 1934, fol. 3).

[...] parece a esta Inspeção Geral que se trata de assunto bastante delicado, porquanto o princípio da reintegração documental local determinaria, quando aceito pela Inspeção Geral e quando invocado por todos os Arquivos distritais, a desorganização e, porventura, a destruição do Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo.

Júlio Dantas, resposta ao ofício-relatório do Arquivo Distrital do Funchal de 1934-01-12 (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934a).

1. Apresentação

Os capítulos que integram a presente Parte III têm como principal propósito apresentar os resultados obtidos do estudo empírico em torno das representações da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação relativos aos fundos mencionados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Indicámos que os fundos em disputa pela sua custódia envolvem duas entidades, o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), de acordo com o citado diploma. Também, salientámos que estamos perante um caso de arquivos deslocados em contexto subnacional (Lowry 2020).

Referimos na Parte II que o corte metateórico deste estudo consiste no Realismo Crítico (Bhaskar, 1975, 1979, 1989, 2008a, 2009, 2014), adotando, para este efeito, o modelo multietápico de Dane-rmark *et al.* (2005) como base de conceção do desenho de investigação. Além disto, apoiamo-nos nas abordagens intensivas e extensivas de Sayer (1992, 2010) para imprimir um estudo de natureza mista e multimetodológica, aplicado a um estudo de casos múltiplos (Zachariadis *et al.*, 2013) e compatível com as diversas tipologias de estudo de caso causal, como a investigação covariacional e o rastreamento processual (Beach & Pedersen, 2013, 2016; Blatter & Haverland, 2014). Indicámos, igualmente, que esta estratégia é a que melhor se aproxima à ontologia estratificada de Bhas- kar, através da recolha empírica dos instrumentos de acesso à informação (eventos do domínio do empírico) e da constituição da amostra (casos crítico e extremo), obtida a partir da análise covaria- cional. Depois, realizaríamos uma prospeção aos estratos mais profundos (estratos do atual e do real), com o suporte da análise de rastreamento processual, em torno da identificação dos mecanis- mos e das estruturas subjacentes à representação da informação arquivística nos instrumentos de acesso à informação que integram a amostra. Indicámos, também, que os métodos de recolha e de análise dos dados incidem predominantemente em abordagens não reativas, *i. e.*, baseiam-se na investigação documental, com recurso a técnicas de análises de tipo genológico-documental, Este- mática e Arquivística.

Desta maneira, apresentamos a seguir os objetivos e a estrutura interna desta Parte III, explicitando os elementos constitutivos que lhe dão forma.

1.1. Objetivos da Parte III

Os objetivos dos capítulos integrantes da Parte III consistem apresentar os resultados da investiga- ção empírica de acordo com os pressupostos metodológicos indicados na Parte II *Metodologia e métodos*, mais precisamente na secção 2.3. Assim, os propósitos dos capítulos integrantes da Parte III (OG2, OG3 e OG4 enunciados na *Introdução geral*) consistem:

- (a) apresentar resultados derivados da
 - (a1) análise covariacional, através da identificação da população e constituição da amostra baseada num caso extremo e num caso crítico (capítulo 2 *Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional*);
 - (a2) análise baseada no rastreamento processual, a partir da identificação e compilação de instrumentos de acesso à informação relacionados com a amostra constituída em (a1);
- (b) demonstrar resultados dos métodos de análise de tipo
 - (b1) genológico-documental, caracterizando os instrumentos de acesso à informação que representam os fundos integrantes da amostra em (a1) (capítulo 2 *Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional*);
 - (b2) estemático, demonstrando os vínculos genealógicos entre os instrumentos de acesso à informação identificados em (a2) baseados em mecanismos de inserção, eliminação ou modificação do conteúdo em determinada meta-informação (capítulo 3 *Representação da informação em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual segundo o método estemático*);
 - (b3) documental e arquivístico, identificando os mecanismos e estruturas subjacentes aos processos de remoção e de produção de/acesso aos instrumentos de descrição relativos aos fundos identificados em (a1) a partir dos “arquivos dos arquivos” (capítulo 4 *Cânone arquivístico como estrutura de representação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)*).

1.2. Estrutura dos capítulos

A apresentação e o comentário dos resultados neste capítulo – com base em Dastjerdi, Tan e Abdullah (2017) – têm como suporte as questões formuladas na *Introdução geral (QIG2, QIG3 e QIG4)* e os métodos delineados na Parte II *Metodologia e métodos* deste estudo. A discussão em torno dos resultados é apresentada nas secções integrantes de cada capítulo, seguindo-se as conclusões.

Como indicado, os resultados são apresentados aqui por questão de investigação, descritos na secção 2.3:

- Identificação, análise e seleção dos casos (2 *Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional*);

- Representação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação (*3 Representação da informação em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual segundo o método estemático*);
- Cânone arquivístico como estrutura de representação da informação (*4 Cânone arquivístico como estrutura de representação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)*).

2. Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional

Este capítulo tem como propósito apresentar os resultados empíricos de análise covariacional aplicada a um estudo crítico-realista de casos múltiplos, correspondente à etapa de descrição e de resolução analítica de Danermark *et al.* (2005) e à abordagem extensiva de Sayer (2010). Esta secção visa responder a QIG2 “Quais são os instrumentos de acesso à informação relativos aos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?”

Como indicado em 2.3.1 (*supra*), existem dois momentos heurísticos, a saber: (1) localização, análise do tamanho, descrição da população e critérios de seleção da amostra e (2) análise genológico-documental aos instrumentos de acesso à informação.

Referimos, também, que o objetivo desta etapa consiste em constituir uma amostra intencional que represente um caso extremo e um caso crítico, partindo da seleção dos fundos referidos na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Cada um dos momentos acima indicados tem os resultados descritos aqui por subsecções.

2.1. Localização, tamanho, descrição da população e critérios de seleção da amostra

2.1.1. Localização

A Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017)⁹⁹, indica no sumário duas entidades arquivísticas, que constituem o ponto de partida deste estudo: a “Torre do Tombo” e o “Arquivo Regional da Madeira”¹⁰⁰ (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409). Refiremos estas entidades pelas siglas consagradas, respetivamente, ANTT e ABM.

⁹⁹ Os antecedentes deste diploma têm a sua origem na proposta de resolução da autoria do Grupo Parlamentar “Juntos Pelo Povo” (JPP) apresentada a 2016-05-19 na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2016), discutida no plenário em sede de XI Legislatura/II Sessão Legislativa da Assembleia Legislativa da Região a 2016-11-17 (Reunião Plenária Da Assembleia Legislativa Da Região Autónoma Da Madeira, XI Legislatura, II Sessão Legislativa (2016/2017), 2016), aprovado por unanimidade, e com texto definitivo aprovado em plenário de 2016-12-06 (Reunião Plenária Da Assembleia Legislativa Da Região Autónoma Da Madeira, XI Legislatura, II Sessão Legislativa (2016/2017), 2016).

¹⁰⁰ É importante realçar que, em contexto de XII Governo Regional, a denominação formal da instituição arquivística não era “Arquivo Regional da Madeira” mas “Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira”, unidade nuclear da Direção Regional da Cultura da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura (Portaria Da Região Autónoma Da Madeira n.º 50/2016, de 19 de Fevereiro, 2016). Optámos por esta denominação por ser mais rigorosa do que a que está publicada na Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Realce-se, também, para a denominação “Torre do Tombo”, que deve ser entendida como “Arquivo Nacional Torre do Tombo” (por vezes alternando com “Arquivo Nacional da Torre do Tombo”), como está assim denominada na alínea d), do n.º 1, do art.º 1.º da Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 2012), sendo uma unidade nuclear da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, serviço da administração central direta do Estado do Ministério da Cultura.

Nos termos indicados em 2.3.1.1, a pesquisa incidiu na localização dos fundos mencionados no supracitado diploma, a saber “Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409), a partir das entidades custodiantes, ANTT e ABM.

O objetivo desta localização consiste em aferir se o número de fundos reportados pela citada Resolução corresponde ao número de fundos descritos nestes sistemas de informação.

A localização das entidades custodiantes e dos fundos foi realizada a partir do *Portal Português de Arquivos* (PPA) da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, que implica ter recurso à Internet e a um *browser* (neste caso, recorremos ao *Google Chrome*) que possibilite a realização de buscas nos motores de pesquisa e extração de dados. Uma vez que tanto o ANTT como o ABM constituem entidades aderentes do PPA, os critérios de pesquisa apoiam-se critério *CLFm* (cf. *supra* Quadro 21), de modo a poder obter-se dados relevantes na identificação de fundos¹⁰¹.

Assim, de acordo com o fluxo de trabalho estipulado na Figura 28 (*supra*) e nos procedimentos indicados em 2.3.1.1, obtivemos os seguintes resultados, ilustrados em baixo na Figura 31:

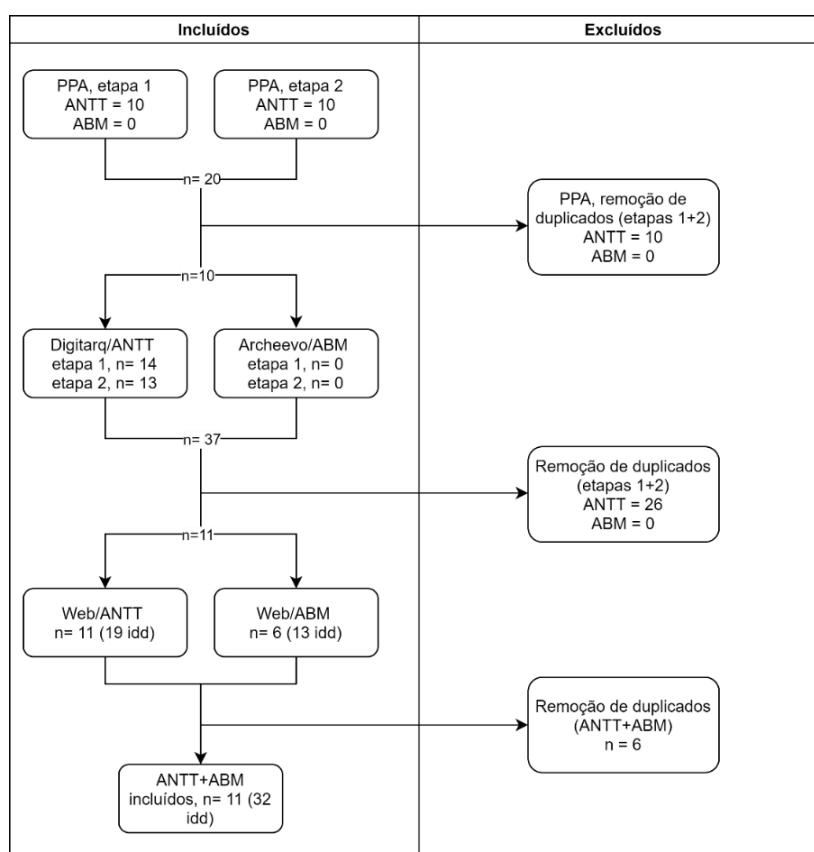


Figura 31 – Fluxo PRISMA de localização de fundos (ANTT e ABM).

Fonte: elaboração própria a partir de dados da investigação.

¹⁰¹ A denominação dos fundos/sub-fundos documentais encontra-se em itálico e, em alguns casos, representados pelas siglas atribuídas pelo ANTT.

Realizámos três tipos de triagem, que a seguir se descrevem:

Triagem 1. Recorremos aos motores de pesquisa avançados do PPA, introduzindo no metadado “História Custodial e Arquivística”, respetivamente, os descritores “9 Junho 1886” (etapa 1), em referência à Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886, e “Repartição Fazenda Funchal” (etapa 2), aplicando em ambas as etapas os filtros de “Fundo” no metadado de “Nível de Descrição” e seleccionámos “ANTT” e “Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira” no filtro de “Arquivos Aderentes”. Obtivemos 20 resultados, tendo sido realizada uma leitura de cada registo, apresentando algumas diferenças, a saber:

- (1) foram identificados duplicados dos registos pertinentes ($n= 8$) e dois não pertinentes (fundo Mosteiro do Lorvão, $n= 2$), registos, por conseguinte, excluídos;
- (2) foram incluídos dois registos que surgiram uma única vez em cada etapa, a saber: o fundo *Cabido da Sé do Funchal*, que não foi devolvido nos critérios de pesquisa da etapa 2 e o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, não devolvido na etapa 1;
- (3) não foram devolvidos registos de fundos na custódia do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

A primeira apreciação que podemos extrair desta etapa é que a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), menciona apenas cinco fundos, mas o PPA devolveu ao todo dez registos, apresentando mais cinco fundos respeitantes aos conventos masculinos procedentes do arquipélago da Madeira, a saber: *Convento de São Francisco do Funchal*, *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos*, *Convento de São Sebastião da Calheta*, *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz* e *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava*. A inclusão destes registos é motivada não só pelo facto de partilharem um mesmo espaço geográfico, aferível na denominação, mas também porque os critérios de pesquisa *CLFm* os agregaram na mesma condição que os fundos mencionados na sobredita Resolução. Além disto, nos metadados de “História Custodial e Arquivística” é indicado que “a documentação deste fundo esteve, até à data de 2002, identificada como sendo do fundo da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i, 2011h, 2011j, 2011e, 2011f). Este dado indica que a supracitada Resolução se terá baseado possivelmente num instrumento de acesso à informação anterior a 2002.

Triagem 2. Para testar se os resultados do PPA são consistentes, utilizámos os mesmos critérios de pesquisa nos portais do ANTT (*DigitArq*TM) e do ABM (*Archeevo*TM). A diferença entre os critérios *CLFm* aplicados nos motores de pesquisa do PPA reside no facto de o elemento *L* (*Locus*) estar consubstanciado na própria base de dados, *i. e.*, a base de dados é controlada pela entidade custo-

diante. Assim, após conferição de cada registo, foram obtidos 27 resultados da base dados *DigitArq*TM. Não obtivemos qualquer registo da base de dados do ABM. Cumulativamente, obtivemos 37 registos, dos quais

- (1) foram excluídos duplicados de registos pertinentes ($n= 14$) e não pertinentes (fundo *Mosteiro do Lorvão*, $n= 2$); entre os registos pertinentes, foram devolvidos três sub-fundos que não correspondiam aos critérios iniciais de pesquisa, a saber: *Confraria das Escravas de Nossa Senhora do Monte (Convento de Santa Clara do Funchal)*, *Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco (Convento de São Sebastião da Calheta)* e *Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens e do Patriarca São José (Convento de São Francisco do Funchal)*.
- (2) foi incluído um novo fundo, que não foi recuperado no PPA: *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, que, cumulativamente ao conjunto de registos incluídos, perfaz 11 fundos.

Verifica-se, assim, que os registos recuperados do PPA e do *DigitArq*TM diferem apenas em um fundo, o que quer dizer que o PPA não congrega todos os registos das entidades aderentes dentro dos critérios de pesquisa utilizados.

Triagem 3. A falta de consistência de resultados obtidos na triagem 1 e 2 a partir destes sistemas de informação requer uma pesquisa complementar nos portais institucionais, para recuperar informação a partir dos instrumentos de acesso à informação em formato de documento portátil (.pdf) ou listagens na página *web* (.html), que podem ser diversos do ponto de vista genológico (guias, inventários, roteiros, catálogos, listagens, etc.) e não necessariamente conformes às regras de descrição arquivística convencionais. Como tal a pesquisa foi conduzida em secções dos distintos portais do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2019) e do ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2017), de modo a poder determinar-se a consistência do número de fundos ($n= 11$) custodiados globalmente numa entidade (ANTT) e/ou repartidos entre entidades (ANTT e ABM). Recursivamente, a pesquisa será complementada com outros instrumentos de acesso à informação publicados tanto pelo ANTT como pelo ABM (Guerra, 1999; G. Jardim, 1999), que emergja tanto dos metadados específicos (*u. g.*, “Notas de publicação”) como, quando se revele pertinente para a caracterização da população, da pesquisa bibliográfica.

Consiste numa etapa importante para a análise covariacional em termos de poder estabelecer-se a relação entre os instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelas entidades custodiantes e os fundos descritos, e, assim, chegar-se a uma população de conjuntos documentais representativos do fenómeno de interesse em estudo.

A pesquisa iniciou-se no exame dos guias de fundos disponibilizados pelas entidades custodiantes, cujos resultados apresentamos a seguir, por entidade custodiante:

- (1) o ANTT disponibiliza no seu portal institucional três guias de fundos (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002b, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011) em formato de documento portátil (.pdf) e uma listagem de grupos de fundos com hiperligações para instrumentos descritivos mais específicos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2019). Num dos guias, identificámos fundos ($n= 3$) integrantes no subgrupo de fundos denominado “Domínios”, do grupo de fundos de “Instituições do Antigo Regime”, a saber: *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, *Alfândega do Funchal* e *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002b). Noutro guia de fundos específico sobre entidades eclesiásticas, identificámos ($n= 8$) os seguintes conjuntos documentais: *Cabido da Sé do Funchal* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011), *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011), *Convento de São Francisco do Funchal* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011), *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011), *Convento de Santa Clara do Funchal* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011), *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011), *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011) e *Convento de São Sebastião da Calheta* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002c; F. Ramos *et al.*, 2011). O mesmo número de conjuntos documentais foi identificado na listagem de grupos de fundos, contendo hiperligações para instrumentos de acesso mais específicos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2018a, 2018b, 2020). Em última análise, podemos concluir que o número de fundos na custódia do ANTT é consistente com os dados recuperados no *Digital-qTM* ($n= 11$).
- (2) No caso do ABM, compulsámos um guia publicado no boletim oficial da instituição (Arquivo Regional da Madeira, 1997) e uma listagem de fundos (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2009), que estabelece hiperligações para instrumentos de acesso mais específicos. No caso do guia publicado no boletim “Arquivo Histórico da Madeira”, identificámos no quadro de classificação (Arquivo Regional da Madeira, 1997) a presença dos seguintes conjuntos documentais: *Alfândega do Funchal* (Arquivo Regional da Madeira, 1997), *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* (Arquivo Regional da Madeira, 1997), *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (Arquivo Regional da Madeira, 1997), *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz* (Arquivo Regional da Madeira, 1997), *Convento de Santa Clara do Funchal* (Arquivo Regional da Madeira, 1997) e *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos* (Arquivo Regional da Madeira, 1997). No tocante à listagem, as ligações remeteram para instrumentos de acesso específicos: dois sobre a *Alfândega do Funchal*

(Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, 2012) e um denominado genericamente por “Conventos” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b). Sobre este último, o instrumento divide-se em duas partes (a) fundos custodiados pelo ABM ($n=4$), a saber: *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz*, *Convento de Santa Clara do Funchal* e *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos*; e (b) fundos custodiados pelo ANTT, que corresponde a um extrato do inventário publicado sob coordenação de José Mattoso e de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). É importante realçar que estes conjuntos documentais na custódia do ABM, até à data de consulta¹⁰², não se encontram representados na plataforma *Archeevo*TM (pelo menos na versão dada ao público) e os instrumentos de acesso compulsados não se encontram atualizados de acordo com as regras para a descrição arquivística. Em suma, os conjuntos documentais na custódia do ABM ($n=6$) devem ser complementados com os que se encontram no ANTT, *i. e.*, no seu conjunto, são 11 fundos e não 5, como indicado no diploma.

Uma vez que a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), realça uma disputa que envolve arquivos custodiados por entidades públicas de jurisdições distintas, *i. e.*, administração central do Estado e administração regional autónoma, não incluímos neste processo de recolha dados de entidades privadas, como, por exemplo, a Diocese do Funchal, em cujo Arquivo Histórico Diocesano coexistem fundos eclesiais (Paredes, 2015, 2019), que se encontram cindidos também entre o ABM e o ANTT. Em última análise, podemos concluir, com base nos dados disponíveis, que:

- (1) o universo de fundos ($n=11$) é composto pelas seguintes conjuntos documentais/entidades produtoras: *Alfândega do Funchal*, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, *Cabido da Sé do Funchal*, *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos*, *Convento de São Francisco do Funchal*, *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz*, *Convento de Santa Clara do Funchal*, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava*, e *Convento de São Sebastião da Calheta*;
- (2) o ANTT custódia na globalidade quatro fundos, enquanto os restantes sete fundos se encontram repartidos entre o ANTT e o ABM;

¹⁰² A data de consulta foi realizada iterativamente entre 2020-01-15 e 2020-12-30. Em 2021-09-29 não se verificaram modificações dignas de nota. Esta situação manteve-se até 2022-06-01, data de submissão da presente versão da tese. A recuperação do histórico de alterações nas páginas *web* institucionais foram realizadas em Arquivo.pt (Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2021)

- (3) partimos de uma base de análise de 32 instrumentos de acesso à informação emanados por duas entidades custodiantes que dizem respeito ao universo de fundos assinalados em (1), referenciados em 2.1.2¹⁰³;
- (4) todos os fundos custodiados pelo ANTT partilham a mesma história custodial e arquivística, designadamente o mecanismo que levou a que os conjuntos documentais tivessem sido removidos: o Decreto de 2 de Outubro de 1862 e a Portaria do Ministério do Reino, de 9 de junho de 1886.

2.1.2. *Tamanho da população*

O propósito desta subsecção consiste em apresentar o tamanho da população relativo ao conjunto de fundos ($n= 11$) identificados na subsecção anterior. Cada fundo documental é mensurável pelo número de unidades de instalação, informação passível de ser extraída dos instrumentos de acesso à informação diretamente a partir da meta-informação correspondente à “Dimensão e suporte” ou indiretamente através da contagem manual.

Os instrumentos de acesso à informação acima coligidos correspondem, em princípio, à informação mais atualizada sobre o estado dos conjuntos documentais. Deve-se, não obstante, ter presente para o facto de os instrumentos de acesso à informação serem suscetíveis a atualizações de conteúdo e de estrutura. Por exemplo, o caso dos conjuntos documentais produzidos pelos conventos masculinos madeirenses que se encontravam indistintamente integrados no fundo da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i, 2011h, 2011j, 2011e, 2011f) foram desagregados e individualizados como fundos isolados (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d), da mesma forma que foram reconduzidas unidades de instalação que se encontravam no fundo da *Alfândega do Funchal* para o fundo da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* – e vice-versa – com efeitos no cômputo global da extensão de cada conjunto documental nos instrumentos de acesso à informação (Macedo, 2019c)¹⁰⁴.

Desta forma, para estimar o tamanho da população relativo aos fundos custodiados pelo ANTT e pelo ABM, o gráfico seguinte ilustra a dimensão dos conjuntos documentais custodiados entre as entidades em apreço por unidades de instalação.

¹⁰³ Recursivamente faremos referência em nota de rodapé para outros *instrumenta* consultados, não integrando no cômputo global, designadamente do APEF e de outros *instrumenta* de acesso complementares publicados pelo ABM.

¹⁰⁴ É importante referir que o cômputo de unidades de instalação apresentado neste estudo difere dos dados de Macedo (2019c), exatamente pelo facto de as entidades custodiantes decidirem reconduzir unidades de instalação de um fundo para outro, tornando os instrumentos de acesso à informação provisórios por natureza. Neste caso, Macedo (2019c) indicou que o fundo *Alfândega do Funchal*, custodiado pelo ANTT, reportava a 2019-01-04 através da plataforma *Digitarg*TM a existência de 475 u. i. e o fundo *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, 1398 u. i. Isto significa que as descrições presentes em outros instrumentos de acesso à informação que representaram estes fundos não se encontravam estabilizados. Além disto, o cômputo de unidades de instalação recentemente incorporados da 2.ª Repartição de Finanças do Funchal pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira em 2020/2021 aponta para possíveis modificações, afetando, hipoteticamente, conjuntos documentais na custódia desta entidade, como a *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* e da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. Face a isto, assistir-se-á a incrementos no cômputo de unidades de instalação, que, de momento, não é possível apurar, sendo que o universo de unidades de instalação (ca. 12 890) permanece em aberto.

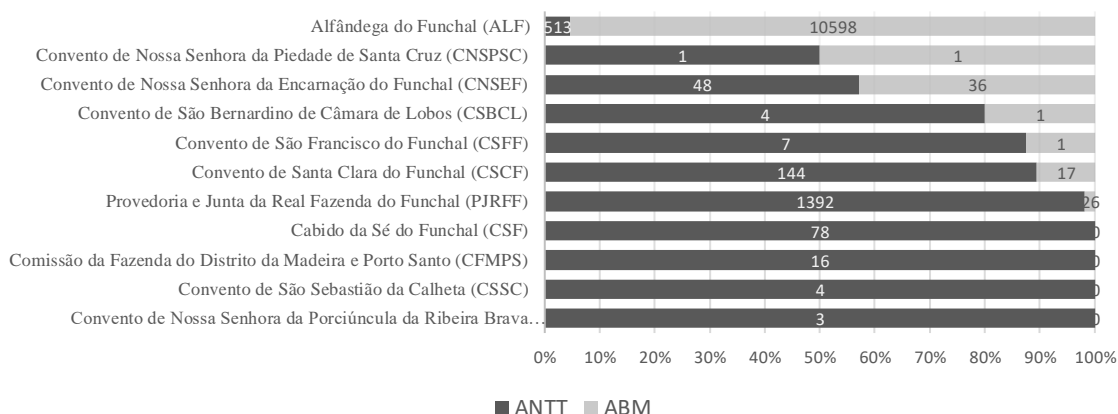


Gráfico 2 – População de fundos custodiados no ANTT e no ABM (n= 12890 u. i.).

Fonte: Elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/sarqd/>>. NB: distribuídos proporcionalmente em percentagem em u. i..

Como pode observar-se através do Gráfico 2, é possível visualizar a existência de dois grupos distintos. Indicamos quais os conjuntos documentais de cada um dos grupos, por ordem decrescente em unidades de instalação, a dimensão temporal na custódia de cada uma das entidades e as fontes de informação, a saber:

(1) **Grupo 1 (G1):** sete fundos repartidos entre o ABM e ANTT (n= 12 789):

- *Alfândega do Funchal* (ABM [1650/2000], n= 10.598 u. i. *uersus* ANTT [1620/1834], n= 513 u. i.) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, 2012);
- *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* (ABM [1649/1833], n= 26 u. i. *uersus* ANTT [1569/1834], n= 1.392 u. i.) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008m; Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 53–55);
- *Convento de Santa Clara do Funchal* (ABM [1634/1897], n= 17 u. i. *uersus* ANTT [1447/1900], n= 144 u. i.) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 182–183);
- *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (ABM [1645/1895], n= 36 u. i. *uersus* ANTT [1660/1890], n= 48 u. i.) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 178–179);
- *Convento de São Francisco do Funchal* (ABM [1710/1730], n= 1 u. i. *uersus* ANTT [1732/1832], n= 7 u. i.) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b).
- *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos* (ABM [1783/1824], n= 1 u. i. *uersus* ANTT [1792/1825], n= 4 u. i.) (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 183–184; Carvalho & Braga, 2017e);

- *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz* (ABM [1705/1710], $n= 1$ u. i. *versus* ANTT [1772/1776] $n= 1$ u. i.) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 181).

(2) **Grupo 2 (G2)**: quatro fundos que se encontram custodiados na totalidade pelo ANTT ($n= 101$ u. i.), a saber:

- *Cabido da Sé do Funchal* ($n= 78$ u. i., 1478/1861) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b);
- *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* ($n= 16$ u. i., 1834/1851) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2002b);
- *Convento de São Sebastião da Calheta* ($n= 4$ u. i., 1674/1811) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j);
- *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava* ($n= 3$ u. i., 1736/1809) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f).

Com base no exposto, a proporção de fundos entre o ANTT e o ABM reparte-se, respetivamente, entre 16,5% e 83,5% face ao total de unidades de instalação identificadas ($n= 12\ 890$). O fundo mais extenso é o da *Alfândega do Funchal*, com cerca de 86,2% do volume total de unidades de instalação, e o menos extenso é o *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz* (0,01%), ambos do G1.

Independentemente do volume documental de cada fundo, alguns dos quais aparentam ser muito fragmentários (com ≥ 10 u. i.), verifica-se que os conjuntos documentais mais antigos se encontram na custódia do ANTT, especialmente o *Convento de Santa Clara do Funchal* e o *Cabido da Sé do Funchal*, que remontam ao século XV e que se estendem por vários séculos. Acresce a isto o facto de, não obstante, os fundos do G1 apresentarem datas que indiciam lapsos temporais em determinadas séries documentais, possivelmente não assinaladas com precisão pelas entidades custodiantes. Embora esta análise covariacional se cinja ao nível do fundo, este aspeto pode ser importante, pois sugere que uma representação hipoteticamente reunificada destes fundos depende da forma como cada unidade de instalação foi descrita por ambas as entidades custodiantes, assim como as classes intermédias (secção/subsecção e série/subsérie). Evidências empíricas destas ações podem ser encontradas nos instrumentos de acesso à informação emanados pelo ANTT, designadamente na forma como esta entidade custodiante optou não só por desagregar unidades de um fundo para gerar novos fundos – como é o caso dos conventos masculinos e entidades como a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, ambos inicialmente integrados na *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* – como também por reconduzir unidades de instalação entre fundos (u. g., *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* e *Alfândega do Funchal* e *Convento de Santa Clara do Funchal* e *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*). Oscilações

no cômputo global das unidades de instalação de cada um destes fundos podem limitar a possibilidade de alcançar-se uma representação organicamente reunificada. No caso de G2, tal problema, em princípio, não se verifica, exceto se a entidade custodiante realizou reordenações distintas dentro de cada conjunto documental ou na eventualidade de este converter-se como fundos integrantes do G1. Porém, este nível de análise só poderá ser efetivamente esclarecido através de um estudo de rastreamento processual.

2.1.3. Descrição da população

Esta subsecção visa descrever cada fundo documental, não só em torno da sua estrutura física e intelectual, mas também na contextualização histórica e custodial. Para além dos elementos disponibilizados nos metadados descritivos, a contextualização histórica de cada organismo produtor é complementada com pesquisa bibliográfica. A descrição da população é apresentada aqui por fundo e, depois, por ordem decrescente de número de unidades de instalação. Ainda, seguindo o Quadro 22 (*supra*), a descrição dos conjuntos documentais e dos instrumentos de acesso à informação recuperados será realizada por zona de descrição. No caso dos conjuntos documentais do G1 (cf. 2.1.2), a apresentação será realizada por comparação entre elementos meta-informativos¹⁰⁵.

2.1.3.1. Alfândega do Funchal

Este fundo integra o G1 ($n = 11111$ u. i.), repartido entre o ANTT e o ABM. É o conjunto documental mais extenso (ca. 86,2%) em relação ao total de unidades de instalação integrantes da população de fundos em análise. Enquanto o ANTT custodia cerca de 4,6% de unidades de instalação, com predominância para informação produzida entre os séculos XVII e XVIII, o ABM possui 95,4%, com incidência para informação produzida nos séculos XIX e XX. Os instrumentos de acesso à informação respeitantes a este fundo foram recuperados a partir de bases de dados em linha (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e dois inventários em formato de documento portátil (.pdf) (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, 2012)¹⁰⁶ e o guia de fundos (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 39–41), os quais caracterizamos a seguir.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelas entidades custodiantes ao fundo apresenta diferenças. Enquanto o ANTT referencia como “PT/TT/ALF” (Arquivo Nacional da

¹⁰⁵ Colocámos em itálico a denominação dos fundos documentais como forma de distinguir-se da instituição produtora.

¹⁰⁶ Excluímos o guia de fundos do Arquivo Regional da Madeira por a descrição da Alfândega do Funchal (Arquivo Regional da Madeira, 1997) encontrar-se mais desenvolvida no IDD3 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a). O IDD3 constitui um inventário (cotas 1-1792), cujo conteúdo se encontra estruturado por uma “Identificação”, um “Quadro de Classificação (até ao nível da SC, um “Quadro de Classificação (até ao nível da SSR)” e “Inventário do Arquivo da Alfândega do Funchal”, verificando-se uma repetição deste último. O IDD3-A (cotas 1793-10598) configura um relatório de avaliação de documentação acumulada, onde consta um inventário provisório, estruturado por uma “Apresentação”, “Recursos humanos afetos”, “Caraterísticas gerais do universo documental avaliado”, “Seleção/destino final”, “Contextualização do universo documental avaliado”, “Bibliografia”, “Quadro de Classificação do arquivo da Alfândega do Funchal” e um inventário desdobrado em “Descrição ao nível da série” e “Descrição ao nível da unidade de instalação”.

Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), o ABM, por seu turno, “PT ARM ACD ALFUN” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [5])¹⁰⁷ ou, simplesmente, como constante do quadro de classificação, “ALFUN” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012, p. 14). As diferenças, respetivamente, encontram-se no metadado título: “Alfândega do Funchal” (ANTT), e “Arquivo da Alfândega do Funchal” ou “Alfândega do Funchal” (ABM), ambos os títulos atribuídos pelas entidades detentoras. No que diz respeito às datas extremas, como já indicado acima, o ANTT custodia documentação datada entre 1620 e 1834, ao passo que o ABM indica que as datas predominantes se situam entre 1834 a 2000, exceto duas unidades de instalação cujas datas são, respetivamente, 1650-1669 e 1751-1758 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [5], 15, 68-69). Do ponto de vista da dimensão e suporte, o ANTT custodia 513 u. i. (508 livros e 5 maços em suporte papel), ao passo que os diferentes instrumentos de acesso emanados pelo ABM apontam para um total de 10598 u. i., materializados em diversas tipologias¹⁰⁸. Não existindo um instrumento de acesso atualizado da parte do ABM, é previsível que sejam realizadas modificações na referenciação deste fundo.

Zona de contexto. Sendo o nome de produtor um metadado obrigatório, tal requisito aparece nos instrumentos de acesso como omissos, exceto no IDD 3-A (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012). Esta omissão, por conseguinte, obscurece a existência de outras entidades produtoras que superintenderam a Alfândega do Funchal, como “Provedoria da Fazenda do Funchal” (1508-1775) e “Junta da Real Fazenda do Funchal” (1775-1834). Supostamente, este metadado corresponderia a uma entrada de registo de autoridade em conformidade com o ISAAR(CPF), que não se dispõe¹⁰⁹.

Apesar de o metadado “História Administrativa/Biográfica/Familiar” ser um requisito opcional ao nível de descrição de fundo e subdivisões, todos os instrumentos de acesso realizam uma descrição sobre o percurso histórico da entidade produtora em texto narrativo. A extensão do texto é, não obstante, variável, com uma média de 379,7 palavras, sendo a mais extensa com 554 palavras (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, pp. 6–7) e a mais breve com 166 palavras (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Do ponto de vista do cumprimento do requisito 2.2.A3. das *Orientações para a*

¹⁰⁷ Embora o inventário IDD-3 não apresente um siglário, ARM é sigla de “Arquivo Regional da Madeira” (nível de fundo) e ACD, “Administração Central Delegada” (nível de grupo de fundos). Cf. a descrição da Alfândega do Funchal (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 39–41). No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-00000000438 - PTTTALF” (Archives Portal Europe Foundation, 2020b).

¹⁰⁸ O guia do Arquivo Regional da Madeira indicou 520 u. i. (295 livros e 225 caixas), revelando que a documentação não se encontrava, até à data, “tratada” (Arquivo Regional da Madeira 1997, 41). Referências a este guia do Arquivo Regional limitar-se-ão às notas. O IDD 3 indicou a existência de 1791 unidades de instalação “constituídos por 995 livros e pastas e 797 caixas” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data, [5]). O relatório de avaliação, que constitui o IDD 3-A, enumerou “9943 unidades de instalação: caixas, maços, livros, pastas, capilhas e rolos” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012, p. 9), apesar de constituir um inventário provisório.

¹⁰⁹ O projeto de *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (FNAA)* da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Leroux et al., 2012; Ministério da Cultura, 2015), que aplicava a norma ISAAR(CPF), encontra-se inativo há alguns anos, apesar de ser recuperável parcialmente no *Arquivo da Web Portuguesa* (Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2021). O identificador atribuído foi “fnaa:re:26258” (Direção-Geral dos Arquivos, 2016).

Descrição Arquivística (2.^a versão) (Direção-Geral dos Arquivos, 2007)¹¹⁰, os instrumentos de acesso à informação coincidem com facto de a Alfândega do Funchal ter sido criada a 15 de março de 1477 por ordem da Infanta D. Beatriz, administradora do Senhorio da Ilha da Madeira através da Ordem de Cristo¹¹¹. Não é referido o facto de, desde 1452, já estar atestada a presença dos almoxarifados nas sedes de capitania (*i. e.*, Funchal, Machico e Porto Santo) (Vieira, 2019b) e que o entreposto aduaneiro começou por ser uma estrutura ao serviço do ducado (Carita, 2019). Dado o sucesso do povoamento do arquipélago na primeira metade do século XV e dos elevados proventos da cultura de cereais e da cana-de-açúcar, entre outras matérias-primas, que transformou o Funchal como um importante entreposto comercial no Atlântico, as alfândegas foram criadas no arquipélago para “organizar o sistema tributário e combater a fuga aos direitos [do senhorio] por parte dos madeirenses” (Vieira, 2019a). A Alfândega do Funchal foi instalada inicialmente no Largo do Pelourinho e, posteriormente, na Rua dos Mercadores, funcionando nesse local desde 1517 até 1962, altura em que é mudada para as novas instalações “na nova artéria estruturante da cidade: Av. do Mar, com fachada, ainda, para a R. 5 de Outubro” (Carita, 2019, p. 288), ao passo que a antiga instalação foi recuperada para instalar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 1987. Foi seu primeiro Juiz da Alfândega, o contador Luís de Atouguia, e o primeiro *Foral e Regimento da Alfândega da ilha da Madeira* foi promulgado a 4 de julho de 1499 (Vieira, 2019a). Tendo existido diversos postos alfandegários na Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta e Santa Cruz, depois de 1515 passaram a existir apenas as Alfândegas do Funchal, de Santa Cruz e de Machico (L. de Freitas, 2004; Miranda, 1994; Serrão, 1992; J. J. A. de Sousa, 1990; É. D. Sousa & Moreira, 2001; Vieira, 2019a). Com a criação da Provedoria da Fazenda do Funchal, em 1508, esta entidade superintendeu a administração da Alfândega e da Contadoria até 1775, com a criação da Junta da Real Fazenda. A Alfândega do Funchal esteve sob a tutela desta entidade até à sua extinção por Decreto de 23 de junho de 1834 (Ministro dos Negócios da Fazenda, 1835), tendo sido criada no seu lugar uma comissão provisória dependente do Tribunal do Tesouro Público. A organização dos serviços aduaneiros ao longo do século XIX e XX encontra-se expressa em diversa legislação (Ministério das Finanças, 1941, 1965; Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1837; Sem

¹¹⁰ Sobre a escolha desta versão, cf. *supra* nota 80.

¹¹¹ Cf. Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte I, liv. 1, fol. 18 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008d), onde consta a carta de 23 de setembro de 1433 em que D. Duarte doa a título vitalício as ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta ao Infante D. Henrique, que era administrador geral da Ordem de Cristo desde 25 de maio de 1420 pela bula *In apostolice dignitatis specula* do papa Martinho V (Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1960, pp. 367–369, doc. 180). Desde o início do povoamento, o arquipélago da Madeira gozou de diversos privilégios e isenções de pagamento de dízimas e portagens relativamente à transação de bens e mercadorias entre as ilhas e a Lisboa, bem como outros portos do Reino, desde 1439 (cf. Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, f. 17v). A atribuição dos direitos de renda e de jurisdição sobre o arquipélago da Madeira foi confirmado por D. Afonso V ao Infante D. Henrique (cf. Portugal, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, f. 52v), os quais passaram para o Infante D. Fernando, Duque de Beja e de Viseu, após à morte do seu tio. Nesta circunstância, a infanta D. Beatriz, tutora do futuro rei D. Manuel I, assume, após à morte do seu esposo, o Infante D. Fernando, a administração do ducado de Viseu e o governo temporal da Ordem de Cristo por breve do papa Sisto IV a 19 de junho de 1475 (Dávila, 2017, 2019). No Tombo I do Registo da Câmara Municipal da Funchal, transcrito por Frei Diogo de Medina (séc. XVI), consta o seguinte “Eu a Infante dona beatriz titor E curador do Snñor Duque meu filho Ec^a faço Saber a vos (...) que Semdo Eu dias a Emformada E çertificada que has Remdas E Dereyts que ho Dito Snñor a deueAver Em essa ylha sam mall Recadadas E Se perdem Dellas muytas (...) Eu tenho por ymformaçam çerta que nos tempos que os naujos nesa ylha carregam Se fazem muytos E grandes com luyos E passa o feyto Em tal forma que forçada memte os Dereyts Do Dito Snñor Se nam podem bem aRecadar E muytos Delles se perdẽ por nam Ser Dada alguia booa hordem pera Se mjlor fazer (...)” (Melo, 1972, pp. 80–81= Portugal, Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Tombo I do Registo Geral, fól. 233).

entidade, 1842, 1851), como a criação de uma delegação vinculada à Alfândega do Funchal na ilha de Porto Santo (Ministério das Finanças, 1959; Ministério dos Negócios da Fazenda, 1867), delegações aduaneiras nos aeroportos insulares e portos francos (Ministério das Finanças, 1986, 1990). Embora os instrumentos de acesso, através deste metadado, tenham realçado genericamente o âmbito de atuação desta entidade em termos de arrecadação de impostos e controlo aduaneiro sobre diversos setores económicos do arquipélago¹¹² ao longo dos séculos, verifica-se que o ABM investiu numa descrição mais extensa sobre o percurso institucional da Alfândega do Funchal do que o ANTT, que não permite uma apreensão clara sobre o percurso evolutivo desta entidade.

No que concerne ao metadado de “História custodial e arquivística”, verificam-se diferenças entre os instrumentos de acesso à informação. Em primeiro lugar, os instrumentos de descrição documental do ABM não apresentam este metadado¹¹³, apesar de este constituir um requisito obrigatório de acordo com as regras de descrição arquivística. Em segundo lugar, o ANTT realiza uma descrição detalhada sobre transferências de propriedade e de custódia das unidades de descrição, indicando datas, entidades, condições que afetaram a integridade do fundo, produção de instrumentos de acesso à informação e modificações na ordem e estrutura do conjunto documental. Em primeiro lugar, a entidade custodiante refere, cumprindo com o requisito 2.3.A2 e 2.3.A3 (c f. Quadro 22 *supra*), que o fundo foi adquirido “após a extinção da Alfândega” e que a documentação tinha sido “entregue à Repartição da Fazenda do Funchal, sendo posteriormente ordenada a sua incorporação no Real Arquivo, por Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). A entidade indica, além disto, que procedeu à alteração da ordem documental, indicando que o fundo “se encontrava como subfundo nos dois primeiros instrumentos de descrição e como fundo e subfundo no catálogo em linha” e que foi “necessário tomar uma decisão quanto ao registo e o nível de descrição a optar” (requisito 2.3.A7) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Os instrumentos de acesso à informação a que esta ação se reporta dizem respeito ao “inventário L610, o *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, vol. IV, e o catálogo em linha disponível” (requisito 2.3.A8) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹¹⁴. A alteração foi decidida em 2006 (requisito 2.3.A12), criando o fundo *Alfândega do Funchal*, separando-o da *Pro-*

¹¹² Cf. projeto *Deve e Haver das Finanças da Madeira. séculos XV a XXI* (Vieira, 2014c, 2014a, 2014d).

¹¹³ No guia do Arquivo Regional da Madeira, é referido que a “documentação mais antiga da Alfândega foi incorporada na Torre do Tombo em virtude da portaria de 9 de junho de 1886. Também a «Colecção Pombalina» do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Lisboa possui diversos livros desta instituição” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 41). No IDD 3, é referida a “impossibilidade de consulta, por inexistência, tanto ao nível da própria *Alfândega do Funchal* como ao nível da Biblioteca Municipal [do Funchal], de duas obras que consideramos fundamentais para melhor percebermos o “Modus Operandi” daquela instituição: “Ordens da Direcção da Alfândega do Funchal” e “Projecto de Regulamento da Alfândega da Ilha da Madeira”” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data, [5]). Esta situação pode indiciar que tanto o arquivo como a biblioteca da Alfândega do Funchal já se encontravam fragmentados entre diversas entidades custodiantes para além do ANTT, do ABM e da própria Alfândega do Funchal.

¹¹⁴ Em relação ao inventário L610 (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000), não é indicado que este substituiu um inventário anterior, o L266-1 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008c).

vedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (requisito 2.3.A7). Tal decisão levou a que “o sub-fundo no catálogo em linha” fosse “suprimido da estrutura da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal”, resultando na “eliminação de 13 registos repetidos na Provedoria e na Alfândega, aos níveis do subfundo, da secção, da subsecção, da série e da unidade de instalação” (requisitos 2.3.A7 e 2.3.A11) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Outras ações incidiram na atualização dos “códigos de referência de acordo com os critérios actuais de descrição arquivística”, substituindo as siglas por uma “codificação alfabética” ao nível das secções e subsecções, tendo sido “corrigidos cinco códigos de referência da Alfândega do Funchal que se encontravam inseridos erradamente na estrutura e rectificadas as respectivas cotas actuais que estavam como sendo da Provedoria” (requisitos 2.3.A9 e 2.3.A11) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Ainda, é referido que os “livros com as cotas antigas, (...)”, passaram do fundo ‘Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal’ para a ‘Alfândega do Funchal’ e que as “cotas actuais dos mesmos devem ser consultadas nos respectivos registos” (requisito 2.3.A11) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). As modificações atrás indicadas incidiram, particularmente nos “livros 1 a 39, 42 a 49, 54, 55 a 60, 66, 67, 70, 73, 74, 77, 78, 80, 82, 83, 85, 88, 90, 93, 95, 97, 99, 101, 104, 107, 110, 111, 116, 117, 120, 146 a 156, 158, 159, 162, 164 a 166, 168, 171, 174, 175, 177, 179, 182, 183, 185, 186, 189, 191, 193, 194, 196, 198, 200, 202, 205 a 207, 209, 210, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 227, 229, 231, 234, 236, 241, 242, 245 a 247, 249, 251, 253, 255, 258, 260, 262, 264, 266, 267, 270, 272 a 275, 277, 284, 285, 295, 296, 299, 301, 303, 310, 313, 317, 320, 322, 324, 325, 327, 329, 330, 333, 334, 336, 339, 340, 343, 345, 347, 349, 350, 352, 355, 356, 358, 360, 362, 364, 365, 367 a 387, 397, 398, 430, 953 a 955, 956, 1633 a 1636” (requisito 2.3.A11) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Estes dados evidenciam que a decisão que levou ao ANTT modificar a estrutura e ordem dos fundos *Alfândega do Funchal e Junta e Provedoria da Real Fazenda do Funchal* (vide 2.1.3.2) foi tomada internamente, por esta ter considerado ter havido inconsistências na representação da estrutura destes fundos nos instrumentos de acesso à informação anteriores (Tremoceiro & Ramos, 2012). Não foram apresentadas informações que permitissem explicar a existência de lacunas no fundo entre as partes.

Do ponto de vista da “Fonte imediata de aquisição”, como requisito obrigatório no nível de descrição de fundo (2.4.A1), apenas o ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b) e o ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, 2012) o cumprem. No caso do ANTT, apenas menciona que o fundo foi adquirido por “incorporação ao abrigo de Portaria do Ministério do Reino”, referindo-se possivelmente à Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886, já mencionada, entretanto no metadado de “História Custodial e Arquivística”. Porém, não é indicado, por exemplo, em que data (requisito 2.4.A3) e sob que registo de controlo de entrada da entidade detentora (requisito 2.4.A8) foi adquirido este fundo. No caso do ABM, a entidade aclara que o

fundo em análise foi adquirido por incorporação¹¹⁵ ao longo dos anos, a saber: “1ª – 30 de Maio de 1951. 2ª – 21 de Maio de 1953. 3ª – 28 de Fevereiro de 1958. 4ª – 21 de Janeiro de 1964. 5ª – 20 de Outubro de 1975” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a), acrescendo a data de 16 de novembro de 2010, onde foram incorporadas 1676 u. i. com datas extremas entre 1908 e 1991 e, por último, a data de incorporação de 3 a 10 de outubro de 2012, onde deram entrada 5017 u. i. referentes ao período de 1864-2000 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012, pp. 7–8).

Por último, o metadado “Nome do produtor” apenas é cumprido ao nível de fundo pelo ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012). No caso dos instrumentos de acesso do ANTT, este metadado confunde-se com o metadado título. Não obstante, este elemento descritivo, em princípio, deveria remeter para um identificador de registo de autoridade no *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas* (Ministério da Cultura, 2015) relativo a esta entidade, dado ser um requisito descritivo obrigatório (2.1.A1.).

Zona de conteúdo. Ao nível do “Âmbito e conteúdo”, apenas o ANTT e o IDD 3 do ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data a) disponibilizam informação no nível de registo de fundo. Sendo um metadado que materializa descrições em texto narrativo, o tamanho varia entre 86 palavras (ANTT) e 154 palavras (ABM). No caso do ANTT, o requisito 3.1.A2. predominante consiste na descrição de conteúdo, realçando tipologias documentais e atividades administrativas, complementados com o âmbito geográfico, informação que aponta para séries documentais. No caso do ABM, verifica-se uma delimitação entre as funções de suporte, referentes “à gestão administrativa daquele organismo – expediente, contabilidade e gestão de pessoal” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data-a, p. [7]), e as funções fim, “no âmbito das suas atribuições e competências, ao nível da Tesouraria e do Contencioso Fiscal”, incluindo “documentação relativa a todo o movimento industrial das fábricas matriculadas; documentação produzida por actos de exportação, importação, reexportação e arrecadação de impostos” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data-a, p. [7]), realçando, também, a presença de “uma variada e rica tipologia de registos” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data-a, p. [8]).

No que diz respeito ao metadado “Avaliação, selecção e eliminação”, somente o relatório de avaliação do ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012, p. 11) cumpre com este requisito relativo à documentação incorporada em outubro de 2012, encontrando-se, não obstante, omissos nos restantes instrumentos de acesso à informação. Neste relatório é referido que das 9943 u. i. identificadas, cerca de 33% foram destinadas à eliminação, não especificando, contudo, se a

¹¹⁵ Estas incorporações constituíam e constituem uma incumbência dos arquivos distritais e entidades equiparadas nos termos do Decreto n.º 19.952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f), do Decreto-Lei n.º 46.350 de 22 de maio de 1965 (Ministério da Educação Nacional, 1965), do Decreto-Lei n.º 149/83, de 5 de abril (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983a) e do Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março (Ministério da Cultura, 2004).

avaliação teve por base a tabela de seleção em anexo à Portaria n.º 1185/2002, de 30 de agosto (Ministérios das Finanças e da Cultura, 2002), já que o próprio relatório não menciona explicitamente se fez recurso ao artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/M, de 14 de julho (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2004).

No tocante a “Ingressos adicionais”, as entidades custodiantes não disponibilizaram qualquer informação nos instrumentos de acesso à informação. Seria expectável que, no caso do ABM, esta informação pudesse estar, no mínimo, consolidada, em termos de uma gestão de ciclo de vida bem entrosada entre os arquivos em fase administrativa e o arquivo definitivo público. De qualquer modo, se para o ANTT o fundo, em princípio, se encontraria fechado, para o ABM este fundo permanecerá em aberto a futuras incorporações, caso venham a ser respeitadas as disposições gerais constantes do Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março (Ministério da Cultura, 2004).

Do ponto de vista do “Sistema de organização”, o ANTT optou por uma “organização institucional e temática”, constituindo as secções de “Administração, Contos da Alfândega, Mesa Grande, Mesa da Abertura, Movimento do porto” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008c), refletido no quadro de classificação¹¹⁶. No caso do ABM, a entidade custodiante procurou “reconstituir, na medida do possível, a estrutura orgânica da instituição”, respeitando a “ordem original, princípio essencial em qualquer descrição arquivística minimamente fundamentada” e apoiando-se, para este efeito, na legislação para “apurar a orgânica e funções da Alfândega do Funchal, a partir das quais foram determinadas as respectivas secções, subsecções e séries documentais” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [7]), refletido no quadro de classificação¹¹⁷. Do ponto de vista da ordenação, o ABM optou por realizar “uma numeração sequencial para livros e pastas (livros/ pastas 1 ao 994) e uma outra numeração sequencial atribuída às caixas (caixas 1 à 797)” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [7]). Neste inventário, o ABM criou uma classe específica para “documentos anteriores a 1834 e que não integram a estrutura orgânico/funcional do presente quadro de classificação” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data-a, pp. 68–69). Embora o IDD 3-A do ABM não tenha indicado qual o critério de organização adotado, indicando uma classificação de tipo orgânico-funcional¹¹⁸, este inventário (não conforme à ISAD-G), não adotou o critério de cotação estipulado pelo IDD 3 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data-a), optando por uma ordem sequencial independentemente do tipo de unidade de instalação.

¹¹⁶ O quadro de classificação deste fundo custodiado pelo ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008c) encontra-se disponível neste conjunto de dados: <<https://osf.io/m3ztw/>>. A predominância por títulos atribuídos pode ser um indicador de que nos níveis inferiores a entidade custodiante tenha optado por não recuperar os títulos originais das unidades de instalação.

¹¹⁷ O quadro de classificação deste fundo constante do IDD 3 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data) encontra-se disponível neste conjunto de dados: <<https://osf.io/y3abx/>>.

¹¹⁸ O quadro de classificação deste fundo constante do IDD 3-A (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012) é apresentado com um sistema misto, onde é possível perceber a predominância de uma classificação baseada na tipologia e com critérios de diversos. Cf. o quadro de classificação disponível através desta ligação: <<https://osf.io/sq3gm/>>.

Zona de condições de acesso e utilização. Tanto o ANTT como o ABM apresentam no metadado “Condições de acesso”, como requisito obrigatório das *Orientações para a Descrição Arquivística* (4.1.A1), que o fundo *Alfândega do Funchal* é comunicável sem restrições legais. Apesar de o IDD 3-A não apresentar um metadado apropriado, a tabela de inventário de descrição de nível de série indica a existência de restrições, cujo acesso depende da autorização da entidade custodiante (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012, pp. 18–20; 22), estando omissos alguns requisitos (designadamente 4.1.A3 a 4.1.A5) que indiquem as bases legais e o prazo de desclassificação.

No que respeita às condições de reprodução, ambas as entidades custodiantes realçaram impedimentos por questões de conservação das espécies documentais, subordinando os pedidos de reprodução aos regulamentos internos dos serviços e com realce genérico (requisitos 4.2.A2 e 4.2.A5 a 4.2.A7) para “as normas que regulam os direitos de propriedade do IAN/TT e a legislação sobre direitos de autor e direitos conexos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b). Em termos de “Idioma / Escrita”, apenas o IDD 3 cumpre com este requisito (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [8]), apesar de obrigatório (4.3.A1), indicando que o texto se encontra em língua portuguesa. A informação respeitante às “Características físicas e requisitos técnicos” encontra-se descrita apenas no IDD 3, indicando o estado de conservação e ações de conservação preservativa (4.4.A2), referindo que “os livros em mau estado, com encadernação muito deteriorada, foram colocados em caixas de cartão feitas à medida” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [8]).

Em relação ao metadado “Instrumentos de descrição”, o ANTT indica que o fundo *Alfândega do Funchal* se encontra descrito em diversas tipologias genológicas de instrumentos de acesso à informação, como guias e roteiros (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2002a), relações (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1886b), inventários (M. do C. J. Farinha, 2000a; M. do C. J. Rodrigues, 1968b) e índices (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b; M. do C. J. Rodrigues, 1968a)¹¹⁹. Estes instrumentos de acesso à informação anteriores encontram-se referenciados pelas siglas L 610, L 566, F 77 e L 266/1 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011c). No caso do ABM, é indicado que o IDD 3 constitui o primeiro instrumento de acesso à informação elaborado pela instituição (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [8]), que terá sido elaborado em data posterior ao guia de fundos publicado por esta instituição (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 39–41). Encontra-se omitida, por exemplo, a relação publicada no *Arquivo Histórico da Madeira* (Anón., 1939a, pp. 129–132) e na base de dados *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998), onde constam descrições sobre o fundo em apreço na custódia do ANTT.

¹¹⁹ Importa realçar que a autora destes instrumentos de acesso à informação foi a arquivista do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Maria do Carmo Jasmins Pereira Rodrigues Dias Farinha, natural do Funchal (1937) e falecida em Lisboa (2014), tendo tido um papel muito relevante na produção de instrumentos de acesso à informação relativos aos fundos removidos do arquipélago da Madeira no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cf. Macedo (2013, sec. 312).

Zona de documentação associada. O ANTT, através do metadado “Existência e localização de originais”, indica a existência de documentos originais, que resultam da comunicação entre as primitivas entidades tributárias insulares com o fundo “Contos de Lisboa / Contos do Reino e Casa”, presente na secção “Contas da Ilha da Madeira”, com informação proveniente dos “almoxarifados do Funchal, de Machico, e dos quartos/quintos, referentes ao Funchal, Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava, e das alfândegas do Funchal e de Santa Cruz” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2006). Apesar de os registos de controlo se encontrarem presentes (requisito 5.1.A4), verifica-se que o código de referência indicado neste metadado “PT-TT-CRC/CI” não corresponde ao que se encontra descrito na própria base de dados institucional, *i. e.*, “PT/TT/CRC/I”. Outra relação indicada pelo ANTT é o vínculo do fundo em análise com a Contadoria Geral da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, referenciado como “PT-TT- PJRFF/CG”, em vez de “PT/TT/PJRFF/I” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Não é referenciada a presença de outros originais no Arquivo Regional da Madeira e na Biblioteca Nacional de Portugal (Moniz, 1889). No que concerne à “Existência e localização de cópias”, apenas o ANTT apresenta este metadado¹²⁰ (requisitos 5.2.A1, 5.2.A2, 5.2.A8 e 5.2.A10), indicando a existência de “cópia de consulta, em microfilme, de c. de 21 doc. (a maioria da série de direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil)”, “cópia paleográfica resultante do traslado do livro de assentos dos Contos da Alfândega relativos aos 50 soldados idos para o Brasil, na curveta de N^a S^a do Carmo” e “cópia de referência de documentação das séries direitos por entrada e saída (PT-TT-ALF/1)” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b). Não é indicada, não obstante, a existência de microfilmes e digitalizações produzidos pelo Centro de Estudos de História do Atlântico para o âmbito do projeto de repositório digital *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998).

No que concerne às unidades de descrição relacionadas, o ANTT estabelece uma relação de complementaridade com os conjuntos documentais “Portugal, Torre do Tombo, Conselho da Fazenda (PT-TT-CFZ); Portugal, Torre do Tombo, Contos de Lisboa/Contos do Reino e Casa – Contas da ilha da Madeira (PT-TT-CRC/CI); Portugal, Torre do Tombo, Erário Régio (PT-TT-ER); Portugal, Torre do Tombo, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (PT-TT-PJRFF)”¹²¹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b), em razão de as unidades estarem “ligadas por relações que fazem com que o conhecimento de cada uma seja importante para compreender a outra” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 115). Ainda, esta entidade estabelece uma relação completiva com “Portugal, Arquivo Regional da Madeira, Alfândega do Funchal”, baseando-se no guia de fundos publicado por este organismo. Tal relação reconhece que o fundo custodiado pelo ANTT “faz parte

¹²⁰ O IDD 3-A, apesar de a informação se encontrar na secção denominada “Recursos complementares”, refere a existência no ABM de um “microfilme “Alfândega do Funchal: Direitos do açúcar e outros géneros do Brasil”, cujas datas extremas são 1773 – 1774 (Microfilme nº 10, in Catálogo de Microfilmes nº 28 – “Documentação diversa” – páginas 1 a 14)” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira 2012, [8]).

¹²¹ Devemos realçar o facto de os códigos de referência não se encontrarem devidamente harmonizados dentro da mesma base de dados. Cf. *Conselho da Fazenda* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008g), *Contos de Lisboa/Contos do Reino: Contas da ilha da Madeira* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2006), *Casa dos Contos do Reino e Casa/Erário Régio* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008e), *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008m).

de um mesmo e único conjunto que a descrita, ou seja, quando têm a mesma proveniência mas, por qualquer motivo, foram separadas”, devido “a diferentes causas, como uma história custodial acidentada, ou ao facto de a transferência da documentação para a entidade detentora ou para o serviço de arquivo não ter sido feita na totalidade” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007). Da parte do ABM, o IDD 3, na secção “Recursos complementares”, apenas evidencia que a documentação anterior a 1834 se encontrar no ANTT, excetuando a presença de “um *Livro de Fianças de Navios*, cujas datas extremas são 1751 – 1758, e um livro da *Companhia Geral do Comércio do Brasil* – datas extremas, 1650 a 1669” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data-a, p. [8]).

No âmbito do metadado “Nota de publicação”, o ANTT faz referência ao guia de fundos do Arquivo Regional da Madeira (Arquivo Regional da Madeira, 1997) e a estudos académicos publicados no Funchal (Ferraz, 1994; F. J. Pereira, 1991; J. M. A. Silva, 1995; J. J. A. de Sousa, 1990), enquanto o ABM, através do IDD 3-A, disponibiliza uma secção de bibliografia (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012).

Zona de notas. Tanto o ANTT como o ABM, através dos seus instrumentos de acesso à informação, não disponibilizam quaisquer notas. O único elemento que sobressai do ANTT, associável ao requisito 6.1.A2., consiste no estado da descrição, indicado como “Informação não tratada arquivisticamente” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b), sugerindo a provisoriedade dos dados descritos e publicados por esta entidade respeitante ao fundo em apreço. É de realçar que a entidade custodiante não refere nem quantifica as representações digitais que estão acessíveis em linha através do *DigitArq*TM e na plataforma *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 2005).

Zona de controlo da descrição. O metadado “Nota do arquivista”, que constitui um requisito de descrição obrigatório (7.1.A1) na descrição de nível de fundo, não aparece no ANTT (2008a)¹²². No ABM, tal informação encontra-se refletida detalhadamente em secções próprias do documento, como na ficha técnica (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [3]) e na “Ficha técnica” e nos “Recursos humanos afetos” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012, p. [3], 9). No que respeita a “Regras e convenções”, sendo este metadado um requisito obrigatório (7.2.A1) no nível de descrição em análise, não é mencionado em qualquer um dos instrumentos de acesso à informação, à exceção de uma única ocorrência no IDD 3, que faz menção do recurso à norma ISAD(G) na secção “Organização, classificação e ordenação (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, p. [8]). As “Datas de descrição” encontram-se refletidas no ANTT, desdobrado em “data de criação” e “data de modificação”, que correspondem a um registo automatizado atribuído pelo *DigitArq*TM, baseado na ISO 8601:2004 (International Organization for

¹²² De acordo com o APEF, consta a seguinte informação: “introduzido o Nome do produtor em 2006/09/12 por Joana Braga. Descrição elaborada por Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha a partir do inventário, de sua autoria, elaborado em 1968, e revisto pela própria, em 1999, com a colaboração de Anabela Azevedo Jara e Paula Cristina Silveira; revista e completada por Ana Maria Rodrigues a partir dos instrumentos de descrição indicados, das obras referenciadas em Nota de Publicação e em Regras e Convenções. Data da descrição: 2002. Revisto em: 2006, Novembro, 21” e que os dados foram migrados “a partir do sistema CALM em 2009-02-09. CALM:Dimensão e Suporte:475 liv.; papelCALM:Autor:Pauloc” (Archives Portal Europe Foundation, 2020b).

Standardization, 1994), descrito, respetivamente, como “01/02/2008 00:00:00” e “03/02/2020 11:16:37” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b). No caso do ABM, a única referência que se dispõe de uma data é IDD 3-A (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012, p. [1]), ao passo que o IDD 3 omite qualquer data de referência, sendo posterior ao guia de fundos (Arquivo Regional da Madeira, 1997).

2.1.3.2. *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*

Este fundo faz parte do G1 ($n= 1418$ u. i.), repartido entre o ANTT e o ABM, ocupando ca. 11,0% em relação ao total de unidades de instalação integrantes da população de fundos em análise. O ANTT custodia cerca de 98,2% ($n= 1392$ u. i.) de unidades de instalação e o ABM, 1,8% ($n= 26$ u. i.). Os instrumentos de acesso à informação recuperados sobre este fundo foram a base de dados em linha do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j, 2008m; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), enquanto que, no caso do ABM, apenas tivemos acesso ao guia de fundos (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 53–55), não se dispondo, até ao presente, de qualquer instrumento de acesso mais detalhado e atualizado sobre o conjunto documental na custódia deste organismo. Caraterizaremos a seguir os aspetos mais relevantes deste conjunto documental.

Zona de identificação. O ANTT atribui como código de identificação deste fundo “PT/TT/PJRFF”¹²³ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008m; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), elemento descritivo, não obstante, omitido pelo ABM. Do ponto de vista do título, ambas as entidades custodiantes denominam o fundo como *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*. Em termos de datas extremas, o ANTT apresenta datas como “1569/1834” e o ABM, como “1649 – 1833” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 55), o que poderá indiciar a presença de lacunas temporais em determinadas séries. No tocante à extensão e suporte, como já indicado acima, o ANTT custodia “1392 liv.; perg., papel” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008m; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) ao passo que o ABM indica “00026 (4 lv + 22 cx)” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 55).

Zona de contexto. Sendo o nome de produtor um metadado obrigatório (2.1.A1), este requisito encontra-se omissos em ambos os instrumentos de acesso à informação, estando consubstanciado no título. Tal como indicado acima no fundo *Alfândega do Funchal*, omitem-se entidades produtoras como a “Provedoria da Fazenda do Funchal” (1508-1775) e “Junta da Real Fazenda do Funchal” (1775-1834), que remeteria para uma entrada de registo de autoridade em ISAAR(CPF).

¹²³ Às vezes, o código de referência é apresentado como “PT-TT- PJRFF” em outros fundos e subdivisões, designadamente no metadado de unidades de descrição relacionadas e nas representações digitais. Cf. *supra* fundo *Alfândega do Funchal* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b) e *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f). No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-00000000438 - PTTTPJRFF” (Archives Portal Europe Foundation, 2020k).

Sendo um requisito opcional (2.2.A1), as descrições constantes do metadado “História Administrativa/Biógráfrica/Familiar” apresentam uma variação entre 529 (ANNT) e 692 (ABM) palavras¹²⁴. Os instrumentos de acesso à informação realçam que a Provedoria da Fazenda do Funchal foi instituída por D. Manuel a 25 de setembro de 1508, após o monarca ter integrado as donatárias madeirenses na Coroa, por Carta régia de 27 de Abril de 1497, como “cousa Justa E neçesarea que adita ylha com Seu Sñorio Remdas E Jurdiçam SeJa Soomemte Da dita nossa coroa pera Sempre” (Melo, 1972, p. 363). Assim, o monarca atribuiu ao Contador Francisco Álvares a acumulação de funções de Juiz da Alfândega e de Provedor (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2010b). A Provedoria da Real Fazenda do Funchal tinha como função supervisionar toda a atividade económica e financeira do arquipélago, designadamente “a supervisão do arrendamento dos direitos reais e da sua cobrança e os pagamentos feitos pelo Almojarife”, “a resolução de alguns pleitos relacionados com o processo de arrendamento das rendas da Alfândega até ao valor de 2000 reais” e “superintendia a Alfândega, a Contadoria e exercia competência sobre os resíduos, os órfãos, as capelas e os concelhos” (Vieira, 2014b, p. 202). Este organismo dependeu do Vedor da Fazenda (Vieira, 2014b) e, depois, do Conselho da Fazenda, criado por Regimento de 20 de novembro de 1591 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008g). Por resolução régia de 6 de abril de 1775, a Provedoria foi substituída pela Junta da Real Fazenda do Funchal, por motivo de uma dívida acumulada de 400.000 cruzados ao Erário Régio, constituída pelas mesmas estruturas administrativas que as juntas das capitânicas ultramarinas, com vista a que “se administrem, arrematem, e arrecadem os Direitos, e Subsídios Reaes, que na mesma Capitania Me são devidos, se provão as Serventias dos Offícios da Fazenda, se passem os Provimentos na forma que que até agora se passavam e provião pelo Conselho, e que pela Contadoria della se expressão as Folhas dos Ordenados Ecclesiasticos, Civil, e Militar, e mais despesas occorrentes” (Decreto de 6 de Abril de 1775, 1828, p. 13). A sua criação encontra-se correlacionada com a institucionalização do Erário Régio a 22 de dezembro 1761. As atribuições da Junta da Real Fazenda do Funchal encontram-se transcritas num documento intitulado *Relação de algumas das preeminências com que se achão os Provedores da Fazenda Real*, em anexo ao ofício remetido pelo Governador Sá Pereira ao Ministro e Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 28 de julho de 1768 (Arquivo Histórico Ultramarino, 2020)¹²⁵. Era composta pelo Governador e Capitão-General, que acumulava na qualidade de Presidente, pelo Corregedor da Comarca, pelo Juiz de Fora, por um Tesoureiro Geral e por um Escrivão. Consta no *Índice do Registo Geral da Antiga Provedoria da Real Fazenda* na

¹²⁴ No caso do guia de fundos do Arquivo Regional da Madeira (1997), existe informação enquadrável em outros metadados como “História Custodial e Arquivística”, aplicada a outros fundos descritos neste instrumento.

¹²⁵ No guia de fundos encontram-se realçadas algumas das funções: “nos seus impedimentos era substituído pelo escrivão da fazenda e contos e não pelo Juiz da Alfândega de Santa Cruz, como antes o fora; – o cargo de provedor da fazenda não poderia ser ocupado por ouvidores ou juizes de fora;- o provedor da fazenda ou o seu escrivão não podiam ser presos, excepto em flagrante delito; – competia-lhe a cobrança de tudo o que pertencesse à coroa e ninguém se deveria intrometer na sua jurisdição; – os bispos não podiam proceder a censuras contra o provedor em causas relativas ao seu ofício; – os governadores e capitães gerais não tinham jurisdição na Alfândega nem no seu provedor, porém deveriam dispensar todo o apoio sempre que o provedor o solicitasse; – não careciam de licença do governador as diligências que o provedor mandava fazer com os oficiais da guerra; – o provedor e seus oficiais tinham direito a carne e peixe nos açougues;- mesmo em caso de suspeição interposta ao Provedor da Fazenda ou ao seu escrivão, estes podiam continuar a intervir na causa, com um adjunto” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 53–54).

custódia do ABM uma informação sobre um edital datado de 11 de setembro de 1775, que determinava que “os diversos processos que corriam na extinta Provedoria transitassem para os Juizes Ordinários do foro dos litigantes” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 55). Nesta entidade foi criada, ainda, a Contadoria Geral, com vista a “uma adequada escrituração de todas as contas, de acordo com novas normas contabilísticas, a cargo de um Contador geral, sob a supervisão de um deputado Escrivão da Fazenda” (Vieira, 2014b, p. 154). A Junta da Real Fazenda do Funchal exercia “jurisdição da Fazenda, nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, procedendo às arrematações e à administração da execução dos contratos, administração dos rendimentos” (Vieira, 2014b, p. 153). Com a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, através dos Decretos n.º 22, de 16 de maio de 1832 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1836), e a divisão administrativa através do Decreto de 28 de Junho de 1833 (Ministério dos Negócios do Reino, 1836), onde foi tacitamente extinta a Junta da Real Fazenda do Funchal, a supressão formal deste organismo foi promulgado através do Decreto de 23 de junho de 1834 (Ministro dos Negócios da Fazenda, 1835), tendo sido substituída pela Comissão Interina da Fazenda Pública da Província da Madeira e pela Casa da Comissão Liquidatária das Dívidas de Estado no Distrito do Funchal, que corresponde ao fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* (vide *infra* 2.1.3.6).

No que concerne ao metadado de “História custodial e arquivística”, verificam-se diferenças importantes, designadamente em torno da profunda reorganização realizada pelo ANTT sobre este fundo. Extinta a Junta da Real Fazenda do Funchal, o ANTT refere que a documentação tinha sido “entregue à Repartição da Fazenda do Funchal, sendo posteriormente ordenada a sua incorporação no Real Arquivo, por Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Embora não seja possível determinar em que data a documentação foi recolhida para a Repartição da Fazenda do Funchal, existem evidências de que a Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo interveio ativamente no levantamento dos bens móveis dos conventos masculinos extintos desde agosto de 1834 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2012a). Porém, somente com a Lei de 27 de junho de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865) é que foi autorizada a contratação de um arquivista para a Repartição da Fazenda do Funchal destinado a, possivelmente, intervir no tratamento da documentação dos organismos extintos pelos Decretos de 28 de maio de 1834 e de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862; Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1834). De acordo com o ANTT, a cotação original do fundo tem “sido numerada em sequência naquela Repartição” juntamente com a “documentação de outras instituições, nomeadamente, da Comissão da Fazenda, da Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens, do Hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, dos conventos de Nossa Senhora da Piedade, de São Bernardino, de São Francisco e de São Sebastião, e da Ordem Terceira de São Francisco” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). A decisão de desagregar cada uma das unidades de descrição para constituir conjuntos documentais diferenciados da *Provedoria e Junta*

da *Real Fazenda do Funchal* foi realizada a partir da década de 1990 e concretizada com a publicação do inventário L 610 (M. do C. J. Farinha, 2000a) e das *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). O resultado desta desagregação, para além da *Alfândega do Funchal* (vide *supra* 2.1.3.1), foi a constituição de novos fundos, referenciando as cotas antigas, a saber: “Passaram para o fundo Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo os seguintes livros: 400, 401, 414 a 416, 672, 673, 680, 690, 703, 704, 715, 716, 728, 740 e 780. Passaram para o fundo *Convento de São Francisco do Funchal* os seguintes livros: 492, 499, 500, 501 e 502. Passaram para o fundo *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos* os seguintes livros: 493 a 498. O livro 503 passou para o *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz*. Passaram para o fundo *Convento de São Sebastião da Calheta* os seguintes livros: 504 a 506 e 510. Passaram para o fundo *Convento de Nossa Senhora da Porcíuncula* os seguintes livros: 507 a 509” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). A entidade também mencionou que a constituição de novos fundos implicou recotação das unidades de instalação e, conseqüentemente, a reclassificação e recotação do fundo *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*. As implicações desta reordenação resultaram, a partir de 2012, na reanálise dos instrumentos de acesso à informação anteriores e na identificação de algumas inconsistências no quadro de classificação. Por exemplo, a *Alfândega do Funchal* encontrava-se representada como subfundo da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* no inventário impresso L 610 (M. do C. J. Farinha, 2000a) e no *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2002d) e como “fundo e subfundo no catálogo em linha” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Isto resultou na decisão de suprimir do quadro de classificação da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* o subfundo *Alfândega do Funchal*, que teve como consequência “a eliminação de 13 registos repetidos na Provedoria e na Alfândega, aos níveis do subfundo, da secção, da subsecção, da série e da unidade de instalação”, a atualização dos “códigos de referência de acordo com os critérios actuais de descrição arquivística”, a normalização das siglas “substituídas pela codificação alfabética” nas secções e subsecções, na correção de “cinco códigos de referência da Alfândega do Funchal que se encontravam inseridos erradamente na estrutura” e das “respectivas cotas actuais que estavam como sendo da Provedoria” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Ainda, esta profunda revisão do fundo *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* realizada por decisão interna do ANTT permitiu conferir que catálogo em linha “incluía todos os níveis de descrição da Provedoria, e apenas 12 subséries de um total de 119, e 46 unidades de instalação de um total de cerca de 1350” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j); que os “conteúdos são muito semelhantes, com algumas actualizações no catálogo em linha” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j); que os níveis de descrição do inventário foram mantidos, tendo sido criados “2 séries para unidades de instalação que se encontravam directamente dependentes da secção ou subsecção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j); que promoveu para o nível de secção a

“Tesouraria das Folhas”, que se encontrava apresentada “no catálogo em linha como uma subsecção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j), e que, por último, a “série Registo de despachos da secção Secretaria da Junta” mostrava inconsistências na ordenação estipulada tanto no guia como no inventário, referindo que a “ordem apresentada pela base de dados corresponde à do Guia Geral de Fundos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). A entidade acrescenta que, depois do tratamento arquivístico realizado em 2012, os dados disponibilizados no catálogo em linha correspondem aos “conteúdos do Instrumento de Descrição L610” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Estas intervenções feitas em torno deste fundo sugerem que o número de fundos mencionados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) se terá baseado, possivelmente, num instrumento de acesso à informação anterior ao ano 2000. No caso do ABM, não se dispõe de qualquer informação sobre o processo custodial do fundo, por não se dispor de instrumento de acesso à informação detalhado desde a sua incorporação.

Em relação ao metadado “Fonte imediata de aquisição”, apenas o ANTT cumpre com o requisito, indicando que o fundo foi adquirido por “incorporação, em 1886, ao abrigo de Portaria do Ministério do Reino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j), informação veiculada, também, no metadado “História Custodial e Arquivística”. Da parte do conjunto documental custodiado pelo ABM, apenas é referido que “o índice do *Registo Geral da Provedoria* foi entregue pelo senhor João Leandro Afonso a este Arquivo em 17 de Fevereiro de 1959” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 55), sem mais indicações sobre o processo de aquisição do fundo a partir do seu “arquivo do arquivo” (requisito 2.4.A8).

Em última análise, o metadado “Nome do produtor” encontra-se omissa tanto no ANTT como no ABM, consubstanciado no título, apesar de tido como um requisito descritivo obrigatório (2.1.A1). A ausência deste metadado obscurece a existência de entidades produtoras antecessoras, como a “História administrativa” atesta.

Zona de conteúdo. Ao nível do “Âmbito e conteúdo”, apenas o ANTT disponibiliza informação no nível de registo de fundo, com 172 palavras de descrição narrativa. O ANTT realça a importância deste fundo como “relevante para o estudo da história da ilha da Madeira, nomeadamente, nos aspectos administrativo, económico, fiscal e do movimento marítimo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). A entidade particulariza o facto de a informação produzida pela Provedoria ser mais reduzida por os registos terem sido continuados pela Junta da Real Fazenda do Funchal. Em termos das tipologias documentais e atividades administrativas, complementadas com o âmbito geográfico, o ANTT refere que o “fundo é constituído por registos de cobrança de impostos, entre os quais figuram os direitos do açúcar, a décima, a dízima, a redízima, o papel selado, a imposição do vinho, a sisa, o subsídio literário, relativos ao Funchal, Calheta, Ponta do Sol, Ponta Delgada, Porto Santo, Santa Cruz, São Vicente, Câmara de Lobos, Machico, Porto do Moniz e Santana, e

por folhas de pagamento (civil, eclesiástica e militar)” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Realçou, ainda, algumas séries documentais como “o Registo Geral da Fazenda e Contos, as instruções régias para o estabelecimento da Junta da Real Fazenda, os provimentos em ofícios e os registos de deliberações da Junta, os livros da matrícula militar e os de receita e despesa de armamento e com as obras de fortificação e o controlo do correio marítimo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Da parte do ABM, não se dispõe de qualquer informação relevante sobre o âmbito e conteúdo em torno das 26 unidades de instalação sob a sua custódia.

No que diz respeito a decisões sobre a “Avaliação, selecção e eliminação” e previsão de “Ingressos adicionais”, ambos os organismos omitem estes metadados nos seus instrumentos de acesso à informação. Apenas o ANTT apresenta o metadado “Sistema de organização” sobre este fundo, apoiando-se numa classificação de tipo orgânico-institucional, estruturada por “12 secções que correspondem a repartições da Junta” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j), que reflete o quadro de classificação adotado por este organismo¹²⁶.

Zona de condições de acesso e utilização. O ANTT informa através do metadado “Condições de acesso” de que o fundo não se encontra abrangido por qualquer restrição legal na sua comunicabilidade¹²⁷. No caso do ABM, o organismo apenas informou que o fundo não dispõe de instrumento de acesso à informação (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 55), situação que persiste até à presente data de apresentação deste estudo.

No que respeita às condições de reprodução, apenas o ANTT mencionou que eventuais impedimentos de reprodução se deverão por questões de conservação das espécies documentais (requisitos 4.2.A2 e 4.2.A5 a 4.2.A7), sujeitas às “normas que regulam os direitos de propriedade do IAN/TT e a legislação sobre direitos de autor e direitos conexos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). O ABM nada aponta a este respeito. Metadados como “Idioma/escrita” e “Características físicas e requisitos técnicos” não são informados neste nível de descrição por ambas as entidades custodiantes.

Do ponto de vista dos “Instrumentos de descrição”, o ANTT indica se encontra descrito em diversas tipologias genológicas de instrumentos de acesso à informação, como guias e roteiros (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2002d; Serrão, Silva, *et al.*, 1984); inventários (M. do C. J. Farinha, 2000c; M. do C. J. Rodrigues, 1968d) e índices (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008m; M.

¹²⁶ Neste metadado é referido que o fundo se encontra organizado por uma “secção A designada por Secretaria da Junta com 14 séries, a secção B, Repartição do Conselho com 3 séries, a secção C, Repartição do Erário com 6 séries, a secção D, Repartição da Inconfidência com 1 série, a secção E, Repartição do Subsídio Literário com 5 séries, a secção F, Fortificação e defesa com 8 séries, a secção G, Correio Marítimo com 5 séries, a secção H, Superintendência geral do papel selado com 6 séries, a secção I, Contadoria Geral com 9 subsecções, 54 séries e 103 subséries, a secção J, Tesouraria das folhas com 6 séries e 13 subséries, a secção K, Tesouraria Geral com 5 subsecções, 17 séries e 3 subséries, e a secção L, Tribunal da Junta com 2 séries” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008l). Cf. o quadro de classificação através da seguinte ligação: <<https://osf.io/4pw93/>>.

¹²⁷ O ANTT, não obstante, não informa a razão por que a unidade de descrição sob o código de referência “PT/TT/PJRFF/I-G/007”, integrado no Rendimento da Alfândega da Contadoria Geral surge como “informação não disponível”.

do C. J. Rodrigues, 1968c). Não é mencionada a relação publicada no *Arquivo Histórico da Madeira*, possivelmente elaborada por João Cabral do Nascimento, primeiro diretor do Arquivo Distrital do Funchal, que intitulou como “Livros da Repartição da Fazenda do Funchal” (Anón., 1939e), nem a guia de remessa de 1886 remetida pela Repartição da Fazenda do Funchal ao ANTT. Da parte do ABM, apenas se dispõe o guia de fundos supracitado.

Zona de documentação associada. No metadado “Existência e localização de originais”, o ANTT não faz qualquer referência a respeito. No caso da “Existência e localização de cópias”, esta entidade menciona a existência de cópias de consulta em microfilme na custódia do Centro de Estudos de História do Atlântico, que incide sobre parte dos livros. Não faz qualquer menção sobre as cópias derivadas do microfilme para o suporte digital para o portal *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998) e sobre os microfilmes no ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-e). Acrescenta, ainda, que possui “cópia de consulta, em microfilme, de 4 doc. (liv. 276, 277, 574 e 973), mf. 1149, 4225 e 4227” sob a sua custódia (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b).

No que tange às “Unidades de descrição relacionadas”, o ANTT estabelece como relação antecessora “Portugal, Torre do Tombo, Provedoria da Fazenda do Funchal” e sucessora “Portugal, Torre do Tombo, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo”. Ainda, o ANTT realça relações complementares os seguintes fundos: “Portugal, Torre do Tombo, Alfândega do Funchal; Portugal, Torre do Tombo, Conselho da Fazenda; Portugal, Torre do Tombo, Contos de Lisboa/Contos do Reino e Casa – Contas da ilha da Madeira; Portugal, Torre do Tombo, Erário Régio; Portugal, Torre do Tombo, Juízo da Provedoria dos Resíduos e Cativos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j). Importa, também, sublinhar que o ANTT estabelece relação completiva com o fundo “Portugal, Arquivo Regional da Madeira, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal”, de forma muito genérica. O guia de fundos do ABM somente estabelece relações entre fundos sob a sua custódia sem especificar quais e que tipo de relação, como a “Alfândega do Funchal; Câmara Municipal do Funchal; Paróquias; Confrarias” (Arquivo Regional da Madeira, 1997). Não é mencionada a existência de um *Índice Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda, acrescentado com algumas notícias e sucessos da Ilha da Madeira desde o ano de 1419 do seu descobrimento até ao de 1771 da extinção da mesma Provedoria (o original está na Câmara Eclesiástica)* de 1775 na custódia da Biblioteca Nacional de Portugal (cód. 8391).

Em termos de “Nota de publicação”, o ANTT faz referência para investigação académica que, longe de estar atualizada, diz respeito sobre o fundo em análise (Carita, 1981; Ferraz, 1994; Gonçalves & Vieira, 1992; Miranda, 1994; F. J. Pereira, 1991; Serrão, 1992; F. A. da Silva & Menezes, 1921; J. M. A. Silva, 1995; J. J. A. de Sousa, 1990), para além do supracitado guia de fundos do ABM.

Zona de notas. Tanto o ANTT como o ABM, através dos seus instrumentos de acesso à informação, não disponibilizam quaisquer notas. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Os metadados “Nota do arquivista” e “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT¹²⁸ nem no guia do ABM, mas o projeto de reorganização deste fundo no ANTT encontra-se descrito por Tremeceiro e Ramos (2012). As “Datas de descrição” encontram-se desdobradas em “data de criação” e “data de modificação” no ANTT, onde, respetivamente, temos registo de “08/02/2008 00:00:00” e de “03/02/2020 15:57:00”.

2.1.3.3. *Convento de Santa Clara do Funchal*

Este fundo monástico faz parte do G1 ($n = 161$ u. i.), repartido entre o ANTT e o ABM, que corresponde a ca. 1,25% em relação ao total de unidades de instalação integrantes da população de fundos em análise. Encontram-se sob custódia do ANTT 144 u. i. (89,4%) e, no ABM, 17 u. i. (10,6%). Do ponto de vista dos instrumentos de acesso à informação recuperados sobre este fundo, recuperamos registos da base de dados em linha do ANTT e um catálogo em .pdf (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), enquanto que, no caso do ABM, tivemos acesso ao guia de fundos (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b), não se dispondo, até ao presente, de qualquer instrumento de acesso à informação mais detalhado e atualizado sobre o conjunto documental na custódia deste organismo. Caracterizamos a seguir o cumprimento dos requisitos constantes das garantias literárias para a descrição arquivísticas mais relevantes sobre este conjunto documental.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelo ANTT a este fundo consiste na sequência “PT/TT/CSCF”¹²⁹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), elemento descritivo, não obstante, não presente no ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b). Do ponto de vista do título, ambas as entidades custodiantes denominam o fundo como “Convento de Santa Clara” ou acrescentando o elemento toponímico, “Convento de Santa Clara do Funchal”, remetendo as variantes para outros metadados¹³⁰ (*u. g.*, “História administrativa”). As datas extremas em torno de unidades custodiadas pelo ANTT dizem respeito a um âmbito temporal situado entre 1447 e 1900, enquanto no ABM constam unidades

¹²⁸ No APEF, encontra-se indicado pelo provedor de conteúdos o seguinte: “Introduzido o Nome do produtor em 2006/09/12 por Joana Braga. Descrição elaborada por Maria do Carmo Jasmíns Dias Farinha a partir do inventário, de sua autoria, elaborado em 1968, e revisto pela própria, em 1999, com a colaboração de Anabela Azevedo Jara e Paula Cristina Silveira; revista e completada por Ana Maria Rodrigues a partir dos instrumentos de descrição indicados, das obras referenciadas em Nota de Publicação e em Regras e Convenções. Fonte arquivística do IANTT consultada pela autora da descrição para fundamento do campo História Administrativa: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, “Instruções régias para o estabelecimento da Junta da Real Fazenda”, liv. 945. Informação acrescentada por Fátima Ó Ramos (ANTT) e Teresa Tremeceiro (ANTT). Descrição elaborada por Filomena Carvalho (ANTT) a partir da consulta dos documentos. Data da descrição: Elaboração: 2002. 1.ª revisão: 2006-11-20, 2.ª revisão: 2012-16-29, 3.ª revisão: 2013-02-26” e “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2009-03-10. CALM:Dimensão e Suporte:1636 liv.; perg., papel” (Archives Portal Europe Foundation, 2020k).

¹²⁹ Às vezes, o código de referência é apresentado como “PT-TT-CSCF”, designadamente nas representações digitais. Cf. *supra* fundo *Alfândega do Funchal e Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-0000000438 – PTTTCSCF” (Archives Portal Europe Foundation, 2020g).

¹³⁰ Na guia de remessa encontra-se a denominação de *Convento de Santa Clara de Nossa Senhora da Conceição do Funchal*.

produzidas entre 1634 e 1897, o que poderá indicar a necessidade de identificar-se lacunas temporais dentro de uma ou várias séries documentais. No tocante à extensão e suporte, como já indicado acima, o ANTT quantifica “126 liv., 17 mç.; papel, perg.” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), ao passo que o ABM indica “00017 (15 lv + 2 cx), 000,72m/l” (Arquivo Regional da Madeira 1997, 183), embora existam inconsistências na listagem constante do IDD 25 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data) quanto ao seu cômputo global, devido às apostilas que indicam a presença de unidades incorretamente integradas no fundo em apreço¹³¹. Também não entrou no cômputo global conjuntos documentais do *Convento de Santa Clara do Funchal*, uma unidade de instalação da *Confraria de Nossa Senhora da Soledade*, com data de 1911 (G. Jardim, 1999).

Zona de contexto. Apesar de o nome de produtor ser um requisito obrigatório (2.1.A1), este metadado encontra-se omissos nos instrumentos de acesso à informação compulsados. A distinção entre entidades produtoras como os cartórios privativos dos Capitães do Donatário, João Gonçalves Zarco e João Gonçalves da Câmara, e o *Convento de Santa Clara do Funchal*, não se encontra claramente delimitada.

O metadado “História Administrativa/Biográfica/Familiar” apresenta uma descrição narrativa sobre este fundo, que varia entre 975 (ANTT) e 455 (ABM) palavras. O ABM considera “incontestável a importância e influência exercida por este convento na vida económica e social insular dos séculos XV a XIX” (Arquivo Regional da Madeira 1997, 182), realçando o estudo de Sousa (1991), não só por ser o mais antigo cenóbio feminino construído no arquipélago, mas também por conter a informação mais antiga sobre o processo de povoamento da capitania atribuída a João Gonçalves Zarco (1390?-1471) e aos seus herdeiros. O ANTT começou por filiar o *Convento de Santa Clara do Funchal* na “Ordem dos Frades Menores, e à Província de Portugal da Observância” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), sem especificar que este facto somente ocorreu a partir de 1584, que abrangeu todos os conventos franciscanos do arquipélago. Acresce a isto o facto de esta entidade ter sido denominada também por “Convento de Nossa Senhora da Conceição”, mas esta informação poderia estar apropriadamente representada noutros metadados (*u. g.*, “outras formas do nome” em “Título” ou “Nome do produtor”) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). No que concerne às circunstâncias de criação, tanto o ANTT como o ABM coincidem com os mesmos factos: que a concessão do padroado foi atribuída pelo Papa Sisto IV, a 4 de maio de 1476, através de bula apostólica *Eximiae deuotionis affectus*, ao 2.º Capitão Donatário do Funchal, João Gonçalves de Câmara, e aos seus descendentes, a fundação do convento; que o convento possuiu uma das mais

¹³¹ Por exemplo, no inventário dactiloscrito elaborado em contexto de Arquivo Distrital do Funchal, a unidade “Óbitos das Irmãs defundas, da Universal Ordem 3.ª da Penitencia da cidade do Funchal”, contendo datas entre 1764 a 1830, foi reconduzida para o fundo “IOTS Irmandade da Ordem Terceira do Convento de São Francisco” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data b, p. 4).

vastas propriedades da ilha da Madeira, entre as quais as que foram adquiridas pelo fundador a Rui Teixeira e Branca Ferreira, moradores no Campanário, a 11 de setembro de 1480, hoje Curral das Freiras, como dote para as suas filhas; que a construção do convento somente se iniciou por volta de 1491 ou 1492; que pelo breve do Papa Alexandre VI, *Ex iniuncto nobis*, de 1496, foi autorizado o funcionamento do convento sob a regra urbanista da Observância de Santa Clara, autorizando a vida das primeiras religiosas vindas do Convento da Conceição de Beja em 1496, onde foi a primeira abadessa D. Isabel de Noronha, filha do fundador; que diversas gerações de mulheres da família dos fundadores foram religiosas desse mosteiro, assim como as filhas da nobreza madeirense; que diversas religiosas do *Convento de Santa Clara do Funchal* fundaram outros cenóbios de clarissas nos Açores e no Continente, tal era o prestígio alcançado no Reino; que o convento tinha recebido de D. Manuel um conjunto de privilégios como o direito de aquisição de bens por compra ou herança, privilégios renovados por D. Sebastião, por alvará de 18 de março de 1566; que devido ao aumento de religiosas, o imóvel teve de ser ampliado, anexando a igreja com a invocação de Santa Maria de Cima ou Conceição de Cima, onde existe o carneiro da família dos cinco capitães donatários do Funchal, passando a ser dedicada a Santa Clara. São realçados, também, os eventos protagonizados pelos corsários huguenotes quando saquearam a ilha em 1566, forçando as religiosas a fugir para as suas propriedades no Curral das Freiras, tendo possivelmente afetado a destruição do seu cartório e tendo os seus bens sido pilhados. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, o convento vivia faustosamente, tendo cada religiosa diversas criadas e escravos e uma vida em clausura pouco rigora, motivando a intervenção das autoridades eclesiásticas. No século XIX, o Convento de Santa Clara do Funchal sofreu uma profunda crise motivada não só pelo Decreto de 30 de maio de 1834, que conduziu à extinção massiva de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas no quadro da “Reforma geral eclesiástica” realizada pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, e executada pela “Comissão da Reforma Geral do Clero” (1833-1837), permitindo apenas às religiosas permanecerem no convento até à morte da última religiosa, mas também o seu declínio económico e financeiro. De modo a evitar o confisco, os descendentes dos capitães donatários do Funchal, os condes e marqueses de Castelo Melhor, detentores do padroado, reivindicaram a posse e a propriedade do convento em outubro de 1867. Com o falecimento a 15 de novembro de 1890 da última religiosa professa, Madre Maria Amália do Patrocínio, os bens foram anexados à Fazenda Nacional (Fontoura, 2000).

O Arquivo Regional da Madeira (1997) acrescentou que o imóvel foi cedido, posteriormente, à Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, por Decreto de 12 de março de 1896, com o objetivo de “ali fundar um estabelecimento ou collegio de educação, um sanatório para as irmãs das missões, voltadas de Africa refazerem saude e forças; uma escola preparatoria de aspirantes a irmãs da missão e (...), se tanto chegarem os meios, um asylo para raparigas pobres e ainda outras obras de caridade” (Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, 1897, p. 98). Mais tarde, com

os decretos de 31 de outubro de 1912 e 22 de setembro de 1913 cederam o espaço à Câmara Municipal do Funchal, à Santa Casa da Misericórdia e ao Auxílio Maternal. Por Decreto de 25 de janeiro de 1927 e Portaria de 12 de junho de 1927, o imóvel passou para a posse da Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas. Estes elementos descritivos sobre a “História administrativa” nestes instrumentos de acesso à informação, tanto do ANTT como do ABM, não são, contudo, corroborados com a documentação constante do próprio fundo.

No que concerne à “História Custodial e Arquivística”, o ANTT realça que o fundo Convento Santa Clara do Funchal foi incorporado, por ação do Decreto de 2 de outubro de 1862 e da Portaria de 9 de junho de 1886, do Ministério do Reino, em dois momentos: o primeiro a 4 de novembro de 1886, diretamente do Convento de Santa Clara para o ANTT, correspondente aos “livros 1 a 28” e aos “maços 1 a 16, descritos na relação assinada pelo delegado do Tesouro e pelo inspetor dos Arquivos, Roberto Augusto da Costa Campos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e o segundo a 21 de junho de 1894, que “foram entregues pela Repartição da Fazenda do distrito do Funchal, os restantes livros a Roberto Augusto da Costa Campos, oficial-maior da Torre do Tombo, que ali se deslocou” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Antes da transferência do ANTT para as novas instalações, Sousa revelou que o fundo custodiado pelo ANTT se encontrava “em péssimas condições de conservação e catalogação” (1991, p. 21), sendo consistente com o facto de a intervenção mais profunda neste fundo terá ocorrido após a 1990, levado a cabo “por técnicos da Torre do Tombo e por investigadores externos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Neste metadado, é referido que foram reconduzidos “para o fundo do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal os livros 103 e 109 ao qual pertencem”, alterando o cômputo inicial das unidades de instalação que “apesar de numerados até 128, os livros deste fundo são, apenas, 126” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). É indicado, também, que tinha sido “abandonada a arrumação geográfica por nome das localidades onde se situavam os conventos ou mosteiros, para adoptar a agregação dos fundos por ordens religiosas”, provocando “a alteração de cotas nos fundos intervencionados” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Esta intervenção está associada ao projeto que deu origem à publicação intitulada *Ordens monástico-conventuais: inventário* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d), estrutura que prevalece até hoje. Além disto, é mencionado que, a partir de 2012, os dados do catálogo ID F 78 foram reutilizados para ampliar as descrições na base de dados *DigitArqTM* ao nível de documento constantes dos maços 1, 2 e 3. A partir de 2017, a descrição dos restantes maços ficou concluída com base no “sumário patente nos documentos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do

Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). É apontado, também, por esta entidade que as séries documentais foram constituídas “segundo o princípio da ordem original sempre que possível (com base em índices de cartórios quando existentes), correspondendo à tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Acresce a este facto que a documentação constante dos maços “foi considerada como uma colecção ao nível da série, com a designação de 'Documentos vários', não tendo sido objecto de intervenção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Os instrumentos de acesso à informação do ABM não fazem menção explícita sobre as circunstâncias custodiais do fundo sob a sua custódia, limitando-se a realçar que parte do fundo se encontra “depositado no IAN/TT”¹³² (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 138).

Em relação ao metadado “Fonte imediata de aquisição”, apenas o ABM realçou que o fundo *Convento de Santa Clara do Funchal* foi incorporado “no Arquivo Regional da Madeira em 10 de Março de 1937” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 138)¹³³. Não é esclarecida qual a entidade a quem a unidade de descrição foi adquirida.

Zona de conteúdo e estrutura. Os únicos metadados onde consta informação veiculada pelos instrumentos de acesso à informação publicados pelo ANTT e ABM são “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização”. No que concerne ao primeiro, o ANTT realça os elementos constitutivos do quadro de classificação¹³⁴, indicando que constituiu um subfundo denominado “Confraria das Escravas de Nossa Senhora do Monte”¹³⁵. A diferença entre o catálogo em linha e a versão em .pdf é que a primeira integra um descritor do fundo, representado como “Ordem dos Frades Menores –

¹³² Note-se que o conceito de “depósito” evidencia a posição do ABM em relação ao ANTT, em que a primeira considera que o fundo não é propriedade do ANTT. Cf. NP 4041:2005 (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010).

¹³³ Refira-se que o fundo não foi incorporado pelo Arquivo Regional da Madeira, mas pelo Arquivo Distrital do Funchal, como informado no *De Rebus Pluribus* ao referir que a instituição tinha dado “entrada, vindos da Direcção de Finanças, trinta e dois códices de alguns mosteiros extintos desta ilha (conventos de Santa Clara, Incarnação, S. Bernardino) ao abrigo do art. 26 §1.º al. c) do Decreto 19.952” (Arquivo Distrital do Funchal, 1937g, p. 182).

¹³⁴ Neste metadado é referido que o fundo se encontra organizado por uma “registo da Regra Urbanista, constituições e o traslado do testamento de Santa Clara, actas de eleições das abadessas e outros cargos do convento, autos de perguntas às noviças, obrigações de capelas, tombos das fazendas e rendas, registo de propriedades, escrituras de propriedades (parte dos livros são códices factícios), escrituras de dote, registo de cobrança de juros, foros e rendas, e pensões pagas pelo convento, receita e despesa, receita e despesa da arca do convento (e registos de dinheiro proveniente de juros e distrates, das heranças das religiosas particulares e de dotes de profissão), contas correntes, copiador de correspondência, índices de livros do cartório, sentenças, vendas, aforamentos, testamentos, doações, requerimentos, cartas de partilha, procurações, autos de posse, escrituras de juro e obrigação, entre outros” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SF Confraria das Escravas de Nossa Senhora do Monte: SR Registo das religiosas admitidas (1750/1751, 1 u.i.); SR Regra Urbanista ([1500-1700], 2 u.i.), SR Constituições (1781/1781, 1 u.i.), SR Autos de perguntas às noviças (1600/1830, 2 u.i.), SR Actas de eleições (1733/1886, 1 u.i.), SR Obrigações de capelas (1598/1800, 3 u.i.), SR Tombos das fazendas e rendas (1644/1644, 1 u.i.), SR Registo de propriedades ([1700/1700], 1 u.i.), SR Escrituras de propriedades (1498/1900, 13 u.i.), SR Escrituras de dote (1669/1669, 1 u.i.), SR Cobrança de juros, foros e rendas (1628/1879, 46 u.i.), SR Receita e despesa (1699/1886, 48 u.i.), SR Receita e despesa da arca do convento (1756/1844, 3 u.i.), SR Registo de contas correntes (1820/1864, 2 u.i.), SR Copiador de correspondência ([1600/1600], 1 u.i.), SR Índices (1477/1756, 1 u.i.), SR Documentos vários (1447/1856, 16 u.i.).

¹³⁵ Note-se que a denominação constante da folha de rosto do códice deste fundo é “Livro da Confraria dos Escravos de N. Senhora do Monte”, embora o ANTT tenha preferido por um título atribuído. Este organismo foi instituído em 1750 pelo bispo D. Frei João do Nascimento em todas as paróquias da ilha com vista à angariação de fundos para a reconstrução da igreja com invocação de Nossa Senhora do Monte, padroeira da ilha da Madeira, por motivo do terramoto que afetou todo o arquipélago a 31 de março e 1 de abril de 1748 (*Relaçam Do Lamentavel, e Horroroso Terremoto, Que Sentio, Na Noute Do Ultimo Dia Do Mez de Março Para o Primeiro de Abril de 1748 a Ilha Da Madeira : Extrahida de Outra, Que Veyo Do Funchal, Escrita a 17 de Abril Do Mesmo Anno, 1748; Relaçam Dos Terriveis Effeitos, Que Cauzou o Terremoto, Que Sentio a Ilha Da Madeira Na Noite de 31 de Março de 1748: II Parte Compendiada de Outra, Que Se Escreveo Da Ilha Do Funchal a 17 de Mayo Do Mesmo Anno, 1748*).

Província de Portugal; Feminino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g). Da parte do ABM, apenas o guia refere que “dispõe apenas de 15 livros” relativos aos “inventários das propriedades rústicas e urbanas e de foros e a descrição e avaliação dos objectos de prata e ouro”¹³⁶ (Arquivo Regional da Madeira 1997, 183), apesar de o IDD 25, elaborado em contexto de Arquivo Distrital do Funchal, ser a única listagem disponibilizada por esta instituição.

Do ponto de vista do “Sistema de organização”, o ANTT refere que o critério adotado para a organização das série cingiu-se “à tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g), enquanto o ABM se limitou à “ordenação cronológica” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 183). Não é realçado, por exemplo, o papel de Dr. Sebastião de Teives na organização do cartório no século XVII (J. Sousa, 1991).

Zona de condições de acesso e utilização. Os metadados como “Condições de reprodução” e “Características físicas e requisitos técnicos” encontram-se omissos nos instrumentos de acesso à informação coligidos. Apesar de o ANTT nada informar sobre as “Condições de acesso” ao fundo¹³⁷, o ABM somente indica a existência de uma listagem (Arquivo Regional da Madeira 1997, 183), que corresponderá ao IDD 25 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sem data b). No que concerne ao idioma e escrita, o ANTT assinala que o fundo se encontra em português, omitindo a presença de textos em latim.

Em termos de instrumentos de acesso à informação, o ANTT realça a relação (L286) intitulada *Relação dos livros e documentos existentes no arquivo do Convento de Santa Clara do Funchal que, em virtude do Decreto de 2 de Outubro de 1862 e Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886, foram transferidos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 4 de Novembro de 1886* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008i). Também refere a existência de outro instrumento de descrição, F 78, que remete para um ficheiro intitulado “Cabido da Sé do Funchal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008l). Em última instância, o inventário mais atualizado, vertido para a base de dados em linha, consiste nas *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d), com elementos extraídos para o IDD 25-A (Arquivo

¹³⁶ Da parte do ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b), extraímos do IDD 25 as seguintes unidades de descrição, embora não consolidadas pela entidade custodiante: SR Descrição e avaliação dos objetos de prata e ouro (1863/1865, 1 u.i.), SR Descrição dos bens dos capitais mutuados (1863/1863, 1 u.i.), SR Instrumento de trespazo^[sic] de dote e obrigação de 1810, um instrumento de quitação de pagamento de meio dote de profissão de 1814 (1810/1814, 1 u.i.), SR Documentos avulsos sobre o inventário (1866/1866, 1 u.i.), SR Descrição de foros (1863/1865, 1 u.i.), SR Inventário dos foros (1863/1863, 1 u.i.), SR Inventário das propriedades rústicas e urbanas (1863/1863, 1 u.i.), SR Livro de registos de quitações de missas (1642/1688, 1 u.i.), SR Livro das quitações (1730/1798, 1 u.i.), SR Livro da receita e despesa (1682/1890, 3 u.i.), SR Relação dos artigos propostos para serem vendidos em hasta pública ([post. 1890], 1 u.i.), SR Borrador de contas particulares (1750/1757, 1 u.i.), SR Livro das contas ([séc. XVIII], 1 u.i.).

¹³⁷ O ANTT, por exemplo, não informa no nível de fundo que existem unidades de instalação retiradas da consulta por motivo de falta de conservação, designadamente a unidade de descrição sob o código de referência “PT/TT/CSCF/014/0001”, intitulado “livro de registo de correspondência”. Na base de dados *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998), esta unidade de instalação está intitulada como “Livro denominado ‘Copiador’ de Portugal de P. Fernandes Braner. É um registo de cartas escritas do Funchal para Lisboa (danificado). Ano 1649 e seguintes”. Da mesma forma, a unidade com o código de referência “PT/TT/CSCF/016/M02/009” aparece como “Falta”, sem justificar a razão desta lacuna.

Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b). Não é mencionada a listagem publicada no *Arquivo Histórico da Madeira* sobre este fundo (Anón., 1939d) nem a base de dados *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998).

Zona de documentação associada. Nos metadados “Existência e localização de originais” e “Existência e localização de cópias”, tanto o ANTT como o ABM nada apontam a respeito¹³⁸. Apenas o ANTT apresenta no metadado “unidades de descrição relacionadas” estabelecendo a relação do fundo em análise com “Portugal, Arquivo Regional da Madeira” e “Portugal, Torre do Tombo, Ministério das Finanças, cx. 2072 a 2075” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2009a, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). No que diz respeito à “nota de publicação”, o ANTT apenas referencia a *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d), omitindo Fontoura (2000), ao passo que o ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997) somente realça Sousa (1991).

Zona de notas. Tanto o ANTT como o ABM, através dos seus instrumentos de acesso à informação, não disponibilizam quaisquer notas. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista” como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT nem no guia do ABM. Apenas o instrumento de acesso à informação em formato .pdf refere que a descrição do fundo foi realizada por técnicos do ANTT¹³⁹ e que adota as convenções de descrição arquivística nacionais. Na base de dados em linha do ANTT constam “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “05/04/2011 00:00:00” e de “07/01/2020 09:44:32”.

2.1.3.4. *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*

Este conjunto documental faz parte do G1 ($n=84$ u. i.), repartido entre o ANTT e o ABM, ocupando ca. 0,7% em relação ao total de unidades de instalação integrantes da população de fundos em análise. O ANTT custodia cerca de 57,1% ($n=48$ u. i.) de unidades de instalação e o ABM, 42,9% ($n=36$ u. i.)¹⁴⁰. Os instrumentos de acesso à informação recuperados do ANTT consistem em base

¹³⁸ Não é estabelecida a relação com existência de originais em relação ao pequeno fundo “Confraria de Nossa Senhora da Soledade”, com uma única unidade de instalação datada de 1911-12-27 (1999, pp. 81–82). De igual forma, em “existência e localização de cópias” não é mencionada a existência de cópias de consulta digitalizados a partir de microfilme realizados para o projeto *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998).

¹³⁹ A informação apresentada neste metadado refere que a descrição foi “elaborada por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (IANTT) e por Diogo Serrão (IAN/TT) a partir dos Instrumentos de descrição apresentados e da obra descrita na Nota de publicação. Informação acrescentada por Ana Isabel Ângela Baptista (IAN/TT). Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (Carvalho & Braga, 2017d).

¹⁴⁰ Atendendo que o conjunto documental 2.^a *Repartição de Finanças do Funchal*, incorporado na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira em 2020/2021, integra documentação deste cenóbio feminino, não se dispõe de momento de instrumento de acesso à informação por estar em processo de tratamento. Das sete u. i. associadas a este cenóbio feminino (seis das quais processadas após 1861), podemos considerar que existe pelo menos uma unidade de instalação produzida pelo convento antes da sua extinção formal em 1861, intitulada na lombada “Livro de Registo de rendimentos do Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, 22-9-1722 a 20-9-1724”, no frontispício “Madeira anno de [...] Liuro das Contas do Mosteiro de Nossa Snr^a da Emcarnação de dois triénios em que foy Abbadesa a R.^{da} M.^e D. Antonia da Resurreyção Escruã a M^e Barbora de S. boa uentura do triénio que principiou em 22 de septembro de 1722, se findou em 2[...] de 7^{bro} de 1724; e do triénio seguinte que teue seu prinsipio em 22 de 7^{bro} de 1724, se findou em 20 de 7^{bro}

de dados em linha e um catálogo em .pdf (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Da parte do ABM, a instituição apenas disponibiliza o guia de fundos e o IDD 25 (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b, pp. 178–179), não dispondo, até ao presente, de qualquer instrumento de acesso à informação mais atualizado. Assinalaremos a seguir os aspetos mais relevantes sobre este conjunto documental descrito nestes instrumentos de acesso à informação.

Zona de identificação. O ANTT atribuiu a este fundo o código de identificação “PT/TT/CNSEF”¹⁴¹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), elemento descritivo, não obstante, não presente no ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b, pp. 178–179). Do ponto de vista do título, ambas as entidades custodiantes denominam o fundo como “Convento de Nossa Senhora da Encarnação” ou acrescentando o elemento toponímico, “Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal”. As datas extremas em torno de unidades custodiadas pelo ANTT dizem respeito a um âmbito temporal situado entre 1660 e 1890, enquanto no ABM constam unidades produzidas entre 1645 e 1895, o que poderá indicar, tal como os fundos anteriores, a necessidade de identificar-se lacunas temporais dentro de uma ou várias séries documentais. No tocante à extensão e suporte, como já indicado acima, o ANTT quantifica “48 liv.; papel” (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b, pp. 178–179). O ABM custodia “00036 lv; 000,70 m/l” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 179), embora existam inconsistências na listagem constante do IDD 25 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-c) quanto ao seu cômputo global, devido a uma unidade intitulada como “Acta da reunião da Comissão nomeada para o fim de conhecer o valor artístico das imagens, quadros, alfaias e outros objectos existentes”, datado de 1891 e atribuído a “Convento de Santa Clara e Convento da Encarnação” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-c, p. 4)¹⁴².

Zona de contexto. O requisito 2.1.A1 encontra-se omissos nos instrumentos de acesso à informação compulsados. O metadado “História Administrativa/Biográfica/Familiar” apresenta uma descrição narrativa sobre este fundo, que varia entre 419 (ANTT) e 383 (ABM) palavras. O ANTT classifica esta entidade como um convento “feminino, da Ordem dos Frades Menores, e estava sob jurisdição diocesana” e “segundo a regra de Santa Clara” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). É realçado

de de 172[...] em que foi escriuã A M^a D. Thereza Josepha de S^a Mar[...], com cota “2.^a RFFUN 2361”. Não integramos no cômputo deste estudo por motivo do que já está acima exposto, mas que indica o caráter acidentado do processo de custódia deste fundo.

¹⁴¹ Às vezes, o código de referência é apresentado como “PT-TT-CNSEF”, designadamente nas representações digitais. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-0000000438 – PTTTCNSEF” (Archives Portal Europe Foundation, 2020d).

¹⁴² Somos a crer que esta unidade pertence a outro fundo, ao que tudo indica, a Repartição da Fazenda do Funchal, última entidade custodiante deste conjunto documental.

que a invocação a Nossa Senhora da Encarnação terá sido iniciada com uma capela instituída por António Mialheiro, falecido em 1565, e gerida por D. Isabel Maria Acciaioli, que mandou erigir a capela-mor. A iniciativa de fundar um convento feminino partiu do cónego da Sé do Funchal, Henrique Calaça de Viveiros (1589-1662), cuja primeira pedra tinha sido lançada a 2 de novembro 1645, deixando dois anos antes da sua morte todos os seus bens ao convento que este fundou. O objetivo inicial do fundador era instituir o Recolhimento de Santa Teresa ou de Nossa Senhora da Encarnação, onde as recolhidas professariam a Ordem Terceira do Carmo, tendo sido a primeira regente a Madre Teresa de Jesus. A criação deste cenóbio feminino obteve autorização por breve *Cum itaque sicut dilectus filius* do papa Inocêncio X, datado de 16 de novembro de 1651. O único relato sobre ambiente espiritual deste recolhimento até à elevação deste cenóbio feminino a convento encontra-se no códice ms. av. 54- V-24 da Biblioteca da Ajuda, da autoria do Pe. João Ribeiro, S. I. (1636-1705), intitulado *Vida da serva de Deus, Maria da Encarnação, nascida no Funchal em 1613 recolhida no Mosteiro da Encarnação do Funchal*. Depois de obter licença régia em 1659, o convento foi finalmente fundado em abril de 1660, não só como voto em “louvor da Virgem da Encarnação, quando Portugal se libertasse do domínio castelhano retomando a independência” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), mas como uma necessidade derivada da incapacidade de o Convento de Santa Clara do Funchal acolher mais jovens, pois vivia já “com muito aperto, por serem muytas e o sítio muy limitado e se não poderem estender por estarem entre caminhos e rocha” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1660, fol. 4). No dia 18 de abril de 1660, a madre Maria Clara de São Bernardo foi transferida do Convento de Santa Clara para o novo Convento de Nossa Senhora da Encarnação, iniciando o cenóbio com 34 religiosas, perfilhando a regra das clarissas urbanas. Ao longo do século XVIII, o Convento de Nossa Senhora da Encarnação foi objeto de diversas intervenções, por motivo do terramoto de 1748, que danificou muitas infraestruturas no arquipélago¹⁴³. Temendo-se o avanço das forças napoleónicas, o convento teve de ser evacuado por motivo da ocupação militar britânica a 7 de janeiro de 1808, o que levou a que as religiosas tivessem de ser transferidas para o Convento de Santa Clara do Funchal, onde ficaram até 1814. O que o ANTT não esclarece é que este facto se deveu à *Convenção secreta sobre a transferência para o Brasil da sede da Monarquia Portuguesa, e ocupação temporária da Ilha da Madeira por tropas britânicas* de 22 de outubro de 1807 (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1858), como condição para a saída estratégica da família real portuguesa para o Brasil. Se, na primeira metade do século XIX, o Decreto de 28 de maio de 1834 (Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1834) extinguiu todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas

¹⁴³ Cf. supra nota 135. O ANTT refere neste metadado que “a igreja e o convento sofreram obras de vulto, sendo então construído um novo coro, maior que o anterior” e que, em “1750, por alvará régio de 10 de Fevereiro, a fazenda real contribuiu para estas obras com um conto de réis”, e, em 1751, “com 750\$000 réis para a construção do muro que ladeava a estrada que conduzia à Igreja de Santa Luzia” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), não contextualizando com a informação contida no próprio fundo que esta entidade custodia.

as ordens religiosas, com a Lei de 4 de abril de 1861 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1862) da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios da Fazenda e com o Decreto e Instruções de 31 de maio de 1862 (Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1871), os conventos femininos foram formalmente extintos, com a ressalva de permitir às religiosas permanecerem no convento até à morte da última religiosa professa. Embora o ANTT indique que os bens do convento tinham sido incorporados na Fazenda Nacional com o falecimento da última religiosa, indicando a Madre Vicência Violante do Céu, falecida em 20 de abril de 1890, na verdade a última religiosa deste mosteiro foi a Madre Felisberta Cândida de São Bernardo, falecida em 24 de outubro de 1890 (Fontoura, 2000). O ABM acrescenta apenas que o “imóvel aonde se estabeleceu a sede do mosteiro foi demolido em 1906, com excepção da capela de Nossa Senhora da Encarnação, tendo o Bispo D. Manuel Agostinho Barreto aí edificado um edifício destinado ao Seminário Diocesano” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 178), depois ocupado pela Escola Preparatória Bartolomeu Perestrelo.

Quanto ao metadado “História Custodial e Arquivística”, o ANTT realça que, em “1894, a 21 de Junho, os livros do arquivo do suprimido convento de Nossa Senhora da Encarnação, que se encontravam na Repartição de Fazenda do Distrito do Funchal, foram transferidos para o Arquivo da Torre do Tombo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ANTT não menciona, como nos outros fundos conventuais, se a transferência do cartório tinha sido realizado sob o amparo do Decreto de 2 de outubro de 1862 e da Portaria de 9 de junho de 1886, do Ministério do Reino, como apontado pelo ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997). O ANTT informa, ainda, que, a partir da década de 1990, tinha sido “abandonada a arrumação geográfica por nome das localidades onde se situavam os conventos ou mosteiros, para adoptar a agregação dos fundos por ordens religiosas” o que levou a que a adoção deste critério “provocou a alteração de cotas nos fundos intervencionados” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). À semelhança do fundo do Convento de Santa Clara do Funchal, o ANTT refere que constituiu “séries documentais segundo o princípio da ordem original sempre que possível (com base em índices de cartórios quando existentes), correspondendo à tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), intervenção materializada nas *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). Há, no entanto, um elemento dissonante, quando o ANTT faz referência a uma documentação “instalada em maços” e que “foi considerada como uma colecção ao nível da série, com a designação de 'Documentos vários', não tendo sido objecto de intervenção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), que não é coincidente com o facto de o fundo descrito somente é composto por uma única tipologia de unidades de instalação, *i. e.*, livros. Também, não é indicado que o fundo em análise

tinha recebido influxo de documentação transferida do Convento de Santa Clara do Funchal “designadamente os livros 103 e 109” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011g; Carvalho & Braga, 2017d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Embora o ANTT não apresente qualquer informação no metadado “Fonte imediata de aquisição ou transferência”, a parte do fundo do mesmo produtor tinha sido incorporada pelo “Arquivo Regional da Madeira em 10 de Março de 1937” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 178)¹⁴⁴, sem determinar a entidade a quem o conjunto documental foi adquirido.

Zona de conteúdo e estrutura. Os únicos metadados onde consta informação veiculada pelos instrumentos de acesso publicados pelo ANTT são “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização”. Em termos de âmbito e conteúdo, o ANTT realça os elementos constitutivos do quadro de classificação¹⁴⁵ e classifica o fundo como “Ordem dos Frades Menores - Província de Portugal; Feminino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação que não consta na sua versão correspondente em .pdf (Carvalho & Braga, 2017a). Da parte do ABM, apenas menciona que a documentação que custodia é “referente à administração dos seus bens” (Arquivo Regional da Madeira, 1997), embora o IDD 25 apresente uma listagem sucinta¹⁴⁶ (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b).

Os critérios adotados pelo ANTT quanto ao “Sistema de organização” do fundo em apreço cingem-se “à tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ABM não explicita qualquer critério em qualquer um dos instrumentos de acesso à informação publicados.

Zona de condições de acesso e utilização. Os metadados como “Condições de acesso”, “Condições de reprodução” e “Características físicas e requisitos técnicos” encontram-se omissos nos instrumentos de acesso à informação relativos ao fundo em apreço. No que concerne ao idioma e escrita, o ANTT informa que o fundo se encontra em português, omitindo a existência de textos em latim.

¹⁴⁴ O guia incorre nesta imprecisão, uma vez que a aquisição deste fundo foi realizada em contexto de Arquivo Distrital do Funchal.

¹⁴⁵ O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SR Tombos de Fundação (1660/1841, 1 u. i.), SR Eleição de Abadessas (1749/1882, 1 u. i.), SR Autos de Perguntas às Noviças (1661/1830, 2 u. i.), SR Óbitos (1749/1890, 1 u. i.), SR Tombos de Escrituras (1670/1779, 1 u. i.), SR Livros da Presidência (1666/1670, 2 u. i.), SR Cobrança de Juros, Foros e Rendas ([17--]-[18--], 2 u. i.), SR Receita e Despesa (1675/1884, 22 u. i.), SR Receita (1815/1837, 8 u. i.), SR Despesa (1815/1837, 8 u. i.).

¹⁴⁶ A listagem do ABM indica a existência das seguintes unidades: Inventário, descrição dos títulos de crédito público e escrituras de empréstimos (1863/1863, 1 u. i.); Tombo 3.º das Escrituras (1802/1867, 1 u. i.); Livro de receita de Foros (1820/1848, 2 u. i.); Foros e juros que se pagão à Comunidade de Nossa Senhora da Encarnação (1687/1745, 1 u. i.); Foros, juros, arrendamentos e alugueis de casa (1801/1803, 1 u. i.); Inventário dos bens (1860/1860, 1 u. i.); Inventário, descrição e avaliação das propriedades rurais e urbanas (1860/1863, 2 u. i.); “Livro da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora do Monte” (1750/1756, 1 u. i.); Livro da Descrição do Convento e dos edifícios anexos (1860/1860, 1 u. i.); “Livro da Descrição e Avaliação dos prazos pertencentes ao Convento” (1860/1863, 1 u. i.); Livro das Contas Correntes (1852/1882, 2 u. i.); Livro das Irmãs das Almas (1666/1666, 1 u. i.); Livro 1.º das Quitações (1801/1807, 1 u. i.); Receita e despesa (1681/1889, 15 u. i.); Livro da relação das recolhidas (1892/1895, 1 u. i.); Caderno dos rendimentos (1814/1888, 1 u. i.); Rol de foros (s.d., 1 u. i.); Rol de recibos e contas (1772/1773, 1 u. i.); Livro com diversos títulos (s.d., 1 u. i.). Cf. conjunto de dados colhidos por Macedo (Macedo, 2017a).

Em termos de instrumentos de acesso à informação, o ANTT evidencia o instrumento de acesso à informação mais antigo (L286), intitulado como *Relação de todos os livros encontrados nos arquivos dos suprimidos conventos de Santa Clara e de Nossa Senhora da Encarnação de que se fez entrega pela Repartição de Fazenda do distrito do Funchal, em 21 de Junho de 1894* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008h). Além disto, o único inventário mais atualizado sobre este fundo, de que derivam os instrumentos de acesso analisados, consiste nas *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d), com elementos extraídos para o IDD 25-A (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b). Não é referenciada a listagem publicada no *Arquivo Histórico da Madeira* sobre este fundo (Anón., 1939c) nem a base de dados *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998).

Zona de documentação associada. Tanto o ANTT como o ABM nada informam em torno dos metadados “Existência e localização de originais” e “Existência e localização de cópias”. Apenas o ANTT apresenta no metadado “unidades de descrição relacionadas” estabelecendo a relação do fundo em análise com “Portugal, Torre do Tombo, Ministério das Finanças, cx. 2070 e 2071” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1830, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a; Direção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas, 2020), omitindo a existência do mesmo fundo no ABM, como os instrumentos de acesso publicados por esta instituição atestam (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b).

No que concerne ao metadado “nota de publicação”, o ANTT somente referencia a *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d), omitindo Fontoura (Fontoura, 2000), ao passo que o guia de fundos do ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997) somente realça Gomes (1995).

Zona de notas. Este metadado é praticamente omissos nos instrumentos de descrição publicadas pelo ANTT e ABM. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados “Nota do arquivista” como “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT nem no guia do ABM. Apenas o instrumento de acesso à informação em formato .pdf refere que a descrição do fundo foi realizada por técnicos do ANTT¹⁴⁷, que as descrições para o metadado “História administrativa” se basearam no verbete “Conventos” do *Elucidário Madeirense* (F. A. da Silva & Menezes, 1921, 1940) e que foram adotadas as convenções de descrição arquivística nacionais (Direção-Geral dos Arquivos, 2007). Na base de dados em linha do ANTT constam “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos

¹⁴⁷ A informação apresentada neste metadado refere que a descrição foi “elaborada por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (IAN/TT) a partir dos Instrumentos de descrição apresentados. Informação acrescentada por Ana Isabel Ângela Baptista (IAN/TT)”, com “Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (Carvalho & Braga, 2017a, pp. 5–6).

registo de “05/04/2011 00:00:00” e de “07/01/2020 09:44:24” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d), sem conseguir-se perceber em que consistiram tais modificações.

2.1.3.5. *Cabido da Sé do Funchal*

Este fundo diocesano integra o G2 ($n= 78$ u. i.), *i. e.*, na custódia global do ANTT, que corresponde a ca. 0,6% em relação ao total de unidades de instalação, que fazem parte da população de fundos em análise. Dado que o Arquivo Diocesano do Funchal é detentor de parte deste fundo (Guerra, 1999)¹⁴⁸, não o integramos no perfil de G1 uma vez que a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) envolve apenas a disputa entre entidades da esfera da administração pública portuguesa, *i. e.*, administração regional autónoma *uersus* administração central do Estado.

Do ponto de vista dos instrumentos de acesso recuperados sobre este fundo, recuperamos registos da base de dados em linha do ANTT e um catálogo em .pdf (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Caraterizaremos a seguir o cumprimento dos requisitos constantes das garantias literárias para a descrição arquivísticas mais relevantes sobre este conjunto documental.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelo ANTT a este fundo consiste na sequência “PT/TT/CSF”¹⁴⁹ (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ANTT dá como título atribuído ao nível de fundo *Cabido da Sé do Funchal* (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹⁵⁰. Em termos de datas extremas, o ANTT custodia documentação produzida entre 1478 e 1861, constituindo-se como o segundo conjunto documental com informação mais antiga a seguir ao *Convento de Santa Clara do Funchal*¹⁵¹. Em termos de extensão e suporte, o ANTT contabiliza “44 liv., 34 mç. (1314 doc.)” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), materializados em papel e pergaminho¹⁵².

¹⁴⁸ Limitar-nos-emos às notas de rodapé em torno das representações atribuídas a este fundo pelo Arquivo Diocesano do Funchal.

¹⁴⁹ O código de referência é apresentado, também, como “PT-TT-CSF”, designadamente nas representações digitais associadas ao nível de unidade de instalação ou de documento. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-00000000438 – PTTTCSF” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a).

¹⁵⁰ O Arquivo Diocesano do Funchal atribui como título a mesma denominação adotada pelo ANTT para o nível de fundo. Cf. Guerra (1999, pp. 324–325).

¹⁵¹ O fundo custodiado pelo Arquivo Diocesano do Funchal apresenta como datas das unidades entre 1460 a 1839 (Guerra, 1999, pp. 324–25).

¹⁵² O Arquivo Diocesano do Funchal custodia diversas unidades, mas no catálogo aparecem apenas 4 u. i.. É referido que “apenas tivemos acesso a três desses livros (...). Não apurámos o paradeiro dos restantes dois livros: o Tombo das Capelas da Sé de 1728 e o livro 5.º dos acórdãos do Cabido” (Guerra, 1999, p. 325).

Zona de contexto. Embora todos os instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelo ANTT sobre este fundo omitam o requisito 2.1.A1.¹⁵³, o metadado “História Administrativa/Bio-gráfica/Familiar” apresenta uma informação muito sucinta (136 palavras) na versão em linha (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), ao passo que na versão publicada por Braga e Dias (2014) este metadado se encontra omissivo. Deste modo, o ANTT começa por definir a função de um cabido como “órgão consultivo encarregue de promover na igreja Catedral um culto mais solene e órgão de administração eclesiástica diocesana, que é erecto, inovado ou suprimido pela Santa Sé”, cujas funções consistiam em “cantar diariamente no coro, a missa e as horas canónicas, desenvolver e apoiar uma escola de ensino em vários níveis, administrar os bens capitulares, assistir ao bispo quando celebra de pontifical, dar parecer ou consentimento em muitos actos da administração diocesana, substituir o bispo quando a Sé está vaga” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹⁵⁴. Do ponto de vista da informação sobre história institucional, o ANTT apenas informa que a Diocese do Funchal tinha sido erigida em 1514 pela bula *Pro excellenti*, do papa Leão X, e que, em 1551, através da bula *Super Vniuersis*, do papa Júlio III, o arcebispado do Funchal tinha sido extinto para voltar “a ser apenas bispado do Funchal, Porto Santo, Desertas e Arguim, e sufragânea do arcebispado de Lisboa” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Evidentemente, este tipo de informação disponibilizada pelo ANTT, enquanto entidade custodiante deste fundo documental, é manifestamente insuficiente para esclarecer sobre a atividade desta entidade eclesiástica, cujo fundo documental apresenta datas extremas entre 1478 e 1861. Não se encontra evidenciado que D. Duarte, por carta régia de 26 de setembro de 1433, tinha cedido o direito de posse e patronato das ilhas atlânticas ao infante D. Henrique, mestre da Ordem de Cristo; que a Ordem de Cristo administrava civil e religiosamente o arquipélago, fazendo com a toda a administração eclesiástica estivesse vinculada ao vicariato de Tomar, sede da Ordem; que a bula *Inter Caetera* do papa Calisto III, de 13 de março de 1456, atribuiu o domínio espiritual à Ordem de Cristo sobre as ilhas, devido à condição de *nullius dioecesis*¹⁵⁵; que houve tentativa de integração dos arquipélagos da Madeira e dos Açores à diocese de Tânger, pelo breve de Paulo II de 27 de fevereiro de 1468, situação que motivou forte oposição por parte do prior de Tomar e por D. Beatriz em 1472; que com a subida ao trono de D. Manuel, herdeiro dos domínios atribuídos à Ordem de Cristo, reverteu esta situação, elevando o Funchal a sede de bispado a 12 de junho de 1514, por bula *Pro Excellentia Proeminentia*, do papa Leão X¹⁵⁶, com uma jurisdição eclesiástica “desde o

¹⁵³ Neste metadado, supostamente remeteria para um registo de autoridade, neste caso atribuído como “fnaa:p:8958” (Direção-Geral dos Arquivos, 2015). ao fundo em apreço.

¹⁵⁴ Esta descrição encontra-se refletida *ipsis uerbis* no registo de autoridade fnaa:p:8958 do Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas (Direção-Geral dos Arquivos, 2015).

¹⁵⁵ Cf. Portugal, ANTT, Gavetas, Gav. 7, mç. 13, n.º 7 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2010), com transcrição (Dinis, 1971).

¹⁵⁶ Cf. tradução da bula em Ferreira (1963) e Morna (2015); vide Witte (1962).

Cabo Bojador até à Índia”; que D. João III requereu, em 1533, ao papa Clemente VII a elevação da *Dioecesis Funchalensis* à categoria de arquidiocese¹⁵⁷, depois da criação de bispados em Angra, S. Tiago, S. Tomé, Santa Catarina-Goa; que a bula *Super specula militantis ecclesiae*, do papa Júlio III, de 26 de fevereiro de 1551, criou a diocese da Baía (Brasil), separando-a da diocese do Funchal¹⁵⁸. Embora não seja nosso propósito traçar a história administrativa desta entidade¹⁵⁹, remetendo-se, para esse efeito a Ferreira (1963), a Vieira (2015) e a edição coordenada por Franco e Costa (2015), estes elementos atrás exemplificados partem da documentação que se encontra custodiada pelo ANTT.

Do ponto de vista da “História custodial e arquivística”, o ANTT faz menção da emissão de um ofício de 9 de julho de 1886 do Ministério do Reino a determinar a atribuição de “ajudas de custo arbitradas ao empregado encarregado de coligir e fazer recolher os livros e documentos pertencentes a corporações religiosas existentes no cartório do Cabido da Sé do Funchal” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Informa, ainda, que a documentação tinha sido transferida do Cabido da Sé do Funchal para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo a 24 de setembro de 1887 “em virtude do Decreto de 2 de Outubro de 1862 e Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), não se encontrando refletido no metadado “Fonte imediata de aquisição ou transferência”. Indica ainda que a partir de 1990 “foi abandonada a arrumação geográfica por nome das localidades onde se situava a instituição eclesiástica, para adoptar a agregação dos fundos por diocese” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017); que a digitalização do fundo iniciou-se em 2012, onde tinham sido “introduzidas na base de dados as informações constantes nos instrumentos de descrição existentes, adaptando-as às regras da descrição arquivística e aos modelos de descrição de fundos congêneres” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e que foram “criadas séries onde se integraram a maioria dos livros e dos maços, e foram criados subfundos correspondentes à documentação produzida pelas diversas confrarias que estavam sedeadas na Sé do Funchal” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Esta situação tem sido questionada por Witte (1962), dado não ter existido bula papal emitida a atestar tal elevação, possivelmente por motivo de falta de pagamento por parte da Coroa à Santa Sé. Cf. Vieira (2015).

¹⁵⁸ Cf. Portugal, ANTT, Bulas, mç. 31, n.º 1 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011).

¹⁵⁹ A história administrativa sobre a documentação na custódia do Arquivo Diocesano do Funchal, descrita por Guerra (1999), é cronologicamente sintética mas abrangente.

¹⁶⁰ A descrição correspondente ao fundo sob custódia no Arquivo Diocesano do Funchal é mais detalhada do ponto de vista do levantamento das vicissitudes custodiais dos conjuntos documentais ao longo do tempo, revelando que o arquivo diocesano se encontrava fisicamente na Sé do Funchal, que as iniciativas de organização arquivística partiram de D. Luís de Figueiredo de Lemos em 1586, depois de ter verificado que “erão perdidos do cartorio da nossa See as bulas da criação do Bispado e outros papeis e provisões muito

Zona de conteúdo e estrutura. Os metadados “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização” são os únicos elementos constantes dos instrumentos de acesso à informação emanados do ANTT. Em termos de âmbito e conteúdo, o ANTT realça os elementos constitutivos do quadro de classificação¹⁶¹ e classifica o fundo como “Fundos Eclesiásticos; Diocesanos – Funchal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação que não consta na sua versão informada por Braga e Dias (2014).

importantes”, tendo ordenado a compilação em livro de tomo para que “se lançassem bem e fielmente e tresladassem dos proprios originaes, todas as provisões, escrituras, doações, sentenças e mais papeis” (Guerra, 1999, p. 230). Também é referido que o cartório episcopal foi danificado pela invasão dos corsários em outubro de 1566 e que, em 1585, o bispo D. Jerónimo Barreto promulgou as *Constituições Sinodais do Bispado do Funchal*, onde constam o sistema de governança de informação da diocese. Para além do terramoto de 1748, que provocou extensa destruição no arquipélago, não se dispo de informação sobre o alcance das perdas deste cartório, temos notícia de o arquivo diocesano ter sido removido para um imóvel da Rua do Seminário em 1914 e depois transferido em 1918 para o Paço Episcopal no Largo do Ribeiro Real, onde atualmente se encontra (Guerra, 1999; Paredes, 2015). Paredes realçou que o arquivo diocesano se encontra “disperso, conservando-se a maior parte da documentação no Arquivo Nacional; porém o Tombo, dois livros de acórdãos, os Estatutos da Sé e nove livros de matrículas dos ordinandos (microfilmados pelo ARM) estão no Arquivo Diocesano, e no Arquivo da Sé livros de acórdãos, da fábrica, de receita e despesa, do ponto, bem como de várias confrarias” (2015, p. 463).

¹⁶¹ O ANTT apresenta uma grande diversidade de séries e de tipologias documentais, como “livros de acórdãos e resoluções do cabido, de registo de depósitos feitos no juízo eclesiástico, de audiências, de profissões de fé, de cantochão, de notas (...) livros da fábrica da Sé do Funchal, relativos a receita e despesa, foros juros e obrigações, do inventário da prata e ornamentos da Sé, da fábrica de Porto Santo relativo a foros e rendas e à Ermida de Nossa Senhora da Graça, o livro “ad canones de notitiis”, documentos das Confrarias das Almas, de Jesus, de Nossa Senhora do Amparo, de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Rosário, de São Jorge, de São Miguel, de São Crispim, de São Crispiniano, os registos paroquiais contendo registo de casamento e crismados da freguesia da Sé, uma nota do bispo do Funchal sobre o serviço do arquivo da Sé, requerimentos e despachos, o testemunho sobre D. Jerónimo Fernando” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; J. Braga & Dias, 2014). Mais acrescenta tipologias de assuntos, como “instituição de capelas, do morgado de Sevilha, privilégios, mercês, autos da vereação da câmara, de justificação de posse, de inquirição, de exames, de entrega, de vistoria, de execução, de medição e demarcação, de questão, de execução, de agravo, de sequestro, cíveis, alvarás e beneplácito régios, provisões, portarias, ordens, e cartas régias, cartas apostólicas ilibatórias, traslado de públicas-formas, sentenças, autuações, proposta, contratos, arrematação, artigos de liquidação, causa sumária, consulta, tabela de liquidação, monitórios, petições, certidões, licenças, avisos, declarações, cartas de venda, de aforamento, de doação, encabeçamentos, reconhecimentos, contas e recibos, relação, procurações, acordos, despachos, proposta, pedido, correspondência, notificações, desistência, atestados médicos, apontamentos, informações, pareceres, citações, exposição, reflexões, nomeações, alegações, concessão, notificações, provisão, testamentos, distrates e quitações, transacção e composição, escrituras, codicilo, avaliações (...) procuração dos fregueses da Ermida de Santiago dos Canhas, termo da Ponta do Sol, autos cíveis de jurisdição, caderno de matrículas dos ordenados dos presbíteros e dos subdiáconos, o memorial de petições do clero do Funchal, breves e bulas, regimentos de D. Manuel e de D. Martinho de Portugal, os estatutos da Sé, mandados do Conselho da Fazenda, erratas das constituições sinodais de 1579 e 1597 e o decreto da Sagrada Congregação, uma informação de Clemente Alexandrino Salgado, cura da Sé, (...) o Colégio de São João Evangelista, o Convento de São Francisco, a Igreja de Santa Maria Maior do Calhau, a Alfândega do Funchal, a Mitra da Sé do Funchal, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, os Conventos da Encarnação, e de Santa Clara, as Confrarias de Nossa Senhora do Amparo e a do Santíssimo Sacramento da Sé do Funchal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; J. Braga & Dias, 2014). Informa igualmente sobre figuras, como “D. Ambrósio, bispo de Rusiona (ou Ranciana), D. Sancho de Turgillo, bispo de Marrocos, D. Jerónimo Fernando, D. Jorge de Lemos, bispos do Funchal, entre outros” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; J. Braga & Dias, 2014). O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SR Acórdãos e resoluções do cabido (1525/1783, 4 u.i.), SR Audiências (1807/1815, 1 u.i.), SR Livros de cantochão ([15--], 4 u.i.), SR Receita e despesa e relação dos foros e obrigações da Fábrica da Sé do Funchal (1568/1861, 7 u.i.), SR Foros e rendas da Igreja e da Ermida de Nossa Senhora da Graça de Porto Santo (1592/1617, 1 u.i.), SR Inventários da prata e ornamentos da Sé do Funchal (1590/1685, 1 u.i.), SR Registo de depósitos do Juízo Eclesiástico (1548/1558, 1 u.i.), SR Registo de matrículas de ordens menores e sacras (1538/1553, 2 u.i.), SR Registo de casamentos da paróquia da Sé do Funchal (1614/1695, 1 u.i.), SR Registo de crismados da paróquia da Sé do Funchal (1602/1688, 1 u.i.), SR Registo de profissões de fé do Cabido da Sé do Funchal (1568/1833, 1 u.i.), SR Visitações do Cabido (1587/1613, 1 u.i.), SR Livros diversos manuscritos (1732/1790, 2 u.i.), SR Documentos relativos ao arquivo (1589/1828, 1 u.i. (12 doc.)), SR Documentos relativos ao bispado (1553/1789, 1 u.i. (47 doc.)), SR Bulas (1506/1742, 1 u.i. (23 doc.)), SR Documentos relativos ao Cabido (1499/1835, 8 u.i. (319 doc.)), SR Documentos relativos a administração de capelas (1533/1745, 1 u.i. (37 doc.)), SR Documentos relativos a clérigos (1515/1835, 6 u.i. (296 doc.)), SR Documentos relativos a confrarias (1556/1821, 5 u.i. (134 doc.)), SR Documentos relativos à Fábrica (1478/1861, 9 u.i. (314 doc.)), SR Documentos relativos a igrejas (1524/1756, 1 u.i. (15 doc.)), SR Documentos relativos à Santa Casa da Misericórdia (1681/1793, 1 u.i. (6 doc.)), SR Cartas de partilha (1660/1783, 1 u.i. (11 doc.)), SR Testamentos (1559/1759, 1 u.i. (16 doc.)), SR Documentos não agrupados (1514/1773, 1 u.i. (19 doc.)), SR Documentos que segundo o Índice de 1803 não pertencem ao arquivo do Cabido (1516/1795, 2 u.i. (56 doc.)); SF Confraria das Almas: SR Registo de admissão de irmãos (1713/1789, 1 liv.), SR Receita e despesa (1719/1796, 2 liv.), SR Receita e despesa e inventário de bens (1766/1797, 1 liv.); SF Confraria de Jesus: SR Relação de foros e juros (1783/1774, 1 liv.), SR Receita e despesa (1683/1790, 3 liv.); SF Confraria de Nossa Senhora do Amparo: SR Receita e despesa (1726/1791, 1 doc.), SR Tombo (1728, 1 liv.); SF Confraria de Nossa Senhora da Conceição: SR Tombo (1725/1790, 1 liv.); SF Confraria de Nossa Senhora do Rosário: SR Missas de obrigação e relação de legados (1728/1779, 1 liv.), SR Receita e despesa (1648/1764, 2 liv.); SF Confraria de São Jorge: SR Instituição da confraria e admissão de irmãos (1667/1724, 1 liv.), SR Registo de quitação de missas pelos irmãos defuntos (1744/1785, 1 liv.), SR Receita e despesa (1745/1792, 1 liv.); SF Confraria de São Miguel, São Crispim e São Crispiniano: SR Reforma do compromisso da confraria (1819, 1 liv.). Relativamente aos quadros de classificação adotados pelo Arquivo Diocesano do Funchal, não reproduziremos aqui, remetendo-os para Guerra (1999) e Paredes (Paredes, 2015).

Os critérios adotados pelo ANTT quanto ao “Sistema de organização” do fundo em apreço cingem-se à “ordenação numérica específica para cada tipo de unidade de instalação (livros e maços)” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹⁶².

Zona de condições de acesso e utilização. Do ponto de vista das condições de acesso, o ANTT menciona laconicamente que existe um “documento retirado da consulta”, sem mais especificações. Do ponto de vista do “Idioma/Escrita”, apenas os instrumentos de acesso à informação em linha mencionam que os documentos se encontram em português (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), ignorando o facto de existir documentos em latim¹⁶³. No que concerne aos instrumentos de acesso à informação produzidos por este organismo, o fundo encontra-se descrito em listagens como *Relação de Livros e documentos existentes no arquivo do Cabido da Sé do Funchal que, em virtude do Decreto de 2 de Outubro de 1862 e Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886, foram transferidos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 24 de Setembro de 1887* (Archives Portal Europe Foundation, 2020a; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008h, 2011b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), um inventário elaborado por Rodrigues (1970), um ficheiro denominado *Catálogo dos livros e documentos do Cabido da Sé do Funchal* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008l). Não foi realçada a presença de “Documentos relativos ao arquivo”¹⁶⁴, onde constam instrumentos de acesso à informação produzidas pela entidade produtora entre 1589 e 1828.

Zona de documentação associada. O ANTT não informa a “Existência e localização de originais”. No metadado “Existência e localização de cópias”, a instituição indica que “existe cópia de consulta em formato digital” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b; J. Braga & Dias, 2014), não informando a existência de cópias de consulta em microfilme no ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-e; Guerra, 1999) e representações digitais elaboradas a partir de microfilme na base de dados *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998). A informação sobre “unidades de descrição relacionadas” é omitida nos instrumentos de acesso à informação que representaram este fundo, não estabelecendo uma relação completa com o fundo custodiado pelo Arquivo Diocesano do Funchal (Guerra, 1999), nem uma relação complementar, por exemplo, com processos existentes no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (Arquivo

¹⁶² No caso do Arquivo Diocesano do Funchal, Guerra indicou que, para o processo de microfilmagem, “não se havia equacionado (...) a indispensabilidade de efectuar um catálogo”, tendo verificado posteriormente “a premência da sua pertinente classificação e descrição”, pelo que optou por um “critério cronológico na ordenação dos documentos e (...) constituir séries tipológicas, salvaguardando, porém, na medida do possível, as estruturas orgânico-funcionais” (Guerra, 1999, p. 235).

¹⁶³ Cf. Bulário da Diocese do Funchal presente em Portugal, ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mc. 3 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2012c).

¹⁶⁴ Cf. Portugal, ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mc. 1 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2012d).

Contemporâneo do Ministério das Finanças, 2013). No que concerne ao metadado “nota de publicação”, o ANTT não apresenta qualquer referência, embora existam obras relevantes como Ferreira (1963) e Franco e Costa (2015).

Zona de notas. O metadado de notas é omissos nos instrumentos de descrição publicados pelo ANTT. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista”¹⁶⁵ como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT, exceto as “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “04/03/2011 00:00:00” e de “05/02/2020 13:37:56” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011b). Apenas o instrumento de acesso de Braga e Dias indica que a informação extraída para o metadado “História custodial e arquivística” se baseou em “Portugal, Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 231” (Archives Portal Europe Foundation, 2020a)¹⁶⁶ e que foram adotadas as convenções de descrição arquivística nacionais (Direção-Geral dos Arquivos, 2007).

2.1.3.6. *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*

Este conjunto documental integra o G2 ($n = 16$ u. i.), *i. e.*, na custódia global do ANTT, que corresponde a ca. 0,12% em relação ao total de unidades de instalação que fazem parte da população de fundos em análise. Os instrumentos de acesso recuperados sobre este fundo suportam-se nos registos da base de dados em linha do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f). Não foi possível identificar a existência de unidades na custódia do ABM, designadamente no instrumento de acesso que descreveu o fundo Governo Civil do Funchal (Arquivo Distrital do Funchal, 1966). Analisaremos a seguir o cumprimento dos requisitos constantes das garantias literárias para a descrição arquivística sobre este conjunto documental.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelo ANTT a este fundo consiste na sequência “PT/TT/CFMPS” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f)¹⁶⁷. O ANTT dá como título atribuído ao nível de fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*

¹⁶⁵ No *Archives Portal Europe* informa no metadado “Informação sobre o acesso” o seguinte: “Descrição elaborada por Idalina Lucas (IAN/TT) a partir dos instrumentos de descrição apresentados. Informação acrescentada por Fernando Carapinha (IAN/TT). Fontes utilizadas para o elemento de informação “História custodial e arquivística”: Portugal, Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 231. Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (Archives Portal Europe Foundation, 2020j). Acrescenta, ainda, no metadado “Outra informação descritiva” que o registo foi “migrado a partir do sistema CALM em 2008-12-27. CALM:Cota Actual:GFE – Dioc FUNCALM:Dimensão e Suporte:44 liv., 34 mç.; em perg., papel.CALM:Autor:Pauloc”. (Archives Portal Europe Foundation, 2020j).

¹⁶⁶ Cf. Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 231 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2018c).

¹⁶⁷ No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-00000000438 - PTTTCFMPS” (Archives Portal Europe Foundation, 2020c).

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f). As datas extremas identificadas pelo ANTT consistem em documentação produzida entre 1834 e 1851, com uma extensão quantificada e suporte em “16 liv.; papel” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).

Zona de contexto. O instrumento de acesso à informação disponibilizado pelo ANTT sobre este fundo omite o metadado de “nome de produtor”¹⁶⁸. Do ponto de vista da “História administrativa”, o ANTT realça que, depois de extinta a Junta da Real Fazenda da ilha da Madeira, a entidade sucessora “de todos os ramos da Fazenda Pública ficou, interinamente, a cargo de uma Comissão, à qual foram atribuídas as competências que tivera a referida Junta” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f). Como referido *supra* (cf. 2.1.3.2), o Decreto de 23 de junho de 1834 (Ministro dos Negócios da Fazenda, 1835) extinguiu formalmente a Junta da Real Fazenda do Funchal e criou uma “Comissão Interina da Fazenda Pública da Província da Madeira” e uma “Casa da Comissão Liquidatária das Dívidas de Estado no Distrito do Funchal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f), sem indicar mais elementos informativos¹⁶⁹. Esta entidade esteve vinculada ao Tribunal do Tesouro Público e, em 1835, tinha sido criada uma Recebedoria do Distrito na Madeira (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837f) para superintender a arrecadação de impostos. Como o Decreto de 19 de agosto de 1837 (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837f) ainda dava existência da Comissão interina para proceder à venda dos bens nacionais, a Junta Geral do Distrito do Funchal – criada por Carta de Lei de 25 de abril de 1835 (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837a) e pelos Decretos de 18 de julho de 1835 (Ministério dos Negócios do Reino, 1837) e de 31 de dezembro de 1836 (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837b) – constituiria a entidade sucessora, ficando “a administração tributária na alçada do Governador Civil, através de uma Repartição da Fazenda” (Vieira, 2014d, p. 40).

A informação constante do metadado “História custodial e arquivística” aponta para o facto de o conjunto documental – entenda-se, a *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, onde o fundo em análise se encontrava inicialmente integrado – tinha sido “entregue à Repartição da Fazenda do Funchal, sendo posteriormente incorporada no Real Arquivo, em cumprimento da Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f). Neste metadado, apresenta as cotas antigas que foram reconduzidas para a criação de um novo fundo, a saber: “livros: 400, 401, 414 a 416, 672, 673, 680, 690, 703, 704, 715, 716, 728, 740 e 780” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f), tendo sido atribuídas, por conseguinte, novas cotas. Do ponto de vista da “Fonte imediata de aquisição ou de transferência”, o ANTT apenas

¹⁶⁸ Neste metadado, que supostamente remeteria para um registo de autoridade, neste caso atribuído como “fnaa:re:23366” ao fundo em apreço (Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2021).

¹⁶⁹ Lê-se em Portugal, ANTT, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 1, ofício de 1835-07-08, fols. 107v-108v, que a Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo era presidida por Francisco Correia de Herédia, Manuel Joaquim da Trindade e o Bacharel Domingos Olavo Correia de Azevedo.

informa que o conjunto documental tinha sido incorporado “ao abrigo de Portaria do Ministério do Reino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).

Zona de conteúdo e estrutura. Os metadados “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização” são os únicos elementos constantes dos instrumentos de acesso à informação emanados pelo ANTT. Em termos de âmbito e conteúdo, o ANTT dá realce a tipologias documentais e assuntos, como “ofícios, avisos e informações; ordens de dispêndio dos armazéns do Arsenal Militar e Naval; documentação da receita da sisa do Funchal, Calheta, Câmara de Lobos, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Santana, Santa Cruz, S. Vicente e ilha do Porto Santo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f), informação refletida no quadro de classificação¹⁷⁰. Os critérios adotados pelo ANTT quanto ao “Sistema de organização” cingem-se ao critério “orgânico-funcional” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).

Zona de condições de acesso e utilização. Em termos de condições de acesso, o ANTT informa que o fundo se encontra “comunicável sem restrições legais” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f), sendo a possibilidade de reprodução sujeita ao “regulamento interno que prevê algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação ou o fim a que se destina a reprodução de documentos, analisado, caso a caso” e em função do “direitos de propriedade do IAN/TT e a legislação sobre direitos de autor e direitos conexos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).

No que concerne aos instrumentos de acesso à informação produzidos por este organismo, o fundo encontra-se descrito num inventário elaborado por Farinha (2000b) e num guia/roteiro (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2002b).

Zona de documentação associada. O ANTT não informa a “Existência e localização de originais” e “Existência e localização de cópias”. A informação sobre “unidades de descrição relacionadas” estabelece relação antecessora “Portugal, Torre do Tombo, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (PT-TT-PJRFF)” e acrescenta “Portugal, Torre do Tombo, Comissão Interina da Fazenda Pública da Província da Madeira (PT-TT-CFMPS); Portugal, Torre do Tombo, Comissão Liquidatária das Dívidas de Estado no Distrito do Funchal (PT-TT-CFMPS)”, informação redundante que poderia estar no metadado de “nome de produtor” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f). No que diz respeito à “nota de publicação”, o ANTT remete informação para o guia de fundos do Arquivo Regional da Madeira (1997), fundo (ou parte dele) que não consta neste instrumento de acesso.

¹⁷⁰ O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SC Contadoria da Fazenda: SR Receita da sisa (1841/1842, 10 u.i.); SR Ofícios, avisos e informações (1834/1838, 2 u.i.); SR Ordem de dispêndio dos armazéns do Arsenal Militar e Naval (1837/1851, 1 u.i.); SR Registo de ordens de pagamento (1837/1848, 3 u.i.).

Zona de notas. O metadado de notas é omissos nos instrumentos de descrição publicados pelo ANTT. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArgTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista”¹⁷¹ como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT, exceto as “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “08/02/2008 00:00:00” e de “02/07/2013 10:35:34” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).

2.1.3.7. *Convento de São Francisco do Funchal*

Este conjunto documental integra o G1 ($n = 8$ u. i.), *i. e.*, na custódia repartida entre o ANTT (87,5%) e o ABM (12,5%), apesar de este cômputo não se encontrar estabilizado. Os instrumentos de acesso à informação recuperados sobre este fundo suportam-se nos registos da base de dados em linha e ficheiros eletrónicos do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e do ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b; G. Jardim, 1999). Caracterizamos a seguir o cumprimento dos requisitos constantes das garantias literárias para a descrição arquivística.

Zona de identificação. O ANTT atribui a este fundo o código de identificação “PT/TT/CSFF” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹⁷². O ABM, por seu turno, não atribui qualquer identificador. Do ponto de vista do título, o ANTT denomina o fundo como “Convento de São Francisco do Funchal”. No caso do ABM, apesar de não designar o fundo, sobressai uma única unidade de instalação intitulada “Livro 3.º da Irmandade da venerável Ordem 3.ª da Penitência do Seráfico Convento de S. Francisco desta Cidade”, com sigla “IOTSF” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b)¹⁷³, correspondente ao título “Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco”. Sobre esta entidade produtora, há mais documentação catalogada por Jardim (1999), *i. e.*, 11 u. i. produzidas entre 1658 e 1883, e por Guerra (1999), relativo à documentação na custódia do Arquivo Diocesano do Funchal, com 8 u. i., produzidas entre 1809 a 1910. No guia de fundos do ABM, este conjunto documental é representado como fundo e informa que se encontram na sua custódia “10 livros desta irmandade”, datados de 1660 a 1882, e que se encontra no ANTT, no fundo *Provedoria*

¹⁷¹ No *Archives Portal Europe* informa no metadado “Informação sobre o acesso” o seguinte: “Descrição elaborada por Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha a partir do inventário, de sua autoria, elaborado em 2000, com a colaboração de Anabela Azevedo Jara e Paula Cristina Silveira; revista e completada por Ana Maria Rodrigues a partir dos instrumentos de descrição indicados, das obras referenciadas em Nota de Publicação e em Regras e Convenções. Informação acrescentada por Teresa Tremoceiro (ANTT). Data da descrição: 2002. 1.ª revisão: 2006-11-21. 2.ª revisão: 2012-12-11” (Archives Portal Europe Foundation, 2020c). Acrescenta, ainda, no metadado “Outra informação descritiva” que o registo foi “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2009-02-22. CALM:Dimensão e Suporte:16 liv.CALM:Autor:Pauloc” (Archives Portal Europe Foundation, 2020c).

¹⁷² O código de referência é apresentado como “PT-TT-CSFF”, designadamente nas representações digitais associadas a registos de nível de unidade de instalação e de documento. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-0000000438 – PTTCSFF” (Archives Portal Europe Foundation, 2020i).

¹⁷³ Na listagem, foi acrescentada à mão a cota “n.º 3 – D2, B20, E11, P[?]”, em lugar da cota topográfica anterior “S.2, “.9, P.3, n.º 56”.

e *Junta da Real Fazenda do Funchal* “um livro desta instituição” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 147)¹⁷⁴. Além disto, Jardim (1999) identificou mais quatro confrarias erigidas no *Convento de São Francisco do Funchal*, a saber: *Confraria das Almas* (1587/1815, 2 u. i.), *Confraria de Jesus, Maria e José* (1758/1797, 2 u. i.), *Confraria de Nossa Senhora da Conceição dos Terceiros* (1704/1831, 7 u. i.) e *Confraria de Nossa Senhora da Soledade* (1699/1835, 4 u. i.), conjuntos documentais insertos em fundos na custódia do ABM, como *Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas* e *Governo Civil do Distrito do Funchal* (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 46–47, 72–74). A inclusão destes dados alteraria o cômputo global dos conjuntos documentais sobre o *Convento de São Francisco do Funchal* sob custódia do ANTT (1732/1832, 7 u. i.) e do ABM (1587/1835, 26? u. i.), sem contar com o Arquivo Diocesano do Funchal (1809/1910, 8 u. i.). Enquanto o ANTT representou os conjuntos documentais das confrarias e irmandades erigidas nos conventos como subfundos, o ABM, por seu turno, individualiza-os como fundos distintos. A falta de instrumentos de acesso à informação mais atualizados por parte do ABM dificulta o reconhecimento sobre a dimensão dos fundos e subfundos associada a esta entidade produtora. Se o ANTT tivesse desagregado os subfundos relativos a confrarias e irmandades associadas a entidades monásticas como fundos distintos, como deveria ter feito, não só ampliaria a população de conjuntos documentais como também conduziria o fundo do *Convento de São Francisco do Funchal* ao perfil de G2.

Zona de contexto. Os metadados de “Nome de produtor” e de “Fonte imediata de aquisição ou transferência” encontram-se ausentes das descrições dos instrumentos de acesso à informação emanados pelos organismos custodiantes.

No que concerne à “História administrativa”, o ANTT começou por classificar o *Convento de São Francisco do Funchal* como “masculino, e pertencia à Ordem dos Frades Menores, da Província de Portugal da Observância” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ANTT ampara-se nas crónicas dos autores seráficos, como frei Manuel da Esperança (Esperança, 1666) e frei Fernando da Soledade (1705) para referir-se à formação primitiva da comunidade de religiosos franciscanos no arquipélago, referindo o facto de estes terem erigido um “eremitério, com a invocação de São João Baptista, começado em 1440 e abandonado em 1459” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹⁷⁵.

¹⁷⁴ O conjunto documental a que o ABM se refere não é consistente com o que está representado no ANTT, uma vez que esta entidade reconduziu apenas uma unidade de instalação da *Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens e do Patriarca São José*, que se encontrava na *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, para integrá-la no fundo do *Convento de São Francisco do Funchal*. Cf. o quadro de classificação deste fundo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i).

¹⁷⁵ Os religiosos franciscanos foram não só presença assídua nas navegações no Atlântico Oriental (Vieira, 2015), designadamente por terem estado nas Canárias desde o século XIII e inícios do século XV, e por terem recebido do papa Martinho V, através da letra pontifícia *Ad ea* de 9 de abril de 1423, a autorização de se fixarem nesse arquipélago (Dinis, 1961), como também acompanharam João Gonçalves Zarco no reconhecimento do arquipélago da Madeira, como atestado pelos cronistas do séc. XVI como Jerónimo Dias Leite (2016) e Gaspar Frutuoso (2011). Como o território descoberto e por descobrir se encontrava sob a jurisdição do padroado da Ordem de Cristo e apesar de a comunidade franciscana ter constituído sem qualquer beneplácito um eremitério por volta de 1440, situado na margem direita do ribeiro de S. João, como atestado na sentença datada de 1499 de Fr. Nuno Cão, vigário do Funchal (Arquivo Nacional

O ANTT acrescenta diversos eventos relacionados com a formação do convento nos séculos XV e inícios de XVI¹⁷⁶, sem a pulcritude de demonstrar as fontes documentais em que se basearam. Elementos relativos à evolução da instituição entre os finais dos séculos XVI e XVIII encontram-se omissos, por exemplo, a inserção dos conventos franciscanos do arquipélago da Madeira na Província de Portugal da Regular Observância, ocorrida em 1584, e a constituição de uma custódia independente denominada como Custódia de São Tiago Menor da Ilha da Madeira, por patente do geral da Ordem, em 5 de junho de 1683, e confirmada por Inocêncio XI, a 30 de junho de 1683 (Carita, 2020b). A descrição termina com a extinção das ordens religiosas por ação do Decreto de 30 de maio de 1834 (Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda, 1835)¹⁷⁷, em que os bens foram “incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Da parte do ABM, o guia de fundos somente reconhece que dos “oito mosteiros seráficos erguidos na Madeira (...) acha-se igualmente incorporada naquele Arquivo Nacional documentação do Convento de São Francisco do Funchal” e que “a mais antiga documentação existente do Convento de São Francisco do Funchal, fundado em 1473 e cabeça da Custódia de São Tiago Menor, remonta somente ao século XVIII” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 177).

Do ponto de vista da “História custodial e arquivística”, existe um conjunto de elementos importantes sobre a formação deste fundo na custódia do ANTT, uma vez que poderá estar na origem do facto de este não ter sido mencionado na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). O ANTT refere que o conjunto documental, à semelhança dos fundos anteriores, foi transferido “em virtude da Portaria de 9 de Junho de 1886”, tendo os livros sido recolhidos pela “Repartição da Fazenda do Funchal, sendo posteriormente incorporados na Torre do Tombo juntamente com os da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Neste último conjunto documental, constavam, também, “os documentos dos Conventos de São Bernardino de Câmara de Lobos, de São Francisco do Funchal, de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz, de São Sebastião da Calheta, de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava”, onde foi atribuída uma “numeração sequencial” (Arquivo

da Torre do Tombo, 2012e), somente com a bula *Iniunctum Nobis* do papa Nicolau V de 28 de abril de 1450 foi reconhecida a permissão de a comunidade permanecer no arquipélago, permanecendo submetidos ao vigário da Província de Portugal da Regular Observância. Como a presença franciscana constituía uma ameaça aos interesses da Ordem de Cristo, a sua saída da ilha da Madeira para o Convento de Xabregas, em Lisboa, ocorreu em 1459.

¹⁷⁶ E referido que “quatro dos mencionados religiosos regressaram à ilha e fizeram um oratório, junto a uma ribeira, com quatro celas e uma ermida que, entretanto, foram danificadas pelas enchentes da ribeira”, que em “1462 fundaram segunda casa, ainda não estando a primeira totalmente extinta, com o patrocínio da infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel que lhes conseguiu um terreno”, que em “1473, foi fundado por Luís Álvares da Costa e seu filho Francisco Álvares da Costa”, que em “1479, frei Rodrigo de Arruda foi o primeiro guardião, tomando posse deste convento que pertencia à Custódia da Madeira”, que “a partir de 1482, foi habitado” e que em “1554, a igreja do convento foi sagrada pelo bispo D. Sancho de Truxilho, sendo guardião frei Pedro do Turcifal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

¹⁷⁷ Parece-nos ser pouco congruente à natureza do fundo a menção que o ANTT faz neste metadado, ao referir a extinção de “todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), sendo uma cópia das descrições feitas aos Conventos de Santa Clara do Funchal e de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal.

Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) por parte da Repartição da Fazenda do Funchal. A intervenção sobre este fundo somente foi concretizada depois de 1990, onde se procederam a alterações entretanto já descritas acima em torno dos fundos conventuais femininos (cf. 2.1.3.3 e 2.1.3.4): o abandono do critério de “arrumação geográfica por nome das localidades” em prol de uma “agregação dos fundos por ordens religiosas”, com alterações supervenientes na “alteração de cotas nos fundos intervenionados” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). A formação de um novo fundo partiu deste processo de desagregação de unidades da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal para formar o fundo do Convento de São Francisco do Funchal e subordinando a este o sub-fundo Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens e do Patriarca São José, também denominada por Congregação da Rainha dos Anjos e do Patriarca São José (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011m). Os critérios para a constituição de séries documentais suportaram-se no “princípio da ordem original sempre que possível (com base em índices de cartórios quando existentes), correspondendo à tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), que culmina com a publicação de *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). Além disto, o ANTT faz menção a uma documentação “instalada em maços” que corresponde a “uma colecção ao nível da série, com a designação de 'Documentos vários', não tendo sido objecto de intervenção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação que não é coincidente com o facto de o fundo descrito somente é composto por livros¹⁷⁸. Da parte do ABM, no que respeita à entidade Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, erigida no Convento com a mesma invocação, apenas informa que a documentação tinha sido incorporada a “10 de Março de 1937, proveniente da Repartição de Finanças do Funchal” (Arquivo Regional da Madeira, 1997). Fazendo jus à descrição de Jardim (1999), os conjuntos documentais das confrarias e irmandades constituídas no Convento de São Francisco do Funchal encontram-se integradas noutros fundos, como já dissemos, o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas¹⁷⁹ e Governo Civil do Funchal, incorporados em contexto de Arquivo Distrital do Funchal, respetivamente, em data não determinada (Arquivo Regional da Madeira, 1997) e a 20 de novembro de 1955 e a 19 de julho de 1960 (Arquivo Regional da Madeira, 1997).

Zona de conteúdo e estrutura. Os metadados “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização” são os únicos elementos constantes dos instrumentos de acesso emanados pelo ANTT. Em termos de âmbito e conteúdo, o ANTT dá realce às séries documentais compostas por “registos de patentes,

¹⁷⁸ Esta referência ocorre igualmente no fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*.

¹⁷⁹ Jardim refere que o fundo foi “oferecido ao ARM juntamente com o fundo da Misericórdia do Funchal em Outubro de 1931, onde aquele juízo funcionava à data da sua extinção” (1999, p. 15).

de missas e de receita e despesa” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e constituição de um sub-fundo que “registos de compromissos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011m; Carvalho & Braga, 2017f), informação refletida no quadro de classificação¹⁸⁰. O ANTT indexa este conjunto documental como “Fundos Eclesiásticos; Ordem dos Frades Menores - Província de Portugal; Masculino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i). Os critérios adotados pelo ANTT quanto ao “Sistema de organização” cingem-se à constituição de séries baseadas na “tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

Zona de condições de acesso e utilização. Em termos de condições de acesso, o ANTT apenas realça que os documentos se encontram escritos em português e que o único instrumento de acesso à informação de onde derivam as descrições em linha consiste em *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). No caso do ABM, não são apontadas limitações no acesso aos fundos conventuais e, em específico, aos conjuntos documentais das confrarias e irmandades associadas ao *Convento de São Francisco do Funchal*, apontado apenas a questões de preservação de espécies em mau estado de conservação (Arquivo Regional da Madeira, 1997; G. Jardim, 1999)¹⁸¹.

Zona de documentação associada. O ANTT não informa a “Existência e localização de originais” e “Existência e localização de cópias”. A informação sobre “unidades de descrição relacionadas” estabelece relação complementar a “Portugal, Torre do Tombo, Ministério das Finanças, cx. 2267, inv. n.º 487” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2016c)¹⁸² e “Portugal, Torre do Tombo, Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça cx. 2 mç. 1” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i; Carvalho & Braga, 2017f; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Não estabelece qualquer outra relação, especialmente a relação completiva com algumas das unidades identificadas por Jardim (1999) e por Guerra (1999). Também não é estabelecida uma relação genérica com outros conjuntos documentais, como *Cabido da Sé do Funchal*, *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* ou *Corpo Cronológico*. Da parte do ABM, o IDD 25 não estabelece qualquer relação, a não ser através do catálogo elaborado por Jardim, em que estabelece vínculo de complementaridade com os conventos franciscanos na custódia do ABM e do ANTT (1999, 17–19)¹⁸³.

¹⁸⁰ O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SF Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens e do Patriarca São José: SR Compromissos (1765/1769, 1 u.i.); SR Registo de patentes (1732/1780, 1 u.i.); SR Registo de missas (1797/1821, 3 u.i.); SR Receita e despesa (1809/1832, 2 u.i.). Sobre os conjuntos documentais custodiados pelo ABM, v. s. *sub uerbo* “Zona de identificação”.

¹⁸¹ Refira-se que tanto o *Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas* como o *Governo Civil do Funchal* não dispõem de um instrumento de acesso à informação atualizado (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, sem data).

¹⁸² Neste inventário encontram-se incluídos o “Rol da Livraria, identificação dos Autores e dos Livros” da livraria do Convento de São Francisco do Funchal, que foram alvo de confisco, analisados por Pereira (2015) e Silva (2014).

¹⁸³ Importa realçar a nota 12, em que um dos técnicos do ANTT apenas informou ao Arquivo Regional da Madeira a existência de documentação sobre confrarias e irmandades no *Cabido da Sé do Funchal* a partir dos “IDD’s L-286, L-491 e F-78” (G. Jardim, 1999,

No que diz respeito à “nota de publicação”, o ANTT somente faz menção a Sousa (2005). No caso do ABM, somente em Jardim é que se faz referência para publicações insulares, designadamente Noronha (1996) e Veríssimo (1992).

Zona de notas. O metadado de notas é omissos nos instrumentos de descrição publicadas pelo ANTT. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista”¹⁸⁴ como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT, exceto as “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “05/04/2011 00:00:00” e de “07/01/2020 09:44:36” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011i).

2.1.3.8. Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos

Este fundo documental integra o G1 ($n= 5$ u. i.), *i. e.*, na custódia repartida entre o ANTT (80%) e o ABM (20%). Os instrumentos de acesso à informação recuperados sobre este fundo consistem nos registos da base de dados em linha e ficheiros eletrónicos do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e do ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b; G. Jardim, 1999), que caracterizaremos a seguir.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelo ANTT a este fundo consiste na sequência “PT/TT/CSBCL” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)¹⁸⁵. O ABM, por seu turno, não atribui qualquer identificador. O ANTT denomina o fundo como “Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ABM, por seu turno, intitula o fundo como “Convento de São Bernardino, em Câmara de Lobos” (Arquivo Regional e Biblioteca

p. 19). Não se informa sobre a existência de outras confrarias e irmandades integrantes dos fundos conventuais e entidades do Antigo Regime custodiados pelo ANTT.

¹⁸⁴ No *Archives Portal Europe* e Carvalho e Braga informa no metadado “Informação sobre o acesso” o seguinte: “Descrição elaborada por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (IAN/TT) a partir dos Instrumentos de descrição apresentados e por Diogo Serrão (IAN/TT) a partir da obra descrita na Nota de publicação. Informação acrescentada por Maria de Fátima Dentinho Inglez do Ó Ramos (IAN/TT), por Teresa Saraiva (IAN/TT) e por Ana Isabel Ângela Baptista (IAN/TT). Fonte utilizada para o elemento de informação História custodial e arquivística: Inventário da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, da Alfândega do Funchal, da Comissão da Fazenda do distrito da Madeira e Porto Santo, 2000 (L 610), p. 3, 4. Inclui a tabela de equivalência entre a cota antiga e a cota actual dos livros dos Conventos do Funchal. Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (Archives Portal Europe Foundation, 2020i; Carvalho & Braga, 2017f). Acrescenta, ainda, no metadado “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2008-12-27. CALM:Cota Actual:GFE - OFM Portugal MCALM:Dimensão e Suporte:7 liv., papelCALM:Autor:Pauloc” (Archives Portal Europe Foundation, 2020i).

¹⁸⁵ O código de referência é apresentado como “PT-TT-CSBCL”, designadamente nas representações digitais associadas a registos de nível de unidade de instalação e de documento. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-0000000438-CSBCL” (Archives Portal Europe Foundation, 2020h).

Pública da Madeira, n.d.-b) ou “Convento de São Bernardino – Câmara de Lobos” (Arquivo Regional da Madeira, 1997).

As datas extremas em torno de unidades custodiadas pelo ANTT dizem respeito a um âmbito temporal situado entre 1792 a 1825, enquanto no ABM constam unidades produzidas entre 1783 e 1824, o que poderá indicar, tal como nos fundos anteriores, a necessidade de identificar-se lacunas temporais dentro de uma ou várias séries documentais. Quanto à extensão e suporte, o ANTT quantifica “4 liv.; papel” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) ¹⁸⁶. O ABM custodia “00001 lv; 000,02 m/l” (Arquivo Regional da Madeira 1997, 184), dimensão consistente com o que consta na listagem constante do IDD 25 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b). Porém, Jardim identifica a existência de dois conjuntos documentais relativos às confrarias erigidas no *Convento de São Sebastião de Câmara de Lobos*, designadamente *Confraria de Santa Ana* (1788-1794, 2 u.i.) e *Confraria do Senhor Jesus* (1789-1797, 5 u.i.) (G. Jardim, 1999), integrados no fundo Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas. Através das datas extremas e dimensão das unidades de instalação integrantes do fundo em análise, podemos concluir que estamos na presença de um fundo fragmentário, atendendo que este convento tinha sido fundado por volta de 1459.

Zona de contexto. Os metadados de “Nome de produtor” e de “Fonte imediata de aquisição ou transferência” encontram-se ausentes das descrições dos instrumentos de acesso à informação emanados pelos organismos custodiantes.

No que concerne à “História administrativa”, o ANTT começou por classificar o Convento de São Francisco do Funchal como “masculino”, da “Ordem dos Frades Menores, da Província de Portugal da Observância” e da “Custódia da Madeira” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Refere que a fundação do convento se deu por volta de 1459 e que “teve origem num Oratório situado na freguesia de Câmara de Lobos”, cuja fundação é atribuída a “Frei Gil de Carvalho que se fixou no Funchal, quando os religiosos que ocupavam o hospício de São João acabavam de sair desta ilha e foram estabelecer uma comunidade nas proximidades de Lisboa” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), *i. e.*, nas ruínas do paço de Xabregas, depois Convento de São Francisco. A comunidade primitiva deste eremitério era composta por “dois eremitas, João Afonso e Martinho Afonso, que esmolavam pelo povoado para a sustentação dos três” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

¹⁸⁶ O ABM referiu que “o arquivo da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal custodiado pelo IAN/TT guarda igualmente um livro deste convento” (Arquivo Regional da Madeira, 1997), elemento que revela inconsistências na representação de unidades nos instrumentos de acesso emanados pelo ANTT disponibilizados na altura.

Com o crescimento da comunidade, o terreno para a construção do convento, com dimensões modestas, foi “doado por João Afonso Correia, escudeiro do infante D. Henrique, e sua mulher Inês Lopes (...) cercado dum lado pela ribeira e do outro por uma rocha, propício ao género de vida a que se dedicavam” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Entre outras notas históricas¹⁸⁷, os dados indicados não emergem do próprio conjunto documental (cf. *supra* em “Datas extremas”), mas coincide com a descrição constante do guia de fundos do ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997). A descrição termina com a extinção das ordens religiosas por ação do Decreto de 30 de maio de 1834 (Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda, 1835)¹⁸⁸, onde os bens foram “incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), facto que ocorreu em todos os conventos masculinos da ilha. Para além destes elementos, o espaço conventual foi recuperado parcialmente por Madre Mary Jane Wilson (1840-1916)¹⁸⁹ e passou a ser sede, a partir de 1960, da Paróquia de Santa Cecília (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 183–184).

Quanto à “História custodial e arquivística”, os dados reportados são similares aos indicados no fundo do Convento de São Francisco do Funchal, designadamente ao realçar o facto de o conjunto documental em análise ter sido formado a partir da desagregação de unidades de instalação inicialmente integradas no fundo Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, conjuntos documentais incorporados por ação da “Portaria de 9 de Junho de 1886” do Ministério do Reino (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017); de ter sido abandonado o critério de “arrumação geográfica por nome das localidades” em prol de uma “agregação dos fundos por ordens religiosas”, com alterações supervenientes na “alteração de cotas nos fundos intervencionados” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da

¹⁸⁷ O ANTT não indica as fontes de informação em que se baseou, que tudo aponta para a *História Seráfica* de Fr. Fernando da Soledade (1705), Cordeiro (1717, 1866) e Frutuoso (2011), para além do que é referido na “Nota de publicação”. Indica neste metadado que, por volta de 1480, foi “reconstruído o edifício por Frei Jorge de Sousa, após uma enchente da ribeira que tinha destruído a pequena igreja e parte do convento, esta comunidade, pela organização canónica e melhoria das condições materiais, tornou-se uma verdadeira casa religiosa” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), retirando-se Fr. Gil de Carvalho para o continente; que entre “1485 e 1505, aí viveu frei Pedro da Guarda [1435-1505] que morreu com fama de santidade” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), tornando-se local de peregrinação dos devotos; que a “capela-mor da nova igreja foi fundada por Rui Mendes de Vasconcelos, filho de Martim Mendes de Vasconcelos e de Helena Gonçalves, filha de Zarco e sua mulher Isabel Correia, que era descendente dos doadores do terreno em que se tinha levantado o primitivo convento” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017); e que em “1607, por testamento aprovado a 12 de Dezembro desse ano, João Bettencourt de Vasconcelos, neto do fundador da mesma capela e padroeiro dela, vinculou a terça dos seus bens para acudir às necessidades do Convento” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Para mais elementos sobre a história institucional deste convento franciscano, consulte-se Veríssimo (2002).

¹⁸⁸ Parece-nos ser pouco congruente à natureza do fundo a menção que o ANTT faz neste metadado, ao referir a extinção de “todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), sendo uma cópia das descrições feitas aos Conventos de Santa Clara do Funchal e de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal.

¹⁸⁹ Cf. Carita (1991, 2020a) e Jesus (1993).

Madeira, 2017)¹⁹⁰; de a intervenção nestes fundos ter ocorrido em finais do ano de 1990 e só a partir de 2002 o fundo é que se autonomizou ao da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal com a publicação de *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). Da parte do ABM, dado esta entidade custodiar apenas uma unidade de instalação, apenas realça que a documentação foi incorporada a 10 de março de 1937 (Arquivo Regional da Madeira, 1997), sem estabelecer qualquer referência para os conjuntos documentais das confrarias supra-mencionadas erigidas neste convento (G. Jardim, 1999).

Zona de conteúdo e estrutura. Os metadados “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização” são os únicos elementos informados pelo ANTT nos instrumentos de acesso. Em termos de âmbito e conteúdo, o ANTT dá realce às séries documentais compostas por “registos de receita e despesa” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação refletida no quadro de classificação¹⁹¹. O ANTT indexa este conjunto documental como “Fundos Eclesiásticos; Ordem dos Frades Menores - Província de Portugal; Masculino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h). Da parte do ABM, a única unidade de instalação se apresenta intitulada como “Relação dos devedores que devem tomar contas”, datado de 1738/1824, com cota número “S.2, E. 9, P. 3, n.º 52” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b)¹⁹², também intitulado como “Relação de devedores do convento” (Arquivo Regional da Madeira, 1997)¹⁹³.

Quanto ao “Sistema de organização”, o ANTT cingiu-se à constituição de séries baseadas na “tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ABM, por seu turno, não disponibiliza qualquer informação sobre a unidade de instalação sob a sua custódia¹⁹⁴.

Zona de condições de acesso e utilização. Em termos de condições de acesso, o ANTT apenas realça que os documentos se encontram escritos em português e que o único instrumento de acesso à informação de onde derivam as descrições em linha consiste em *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). No caso do ABM, não são indicadas restrições no acesso aos fundos conventuais e, em específico, aos conjuntos documentais das confrarias e irmandades associadas ao *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos*, apontando

¹⁹⁰ Novamente, o ANTT faz menção a uma documentação “instalada em maços” que corresponde a “uma colecção ao nível da série, com a designação de 'Documentos vários', não tendo sido objecto de intervenção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação que não é coincidente, como indicado em fundos anteriores, com o facto de o fundo descrito somente ser composto por livros.

¹⁹¹ O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SR Receita e despesa (1792/1825, 4 u.i.).

¹⁹² No IDD 25, a cota original era “S.2, E. 9, P. 3, n.º 51”.

¹⁹³ Na eventualidade de os conjuntos documentais das confrarias erigidas sob esta entidade conventual, as Confrarias de Santa Ana e do Senhor Jesus possuem a série “Autos de tomada de contas”, respetivamente, 1788/1794, 2 u.i., e 1789-1797, 5 u.i., como atrás indicado (G. Jardim, 1999, p. 16).

¹⁹⁴ Sobre as unidades de instalação das confrarias e irmandades sob a custódia do ABM, o único critério adotado consiste na organização intelectual do catálogo, com entidades “dispostas alfabeticamente de acordo com as divisões administrativas actuais: concelho e freguesia” (G. Jardim, 1999, p. 16).

apenas a questões de preservação de espécies em mau estado de conservação (Arquivo Regional da Madeira, 1997; G. Jardim, 1999)¹⁹⁵.

Zona de documentação associada. O ANTT não indica a “Existência e localização de originais” e “Existência e localização de cópias”¹⁹⁶. A informação sobre “unidades de descrição relacionadas” estabelece relação complementar a “Portugal, Arquivo Regional da Madeira”¹⁹⁷ e “Portugal, Torre do Tombo, Ministério das Finanças, cx. 2267, inv. n.º 489” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2016c) e “Portugal, Torre do Tombo, Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça cx. 2 mç. 1” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h, 2016b; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Tanto o ANTT como o ABM não estabelecem qualquer tipo de relação, designadamente com as unidades identificadas por Jardim (1999). Também não é estabelecida uma relação genérica com outros conjuntos documentais, como *Cabido da Sé do Funchal* ou *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. Da parte do ABM, o IDD 25, devido à sua configuração, não estabelece qualquer relação¹⁹⁸, exceto o guia de fundos desta instituição que remete para os fundos custodiados pelo ANTT (Arquivo Regional da Madeira, 1997).

No que diz respeito à “nota de publicação”, o ANTT somente faz menção a Sousa (2005, p. 286–287) e, no caso do ABM, o guia faz referência a Jesus (1993).

Zona de notas. O metadado de notas é omissos nos instrumentos de descrição publicados pelo ANTT. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista”¹⁹⁹ como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT, exceto as “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “05/04/2011 00:00:00” e de “07/01/2020 09:44:31” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h).

¹⁹⁵ Refira-se, mais uma vez, que tanto o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas como o Governo Civil do Funchal não dispõem de um instrumento de acesso atualizado (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, n.d.).

¹⁹⁶ Sobre o fundo em apreço, o ABM possui um microfilme com 32 fotogramas sem especificar qual a unidade de instalação sob custódia do ANTT (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-e).

¹⁹⁷ Embora o ANTT não indique nas “notas de publicação”, tudo indica que esta relação completiva se baseie na informação veiculada pelo guia de fundos do ABM (Arquivo Regional da Madeira 1997).

¹⁹⁸ A única exceção digna de nota deriva do catálogo elaborado por Jardim em que estabelece vínculo de complementaridade com os conventos franciscanos na custódia do ABM e do ANTT (1999, p. 17–19).

¹⁹⁹ No *Archives Portal Europe* e Carvalho e Braga informa no metadado “Informação sobre o acesso” o seguinte: “Descrição elaborada por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (IAN/TT) a partir dos Instrumentos de descrição apresentados e por Diogo Serrão (IAN/TT) a partir da obra descrita na Nota de publicação. Informação acrescentada por Maria de Fátima Dentinho Inglez do Ó Ramos (IAN/TT) e por Ana Isabel Ângela Baptista (IAN/TT). Fonte utilizada para o elemento de informação “História custodial e arquivística”: Inventário da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, da Alfândega do Funchal, da Comissão da Fazenda do distrito da Madeira e Porto Santo, 2000 (L 610), p. 3, 4. Inclui a tabela de equivalência entre a cota antiga e a cota actual dos livros dos Conventos do Funchal. Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (Archives Portal Europe Foundation, 2020h; Carvalho & Braga, 2017e). Acrescenta, ainda, no metadado que transcrevemos *ipsis uerbis*: “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2008-12-27. CALM:Cota Actual:GFE – OFM Portugal MCALEM:Dimensão e Suporte:4 liv., papelCALEM:Autor:Pauloc” (Archives Portal Europe Foundation, 2020h).

2.1.3.9. *Convento de São Sebastião da Calheta*

Este conjunto documental integra o G2 ($n=4$ u. i.), *i. e.*, na custódia global do ANTT, que corresponde a ca. 0,03% em relação ao total de unidades de instalação que fazem parte da população de fundos em análise. Os instrumentos de acesso à informação recuperados sobre este fundo suportam-se nos registos da base de dados em linha e na versão em .pdf do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Analisaremos a seguir o cumprimento dos requisitos constantes das garantias literárias para a descrição arquivística sobre este conjunto documental.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelo ANTT a este fundo consiste na sequência “PT/TT/CSSC” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²⁰⁰. O título formal atribuído ao fundo denomina-se “Convento de São Sebastião da Calheta” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). As datas extremas identificadas pelo ANTT consistem em documentação produzida entre 1674 e 1811, com uma extensão e suporte quantificadas em “4 liv.; papel” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

Zona de contexto. Os instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelo ANTT sobre este fundo omitem o metadado de “nome de produtor”²⁰¹. Do ponto de vista da “História administrativa”, o ANTT realça que “masculino, pertencia à Ordem dos Frades Menores, e à Província de Portugal” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ANTT realça somente que, em 1670, foi acolhida a primeira comunidade e que o cenóbio “foi edificado num terreno comprado por Pedro Bettencourt de Atouguia, na localidade da Calheta” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²⁰². Mais informa que os bens do convento foram “incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), facto que ocorreu em todos os conventos masculinos da ilha.

²⁰⁰ O código de referência é apresentado como “PT-TT-CSSC”, designadamente nas representações digitais associadas a registos de nível de unidade de instalação e de documento. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-00000000438-CSSC” (Archives Portal Europe Foundation, 2020h).

²⁰¹ Neste metadado, supostamente remeteria para um registo de autoridade, neste caso atribuído como “fnaa:p:9159” ao fundo em apreço, sendo também atribuído ao produtor (correspondente ao subfundo) da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, no Convento de São Sebastião da Calheta (fl. 1674-1811), com identificador “fnaa:p:9160” (Direção-Geral dos Arquivos, 2013).

²⁰² Estas informações sobre história institucional não realçam o facto de este cenóbio masculino ter iniciado como Oratório de São Sebastião da Calheta, erigido com “humildes alicerces” e “com esmollas do Povo, junto a hũa pequena ermida de S. Sebastião, que lhe deu o nome” (Noronha, 1996, p. 256), erguido pelo morgado Pedro Bettencour de Atouguia (1622-1680?). Este morgado tinha provocado um homicídio ao corregedor Gaspar Mouzinho de Barba, devido a um conflito relacionado com a recolha de impostos. O morgado refugiou-se no Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos, onde se converteu à Ordem, usando o nome de Frei José da Encarnação, que adquiriu o terreno às suas expensas e fundou o convento. Cf. Noronha (1996, pp. 256–258).

No que respeita à “História custodial e arquivística”, os dados reportados são similares aos elementos acima indicados sobre os conventos masculinos desagregados do fundo *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, conjuntos documentais incorporados por ação da “Portaria de 9 de Junho de 1886” do Ministério do Reino (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). É indicado que foi abandonado o critério de “arrumação geográfica por nome das localidades” em prol de uma “agregação dos fundos por ordens religiosas”, com alterações supervenientes na “alteração de cotas nos fundos intervencionados” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²⁰³. Mais informa que a intervenção em torno destes fundos ocorreu em finais do ano de 1990, mas só a partir de 2002 é que se procedeu à autonomização do fundo conventual em relação ao da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, patente em *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d).

Zona de conteúdo e estrutura. Os metadados “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização” são os únicos elementos constantes dos instrumentos de acesso emanados pelo ANTT. O ANTT dá realce às séries documentais compostas por “registos de patentes, inventários para levar a Capítulo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e constituição de um sub-fundo intitulado “Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação refletida no quadro de classificação²⁰⁴. O ANTT indexa este conjunto documental como “Fundos Eclesiásticos; Ordem dos Frades Menores - Província de Portugal; Masculino”. Os critérios adotados pelo ANTT quanto ao “Sistema de organização” cingem-se à constituição de séries baseadas na “tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

Zona de condições de acesso e utilização. Em termos de condições de acesso, o ANTT apenas realça que os documentos se encontram escritos em português e que o único instrumento de acesso à informação de onde derivam as descrições em linha consiste em *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d) e um documento interno (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2002c).

²⁰³ Novamente, o ANTT faz menção a dois elementos erroneamente copiados do fundo *Convento de São Francisco do Funchal* para a descrição deste fundo, no seguinte passo: “a documentação deste fundo esteve, até à data de 2002, identificada como sendo do fundo da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, como indicam as cotas antigas, e passaram para o fundo *Convento de São Francisco do Funchal* e receberam cota específica” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Noutro passo, reitera que a documentação “instalada em maços” que corresponde a “uma colecção ao nível da série, com a designação de 'Documentos vários', não tendo sido objecto de intervenção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j; Carvalho & Braga, 2017g; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação que não é coincidente, como indicado em fundos anteriores, com o facto de o fundo descrito somente ser composto por livros.

²⁰⁴ O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SF Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco: SR Receita e despesa (1674/1811, 2 u.i.); SR Patentes (1753/1811, 1 u.i.); SR Inventários (1750/1782, 1 u.i.).

Zona de documentação associada. O ANTT não informa em qualquer um dos metadados integrantes desta zona. O ANTT não estabelece relação complementar ao processo sob a sua custódia “Ministério das Finanças, Convento de São Sebastião da Ordem de São Francisco, cx. 2267, nº 490” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2016d), respeitante ao inventário deste convento. Também não é estabelecida uma relação genérica com outros conjuntos documentais, como *Cabido da Sé do Funchal* ou *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*.

Zona de notas. O metadado de notas é omissivo nos instrumentos de descrição publicados pelo ANTT. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista”²⁰⁵ como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT, exceto as “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “05/04/2011 00:00:00” e de “08/03/2017 11:39:15” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j).

2.1.3.10. Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava

Este conjunto documental integra o G2 ($n = 3$ u. i.), que corresponde a ca. 0,02% em relação ao total de unidades de instalação que integram a população de fundos em análise. Os instrumentos de acesso à informação recuperados sobre este fundo suportam-se nos registos da base de dados em linha e na versão em .pdf do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), que analisamos a seguir.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelo ANTT a este fundo consiste na sequência “PT/TT/CNSPRB” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²⁰⁶. O título formal atribuído ao fundo denomina-se “Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). As datas extremas identificadas pelo ANTT consistem em documentação produzida entre 1736 e 1809, com uma extensão e suporte quantificadas em “3 liv.; papel”

²⁰⁵ No *Archives Portal Europe* e Carvalho e Braga informa no metadado “Informação sobre o acesso” o seguinte: “Descrição elaborada por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (IAN/TT) a partir dos Instrumentos de descrição apresentados. Informação acrescentada por Maria de Fátima Dentinho Inglez do Ó Ramos (IAN/TT). Fonte utilizada para o elemento de informação “História custodial e arquivística”: Inventário da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, da Alfândega do Funchal, da Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, 2000 (L 610), p. 3, 4. Inclui a tabela de equivalência entre a cota antiga e a cota actual dos livros dos Conventos do Funchal. Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (Archives Portal Europe Foundation, 2020f; Carvalho & Braga, 2017c, p. 5). Acrescenta, ainda, no metadado que transcrevemos *ipsis verbis*: “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2008-12-27. CALM:Cota Actual:GFE – OFM Portugal MCALM:Dimensão e Suporte:4 liv., papelCALM:Autor:Pauloc” (Archives Portal Europe Foundation, 2020j).

²⁰⁶ O código de referência é apresentado como “PT-TT- CNSPRB”, designadamente nas representações digitais associadas a registos de nível de unidade de instalação e de documento. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-00000000438-PTTT-CNSPRB” (Archives Portal Europe Foundation, 2020f).

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

Zona de contexto. Os instrumentos de acesso disponibilizados pelo ANTT sobre este fundo omitem o metadado de “nome de produtor”²⁰⁷. Do ponto de vista da “História administrativa”, o ANTT realça que “masculino, pertencia à Ordem dos Frades Menores, e à Província de Portugal da Observância” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ANTT realça que o cenóbio “o teria passado, provavelmente, a Hospício franciscano, integrado na Custódia da Madeira” e que tinha sido fundado por volta de 1730, baseando-se na “data inscrita no pórtico da igreja conventual talvez corresponda ao ano da sua construção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Acrescenta, ainda, que a 20 de fevereiro de 1834 e através da “Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas, encarregada da Reforma Geral Eclesiástica, foi suprimido, extinto e profanado o Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava, ao abrigo do Decreto de 9 de Agosto de 1833, onde já só habitava o religioso frei João Evangelista de Potreis, que foi transferido para a comunidade dos Menores Reformados Capuchinos Italianos do Vale de Santo António” e que o “Irmão Torcato que servia de procurador foi secularizado” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Mais informa que o convento foi formalmente extinto por ação do Decreto de 30 de maio de 1834 (Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda, 1835)²⁰⁸, onde os bens foram “incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), facto que ocorreu em todos os conventos masculinos da ilha. Devido à ruína em que se encontrava o convento, foi demolido por iniciativa do Visconde da Ribeira Brava (Veríssimo, 1996), atualmente Largo dos Herédias.

No que respeita à “História custodial e arquivística”, os dados reportados são similares aos elementos acima indicados sobre os conventos masculinos desagregados do fundo Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, conjuntos documentais incorporados por ação da “Portaria de 9 de Junho de 1886” do Ministério do Reino (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), recolhidos posteriormente da Repartição da Fazenda do Funchal. É indicado que foi abandonado o critério de “arrumação geográfica por nome das localidades” em prol de uma “agregação dos fundos por ordens religiosas”,

²⁰⁷ Neste metadado, supostamente remeteria para um registo de autoridade, neste caso atribuído como “fnaa:p:9148” ao fundo em apreço (Direção-Geral dos Arquivos, 2013).

²⁰⁸ Parece-nos ser pouco congruente à natureza do fundo a menção que o ANTT faz neste metadado, ao referir a extinção de “todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), sendo uma cópia das descrições feitas aos Conventos de Santa Clara do Funchal e de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal.

com alterações supervenientes na “alteração de cotas nos fundos intervencionados” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²⁰⁹. Mais informa que a intervenção em torno destes fundos ocorreu em finais do ano de 1990, mas só a partir de 2002 é que se procedeu autonomização do fundo conventual em relação ao da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, patente em *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d).

Zona de conteúdo e estrutura. Os metadados “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização” são os únicos elementos constantes dos instrumentos de acesso emanados pelo ANTT. O ANTT dá realce às séries documentais compostas por “registos de receita e despesa relativos ao Oratório e Hospício de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação contida no quadro de classificação²¹⁰. O ANTT indexa este conjunto documental como “Fundos Eclesiásticos; Ordem dos Frades Menores - Província de Portugal; Masculino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Os critérios adotados pelo ANTT quanto ao “Sistema de organização” cingem-se à constituição de séries baseadas na “tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

Zona de condições de acesso e utilização. Em termos de condições de acesso, o ANTT apenas realça que os documentos se encontram escritos em português e que o único instrumento de acesso à informação de onde derivam as descrições em linha consiste em *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d).

Zona de documentação associada. O ANTT nada informa em qualquer um dos metadados integrantes desta zona.

Zona de notas. O metadado de notas é omissos nos instrumentos de descrição publicados pelo ANTT. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArqTM* do ANTT.

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista”²¹¹ como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT,

²⁰⁹ Novamente, o ANTT reitera que a documentação “instalada em maços” que corresponde a “uma colecção ao nível da série, com a designação de ‘Documentos vários’, não tendo sido objecto de intervenção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011f; Carvalho & Braga, 2017c; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação que não é coincidente, como indicado em fundos anteriores, com o facto de o fundo descrito somente ser composto por livros.

²¹⁰ O quadro de classificação encontra-se estruturado da seguinte forma: SR Receita e despesa (1736/1809, 3 u.i.).

²¹¹ No *Archives Portal Europe* e Carvalho e Braga, informa no metadado “Informação sobre o acesso” o seguinte: “Descrição elaborada por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (IAN/TT) a partir dos Instrumentos de descrição apresentados. Informação acrescentada por Maria de Fátima Dentinho Inglez do Ó Ramos (IAN/TT) e por Ana Isabel Ângela Baptista (IAN/TT). Fontes utilizadas para o elemento de informação “História custodial e arquivística”: Inventário da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, da Alfândega do Funchal, da Comissão da Fazenda do distrito da Madeira e Porto Santo, 2000 (L 610), p. 3, 4. Inclui a tabela de equivalência entre a cota antiga e a cota actual dos livros dos Conventos do Funchal. Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (Archives Portal Europe Foundation, 2020f; Carvalho & Braga, 2017c). Acrescenta, ainda, no metadado que transcrevemos *ipsis uerbis*: “Registo migrado a

exceto as “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “05/04/2011 00:00:00” e de “08/03/2017 11:39:15” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011j).

2.1.3.11. Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz

Este fundo documental integra o G1 ($n= 2$ u. i.), *i. e.*, na custódia repartida entre o ANTT (50%) e o ABM (50%). Os instrumentos de acesso à informação recuperados sobre este fundo consistem nos registos da base de dados em linha e ficheiros eletrónicos do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017) e do ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b; G. Jardim, 1999), que analisamos a seguir.

Zona de identificação. O código de identificação atribuído pelo ANTT a este fundo consiste na sequência “PT/TT/CNSPSC” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²¹², atribuindo como título “Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz”. O ABM, por seu turno, não atribui qualquer identificador, mas intitula o fundo como “Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b) ou “Convento de Nossa Senhora da Piedade – Santa Cruz” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 181). As datas extremas identificadas pelo ANTT consistem em documentação produzida entre 1772 e 1776, com uma extensão e suporte quantificadas em “1 liv.; papel” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). O ABM custodia “00001 lv; 000,03 m/l”, com datas de produção de “1705-1710” (Arquivo Regional da Madeira, 1997)²¹³. Pela dimensão e datas deste fundo é possível depreender que estamos perante um conjunto documental conventual extremamente fragmentário.

Zona de contexto. Os instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelo ANTT sobre este fundo omitem o metadado de “nome de produtor”²¹⁴.

Do ponto de vista da “História administrativa”, o ANTT realça que “masculino, pertencia à Ordem dos Frades Menores, e à Província de Portugal da Observância” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Informa que o convento foi erigido em julho de 1518 “pelo genovês Urbano Lomelino, por disposição testamentária do mesmo ano, perto de Santa Cruz” e que o fundador “vinculou os seus

partir do sistema CALM em 2008-12-27. CALM:Cota Actual:GFE - OFM Portugal MCALM:Dimensão e Suporte:4 liv., papel-CALM:Autor:Pauloc” (Archives Portal Europe Foundation, 2020f).

²¹² O código de referência é apresentado como “PT-TT-CNSPSC”, designadamente nas representações digitais associadas a registos de nível de unidade de instalação e de documento. No *Archives Portal Europe*, o identificador para este fundo é “PT-00000000438-CNSPSC” (Archives Portal Europe Foundation, 2020e).

²¹³ Jardim (1999) identifica uma confraria erigida neste convento, intitulada “Confraria de Santa Ana” (1790/1802, 2 u.i.).

²¹⁴ Neste metadado, supostamente remeteria para um registo de autoridade, neste caso não foi possível recuperar o registo fnaa a partir da base de dados da Internet *Arquivo.pt*.

bens por testamento a favor do sobrinho, Jorge Lomelino e seus descendentes, com o encargo de se concluir a edificação do convento, de o conservar e ainda de sustentar seis religiosos quando lhes faltassem as esmolas” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Em 1527, a comunidade primitiva compunha-se por “seis frades, quatro sacerdotes e dois leigos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), que ligava Santa Cruz a Machico “fronteiro ao desaparecido Forte de São Francisco, construído no século XVIII” (Arquivo Regional da Madeira, 1997). O ANTT informa que foi erguida a capela com invocação a Santa Ana na igreja do convento, onde se encontrava o carneiro dos fundadores. A descrição termina com a extinção das ordens religiosas por ação do Decreto de 30 de maio de 1834 (Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda, 1835)²¹⁵, onde os bens foram “incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Somente o ABM realça uma “disputa judicial entre Nuno de Freitas Lomelino, padroeiro do convento, e a Fazenda Nacional, que havia ilegalmente incorporado os bens do mosteiro nos próprios nacionais em 1984” (Arquivo Regional da Madeira, 1997). Após à extinção das ordens religiosas masculinas, o convento foi votado ao abandono, tendo sido salvaguardados artefactos arqueológicos na custódia do Museu da Quinta das Cruzes por ação do antigo diretor do Arquivo Distrital do Funchal, Dr. António Aragão, em 1961, e, posteriormente, demolido para a construção do aeroporto.

No que toca à “História custodial e arquivística”, os dados reportados são similares aos indicados sobre os conventos masculinos, designadamente ao realçar o facto de o conjunto documental em análise ter sido formado a partir da desagregação de unidades de instalação inicialmente integradas no fundo Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, conjuntos documentais incorporados por ação da “Portaria de 9 de Junho de 1886” do Ministério do Reino (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017); de ter sido abandonado o critério de “arrumação geográfica por nome das localidades” em prol de uma “agregação dos fundos por ordens religiosas”, com alterações supervenientes na “alteração de cotas nos fundos intervencionados” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²¹⁶; de a intervenção nestes fundos ter ocorrido em finais do ano de 1990 e só a partir de 2002 o fundo é que

²¹⁵ Parece-nos ser pouco congruente à natureza do fundo a menção que o ANTT faz neste metadado, ao referir a extinção de “todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011h; Carvalho & Braga, 2017e; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), sendo uma cópia das descrições feitas aos Conventos de Santa Clara do Funchal e de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal.

²¹⁶ Novamente, o ANTT faz menção a uma documentação “instalada em maços” que corresponde a “uma colecção ao nível da série, com a designação de 'Documentos vários', não tendo sido objecto de intervenção” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017), informação que não é coincidente, como indicado em fundos anteriores, com o facto de o fundo descrito somente ser composto por livros.

se autonomizou ao da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal com a publicação de *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d). Da parte do ABM, dado esta entidade custodiar apenas uma unidade de instalação, apenas realça que a documentação foi incorporada a 10 de março de 1937 (Arquivo Regional da Madeira, 1997)²¹⁷.

Zona de conteúdo e estrutura. Os metadados “Âmbito e conteúdo” e “Sistema de organização” são os únicos elementos constantes dos instrumentos de acesso à informação emanados pelo ANTT. O ANTT e o ABM partilham as mesmas séries documentais, compostas por “registos de receita e despesa” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²¹⁸. Apenas o ANTT informa que o “Sistema de organização” adotado se cinge à constituição de séries baseadas na “tipologia formal dos actos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017).

Zona de condições de acesso e utilização. Em termos de condições de acesso, apenas o instrumento de acesso à informação do ANTT realça que os documentos se encontram escritos em português e que o único instrumento de acesso à informação de onde derivam as descrições em linha consiste em *Ordens monástico-conventuais* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002d).

Zona de documentação associada. O ANTT não indica a “Existência e localização de originais” e “Existência e localização de cópias”. A informação sobre “unidades de descrição relacionadas” estabelece relação complementar a “Portugal, Arquivo Regional da Madeira”²¹⁹ e “Portugal, Torre do Tombo, Ministério das Finanças, cx. 2267, inv. n.º 491” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e, 2016a; Carvalho & Braga, 2017b; Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017). Tanto o ANTT como o ABM não estabelecem qualquer tipo de relação, designadamente com as unidades identificadas por Jardim (G. Jardim, 1999), nem uma relação complementar com o fundo familiar Freitas Lomelino (sécs. XVI/XX, 19 u.i.)²²⁰. No que diz respeito à “nota de publicação”, o ANTT somente faz menção a Sousa (2005).

Zona de notas. O metadado de notas é omissos nos instrumentos de descrição publicados pelo ANTT. Não é mencionada nem quantificada a existência de unidades de instalação digitalizadas e acessíveis na base de dados *DigitArgTM* do ANTT.

²¹⁷ Os conjuntos documentais da confraria de Santa Ana, erigida neste convento (Jardim, 1999), encontram-se integrados no Juízo do Resíduo e Provedorias de Capelas, incorporados em data não informada pelo ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997).

²¹⁸ O quadro de classificação do ANTT cinge-se a SR Receita e despesa (1772/1776, 1 u.i.) e o ABM, SR Receita e despesa (1705/1710, 1 u.i.). No caso da Confraria de Santa Ana, o quadro de classificação cinge-se à SR Autos de tomadas de contas (1790/1802, 2 u.i.).

²¹⁹ Embora o ANTT não indique nas “notas de publicação”, tudo indica que esta relação completiva se baseie na informação veiculada pelo guia de fundos do ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997).

²²⁰ O guia de fundos informa que o arquivo e biblioteca da família Freitas Lomelino foi adquirida em 1964, não se dispondo, desde então, de qualquer instrumento de acesso mais detalhado (Arquivo Regional da Madeira, 1997).

Zona de controlo da descrição. Tanto os metadados de “Nota do arquivista”²²¹ como de “Regras e convenções” não são mencionados no instrumento de acesso à informação em linha do ANTT, exceto as “Datas de descrição”, repartidas em “data de criação” e “data de modificação”, onde, respetivamente, temos registo de “05/04/2011 00:00:00” e de “07/01/2020 09:44:26” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011e).

2.1.3.12. Síntese dos elementos constitutivos da população

Em conformidade com os critérios definidos para a análise covariacional, que resultaram na identificação de onze fundos – não cinco como indicado na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) – importa realçar os principais elementos que sobressaem da descrição dos instrumentos de acesso à informação analisados. Seguindo a mesma orientação em suportar a caracterização dos instrumentos de acesso à informação a partir das garantias literárias para a descrição arquivística (Direção-Geral dos Arquivos, 2007), realçam-se os seguintes aspetos:

Zona de identificação. No que respeita ao “Código de identificação”, os instrumentos de acesso à informação emanados pelo ANTT (à exceção de um inventário publicado pelo ABM) cumprem com este requisito. Há, no entanto, problemas que podem configurar em incompatibilidades em termos de interoperabilidade técnica e semântica²²². O metadado “Título” ocorre em todos os instrumentos de acesso à informação compulsados, exceto o caso do *Convento de São Francisco do Funchal* na custódia do ABM. No entanto, verifica-se uma sobreposição da atribuição da denominação do fundo entre o título e o nome do produtor, conduzindo à omissão deste na maior parte dos instrumentos de acesso à informação publicados pelas entidades custodiantes²²³. Embora os títulos de nível de fundo se apresentem como estáveis, os títulos paralelos são remetidos para o metadado “História administrativa”. O metadado “Datas” ocorre em todos os instrumentos de acesso à informação compulsados, não se distinguindo datas de produção e de acumulação²²⁴. No que respeita à “Dimensão e suporte”, o cômputo das unidades de instalação na custódia das entidades arquivísticas varia não só na tipologia, mas também na dimensão. Um dos aspetos verificados é que o número

²²¹ No *Archives Portal Europe* e Carvalho e Braga informa no metadado “Informação sobre o acesso” o seguinte: “Descrição elaborada por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (IAN/TT) a partir dos Instrumentos de descrição apresentados e por Diogo Serrão (IAN/TT) a partir da obra descrita na Nota de publicação. Informação acrescentada por Maria de Fátima Dentinho Inglez do Ó Ramos (IAN/TT) e por Ana Isabel Ângela Baptista (IAN/TT). Fonte utilizada para o elemento de informação “História custodial e arquivística”: Inventário da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, da Alfândega do Funchal, da Comissão da Fazenda do distrito da Madeira e Porto Santo, 2000 (L 610), p. 3, 4. Inclui a tabela de equivalência entre a cota antiga e a cota actual dos livros dos Conventos do Funchal. Revisão feita por Joana Braga (Torre do Tombo)” (*Archives Portal Europe Foundation*, 2020e; Carvalho & Braga, 2017g). Acrescenta, ainda, no metadado que transcrevemos *ipsis uerbis*: “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2008-12-27. CALM:Cota Actual:GFE - OFM Portugal MCALM:Dimensão e Suporte:1 liv., papelCALM:Autor:Pauloc” (*Archives Portal Europe Foundation*, 2020e).

²²² Por exemplo, Alfândega do Funchal, fundo representado com a sigla ora como ALF (ANTT) ora como ALFUN (ABM), vid. *supra* 2.1.3.1, s. u. “Zona de identificação”).

²²³ A exceção ocorre na descrição do fundo *Alfândega do Funchal* em sede de relatório de avaliação, vid. *supra* 2.1.3.1, s. u. “Zona de identificação”).

²²⁴ Este aspeto surge, por exemplo, em dois fundos custodiados pelo ANTT, no caso do *Convento de Santa Clara do Funchal* e *Cabido da Sé do Funchal* (vid. *supra* respetivamente 2.1.3.3 e 2.1.3.5, s. u. “Zona de identificação”), que possuem documentação com data anterior à criação das entidades propriamente ditas. Esta situação pode indiciar a existência de entidades produtoras que terão permanecido obscuras devido aos critérios adotados pela entidade custodiante.

de unidades de instalação pode não se encontrar estabilizado nos instrumentos de acesso à informação entretanto compulsados, tanto da parte do ANTT como da parte do ABM. Por um lado, verificam-se da parte do ANTT reconduções de unidades de instalação para a formação de novos fundos²²⁵, ao passo que no que toca ao ABM existem dificuldades no cômputo global de unidades integrantes de um fundo documental²²⁶, por não ter havido uma reanálise sistemática dos fundos em instrumentos de acesso à informação mais atualizados.

Zona de contexto. À exceção do relatório de avaliação feito pelo ABM (2012) sobre a *Alfândega do Funchal*, o metadado “Nome de produtor” encontra-se praticamente omissos na maior parte dos instrumentos de descrição analisados. No entanto, sendo um requisito descritivo obrigatório (Direção-Geral dos Arquivos, 2007) para o nível de fundo, a sua omissão pode sugerir como elemento redundante ao metadado de título. Quanto à “História administrativa”, este elemento meta-informativo encontra-se presente em todos os instrumentos de acesso à informação (de forma explícita ou implícita). Verifica-se, no entanto, que os elementos a respeito da evolução da entidade produtora tendem a não emergir a partir da documentação sob custódia das entidades arquivísticas²²⁷. Entre omissões ou imprecisões sobre factos históricos e hiatos cronológicos, é um metadado onde se privilegia o texto narrativo de dimensão variável. O metadado “História custodial e arquivística” é um dos mais importantes em torno da população de fundos analisados. Enquanto os instrumentos de acesso à informação do ANTT descrevem os percursos custodiais dos fundos removidos do arquipélago da Madeira, da parte do ABM, por não haver instrumentos de acesso à informação mais atualizados, a informação é recuperável em determinados parágrafos da “História administrativa”. Da parte do ANTT, o que torna a população de fundos coesa consiste no facto de os arquivos terem sido removidos *ope legis, i. e.*, por ação da Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886. No caso do ABM, é significativa a informação respeitante à incorporação de fundos conventuais remanescentes em 1937 à Repartição de Finanças da Funchal (entidade sucessora da Repartição da Fazenda do Funchal), que pode indiciar que a documentação removida para o ANTT não foi completa. Integra informação sobre decisões de organização/ordenação, representando “coleções ao nível de série” no fundo *Convento de Santa Clara do Funchal* (ANTT). Apesar de a informação estar contida no metadado anterior, são poucos os instrumentos de acesso à informação que recorrem ao metadado “Fonte imediata de aquisição ou transferência” este elemento obrigatório de descrição arquivística (2.4.A1.), remetendo para a Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886. No caso do ABM, os fundos conventuais e das entidades remanescentes foram incorporados em contexto de Arquivo Distrital do Funchal, dentro das incumbências constantes do

²²⁵ Veja-se *supra* o caso da *Alfândega do Funchal* e *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, respetivamente, em 2.1.3.1 e 2.1.3.2.

²²⁶ Cf. o caso do *Convento de São Francisco do Funchal* (2.1.3.7) na custódia do ABM, apesar de o conjunto documental ser composto exclusivamente por unidades documentais procedentes de confrarias e irmandades erigidas neste cenóbio franciscano.

²²⁷ O caso do *Convento de São Francisco do Funchal* (2.1.3.7) pode constituir-se como exemplo, em que o ANTT traça o percurso institucional deste organismo, partindo do século XV. Apesar de o fundo ter como data mais antiga o século XVIII, o ANTT não estabelece adequadamente referência da fonte em documentação de outros fundos custodiados também por este organismo, por exemplo *Cabido da Sé do Funchal*.

Decreto n.º 19952, de 30 de julho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f) e do Decreto n.º 20690, de 30 de dezembro (Ministério de Instrução Pública, 1931e).

Zona de conteúdo e estrutura. A maior parte dos instrumentos de acesso à informação cumprem com este requisito de descrição de “Âmbito e conteúdo”, enumerando séries, tipologias documentais e assuntos mais relevantes sobre o fundo descrito, por vezes condicionados às limitações técnicas dos meios onde os dados se encontram registados²²⁸. No que respeita “Avaliação, seleção e eliminação”, apenas um único instrumento de acesso à informação informa ações em torno do fundo intervencionado, o IDD 3-A da *Alfândega do Funchal* (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012)²²⁹, sem mencionar expressamente, por exemplo, o recurso ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/M, de 14 de julho (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2004) aplicado a massas documentais acumuladas. Em relação aos “Ingressos adicionais”, trata-se de um dos metadados mais ausentes em todos os instrumentos de acesso à informação emanados pelas entidades custodiantes. Por exemplo, é expectável que os conjuntos documentais produzidos pela *Alfândega do Funchal* permaneçam em aberto até que as decisões de transferência sejam tomadas entre as partes²³⁰. Sendo um requisito obrigatório no âmbito da descrição de nível de fundo (3.4.A1.), o metadado “Sistema de organização”, consoante a dimensão física dos fundos, apresenta informação diversa em torno das opções das entidades custodiantes na configuração das secções e das séries documentais e critérios de ordenação. No entanto, as entidades arquivísticas não identificam nos quadros de classificação lacunas em torno de unidades documentais do mesmo fundo na custódia de outra entidade.

Zona de condições de acesso e utilização. Embora as entidades custodiantes não apresentem restrições de acesso aos fundos (≥ 100 anos), exceto em algumas séries presentes no IDD 3-A (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2012), apenas existe um caso, *Cabido da Sé do Funchal*, em que o ANTT indica em “Condições de acesso” a existência de uma unidade documental fora de consulta, sem precisar concretamente. No caso ABM, existem fundos que, desde a sua incorporação em contexto de Arquivo Distrital do Funchal, não possuem instrumento de acesso à informação atualizado, como é o caso, por exemplo, da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*. Poucos instrumentos de acesso à informação emanados pelo ANTT e ABM recorrem ao metadado “Condições de reprodução” para informar sobre as facilidades de reprodução, condicionando aos regulamentos internos das entidades custodiantes e dependente da avaliação sobre o estado de conservação das unidades documentais. Não se encontra indicada pelos serviços a existência de reproduções digitais e não é possível perceber quais as condições de utilização das representações digitais existentes nos sistemas de informação. Do ponto de vista do “Idioma / Escrita”, as entidades

²²⁸ A título de exemplo, devido à configuração do próprio sistema de informação eletrónico, os dados não se encontram vinculados aos registos respetivos, de modo a proporcionar uma pesquisa mais dinâmica e multidimensional. Este aspeto ocorre em todos os instrumentos de acesso à informação compulsados, independentemente da sua materialização.

²²⁹ Veja-se *supra* o caso da *Alfândega do Funchal* em 2.1.3.1.

²³⁰ Cf. nota anterior.

custodiantes indicam nos seus instrumentos de acesso à informação que os fundos se encontram maioritariamente escritos em português, designadamente os fundos na custódia do ANTT, a saber: *Convento de Santa Clara do Funchal*, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, *Convento de São Francisco do Funchal*, *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos*, *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz*, *Cabido da Sé do Funchal*, *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava* e *Convento de São Sebastião da Calheta*. Porém, obscurece-se a existência de documentação em latim e em espanhol e tipo de escrita. Também, o elemento meta-informativo “Características físicas e requisitos técnicos” encontra-se omissos em todos os instrumentos de acesso à informação, exceto o IDD 3 relativo ao fundo *Alfândega do Funchal* (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-a, 2012), existindo informação genérica em “Condições de acesso” (u. g., *Cabido da Sé do Funchal*). Entre as entidades custodiantes que possuem diversos instrumentos de acesso à informação que representam os fundos está o ANTT, que identifica diversas versões e tipologias genológicas. Da parte do ABM, não existe informação relevante para além dos instrumentos acima indicados. Não se dispõe de uma representação reunificada dos fundos integrantes do G1.

Zona de documentação associada. Em termos de “Existência e localização de originais”, somente o fundo *Alfândega do Funchal* na custódia do ANTT é que estabelece vínculo com outros sub-fundos²³¹. São notórias as limitações na identificação de unidades documentais para os restantes fundos sob este metadado. Da mesma maneira, apenas dois fundos informam o metadado “Existência e localização de cópias” em *Alfândega do Funchal* (ANTT e ABM) e em *Cabido da Sé do Funchal* (ANTT), designadamente a produção de micrografias e existência de representações digitais. Quanto ao elemento meta-informativo “Unidades de descrição relacionadas”, este constitui um dos elementos mais relevantes na identificação de conjuntos documentais, designadamente os conjuntos documentais de G1. Verificam-se algumas omissões da parte do ANTT em relação a fundos do mesmo produtor na custódia do ABM, mas esta entidade não dispõe de instrumentos de acesso à informação atualizados, sendo o IDD 25 e 25-A (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b) meras relações. É notória a ausência de descrições feitas por Jardim (1999) e por Guerra (1999) no estabelecimento de relações completivas entre conjuntos documentais dos mesmos produtores repartidos entre entidades custodiantes tanto do domínio público como privado. Por último, no que concerne ao metadado “Nota de publicação”, predominam referências ao guia de fundos do ABM, verificando-se que a produção científica em torno dos fundos representados se encontra, na maior parte das vezes, ausente.

²³¹ Veja-se *supra* o caso da *Alfândega do Funchal* em 2.1.3.1.

Zona de notas. Este metadado de nível de fundo encontra-se ausente nos instrumentos de acesso à informação compulsados, encontrando-se presente nas versões disponibilizadas em bases de dados ou integradas nas versões em .pdf em “Nota do arquivista”.

Zona de controlo da descrição. As informações disponíveis sobre o “Nota do arquivista” encontram-se nas versões em .pdf da parte das entidades custodiantes e no *Archives Portal Europe*. O Portal Português de Arquivos e os portais particulares do ANTT e ABM omitem este metadado. O metadado “Regras ou convenções” apenas se encontra explícito na versão em .pdf da parte das entidades custodiantes, suportando-se nas *Orientações para a Descrição Arquivística* (Direção-Geral dos Arquivos, 2007). No caso do ABM, a entidade refere o recurso ao ISAD(G) (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002). Por último, o metadado datas de descrição encontra-se repartido nas versões nas bases de dados em linha entre datas de criação e última modificação. Alguns instrumentos de acesso à informação da parte do ABM não providenciam datas de criação das descrições. Em ambos os casos, as versões anteriores não são disponibilizadas pelas entidades custodiantes como “trilha de auditoria”, não ficando sinalizadas onde se realizaram precisamente as alterações ao conteúdo.

Importa referir, em última análise, que os elementos descritivos omissos ao nível de fundo podem ser encontradas em unidades de descrição inferiores, baseando-se no princípio de não repetição de informação (Direção-Geral dos Arquivos, 2007).

Um dos elementos mais notórios consiste no facto de não existirem representações em ISAAR(CPF) relativas às entidades produtoras dos fundos acima analisados, parcialmente recuperadas no portal *Arquivo.pt*, já que o *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas* da responsabilidade da Direção-Geral do Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas tem permanecido há vários anos inativo. Este recurso descritivo, juntamente com as descrições baseadas em ISAD(G), poderia dar a conhecer a proveniência dos fundos que se encontram obscurecidos devido à denominação atribuída pelas entidades custodiantes.

Além disto, foi possível verificar que os instrumentos de acesso à informação referentes ao conjunto de fundos integrantes do G1 não procuram realizar uma descrição reunificada de unidades documentais dispersas entre entidades custodiantes, sacrificando a representação da organicidade contida no conceito de fundo. É previsível que um dos problemas que se verificam neste caso em particular consiste na dificuldade de realização de uma representação reunificada da informação devido à ausência de um modelo de interoperabilidade semântica entre as diversas descrições, como tentaremos demonstrar mais à frente na análise de rastreamento processual no capítulo 3.

2.2. Seleção da amostra e análise genológico-documental dos instrumentos de acesso à informação

Esta subsecção encontra-se alinhada aos pressupostos metodológicos estabelecidos *supra* em 2.3.1.2, como estipulado no objetivo específico *OE2b*. Analisaremos os resultados em dois momentos: seleção da amostra e análise genológico-documental aos instrumentos de acesso à informação da amostra selecionada.

2.2.1. Seleção da amostra

Atendendo que, como já reiterado acima, a análise a 12890 u. i. não é exequível num estudo desta natureza, os critérios de seleção da amostra cingem-se a uma abordagem não probabilística ou intencional.

De acordo com a delimitação do tamanho da população (cf. *supra* Gráfico 2), sobressaem dois grupos: fundos do mesmo produtor em custódia repartida entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (G1) e fundos na custódia total no Arquivo Nacional Torre do Tombo (G2). Este critério foi o ponto de partida para permitir designar um caso como crítico e o outro como extremo, de acordo com o Quadro 21 (*supra*).

Realçamos que a seleção das entidades custodiantes deriva do recorte da investigação, que se cinge à Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), reconhecendo-se, contudo, a existência de instituições custodiantes de âmbito privado (ex. Diocese do Funchal), que poderiam ser parte interessada nesta contenda.

Assim, a seleção da amostra dentro dos critérios estipulados no Quadro 21 (cf. *supra*), os fundos candidatos que melhor circunscrevem os nossos critérios encontram-se na Tabela seguinte:

Tabela 10 – Resultado da seleção por amostragem de casos múltiplos

<i>Tipo de amostragem</i>	<i>Tipo de caso</i>	<i>Critério de seleção</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fundos elegíveis</i>	<i>Dimensão (em u. i./%)</i>	<i>N.º IDD</i>
Intencional	Extremo	Fundo do mesmo produtor repartido entre entidades custodiantes	G1	<i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal</i> (CNSEF)	84 u. i. (0,7%)	±6
	Crítico	Fundo na custódia total de uma entidade	G2	<i>Cabido da Sé do Funchal</i> (CSF)	78 u. i. (0,6%)	±5
				<i>Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo</i> (CFMPS)	16 u. i. (0,1%)	±9

Fonte: elaboração própria. N. B.: adicionamos o símbolo \pm para referir uma quantificação aproximada de instrumentos de acesso à informação relacionados com os fundos.

Como indicado na Tabela 10, a amostragem intencional resultante dos critérios acima definidos parte de um mesmo fenómeno: a remoção dos arquivos do arquipélago da Madeira para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, todos ao abrigo da Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886. Por motivo da extensão de número de unidades, é possível, dentro dos critérios de exclusão estipulados, obter conjuntos documentais que correspondem a dois tipos de casos. O primeiro emerge do processo de amostragem intencional como caso extremo (G1), em que a custódia de um fundo de um mesmo produtor se encontra repartida entre duas entidades custodiantes, como é o caso do fundo do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação* ($n= 84$ u. i.), com aproximadamente seis instrumentos de acesso à informação produzidos. O segundo faz emergir dois casos críticos (G2), o *Cabido da Sé do Funchal* ($n= 78$ u. i.) e a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* ($n= 16$ u. i.). Uma vez que somos impelidos em escolher um dos casos críticos, inclinamo-nos para o fundo da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, uma vez que esta unidade documental foi desagregada a partir do fundo "Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal", o que amplia o número de instrumentos de acesso à informação a analisar ($n= \pm 8$). Dado que o fundo *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* na custódia do ABM não dispõe de instrumento de acesso, não é possível saber da eventual existência, ainda que residual, da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*.

Excluimos o fundo *Cabido da Sé do Funchal* não só por este poder configurar-se num caso extremo (G2), caso venha a ser confrontado com o fundo custodiado pelo Arquivo Diocesano do Funchal (Guerra, 1999; Paredes, 2015), como também se pretende estabelecer um contraste em relação ao fundo selecionado como caso extremo, dado que ambos pertencem ao universo dos arquivos religiosos.

A exclusão dos restantes fundos deve-se, por um lado, não só à sua dimensão, mas também ao facto de o cômputo de unidades de instalação integrantes de cada fundo não se encontrar consolidado pelas entidades custodiantes e, por outro, ao carácter fragmentário de certos conjuntos documentais, com realce para os fundos conventuais masculinos.

Em síntese, a amostra ($n= 100$) cingir-se-á à análise retrospectiva a partir dos aproximadamente 19 instrumentos de acesso à informação, em torno de um caso extremo (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação*) e de um caso crítico (*Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*).

2.2.2. *Análise genológico-documental aos instrumentos de acesso à informação da amostra selecionada*

Nesta secção, integramos algumas das etapas do método de Bathia (1993), designadamente na (1) seleção do *corpus* – onde se insere o quadro metodológico proposto por MacNeil (2012), ampa-

rando-se em Paré e Smart (1994), como a análise das características textuais e dos processos composicionais – (2) na contextualização situacional dos géneros textuais, (3) na identificação da literatura relevante, (4) na refinação da análise contextual/situacional e no estudo do contexto institucional, aplicados em cada instrumento de acesso à informação associados aos casos selecionados como amostra. A seleção do *corpus* incide em instrumentos de acesso à informação com nível de descrição até unidade de instalação e de série, excluindo-se todos os outros com descrições genéricas (de tipo roteiro ou guia de fundos) e sistemas de informação que constituem cópias mais recentes de outros sistemas, por não acrescentarem informação relevante para as amostras (como o *Portal Português de Arquivos*). Para cada instrumento de acesso, atribuímos uma sigla correspondente à inicial da cidade de publicação (*F*, de Funchal; *L*, Lisboa e *H*, Haia), com enumeração subscrita como forma de evitar redundâncias. Devido à similaridade de conteúdo, constituímos grupos de fontes em alguns casos que se revelaram justificados.

2.2.2.1. Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo (caso crítico)

Como descrito acima (cf. 2.1.3.6), os instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelo ANTT, através do metadado “Instrumentos de descrição”, sobre os fundos *Junta e Provedoria da Real Fazenda do Funchal* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008k) e *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f) permitem constituir um *corpus* documental para suportar a análise genológica.

Como indicado acima, o fundo em epígrafe desagregou-se da Junta e Provedoria da Real Fazenda do Funchal a partir do inventário elaborado por Farinha (2000b). Isto implica que a seleção dos instrumentos de acesso à informação deve incluir não só os que representaram o fundo da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* como também os que descreveram o fundo da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. As cotas antigas indicadas no metadado “história custodial e arquivística” referem que foram extraídos da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* os “livros: 400, 401, 414 a 416, 672, 673, 680, 690, 703, 704, 715, 716, 728, 740 e 780” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j).

Há, no entanto, omissões para outros instrumentos de acesso à informação: a inexistência de referências sobre eventuais listagens realizadas pelo conservador e inspector dos arquivos públicos, Roberto Augusto da Costa Campos, em 1886, a omissão às relações publicadas no boletim *Arquivo Histórico da Madeira* (Anón., 1939e) e levantamentos feitos por José Pereira da Costa (1955), antigo diretor do Arquivo Distrital do Funchal e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sobre este fundo, importa realçar o seguinte *corpus* de instrumentos de acesso à informação:

Quadro 28 – Corpus de instrumentos de acesso à informação relativo ao caso crítico

#	Sigla	Corpus de instrumentos de acesso à informação
1	F1 ^b	Anón. (1939). A Madeira nos arquivos nacionais: Livros da Repartição da Fazenda do Funchal. Parte 7. <i>Arquivo Histórico Da Madeira</i> , 6, 160–168.
2	F2	Costa, J. P. da. (1955). <i>Ilha da Madeira: Relação das espécies incorporadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo por Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886</i> . https://abm.madeira.gov.pt/idd/8767
3	L2 ^a	Rodrigues, M. do C. J. (1968). <i>Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: inventário [Dactilografado]</i> . Arquivo Nacional Torre do Tombo.
4	L2 ^b	Rodrigues, M. do C. J. (1968). <i>Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: índice analítico [Dactilografado]</i> . Arquivo Nacional Torre do Tombo.
5	L3	Serrão, J., Silva, M. J. da, & Pereira, M. H. (1984). Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal. Em A. M. C. de Matos & M. de L. Henriques (Eds.), <i>Fontes da História Portuguesa Contemporânea: Arquivo Nacional da Torre do Tombo</i> (pp. 318–322). Instituto Nacional de Investigação Científica.
6	L4	Farinha, M. do C. J. (2000). <i>Antigo Regime - Domínios: Ilha da Madeira: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Alfândega do Funchal, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo: inventário [Impresso] L610</i> . Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
7	F4	Governo Regional da Madeira. (1998). <i>NESOS: Base de Dados de História das Ilhas Atlânticas</i> . Centro de Estudos de História Do Atlântico. http://nesos.madeira-edu.pt/
8	L5	Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2002). Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo. In M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.), <i>Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Periférica. Domínios. Casa Real e Anexa</i> (Vol. 4, pp. 371–372). IAN/TT. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909719
9	L6	Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008). <i>Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo</i> . DigitArq; DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909719
10	H1	Archives Portal Europe Foundation. (2020). Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo (PT-00000000438 - PTTTCFMPS). In <i>APEF Archives Portal Europe</i> . https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CFMPS

Fonte: elaboração própria.

Nesta secção, procedemos à descrição genológica-documental do *corpus* de instrumentos de acesso à informação ($n=9$), procurando, também, divisar possíveis interrelações entre eles que apontem para a existência de outras representações em torno do fundo em apreço.

F1^b O artigo, publicado anonimamente (atribuível a João Cabral do Nascimento)²³² no número 6 do boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, publicado em 1939, às expensas da Câmara Municipal do Funchal e impresso em Lisboa por Bertrand (Irmãos), Lda., sob a direcção e a coordenação do Diretor do Arquivo Distrital do Funchal, encontra-se intitulado “VII / LIVROS DA REPARTIÇÃO DA FAZENDA DO FUNCHAL”, ocupando as páginas 160-168. A seguir à página 160 encontra-se inserta uma lâmina fotográfica de um “documento do cartório do Convento de Santa Clara do Funchal, com a assinatura de Zarco” (Anón., 1939e). Na nota número 2 em rodapé, o autor indica “Integração de 1886”. A listagem encontra-se organizada por sequência de cotas (de 1 a 1565), quantificando o número de unidades de instalação por tipologia, título de série e datas extremas. As cotas correspondem à identificação atribuída na origem pela Repartição da Fazenda do Funchal, embora não seja possível

²³² Cabral do Nascimento requereu ao Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos, por ofício emanado do Palácio de São Pedro (Funchal) n.º de 139, de 27 de agosto de 1937, com o objetivo de pedir uma “licença de alguns meses para ser gozada em Lisboa e ao mesmo tempo dedicar-se ao estudo, na Torre do Tombo, de vários documentos que ali se encontram relativos à Madeira” (Macedo, 2012, p. 78, doc. 66).

determinar se esta intervenção terá sido realizada após à autorização de contratação de arquivista de acordo com a Lei de 27 de junho de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865). Isto pode sugerir, de acordo com o metadado de “história custodial e arquivística” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j), a existência de um instrumento de acesso produzido pela Repartição da Fazenda do Funchal que não terá sobrevivido, possivelmente posterior a 1864 e anterior a 1886, dado não existir evidências da existência de um instrumento de acesso anterior a 1864. A existência de instrumento de acesso à informação elaborado pelo ANTT que poderá ser visto *infra* em F₂. Através das cotas antigas e atribuídas à *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* encontrava-se indistinto entre os números de cotas:

- (a1) “252 a 512. 261 livros das fôlhas militar, civil, inconfidência, fortificação e subsídio da Madeira” datados do ano “de 1780 a 1834” (Anón., 1939e, p. 161), onde constam as unidades “400, 401, 414, 415, 416” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j);
- (a2) entre os números “513 a 774. 262 livros de receita e despesa e de registos dos rendimentos correntes, pretérito, inconfidência, subsídio literário, etc., que se arrecadaram pela Junta da Real Fazenda da Madeira e Pôrto Santo”, entre “1724 a 1834” (Anón., 1939e, p. 161), onde se encontravam as unidades “672, 673, 680, 690, 703, 704, 715, 716, 728, 740” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j);
- (a3) entre os números “775 a 940. 166 livros relativos ao rendimento do sêlo, papel selado e sisa da Madeira e Pôrto Santo”, entre os anos de 1803 a 34” (Anón., 1939e, p. 161), onde se encontrava a unidade com cota “780” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008j).

Se bem que o propósito do artigo consista em divulgar a existência de conjuntos documentais sobre o arquipélago e fora dele, com enfoque para o ANTT²³³, não são disponibilizados mais dados relevantes. Não se dispõe de manuscrito autógrafo de João Cabral do Nascimento, tanto na coleção da Biblioteca Nacional de Portugal (Ministério da Cultura, 2008a) como no ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997). Este tipo de instrumento deve ter tido por base um instrumento de acesso à informação do ANTT, apesar de não ser uma transcrição fiel dentro dos termos da Portaria n.º 7588 de 30 de maio de 1933 (Ministério de Instrução Pública, 1933c).

- F₂** Instrumento de acesso produzido por José Pereira da Costa a 14 de maio de 1955 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com 48 páginas dactiloscritas rubricadas no canto superior direito, processado por “J.T.T.S.” (ligeiramente ao centro da página no lado esquerdo) (J. P.

²³³ Cf. extração de dados aos índices do *Corpo Cronológico* relativo à ilha da Madeira (S. N, 1932) e Machado (1935).

da Costa, 1955), com papel selado na margem superior ao centro onde se lê “ARQUIVO DISTRITAL DO FUNCHAL”. O instrumento de acesso foi numerado como IDD 64 pelo ABM, onde na folha de rosto consta o título “Relação das espécies incorporadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo por determinação da portaria do Ministério Público: Instrumentos Descritivos”, mas referido na listagem de instrumento de acesso como “Torre do Tombo: documentação da Madeira” (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, n.d.). Trata-se de uma cópia autógrafa elaborada a partir dos instrumentos de acesso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (J. P. da Costa, 1955). O compilador identifica o conjunto documental como “I – REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRITO DO FUNCHAL”, consistente com F_{1b}. As descrições situam-se entre as páginas [1] e 22. Mais indica que o compilador realizou uma cópia a partir da transcrição de “uma caderneta com o N.º. 261 – (Arq.º. Nac. Da Torre do Tombo) e um caderno (cópia da referida caderneta), com o N.º. 365” (J. P. da Costa, 1955). Na coleção de instrumentos de acesso identificados no sistema de informação *DigitArq* do ANTT, é possível verificar omissões a estas cotas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011c). O instrumento de acesso de onde o compilador processou a cópia intitula-se “Relação dos livros existentes no archivo da rep.^{ão} de fazenda do districto do Funchal que, em virtude da portaria do Ministerio do reino de 9 de Junho de 1886 e das ordens do Ministerio da fazenda são transferidos p.^a. o archivo nacional da Torre do Tombo, N.ºs. 1 a 1604” (J. P. da Costa, 1955). No cômputo global de unidades, é referida a existência de de “1605 volumes, por quanto faltam os números 934 e 1474 e está repetido o número 651. (Os livros que faltam não deram entrada neste Arquivo)” (J. P. da Costa, 1955), que, possivelmente, terão sido incorporados em contexto de Arquivo Distrital do Funchal (Arquivo Regional da Madeira, 1997). O documento contém diferenças em relação F_{1b}, apresentando o conteúdo por séries, encabeçadas por datas extremas, tipologia de unidade de instalação, quantidade, título, cota anterior ou antiga e cota atual, respetivamente, “Num. ant.” e “Num. actual” (J. P. da Costa, 1955, p. [1]-22) – informação separada por linhas. Verifica-se que a disposição da informação entre as cotas antigas e atuais não possibilita estabelecer correlação paralela entre ambas, mas, ao que tudo indica, respeita a sequência. Por exemplo, o registo com cota antiga 1149, correspondente à cota atual 18, intitulada “Livro das arrematações de dízimos, verduras, moinhos e mais rendas da Ilha da Madeira, feitas no tribunal da Real Fazenda” aparece no *DigitArq* do ANTT como cota antiga “1149. N.º de ordem 18”, com nova cota “Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 1621”, unidade documental intitulada atualmente como “Autos de arrematações feitas pelo Tribunal da Junta” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2012b). A identificação das unidades documentais da Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo deverá partir das descrições de nível de unidade de instalação constantes do *DigitArq* (Arquivo Nacional da

Torre do Tombo, 2008f) e retrospectivamente identificar nos instrumentos de acesso anteriores, atendendo à alteração de cotas intervencionadas pelo ANTT. Importa sublinhar que este tipo de instrumento cumpre fielmente as orientações constantes da Portaria n.º 7588 de 30 de maio de 1933 (Ministério de Instrução Pública, 1933c).

L₂^a, L₂^b, L₄ Estes instrumentos de acesso foram produzidos pela arquivista do ANTT, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha²³⁴. Embora estes instrumentos de acesso se encontrem referenciados pelo ANTT no metadado “Instrumentos de acesso” do fundo Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008k), da Alfândega do Funchal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008b) e da Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f), verifica-se uma alteração na denominação do fundo atribuída em **F₂**. Infelizmente, não nos foi facultado o acesso aos instrumentos de descrição pelo ANTT relativo aos fundos atrás mencionados, nem por via do portal institucional *DigitArq* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011c), onde não constam representações digitais, nem por via do pedido de digitalização²³⁵, pelo que não nos é possível realizar uma descrição genológico-documental. **L₂^a** corresponde, como o título da unidade indica, um inventário que o ANTT identifica como L. 266.2 (M. do C. J. Rodrigues, 1968d). **L₂^b** equivale a um índice, identificado pela mesma entidade como F. 77 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008n). Em relação a **L₄**, equivalente a L. 610 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008k), trata-se de um inventário que delimita claramente os fundos Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Alfândega do Funchal e Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo. Importa realçar que a descrição no metadado “História custodial e arquivística” da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal indica que **L₄** “incluía instrumentos de descrição anteriores: o índice analítico da Provedoria (F. 83) e o inventário de (L.266-2), ambos de 1969” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008m). Igualmente, é referido no metadado “Instrumentos de descrição” que **L₄** “substitui o inventário (L. 266-2) e (F. 83)” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008m). Fazendo fé na informação veiculada pelo ANTT, **L₄** corresponde à versão que se encontra no *DigitArq* (= **L₆**), de acordo com a informação veiculada por **H**²³⁶. Constituindo instrumentos de acesso à informação anteriores às regras de descrição arquivística (Direção-Geral dos Arquivos, 2007; Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2006), não é possível aferir se as convenções adotadas seguem as orientações constantes da Portaria n.º 481/73, de

²³⁴ De seu nome completo, Maria do Carmo Jasmins Pereira Rodrigues Dias Farinha (nome de solteira Maria do Carmo Jasmins Pereira Rodrigues) nasceu no Funchal a 16 de julho de 1937 e faleceu em Lisboa a 18 de dezembro de 2014. Licenciou-se em História em 1964 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fez o curso Superior de Bibliotecário-Arquivista. Depois de ingressar nos quadros do ANTT, foi nomeada diretora de serviços de arquivística do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, onde foi também subdiretora em 2004, possuindo importante investigação historiográfica (Macedo, 2013).

²³⁵ Atendendo às circunstâncias da pandemia SARS-CoV-2, fomos limitados no deslocamento físico entre Funchal e Lisboa, nos termos da declaração do estado de emergência (Assembleia da República, 2021; Resolução n.º 89/2021, 2021-02-10, 2021). Os pedidos efetuados foram realizados por correio eletrónico, não tendo sido satisfeitos com pulcritude pelo ANTT, indicando apenas a versão mais recente em Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).

²³⁶ Cf. *supra* 2.1.3.6, nota s. u. “Zona de controlo da descrição”.

13 de julho (Ministério da Educação Nacional, 1973) ou se existem inovações na representação dos conjuntos documentais.

- L₃** O conjunto do documental descrito consiste numa compilação de instrumentos de acesso à informação sob a coordenação de Joel Serrão, Maria José da Silva Leal e Míriam Halpern Pereira. De acordo com a informação avançada por **L₃** (Serrão, Silva, *et al.*, 1984, p. 318), a compilação foi realizada a partir de **L_{2a}** indicando que a “documentação descrita teve tratamento arquivístico” e que contém “uma tabela de equivalência entre a antiga e a nova arrumação” (Serrão, Silva, *et al.*, 1984, p. 318). Mais informa a existência de um outro instrumento de acesso, o “Fich. 83 - «Provedoria e Junta da Fazenda»”. O conjunto documental descrito em **L₃** recebeu o identificador “1.61”, seguido de numeração sequencial em função da ordem das cotas (“N.^{os} de ordem”) atribuídas pelo ANTT. É perceptível que **L₃** deriva de **F₂**, apoiando-se na sequência das cotas novas deste, com a diferença da mudança da designação do fundo de “Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal” para “Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal” feita a partir de **L₂^a**. As referências para o fundo da Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo encontram-se nos pontos: “1.61.4 – Comissão da Fazenda – Livros dos ofícios, avisos e informações, / *N.^{os} de ordem 400-401 | 1834/1838*” (Serrão, Silva, *et al.*, 1984, p. 319); integrado genericamente em “1.61.14 – Fortificação e defesa: livro do arsenal naval e militar, fortificação, matrícula militar, munições na ilha da Madeira, munições de guerra na ilha do Porto Santo. Regimento da entrada da pólvora no paiol. / *N.^{os} de ordem 780-875 | 1642/1832*” (Serrão, Silva, *et al.*, 1984, p. 320); “1.61.7 – Contadoria Geral: livros de alvarás de pagamento, bens dos reais próprios, contas correntes, contratos, fianças, informações, notas, ofícios, pagamentos, portarias, quitações, receita e despesa de cofres, rendimentos correntes, rendimentos pretéritos e sequestros e execuções. / *N.^{os} de ordem 414-421 | 1775/1848*” (Serrão, Leal, *et al.*, 1984, 319); “1.61.11 – Livros dos direitos: açúcar, décima, novos direitos, papel selado, selo, sisa e selo, dízimas, dízimos, quatro e meio por cento, redízima / *N.^{os} de ordem 525-757 | 1755/1842*” (Serrão, Silva, *et al.*, 1984, p. 320). Através das cotas (“N.^{os} de ordem”), é possível perceber que estamos na presença de uma descrição muito genérica que diz mais respeito ao âmbito e conteúdo do que propriamente informação de título. Além disto, os compiladores informam que o “Núcleo” é “proveniente da Alfândega e Repartição da Fazenda do Funchal, enviado ao A.N.T.T. por portaria de 9.6.1886” (Serrão, Silva, *et al.*, 1984, p. 318).
- F₄** Base de dados desenvolvida pelo NESI – Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação da Secretaria Regional da Educação do Governo Regional da Madeira, com recurso a financiamento comunitário do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2005*, tendo como parceiros o Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA) e o Pólo Científico e Tecnológico da

Madeira – Madeira Tecnopólo S.A., organismos na tutela da Secretaria Regional da Educação do Governo Regional da Madeira (Governo Regional da Madeira, 2005). A base de dados foi desenvolvida pela empresa “CiberDimensão, S. A.”. Inicialmente, o acesso a esta base de dados em linha se efetuava através do endereço “www.nesos.net” ou “ceha.nesos.net” (Governo Regional da Madeira, 2005), depois “http://nesos.madeira-edu.pt” (Governo Regional da Madeira, 2005). Trata-se de um sistema de informação atualmente descontinuado, apresentando problemas de acessibilidade devido à obsolescência de diversas funcionalidades técnicas. A base de dados foi concebida a partir da “digitalização de microfílm, suporte em que se encontra conservada a maioria da documentação manuscrita (...) através de uma Sunrise ProScan microfilm”, que permite “digitalizar microfílm (35mm e 16mm), microfichas, com uma resolução de 200 DPI” (Governo Regional da Madeira, 2005), processo que terá tido início em 1999 (Anón., 2001a). A catalogação dos recursos informacionais digitalizados ficou a cargo dos técnicos do NESI, com a supervisão científica do investigador coordenador do CEHA, tendo sido disponibilizada na Internet a partir de 2001 (Anón., 2001b, 2001c; Ornelas, 2001). O acesso é condicionado mediante subscrição prévia do consulente. A base de dados disponibiliza motores de pesquisa simples e avançada por descritores em linguagem natural e filtros por tipologia documental²³⁷. Os resultados da pesquisa surgem em forma tabular onde constam dois painéis horizontais, o primeiro painel na parte superior corresponde à listagem dos resultados, e o segundo, na parte inferior, à ficha descritiva do recurso selecionado no primeiro painel. É através do segundo painel que se pode aceder ao recurso digital associado aos metadados descritivos. No painel superior, são apresentados resultados sob os metadados de título ou código (com hiperligação), instituição e cota. Os dados contidos apenas apresentam o fundo como “Provedoria da Fazenda”, com um total de 680 registos (unidades de instalação), mas sem indicação da cota de referência do ANTT que permita discernir as unidades que compõe o fundo em epígrafe. Apenas foi possível identificar quatro unidades, que correspondem ao conjunto microfilmado, a saber: “Livro da Fortificação e Defesa. Arsenal Naval e Militar. Ordens de dispêndio dos armazéns. 1837-1851”, “Livro dos Direitos da Sisa. Câmara de Lobos. 1841-1842”, “Livro dos Direitos da Sisa. Porto Moniz. 1841-1842” e “Livro dos Direitos da Sisa. Santana. 1841-1842”.

L₅L₆H₁ Relativamente aos instrumentos de acesso à informação associados a este fundo, consulte-se a descrição *supra* 2.1.3.6.. O elemento mais importante consiste no facto de a descrição sobre este fundo constante em **L₅**, identificado pelo ANTT como “L. 602”, é idêntica ao que se encontra em **L₆**, exceto no facto de o primeiro se limitar ao nível de série. Tanto o quadro de classificação como o conteúdo dos metadados descritivos em **L₅** encontram-se vertidos *ipsis uerbis* em **L₆** e, por sua vez, este vinculado ao *Portal Português de Arquivos* (Direção

²³⁷ A pesquisa livre que possibilita filtragem por tipologia documental, como código, documento, cartografia/gravura, livro, publicação periódica, números de publicação periódica e artigo.

Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²³⁸ e ao *Archives Portal Europe* (Archives Portal Europe Foundation, 2020c). Estes dois últimos sistemas de informação de arquivo operam em ambiente *web*, adotando a meta-informação EAD (*Encoded Archival Description*)²³⁹. Tanto **L₆** como **H₁** procedem da descrição em sistema de informação eletrónico de arquivo CALMTM, que terá sido utilizado através “*intranet* do IAN/TT no final de Dezembro de 2006” (Runa, 2007), como forma de estruturar as descrições dentro do esquema EAD. Consta apenas em **H₁** a informação de “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2009-02-22” (Archives Portal Europe Foundation, 2020c). Também, são indicadas versões anteriores e posteriores à migração de dados para o APEF, onde diz: “Data da descrição: 2002. 1.^a revisão: 2006-11-21. 2.^a revisão: 2012-12-11” (Archives Portal Europe Foundation, 2020c). Infelizmente, não foi possível recuperar a trilha de auditoria que informe onde especificamente se realizaram as modificações nas descrições em ambos os sistemas de informação. Alguns dos serviços adicionais associados a estes instrumentos de acesso à informação disponíveis na *web* permitem a reutilização da informação, como marcação do registo (**L₆**, **H₁**), a partilha do registo por correio eletrónico (**L₆**) ou redes sociais (**L₆**, **H₁**), exportação para ficheiro .csv (**L₆**)²⁴⁰ ou .pdf (**H₁**), criação de pedidos no balcão eletrónico “CRAV Consulta Real em Ambiente Virtual” (**L₆**). Ambos os instrumentos estão configurados em dois painéis: o painel esquerdo contém o quadro de classificação, disposto numa estrutura hierarquizada e multinível desdobrável ou em árvore, enquanto que o painel direito se disponibiliza as descrições consoante o nível de descrição selecionado no painel esquerdo. As principais limitações consistem na inexistência de hiperligações (internas ou externas) a outros registos nas descrições constantes no painel direito e na indisponibilidade de uma trilha de auditoria que permita sinalizar possíveis alterações ao conteúdo das descrições.

2.2.2.2. *Convento de Nossa da Encarnação do Funchal (caso extremo)*

Em consonância com os elementos assinalados *supra* em 2.1.3.4, constituímos o conjunto documental como casos extremos pelo facto de encontrar-se repartido entre o ANTT e o ABM. Se bem que Macedo (2017c) tenha explorado parcialmente o problema em torno deste fundo, cingindo-se apenas a dois instrumentos de descrição, esta subsecção visa constituir um *corpus* diacrónico de instrumentos de acesso que representaram o fundo em epígrafe na custódia das entidades supra-mencionadas.

Ao contrário do fundo anterior, tivemos acesso a todos os *instrumenta* descritivos, embora alguns deles não tenham sido mencionados no metadado “Instrumentos de descrição” do ANTT (Arquivo

²³⁸ Excluímos o Portal Português de Arquivos do *corpus* de instrumentos de acesso dado que este constitui uma cópia derivada de **L₆**, não oferecendo informação relevante ao que foi descrito *supra* em 2.1.3.6.

²³⁹ Trata-se de um esquema em XML (*Extensible Markup Language*) que possibilita a automatização dos instrumentos de acesso e interoperabilidade entre sistemas de informação de arquivo.

²⁴⁰ O serviço de exportação de registo do *DigitArq* apenas disponibiliza os seguintes metadados: Código de referência, Nível de descrição, Título, Data extrema inicial, Data extrema final, URL, Cota atual, Existência e localização de originais e Cota antiga.

Nacional da Torre do Tombo, 2011d), designadamente às relações publicadas no boletim *Arquivo Histórico da Madeira* (Anón., 1939c) e nas relações feitas por José Pereira da Costa (1955) e *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998). O quadro seguinte identifica o *corpus* de instrumentos de acesso à informação disponíveis que descrevem o fundo em apreço:

Quadro 29 – Corpus de instrumentos de acesso à informação sobre os casos extremos

#	Sigla	Corpus de instrumentos de acesso à informação
1	L ₁	Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1894). <i>Relação de todos os livros encontrados nos arquivos dos suprimidos Conventos de Santa Clara e de Nossa Senhora da Encarnação, e de que n'esta data se faz entrega pela repartição de fazenda do districto do Funchal</i> . https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202801
2	F _{1a}	Anón. (1939). A Madeira nos arquivos nacionais: Convento da Encarnação. Parte 3 de 8. <i>Arquivo Histórico Da Madeira</i> , 6, 129–132.
3	F ₂	Costa, J. P. da. (1955). <i>Ilha da Madeira: Relação das espécies incorporadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo por Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886</i> . https://abm.madeira.gov.pt/idd/8767
4	F ₃	Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (n.d.). <i>Conventos (IDD 25 e 25-A)</i> . https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/IDD-n.º-25-e-25A-Conventos.compressed.pdf
5	F ₄	Governo Regional da Madeira. (1998). <i>NESOS: Base de Dados de História das Ilhas Atlânticas</i> . Centro de Estudos de História Do Atlântico. http://nesos.madeira-edu.pt/
6	L ₇	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2002). Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. In M. do C. J. D. Farinha & J. Mattoso (Eds.), <i>Ordens monástico-conventuais: inventário: Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria</i> (pp. 409–414). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
7	L ₈	Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011). <i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (PT/TT/CNSEF)</i> . DigitArq. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375671
8	L ₉	Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017). <i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal: catálogo</i> . https://arquivo.pt/wayback/20191114154443/http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-743-PT-TT-CNSEF.pdf
9	H ₂	Archives Portal Europe Foundation. (2020). Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (PT-00000000438 - PTTTCNSEF). In <i>APEF Archives Portal Europe</i> . https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CNSEF/search/0/funchal

Fonte: elaboração própria.

L₁ F₂ O instrumento de acesso à informação constante em **L₁** intitula-se *Relação de todos os livros encontrados nos arquivos dos suprimidos Conventos de Santa Clara e de Nossa Senhora da Encarnação, e de que n'esta data se faz entrega pela repartição de fazenda do districto do Funchal*, datado de 21 de junho de 1894, assinado pelo Delegado do Tesouro (ilegível) e pelo Inspetor dos Arquivos, Roberto Augusto da Costa Campos, ato formalizado junto da Repartição da Fazenda do distrito do Funchal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1894), acessível no portal *DigitArq* através da coleção “Instrumentos de Descrição” sob a cota L 286 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008h). Este recurso é acessível no portal *DigitArq* através da coleção “Instrumentos de Descrição” sob a cota L 286 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008h). Este instrumento de acesso à informação encontra-se integrado na secção intitulada “Funchal / Cabido da Sé / e / Conventos”, seguido de cota topográfica “C.25, E 82, P1-4; b.: 44; m[?] 23”, que engloba três instrumentos de acesso à informação²⁴¹,

²⁴¹ Os instrumentos de acesso à informação integrantes deste conjunto são: (1) *Relação dos Livros e documentos existentes no arquivo do Cabido da Sé do Funchal que, em virtude do Decreto de 2 d'Outubro de 1862, e Portaria do Min^o. Do Reino de 9 de Junho de 1886*

entre os fól. 15r e 25v, sendo **L**₁ o segundo (fól. 20r-20v). No fólio 20r, a relação encontra-se estruturada por uma tabela de três colunas: número de livros, designação e observações. A primeira relação corresponde à relação de unidades do “Suprimido Convento de Santa Clara” e a segunda, “Suprimido do Convento da Encarnação”. Sobre este fundo, na coluna de “Observações”, indica através de chavetas o envio de 8 livros “Todos cintados em um só invólucro” e 40 livros “Por ordem Chronologica”, designadamente livros de registo de receita e despesa. No que respeita a este fundo, a relação apresenta apostilas a lápis de diversas mãos no mesmo documento, designadamente referências topográficas – “Sala 13, arm 75” (centrado, canto superior); “Numeração Torre do Tombo” (margem esquerda), através de contagem cumulativa de unidades; e existência de cópias micrográficas – coluna de “Designação”, precedido pela informação “Estão todos Microfilmados (→ só / Conv. Encarnação)” e confirmado no “Suprimido do Convento da Encarnação”, onde se lê subscrito “T. MICROFILMADOS”, para não suscitar erro de interpretação da informação, que se insere na área de descrição do *Convento de Santa Clara do Funchal*. No fólio 20v, na margem superior encontra-se informação da cota topográfica “C.25, E. 77, P. 34 (1-46), 46 ls.” e, na margem à direita, a continuação da contagem cumulativa de unidades. Na margem inferior constam duas notas, uma das quais não explica a que fundo respeita a observação onde diz “Faltam 2 livros de Despesa existentes, portanto, ao todo, apenas 46, 17/V/99” e, noutra mão “Rolos 81, 82, 70, 81, 72, 73, 74”. É interessante notar que esta descrição é consistente com a abordagem mais tarde estabelecida na Portaria n.º 7588 de 30 de maio de 1933 (Ministério de Instrução Pública, 1933c), sendo genologicamente uma guia de remessa reutilizada para os fins de um roteiro topográfico. No caso de **F**₂, consistindo numa transcrição feita a partir de **L**₁, a informação encontra-se transcrita entre as páginas 39 e 40, intitulado “IV – CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO”. A diferença de este com o primeiro consiste no facto de colacionar cotas antigas e atuais. No entanto, o compilador de **F**₂ coloca imediatamente a seguir do levantamento de unidades do *Convento de Santa Clara do Funchal*, na página 42, a informação “Faltam 2 livros de Despesa existentes, portanto, ao todo, apenas 46, 17/V/99”, que não é consistente com o número de unidades de instalação constantes deste fundo. Além disto, a informação sobre microfilmagem do fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação* é posterior a 1955. É importante realçar que **L**₁ e **F**₂ não apresentam datas de descrição das unidades relativas ao *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*.

são transferidos p.^a. o arquivo N.^{al}. da Torre do Tombo, fól. 16r-19r, formalizado no Funchal a 24 de setembro de 1887 entre o cônego Feliciano João Teixeira e Roberto Augusto da Costa Campos; e (3) *Relação dos Livros e documentos existentes no Archivo do Convento de S.^{ca}. Clara de N.^{ra} Snr.^a. da Conceição do Funchal que em virtude do decreto de 2 d'Outubro de 1862, e portaria do Ministerio do Reino de 9 de Junho de 1886 são transferidos para o Archivo Nacional da Torre do Tombo*, fól. 22r-25v, recolhido do Convento de Santa Clara a 4 de novembro de 1886, ato formalizado entre a abadessa Sórora Maria Amália do Patronício e a escritã Sórora Genoveva Carlota do Monte e o inspetor dos arquivos, Roberto Augusto da Costa Campos.

- F_{1a}** O artigo foi publicado anonimamente²⁴² no número 6 do boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, publicado em 1939, as expensas da Câmara Municipal do Funchal e impresso em Lisboa por Bertrand (Irmãos), Lda., sob a direção e coordenação do Diretor do Arquivo Distrital do Funchal, João Cabral do Nascimento. O artigo encontra-se intitulado “VI / CARTÓRIO DO CONVENTO DA ENCARNAÇÃO”, ocupando a página 160. Na nota número 1 em rodapé, o autor indica “Integração de 1894”. A listagem encontra-se organizada por sequência de cotas (de 1 a 48), quantificando o número de unidades de instalação por tipologia e título de série. Não indica a existência de datas extremas, tratando-se de uma transcrição simplificada da tabela em **L₁**. Através das cotas, o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* indica a existência de “N.º 1. 1 livro da eleição das madres abadesas. / N.º 2. 1 livro da fundação do convento e outros factos. / N.º 3. 1 livro de assentamento de óbito. / N.ºs 4 e 5. 2 livros de auto de perguntas. / N.º 6. 1 livro com o testamento do instituidor e designação dos dotes das religiosas. / N.º 7. 1 livro tombo da instituição. / N.ºs 9 a 48. 40 livros de receita e despesa”. Este tipo de instrumento deve ter tipo por base um roteiro apesar de não ser fiel dentro dos termos da Portaria n.º 7588 de 30 de maio de 1933 (Ministério de Instrução Pública, 1933c). Trata-se de um levantamento do arquivo na custódia do ANTT, apesar de, na data da publicação do artigo, não informar que, em 1937, tinham sido incorporados os fundos remanescentes dos conventos franciscanos madeirenses na custódia da Repartição de Finanças do Funchal (Arquivo Distrital do Funchal, 1937g), como também não é disponibilizado um instrumento de acesso à informação resultante desta incorporação, exceto em **F₂**.
- F₃** A listagem foi publicada pelo ABM sob o identificador IDD 25 (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, n.d.), contendo duas partes: a primeira (IDD 25), que integra um roteiro topográfico das unidades documentais na custódia do ABM, produzido em contexto de Arquivo Distrital do Funchal, cumprindo com as orientações da Portaria n.º 7588 de 30 de maio de 1933 (Ministério de Instrução Pública, 1933c); a segunda, com identificador IDD 25-A, constitui um levantamento de “DOCUMENTAÇÃO CUSTODIADA / PELO / INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO / (Conforme portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b, p. [10]), contendo informação como “Guia do Arquivo / VERSÃO PROVISÓRIA”, sem informar a fonte do recurso. Esta secção do IDD 25-A, contém descrições dos Conventos de São Bernardino de Câmara de Lobos, de São Francisco do Funchal, de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz, de São Sebastião da Calheta de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava e de Santa Clara do Funchal, encontrando-se omissos o *Convento de*

²⁴² Cf. *supra* 2.2.2.1 s. u. **F_{1b}** na nota 232. Cabral do Nascimento requereu ao Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos, por ofício emanado do Palácio de São Pedro (Funchal) n.º de 139, de 27 de agosto de 1937, com o objetivo de pedir uma “licença de alguns meses para ser gozada em Lisboa e ao mesmo tempo dedicar-se ao estudo, na Torre do Tombo, de vários documentos que ali se encontram relativos à Madeira” (Macedo, 2012, p. 78, doc. 66).

Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. O instrumento de acesso à informação **F₃** intitula-se “INVENTÁRIO / dos / LIVROS DE CONVENTOS / INCORPORADOS NESTE / ARQUIVO.”, onde o fundo se encontra denominado como “CONVENTO DA ENCARNANÇA”, ocupando as páginas 1 a 3. O inventário encontra-se disposto em três colunas, onde implicitamente se encontram listadas por título, datas extremas e cota topográfica 35 unidades de instalação atribuídas a esta entidade produtora por ordem de cota, esta representada pela sequência “S.2, E.9, P.3” seguida do número de unidade de instalação. Nos títulos, existem três formas de representação: (1) utilização de abreviaturas de tipologia de unidades (*L.^o* para livro) seguido de objeto do registo; (2) topicalização do assunto sobre a tipologia da unidade de instalação (ou da sua sequência), como “Escrituras (Tombo 3.^o das)”, “Foros (*L.^o* de receita de)”, e (3) enumeração de tipologias documentais compósitas, como “Foros e juros que se pagão (...)” e “Foros, juros, arrendamento e algueis de casa”. A diferença entre **L₁**, **F₂**, **F_{1a}** e **F₃** reside na ausência de datas de produção de cada unidade de instalação na custódia do ANTT, dificultando a possibilidade de identificação de lacunas em determinadas séries repartidas entre as entidades custodiantes. Existe uma unidade documental atribuída ao “CONVENTO DE SANTA CLARA E CONVENTO DA ENCARNANÇA” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b), intitulada “Acta da reunião da Comissão nomeada para o fim de conhecer o valor artístico das imagens, quadros, alfaias e outros objectos existentes” datado de 1891, que nos leva a considerar que a unidade documental é sobre as entidades desamortizadas, não parte integrante de qualquer um destes conjuntos documentais, uma vez que, de acordo com a Lei de 4 de Abril de 1861 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1862) e com o Decreto e Instruções de 31 de Maio de 1862 (Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1871), a comissão responsável deveria remeter “ao respectivo delegado do thesouro copia ou extracto do respectivo inventario” (Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1871), *i. e.*, trata-se de um processo pertencente à Repartição da Fazenda do Funchal. O ABM indica a existência de um roteiro e índices que, por não estar acessível até à data de submissão deste estudo, não nos foi possível incluir aqui²⁴³.

- F₄** Base de dados desenvolvida pelo NESI – Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação da Secretaria Regional da Educação do Governo Regional da Madeira, coordenado pelo Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA) e o Pólo Científico e Tecnológico da Madeira – Madeira Tecnopólo S.A., organismos na tutela da Secretaria Regional da Educação do Governo Regional da Madeira (Governo Regional da Madeira, 2005). Tal como descrito acima em **F₄** (cf. 2.2.2.1), a base de dados foi concebida a partir da “digitalização de microfímes” (Governo Regional da Madeira, 2005), *i. e.*, a partir dos microfímes feitos em torno

²⁴³ Trata-se do códice *Livro para o Roteiro e Índices Arquivo Distrital do Funchal*, Liv. 60, 1935-01-02 (Arquivo Distrital do Funchal, 1935).

do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* na custódia do ANTT, como indicada nas apostilas de **L1**. A catalogação dos recursos informacionais digitalizados ficou a cargo dos técnicos do NESI, com a supervisão científica do investigador coordenador do CEHA, tendo sido disponibilizada na Internet a partir de 2001 (Anón., 2001b, 2001c; Ornelas, 2001). A base de dados representa o fundo como “Convento da Encarnação”, indicando o título, instituição (fundo) e cota, podendo ser explorados pela “Ficha geral” com meta-informação mais específica (código, instituição, arquivo, cota, datas, país, arquipélago, ilha, concelho, século e observações) e visualização do recurso digital em “imagem/texto”. É perceptível que as convenções de descrição se sustentaram numa abordagem *à notre besoin*, não se apoiando em qualquer garantia literária de suporte à descrição arquivística. O instrumento de acesso à informação **F4** fornece descrição ao nível de unidade de instalação, constando no título informação sobre tipologia de unidade de instalação (“Livro de...”), objeto do registo, complementado ocasionalmente por designação da instituição produtora e, separada por ponto, indicação do ano de registo. Importa realçar que esta base de dados não integra qualquer digitalização ou microfilme de fundo sob a custódia do ABM.

- L7** O inventário coordenado por José Mattoso e Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha constitui a primeira intervenção mais profunda em torno dos fundos de proveniência monástica na custódia do ANTT. Como indicado em 2.1.3.4., a estratégia adotada pelo ANTT, expresso em **L8 L9 H**, consistiu no abandono da “arrumação geográfica por nome das localidades onde se situavam os conventos ou mosteiros, para adoptar a agregação dos fundos por ordens religiosas” (Archives Portal Europe Foundation, 2020d; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a). O ANTT atribui a este instrumento de acesso o identificador de “L 615”, não referenciado, contudo, na coleção de “Instrumentos de Descrição” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011c). O fundo encontra-se indexado no grupo de fundos de “Conventos de Jurisdição Diocesana (SGF)” e não nos “Conventos da Ordem dos Frades Menores” da Província de Portugal, como seria expectável. A descrição apoia-se nos metadados do ISAD(G), indicando como datas de produção “1660-1890” e datas de acumulação “1651-1890”. Do ponto de vista do “Âmbito e conteúdo”, a descrição não foi reutilizada para **L8**, verificando-se a inserção de um elemento informativo, a afirmar que “segundo Apolinário da Conceição esta comunidade dependia do bispo” (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002a, p. 410). Do ponto de vista da “História custodial e arquivística”, apenas menciona que a “documentação do cartório deste convento foi transferida, inicialmente, para a Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal e desta passou ao Arquivo da Torre do Tombo em 1894” (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002a, p. 410). A descrição do Convento de Nossa Senhora da Encarnação **L7** estabeleceu as bases para a representação do fundo nos instrumentos de acesso à informação sucessores, *i. e.*, **L8**

L₉ H₁. Excetua-se as partes integradas em duplicado em **F₃**, que omite a descrição do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. A descrição encontra-se estruturada por título do fundo destacado com sigla de fundo “(**F**)”, seguido da meta-informação nesta ordem: datas de produção, datas de acumulação, dimensão, nome do produtor, história e auxiliares de pesquisa. Neste último, o instrumento referido remete para **L₁**. A descrição ao nível de série é encabeçada na mesma linha por um ícone de livro e rematado por “(SR)”. Dentro deste nível de descrição, inclui as unidades de instalação, através de dois blocos de metadados: (1) vertical (datas de produção, dimensão, âmbito e conteúdo) e (2) horizontal (cota original, datas, cota antiga e cota atual). Embora os metadados correspondam à norma ISAD(G) (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002), este tipo de instrumento de acesso é anterior às normas emanadas pelo órgão de gestão da política arquivística nacional (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2006).

L₈ L₉ H₂ Estes instrumentos de acesso à informação encontram-se caracterizados *supra* em 2.1.3.4.. Importa realçar que a descrição sobre este fundo constante de **L₈**, vinculada ao *Portal Português de Arquivos* (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2017)²⁴⁴ e ao **H₂**, possui, adicionalmente, uma descrição em .pdf, a versão **L₉**, que constitui uma exportação derivada de **L₈**. Tal como descrito acima sobre o fundo Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo (**L₆, H₁**), pelo facto de partilharem o mesmo esquema de meta-informação EAD. Tanto **L₈** como **H₂** procedem da descrição em sistema de informação eletrónico de arquivo CALMTM, que terá sido utilizado através “intranet do IAN/TT no final de Dezembro de 2006” (Runa, 2007), como forma de estruturar as descrições dentro do esquema EAD. Consta apenas em **H₂** a informação de “Registo migrado a partir do sistema CALM em 2008-12-27”. As intervenções na produção de versões são consistentes entre **L₉ H₂**. Infelizmente, não foi possível recuperar a trilha de auditoria que informe onde especificamente se realizaram as modificações nas descrições em ambos os sistemas de informação. As funcionalidades indicadas *supra* em **L₆ H₁** da amostra de um caso crítico são as mesmas em **L₈ H₂**, exceto **L₉**, informação recuperada a partir da página institucional (.html estático) do ANTT, através “Sites DGLAB > Arquivo Nacional Torre do Tombo > Pesquisar na Torre do Tombo > Fundos e colecções”, sob o identificador L 743 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2021). **L₉** é apresentado genologicamente como um catálogo, contendo uma folha de rosto, uma ficha técnica, índice (com hiperligação), descrição de fundo, seguido de descrição de séries e de unidades de instalação por sequência de código de referência, conteúdo disposto em duas colunas. A separação entre séries é feita através de um sublinhado. As descrições de nível de série apenas realçam a negrito o metadado de título, ao passo que as que descrevem unidades de instalação são realçadas no “título” e “cota actual”. **L₈** é o único

²⁴⁴ Excluímos o Portal Português de Arquivos do *corpus* de instrumentos de acesso dado que este constitui uma cópia derivada de **L₆**, não oferecendo informação relevante ao que foi descrito *supra* em 2.1.3.6.

sistema de informação onde são disponibilizadas representações digitais ao nível de unidade de instalação, situação semelhante em L₆. Além disto, os *instrumenta* L₈L₉ são disponibilizados pela entidade arquivística a partir do servidor que custodia, de modo que a acessibilidade aos recursos informacionais sobre o fundo em apreço se encontra condicionada às políticas de governança de informação internas, *i. e.*, o ANTT pode a todo o momento proceder a modificações em torno dos registos e da política de acessibilidade.

2.3. Discussão

Este capítulo realizou uma análise covariacional que, dentro dos propósitos estabelecidos para a condução de um estudo de casos múltiplos de tipo causal, conduziu à identificação da população e constituição de uma amostra, repartida num caso crítico e num caso extremo. O objetivo geral deste estudo consiste em identificar como os arquivos referidos na Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), foram representados em instrumentos de acesso à informação produzidos pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Para este efeito, face a uma população composta por 12890 u. i., constituímos uma amostra intencional para o presente estudo empírico de casos múltiplos. Assim, o caso crítico selecionado consiste na *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* ($n=16$ u. i.) e o caso extremo é o *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* ($n= 84$ u. i.). Os resultados deste subcapítulo basearam-se nas etapas de descrição e de resolução analítica de Danermark *et al.* (2005). A análise covariacional, dentro dos pressupostos de Blatter e Haverland (2014), possibilitou o estabelecimento da relação causal entre a variável independente (fundo) com as variáveis dependentes (instrumentos de acesso à informação) do ponto de vista quantitativo, que se desenvolveu ao longo da camada ontológica do domínio do empírico, nos termos do modelo proposto por Bhaskar (1975).

Em concreto, esta abordagem metodológica permitiu aferir empiricamente quais os instrumentos de acesso à informação de produção disponíveis estão relacionados com os fundos indicados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), tanto na custódia do ANTT como do ABM, por forma a poder-se delimitar o tamanho da população. Sendo assim, pudemos verificar, como resposta à *QIG2*, que

- o número de fundos identificados são 11, não cinco como indicado pela Resolução, que procedem das mesmas circunstâncias de aquisição indicadas pelas entidades custodiantes, ou seja, no caso do ANTT, os fundos foram transferidos por ação do Decreto de 2 de Outubro de 1862 e da Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886 e, no caso do ABM, por força do

Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931. O fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* constitui uma exceção, por não mencionar qualquer base legal, mas o guia de fundos do ABM inclui este conjunto documental na custódia do ANTT como transferência derivada por ação dos diplomas supramencionados. A explanação indicada pelas entidades custodiantes consiste, assim, em decisões *ope legis* que determinaram a remoção dos arquivos dos contextos sociais e territoriais originários. No entanto, a análise covariacional não confere suficiente poder explanatório em torno das circunstâncias sobre as quais decorreram estas transferências. Consideramos ser indispensável explorar, qual exercício de prospeção estratigráfica, mecanismos e estruturas subjacentes ao contexto de remoção destes arquivos (cf. capítulos seguintes).

- os fundos indicados no diploma supracitado poderão ter tido como base, possivelmente, em instrumentos de acesso à informação anteriores ao ano de 2000, devido à omissão de fundos conventuais masculinos e da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* na Resolução supramencionada. Se assim for, os fundos conventuais masculinos e da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*, integrados na *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, podem ser suscetíveis de igual de reivindicação, porque eram parte integrante deste antes da sua reorganização.

Uma vez que a dimensão da população ($n= 12890$ u. i.) não era exequível para a condução deste estudo, constituímos uma amostra intencional, ou seja, o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, que corresponde a um caso extremo (G1, $n= 84$ u. i.), e a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* (G2, $n= 16$ u. i.), correspondente a um caso crítico. Além disto, a seleção do conjunto documental do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* não derivou diretamente dos critérios de amostragem, como reportado acima na Tabela 10, mas do facto de ser o único instrumento de acesso à informação que não menciona, como já dissemos, no metadado “História Custodial e Arquivística” qualquer diploma que terá ditado a sua transferência do Funchal para Lisboa. No que concerne à *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*, inclinámo-nos para este conjunto documental pelo facto de não se encontrar mencionado na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Apesar de os restantes fundos integrantes da população terem em comum o facto de partilharem o *fatum* da menção do Decreto de 2 de Outubro de 1862 e da Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886, reconhecemos que cada conjunto documental excluído possui especificidades custodiais dignas de uma análise mais particularizada, mas que somos constringidos não só pela sua dimensão como também pelo facto de as entidades custodiantes não disponibilizarem representações digitais dos artefactos informacionais na sua globalidade, por motivo da precariedade do estado de conservação em algumas unidades e por motivos ideológicos, que não podemos deixar de mencionar.

Da análise genológico-documental feita aos instrumentos de acesso à informação da amostra selecionada, foi possível verificar que as instituições insulares do arquipélago da Madeira manifestaram interesse em produzir instrumentos de acesso à informação a partir dos fundos custodiados pelo ANTT, como se pode verificar nos *instrumenta* **F1a**, **F1b**, **F2** e **F4**. A mesma leitura não pode ser feita ao contrário, dado que o ABM não só não dispõe de instrumentos de acesso à informação atualizados, *i. e.*, dentro das convenções mais recentes para a descrição arquivística (*u. g.*, ISAD(G)), como também não disponibilizou qualquer representação digital sob o que se encontra na sua custódia, em particular no caso do fundo conventual analisado.

Pudemos verificar que, no que concerne aos instrumentos de acesso à informação integrantes da amostra do caso extremo, tanto o ANTT como o ABM não procuraram concretizar uma representação cientificamente reunificada em um instrumento de acesso à informação. Por exemplo, os instrumentos de acesso à informação produzidos pelo ANTT sobre o conjunto documental *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, designadamente **L8**, **L9** e **H2**, omitem no metadado “Instrumentos de pesquisa” referências aos instrumentos de acesso à informação produzidos pelo ABM (e instituições antecessoras). Esta situação aproxima-se à perceção de Ribeiro (2006) no seu estudo sobre a dispersão de fundos conventuais beneditinos entre diversas entidades custodiantes e representados em instrumentos de acesso à informação de uma forma que conduziu a “uma perda de inteligibilidade do todo” e a forma como o “tratamento técnico a que cada uma das parcelas foi sujeita descuroou a visão global” (2006, p. 311). Esta crítica já se encontrava em Bastian, em relação aos casos de arquivos removidos das Ilhas Virgens para o Reino da Dinamarca e para os Estados Unidos da América, ao verificar que “each custodian can only provide access to a portion of the records without any clear idea of what else exists” (Bastian, 2001, p. 111). Esta situação pode estar relacionada com outra perceção identificada por Yeo (2009) num estudo que realizou sobre descrição arquivística baseada em garantias literárias em torno de fundos pessoais que se encontravam dispersos entre diversas entidades custodiantes. Este investigador concluiu que a descrição arquivística realizada pelas entidades arquivísticas derivava de certas práticas institucionais que não procuravam examinar detalhadamente sobre o estado de organicidade e de integridade do conjunto documental descrito.

Embora a reunificação digital (Punzalan, 2014a, 2014b), como estratégia de materialização de representações cientificamente reunificadas, se apresente como uma solução que permita suprir lacunas existentes em certos conjuntos documentais complementando-os a partir de unidades documentais que se encontram na custódia de outras entidades, através de meios digitais, esta possibilidade exige “institutional collaboration, development of common procedural protocols, adherence to established technical standards, funding support, scholarly and research demands, and involvement of various experts” (Punzalan, 2014a, p. 308). Tal nível de colaboração não se verifica, conforme analisado acima, entre o ANTT e o ABM. Porém, devemos ter presente que qualquer uma das

estratégias de reunificação digital que vierem a ser adotadas pelas entidades custodiantes, existe o risco não só de obsolescência tecnológica – como aconteceu com o caso do portal *Nesos* (Governo Regional da Madeira, 1998) – como também a intervenção de factores conjunturais (sociais, culturais, políticos, económicos), que poderão fazer gorar este tipo de estratégia, possivelmente, a médio e longo prazos. Como tal, o recurso (ou não) às garantias literárias para a descrição arquivística não assegura necessariamente que o produto final (instrumento de acesso à informação) disponibilize uma representação reunificada em torno dos conjuntos documentais do mesmo produtor dispersos entre diversas entidades custodiantes. Por exemplo, não podemos esperar que o *Portal Português de Arquivos* ou que o *Archives Portal Europe* providenciem uma representação cientificamente reunificada em torno de conjuntos documentais do mesmo produtor dispersos entre diversas entidades arquivísticas, se a base da construção deste agregador de conteúdos limitar-se a instrumentos de acesso à informação que não foram concebidos de modo a potenciar a sua reunificação. Uma possível explicação para a ausência uma representação reunificada do fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* disperso entre o ANTT e o ABM poderá estar nas discrepâncias de representação semântica das classes e das descrições entre os diversos níveis. Supondo que as entidades custodiantes pretendessem ultrapassar esta questão, deveria o ABM adotar as convenções de representação de classes estabelecidas pelo ANTT ou deveria ser vice-versa, para poder-se alcançar uma representação reunificada do fundo na sua globalidade ao nível semântico? Se, porventura, existisse um instrumento de acesso à informação que realizasse uma representação cientificamente reunificada de fundos dispersos produzido por entidade externa, as entidades custodiantes adotá-lo-iam como recurso válido? Qualquer uma destas estratégias dependerá de decisões políticas das entidades custodiantes. Além disto, é possível que a documentação do Convento de Nossa Senhora da Encarnação possa estar por identificar, tornando-se indispensável discernir entre quais as unidades documentais produzidas *pele* cenóbio feminino e aquelas unidades que foram produzidas por determinada entidade produtora *sobre* este convento²⁴⁵.

No que diz respeito ao caso crítico, a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, este fundo formou-se a partir da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, como atestado nos instrumentos de acesso à informação **L4**, **L5**, **L6** e **H1**. Verificou-se, no entanto, que estes instrumentos de acesso à informação obscureceram a denominação original do fundo, *i. e.*, *Repartição da Fazenda do Funchal*. Estas limitações não se restringem apenas aos instrumentos de acesso à informação produzidos em suporte analógico (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002a) como também se verifica em ambiente digital, sendo estes uma transposição daqueles. Foi

²⁴⁵ Esta asserção deriva do facto de, de acordo com informação interna veiculada pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, ter dado entrada um conjunto de documentos procedentes da 2.^a *Repartição de Finanças do Funchal*, em 2021, ainda inacessível por estar em processo de inventariação, contendo um conjunto de unidades relativo ao Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. Há, no entanto, que ter presente que a Lei de 4 de abril de 1861 fez transitar a responsabilidade pelo processamento de informação sobre os conventos às repartições de finanças do distrito. Diversos instrumentos de acesso à informação que descreveram o Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal obscurecem o facto de parte das unidades de instalação, especialmente após 1861, não foram produzidas por este convento mas pela comissão designada pela Repartição da Fazenda do Funchal para esta função.

necessário recorrer a um exercício contrafactual, realizando um exame genológico-documental, para poder identificar-se que denominações anteriores foram atribuídas aos conjuntos documentais de modo a poder chegar-se a outros instrumentos de acesso à informação não mencionados pelos instrumentos mais recentes. A análise genológico-documental aos instrumentos de acesso à informação integrantes da população de fundos incluídos realizada nesta secção evidenciou, por exemplo, que o metadado produtor, sendo um requisito obrigatório nos termos das *Orientações para a Descrição Arquivística* (Direção-Geral dos Arquivos, 2007) ao nível de fundo, não é cumprido na maioria dos *instrumenta* analisados. Isto requer um exercício de “escavação estratigráfica” ao conteúdo dos instrumentos de acesso à informação – como Bhaskar (2009) sugere com a figura lockeana do *underlabourer* ou da leibiniziana *midwife* – para poder percecionar-se realidades ontologicamente obscurecidas por detrás de denominações atribuídas aos fundos.

A literatura analisada realçou a existência de instrumentos de acesso à informação como condição necessária para a identificação de arquivos potencialmente deslocados (Grimsted, 1993a; Lowry, 2017a; Winn, 2015). Daqui resultou que a análise covariacional apenas permitiu estabelecer a relação existente entre a variável dependente (instrumento de acesso) e a variável independente (conjunto documental). Mas o resultado desta relação não proporciona suficiente força explanatória, como já dissemos, sobre como os instrumentos de acesso à informação se encontram relacionados entre si. Também a literatura analisada não permite extrair elementos suficientes que possibilitem realizar comparabilidade entre os casos de arquivos deslocados, devido às suas particularidades da sua história custodial.

Face a estas limitações, é necessário certificar, em primeiro lugar, a relação existente entre os instrumentos de acesso à informação e os fundos documentais representados e, em segundo, estabelecer relações entre os instrumentos de acesso à informação, atendendo às suas especificidades genológicas. A identificação²⁴⁶ emergiu aqui como condição necessária para poder-se estabelecer a relação de pertinência entre o instrumento de acesso à informação e o objeto de representação (fundo documental e entidade produtora). A identificação consiste num “acto ou efeito de identificar ou identificar-se” (Priberam, 2021), *i. e.*, na acepção de tornar idêntico ou provar ou reconhecer a identidade de algo ou alguém. Neste sentido, a identificação consiste em estabelecer a relação ontológica entre os objetos representados e suas representações substitutas. Desta forma, a análise covariacional permitiu identificar (como expresso no título deste estudo) que a dimensão da popu-

²⁴⁶ O conceito de “identificação arquivística”, introduzido recentemente na terminologia da especialidade, é entendido como “tarefa de pesquisa sobre a gênese do documento de arquivo, desenvolvida no início do tratamento documental para definir requisitos normalizados de planeamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação (planeamento da produção, classificação, avaliação e descrição)”, de modo a “estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação” (A. C. Rodrigues, 2011). Embora este conceito, importado da terminologia arquivística espanhola, tenha sido explorado epistemologicamente no âmbito da Diplomática pela comunidade arquivística brasileira, que se concentra na gênese do documento, na sua proveniência e nas suas causas e finalidades da sua criação, utilizamos este conceito operacionalmente como estratégia de delimitação da população deste estudo.

lação de conjuntos documentais não coincide com o número de fundos mencionados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), pelo facto de o legislador ter-se baseado, com elevada plausibilidade, num instrumento de acesso anterior ao ano 2000. Face a isto, se os instrumentos de acesso à informação emanados pelo ANTT já se encontravam disponíveis nos portais institucionais (*u. g.*, *Portal Português de Arquivos e DigitArq*), por que motivo a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira não se baseou nestes *instrumenta*? Acaso o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (*olim*, Arquivo Regional da Madeira) teve, em algum momento, qualquer papel relevante no processo de identificação de fundos custodiados no ANTT durante o processo de discussão do diploma?

Os resultados da análise covariacional permitiram delimitar uma população de fundos documentais na custódia entre o ANTT e o ABM na ordem das 12890 unidades de instalação (cf. Gráfico 2). Mas este universo pode vir a ser modificado (para menos ou para mais) se o ABM, por exemplo, entender disponibilizar novos instrumentos de acesso à informação no futuro. Por exemplo, o fundo *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, incorporado possivelmente em contexto de Arquivo Distrital do Funchal, não teve qualquer outro recurso de acesso à informação para além do que está identificado no guia de fundos desta instituição (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 53–55) e que, por conseguinte, permanece ainda hoje inacessível. No mesmo estado se encontram outros fundos eclesiásticos na custódia do ABM e do ANTT, que carecem de uma análise cientificamente fundamentada, por subsistir a confusão na atribuição de determinadas unidades de instalação a uma entidade que não foi a sua produtora. O obscurecimento resultante da sobreposição da denominação do fundo com a entidade produtora pode ser verificado *passim* no metadado produtor de nível de descrição de fundo que aparece omissa em ca. de 78% dos instrumentos de acesso analisados.

Apesar de os instrumentos de acesso à informação constituírem condição necessária para a identificação de arquivos deslocados, com base na revisão de literatura atrás realizada, muitos estudos se focalizaram mais em aspetos teóricos e menos em estudos empíricos sobre estratégias para a identificação de arquivos na condição de deslocados, que permitissem realizar uma comparação com o presente fenómeno em estudo. Se na revisão de escopo (cf. capítulo 2, Parte I) a percentagem de artigos que se configuravam em estudos de caso era de 20% ($n=70$), na metassíntese (cf. capítulo 3, Parte I), a amostra de artigos que adotaram a mesma configuração aumentou para 50% ($n=154$), o que sugere que o estudo de caso constitui uma das estratégias de investigação preferenciais para o reconhecimento de fenómenos associados com os arquivos deslocados. Face à diversidade de configurações de estudos de caso, a estratégia adotada para este estudo consistiu num tipo de estudo de casos múltiplos, segundo uma ótica causal, por ser mais conforme com o quadro metateórico do Realismo Crítico, pois constitui a abordagem mais consentânea com a natureza do fenómeno de interesse adotado. A identificação materializa-se neste estudo como uma estratégia de investigação

indispensável para delimitar empiricamente a dimensão do fenómeno subjacente à Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), que, como vimos, pode induzir ao engano. No entanto, outros estudos manifestaram entendimentos distintos na questão da identificação. Por exemplo, Garaba incidiu nos conjuntos documentais dos movimentos de libertação constituídos *extra situs* (em contexto de exílio), considerando a identificação, amparando-se em O’Toole (2010a), como “the first activity designed specifically to save and acquire records” e constituindo “an initial level of intellectual and physical control over the records” (2011, p. 29). Garaba não inclui os instrumentos de acesso à informação como parte inicial do processo de identificação de arquivos deslocados, mas como recurso, tal como o registo de aquisições do “arquivo do arquivo”, enquanto mecanismos desenvolvidos pelas entidades custodiantes “to gain initial physical, administrative, legal and intellectual control over newly acquired material” (2011, p. 33). Apesar de o enfoque do autor consistir no problema da identificação como mecanismo para facilitar o processo de restituição ou de repatriação de fundos documentais das frentes de libertação constituídas em países estrangeiros, considerado como parte integrante do “cânone arquivístico” que representa o processo de independência e de descolonização em África (Mnjama, 2011), Garaba refere que “most of the organizations failed to quantify the volume of records pertaining to national liberation movements” (2011, p. 37). Esta asserção vai ao encontro da necessidade de se identificar em primeira mão a existência de instrumentos de acesso à informação como condição necessária para poder aprofundar-se a análise sobre como os arquivos na condição de deslocados foram representados pelas entidades custodiantes. À ausência de instrumentos de acesso à informação, para além de ser um fator em si mesmo muito limitador para o conhecimento sobre a condição destes conjuntos documentais, resta o imaginário arquivístico do impossível, que Lowry (2019a), amparando-se em Gilliland e Caswell (2016), associa como forma de explicar fenómenos de desposseção de arquivos: “in archival displacement, archival imaginaries made impossible because they are unresolvable: more records may always be believed to exist” (Lowry, 2019a, pp. 195–196). A imprecisão dos instrumentos de acesso à informação em termos de delimitação da extensão das unidades de instalação integrantes de um fundo pode constituir-se como um elemento deste imaginário do impossível que reduz a certeza sobre a sua real dimensão.

Como observado nos diversos casos que conduziram à desagregação de unidades de instalação a partir da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* (olim, *Repartição da Fazenda do Funchal*) para a formação de novos fundos (conventos masculinos e a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*), consiste num poder que deriva da mediação custodial, neste caso, por parte do ANTT. No entanto, o cômputo da dimensão das unidades reconduzidas não teve em consideração a existência de outras unidades de instalação, que se encontram na custódia de outras entidades arquivísticas (ABM e Arquivo Diocesano do Funchal) relativas ao mesmo produtor. Com base nisto, devemos problematizar até que ponto os instrumentos de acesso possibilitam representar a integridade e a organicidade em casos de arquivos deslocados, uma vez que Garaba (2011) não

problematizou este aspeto de modo direto. Mais difícil, ainda, consiste em aferir sobre a integridade e a organicidade dos fundos documentais deslocados que foram submetidos a processos de avaliação, seleção e eliminação insuficientemente documentados, seja por motivos operacionais seja por motivos ideológicos, que resultam irreversíveis (Anderson, 2011; Bailkin, 2015; Banton, 2017; D. Cox, 2010; Dominy, 2013; Glenn, 1962; Grimsted, 1991a, 1992; Hampshire, 2013; Karabinos, 2018b; Lowry, 2019a; Montgomery, 2011; Namhila, 2015; Ngoepe & Netshakhuma, 2018; Nicholls *et al.*, 2016; Rawlings, 2015; Sato, 2017). Se bem que o presente estudo não se tenha concentrado em aspetos sobre como tem sido representada a avaliação arquivística nos instrumentos de acesso à informação relativos a arquivos deslocados, esta situação pode constituir-se, também, como um fator limitador, por não ser possível discernir se a ausência de unidades de instalação em determinado fundo de um mesmo organismo produtor derivou de perdas involuntárias ou de descontinuidades de produção da parte da entidade produtora ou de decisões tomadas por parte das entidades custodiantes através da mediação arquivística. Em relação ao presente fenómeno de interesse, tal informação não se encontra veiculada nos instrumentos de acesso à informação de forma clara. Como já mencionámos, os processos de descrição arquivística adotados pelas entidades custodiantes tendem a não fazer emergir os dados e as informações contidos nas unidades de instalação de cada um dos fundos representados nos diversos instrumentos de acesso à informação.

Estas imprecisões na representação arquivística em instrumentos de acesso à informação podem derivar de fenómenos “anarquívicos” que poderão ter contribuído para a dificuldade de identificação de arquivos na condição de deslocados. Por exemplo, Karabinos realçou como os instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelos Arquivos Nacionais dos Países Baixos e da Indonésia sobre os denominados *Djogdja Documenten* “are not always clear as to which documents are originals and which are copies made from originals at the Arsip Nasional”, devido a “unclear descriptions” (2017, p. 61), sem dilucidar em que aspeto o autor considera as descrições pouco claras. Outro exemplo consiste nos arquivos removidos para a antiga União Soviética onde as descrições arquivísticas “remain rudimentary” e os instrumentos de acesso à informação não foram “updated to take account of the considerable restitution since 1992” (Grimsted, 2017, p. 133), ocasionando conflitos e malentendidos entre as partes. Também, Sela analisou como as forças israelitas procuraram controlar através de sistemas de organização do conhecimento como forma de obscurecer a proveniência ou de limitar o acesso aos conjuntos documentais removidos aos palestinianos através de uma representação “according to Zionist codes and terminology that differ from the original Palestinian terminology” (2018b, p. 202). Qualquer uma destes exemplos de representações “anarquívicas” não indicam claramente quais os pressupostos metodológicos que permitam identificar os arquivos como estando deslocados (apesar de as entidades arquivísticas a que se lhes contesta o direito de custódia não os considerarem como tal).

A análise covariacional realizada neste estudo constitui uma possível ferramenta metodológica, que permite identificar a relação entre os instrumentos de acesso à informação (na sua diversidade genológica e independentemente da granularidade descritiva) e os fundos representados. Esta relação é ontologicamente relevante no quadro do Realismo Crítico, por estabelecer uma relação de necessidade associada ao processo de identificação de como determinados arquivos podem ser percebidos empiricamente como estando (ou não) na condição de deslocados a partir das suas representações em instrumentos de acesso à informação. A identificação de arquivos deslocados representados em instrumentos de acesso à informação implica necessariamente uma abordagem empiricamente indutiva, como Stoler sugeriu, uma leitura interpretativa *bottom-up* ou “against their grain” (2002, p. 99), *i. e.*, utilizando os dispositivos que as entidades custodiantes se servem para poderem construir representações destes fundos em instrumentos de acesso à informação. Há, porém, outras leituras alternativas que poderão auxiliar na identificação dos processos de representação “anarquívica” em *instrumenta* descritivos. Tais leituras poderão ser confrontadas a partir da adaptação do modelo de *records continuum* (Frings-Hessami, 2019a, 2019b; Karabinos, 2018b, 2020). Por exemplo, Karabinos recorre à metáfora de “*continuum* na sombra” para a identificação de traços que “can be visualized as the dark spaces of the records continuum model, where records become obscured and hidden from view” (Karabinos, 2018b, p. 211). Para o autor, “shining a light on these areas reveals the hidden records” (Karabinos, 2018b, p. 211). Esta perspetiva poderia ser epistemologicamente válida se a sua base metateórica tivesse sido sustentada no Realismo Crítico, uma vez que a identificação dos traços²⁴⁷ que representaram os arquivos deslocados poderiam ter o suporte nas diversas camadas ontológicas de Bhaskar (1975, 1979), especialmente na identificação de abordagens metodológicas que permitam, a partir da dimensão empírica, aproximar-se das camadas do atual e do real, que tendem a não ser visíveis. Outra proposta é a de Frings-Hessami (2019a, 2019b) com o modelo de *records continuum* de arquivo apropriado, onde a autora identifica que a dimensão de apropriação pode gerar processos de recriação, de recaptura, de reorganização e de pluralização, partindo do exemplo dos arquivos de Tuol Sleng dos Khmer Vermelhos. Porém, esta abordagem não esclarece em quais as dimensões são possíveis identificar arquivos deslocados e a partir de que mecanismos de representação da informação para além da dimensão de pluralização. O que estas abordagens sugerem consiste no facto de o modelo de *records continuum* e suas adaptações serem falíveis na hora de analisar fenómenos de arquivos deslocados, por incorrer-se naquilo que Bhaskar (1975, 1979) denomina de “falácia epistémica”, *i. e.*, tergiversar a interpretação da dimensão intransitiva aos construtos teóricos da dimensão transitiva. O problema de identificação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação consiste necessariamente

²⁴⁷ O autor justifica a escolha por esta abordagem no seguinte passo: “I felt that I needed an extra explanation for how these records could be understood in continuum theory before their existence became public knowledge. I connected this shadow continuum to publicly accessible archival traces, because a trace hints at something’s existence. A trace is the first glimmer of light shining that mitigates the shadow” (Karabinos, 2018b).

em encontrar abordagens metodológicas que permitam identificar e delimitar não só as muitas sombras subjacentes aos processos de descrição arquivística como também os contextos supervenientes da remoção dos arquivos dos seus contextos sociais e territoriais originários.

Não se pretende com tudo isto sugerir a ideia de falência dos modelos de representação da informação em instrumentos de acesso à informação construídos com o suporte das garantias literárias para a descrição arquivística. Poderíamos questionar, todavia, se dispuséssemos de garantias literárias para a descrição de conjuntos documentais na condição de deslocados, até que ponto as entidades custodiantes as adotariam. Pudemos, também, perceber que os objetivos de normalização da descrição arquivística presentes nas garantias literárias se limitaram a representar unidades documentais como meras listas de ativos patrimoniais, transmitindo, em certa medida, uma falsa percepção de completude, de integridade e de organicidade ao utilizador, designadamente na estratégia de as entidades custodiantes tendencialmente não representarem o vazio ou o erro nos instrumentos de acesso à informação. A ausência de descrições de acordo com outras garantias literárias para a descrição arquivística, designadamente com o ISAAR(CPF), fizeram-se notar ao longo deste estudo. Como a proposta de *RiC Records in Contexts* (International Council on Archives, 2016d) se encontra em processo de amadurecimento, quais as potencialidades que os modelos relacionais de descrição arquivística proporcionariam na deteção de arquivos deslocados? A nosso ver, representações da informação arquivística segundo modelos relacionais não possibilitarão concretizar cenários de representação reunificada de fundos dispersos se as entidades custodiantes não ultrapassarem a sua visão de “silo” informacional.

Uma das principais limitações que emergiram da análise covariacional da amostra consistiu no facto de certos instrumentos de acesso à informação permanecerem inacessíveis da responsabilidade das próprias entidades custodiantes. Esta situação ocorreu, por exemplo, com L_2^a e L_2^b – incluindo as relações elaboradas por Roberto Augusto da Costa Campos – sobre a *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, que continha a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, em que o ANTT não providenciou o acesso a uma representação digital a partir do portal *DigitArq* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011c), limitando-nos a L_6 . No caso do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, não pudemos apurar quantas unidades micrográficas foram produzidas pelo ANTT e se as cópias na custódia do ABM correspondem às representações digitais do portal *Nesos*, por os instrumentos de acesso à informação compulsados não veicularem detalhadamente esta informação nos respetivos metadados. Também foi preciso contornar o problema da inexistência de recursos digitais sobre o fundo conventual da presente amostra, sob custódia do ABM, o que implicou extrair dados e informações diretamente às unidades que o instrumento F_3 não fornece. Supondo que tanto o ANTT como o ABM não disponibilizassem representações digitais nos instrumentos de acesso à informação eletrónicos, a investigação poderia

estar limitada aos condicionalismos geográficos, em que o investigador teria de deslocar-se fisicamente, por motivo da descontinuidade territorial, a estas duas instituições (Funchal e Lisboa) para poder extrair informações relevantes para a condução do estudo. Acresce a isto que a descrição tanto da população como da amostra se cingiu ao nível de fundo, que não decorre necessariamente das limitações da análise covariacional mas das opções previamente estipuladas na secção 2.3.1. (Parte II).

Reconhecemos, também, que a identificação dos instrumentos de acesso à informação depende da capacidade de observação analítica e do conhecimento do investigador sobre o tema, quando as bases de dados e recursos documentais compulsados não veiculam exhaustivamente todos os elementos informativos pretendidos para a condução do estudo.

Esta análise covariacional, por último, permitiu, como dissemos, delimitar empiricamente a população e a seleção da amostra, consistente, de resto, com a análise extensiva proposta por Sayer (2010). Trata-se de um aspeto fundamental, uma vez que o estudo sobre o fenómeno dos arquivos deslocados exige um conhecimento direto dos conjuntos documentais sob disputa. Embora este nível de análise não produza uma explicação causal suficiente plausível sobre os mecanismos subjacentes na representação da informação respeitante aos fundos selecionados, Blatter e Haverland (2014) sugerem que a análise covariacional concita uma análise de rastreamento processual, que se confirma como indispensável para os propósitos deste estudo.

2.4. Síntese

Neste capítulo é realizada uma análise covariacional que, para os propósitos de um estudo de casos múltiplos de tipo causal, conduziu à identificação da população e constituição de uma amostra de um caso crítico e de um caso extremo, dentro dos pressupostos das etapas de descrição e de resolução analítica de Danermark *et al.* (2005) e ao longo da camada ontológica do domínio do empírico. A análise covariacional visou o estabelecimento da relação causal entre a variável independente (fundo) com as variáveis dependentes (instrumentos de acesso à informação), de acordo com Blatter e Haverland (2014).

A constituição da população associada ao fenómeno de interesse partiu dos cinco fundos indicados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Podemos verificar, como resposta à *QIG2*, que os fundos indicados neste diploma terão tido como base instrumentos de acesso à informação anteriores ao ano de 2000, dado que recuperámos onze fundos, não cinco, que procedem das mesmas circunstâncias de aquisição indicadas pelas entidades custodiantes: do caso do ANTT, por ação do Decreto de 2 de Outubro de 1862 e da Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886 e, do caso do ABM (*olim*, ADF), por força do Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931a).

Uma vez que a dimensão da população, que ascende às 12890 u. i. – depois de caracterizados os 11 fundos a partir dos instrumentos de acesso à informação disponíveis – não era exequível para este estudo, reduzimos a amostra intencionalmente para 100 u. i., ou seja, o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* que corresponde a um caso extremo (G1, $n= 84$ u. i.) e *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* (G2, $n= 16$ u. i.), correspondente a um caso crítico.

Da análise genológico-documental feita aos instrumentos de acesso à informação da presente amostra, foi possível verificar que o ABM (e instituições antecessoras) manifestou com relativa frequência o interesse em produzir instrumentos de acesso à informação a partir dos fundos custodiados pelo ANTT, como se pode verificar em **F_{1a}**, **F_{1b}**, **F₂** e **F₄**. A mesma leitura não pode ser feita ao contrário, dado que o ABM não só não dispõe de instrumentos de acesso à informação atualizados dentro das convenções para a descrição arquivística sobre o fundo conventual como também não disponibiliza qualquer representação digital sob o que se encontra na sua custódia. Tanto a ANTT como o ABM não procuraram concretizar uma representação técnica e cientificamente reunificada num instrumento de acesso à informação, limitando-se a uma listagem de ativos patrimoniais, que se encontram na custódia de cada uma destas instituições. Esta perspetiva coincide com a de Ribeiro, para o caso dos fundos beneditinos dispersos entre diversas entidades custodiantes, o que “ocasionou uma perda de inteligibilidade do todo e o tratamento técnico a que cada uma das parcelas foi sujeita descurou a visão global” (2006, p. 311). Verificámos que os instrumentos de acesso à informação, que representaram os fundos da presente amostra, são genologicamente diversos e produzidos ao longo do tempo com propósitos, níveis de granularidade descritiva e convenções distintas.

Uma das principais limitações consiste no facto de os instrumentos de acesso à informação se encontrarem inacessíveis pelas próprias entidades custodiantes, *i. e.*, informação constante do “arquivo do arquivo”.

Em última análise, para concluir, esta análise covariacional concita o aprofundamento da amostra para uma análise de rastreamento processual, que possibilite compreender os mecanismos subjacentes à representação da informação, não de todos os processos subjacentes à produção dos instrumentos de acesso à informação, mas na seleção de um mecanismo em particular, como forma de especificar as estratégias de representação de fundos adotadas pelas entidades custodiantes.

3. Representação da informação em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual segundo o método estemático

O propósito deste capítulo consiste em apresentar os resultados da análise de rastreamento processual a partir da amostra constituída na análise covariacional do capítulo anterior (cf. 2). Esta secção inscreve-se na etapa de abdução/redescrição teórica de Danermark *et al.* (2005), correspondente à abordagem intensiva de Sayer (2010), dentro dos procedimentos metodológicos indicados no quadro metodológico (2.2.3) e na descrição dos procedimentos específicos para esta etapa (2.3.2). Pretende-se responder a *QIG3* “como é que os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), foram representados nos instrumentos de acesso à informação”, a partir da amostra constituída em torno do caso crítico e caso extremo?

Como descrito em 2.3.2 (*supra*), os resultados obtidos basearam nas etapas da recolha empírica de dados (por via da seleção das unidades de análise através da extração/transcrição e processamento dos dados) e da sua análise crítica (através do método estemático), de modo a poder inferir-se mecanismos causais subjacentes à representação da informação. Para a identificação dos mecanismos através dos quais os poderes causais – *i. e.*, inserção, eliminação e/ou modificação – se manifestam, consideramos apenas, para efeitos da representação da organicidade e da unicidade dos fundos em instrumentos de acesso à informação, três tipos de *loci critici*: os metadados de título, cota e datas extremas.

Como indicado, o objetivo do recurso ao método estemático cinge-se operacionalmente aos propósitos de identificação dos mecanismos causais de representação da informação para estabelecer vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação, adstrita à etapa de *recensio*, não com o objetivo de realizar uma *constitutio textus*.

Cada um dos momentos acima indicados terão os resultados descritos aqui por subsecções a partir da amostra constituída. As subsecções visam apresentar os resultados da etapa de *recensio* a partir do *corpus* de instrumentos de acesso à informação analisados em torno de um caso crítico (2.2.2.1.) e caso extremo (2.2.2.2).

3.1. Caso crítico: *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* (ANTT)

3.1.1. *Fontes critici*

Sobre este fundo existem dez instrumentos de acesso à informação, listados no Quadro 28 (*supra*). Somente pudemos compulsar os seguintes testemunhos: **F_{1b}**, **F₂**, **L₃**, **F₄**, **L₅**, **L₆** e **H₁**. Quanto aos testemunhos **L₂^a**, **L₂^b** e **L₄**, conforme dissemos, a instituição custodiante não nos facultou o acesso, remetendo para **L₆**.


Constituímos, além disto, **O_L** que corresponde às digitalizações feitas do original (**O**) constante em **L₆**, o que possibilitou à extração de dados das unidades em vez da sua compulsão presencial, servindo, ao mesmo tempo, como estratégia de triangulação.

3.1.2. *Collatio*

Os resultados do processo de *collatio* dependeram do cumprimento das etapas: (i) a seleção de *loci critici* e *transcriptio* e (ii) *collatio*, que a seguir se apresentam:

3.1.2.1. *Loci critici e transcriptio*

Conforme explanámos acima, a seleção dos *loci critici* tem como função, não a reconstituição de um instrumento de acesso à informação original, que não existe, e muito menos a de um fundo, mas estabelecer como as unidades documentais têm sido representadas diacronicamente nos instrumentos de acesso à informação. Tomámos como *locus* principal a denominação atribuída à unidade que corresponde ao título, complementado com metainformação de cota(s) e de datas. A transcrição processou-se pela reprodução do título, procurando-se manter as abreviaturas originais. De igual modo, transcrevemos elementos associados às cotas, mantendo uma referência o mais possível próxima ao texto do instrumento de acesso. Os resultados são apresentados por testemunhos, de acordo com o sistema de cotação mais recente, focalizando a análise ao nível de unidade de instalação.

O_L(=L₆) As representações digitais encontram-se acessíveis na *web* ao nível de unidade de instalação. Todas as representações digitais possuem marca-de-água institucional centrada a meio da página (“”). Verificam-se algumas falhas: (i) inexistência de representações digitais das lombadas dos livros, parcialmente visíveis em algumas unidades (*u. g.*, CFMPS, liv. 1), mas não suficientemente perceptíveis para permitir uma transcrição; (ii) ausência da folha de guarda em CFMPS, liv. 9, onde continha a cota original atribuída à unidade. A extração do título foi transcrita em dois *loci*: (i) metadado de título e (ii) da representação digital (lombada, termos de abertura, capas/contracapas). As datas foram inferidas a partir da sua menção

expressa no título e nas representações digitais. As cotas foram extraídas a partir dos elementos paratextuais existentes em diversos *loci* da unidade (capa, lombada, folha de guarda), assinalando a existência de mãos.

Quadro 30 – Seleção de *loci critici* a partir do original OL

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	Variante 1 (lombada): "1.º Livro Dirigido à Correição da Fazenda"; Variante 2 (metadado): "LIVRO PRIMEIRO DIRIGIDO À CORREIÇÃO DA FAZENDA"	NA	Na folha de guarda (azul): "39 n.º de ordem 1228".
2	Variante 1 (lombada): "Registo de informes e officios da extinta comissão liquidatária de 1836 a 1838"; Variante 2 (capa): "LIVRO SEGUNDO DE INFORMES DA LIQUIDATÁRIA"	[1836/1838]	Na folha de guarda: "guarda da capa: 131 n.º d'ord. 1230 (2.ª mão, azul); "L.º 2.º N.º 17 de Informações" (1.ª mão, tinta preta)".
3	Variante 1 (capa): "L. 1.º DE REGISTO DAS ORDENS DO DISPENDEO"; Variante 2 (termos de abertura): "Livro para o Despendio dos Armazens que tem o Almoxarife a seo Cargo Arsenal Naval e Militar no Funchal"	NA	Na folha de guarda (azul): "166 n.º d'ord. 200"
4	Variante 1 (lombada): "LIVRO SEGUNDO – REGISTO DE ALVARÁS DESDE MARÇO DE 1837 ATÉ JUNHO DE 1838"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro que servirá para reg.to d'os Alvarás de pagamento"	[1837/1838]	Na folha de guarda (azul): "685 n.º d'ord. 1188".
5	Variante 1 (lombada): "TERCEIRO – REGISTO DE ALVARÁS DESDE JUNHO DE 1838 ATÉ OUTUBRO DE 1839"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro que servirá para registo d'os Alvarás de pagamento"	[1838/1839]	Na folha de guarda (azul): "657 n.º d'ord. 1189".
6	Variante 1 (lombada): "NÚMERO NOVE – REGISTO DAS OBRAS DE PAGAMENTO DESDE 1844 A 1848"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro que servirá para registo dos Alvarás de pagamento"	[1844/1848]	Na folha de guarda (azul): "11 n.º d'ord. 1190".
7	Variante 1 (capa): "SISAS EVENTUAIS DE 1841 A 1842 – RECEBEDORIA DO CONCELHO DO FUNCHAL"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro ha de servir para a escripturação do rendimento de Sizas das compras e trocas de bens de raiz"	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1071 n.º d'ord. 846".
8	Variante 1 (capa): "CONCELHO DA CALHETA DE 1841 A 1842 – SISA"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro ha de servir para a escripturação do rendimento de Sizas das compras e trocas de bens de raiz"	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1074 n.º d'ord. 849".
9	Variante 1 (capa): "CONCELHO DE C[ÂMAR]A DE LOBOS DE 1841 A 1842 – SISA"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro ha de servir para a escripturação do rendimento de Sizas das compras e trocas de bens de raiz"	[1841/1842]	NA
10	Variante 1 (capa): "1841 a 1842 Sisa Concelho de Machico", no metadado "CONCELHO DE MACHICO DE 1841 A 1842 – SISA"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro ha de servir para a escripturação d'o rendimento de Sizas d' as compras e trocas de bens de raiz"	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1078 n.º d'ord. 853".
11	Variante 1 (capa): "1841 a 1842 Concelho da Ponta do Sol Sisa", no metadado "CONCELHO DA PONTA DO SOL DE 1841 A 1842 – SISA"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): "Livro há-de servir para a escripturação d'o rendimento de Sizas d' as compras e trocas de bens de raiz"	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1073 n.º d'ord. 848".
12	Variante 1 (capa): "1841 a 1842 Concelho do Porto Moniz Sisa", no metadado "CONCELHO DO PORTO MONIZ DE 1841 A 1842 – SISA";	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1075 n.º d'ord. 850".

#	Título	Datas (ano)	Cotas
	Variante 2 (extrato da termos de abertura): “Livro há-de servir para a escripturação d'o rendimento de Sizas d' as compras e trocas de bens de raiz”		
13	Variante 1 (capa): " Concelho de Santa Cruz 1841 a 1842 Sisa", no metadado "CONCELHO DE SANTA CRUZ – 1841 A 1842 – SISA"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): “Livro há-de servir para a escripturação d'o rendimento de Sizas d' as compras e trocas de bens de raiz”	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1077 N.º d'ord. 852".
14	Variante 1 (capa): "1841 a 1842 Sisas Concelho de Santa Anna", no metadado "CONCELHO DE SANTANA – 1841 A 1842 – SISAS"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): “Livro há-de servir para a escripturação d'o rendimento de Sizas d' as compras e trocas de bens de raiz”	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1079 n.º d'ord. 854".
15	Variante 1 (capa): "Concelho de S. Vicente 1841 a 1842 Sisa", no metadado "CONCELHO DE SÃO VICENTE – 1841 A 1842 – SISA"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): “Livro há-de servir para a escripturação d'o rendimento de Sizas d' as compras e trocas de bens de raiz”	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1076 n.º d'ord. 851".
16	Variante 1 (capa): "Porto Santo Sizas e trocas de Bens de raiz 1841 a 1842", no metadado "PORTO SANTO – SISAS E TROCAS DE BENS DE RAIZ – 1841 A 1842"; Variante 2 (extrato da termos de abertura): “Livro há-de servir para a escripturação d'o rendimento de Sizas d' as compras e trocas de bens de raiz”	[1841/1842]	Na folha de guarda (azul): "1080 n.º d'ord 855".

Fonte: extrato de Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2008f).

F_{1b} As unidades descritas encontram-se representadas como fundo *Repartição da Fazenda do Funchal*. Tal como em **F₂**, a relação agrega diversas unidades num único título (cf. cotas) através da enumeração (sindética e assindética). As extrações dos elementos terão partido de um instrumento de acesso à informação integrante do arquétipo ***α***, como atesta **F₂**. A dificuldade principal consiste na impossibilidade de associação das cotas de **L₆**, a partir de **O_L**, para serem inferidas em **F_{1b}**.

Quadro 31 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho **F_{1b}**

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	“livros das fôlhas militar, civil, inconfidência, fortificação e subsídio da Madeira”	1780/1834	“N.ºs 252 a 512”
2	“livros de receita e despesa e de registos dos rendimentos correntes, pretérito, inconfidência, subsídio literário, etc., que se arrecadaram pela Junta da Real Fazenda da Madeira e Pôrto Santo”	1724/1834	“N.ºs 513 a 774”
3	“livros relativos ao rendimento do sêlo, papel selado e sisa da Madeira e Pôrto Santo”	1803/1834	“N.ºs 775 a 940”

Fonte: extrato de Anón. (1939e, p. 161).

F₂ Da mesma forma que **F_{1b}**, os títulos agregam um conjunto de unidades associadas ao fundo *Repartição da Fazenda do Funchal*, com a ressalva de apresentar discriminadamente as unidades de instalação por cota anterior (indicado como “núm. ant.”) e cota atual (“Num. actual”). Verifica-se que a cotação atribuída em **F₂** não é coincidente com **F_{1b}**, apesar de se

terem baseado no mesmo arquétipo α . Os títulos apresentam-se de forma compósita sugeridos através de estruturas zeugmáticas (representadas graficamente por traço “–”) ou de enumerações (sindéticas e assindéticas), para referir-se a unidades distintas.

Quadro 32 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho F₂

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	“Livros das folhas militar, –civil, –inconfidência, fortificação e subsidia da Ilha da Madeira”	1780/1834	"Num. ant. 701-907/Num. actual 252-458"
2	“Livros de receita e despesa, e de registo dos rendimentos "Correntes" –"preteritos" –da "inconfidência" –subsídio literário" etc. que se arrecadavam pela Junta Real Fazenda das Ilhas da Madeira e Porto Santo”	1724/1834	"Num. ant. 285-387/Num. actual 645-747"
3	“Livros relativos ao rendimento do selo, papel selado e siza nas Ilhas da Madeira e Porto Santo”	1803/1834	"Num. ant. 30/Num. actual 780"

Fonte: extrato de Costa (1955, pp. 3–4).

L₃ A relação de unidades deste instrumento consiste numa compilação realizada a partir de **L₂^a**, que redenomina o fundo como *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* de acordo com o instrumento de acesso à informação elaborado em 1968. No entanto, é possível verificar que a relação de unidades constante de **L₃** não se diferencia muito em relação a **F₂** e **F_{1b}**, mantendo títulos baseados em enumerações (sindéticas e assindéticas). Verifica-se que a cotação é consistente com os dados apresentados em **F₂**.

Quadro 33 – Seleção de *loci critici* a partir do original L₃

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	“Comissão da Fazenda – Livro de ofícios, avisos e informações”	1834/1838	“N.ºs de ordem 400-401” [1.61.4]
2	“Contadoria geral: livros de alvarás de pagamento, bens dos reais próprios, contas correntes, contratos, fianças, informações, notas, ofícios, pagamentos, portarias, quitações, receita e despesa de cofres, rendimentos correntes, rendimentos preteritos e sequestros e execuções”	1775/1848	“N.ºs de ordem 414-421” [1.61.7]
3	“Livros dos direitos: açúcar, décima, novos direitos, papel selado, selo, sisa e selo, dízimas, quatro e meio por cento, redízima”	1724/1834	“ N.ºs de ordem 525-757” [1.61.11]
4	“Fortificação e defesa: livro do arsenal naval e militar, fortificação, matrícula militar, munições na ilha da Madeira, munições de guerra na ilha do Porto Santo. Regimento de entrada da pólvora no paiol”	1642/1832	“ N.ºs de ordem 780-875” [1.61.14]

Fonte: extrato de Serrão, Leal *et al.* (1984, pp. 319–320).

F₄ A base de dados *Nesos* denomina o fundo como *Provedoria da Fazenda*, disponibilizando apenas quatro dos 680 registos associáveis ao conjunto documental da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*. As datas extremas encontram-se associadas ao título, separada por ponto. A inexistência de cotas de referência limita a possibilidade de associação entre as unidades representadas em **F₄** e **L₆**, pelo facto de as representações digitais não se encontrarem acessíveis por o sistema de informação se encontrar descontinuado.

Quadro 34 – Seleção de loci critici a partir do testemunho F₄

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	“Livro da Fortificação e Defesa. Arsenal Naval e Militar. Ordens de dispêndio dos armazéns.”	1837/1851	NA
2	“Livro dos Direitos da Sisa. Câmara de Lobos.”	1841/1842	NA
3	“Livro dos Direitos da Sisa. Porto Moniz.”	1841/1842	NA
4	“Livro dos Direitos da Sisa. Santana.”	1841/1842	NA

Fonte: extrato de CEHA (1998).

L₅ Este testemunho deriva de **L₄**, onde claramente se encontra discriminado o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. O título das unidades restringe-se até ao nível de série, onde constam as datas extremas, sem especificar as cotas devido à natureza genológica do guia de fundos. O esquema de séries adotado por **L₅** prevalecerá nas representações em **L₆** e **H₁**.

Quadro 35 – Seleção de loci critici a partir do testemunho L₅

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	“Ofícios, avisos e informações”	1834/1838	NA
2	“Ordem de dispêndio dos armazéns do Arsenal Militar e Naval”	1837/1851	NA
3	“Registo de ordens de pagamento”	1837/1848	NA
4	“Receita da sisa”	1841/1842	NA

Fonte: extrato de Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2002b, pp. 371–372).

L₆ Este testemunho é equivalente ao *codex optimus, i. e.*, o melhor texto da tradição de *instrumenta* que representaram o fundo. O nível de detalhamento patente nas descrições constantes dos metadados e existência de representações digitais associadas ao nível de unidade de instalação constituem a representação mais completa do fundo. Apesar de os títulos das unidades se encontrarem apresentados entre aspas, existem ligeiras diferenças em relação a **O_L**. Mantivemos a relação entre o título da série e o título da unidade de instalação, assim como o código de referência em relação às cotas antigas e atuais.

Quadro 36 – Seleção de loci critici a partir do testemunho L₆

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	[SR] Ofícios, avisos e informações [UI] "LIVRO PRIMEIRO DIRIGIDO À CORREIÇÃO DA FAZENDA"	1834/1835	Código de referência: PT/TT/CFMPS/001/0001; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 1; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 400
2	[SR] Ofícios, avisos e informações [UI] "LIVRO SEGUNDO DE INFORMES DA LIQUIDATÁRIA"	1836/1838	Código de referência: PT/TT/CFMPS/001/0002; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 2; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 401
3	[SR] Ordem de dispêndio dos armazéns do arsenal militar e naval	1837/1852	Código de referência: PT/TT/CFMPS/001/0003; cota atual: Comissão da Fazenda do

#	Título	Datas (ano)	Cotas
	[UI] "LIVRO PRIMEIRO DE REGISTO DAS ORDENS DO DISPÊNDIO"		Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 3; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 780
4	[SR] Registo de ordens de pagamento [UI] "LIVRO SEGUNDO – REGISTO DE ALVARÁS DESDE MARÇO DE 1837 ATÉ JUNHO DE 1838"	1837/1838	Código de referência: PT/TT/CFMPS/003/0004; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 4; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 414
5	[SR] Registo de ordens de pagamento [UI] "TERCEIRO – REGISTO DE ALVARÁS DESDE JUNHO DE 1838 ATÉ OUTUBRO DE 1839"	1838/1839	Código de referência: PT/TT/CFMPS/003/0005; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 5; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 415
6	[SR] Registo de ordens de pagamento [UI] "NÚMERO NOVE – REGISTO DAS OBRAS DE PAGAMENTO DESDE 1844 A 1848"	1845/1848	Código de referência: PT/TT/CFMPS/003/0006; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 6; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 416
7	[SR] Receita da sisa [UI] "SISAS EVENTUAIS DE 1841 A 1842 – RECEBEDORIA DO CONCELHO DO FUNCHAL"	1837/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0007; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 7; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 680
8	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DA CALHETA DE 1841 A 1842 – SISA"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0008; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 8; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 672
9	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS DE 1841 A 1842 – SISA"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0008; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 9; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 673
10	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DE MACHICO DE 1841 A 1842 – SISA"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0010; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 10; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 690
11	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DA PONTA DO SOL DE 1841 A 1842 – SISA"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0011; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 11; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 703
12	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DO PORTO MONIZ DE 1841 A 1842 – SISA"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0012; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto

#	Título	Datas (ano)	Cotas
			Santo, liv. 12; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 704
13	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DE SANTANA – 1841 A 1842 – SISAS"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0013; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 13; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 716
14	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DE SANTA CRUZ – 1841 A 1842 – SISA"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0014; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 14; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 728
15	[SR] Receita da sisa [UI] "CONCELHO DE SÃO VICENTE – 1841 A 1842 – SISA"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0015; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 15; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 740
16	[SR] Receita da sisa [UI] "PORTO SANTO – SISAS E TROCAS DE BENS DE RAIZ – 1841 A 1842"	1841/1842	Código de referência: PT/TT/CFMPS/A/001/0016; cota atual: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 16; cota antiga: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 715

Fonte: transcrição de Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2008f).

H₁ A versão apresentada por este testemunho é equivalente a **L₆**, com as diferenças indicadas em 2.2.2.1. Mantivemos a relação entre o título da série e o título da unidade de instalação, assim como as cotas atuais, eliminando o código de referência do APEF a este fundo (PT-00000000438 – PTTTCFMPS) por não ser significativo ao nível de descrição de unidade de instalação.

Quadro 37 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho H₁

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	[SR] Ofícios, avisos e informações [UI] "Livro primeiro dirigido à Correição da Fazenda"	1834/1835	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 1.
2	[SR] Ofícios, avisos e informações [UI] "Livro segundo de informes da liquidatária"	1836/1838	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 2.
3	[SR] Ordem de dispêndio dos armazéns do Arsenal Militar e Naval [UI] "Livro primeiro de registo das ordens do dispêndio"	1837/1852	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 3.
4	[SR] Registo de ordens de pagamento [UI] "Livro segundo – registo de alvarás desde Março de 1837 até Junho de 1838"	1837/1838	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 4.
5	[SR] Registo de ordens de pagamento [UI] "Terceiro – registo de alvarás desde Junho de 1838 até Outubro de 1839"	1838/1839	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 5.
6	[SR] Registo de ordens de pagamento [UI] "Número nove – registo das obras de pagamento desde 1844 a 1848"	1845/1848	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 6.

#	Título	Datas (ano)	Cotas
7	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Sisas eventuais de 1841 a 1842 – recebedoria do concelho do Funchal”	1837/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 7.
8	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho da Calheta de 1841 a 1842 – sisa”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 8.
9	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho de Câmara de Lobos de 1841 a 1842 – sisa”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 9.
10	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho de Machico de 1841 a 1842 – sisa”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 10.
11	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho da Ponta do Sol de 1841 a 1842 – sisa”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 11.
12	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho de Santana – 1841 a 1842 – sisas”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 12.
13	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho de Santa Cruz – 1841 a 1842 – sisa”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 13.
14	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho de São Vicente – 1841 a 1842 – sisa”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 14.
15	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Porto Santo – Sisas e trocas de bens de raiz – 1841 a 1842”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 15.
16	[SC: SR] Contadoria da Fazenda: Receita da sisa [UI] “Concelho do Porto Moniz de 1841 a 1842 – sisa”	1841/1842	Local de utilização: Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 16.

Fonte: extrato de Archives Portal Europe Foundation (2020c).

3.1.2.2. *Collatio, examinatio e selectio*

O processo de *collatio* foi realizado através do alinhamento e confronto dos títulos das unidades de instalação, por forma a obter uma perceção mais nítida sobre os mecanismos de inserção, eliminação ou modificação do título das unidades segundo uma perspetiva diacrónica.

O alinhamento foi realizado manualmente através de folha de cálculo, por não se justificar o recurso a uma segmentação automatizada. Além disto, a segmentação realizada em folha de cálculo foi importada para a ferramenta de visualização de grafos de variantes na versão disponibilizada da *Stemmaweb* (Andrews, 2012). Tal possibilitou, para cada unidade de instalação, uma perceção mais nítida sobre onde se verificam inserções, deleções ou modificações no título e quais os testemunhos, procedendo-se à correção na própria aplicação, quando o alinhamento manual apresenta defeitos. Desta forma, a colação manual foi processada por blocos de séries ($\mathbf{L}_6 = \mathbf{H}_1$) em folha de cálculo, por ordem crescente de cotas. Desdobrámos variantes de título somente em três testemunhos: (1) \mathbf{O}_L , através dos elementos de título identificados no Quadro 30 e (2) \mathbf{L}_6 e \mathbf{H}_1 (Quadro 36 e Quadro 37, respetivamente), separando o título da série do da unidade de instalação. Escolhemos estes testemunhos por permitirem uma análise diacrónica entre as diversas representações de título, uma vez que representam, respetivamente, títulos atribuídos nos documentos originais e os instrumentos de acesso à informação mais recentes.

Usando a cotação atual das unidades de **L₆**, é indispensável estabelecer um alinhamento entre cotas antigas e recentes de modo a poder-se selecionar as variantes de títulos atribuídas à mesma unidade de instalação, conforme Tabela seguinte estabelece.

Tabela 11 – Concordância de cotas entre testemunhos

L₆	O_L	F_{1b}	F₂	L₃	F₄	L₅	H₁
1	39 n.º de ordem 1228	N.ºs 252 a 512	A. 701-907 (849?) N. 252-458(400)	N.ºs de ordem 400- 401 [1.61.4]	NA	NA	1
2	131 n.º d'ord. 1230 L.º 2.º N.º 17 de Informações	N.ºs 252 a 512	A. 701-907 (850?) N. 252-458(401)	N.ºs de ordem 400- 401 [1.61.4]	NA	NA	2
3	166 n.º d'ord. 200	N.ºs 775 a 940	A. 30 N. 780	N.ºs de ordem 780- 875 [1.61.14]	NA	NA	3
4	685 n.º d'ord. 1188	N.ºs 252 a 512	A. 701-907 (863?) N. 252-458(414)	N.ºs de ordem 414- 421 [1.61.7]	NA	NA	4
5	657 n.º d'ord. 1189	N.ºs 252 a 512	A. 701-907 (864?) N. 252-458(415)	N.ºs de ordem 414- 421 [1.61.7]	NA	NA	5
6	11 n.º d'ord. 1190.	N.ºs 252 a 512	A. 701-907 (865?) N. 252-458(416)	N.ºs de ordem 414- 421 [1.61.7]	NA	NA	6
7	1071 n.º d'ord. 846.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (320?) N. 645-747(680)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	7
8	1074 n.º d'ord. 849.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (312?) N. 645-747(672)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	8
9	NA	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (313?) N. 645-747(673)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	9
10	1078 n.º d'ord. 853	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (330?) N. 645-747(690)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	10
11	1073 n.º d'ord. 848.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (343?) N. 645-747(703)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	11
12	1075 n.º d'ord. 850.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (344?) N. 645-747(704)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	12
13	1077 N.º d'ord. 852.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (356?) N. 645-747(716)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	13
14	1079 n.º d'ord. 854.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (368?) N. 645-747(728)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	14
15	1076 n.º d'ord. 851.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (380?) N. 645-747(740)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	15
16	1080 n.º d'ord 855.	N.ºs 513 a 774	A. 285-387 (355?) N. 645-747(715)	N.ºs de ordem 525- 757 [1.61.11]	NA	NA	16

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 28.

O texto de base para colação partiu de **O_L**, uma vez que a informação foi extraída diretamente das representações digitais dos manuscritos, reconhecendo a coexistência de variantes constantes numa mesma unidade de instalação, designadamente nas lombadas, capas e termos de abertura. No caso dos testemunhos **F_{1b}**, **F₂**, **L₃** e **L₅** – exceto **F₄**, por falta de elementos identificadores – optámos pelo desdobramento dos títulos por cada unidade, tendo como referência a Tabela 11, de acordo com a sequência da cotação constante em **L₆**. Com base nestas abordagens, consideramos consistente efetuar um desdobramento do título da série separadamente do título da unidade de instalação em **L₆** e **H₁**. Aos conjuntos de testemunhos representamos entre parênteses curvos ‘()’.

Do ponto de vista da normalização, eliminámos sinais gráficos (aspas, travessões), excetuando os traços que têm valor zeugmático; nomes compostos de localidades e numeração de unidades de

instalação foram assumidos como um único *token* (u. g., Câmara de Lobos, São Vicente, Ribeira Brava; livro primeiro, 1.º livro, etc.).

Dos 55 títulos (sem duplicados), sendo o mais extenso (34 palavras) o **L₃** (Quadro 33, #2) e o menos extenso em **L₆** (= **H₁**), na série denominada “Receita da Sisa”. Passaremos os títulos atribuídos às unidades de instalação.

CFMPS Liv. 1 – Emergiram três tipos de grupos de variantes baseados na similaridade de sequência de palavras no título, como a ilustra *infra*, a saber:

- **Grupo O_{Lv1}, O_{Lv2}, L_{6v2}, H_{1v2}**: consiste numa transcrição precisa do título formal constante da unidade de instalação, verificando-se a coexistência de pequenas versões na mesma unidade, como em *1.º Livro* (**O_{Lv1}**) e *Livro Primeiro* (**O_{Lv2}**), tendo prevalecido este último nos restantes testemunhos.
- **Grupo L₃, L₅, L_{6v1}, H_{1v1}**: corresponde à denominação formal da série, verificando-se uma inserção em *Comissão da Fazenda* (**L₃**) que aponta para um reconhecimento da presença de um conjunto documental identificado em **L₂^{ab}**, mas que só será individualizado como fundo em **L₄**. A ocorrência *Livro de* (**L₃**) foi omitida em **L₅, L_{6v1}, H_{1v1}**, por ser informação redundante, constante do metadado de dimensão e suporte.
- **Grupo F_{1b}, F₂**: corresponde a uma denominação genérica de um conjunto de unidades de instalação, com diferenças na omissão de palavras em *subsídio da Madeira* (**F_{1b}**) enquanto a versão posterior transcreve *subsídio da Ilha da Madeira* (**F₂**); esta variante, ao que tudo indica, deriva de um instrumento de acesso à informação integrante do arquétipo **α**.

A Figura 32 a seguir exposta ilustra uma colação de títulos extraídos de diversos instrumentos de acesso à informação. Podemos observar, partindo do exemplo do CFMPS Liv. 1, uma estrutura de grafos acíclica em que os nós correspondem variantes de segmentos de título e as arestas, os testemunhos. Este grafo permite visualizar onde se efetuaram as inserções, modificações, eliminações dos diversos títulos atribuídos à mesma unidade de instalação a partir dos testemunhos.

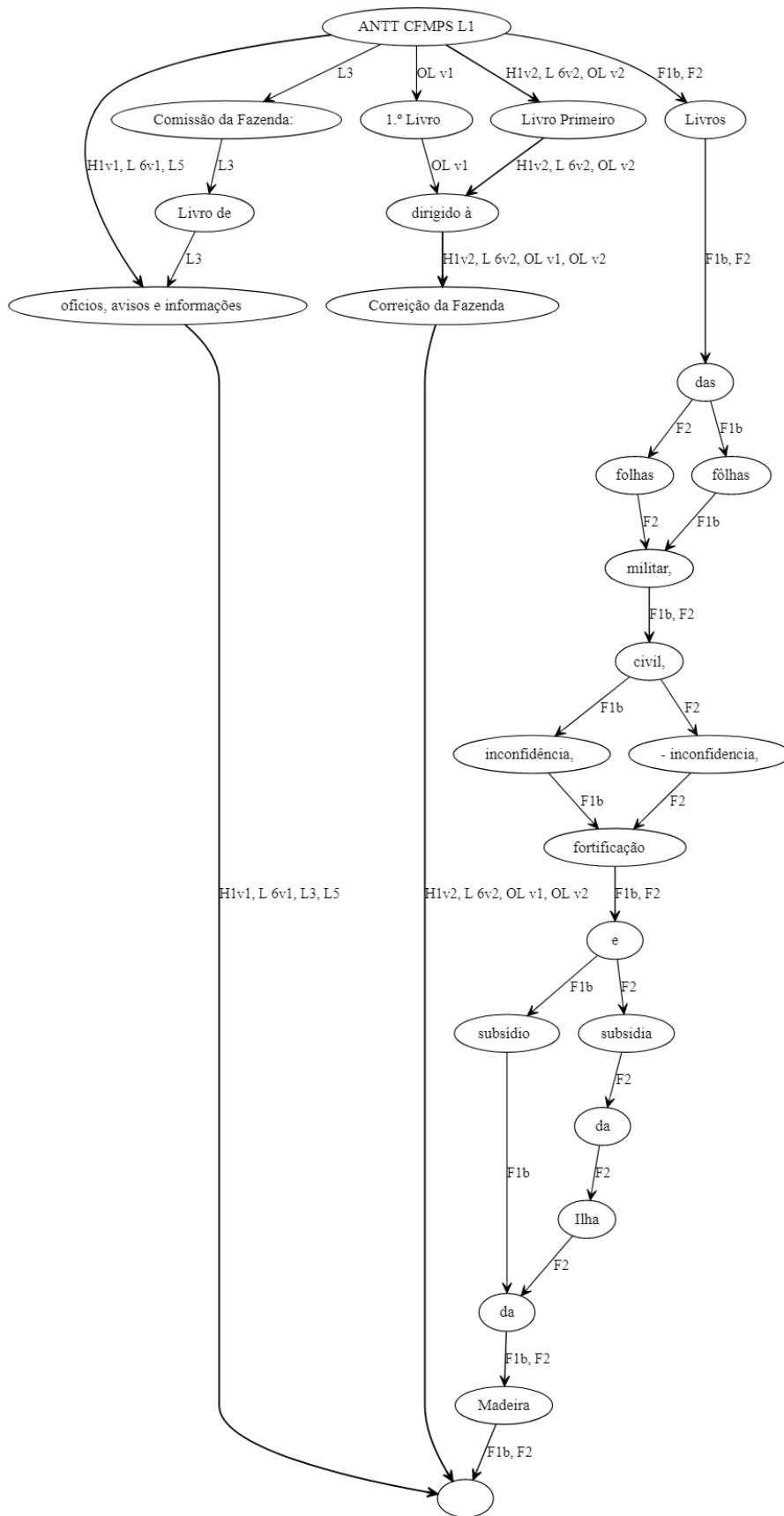


Figura 32 – Colação baseada em grafos relativa ao título de CFMPS Liv. 1.

Fonte: Output do software “Stemmaweb” processado em linguagem dot (graphviz). Dataset: <https://osf.io/krzq3/>.

CFMPS Liv. 2 – No conjunto de testemunhos, que descreveram esta unidade de instalação, obtivemos, dois grupos²⁴⁸, a saber:

- **Grupo $O_{Lv1}, O_{Lv2}, L_{6v2}, H_{1v2}, L_3$** : percecionam-se três variantes em início de título em *Registo de* (O_{Lv1}), *Livro Segundo de* ($O_{Lv2}, L_{6v2}, H_{1v2}$) e *Comissão da Fazenda – Livro de* (L_3); esta leitura aponta para um reconhecimento da presença de um conjunto documental identificado em L_2^{ab} , individualizado formalmente somente em L_4 . Verificam-se três leituras que competem nos segmentos de título em *informes* (L_{6v2}, H_{1v2}), *informes e ofícios* (O_{Lv1}) e *ofícios, avisos e informações* ($L_3, L_5, L_{6v1}, H_{1v1}$), sendo esta última sequência a que prevaleceu na denominação de série. O segmento elíptico *da Liquidatária* ($O_{Lv2}, L_{6v2}, H_{1v2}$) diferencia-se de O_{Lv1} , pelo facto de na lombada constar a informação *da extinta comissão liquidatária de 1836 a 1838*, elemento somente informado no metadado de “Notas”, dado que não é disponibilizada qualquer representação digital da lombada em O_{Lv1} .
- **Grupo (F_{1b}, F_2)**: cf. a explicação correspondente em CFMPS Liv. 1.

CFMPS Liv. 3 – No conjunto de testemunhos, que descrevem esta unidade de instalação, segmentámos títulos compostos de cada testemunho por variantes. De modo a permitir o seu alinhamento, o sinal de pontuação (ponto) estabeleceu uma fronteira entre frases nominais, sugerindo a presença de unidades documentais com assuntos distintos, que foi o caso de L_3 (com duas versões) e F_4 (com três versões). Emergem dois grupos e três subgrupos²⁴⁹, que a seguir se caracterizam:

- **Grupo $O_{Lv1}, O_{Lv2}, L_{3v1}, L_{3v2}, L_5, L_{6v1}, L_{6v2}, H_{1v1}, H_{1v2}, F_{4v1}, F_{4v3}$** : reparte-se em três subgrupos. O primeiro conjunto ($H_{1v2}, L_{6v2}, O_{Lv1}$) partilha o segmento *Livro Primeiro de Registo das Ordens do Dispendio* ou *Dispendeo* (O_{Lv1}), constituindo a representação mais próxima do original. O segundo conjunto possui três variantes de título: *Livro primeiro de registo das ordens do dispendio* ($O_{Lv1}, L_{6v2}, H_{1v2}$), *Livro para o dispendio dos armazéns* (O_{Lv1}), e *Ordens de dispendio dos armazéns* ($F_{4v3}, L_5, L_{6v1}, L_{6v2}, H_{1v1}$), fluindo este último através de dois segmentos com inversões de palavras em *arsenal militar e naval* (H_{1v1}, L_5, L_{6v1}) e *arsenal naval e militar* ($F_{4v2}, L_{3v1}, O_{Lv2}$); verifica-se, também, a omissão da sequência constante do original, *que tem o Almojarife a seu cargo o Arsenal Naval e Militar no Funchal* (O_{Lv2}) e *[Livro da] fortificação e defesa* (F_{4v1}, L_{3v1}). O último conjunto respeita a um segmento de título presente em L_{3v2} (*Regimento de entrada da pólvora no paiol*), que não faz parte do fundo em análise, por tratar-se de uma unidade de instalação associada ao conjunto documental da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*²⁵⁰.

²⁴⁸ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/q8eks/>>.

²⁴⁹ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/ptd5x/>>.

²⁵⁰ A denominação atribuída *Livro de registo de entrada e saída de pólvora no Paiol*, 1792/1793, liv. 875 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2012f).

- **Grupo F_{1b}, F₂**: trata-se de um título atribuído que agrega um conjunto de unidades com pouca correspondência em relação ao grupo anterior (cf. *supra* Quadro 31 e Quadro 32, itens #3). Alguns dos elementos do título são mais relevantes para os livros 7-16 do fundo em análise, do que nesta unidade em específico.

CFMPS Livs. 4-6 – Agregamos o conjunto de unidades de instalação devido à homogeneidade do título²⁵¹, compondo-se por dois grupos, descritos a seguir:

- **Grupo O_{Lv1}, O_{Lv2}, L₃, L₅, L_{6v1}, L_{6v2}, H_{1v1}, H_{1v2}**: os títulos encabeçam pela numeração da unidade de instalação em *Livro Segundo – Registo* (O_{Lv1}, H_{1v2}, L_{6v2}, liv. 4), *Terceiro – Registo* (O_{Lv1}, H_{1v2}, L_{6v2}, liv. 5) e *Número Nove – Registo* (O_{Lv1}, H_{1v2}, L_{6v2}, liv. 6) ou *Contadoria Geral* (L₃), dependendo-se a existência de lacunas de unidades de instalação nas duas últimas referências pelos “saltos” de numeração. Importa realçar que estes segmentos de título não se encontram visíveis nas representações digitais, designadamente nas lombadas de onde os títulos foram extraídos, mas não indicados nos metadados descritivos dos testemunhos L₆ e H₁. O único elemento comum entre os três livros consiste no segmento *Livro que servirá para registo* (O_{Lv2}, livs. 4-6), constante da termo de abertura de cada unidade de instalação. A partir da leitura *registo*, verifica-se uma variação marcada a partir dos complementos determinativos *de/dos Alvarás* (O_{Lv1}, livs. 4-5; O_{Lv2}, livs. 4-6; L₃, livs. 4-6; L_{6v2}, livs. 4-5; H_{1v2}, livs. 4-5), *de ordens* (H_{1v1}, livs. 4-6; L₅, livs. 4-6; L_{6v1}, livs. 4-6), *das obras* (H_{1v1}, livs. 4-6; L₅, livs. 4-6; L_{6v1}, livs. 4-6), confluindo estas ocorrências através de um complemento determinativo *de pagamento* (O_{Lv2}, livs. 4-6; L₃, livs. 4-6; L₅, livs. 4-6; L_{6v1}, livs. 4-6; H_{1v1}, livs. 4-6). A partir desta leitura, os segmentos bifurcam, por um lado, com dados cronológicos extremos (O_{Lv1}, livs. 4-6; L_{6v2}, livs. 4-6; H_{1v2}, livs. 4-6) e, por outro, com a enumeração (sindética e assindética) em *pagamento, bens dos reais próprios, contas correntes, contratos, fianças, informações, notas, ofícios, pagamentos, portarias, quitações, receita e despesa de cofres, rendimentos correntes, rendimentos pretéritos e sequestros e execuções* (L₃, livs. 4-6); esta leitura pode corresponder a um título cumulativo que se refere a diversas unidades de instalação, incluindo as dos fundos da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, portanto, anterior à recondução de unidades de instalação para outros fundos, especialmente CFMPS e *Alfândega do Funchal*.
- **Grupo F_{1b}, F₂**: a similaridade entre os testemunhos é de 81,8%, verificando-se apenas diferenças ortográficas (*fôlhas*, F_{1b}; *folhas*, F₂), variantes (*subsídio*, F_{1b}; *subsídia*, F₂) e inserção/omissão de palavras (da Madeira, F_{1b}; da Ilha da Madeira, F₂).

²⁵¹ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/qsm2w/>>.

CFMPS Livs. 7-16 – Apesar de o conjunto se encontrar agregado à mesma série e vinculada à secção *Contadoria da Fazenda*, verifica-se que os títulos apresentam variações, as quais podem ser analisadas em torno de dois grupos²⁵²:

– **Grupo O_{Lv1}, livs. 7-16; O_{Lv2}, livs. 7-16; L₃, livs. 7-16, F₄, livs. 9, 12, 14; L₅, livs. 7-16; L_{6v1}, livs. 7-16; L_{6v2}, livs. 7-16; H_{1v1}, livs. 7-16; H_{1v2}, livs. 7-16**: os títulos aparecem sob cinco formas distintas:

- (i) Identificação baseada no critério de localidade, marcada pela sequência <Concelho d(- nome de lugar / datas extremas (em anos) / objeto do registo) (O_{Lv1}, livs. 7-15; L_{6v2}, livs. 7-15; H_{1v2}, livs. 7-15), com a exceção em *Porto Santo / Sizas e trocas de Bens de raiz / 1841 a 1842* (O_{Lv1}, liv. 16; L_{6v2}, liv. 16; H_{1v2}, liv. 16). As denominações de título que prevaleceram em L_{6v2} e H_{1v2} derivam da extração da informação constante da capa das unidades de instalação em O_{Lv1}.
- (ii) Identificação baseada em critérios cronológicos, marcada pela sequência <Data inicial (ano) / Data final (ano) / objeto do registo / Concelho d(- nome de lugar)> (O_{Lv1}, livs. 10-12, 14).
- (iii) Identificação segundo critérios baseados na função/atividade, e na sequência <objeto do registo / Data inicial (ano) / Data final (ano) / entidade processadora da informação>, segmento que introduz o produtor da unidade (*Recebedoria do Concelho do Funchal*, O_{Lv1}, liv. 7).
- (iv) Identificação baseada na função ou na atividade, em *receita da sisa* (L₅, livs. 7-16; L_{6v1}, livs. 7-16; H_{1v1}, livs. 7-16), denominação atribuída ao nível de série na versão prevalecente.
- (v) Identificação baseada na tipologia documental que aponta para a atividade, como *Livro [que] há-de servir para a escripturação do rendimento de Sizas das compras e trocas de bens de raiz* (O_{Lv2}, livs. 7-16), segmento extraídos dos termos de abertura, com pequenas variações de ortografia que não são significativas:

do O_{Lv2}, livs. 7-9] *d'o* O_{Lv2}, livs. 10-16

ha de O_{Lv2}, livs. 7-10] *há-de* O_{Lv2}, livs. 11-16

das O_{Lv2}, livs. 7-9] *d'as* O_{Lv2}, livs. 10-16

Também se verifica variação noutra testemunha como *Livro dos Direitos da Sisa* (F₄, livs. 9, 12, 14), complementado pela localidade (ao nível de concelho), ao contrário da abordagem adotada em (i). A este podemos associar a sequência *Livros dos direitos: açúcar, dé-*

²⁵² Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/3hcnw/>>.

cima, novos direitos, papel selado, selo, sisa e selo, dízimas, quatro e meio por cento, redízima (**L**₃, livs. 7-16), que estabelece uma conexão com **F**₄, aproximando-se, porém, das características do título no grupo seguinte, pelo facto de ser uma denominação genérica.

- **Grupo F_{1b}, livs. 7-16; F₂, livs. 7-16:** identificação encabeçada pela denominação da tipologia documental seguida de uma concatenação de vários complementos determinativos e enumerações, que apontam genericamente para diversas unidades de instalação, como *livros de receita e despesa e de registos dos rendimentos correntes, pretérito, inconfidência, subsídio literário, etc.* (**F**_{1b}, livs. 7-16; **F**₂, livs. 7-16).

3.1.3. *Representação estemática (constitutio stemmatis)*

A representação da informação respeitante ao fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* apresenta uma tradição de instrumentos de acesso à informação diversos. A análise genológico-documental, conjuntamente com o processo de *collatio*, permitiu-nos divisar a existência de duas hipóteses arquetípicas, *i. e.*, a existência de instrumentos de acesso à informação, que são indicados indiretamente pelos testemunhos, e subarquetípos, correspondentes a derivações atestadas nos instrumentos de acesso à informação integrantes do respetivo ramo, a saber:

- Ω** corresponde hipoteticamente à(s) estrutura(s) original(ais) do fundo, desde à sua formação até à sua integração no fundo JPRFF e anterior à desagregação em **O**_L.
- ω** corresponde hipoteticamente a uma família de instrumentos de acesso à informação, que terão sido produzidos antes ou depois de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865) pela Repartição da Fazenda do Funchal. Elementos mnemotécnicos de classificação das unidades encontram-se inscritos nas lombadas (CFMPS livs. 1, 2, 4-6) e nas capas (CFMPS livs. 2, 3, 7-16), apesar de algumas unidades com representações digitais das unidades não permitirem uma visualização plena das lombadas. Esta hipótese encontra-se vinculada em **O**_L, que corrobora o exposto.
- α** instrumentos de acesso à informação, que terão sido produzidos por Roberto Augusto da Costa Campos, por volta de 1886. A relação não se encontra identificada pelo ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011c), mas a transcrição em **F**₂ atesta a sua existência ao referir “uma caderneta com o N.º. 261 – (Arq.º. Nac. da Torre do Tombo) e um caderno (cópia da referida caderneta), com o N.º. 365” (J. P. da Costa, 1955), que deverá fazer parte do “arquivo do arquivo”. Esta hipótese arquetípica encontra-se atestada em **F**_{1b} e **F**₂, que derivam dos instrumentos de acesso à informação em **α**, devido à similaridade de sequência de palavras existentes nos títulos analisados.

μ^δ arquetipo correspondente à produção de digitalizações (δ) a partir de micrografias (μ) respeitantes aos fundos *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, onde se encontrava contido o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, atestado em **F4**. É possível que a coleção de microfiches de onde foram produzidas derivações digitais se encontre na custódia do ABM (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-e), mas μ^δ corresponde ao instrumento de acesso à informação que terá acompanhado o envio dos microfiches, contemporâneo de **L4**.

β subarquetipo respeitante ao instrumento de acesso à informação eletrónico do sistema de informação de arquivo CALM™, conforme indicado por **H1**, mantendo este vínculo com **L6** por via do *DigitArq* e do *Portal Português de Arquivos*.

A representação do fundo sofreu derivações a partir do momento em que o conjunto documental passou para a custódia do ANTT, atestadas no conjunto de instrumentos de acesso à informação analisados.

Verifica-se a existência de dois ramos principais: os ramos ω/α e o ramo μ^δ . Estes ramos agregam movimentos de custódia e de representação dos conjuntos documentais, cujos mecanismos causais dependem dos poderes das entidades que custodiaram este conjunto documental. Tais movimentos estão associados às modificações operadas ao nível de reconhecimento e individualização de fundos, que provocaram uma modificação significativa ao conjunto documental desde o momento em que passou para a custódia do ANTT. As principais modificações na representação de fundos encontram-se testificadas nos seguintes movimentos que conduziram ao reconhecimento do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*:

α *Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal*, correspondendo a um volume total de cerca de 1633 unidades de instalação que englobam ao que hoje correspondem à JPRFF, ALF (parcial), CFMPS, CSFF, CSSC, CSBCL, CNSPSC e CNSPRB. Esta representação encontra-se patente em **F1b** e **F2**. Esta representação do fundo esteve em vigor entre 1886 e 1968.

[**L2**^{ab}] *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, é uma modificação do título do fundo, como atesta **L3**, mas que não aponta para qualquer alteração da ordem do conjunto documental inicialmente atribuída em α . É possível que a denominação atribuída pelo ANTT a este fundo tenha exercido influência na produção de **F4**. Esta representação do fundo, que englobava a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, esteve em vigor entre 1968 e 2000.

[**L4**] *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, consiste em uma modificação, que autonomiza o fundo a partir da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, ocorrida em 2000, presente nos testemunhos **L5**, **L6** e **H1**. De acordo com **H1**, foi apontada a

existência de um instrumento de acesso à informação descontinuado que terá originado L_6 , que corresponde ao subarquétipo β . Trata-se da representação em vigor dada pelo ANTT. Porém, verificam-se inconsistências em L_6 , por a entidade custodiante remeter no metadado “unidades de descrição relacionadas” com entidades produtoras antecessoras, designadamente a “Comissão Interina da Fazenda Pública da Província da Madeira” e a “Comissão Liquidatária das Dívidas de Estado no Distrito do Funchal”, ambas sob o código de identificação “PT-TT-CFMPS”, elementos que não se encontram claramente identificados no quadro de classificação.

Para além destes elementos, não podemos deixar de lançar a hipótese sobre a eventual existência de conjuntos documentais existentes parcialmente no arquipélago da Madeira relativamente à *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, atendendo que não se dispõe de instrumentos de acesso à informação atualizados por parte do ABM e, por esta razão, não representamos aqui. Se esta hipótese se confirmar, passaria a integrar no conjunto de fundos repartidos entre entidades custodiantes (G1). Desta forma, com base no exposto, constituímos uma representação estemática do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, conforme Figura 33:

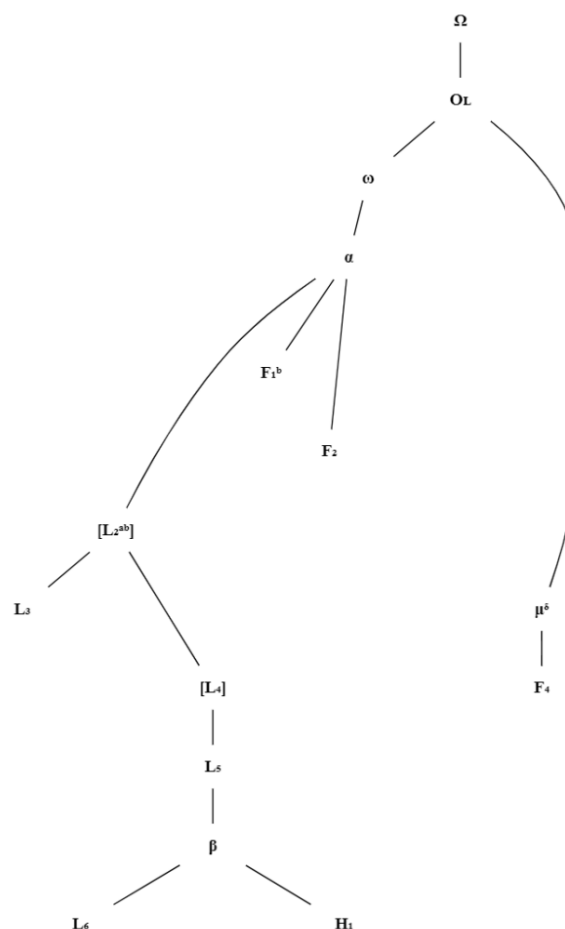


Figura 33 – Representação estemática da tradição de instrumentos de acesso à informação referentes à CFMPS.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da investigação. Conjunto de dados em <<https://osf.io/xhk4b>>.

Com base na representação estemática, que constitui uma hipótese de genealogia textual de instrumentos de acesso à informação, que fazem parte da tradição de representação do fundo em análise, podemos tecer algumas conclusões:

- O original (**O_L**), acessível por via digital em **L₆**, aponta para a existência do sub-arquétipo ω , através de marcas identificadoras patentes nas lombadas, capas e termos de abertura (cf. Quadro 30), sendo possível que existam marcas geradas a partir de α . Trata-se de mecanismos de identificação de unidades de instalação que hipoteticamente terão permitido à entidade produtora recuperar informação. A representação do metadado título em **L₆** e **H₁** constitui uma transcrição dos títulos das lombadas de **O_L**, mas registamos as seguintes variações:

a) Normalização ortográfica, desdobramento de abreviaturas:

Liv. 3 *L. 1.º DE REGISTO DAS ORDENS DO DISPENDEO* **O_{Lv1}** : *LIVRO PRIMEIRO DE REGISTO DAS ORDENS DO DISPÊNDIO* **L_{6v2}**

Liv. 16 *Porto Santo Sizas e trocas de Bens de raiz 1841 a 1842* **O_{Lv1}** : *PORTO SANTO – SISAS E TROCAS DE BENS DE RAIZ – 1841 A 1842* **L_{6v2}**

b) Normalização por topicalização local-data:

Liv. 10 *1841 a 1842 Sisa Concelho de Machico* **O_{Lv1}** : *CONCELHO DE MACHICO DE 1841 A 1842 – SISA* **L_{6v2}**

Liv. 11 *1841 a 1842 Concelho da Ponta do Sol Sisa* **O_{Lv1}** : *CONCELHO DA PONTA DO SOL DE 1841 A 1842 – SISA* **L_{6v2}**

Liv. 12 *1841 a 1842 Concelho do Porto Moniz Sisa* **O_{Lv1}** : *CONCELHO DO PORTO MONIZ DE 1841 A 1842 – SISA* **L_{6v2}**

Liv. 14 *1841 a 1842 Sisas Concelho de Santa Anna* **O_{Lv1}** : *CONCELHO DE SANTA CRUZ – 1841 A 1842 – SISA* **L_{6v2}**

- Os sub-ramos **F_{1b}** e **F₂** correspondem às versões mais próximas dos instrumentos de acesso à informação de α , constituindo relações genéricas do fundo inicialmente designado como *Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal*. A natureza genérica do título, marcada por enumerações (sindéticas e assindéticas), não possibilita a diferenciação entre unidades de instalação, pelo que terá sido uma representação abandonada por não ter gerado qualquer instrumento de acesso à informação sucessor. O aspeto mais relevante destes testemunhos consiste na intervenção do então Arquivo Distrital do Funchal em conhecer e divulgar a documentação oriunda do arquipélago na custódia do ANTT.
- O ramo prevalecente, apesar das sucessivas transformações, partiu de **L₂^{ab}**, onde o fundo passou a designar-se como *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, como **L₃** e, indiretamente,

F₄ demonstram, não se verificando transformações na ordem e estrutura do conjunto documental. A principal modificação ocorre em **L₄** em que se processa uma autonomização entre os fundos *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* e *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, cuja representação em termos de organicidade e ordem prevaleceu em **L₅**, **L₆** e **H₁**.

Em última análise, este caso crítico aponta para os diversos mecanismos de representação da informação, que resultaram no fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. É possível verificar que as transformações realizadas na representação deste fundo em instrumentos de acesso à informação ocorreram exclusivamente por ação da entidade custodiante, *i. e.*, o ANTT. Estes poderes manifestaram-se com recurso a mecanismos de redenominação dos fundos, da desagregação do conjunto documental do fundo primitivo e da alteração da ordem. Apesar de esta transformação estar associada por razões de natureza histórica ao facto de a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* ter sido a entidade sucessora *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, extinta pelo Decreto de 23 de junho de 1834 (Ministro dos Negócios da Fazenda, 1835), questionamos até que ponto estas representações não provocaram uma erosão ao conjunto documental causada pela mediação arquivística ao procurar fazer prevalecer a perspectiva de organicidade da entidade custodiante. Exemplo disto consiste no facto de a entidade custodiante ter feito prevalecer a sua representação (como atestado no ramo α : **L₄**, **L₅**, **L₆** e **H₁**) ao obliterar denominações anteriores das séries e unidades de instalação nos instrumentos de acesso à informação mais recentes. De igual forma, verificámos que as representações digitais em **O_L** se encontram vinculadas exclusivamente em **L₆**, fazendo com que a acessibilidade às representações digitais dependa unicamente deste recurso informacional, igualmente sob custódia e controlo do ANTT.

Ainda que o fundo se encontre omissa da lista da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), podemos corroborar que a reivindicação terá tido referência num instrumento de acesso à informação anterior a **L₄**, que, inclui, independentemente das transformações realizadas pelo ANTT, o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* enquanto conjunto documental formado a partir de *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*.

A principal limitação, que detetamos do exercício de *recensio*, consiste no facto de a análise ter-se cingido a um único mecanismo de representação do fundo, o título, complementado com cotas e datas extremas. Como tal, não exploramos os restantes metadados de nível de unidade de instalação, que dispõe de descrições pormenorizadas nos metadados de dimensão e suporte e de âmbito e conteúdo. Como tal, não consideramos impeditivo o estudo ao nível destes metadados, mas realçamos o metadado de título como mais relevante por ser o elemento mais visível. Além disto, a falta de acesso aos testemunhos **L₂^{ab}** e **L₄** não alteraria significativamente os resultados alcançados.

3.2. Casos extremos: *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (ANTT e ABM)

3.2.1. *Fontes críticas*

Sobre este fundo, compulsámos nove instrumentos de acesso à informação, identificados no Quadro 29 (*supra*).

Constituímos **O_L** e **O_F**, respeitantes aos conjuntos documentais originais (**O**) na custódia, respetivamente, do ANTT (**L**) e do ABM (**F**)²⁵³. No caso de **O_L**, apenas tivemos acesso às representações digitais disponíveis em linha em **L_s**, dispensando-nos da deslocação física para a sua consulta presencial. No caso de **O_F**, por não dispormos de qualquer instrumento de acesso à informação ou representação digital disponível, tivemos de realizar a compulsão presencial dos códices no ABM. Em ambos os originais extraímos dados constantes das unidades conforme os parâmetros estipulados *supra* em 2.3.2.2, servindo, ao mesmo tempo, como estratégia de triangulação dos dados em confronto com os dos testemunhos.

3.2.2. *Collatio*

Os resultados do processo de *collatio* dependeram do cumprimento das etapas: (i) a seleção de *loci critici* e *transcriptio* e (ii) *collatio*, que a seguir se apresentam:

3.2.2.1. *Loci critici e transcriptio*

De acordo com os critérios de seleção de *loci critici* determinados em 2.3.2.2, definimos os metadados de título, cotas e datas extremas como elementos de onde se poderão depreender os mecanismos de inserção, eliminação ou modificação, em sentido diacrónico e dentro das tradições de representação adotadas pelas entidades custodiantes.

As transcrições do título foram realizadas *talis qualis* nos instrumentos de acesso à informação coligidos, designadamente a partir dos frontispícios, lombadas, capas, termos de abertura ou dos *incipit*. Desdobramos as abreviaturas entre parêntesis retos. Os resultados são apresentados por testemunhos em sentido diacrónico, começando pelos originais, tendo como referência a cotação mais recente atribuída às unidades de instalação. Tratando-se de um conjunto documental repartido entre duas entidades custodiantes, apresentaremos aqui em primeiro lugar os instrumentos de acesso à informação do ANTT (**L_H**) e depois os do ABM (**F**).

O_L(=L_s) As representações digitais encontram-se acessíveis na *web* ao nível de unidade de instalação. Todas representações digitais possuem marca-de-água institucional centrada a meio da

²⁵³ Cf. *supra* nota 140.

página (“II”). Verifica-se a inexistência de representações digitais das lombadas dos livros que permitam conferir a presença de cotas (cf. Quadro 38, ## 1, 4, 8). A extração do título foi realizada a partir da transcrição em determinados *loci*, designadamente nos termos de abertura, frontispícios e na capa. Como representações digitais, referenciamos apenas o fôlio/página do manuscrito (*u. g.*, m0000) da referência URI. Em termos de normalização, foram desenvolvidas as abreviaturas, mantendo, tão próximo quanto possível, ao texto transcrito.

Quadro 38 – Seleção de *loci critici* a partir do original O_L

#	Título	Datas (ano)	Cotas/Referenciação URI
1	Incipit: <i>Acto de publicação da eleição da R[reveren]da M[adr]e Abb[adess]a deste Convento de Nossa S[en]ho[ra] da Encarnação</i> (m0005)	1749/1882	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375672
2	Frontispício: <i>Memorial da Fundaçam do Conuento da Encarnaçam, entradas, e profissoes das Religiozas delle e dottes assim do fundador, como os dottes com que professaram as dittas religiozas, que por huns e outros nam serem de rendas fixas; mas distrataueis os foros, e empenhadas alguas fazendas que o Fundador dottou se fas ajustamento a entrada dos dittos dottes, com pagamento em nouos empregos que se fizeram do dinheiro prossedido dos desempenhos e distratos em os seis annos que correram desde o[s] oito de abril de 660 [a]te dezoito de abril do anno prezente de 666.</i> (m0009)	1666/1670	https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375673
3	Frontispício: <i>LIURO 1.º Dos Obittos deste Cõnuento DE N[OSSA] S[ENHORA] DA ENCARNAÇÃO Q[ue] teue principio no Anno DE 1749 Sendo Abb[adess]a a M[uy] R[reverenda] M[adre] D. Thereza Jozefa de Sta. Maria Escrivãa Soror Maria Angelica de Nazareth, 3.º Abb[adessa]do</i> (m0005)	1749/1890	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4703725
4	Incipit: <i>Auto de perguntas</i> (m0005)	1661/1765	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375675
5	Termo de abertura: <i>Livro para se escreverem os Autos de Perguntas, que se hão de fazer às Noviças do Mosteiro de Nossa Senhora da Incarnação desta Cidade</i> (m0006)	1799/1830	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375676
6	Frontispício: <i>Memorial da Fundaçam do Conuento da encarnaçam entradas, e profissoes das Religiozas delle e dotes assim do fundador como os dotes com que professaram as ditas Religiozas, que por huns e outros Dotes nam serem de Rendas fixas e serem distrataueis os foros, e empenhadas alguas fazendas que o Fundador dotou se fas ajustamento a entrada dos dittos dotes, com pagam[en]to em nouos empregos que se fizeram do dinheiro procedido dos dezempenhos e distractos em os seis annos q[ue] Correram de Dezouto de Abril de mil e seis Centos e secenta [a]the dezouto de Abril do a[nn]o prez[ente] de mil Seis Centos Secenta Seis</i> (m0015)	1666/?	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375677
7	Incipit: <i>Tomo prim[ei]r[o] dos Titulos, Escrituras de Dotes, e mais contrato e Verbas de Testamento q[ue] pert[e]n[ç]em a este Convento da Encarnação Ordenado por mandado R[everen]do Conego L[icencia]do Manoel Ribeiro Netto Sendo Visitador anno de 1670</i> (m0031)	1670/1779	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375678
8	Frontispício: <i>TOMBO DA CREACAM E ERECCAM DO RECOLHIMENTO DE N[OSSA] S[ENHORA] DA E[N]CARNACAM DESTA CIDADE EM MOSTEIRO RELIGIOZO</i> (m0005)	1660/1841	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375679

#	Título	Datas (ano)	Cotas/Referenciação URI
9	Termo de abertura: <i>LIVRO DE Receita e despeza de todas as Rendas do Convento da Encarnação seruido de Abadesa nesse este Trienio que Comesou em 22 d[ezem]bro de 675 e acabou em outro tal dia do anno de 678 a muito Reuerenda M[adr]e Donna Theodora de JEZUS, e de Vig[a]ria a R[everen]da M[adr]e D. Luzia de Xavier e d' Escriuã a R[everen]da M[adr]e M[ar]ia do Lado (m0005)</i>	1675/1678	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375680
10	Termo de abertura: <i>Livro de Contas da Receita e Despezas deste Real Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Encarn[ação]m sendo Abbadessa D. Luzia Catharina de S. João; Escrivã D. Mariana Agostinha de Sta Gertrudes; E Procurador, O Pe Ant[onio] Nicoláo de Souza e Sa nos Annos de 1776, 78, e 78 (m0003)</i>	1776/1779	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375681
11	Frontispício: <i>LIVRO Em que se hão de descrever os rendimentos de Foros, juros, Alugueis de Cazas, Propriedades de rais, Paõ, Vinho, e mais Miudezas que pertencem as Relegiozas da Encarnação e de toda a dispeza feita com as ditas e ais pençoens da sua Comonidade nos trez annos em servio de Abadesa a Nossa M[ui]to R[everen]da M[adr]e D[on]a Ignacia Maria da Conceição. Elleita em 14 de Setembro de 1808. Sendo Escrivã do Convento, Soror Carlota Mathilde da Conceição (m0005)</i>	1808/1811	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375682
12	Termo de abertura: <i>Liuro Em que se haó de descrever, os rendimentos de Foros, Juros, Alugueis de Cazas, Propriedades de rais, Paõ, Vinho, e mais Miudezas, que pertencem as Relegiozas da Encarnação, e de toda a dispeza feita com as ditas e mais pençoens da sua Comunidade nos tres annos em servio 2.ª vez de Abadesa a Nossa M[ui]to R[everen]da M[adr]e D[on]a Angela Maria da Annunciaçã. Elleita 2.ª ves em 14 de Setembro de 1811. Sendo Escrivã do convento Soror Anna Josefa da Natividade (m0003)</i>	1811/1814	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375683
13	Termo de abertura: <i>Livro que há de servir para as Contas da Receita e Despesa do Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Incarnação (m0003)</i>	1823/1824	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375684
14	Termo de abertura: <i>Livro que há de servir para as Contas da Receita e Despesa do Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Incarnação (m0003)</i>	1823/1824	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375685
15	Frontispício: <i>Contas Correntes de Receita e Despeza do Convento de Nossa da Incarnação digo de Nossa Senhora da Incarnação, que tem seu principio em 22 de Julho do anno de 1837 e finalizaõ em 21 do mesmo mez de 1840, sendo Abbadeça Soror Emilia Romana do Impireo, e Escrivã Soror Felisberta Candida de S. Bernardo (m0005)</i>	1837/1840	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375686
16	Termo de abertura: <i>Livro, que há de servir para nelle se lançarem as Contas de Receita e Despeza do mesmo Convento (m0003)</i>	1840/1843	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375687
17	Termo de abertura: <i>Livro, que he destinado a servir para às Contas da Receita e Despeza do sobredito Convento (m0005)</i>	1843/1846	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375688
18	Frontispício: <i>Livro da Receita e Despeza que houve no Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Incarnação desde 27 de Julho de 1855 a igual desse mez de 1858 (m0001)</i>	1855/1858	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375689
19	Cabeçalho: <i>Conta da Receita e Despesa das Religiosas do Convento de Na. S[enhor]a da Incarnação (m0004)</i>	1861/1864	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375690
20	Termo de abertura: <i>Livro, que há de servir para as Contas de Receita e Despeza do mesmo Convento (m0003)</i>	1846/1849	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375691
21	Termo de abertura: <i>Livro que ha de servir para as Contas da Receita e Despeza das Rendas do dito Convento, no ultimo Abbadeçado (m0005)</i>	1852/1855	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375692

#	Título	Datas (ano)	Cotas/Referenciação URI
22	Termo de abertura: <i>Livro que hade servir para se lançarem a Receita e Despeza do Convento da Religiosa de Nossa Senhora da Encarnação desta Cidade</i> (m0005)	1858/1861	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375693
23	[sem elementos]	1849/1852	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375694
24	Cabeçalho: <i>Conta da receita e despeza das Religiosas do Convento de N[ossa] S[enhor]a da Encarnação</i> (m0004)	1864/1867	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375695
25	Cabeçalho: <i>Conta da receita e despeza das Religiosas do Conv[en]to de N[ossa] S[enhor]a da Encarnação</i> (m0004)	1867/1870	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375696
26	Cabeçalho: <i>Conta da Receita e despeza das Religiosas do Convento de Nossa S[enhor]a da Encarnação</i> (m0004)	1870/1873	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375697
27	Cabeçalho: <i>Conta da Receita e despeza das Religiosas do Convento de N[oss]a S[enhor]a da Encarnação</i> (m0004)	1873/1876	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375698
28	Cabeçalho: <i>Conta da receita e despesa da Comunidade do Convento de Nossa Senhora da Encarnação</i> (m0004)	1876/1879	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375699
29	Frontispício: <i>Caderno de contas Pertencente ao Convento de N[ossa] S[enhor]a d' Encarnação</i> (m0001)	1879/1884	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375700
30	Incipit: <i>Tem principio a Receita dos Rendimentos dos bens, foros, e juro do Convento de Nossa S[e]n[ho]r[a] da Encarnação, edespeza feita pela N[ossa] M[ui] R[everenda] M[adr]e. Abb[adessa] Dona Ignacia Maria da Conseq[ue]nça Eleita em 14 de Septro de 1808, sendo Escrivaã deste Mosteiro de Sta. Clara – Soror Carlota Mathilde da Conseq[ue]nça</i> (m0005)	1808/1811	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375701
31	Termo de abertura: <i>1815 / Livro 1º para a Receita deste Convento sendo Abb[adessa] a M[ui]to R[everen]d[a] M[adr]e. D Thomazia Delfina de Cantuaria Escrivaã Soror Angelica Justina dos Sarafins, Principiado em 5 de Fevereiro</i> (m0005)	1815/1817	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375702
32	Termo de abertura: <i>Livro da receita do Convento da Encarnação</i> (m0003)	1818/1819	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375703
33	Termo de abertura: <i>Livro que servirá para a Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação</i> (m0003)	1820/1823	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375704
34	Termo de abertura: <i>Há de servir para a Receita de todos os Rendimen[tos] pertencentes ao Conv[en]to de N[ossa] Snrª da Encarnação</i> (m0003)	1824/1826	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375705
35	Termo de abertura: <i>Livro, que servirá para no mesmo se lansarem as contas da receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação</i> (m0003)	1826/?	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375706
36	Termo de abertura: <i>Livro, q[ue] há de servir p[ara] nelle se lançar a Receita, que houver no Convento de Nossa S[e]n[ho]r[a] da Encarnação</i> (m0003)	1826/1829	https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375707
37	Termo de abertura: <i>Livro, q[ue] hade servir para se lançar a Receita, q[ue] houver no Convento de Nossa Senhora da Encarnação</i> (m0003)	1829/?	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375708
38	Termo de abertura: <i>Livro em que vai lançada a Receita deste Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Encarnação, sendo Abb[adessa] a M[ui]to R[everen]da. M[adr]e. D[ona] Vicencia Joaquina do Amor Sagrado, e Escrivaã Soror Emilia Romana do Empyreio no presente Trienio que tem seu principio em 6 de Junho de 1831</i> (m0004)	1831/1837	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375709
39	Termo de abertura: <i>Livro das Contas do Convento de N[ossa] Senhora da Encarnação</i> (m0003)	1815/1816	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375710
40	Termo de abertura: <i>Livro da dispesa do Convento da Encarnação</i> (m0003)	1818/1819	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375711
41	Termo de abertura: <i>Livro, que hade servir para despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação</i> (m0003)	1820/1823	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375712

#	Título	Datas (ano)	Cotas/Referenciação URI
42	Termo de abertura: <i>Livro, que há de servir p[ara]a nelle se lansarem as Contas da Despesa q[ue] houver no Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Encarnação (m0003)</i>	1824/1826	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375713
43	Termo de abertura: <i>Livro, que servirá p[ara] no mesmo serem lansadas as contas da despesa, que houver no Convento de Nossa Senhora da Encarnação (m0003)</i>	1826/?	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375714
44	Termo de abertura: <i>Livro, q[ue] hade servir p[ara] se lançar as Contas da despesa, que houver no Convento de Nossa S[e]n[ho]r[a] da Encarnação (m0003)</i>	1826/1828	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375715
45	Termo de abertura: <i>Livro, q[ue] servir á p[ara]a nelle se lançarem as contas da Despesa, q[ue] houver no Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Encarnação (m0003)</i>	1829/?	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375716
46	Termo de abertura: <i>Livro, que há de servir para no mesmo se lançarem as Contas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação (m0003)</i>	1831/1837	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375717
47	Frontispício: <i>Folha dos foros, tença, Juros, a rendimentos, alugueres, de Cazas e loges pertencentes, ao Real Convento de N[ossa] S[enhor]a da Encarnação, da Cidade do Funchal da Ilha (m0003)</i>	17--/18--	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4705385
48	Termo de abertura: <i>Anno de 1814 Livro de Memoria das Pessoas que pagão Juros e Foros e Rendas às Religiozas de Nossa Senhora da Encarnação, q[ue] fez sendo Escrivãa do conv[en]to de S[an]ta Clara, Ana Jozefa da Natividade (m0003)</i>	1814/?	https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4705386

Fonte: Transcrição a partir de Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2011d).

L₁ Trata-se do primeiro instrumento de acesso à informação elaborado no contexto de formalização da transferência da documentação sob custódia da Repartição da Fazenda do Funchal para o ANTT. A relação agrega diversas unidades num único título através de uma listagem apresentada de forma tabular. Neste instrumento, não são apresentadas datas de produção das unidades. Inferimos a partir da coluna “N.º de livros” para construir uma frase consistente com a coluna “Designação”, entre parêntesis retos (*u. g.*, “[livro]”). Desenvolvemos o sinal de *idem* (“”) para indicar que a sequência de palavras da linha superior é igual à da linha inferior, em parêntesis retos.

Quadro 39 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho L₁

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	1 [livro] de eleição das Madres abbadessas	S. d.	NA
2	1 [livro] [de] fundação do Convento e outros factos	S. d.	NA
3	1 [livro] [de] assentamento de obito	S. d.	NA
4	2 [livros] [de] autos de perguntas	S. d.	NA
5	1 [livro] contendo o testamento do instituidor e designação dos dotes das religiosas	S. d.	NA
6	1 [livro] de escripturario de dotes	S. d.	NA
7	1 [livro] de Tombo da instituição	S. d.	NA
8	21 [livros] de Receita e despesa	S. d.	NA
9	9 [livros] De Receita	S. d.	NA
10	10 [livros] De Despesa	S. d.	NA

Fonte: Extrato de Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1894).

F1^a Trata-se da primeira publicação integrada no artigo anónimo “A Madeira nos arquivos nacionais” (Anón., 1939c)²⁵⁴. A relação agrega, de acordo com o Quadro 40, unidades num único título através de uma listagem, tal como L₁. Neste instrumento, não são apresentadas datas de produção das unidades, mas são apresentadas numerações que corresponderão a cotas. A transcrição foi realizada *talis qualis*, como o Quadro 40 atesta.

Quadro 40 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho F1^a

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	<i>1 livro da eleição das madres abadessas.</i>	S. d.	N.º 1
2	<i>1 livro da fundação do convento e outros factos.</i>	S. d.	N.º 2
3	<i>1 livro de assentamento de óbito.</i>	S. d.	N.º 3
4	<i>2 livros de autos de perguntas.</i>	S. d.	N.º 4 e 5
5	<i>1 livro com o testamento do instituidor e designação dos dotes das religiosas.</i>	S. d.	N.º 6
6	<i>1 livro de escrituras de dotes.</i>	S. d.	N.º 7
7	<i>1 livro tombo da instituição.</i>	S. d.	N.º 8
8	<i>40 livros de receita e despesa.</i>	S. d.	N.ºs 9 a 48

Fonte: Extrato de Anón. (1939b).

F2 Esta listagem consiste numa transcrição que reproduz L₁, tal como F1^a. Eliminámos as notas de fim (cf. descrito em 2.2.2.2) e transcrevemos *talis qualis* os dados de título e de cota, patente no Quadro 41.

Quadro 41 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho F2

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	<i>Livro de eleição das Madres abadessas</i>	S. d.	Num. Ant.: 1 / Num. Actual: 1
2	<i>Livro de fundação do Convento e outros factos</i>	S. d.	Num. Ant.: 1 / Num. Actual: 2
3	<i>Livro de assentamento de obito</i>	S. d.	Num. Actual: 3
4	<i>2 – Livros de autos de perguntas</i>	S. d.	Num. Actual: 4 e 5
5	<i>Livro contendo o testamento do instituidor e designação dos dotes das religiosas</i>	S. d.	Num. Actual: 6
6	<i>Livro de escripturario de dotes</i>	S. d.	Num. Actual: 7
7	<i>Livro de Tombo da instituição</i>	S. d.	Num. Actual: 8
8	<i>21 – Livros de Receita e despesa</i>	S. d.	Num. Actual: 9 a 29
9	<i>9 – Livros de receita.</i>	S. d.	Num. Actual: 30 a 38
10	<i>10 – Livros de despesa.</i>	S. d.	Num. Actual: 39 a 48

Fonte: Extrato de Costa (1955).

F4 Extraímos da base de dados *Nesos*, que disponibiliza uma relação, por unidade de instalação, do fundo custodiado no ANTT, os títulos e as cotas. Por não terem sido devolvidos

²⁵⁴ Cf. *supra* nota 232.

elementos sobre datas em metadado específico, constando, porém, apenas no título, mantêmolas neste como parte indissociável, como patente no Quadro 42.

Quadro 42 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho F4

#	Título	Datas	Cotas
1	<i>Livro de Eleição das Madres Abadessas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 01
2	<i>Livro de Fundação do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal e outros factos ocorridos em 1666.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 02
3	<i>Livro de Assentamento de Óbito do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal de 1749.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 03
4	<i>Livro 1 de Autos de Perguntas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 04
5	<i>Livro 2 de Autos de Perguntas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 05
6	<i>Livro do Testamento do Instituidor e designação dos Dotes das Religiosas.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 06
7	<i>Livro de Escripturario de Dotes do Convento de Nossa Senhora da Encarnação.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 07
8	<i>Livro de Tombo da Instituição do Convento de Nossa Senhora da Encarnação</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 08
9	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1675.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 09
10	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1776.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 10
11	<i>Livro de Receitas e Despesas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1808</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 11
12	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1811.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 12
13	<i>Livro de Receitas e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1823.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 13
14	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1823.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 14
15	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1837.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 15
16	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1841.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 16
17	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1844.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 17
18	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1855.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 18
19	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1861.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 19
20	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1847.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 20
21	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1852.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 21
22	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1858.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 22
23	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1849.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 23
24	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1864.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 24
25	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1867.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 25
26	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1870.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 26
27	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1873.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 27
28	<i>Livro de Receitas e Despesas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1876.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 28
29	<i>Livro de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1879.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 29

#	Título	Datas	Cotas
30	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1808.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 30
31	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1815.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 31
32	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1818</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 32
33	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1820.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 33
34	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1824.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 34
35	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1825.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 35
36	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1827.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 36
37	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1829.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 37
38	<i>Livro de Receita do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1831.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 38
39	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1818.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 39
40	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1818.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 40
41	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1820.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 41
42	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1824.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 42
43	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1826</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 43
44	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1827.</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 44
45	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1829</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 45
46	<i>Livro de Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. 1831</i>	S. d.	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 46

Fonte: Extrato de Governo Regional da Madeira (1998).

L7 A meta-informação extraída do inventário coordenado por José Mattoso e Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha foi realizada *talis qualis*, com identificação das datas e cotas (antigas e recentes). Sobre as cotas antigas, importa realçar que foram integradas neste fundo duas unidades de instalação desagregadas do fundo *Convento de Santa Clara do Funchal*.

Quadro 43 – Seleção de *loci critici* a partir do testemunho L7

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	<i>Eleição de abadessas</i>	1749/1882	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 1
2	<i>Auto de perguntas às noviças</i>	1661/1765	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 4
3	<i>Auto de perguntas às noviças</i>	1799/1830	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 5
4	<i>Óbitos</i>	1749/1890	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 3
5	<i>Tombo de escrituras</i>	1670/1779	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 7
6	<i>Livros da presidência</i>	1666/1670	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 2
7	<i>Livros da presidência</i>	1666	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 6
8	<i>Tombo da fundação</i>	1660/1841	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 8

#	Título	Datas (ano)	Cotas
9	<i>Cobrança de juros, foros e rendas</i>	Séc. XVIII/XIX	Cota antiga, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 103 = Convento de Nossa Senhora da Encarnação, liv. 47
10	<i>Cobrança de juros, foros e rendas</i>	1814	Cota antiga, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 109 = Convento de Nossa Senhora da Encarnação, liv. 48
11	<i>Receita e despesa</i>	1675/1678	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 9
12	<i>Receita e despesa</i>	1776/1779	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 10
13	<i>Receita e despesa</i>	1808/1811	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 11
14	<i>Receita e despesa</i>	1811/1814	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 12
15	<i>Receita e despesa</i>	1823/1824	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 13
16	<i>Receita e despesa</i>	1823/1824	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 14
17	<i>Receita e despesa</i>	1837/1840	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 15
18	<i>Receita e despesa</i>	1840/1843	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 16
19	<i>Receita e despesa</i>	1843/1846	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 17
20	<i>Receita e despesa</i>	1855/1858	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 18
21	<i>Receita e despesa</i>	1861/1864	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 19
22	<i>Receita e despesa</i>	1846/1849	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 20
23	<i>Receita e despesa</i>	1852/1855	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 21
24	<i>Receita e despesa</i>	1858/1861	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 22
25	<i>Receita e despesa</i>	1849/1852	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 23
26	<i>Receita e despesa</i>	1864/1867	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 24
27	<i>Receita e despesa</i>	1867/1870	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 25
28	<i>Receita e despesa</i>	1870/1873	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 26
29	<i>Receita e despesa</i>	1873/1876	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 27
30	<i>Receita e despesa</i>	1876/1879	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 28
31	<i>Receita e despesa</i>	1879/1884	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 29
32	<i>Receita e despesa</i>	1808/1811	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 30
33	<i>Receita</i>	1815/1817	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 31
34	<i>Receita</i>	1818/1819	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 32
35	<i>Receita</i>	1820/1823	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 33
36	<i>Receita</i>	1824/1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 34
37	<i>Receita</i>	1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 35
38	<i>Receita</i>	1826/1829	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 36
39	<i>Receita</i>	1829	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 37
40	<i>Receita</i>	1831/1837	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 38
41	<i>Despesa</i>	1815/1816	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 39
42	<i>Despesa</i>	1818/1819	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 40
43	<i>Despesa</i>	1820/1823	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 41
44	<i>Despesa</i>	1824/1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 42
45	<i>Despesa</i>	1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 43
46	<i>Despesa</i>	1826/1828	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 44
47	<i>Despesa</i>	1829	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 45
48	<i>Despesa</i>	1831/1837	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 46

Fonte: Extrato de Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (2002a).

L₈~L₉ Os metadados selecionados como *loci critici* foram extraídos através do *webcrawler* aplicado ao *DigitArq*TM do ANTT. **L₉**, enquanto extração de **L₈**, mantivemos os títulos e as datas *talis qualis*, tendo-se acrescentado apenas no âmbito da cota, para além da cota original, os identificadores de microfilme (do metadado existência e localização de cópias), conforme se pode verificar no Quadro 44. Normalizamos as datas não confirmadas ou dúvidas que estavam grafadas em **L₉** como “[17--]-[18--]” para “17--/18--”.

Quadro 44 – Seleção de *loci critici* a partir dos testemunhos L₈ e L₉

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	<i>Livro de tombos de fundação</i>	1660/1841	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 8 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
2	<i>Livro de eleição de abadessas</i>	1749/1882	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.1 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
3	<i>Livro de autos de perguntas às noviças</i>	1661/1765	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.4 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
4	<i>Livro de autos de perguntas às noviças</i>	1799/1830	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 5 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
5	<i>Livro de óbitos</i>	1749/1890	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.3 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
6	<i>Tombos de escrituras</i>	1670/1779	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 7 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81 e 82)
7	<i>Livro da presidência</i>	1666/1670	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.2 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
8	<i>Livro da presidência</i>	1666	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 6 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
9	<i>Livro de registo de cobrança de juros, foros e rendas</i>	17--/18--	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 47 Cota antiga: Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 103
10	<i>Livro de registo de cobrança de juros, foros e rendas</i>	1814	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 48 Cota antiga: Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 109
11	<i>Livro de receita e despesa</i>	1675/1678	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 9 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
12	<i>Livro de receita e despesa</i>	1776/1779	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 10 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
13	<i>Livro de receita e despesa</i>	1808/1811	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 11 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
14	<i>Livro de receita e despesa</i>	1811/1814	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 12 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
15	<i>Livro de receita e despesa</i>	1823/1824	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 13 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
16	<i>Livro de receita e despesa</i>	1823/1824	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 14 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
17	<i>Livro de receita e despesa</i>	1837/1840	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 15 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
18	<i>Livro de receita e despesa</i>	1840/1843	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 16 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
19	<i>Livro de receita e despesa</i>	1843/1846	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 17 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
20	<i>Livro de receita e despesa</i>	1855/1858	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 18 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
21	<i>Livro de receita e despesa</i>	1861/1864	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 19 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)

#	Título	Datas (ano)	Cotas
22	<i>Livro de receita e despesa</i>	1846/1849	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 20 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
23	<i>Livro de receita e despesa</i>	1852/1855	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 21 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
24	<i>Livro de receita e despesa</i>	1858/1861	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 22 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
25	<i>Livro de receita e despesa</i>	1849/1852	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 23 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
26	<i>Livro de receita e despesa</i>	1864/1867	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 24 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
27	<i>Livro de receita e despesa</i>	1867/1870	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 25 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
28	<i>Livro de receita e despesa</i>	1870/1873	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 26 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
29	<i>Livro de receita e despesa</i>	1873/1876	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 27 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
30	<i>Livro de receita e despesa</i>	1876/1879	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 28 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
31	<i>Livro de receita e despesa</i>	1879/1884	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 29 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
32	<i>Livro de receita e despesa</i>	1808/1811	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 30 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72 e 73)
33	<i>Livro de receita</i>	1815/1817	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 31 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
34	<i>Livro de receita</i>	18.18/1819	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 32 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
35	<i>Livro de receita</i>	1820/1823	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 33 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
36	<i>Livro de receita</i>	1824/1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 34 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
37	<i>Livro de receita</i>	1826/?	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 35 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
38	<i>Livro de receita</i>	1826/1829	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 36 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
39	<i>Livro de receita</i>	1829/?	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 37 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
40	<i>Livro de receita</i>	1831/1837	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 38 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
41	<i>Livro de despesa</i>	1815/1816	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 39 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
42	<i>Livro de despesa</i>	1818/1819	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 40 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
43	<i>Livro de despesa</i>	1820/1823	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 41 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
44	<i>Livro de despesa</i>	1824/1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 42 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
45	<i>Livro de despesa</i>	1826/?	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 43 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
46	<i>Livro de despesa</i>	1826/1828	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 44 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
47	<i>Livro de despesa</i>	1829/?	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 45 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
48	<i>Livro de despesa</i>	1831/1837	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 46 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)

Fonte: Extrato de Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2011d).

H₂ Foram extraídos títulos, cotas e datas com auxílio a um *webcrawler*. **H₂** difere de **L₈** e de **L₉** apenas no facto de não mencionar datas dúbias e cotas antigas. Acrescentámos apenas,

no âmbito da cota, os identificadores de microfilme (do metadado existência e localização de cópias), conforme Quadro 45.

Quadro 45 – Seleção de loci critici a partir do testemunho H₂

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	<i>Livro de tombos de fundação</i>	1660/1841	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 8 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
2	<i>Livro de eleição de abadessas</i>	1749/1882	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.1 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
3	<i>Livro de autos de perguntas às noviças</i>	1661/1765	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.4 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
4	<i>Livro de autos de perguntas às noviças</i>	1799/1830	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 5 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
5	<i>Livro de óbitos</i>	1749/1890	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.3 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
6	<i>Tombos de escrituras</i>	1670/1779	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 7 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81 e 82)
7	<i>Livro da presidência</i>	1666/1670	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.2 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
8	<i>Livro da presidência</i>	1666	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 6 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
9	<i>Livro de registo de cobrança de juros, foros e rendas</i>	s.d.	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 47
10	<i>Livro de registo de cobrança de juros, foros e rendas</i>	1814	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 48
11	<i>Livro de receita e despesa</i>	1675/1678	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 9 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
12	<i>Livro de receita e despesa</i>	1776/1779	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 10 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
13	<i>Livro de receita e despesa</i>	1808/1811	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 11 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
14	<i>Livro de receita e despesa</i>	1811/1814	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 12 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
15	<i>Livro de receita e despesa</i>	1823/1824	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 13 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
16	<i>Livro de receita e despesa</i>	1823/1824	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 14 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
17	<i>Livro de receita e despesa</i>	1837/1840	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 15 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
18	<i>Livro de receita e despesa</i>	1840/1843	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 16 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
19	<i>Livro de receita e despesa</i>	1843/1846	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 17 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)

#	Título	Datas (ano)	Cotas
20	<i>Livro de receita e despesa</i>	1855/1858	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 18 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
21	<i>Livro de receita e despesa</i>	1861/1864	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 19 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
22	<i>Livro de receita e despesa</i>	1846/1849	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 20 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
23	<i>Livro de receita e despesa</i>	1852/1855	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 21 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
24	<i>Livro de receita e despesa</i>	1858/1861	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 22 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
25	<i>Livro de receita e despesa</i>	1849/1852	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 23 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
26	<i>Livro de receita e despesa</i>	1864/1867	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 24 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
27	<i>Livro de receita e despesa</i>	1867/1870	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 25 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
28	<i>Livro de receita e despesa</i>	1870/1873	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 26 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
29	<i>Livro de receita e despesa</i>	1873/1876	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 27 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
30	<i>Livro de receita e despesa</i>	1876/1879	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 28 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
31	<i>Livro de receita e despesa</i>	1879/1884	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 29 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
32	<i>Livro de receita e despesa</i>	1808/1811	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 30 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72 e 73)
33	<i>Livro de receita</i>	1815/1817	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 31 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
34	<i>Livro de receita</i>	1818/1819	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 32 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
35	<i>Livro de receita</i>	1820/1823	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 33 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
36	<i>Livro de receita</i>	1824/1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 34 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
37	<i>Livro de receita</i>	1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 35 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
38	<i>Livro de receita</i>	1826/1829	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 36 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
39	<i>Livro de receita</i>	1829	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 37 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
40	<i>Livro de receita</i>	1831/1837	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 38 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)

#	Título	Datas (ano)	Cotas
41	<i>Livro de despesa</i>	1815/1816	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 39 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
42	<i>Livro de despesa</i>	1818/1819	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 40 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
43	<i>Livro de despesa</i>	1820/1823	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 41 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
44	<i>Livro de despesa</i>	1824/1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 42 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
45	<i>Livro de despesa</i>	1826	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 43 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
46	<i>Livro de despesa</i>	1826/1828	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 44 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
47	<i>Livro de despesa</i>	1829	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 45 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
48	<i>Livro de despesa</i>	1831/1837	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 46 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)

Fonte: Extrato de Archives Portal Europe Foundation (2020d).

Of Não se encontrado disponível qualquer representação digital do conjunto documental sob custódia do ABM, a extração do título e das cotas foi realizada a partir da transcrição em determinados *loci*, designadamente nos termos de abertura, nos frontispícios, nos *incipit* e nas capas, assinalando a existência de variantes na mesma unidade de instalação. Foram desenvolvidas as abreviaturas, mantendo, tão próximo quanto possível, ao texto do original. Secções de texto danificado foram reconstruídas por inferência, representadas entre parêntesis retos com sublinhado pontilhado [..], conforme Quadro 46²⁵⁵.

Quadro 46 – Seleção de *loci critici* a partir do original O_M

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	Variante 1 (capa): <i>Livro das Almas</i> Variante 2 (frontispício): <i>Livro das Irmãs das Almas e Contrato Espiritual entre as Religiozas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação</i> (p. 1)	1666	$\frac{1}{N.º 9}$ S3E9P2
2	Variante 1 (capa): <i>N[ossa] S[enhora] do Monte no Conv[en]to da Encarnação</i> Variante 2 (frontispício): <i>Livro da Confraria dos Escravos de N[ossa] Senhora do Monte</i> (p. 1).	1750/1756	$\frac{2}{N.º 10}$ S3E9P2
3	Capa: <i>Serve de Suplemento ao Livro de Contas Correntes e Ju[rões]</i>	1852/1882	$\frac{3}{N.º 11}$ S3E9P2
4	Capa: <i>Nossa Senhora da Encarnação Quaderno n.º 1 Descrição e avaliação do Convento</i> Termo de abertura (f. 1v): <i>Servirá este Quaderno para a descrição do Convento de Nossa Senhora da Encarnação da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira, e dos edifícios que lhe são anexos, seu estado material, e sua avaliação, em conformidade com as disposições da Portaria</i>	1860/1860	$\frac{4}{N.º 12}$ S3E9P2

²⁵⁵ Não se encontram incluídas neste fundo as unidades documentais respeitantes ao CNSEF integradas no conjunto documental 2.ª *Repartição de Finanças do Funchal*, incorporado na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira em 2020/2021, não se dispondo de instrumento de acesso à informação que ateste a recondução destas unidades de instalação para o fundo O_M. Cf. *supra* nota 140.

#	Título	Datas (ano)	Cotas
	<i>Régia de 20 de Julho de 1857 e observações que a acompanharam, pela qual Sua Magestade Houve por bem determinar a confecção dos Inventarios das Cazas Religiosas.</i>		
5	Capa: <i>Nossa Senhora da Encarnação / Quadro n.º 2 / Descrição e avaliação dos prazos</i> Termo de abertura (f. 5r): <i>Servirá este Caderno para a descrição dos prazos pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Encarnação da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira, em conformidade das disposições da Portaria Régia de 20 de Julho de 1857 e observações que a acompanharam, pela qual Sua Magestade Houve por bem determinar a confecção dos Inventarios das Cazas Religiosas.</i>	1860/1863	$\frac{5}{13}$ S3E9P2
6	Capa (var. 1): <i>Tombo 3.º das Escrituras</i> Capa/etiqueta (var. 2): <i>Tombo de Escrituras do Convento de N[ossa] S[enhor]a da Encarnação do Funchal</i>	1802/1867	$\frac{6}{14}$ S3E9P2
7	Lombada: <i>A.D.F. / Convento de Encarnação / Foros e Juros / 1687/1745</i> Frontispício (f. 1º): <i>Folha dos foros, e juros que se pagão à Comu[n]id[ad]e de Nossa Senhora da Incarnação desta Cid[ad]e do Funchal</i>	1687/1745	$\frac{7}{N.º 15}$ S3E9P2
8	Frontispício (f. 1º): <i>Livro 1.º De asento de pagamentos que se fazem a este Conv[en]to de Nosa S[e]n[ho]ra da Encarnação, tanto foros como juros, Arendamentos e Lagueis de Cazas Que teue principio no Anno de 1801 Sendo Abb[adess]a M[ui]to R[everen]da M[adr]e D[ona] Leonor Luiza da Pureza Escrivan Soror Thomasia Delfina da Cantuaría</i>	1801/1803	$\frac{8}{N.º 16}$ S3E9P2
9	Incipit: <i>Foros da Cidade</i>	1820/1829	$\frac{9}{17}$ S3E9P2
10	Capa: <i>Quaderno que contem a Exibição dos foros do Porto Monis</i>	1846/1848	$\frac{10}{N.º 18}$ S3E9P2
11	Envoltório: <i>Convento da Encarnação n.º 11</i> Termo de abertura (f. 1º): <i>Copia do Caderno n.º 2 do Inventário dos bens do Convento de Nossa Senhora da Encarnação, que serve de registo ou descrição e avaliação dos prazos pertencentes ao mesmo Convento, considerados como elle os possuía em 31 de Dezembro de 1860</i>	1860	$\frac{11}{N.º 19}$ S3E9P2
12	Capa: <i>Nossa Senhora da Encarnação Quadro n.º 3 Descrição e avaliação das propriedades ruraes e urbanas</i> Termo de abertura (f. 1º): <i>Servirá esre Caderno para a descrição e valor das propriedades ruraes e urbanas pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Encarnação da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira em conformidade com as disposições da Portaria Régia de 20 de Julho de 1857 – e observações que a acompanharam pela qual Sua Magestade Houve por bem determinar a confeção dos Inventáriso das Cazas Religiozas.</i>	1860/1863	$\frac{12}{N.º 20}$ S3E9P2
13	Capa: <i>Nossa Senhora da Encarnação Copia do Quadro n.º 4 Descrição dos títulos de Credito Publico e Escrituras d'emprestimos</i>	1863	$\frac{13}{N.º 21}$ S3E9P2
14	Frontispício (f. 1º): <i>Liuro de receita e despeza de toda as rendas que ouue este conuento da Encarnacam em os três ânos do abbadessado da R[everenda] M[adre] Clara de S[ão] Bernardo que comessaram em 14 de ag[osto] de 1669 uigaira a m[adre] Theodora de Yesus. Escriuam a m[adre] Catherina da yncarnacam</i>	1669/1672	$\frac{14}{N.º 22}$ S3E9P2
15	Capa: <i>RECEITA E DESPESA, do Mosteiro de N[ossa] S[enhor]a da Incarnação do Trienio em q[ue] foi Abb[adessa] A R[everenda] M[adre] D[ona] Antonia da Resureiçam e escrivam. A M[adre] D[ona] Leonor de Sancto Ant[onio] começou em 20 de Set[em]br[o] de 1681 e se findou em 20 de S[e]t[em]bro de 1684 E também do outro triennio em que foi escrivaã a M[adre] D[ona] Luiza do [.....] Que começou em 21 de Septembro de 1690 Annos.</i>	1681/1699	$\frac{15}{N.º 23}$ S3E9P2
16	Frontispício (f. 1º): <i>Liuro de receita e despeza de toda as Rendas do Conuento de santa Clara de N[ossa] S[enhor]a da Encarnação seruindo de Abb[adessa] nelle este Triamio que começou em 22 de Setembro de 1687: e acabou em outro tal dia do Anno d[e] 1690: a R[everenda] M[adre] Dona Maria do lado, e Vig[ari]a a R[everen]da M[adre] D[ona] Phellipa da Emcarnação, e de Escriuã, a R[everen]da M[adre] Phellipa de S[ao] Joaõ.</i>	1687/1690	$\frac{16}{N.º 24}$ S3E9P2
17	Frontispício (f. 1º): <i>Liuro das contas que tenho com os meus cazeiros e mais deuidores do anno de 1695</i>	1695/1729	$\frac{17}{N.º 25}$ S3E9P2
18	Lombada: <i>A.D.F. / Convento da Encarnação / Receita e despeza / 1708/1711</i>	1708/1711	$\frac{18}{N.º 26}$ S3E9P2

#	Título	Datas (ano)	Cotas
	Frontispício (f. 1r): <i>Liuro de Receita e despeza de todas as Rendas do Conuento de S[anta] Clara de N[ossa] S[enhora] da Encarnação seruindo de Abb[adessa] este trienio que Comesou em 21 de Set[bem]r[o] de 1708 athe 21 de Set[bem]r[o] de 1711 a R[everenda] M[adre] Dona Mariana de S[ão] Bernardo e de Escriuã a M[adre] Mariana de S[anta] Tereza.</i>		
19	Frontispício (f. 1r): <i>LIURO DA RECEITA, E DESPEZA DO CONVENTO DE N[ossa] Senhora da Incarnação DO TRIENIO EM QUE FOI ABBadeça a muito R[everenda] M[adre] D^a Dona Luíza dos Cherobins e E foi sua escrivam a M[adre] Maria da esperança Que principiou em 21 de Setembro de 1717 E findou em outro tal dia e mês do Anno de 1729</i>	1717/1729	$\frac{19}{N.º 27}$ S3E9P2
20	Fronstispício (f. 1 ^o): Livro de Receyta e despeza do Conv[en]to de N[ossa] S[enhora] Da Incarnação do tempo do Abadessado da R[everen]da M[aria] Fran[cisca] de S[anto] And[ré?] sendo escrivã a m[adre] An[tónia] Franc[isca] da Graça principiado em 5 de janeiro de 1728.	1728/1729	$\frac{20}{N.º 28}$ S3E9P2
21	Fronstispício frag. (f. 1 ^o): <i>Liuro das receitas e despezas deste Conuento de N[ossa] S[enhora] da Encarnação sendo A[bbadeçsa] R[everenda] M[adre] D[ona] Thereza Jozepha de S[anta] Maria escrivã A R[everenda] M[adre] D[ona] Maria do Monte Olivete. Principiado em 6 de Janeiro de 1734.</i>	1734/1734	$\frac{21}{N.º 29}$ S3E9P2
22	Fronstispício (f. 4 ^o): <i>Contas Da Receita e dezpeza deste Convento de N[ossa] Sen[hora] da Encarnação Sendo Abadeça a Muito R[everenda] M[adre] D[ona] Luíza Joanna da Resurreição. Escrivã A R[everenda] M[adre] D[ona] Mariana Cordulla da Vitoria Este Segundo anno de seu Abbadessado de 1741.</i>	1735/1754	$\frac{22}{N.º 30}$ S3E9P2
23	Fronstispício (f. 1 ^o): <i>Contas Da Reçeita e despeza deste Convento de Nossa Senhora da Encarnação Sendo Abadeça A Muito Reuerenda Madre D. Thereza Josefa de Santa Maria Escrivã A reverenda Maria Angellica de Nazareth que he O de 1743</i>	1743/1763	$\frac{23}{N.º 31}$ S3E9P2
24	Fronstispício (f. 1 ^o): <i>Contas Da Receita e Despeza deste Convento de N[ossa] Sen[hora] da Incarnação Sendo Abb[adeça] a M[uito] R[everenda] M[adre] D[ona] Laureaña Luíza da Natividade. Escrivã A R[everenda] D[ona] Ursula Leonor da Estrella. No 1.º Anno. De 1767. E nos dous Seg[uintes] de 1768 e 69, a A R[everenda] D[ona] Antonia de S[anta] Rita.</i>	1767/1769	$\frac{24}{N.º 32}$ S3E9P2
25	Fronstispício (f. 1 ^o): <i>A administração dos Bens do Mosteiro de Nossa S[e]n[h]r[a] da Encarnação, a Cargo da N[ossa] M[uito] R[everenda] M[adre] Abadeza D[ona] Angela Maria da Annunçiação 2.ª vez Elleita em 14 de Sep[te]m[bro] de 1811, sendo Escrivã Soror D[ona] Anna Jozefa da Natividade.</i>	1811/1814	$\frac{25}{N.º 33}$ S3E9P2
26	[sem título]	1824/1867	$\frac{26}{N.º 34}$ S3E9P2
27	Fronstispício (f. 1 ^o): <i>Caderno de Receita e Despeza que teve principio a 27 de Julho de 1882 no Convento de N[ossa] S[e]n[h]r[a] da Incarnação sendo Abbadessa a M[adre] Felisberta Cândida de São Bernardo.</i>	1882/1887	$\frac{27}{N.º 35}$ S3E9P2
28	Fronstispício (f. 1 ^v -2 ^r): <i>As Religiosas do Convento de N[ossa] S[e]n[h]r[a] da Incarnação em c[ontas] com os seus Rendimentos.</i>	1884/1889	$\frac{28}{N.º 36}$ S3E9P2
29	Fronstispício (f. 1 ^o): <i>Caderno de Receita e Despesa do Convento de Nossa S[e]n[h]r[a] da Incarnação que da principio no 1.º de Agosto de 1887.</i>	1887/1888	$\frac{29}{N.º 37}$ S3E9P2
30	Fronstispício (f. 1 ^o): <i>Livro 1.º Das quitasons deste Convento de N[ossa] S[e]n[h]r[a] da Encarnação Que teue principio no Anno de 1801 Sendo Abb[adessa] a M[uito] R[everenda] M[adre] D[ona] Leonor Luíza da Pureza Escrivã Soror Thomazia Delfina de Cantuaria.</i>	1801/1807	$\frac{30}{N.º 38}$ S3E9P2
31	Capa: <i>Relação das recolhidas no suprimido Convento da Encarnação</i>	1892/1895	$\frac{31}{N.º 39}$ S3E9P2
32	Capa: <i>A p[ágina] 7 d'este Caderno se acha a Conta dos rendimentos da fazenda sita na Caldeira Freguezia de Camar[a] de Lobos que derão emp[re]samento os S[e]n[h]ores Heredia e Amancio de Castro, suas Consortes e Conhados. A p[ágina] 20 se acha a discripção das fazendas do Convento de N[ossa] S[e]n[h]r[a] da Incarnação. A p[ágina] 19 um bocado de terra que [en]tregou o Doutor Trindade [ileg.].</i>	1814/1888	$\frac{32}{N.º 40}$ S3E9P2

#	Título	Datas (ano)	Cotas
33	[sem título]	1772/1773	³³ N.º 41 S3E9P2
34	Incipit (f. 1 ^o): <i>Rol de Foros pertencentes ao Convento de N[ossa] S[enhora] da Encarnação na Cidade do Funchal.</i>	[séc. XIX]	³⁴ N.º 42 S3E9P2
35	Fronstispício (f. 1 ^o): <i>Conta da fabrica e Fo[ros] 32.</i>	1655-1675	³⁵ N.º 43 S3E9P2

Fonte: Transcrição feita a partir de Portugal. Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal.*

F₃ Neste testemunho foram transcritos os títulos, cotas e datas extremas. As abreviaturas foram desenvolvidas entre parêntesis retos, assim como o sinal de *idem* (") que indica que a sequência de palavras da linha superior é igual à da linha inferior. Verifica-se em alguns títulos a estratégia de topicalização (## 6, 9-10, 14-32, 35). Verifica-se que a cotação atribuída neste instrumento de acesso à informação não coincide com **O_F**, no segmento S3(...) **O_F**: S2(...) **F₃**.

Quadro 47 – Seleção de loci critici a partir do testemunho F₃

#	Título	Datas (ano)	Cotas
1	<i>L.º das Irmãs das Almas</i>	1666	S2E9P3N1
2	<i>L[ivro] da Confraria dos escravos de N[ossa] S[enhora] do Monte</i>	1750/1756	S2E9P3N2
3	<i>L[ivro] das Contas Correntes</i>	1852/1882	S2E9P3N3
4	<i>L[ivro] da Descrição do Convento e dos edifícios anexos.</i>	1860	S2E9P3N4
5	<i>L[ivro] da Descrição e Avaliação dos prazos pertencentes ao Convento.</i>	1860/1863	S2E9P3N5
6	<i>Escrituras (Tombo 3.º das)</i>	1802/1867	S2E9P3N6
7	<i>Foros e juros que se pagão à Comunidade de Nossa Senhora da Encarnação</i>	1687/1745	S2E9P3N7
8	<i>Foros, juros, arrendamentos e alugueis de casa</i>	1801/1803	S2E9P3N8
9	<i>Foros (L[ivro] de receita de)</i>	1820/1829	S2E9P3N9
10	<i>[Foros (L[ivro] de receita de)]</i>	1846/1848	S2E9P3N10
11	<i>Inventário dos bens</i>	1860	S2E9P3N11
12	<i>Inventário, descrição e avaliação das propriedades rurais e urbanas</i>	1860/1863	S2E9P3N12
13	<i>Inventário, descrição dos títulos de crédito público e escrituras de empréstimos</i>	1863	S2E9P3N13
14	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1669/1672	S2E9P3N14
15	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1681/1699	S2E9P3N15
16	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1687/1690	S2E9P3N16
17	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1695/1729	S2E9P3N17
18	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1708/1711	S2E9P3N18
19	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1717/1729	S2E9P3N19
20	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1728/1729	S2E9P3N20
21	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1734/1734	S2E9P3N21
22	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1735/1754	S2E9P3N22
23	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1743/1763	S2E9P3N23
24	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1767/1769	S2E9P3N24
25	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1811/1814	S2E9P3N25
26	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1824/1867	S2E9P3N26
27	<i>Receita e despesa (Cad[erno])</i>	1882/1887	S2E9P3N27
28	<i>Receita e despesa (L[ivro] da)</i>	1884/1889	S2E9P3N28
29	<i>Receita e despesa (Cad[erno])</i>	1887/1888	S2E9P3N29
30	<i>Quitações (L[ivro] 1.º das)</i>	1801/1807	S2E9P3N30
31	<i>Recolhidas (L[ivro] da relação das)</i>	1892/1895	S2E9P3N31
32	<i>Rendimentos (Caderno dos)</i>	1814/1888	S2E9P3N32
33	<i>Rol de recibos e contas</i>	1772/1773	S2E9P3N33
34	<i>Rol de foros</i>	s. d.	S2E9P3N34
35	<i>Titulos (L[ivro] com diversos)</i>	s. d.	S2E9P3N35

Fonte: Extrato de Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (n.d.-b).

3.2.2.2. *Collatio, examinatio e selectio*

Realizámos o processo de alinhamento dos títulos com referência para as unidades de instalação. Tal como o caso crítico analisado em 3.1, o alinhamento dos títulos permite-nos visualizar mecanismos de inserção, eliminação ou modificação numa perspetiva diacrónica. Recorremos a um alinhamento com base numa folha de cálculo e segmentação de *tokens*, para, posteriormente, os dados serem tratados na versão disponibilizada da *Stemmaweb* por Andrews (2012), com base numa visualização em grafos.

Consideramos pertinente realizar uma colação manual por séries, tendo como referência as cotas de $L_8 (= L_9 H_1)$, conforme a Tabela 12 e Tabela 13 *infra* demonstram.

Tabela 12 – Concordância de cotas entre testemunhos da família O_L

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
1	NA	N.º 1	Num. Ant.: 1 / Num. Actual: 1	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 01	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 1	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.1 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.1 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.1 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
2	NA	N.º 2	Num. Ant.: 1 / Num. Actual: 2	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 02	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 2	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.2 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.2 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.2 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
3	NA	N.º 3	Num. Actual: 3	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 03	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 3	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.3 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.3 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.3 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
4	NA	N.º 4 e 5	Num. Actual: 4 e 5	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 04	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 4	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.4 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.4 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv.4 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
5	NA	N.º 4 e 5	Num. Actual: 4 e 5	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 5	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 5	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 5

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
				nhora da Encarnação, Livro 05	Funchal, liv. 5	(Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	(Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	(Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
6	NA	N.º 6	<i>Num. Actual: 6</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 06	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 6	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 6 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 6 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 6 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
7	NA	N.º 7	<i>Num. Actual: 7</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 07	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 7	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 7 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81 e 82)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 7 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81 e 82)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 7 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81 e 82)
8	NA	N.º 8	<i>Num. Actual: 8</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 08	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 8	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 8 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 8 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 8 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 81)
9	NA	N.ºs 9 a 48	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 09	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 9	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 9 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 9 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 9 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
10	NA	N.ºs 9 a 48	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 10	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 10	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 10 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 10 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 10 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
11	NA	N.ºs 9 a 48	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 11	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 11	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 11 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 11 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 11 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
						Tombo, mf. 70)	Tombo, mf. 70)	Tombo, mf. 70)
12	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 12	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 12	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 12 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 12 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 12 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
13	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 13	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 13	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 13 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 13 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 13 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 70)
14	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 14	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 14	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 14 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 14 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 14 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
15	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 15	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 15	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 15 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 15 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 15 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
16	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 16	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 16	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 16 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 16 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 16 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
17	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 17	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 17	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 17 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 17 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 17 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
						Tombo, mf. 71)	Tombo, mf. 71)	Tombo, mf. 71)
18	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 18	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 18	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 18 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 18 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 18 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
19	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 19	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 19	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 19 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 19 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 19 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 71)
20	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 20	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 20	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 20 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 20 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 20 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
21	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 21	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 21	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 21 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 21 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 21 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
22	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 22	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 22	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 22 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 22 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 22 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
23	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 23	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 23	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 23 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 23 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 23 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
						Tombo, mf. 72)	Tombo, mf. 72)	Tombo, mf. 72)
24	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 24	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 24	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 24 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 24 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 24 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
25	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 25	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 25	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 25 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 25 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 25 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
26	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 26	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 26	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 26 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 26 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 26 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
27	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 27	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 27	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 27 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 27 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 27 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
28	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 28	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 28	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 28 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 28 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 28 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72)
29	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 9 a 29</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 29	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 29	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 29 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 29 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 29 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
						Tombo, mf. 73)	Tombo, mf. 73)	Tombo, mf. 73)
30	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 30	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 30	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 30 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72 e 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 30 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72 e 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 30 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 72 e 73)
31	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 31	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 31	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 31 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 31 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 31 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
32	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 32	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 32	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 32 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 32 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 32 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
33	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 33	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 33	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 33 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 33 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 33 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
34	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 34	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 34	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 34 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 34 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 34 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
35	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 35	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 35	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 35 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 35 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 35 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
						Tombo, mf. 73)	Tombo, mf. 73)	Tombo, mf. 73)
36	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 36	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 36	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 36 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 36 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 36 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
37	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 37	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 37	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 37 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 37 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 37 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
38	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 30 a 38</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 38	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 38	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 38 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 38 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 38 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
39	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 39	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 39	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 39 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 39 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 39 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
40	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 40	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 40	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 40 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 40 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 40 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 73)
41	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 41	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 41	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 41 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 41 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 41 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
						Tombo, mf. 73)	Tombo, mf. 73)	Tombo, mf. 73)
42	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 42	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 42	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 42 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 42 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 42 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
43	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 43	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 43	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 43 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 43 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 43 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
44	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 44	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 44	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 44 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 44 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 44 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
45	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 45	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 45	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 45 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 45 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 45 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
46	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>	ANTT, Convento de Nossa Senhora da Encarnação, Livro 46	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 46	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 46 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 46 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 46 (Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 74)
47	NA	<i>N.ºs 9 a 48</i>	<i>Num. Actual: 39 a 48</i>		Cota antiga, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 103 = Convento de Nossa	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 47 Cota antiga: Convento de Santa Clara do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 47 Cota antiga: Convento de Santa Clara do	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 47

#	L ₁	F ₁ ^a	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂
					Senhora da Encarnação, liv. 47	Funchal, liv. 103	Funchal, liv. 103	
48	NA	N. ^{os} 9 a 48	Num. Actual: 39 a 48		Cota antiga, Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 109 = Convento de Nossa Senhora da Encarnação, liv. 48	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 48 Cota antiga: Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 109	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 48 Cota antiga: Convento de Santa Clara do Funchal, liv. 109	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, liv. 48

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 29.

Tabela 13 – Concordância de cotas entre O_F e F₃

#	O _F	F ₃
1	$\frac{1}{N.^{\circ} 9}$ S3E9P2	S2E9P3N1
2	$\frac{2}{N.^{\circ} 10}$ S3E9P2	S2E9P3N2
3	$\frac{3}{N.^{\circ} 11}$ S3E9P2	S2E9P3N3
4	$\frac{4}{N.^{\circ} 12}$ S3E9P2	S2E9P3N4
5	$\frac{5}{13}$ S3E9P2	S2E9P3N5
6	$\frac{6}{14}$ S3E9P2	S2E9P3N6
7	$\frac{7}{N.^{\circ} 15}$ S3E9P2	S2E9P3N7
8	$\frac{8}{N.^{\circ} 16}$ S3E9P2	S2E9P3N8
9	$\frac{9}{17}$ S3E9P2	S2E9P3N9
10	$\frac{10}{N.^{\circ} 18}$ S3E9P2	S2E9P3N10
11	$\frac{11}{N.^{\circ} 19}$ S3E9P2	S2E9P3N11
12	$\frac{12}{N.^{\circ} 20}$ S3E9P2	S2E9P3N12
13	$\frac{13}{N.^{\circ} 21}$ S3E9P2	S2E9P3N13
14	$\frac{14}{N.^{\circ} 22}$ S3E9P2	S2E9P3N14
15	$\frac{15}{N.^{\circ} 23}$ S3E9P2	S2E9P3N15
16	$\frac{16}{N.^{\circ} 24}$ S3E9P2	S2E9P3N16
17	$\frac{17}{N.^{\circ} 25}$ S3E9P2	S2E9P3N17
18	$\frac{18}{N.^{\circ} 26}$ S3E9P2	S2E9P3N18

#	O _F	F ₃
19	$\frac{19}{N.^{\circ} 27}$ S3E9P2	S2E9P3N19
20	$\frac{20}{N.^{\circ} 28}$ S3E9P2	S2E9P3N20
21	$\frac{21}{N.^{\circ} 29}$ S3E9P2	S2E9P3N21
22	$\frac{22}{N.^{\circ} 30}$ S3E9P2	S2E9P3N22
23	$\frac{23}{N.^{\circ} 31}$ S3E9P2	S2E9P3N23
24	$\frac{24}{N.^{\circ} 32}$ S3E9P2	S2E9P3N24
25	$\frac{25}{N.^{\circ} 33}$ S3E9P2	S2E9P3N25
26	$\frac{26}{N.^{\circ} 34}$ S3E9P2	S2E9P3N26
27	$\frac{27}{N.^{\circ} 35}$ S3E9P2	S2E9P3N27
28	$\frac{28}{N.^{\circ} 36}$ S3E9P2	S2E9P3N28
29	$\frac{29}{N.^{\circ} 37}$ S3E9P2	S2E9P3N29
30	$\frac{30}{N.^{\circ} 38}$ S3E9P2	S2E9P3N30
31	$\frac{31}{N.^{\circ} 39}$ S3E9P2	S2E9P3N31
32	$\frac{32}{N.^{\circ} 40}$ S3E9P2	S2E9P3N32
33	$\frac{33}{N.^{\circ} 41}$ S3E9P2	S2E9P3N33
34	$\frac{34}{N.^{\circ} 42}$ S3E9P2	S2E9P3N34
35	$\frac{35}{N.^{\circ} 43}$ S3E9P2	S2E9P3N35

Fonte: Elaboração própria a partir do Quadro 46 e Quadro 47.

O texto de base que serviu para a colação dos títulos partiu de O_L e de O_M, tratados separadamente dentro da tradição de representação de cada um dos conjuntos documentais. Da parte de O_L, os dados foram extraídos a partir das representações digitais dos manuscritos acessíveis através de L₈, ao passo que em O_M compulsámos os manuscritos *in loco*. Em ambos, transcrevemos elementos de título, em *loci* como lombadas, capas, frontispícios, termos de abertura e, recursivamente, *incipit*.

No que respeita à normalização, realizámos as seguintes ações:

- desdobramento das variantes presentes em **O_L** e **O_M** para efeitos de colação, acrescentando, respetivamente, o identificador **v₁**, **v₂** e **v_n**;
- desdobramento de abreviaturas nos testemunhos **L₁**, **F₁^a** e **F₃** para possibilitar o alinhamento entre entre títulos;
- repristinação da ordem dos constituintes da frase, desfazendo as topicalizações constantes de **F₃**;
- sinais gráficos foram eliminados, assim como as numerações de unidades constantes de **L₁**, **F_{1a}**, **F₂**.

Passaremos os títulos atribuídos às unidades de instalação, por entidades custodiantes e por grupos de séries.

A) Tradição de instrumentos de acesso à informação de **O_L**

CNSEF Liv. 1 – A denominação constante da unidade de instalação em **O_L** foi extraída do *incipit* do texto: "Acto de publicação da eleição da R[reveren]da M[adr]e Abb[adess]a deste Convento de Nossa S[enho]ra da Encarnação feita aos des de Janeiro de 1749" (f. 5). Porém, esta denominação sofreu redenominações nos instrumentos de acesso à informação integrantes da tradição em referência²⁵⁶, a saber:

- **Grupo F_{1a}, L₁, F₂, F₄, L₈, H₂, L₉**: o elemento comum a estes instrumentos de acesso à informação consiste na identificação da tipologia de unidade de instalação (“Livro de/da”) seguido do objeto do registo “eleição de/das madres abadessas” (**F_{1a}, L₁, F₂, F₄**), verificando-se diferenças de ortografia, “abbadessas” (**L₁**)/“abadessas” (**F_{1a}, F₂, F₄**). Enquanto **F_{1a}, L₁, F₂, L₈, H₂** e **L₉** se limitam ao título “Livro de eleição de madres abadessas”, que corresponde ao lema ou leitura selecionada por **L₈**, denominação herdada pelos instrumentos de acesso à informação sucessores (**H₂, L₉**), o testemunho **F₄** expande a denominação “do Convento de Nossa Senhora da Encarnação”, aproximando-se de **O_L**.
- **Grupo L₇**: o título constante deste grupo constitui uma simplificação do título, que se focaliza no objeto do registo. O título constante deste instrumento (cf. **Quadro 43**, #1) constitui a versão prevalente da denominação ao nível de série em **L₈, H₂, L₉**.

CNSEF Livs. 2 e 6 – Este conjunto de unidades de instalação foi agrupado como série em *Livros da presidência* (**L₇**). Sendo o livro 6 de uma cópia do livro 2, onde se encontra indicado ser um *Treslado do propio testam[ento] do R[everendo] Conigo Henriq[ue] Calaça* (f. 3), verificam-se

²⁵⁶ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/64p2f/>>.

divergências nos testemunhos que compõem a tradição de instrumentos de acesso à informação que representam estas unidades²⁵⁷, designadamente:

- **Grupo OL (liv. 2 e 6), L1 (liv. 2), F1^a (liv. 2), F2 (liv. 2), F4 (liv. 2):** no original, os títulos encaixam como *Memorial da Fundação do Conuento* (OL, livs. 2 e 6), enquanto que os instrumentos de acesso à informação mais antigos indicam *Livro da fundação do Convento* (L1, liv. 2; F1^a, liv. 2; F2, liv. 2). O segmento seguinte apresenta três variantes: *Conuento da Encarnação* (OL, livs. 2 e 6), *Conuento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (F4, liv. 2) e *Convento e outros factos* (L1, liv. 2; F1^a, liv. 2; F2, liv. 2), sendo esta última leitura complementada com segmento *e outros factos ocorridos em 1666* (F4, liv. 2). O restante segmento é similar a OL (liv. 2 e 6), verificando-se diferenças ortográficas em *dotes* (OL, liv. 6) / *dottes* (OL, liv. 2), *ditas* (OL, liv. 6) / *dittas* (OL, liv. 2), *dotou* (OL, liv. 2) / *dottou* (OL, liv. 6), *prossedido* (OL, liv. 2) / *procedido* (OL, liv. 6), *desempenhos* (OL, liv. 2) / *dezempenhos* (OL, liv. 6), *distratos* (OL, liv. 2) / *distractos* (OL, liv. 6), *dezouto* (OL, liv. 2) / *dezoito* (OL, liv. 6). As datas aparecem na versão escrita por extenso (OL, liv. 6) e numérica (OL, liv. 2).
- **Grupo L1 (liv. 6), F1^a (liv. 6), F2 (liv. 6), F4 (liv. 6):** este título apresenta uma versão diferente em relação ao grupo anterior. Tendo como a versão mais antiga L1, apresenta-se como *Livro do* (F4, liv. 6) / *contendo o* (F2, liv. 6; L1, liv. 6) / *com o* (F1^a, liv. 6) *Testamento do Instituidor e designação dos dotes das Religiosas* (L1, liv. 6; F1a, liv. 6; F2, liv. 6; F4, liv. 6).
- **Grupo L7 (liv. 2 e 6), L8 (liv. 2 e 6), L9 (liv. 2 e 6), H2 (liv. 2 e 6):** trata-se da versão de título mais recente, prevalecendo duas leituras: a de título de série em *Livros* (L7, liv. 2 e 6), e a versão no singular para o nível de unidade de instalação (L8, liv. 2 e 6; L9, liv. 2 e 6; H2, liv. 2 e 6).

CNSEF Liv. 3 – Esta unidade de instalação apresenta duas tradições distintas²⁵⁸:

- **Grupo OL, L1, F1^a, F2, F4:** trata-se da versão de título que mais se aproxima de OL, apresentando uma inserção apenas no segmento *Liuro 1.º dos Obittos* OL por *Livro de assentamento de óbito* L1 F1^a F2 F4. Os restantes segmentos tornam F4 como a versão mais próxima de OL, apresentando variantes de ordem ortográfica e uma omissão na sequência *que teue principio no Anno de* OL, suprimido em F4.
- **Grupo L7, L8, L9, H2:** trata-se da versão de título mais recente, prevalecendo duas leituras: a de título de série em *Óbitos* (L7), e a versão de unidade de instalação *Livro de óbitos* (L8, L9, H2).

²⁵⁷ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/phy5w/>>.

²⁵⁸ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/wncf5/>>.

CNSEF Livs. 4 e 5 – Estas unidades de instalação apresentam versões distintas dos originais **OL**. O lema central consiste em *autos de perguntas* presente em todos os testemunhos, diferenciando-se dois grupos²⁵⁹:

- **Grupo OL (liv. 4), L₇ (liv. 4 e 5)**: Trata-se da versão menos extensa, mas a que prevaleceu como título de série e de unidade de instalação, representado na versão mais recente como *Auto de perguntas às noviças (L₇ liv. 4 e 5)*.
- **Grupo OL (liv. 5), L₁ (liv. 4 e 5), F₁^a (liv. 4 e 5), F₂ (liv. 4 e 5), F₄ (liv. 4 e 5), L₈ (liv. 4 e 5), L₉ (liv. 4 e 5), H₂ (liv. 4 e 5)**: Trata-se da versão mais extensa, contendo uma variação significativa de lições. Na versão constante do original, o segmento *Livro para se escreverem os Autos de Perguntas, que se hão de fazer às Noviças (OL liv. 5)* sofre omissões de *Noviças* em **F₄ (liv. 4 e 5)**, sendo compensado com numeração em *Livro 1 de autos... (F₄, liv. 4)* e *Livro 2 de autos... (F₄, liv. 5)* e, em *Livros de auto de perguntas (L₁, liv. 4 e 5; F₁^a, liv. 4 e 5; F₂, liv. 4 e 5)*. Excetua-se **L₈ (liv. 4 e 5), L₉ (liv. 4 e 5), H₂ liv. (4 e 5)** que incluem a leitura *noviças*. O segmento que arremata o título cinge-se aos testemunhos **OL (liv. 5)** e **F₄ (liv. 4 e 5)**, apresentado variações lexicais em *Mosteiro (OL, liv. 5)* e *Convento (F₄, liv. 4 e 5)*, *Cidade (OL, liv. 5)* e *Funchal (F₄, liv. 4 e 5)*, e variações ortográficas presentes em *Encarnação (OL, liv. 5)* e *Encarnação (F₄, liv. 4 e 5)*.

CNSEF Liv. 7 – Esta unidade de instalação apresenta duas tradições distintas²⁶⁰:

- **Grupo OL, L₁, F₁^a, L₇, L₈, L₉, H₂**: o título desta unidade de instalação foi extraído do fól. 31 de **OL**, onde se lê *Tomo prim[ei]r[o] dos Titulos, Escrituras de Dotes, e mais contrato e Verbas de Testamento q[ue] pert[n]çem a este Convento da Encarnação / Ordenado por mandado R[everen]do Conego L[icencia]do Manoel Ribeiro Netto Sendo Visitador anno de 1670*. Os instrumentos de acesso à informação bifurcam em duas leituras distintas, como *Livro de escri(p)turas de dotes (L₁, F₁^a)* e, depois, como *Tombos de escrituras (L₇, L₈, L₉, H₂)*, versão remanescente.
- **Grupo F₂, F₄**: versão de título, que apresenta uma modificação lexical que diverge do grupo anterior, como *Livro de escriptuario de dotes*, complementado com apenas um testemunho com o segmento *do Convento de Nossa Senhora da Encarnação (F₄)*.

CNSEF Liv. 8 – Esta unidade de instalação apresenta no frontispício (f. 1) como *Tombo da creaçam e ereçcam do Recolhimento de N[oss] S[enhora] da E[n]carnaçam desta cidade em Mosteiro Religiozo (OL)*. Da tradição de representação em instrumentos de acesso à informação, verificam-se duas versões distintas²⁶¹:

²⁵⁹ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/j7489/>>.

²⁶⁰ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/fn5pz/>>.

²⁶¹ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/hm5w4/>>.

- **Grupo O_L, L₁, F₁^a, F₂, F₄:** o conjunto de instrumento de acesso à informação apresenta genericamente como *Livro de Tombo da instituição (L₁, F₁^a, F₂, F₄)*, diferindo de O_L com a leitura *creaçam e ereçcam do Recolhimento*, simplificada por *instituição*. F₄ aproxima-se de O_L com o segmento *do Convento de Nossa Senhora da Encarnação*.
- **Grupo L₇, L₈, L₉, H₂:** versão apresenta uma simplificação que do título, divergindo do grupo anterior, com a leitura *fundação (F₄)* e omissão de tipologia documental em L₇.

O grafo seguinte (Figura 34) ilustra uma colação feita a partir dos títulos transcritos das unidades de instalação e do instrumento de acesso à informação disponível relativamente ao ANTT CNSEF Liv. 8.

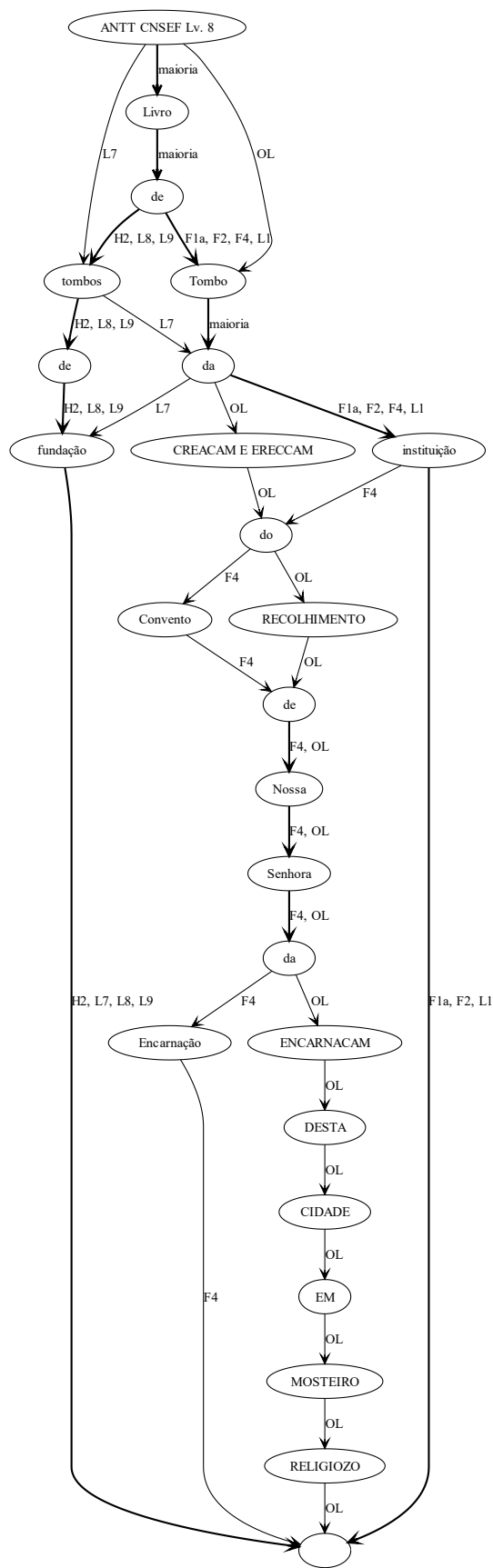


Figura 34 – Colação baseada em grafos relativa ao título de CNSEF Liv. 8

Fonte: Output do software “Stemmaweb” processado em linguagem dot (*graphviz*). Conjunto de dados: ver nota 261.

CNSEF Livs. 9 a 30 – Este conjunto de unidades de instalação foi agrupado como série intitulada *Receita e despesa* (**L₇**). Contrastado com **O_L**, verifica-se a existência não só de versões distintas, mas também de divergências no cômputo de unidades de instalação. Por exemplo, **L₁**, **F₂** e **F₄** quantificam 21 livros, enquanto **F₁^a** aponta para 40 unidades de instalação, agregando neste as três séries posteriormente diferenciadas em **L₇** (*Receita e Despesa*, *Receita*, *Despesa*). Podemos destrinçar **L₁** e **F₂** através da colação de cotas com **F₄**, apesar de não ser possível visualizar as representações digitais derivadas de **O_L**, para determinar quais as unidades que ficaram de fora do cômputo. Para efeitos de alinhamento, optámos por não realizar um desdobramento dos títulos em **L₁**, **F₁^a** e **F₂** por unidades de instalação (em correlação com as unidades de **L₈**), mantendo a numeração associada ao título tal como se apresenta nos instrumentos de acesso à informação. A tradição associada à representação desta série evidencia que os testemunhos que representaram as unidades de instalação de **O_L** não foram reutilizados. Assiste-se a um processo de simplificação do título por uma diminuição de número de palavras, aspetos que descrevemos a seguir²⁶²:

- **Grupo O_L** (livs. 9-30): o conjunto de unidades de instalação apresenta uma diversidade de títulos. Constituímos cinco grupos, que a seguir se caracterizam:
 - (a) **O_L** (livs. 9, 10, 11, 12, 30): dentro deste *cluster*, existem duas unidades de instalação que partilham similaridade de sequência de palavras, que é o caso dos livros 11 e 12, diferindo apenas na ortografia (*Comonidade O_L* (liv. 11)] *Comunidade O_L* (liv. 12); *trez O_L* (liv. 11)] *tres O_L* (liv. 12) e no segmento de contextualização do registo (nome da abadessa, data de eleição e nome da escritã do convento). Os restantes livros apresentam títulos variantes de título, em segmentos como *Livro de Receita e despesa de todas as Rendas do Convento da Emcarناسão* (**O_L** liv. 9), *Livro de Contas da Receita e Despesas deste Real Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Encarn[ação]* (**O_L** liv. 10), *Tem principio a Receita dos Rendimentos dos bens, foros, e juros do Convento de Nossa S[e]n[ho]r[a] da Encarnação, e despesa* (**O_L** liv. 30), complementado com elementos de contextualização do registo (nome da abadessa, data de eleição e nome da escritã do convento).
 - (b) **O_L** (livs. 13, 14, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28): dentro deste subgrupo, verifica-se que os livros 13 e 14 apresentam um título similar, constante dos termos de abertura. Os restantes livros, com elementos extraídos do cabeçalho, diferenciam-se do anterior em *Conta da receita e despesa das Religiosas do Convento de N[ossa] S[enhor]a da Incarnação* (**O_L** livs. 13, 14, 19, 24, 25, 26, 27), exceto em **O_L** (livs. 28) que substitui *Religiosas* por *Comunidade*, além de pequenas diferenças ortográficas, em *despesa* por *despesa* (**O_L** livs. 19 e 28).
 - (c) **O_L** (livs. 15 e 18): este sub-conjunto apresenta segmentos no título que divergem significativamente entre as unidades documentais, como *Contas Correntes de Receita e Despesa* (**O_L**

²⁶² Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em < <https://osf.io/tj3bg/>>.

(liv. 15) e *Livro da Receita e despesa* (OL liv. 18), similar a OL liv. 9. A copista faz uma correção no próprio título, como atestado no segmento *do Convento de Nossa da Encarnação digo de Nossa Senhora da Encarnação* (OL liv. 15). Em OL (lív. 18), verificam-se omissões de segmentos presentes em OL (liv. 15), como *que tem seu principio, anno de, finalizaõ em, sendo Abbadeça Soror [nome] e Escrivãa Soror [nome]*.

(d) OL (lív. 16, 17, 20, 21, 22): este *cluster* assinala uma estrutura formular presente nos termos de abertura, apresentando ligeiras variações, como em *Livro, que há de servir para nelle se lançarem as Contas de Receita e Despesa* OL liv. 16, *Livro que hade servir para se lançarem a Receita e Despesa* OL liv. 22. Estas versões encontram-se simplificadas em *Livro, que há de servir para as Contas de Receita e Despesa* (OL (lív. 20 e 21)), exceto na sequência *que há de servir para* (OL lív. 20 e 21) por *que he destinado a* (OL liv. 17) e inserção de *Rendas* em OL liv. 21. Verificam-se modificações na segunda parte do segmento do título em fórmulas remissivas do tipo *do mesmo Convento* (OL lív. 16 e 20), *do sobredito Convento* (OL liv. 17), *do dito Convento* (OL liv. 17), exceto em *do Convento da Religiosa de Nossa Senhora da Encarnação desta Cidade* (OL liv. 22). Apenas em OL liv. 21 é que se verifica a inserção da sequência *no ultimo Abbadeçado*.

(e) OL (liv. 29): este livro apresenta um título que diverge do conjunto atrás analisado em *Caderno de contas Pertencente ao Convento de Nossa Senhora d' Encarnação*.

- **Grupo L₁** (lív. 9 a 29), **F₁^a** (lív. 9-48), **F₂** (lív. 9-29), **F₄** (lív. 9-29), **L₇** (lív. 9-30), **L₈₌₉** (lív. 9-30), **H₂** (lív. 9-30): O título atribuído às unidades documentais coincide com o segmento *livro de receita e despesa* (L₁, lív. 9 a 29; F₁^a lív. 9-48; F₂ lív. 9-29; F₄ lív. 9-29; L₈₌₉ lív. 9-30; H₂ lív. 9-30, constituindo a versão prevalente. A exceção ocorre em L₇ lív. 9-30, que omite *Livro de*. No caso de L₁ lív. 9 a 29, F₁^a lív. 9-48 e F₂ lív. 9-29, a leitura começa com um cômputo global de unidades, devendo-se, para esse efeito, ter em conta as divergências de cotação atrás assinaladas. Apenas em F₄ lív. 9-29 é que o título aparece complementado com a sequência de entidade produtora e ano, como, por exemplo, em *do Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Ano 1675* F₄ liv. 9.

CNSEF Lív. 31 a 38 – Este conjunto de oito unidades de instalação foi agrupado como série intitulada *Livro de Receita* L₈ (lív. 31-38). Tal como **CNSEF Lív. 9 a 30**, verificam-se divergências de cotação, por um lado, em L₁ e F₂²⁶³, que quantificam a existência de nove livros, e, por outro, F₁^a quantifica quarenta livros. O alinhamento resultante deste processo permitiu-nos assegurar que a lição constante do título que ocorre em todas as unidades de instalação extraídas do fundo original e de todos os testemunhos consiste na palavra *receita*. Esta forma prevaleceu no testemunho L₇

²⁶³ A discrepância na quantificação de unidades de instalação que correspondem à mesma série documental emerge, na terminologia da crítica textual, como conjectura do copista (Philipp Roelli & Macé, 2015; Trovato, 2014). Mantivemos a cotação na origem adicionando o sinal de ponto de interrogação para marcar a discrepância de cotas.

para designar a série documental. A estratégia de simplificação do título através da redução de número de palavras verifica-se também aqui, que descrevemos a seguir²⁶⁴:

- **Grupo OL** (livs. 31-38): o conjunto de unidades de instalação apresenta uma diversidade de títulos, extraídos dos termos de abertura, de onde se pode perceber a existência de duas formas de intitulação: através da data de referência do registo (**OL** liv. 31), da tipologia de unidade de instalação (**OL** livs. 32-33, 35-38) ou da sua omissão (**OL** liv. 34). O tipo de registo encontra-se representado de quatro maneiras: (1) *Livro 1º para a* (**OL** liv. 31); (2) *Livro que há-de servir para* (**OL** livs. 36-37), exceto em **OL** liv. 34, que omite *Livro que*, e em **OL** livs. 33, 35, que apresenta uma leitura alternativa em *Livro que servirá para*; a variante (3) *Livro em que vai* (**OL** liv. 38) e, por último, a variante *Livro da* (**OL** liv. 32). Estas variantes, que diferem entre si do ponto de vista lexical e sintático, unem-se ao objeto do registo, com duas abordagens: (1) diretamente ao objeto de registo, *Receita* (**OL** livs. 31-34) e (2) com recurso a perífrases, como *no mesmo [livro] se lansarem as contas da receita* (**OL** liv. 35), com as variantes em *nelle [livro] se lançar a Receita* (**OL** liv. 36), ou *se lançar a Receita* (**OL** liv. 37) e *em que vai lançada a Receita* (**OL** liv. 38). O último segmento associado ao título corresponde à entidade sobre a qual diz respeito o registo, em sequências como *de todos os Rendimen[tos] pertencentes ao Conv[en]to de N[ossa] Snr^a da Incarnação* (**OL** liv. 34), *que houver no Convento de Nossa S[e]n[ho]r[a] da Incarnação / Encarnação* (**OL** liv. 36-37), *do Convento de Nossa Senhora da Incarnação / Encarnação* (**OL** liv. 33, 35) e *do Convento da Encarnação* (**OL** liv. 32). Apenas em dois livros são referenciados o contexto de abadessado, escrevã e data de referência do registo, como em *sendo Abb[adessa] a M[ui]to R[everen]d[a] M[adr]e. D Thomazia Delfina de Cantuaria Escrivã Soror Angelica Justina dos Sarafins, Principiado em 5 de Fevereiro* (**OL** liv. 31) e *sendo Abb[adessa] a M[ui]to R[everen]da. M[adr]e. D[ona] Vicencia Joaquina do Amor Sagrado, e Escrivã Soror Emilia Romana do Emyreio no presente Trienio que tem seu principio em 6 de Junho de 1831* (**OL** liv. 38). Estes elementos apontam para a substituição progressiva do modelo de intitulação adotado pelo convento para a sua omissão.
- **Grupo L1** (livs. 31-38), **F2** (livs. 31-38), **F1^a** (livs. 31-38), **F4** (livs. 31-38), **L7** (livs. 31-38), **L8** (livs. 31-38), **L9** (livs. 31-38), **H2** (livs. 31-38): nesta tradição de instrumentos de acesso à informação, assiste-se a uma representação simplificada do título, prevalecendo a forma *Livro de receita* (**L8** livs. 31-38, **L9** livs. 31-38, **H2** livs. 31-38). As representações mais antigas do título correspondem a formas agregadas, encabeçadas pela enumeração de unidades e seguidas de tipo de registo, como em *9 [livros] de Receita* **L1** e **F2**, exceto em **F1^a** que agrega, como já apontámos atrás, três séries. **F4**, por seu turno, apresenta

²⁶⁴ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/dhqju/>>.

um título consistente com a sequência tipo de unidade de instalação > objeto de registo > entidade a quem respeita o registo > ano. **L7** corresponde à forma mais simplificada de título (1 palavra), atribuído ao nível de série.

CNSEF Livs. 39 a 46 – Este conjunto de oito unidades de instalação encontra-se representado como série de *Livro de despesa* (**L8, L9, H2**). Similarmente ao conjunto **CNSEF Livs. 9 a 30**, verifica-se uma estratégia de simplificação do título através da redução de número de palavras, comparativamente entre **OL** (livs. 39-46) e **L7**. Conforme assinalado em **CNSEF Livs. 9 a 30**, verificam-se divergências de cotação, por um lado, em **L1** e **F2**, que quantificam a existência de dez livros, e, por outro, **F1^a** quantifica quarenta livros. Descrevemos a seguir os elementos distintivos dos títulos atribuídos às unidades de instalação²⁶⁵:

- **Grupo OL** (livs. 39-46): no conjunto dos títulos presentes nos originais, extraídos dos termos de abertura, percebem-se dois subgrupos:
 - (a) **OL** (livs. 39-40): dentro deste *cluster*, existem duas unidades de instalação que se diferenciam pela substituição de *Livro das Contas* (**OL** liv. 39) por *Livro da despesa* (**OL** liv. 40) e pela eliminação da sequência *Convento de N. Senhora da Encarnação* (**OL** liv. 39) por *Convento da Encarnação* (**OL** liv. 40), apesar de no termo de fecho do testemunho em referência constar *Livro da Despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação desta Cidade* (f. 134).
 - (b) **OL** (livs. 41-46): neste *cluster*, as unidades de instalação que se diferenciam pela inserção na sequência *Livro, que hade servir para despesa* (**OL** liv. 41) por *Livro, que há de servir p[ar]a nelle se lansarem as Contas da Despesa* (**OL** liv. 42, sublinhado nosso) por *Livro, que há de servir p[ar]a se lansarem as Contas da Despesa* (**OL** liv. 44, sublinhado nosso), *Livro, que há de servir para no mesmo se lançarem as Contas* (**OL** liv. 46, sublinhado nosso). Verifica-se uma leitura equipolente entre *que há de servir para* (**OL** liv. 41-42, 44, 46) e *q[ue] servirá p[ar]a* (**OL** liv. 43, 45) e entre *no mesmo serem lansadas* (**OL** liv. 43) e *nelle se lançarem* (**OL** liv. 45). Apenas um conjunto de testemunhos acrescentam após *despesa/despesa/despesa* a expressão *que houver no* (**OL** liv. 42-45) e variação ortográfica entre *Encarnação* (**OL** liv. 39-41) e *Incarnação* (**OL** liv. 42-46).
- **Grupo L1** (livs. 39-46?), **F2** (livs. 39-46?), **F1^a** (livs. 39-46?), **F4** (livs. 39-46), **L7** (livs. 39-46), **L8** (livs. 39-46), **L9** (livs. 39-46), **H2** (livs. 39-46): esta tradição de instrumentos de acesso à informação aponta para estratégia de uniformização do título atribuído às unidades de instalação e, por extensão, às séries. Os instrumentos de acesso à informação mais antigos denominam as unidades como *10 [livros] De Despesa* em **L1** e **F2**, exceto **F1^a**, que, como indicado *supra* na epígrafe **CNSEF Livs. 9 a 30**, constitui um título agregador. O testemunho **F4** apresenta título baseado na sequência de tipo

²⁶⁵ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/5h6sc/>>.

de unidade de instalação > objeto de registo > entidade a quem respeita o registo > ano. A versão canónica desta série prevalece como *Livro de despesa* (**L8** livs. 39-46, **L9** livs. 39-46, **H2** livs. 39-46), enquanto **L7** tem como núcleo de título somente a palavra *Despesa*, atribuída ao nível de série e herdada por **L8**, **L9** e **H2**.

CNSEF Livs. 47 a 48 – Este conjunto de unidades de instalação foi desagregado do fundo *Convento de Santa Clara do Funchal*, recebendo nova cotação em CNSEF, respetivamente 47 e 48. Apesar de esta modificação encontrar-se testemunhada em **L7**, importa averiguar como no fundo *Convento de Santa Clara do Funchal* estas unidades foram representadas em **L1**, **F2**, **F1^a** e **F4**. Analisamos a seguir os elementos mais relevantes²⁶⁶:

- **Grupo O_L** (livs. 47-48): este grupo de títulos foi extraído a partir dos frontispícios, verificando-se diferenças nos seguintes segmentos: *Folha dos foros, tença, Juros, a rendimentos, alugueres* (**O_L** livs. 47) e *Anno de 1814 Livro de Memoria das Pessoas que pagão Juros e Foros e Rendas* (**O_L** livs. 48), tendo em comum as palavras *juros* e *foros*. Também nos segmentos se verificam diferenças em *de Cazas e loges pertencentes, ao Real Convento de N[ossa] Senhora da Encarnação, da Cidade do Funchal da Ilha* (**O_L** livs. 47) e *às Religiozas de Nossa Senhora da Encarnação, q[ue] fez sendo Escrivãa do conv[en]to de S[an]ta Clara, Ana Jozefa da Natividade* (**O_L** livs. 48), partilhando entre si apenas a referência à instituição a que respeita o registo.
- **Grupo L₁** (livs. 99 e 113?), **F₂** (livs. 99 e 113?), **F_{1^a}** (livs. 99 e 113?), **L₇** (livs. 47-48), **L₈** (livs. 47-48), **L₉** (livs. 47-48), **H₂** (livs. 47-48): os instrumentos de acesso à informação **L₁ F₂ F_{1^a}**, que descrevem o fundo *Convento de Santa Clara do Funchal*, apresentam uma similaridade na denominação de título, exceto no que respeita à quantificação de unidades, por não discriminar a existência de unidades de instalação pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Enquanto **L₁ F₂ F_{1^a}** denominam no segmento inicial como *Livro de contas de*, **L₈ L₉ H₂** modifica para *Livro de registo de*, segmento que se encontra elidido em **L₇**, mas que prevalece, porém, como título de série igualmente herdado por **L₈ L₉ H₂**. O segmento seguinte apresenta ligeiras diferenças em *juros, foros e outros rendimentos* (**L₁ F₂ F_{1^a}**, sublinhado nosso) e *juros, foros e rendas* (**L₈ L₉ H₂**, sublinhado nosso), sendo esta última a versão canónica.

B) Tradição de instrumentos de acesso à informação de O_M

CNSEF Liv. 1 – O título da unidade de instalação em O_M foi extraído a partir de dois *loci critici*, capa e frontispício (p. 1), respetivamente, *Livro das Almas* e *Livro das Irmãs das Almas e Contrato Espiritual entre as Religiozas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação*. Na listagem constante em **F3**, o título corresponde às cinco palavras iniciais extraídas do título constante do frontispício, omitindo o restante segmento integrante do título original, como o **Quadro 48** demonstra.

²⁶⁶ Conjunto de dados acessível em forma de representação em grafos dot em <<https://osf.io/eb7ru/>>.

As datas constantes do códice são consistentes com o instrumento de acesso, datado de 1666 (com termo até 1740). Esta u. i. constituiria hipoteticamente um sub-fundo como *Irmandade das Almas*.

Quadro 48 – Collatio tabular dos títulos extraídos de O_F liv. 1 e F_3 liv. 1

O_M liv. 1 v1	Livro			das	Almas	
O_M liv. 1 v2	Livro	das	Irmãs	das	Almas	e Contrato Espiritual entre as Religiozas do Convento de Nossa Senhora da Encarnação
F_3 liv. 1	Livro	das	Irmãs	das	Almas	

Fonte: Elaboração própria a partir do **Quadro 46** e **Quadro 47**.

CNSEF Liv. 2 – O título da unidade de instalação²⁶⁷ em O_M , extraída a partir de dois *loci critici*, contém variantes constantes da capa e frontispício (p. 1). Na listagem constante em F_3 , o título corresponde às palavras extraídas do frontispício do livro correspondente a O_M . Esta u. i. constituiria hipoteticamente um sub-fundo como *Confraria das Escravas de Nossa Senhora do Monte*.

Quadro 49 – Collatio tabular dos títulos extraídos O_F liv. 2 e F_3 liv. 2

O_M liv. 2 v1							Nossa	Senhora	do	Monte	no Convento da Encarnação
O_M liv. 2 v2	Livro	da	Confraria	dos	Escravos	de	Nossa	Senhora	do	Monte	
F_3 liv. 2	Livro	da	Confraria	dos	escravos	de	Nossa	Senhora	do	Monte	

Fonte: Elaboração própria a partir do **Quadro 46** e **Quadro 47**.

CNSEF Liv. 3 – Os títulos constantes da unidade de instalação em O_M e do instrumento de acesso à informação F_3 apenas coincidem com o segmento *Livro das Contas Correntes*, encontrando-se omitido, no segmento inicial, *Serve de Suplemento ao e*, no segmento final, *e Juros* em F_3 .

CNSEF Livs. 4-5 e 11-13 – Os títulos constantes da unidade de instalação em O_M e do instrumento de acesso à informação F_3 dizem respeito ao inventário de bens dos mosteiro. Consideramos, por conseguinte, que F_3 estabelece uma relação espúria ao associar as unidades de instalação como produzidas pelo Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, em vez da comissão designada ao serviço da Repartição da Fazenda do Funchal, nos termos da Circular/Portaria de 20 de Julho 1857. Verifica-se a presença de carimbo de entrada da Repartição Central da Direção-Geral da Estatística dos Próprios Nacionais datado de 1905-09-06, n.º 1497, Liv. 4 (O_M Lv 5, f6l. 1), que corrobora que as unidades poderão ter sido remetidas a Lisboa e regressaram à Repartição da Fazenda do Funchal em data posterior. Caberá à entidade custodiante decidir sobre a recondução destas unidades para o fundo apropriado²⁶⁸. Os títulos foram extraídos dos termos de abertura (O_M Lv 4, f6l. 1v; O_M Lv 5, f6l. 5v; O_M Lv 11, f6l. 1r; O_M Lv 12, f6l. 1r) e da capa (O_M Lv 13). Os segmentos iniciais de título apresentam uma sequência similar, em *Servirá este Caderno para a descrição* (O_M Lv 5, f6l. 5v; O_M

²⁶⁷ Cf. *supra* 2.1.3.4, s. u. “Zona de conteúdo e estrutura”.

²⁶⁸ Referimo-nos concretamente aos processos de inventário de extinção das casas religiosas femininas em Portugal, que se conservam no fundo Ministério das Finanças, onde consta o processo relativo ao Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2009b). As unidades acima indicadas constituem uma cópia das unidades remetidas pela Repartição da Fazenda do Funchal à Direção-Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças, “que foram entregues antes de 15 de Abril de 1899” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2009b).

Lv 12, f6l. 1r), diferindo apenas na ortografia em *Quaderno* (OM_{Lv 4}, f6l. 1v). O segmento central apresenta variação, como perceptível em *do Convento de Nossa Senhora da Encarnação da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira, e dos edifícios que lhe são anexos, seu estado material, e sua avaliação* (OM_{Lv 4}, f6l. 1v), *dos prazos pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Encarnação da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira* (OM_{Lv 5}, f6l. 5v), e *valor das propriedades ruraes e urbanas pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Encarnação da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira* (OM_{Lv 12}, f6l. 1r). O segmento final apresenta leituras idênticas, *em conformidade com as disposições da Portaria Régia de 20 de Julho de 1857 e observações que a acompanharam, pela qual Sua Magestade Houve por bem determinar a confecção dos Inventarios das Cazas Religiosas* (OM_{Lv 4}, f6l. 1v; OM_{Lv 5}, f6l. 5v; OM_{Lv 12}, f6l. 1r; OM_{Lv 13}, f6l. 1r). Estas formas de intitulação foram reduzidas no instrumento de acesso à informação F₃, com reutilização de léxico existente em OM, como nos segmentos em *Quaderno para a descrição do Convento de Nossa Senhora da Encarnação da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira, e dos edifícios que lhe são anexos* (OM_{Lv 4}, f6l. 1v, sublinhado nosso), reduzido para *Livro da Descrição do Convento e dos edifícios anexos* (F₃); *Caderno para a descrição dos prazos pertencentes ao Convento* (OM_{Lv 5}, f6l. 5v, sublinhado nosso), reduzido para *Livro da Descrição e Avaliação dos prazos pertencentes ao Convento* (F₃); *Caderno para a descrição e valor das propriedades ruraes e urbanas* (OM_{Lv 12}, f6l. 1r, sublinhado nosso), simplificado em *Inventário, descrição e avaliação das propriedades rurais e urbanas* (F₃), e *Copia do Quaderno n.º 4 Descrição dos títulos de Credito Publico e Escripturas d'emprestimos* (OM_{Lv 13}, sublinhado nosso), reduzido para *Inventário, descrição dos títulos de crédito público e escrituras de empréstimos* (F₃). No caso do Liv. 11, a colação resultante entre OM e F₃ é consistente com a estratégia de redução de palavras de título, coincidindo apenas no segmento *Inventário dos bens*.

CNSEF Liv. 6 – Os títulos constantes da unidade de instalação em OM e do instrumento de acesso à informação F₃ partilham o segmento *Tombo 3.º das Escripturas*, extraídos da informação constante da capa de OM.

CNSEF Livs. 7-10, 34 – O conjunto de unidades partilha entre si somente a palavra *foros*, palavra relacionada com o papel do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal como instituição enfiteuta. Verifica-se também aqui a redução de palavras no título em F₃, extraído a partir de OM, partilhando sequências de palavras similares entre si, como *Folha dos foros, e juros que se pagão à Comunid[ad]e dee Nossa Senhora da Incarnação* (OM_{Lv 7}, f6l. 1r, sublinhado nosso), similar a *Foros e juros que se pagão à Comunidade de Nossa Senhora da Encarnação* (F₃ Liv. 7); em *Livro 1.º De asento de pagamentos que se fazem a este Conv[en]to de Nosa S[e]n[ho]ra da Encarnação, tanto foros como juros, Arrendamentos e Lugueis de Cazas* (OM_{Lv 8}, f6l. 1r, sublinhado nosso), reduzido para *Foros, juros, arrendamentos e alugueis de casa* (F₃ Liv. 8); em *Quaderno que contem a Exibição dos foros do Porto Monis* (OM_{Lv 10}, sublinhado nosso) – exceto em OM_{Lv 10}, que apresenta como título *Foros da Cidade* – face a *Livro de receita de Foros* (F₃ Liv. 9-10). Por último, foi extraído

do incipit o título *Rol de Foros pertencentes ao Convento de N[ossa] S[enhora] da Encarnação na Cidade do Funchal* (OM Lv 34, fól. 1r, sublinhado nosso), reduzido para *Rol de foros* em F3 Liv. 34.

CNSEF Livs. 14-29 – O conjunto de unidades representadas em F3 foram agregadas sob o título (topicalizado) *Receita e despesa (Livro da)* (F3 livs. 14-26, 28) e *Receita e despesa (Caderno da)* (F3 livs. 27, 29). No entanto, os títulos constantes dos frontispícios dos originais apresentam diferenças em quatro unidades de instalação, como em *Liuro das contas que tenho com os meus cazeiros e mais deuidores do anno de 1695* (OM Liv. 17), *A administração dos Bens do Mosteiro de Nossa S[e]n[h]r[a] da Encarnação* (OM Liv. 25) e *As Religiosas do Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Encarnação em c[ontas] com os seus Rendimentos* (OM Lv 28), não se dispondo de qualquer título em OM Lv 26. As restantes unidades de instalação apresentam títulos nos frontispícios com bastante consistência, onde se verifica uma abordagem formular na intitulação (Objeto de registo > entidade a quem respeita o registo > período de gestão (abadessado) > responsabilidade de registo (escrivã)). Por exemplo, o segmento inicial *Liuro de receita e despesa de toda as rendas* (OM Livs. 14, 16; sublinhado nosso), corrigido depois para *todas* (OM Liv. 18). O segmento *de toda[s] as rendas* encontra-se omissa em OM Livs. 19-21, com diferenças na ortografia (*receyta* em OM Liv. 20) e em número (*receitas e despesas* em OM Liv. 21). Verifica-se, também, a omissão de tipologia de unidade de instalação em contexto de início o título (OM Liv. 15) e a modificação em algumas unidades de instalação para *Contas da Receita e Despesa* (OM Livs. 22-24) e *Caderno de Receita e Despesa/Despesa* (OM Livs. 27, 29), idêntico ao título constante em F3. O segmento referente à entidade a quem o registo diz respeito apresenta pouca variação, exceto no que diz respeito à ortografia (*Encarnação* OM Livs. 15, 19, 20, 24, 27, 29, por *Encarnaçãõ/Encarnação* OM Livs. 16, 18, 21-23, também *Encarnaçam* OM Livs. 14), modificação em *Mosteiro* (OM Liv. 15) por *Conuento/Convento* (OM Livs. 14, 16, 18-24, 27, 29) e inserção de *Conuento de S[anta] Clara de N[ossa] S[enhora] da Encarnaçãõ* (OM Livs. 16, 18, sublinhado nosso). O segmento seguinte, que corresponde ao período de gestão, encontra-se expresso de duas formas: pela indicação cronológica do período e/ou pela indicação da responsável que exerceu o abadessado. Os códices mais antigos apresentam nos seus frontispícios, alguns dos quais magnificamente decorados com motivos vegetais, de forma mais ou menos similar, a referência ao período do abadessado e responsável do registo, como em *os três ãnos do abbadessado da R[everenda] M[adre] Clara de S[ão] Bernardo que comessaram em 14 de ag[osto] de 1669 uigaira a m[adre] Theodora de Yesus. Escriuam a m[adre] Catherina da yncarnacam* (OM Liv. 14); *seruindo de Abb[adessa] nelle este Triannio que começou em 22 de Setembro de 1687: e acabou em outro tal dia do Anno d[e] 1690: a R[everenda] M[adre] Dona Maria do lado, e Vig[ari]a a R[everen]da M[adre] D[ona] Phellipa da Emcarnação, e de Escriuã, a R[everen]da M[adre] Phellipa de S[ao] Joãõ* (OM Liv. 16); *seruindo de Abb[adessa] este trienio que Comesou em 21 de Set[bem]r[o] de 1708 athe 21 de Set[bem]r[o] de 1711 a R[everenda] M[adre] Dona Mariana de S[ão] Bernardo e de Escriuã a M[adre] Mariana de S[anta] Tereza* (OM Liv. 18); *DO TRIENIO EM QUE FOI ABbadeça a muito R[everenda]*

M[adre] D^a Dona Luiza dos Cherobins e E foi sua escrivam a M[adre] Maria da esperança Que principiou em 21 de Setembro de 1717 E findou em outro tal dia e mês do Anno de 1729 (OM Liv. 19); do tempo do Abadessado da R[everen]da M[aria] Fran[cisca] de S[anto] And[ré?] sendo escrivaã a m[adre] An[tónia] Franc[isca] da Graça principiado em 5 de janeiro de 1728 (OM Liv. 20); sendo A[bbadessa] R[everenda] M[adre] D[ona] Thereza Jozepha de S[anta] Maria escrivaã A R[everenda] M[adre] D[ona] Maria do Monte Olivete. Principiado em 6 de Janeiro de 1734 (OM Liv. 21); sendo Abbadeça a Muito R[everenda] M[adre] D[ona] Luiza Joanna da Resurreiçãõ. Escrivã A R[everenda] M[adre] D[ona] Mariana Cordulla da Vitoria Este Segundo anno de seu Abbadesado de 1741 (OM Liv. 22); sendo Abbadeça A Muito Reuerenda Madre D. Thereza Josefa de Santa Maria Escrivaã A reverenda Maria Angellica de Nazareth que he O de 1743 (OM Liv. 23); e Sendo Abb[adeça] a M[uito] R[everenda] M[adre] D[ona] Laureañã Luiza da Natividade. Escrivã A R[everenda] D[ona] Ursula Leonor da Estrella. No 1.º Anno. De 1767. E nos dous Seg[uintes] de 1768 e 69, a A R[everenda] D[ona] Antonia de S[anta] Rita (OM Liv. 24). Excetuam-se, neste caso, OM Liv. 27, por repartir o segmento período de gestão (abadessado) no contexto antes e depois da entidade a quem respeita o registo, e OM Liv. 29, por omitir o nome das responsáveis durante o exercício do abadessado.

CNSEF Liv. 30 – Os títulos constantes da unidade de instalação em OM e do instrumento de acesso à informação F₃ partilham o segmento *Livro 1.º Das quitasons*, com ortografia atualizada para *quitações*, palavras extraídas do frontispício de OM, omitindo, porém, os restantes elementos constantes do título, *i. e., deste Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Encarnação Que teue principio no Anno de 1801 Sendo Abb[adessa] a M[uito] R[everenda] M[adre] D[ona] Leonor Luiza da Pureza Escrivan Soror Thomazia Delfina de Cantuaria.*

CNSEF Liv. 31 – O título extraído da capa de OM apresenta-se em F₃ como *Recolhidas (L[ivro] da relação das)*. Porém o título constante em OM indica *Relação das recolhidas no supprimido Convento da Encarnação*, de modo que esta unidade se encontra relacionada de forma espúria ao fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, situação idêntica identificada *supra* sob a epígrafe **CNSEF Livs. 4-5 e 11-13**.

CNSEF Liv. 32 – O título extraído da capa de OM apresenta-se em F₃ como *Rendimentos (Caderno dos)*. Porém o título constante em OM indica diversos títulos como *Conta dos rendimentos da fazenda sita na Caldeira Freguezia de Camar[a] de Lobos, discripção das fazendas do Convento de N[ossa] S[e]n[ho]r[a] da Incarnação e bocado de terra que [en]tregou o Doutor Trindade.*

CNSEF Liv. 33 – O título constante em F₃, *Rol de recibos e contas*, encontra-se ausente em OM.

CNSEF Liv. 35 – O título extraído da capa de **O_M** apresenta-se em **F₃** como *Titulos (Livro com diversos)*. Porém o título constante em **O_M** indica no frontispício como *Conta da fabrica e Foros*, datado de 1655-1675, omissos em **F₃**.

3.2.3. *Representação estemática (constitutio stemmatis)*

O fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, repartido entre o ANTT e o ABM, que corresponde a casos extremos, dispõe de uma tradição de instrumentos de acesso à informação produzidos entre 1894 e as versões que estão em linha na Internet. Os processos de análise genológico-documental e de *collatio* permitiram traçar os vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação associados à tradição de representação da informação deste fundo em particular, de modo a poder percecionarem-se os mecanismos de transmissão a partir de uma representação estemática. Atendendo que o fundo se encontra repartido entre entidades custodiantes, a sua estrutura e organicidade original (representadas como **Ω**) foram erodidas a partir do momento em que o conjunto documental transitou para diversas entidades custodiantes sucessoras. Isto pressupõe a necessidade de delimitar-se a presença de arquétipos e subarquétipos, que emergiram a partir dos traços constantes dos originais e dos instrumentos de acesso à informação analisados, os quais são caracterizados a seguir:

- ω arquétipo que corresponde hipoteticamente a instrumento(s) de acesso à informação que terá/terão sido produzido(s) antes (em contexto de Convento de Nossa Senhora da Encarnação) ou depois (em contexto de Repartição da Fazenda do Funchal) de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865). Elementos mnemotécnicos (cota, tipologia de encadernação, etc.) que constam nos originais são visíveis nos frontispícios e *incipits* (cf. **CNSEF O_L** livs. 1-9, 10-19, 21-22, 24-29, 30-48; **O_M** livs. 1-2, 7-8, 14, 16-19) e nas capas e lombadas (cf. **CNSEF O_L** livs. 7, 18, 29, 47; **O_M** livs. 1-6, 10, 12-13, 15-31-32), apesar de se terem perdido tais elementos com a reencadernação de algumas unidades (cf. **CNSEF O_M** livs. 7, 18) e fragmentariedade de alguns exemplares (cf. **CNSEF O_M** livs. 21, 34). Estes elementos mnemotécnicos terão servido para auxiliar à identificação e recuperação de informação. Uma vez que **O_L** deu entrada no ANTT a 21 de junho de 1894, como constante de **L₁**, crê-se que o conjunto documental remanescente, **O_M**, ou terá entrado na Repartição da Fazenda do Funchal depois de 1899 e antes de 1906 ou a documentação deste convento recebeu outra localização no(s) depósito(s) de arquivo da Repartição da Fazenda do Funchal, tendo eventualmente escapado à inventariação feita por Roberto Augusto da Costa Campos, em 1894.
- φ arquétipo que corresponde hipoteticamente ao conjunto de unidades de instalação procedentes da Repartição da Fazenda do Funchal, que entrou como parte integrante, mas espúria, do fundo **O_M**, designadamente **O_M** livs. 4-5, 11-13 e 31. A relação entre ω e φ decorre do facto de as unidades de instalação do Convento de Nossa Senhora da Encarnação terem coexistido com

as produzidas pela Repartição da Fazenda do Funchal sobre este cenóbio feminino. Φ , por seu turno, corresponde hipoteticamente ao fundo (e produtor) *Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal*.

β subarquétipo respeitante ao instrumento de acesso à informação eletrónico do sistema de informação de arquivo CALMTM, conforme indicado por H_2 , mantendo este vínculo com L_7 por via do *DigitArq* e do *Portal Português de Arquivos*.

É perceptível que, através da representação estemática da Figura 35 *infra*, as entidades custodiantes não procuraram realizar qualquer representação reunificada do fundo num instrumento de acesso. Por exemplo, os instrumentos de acesso à informação associados ao subarquétipo β não estabelecem relação completiva ao nível do metadado “Unidades de descrição relacionadas” com o fundo descrito em F_3 e no guia de fundos do Arquivo Regional da Madeira (1997).

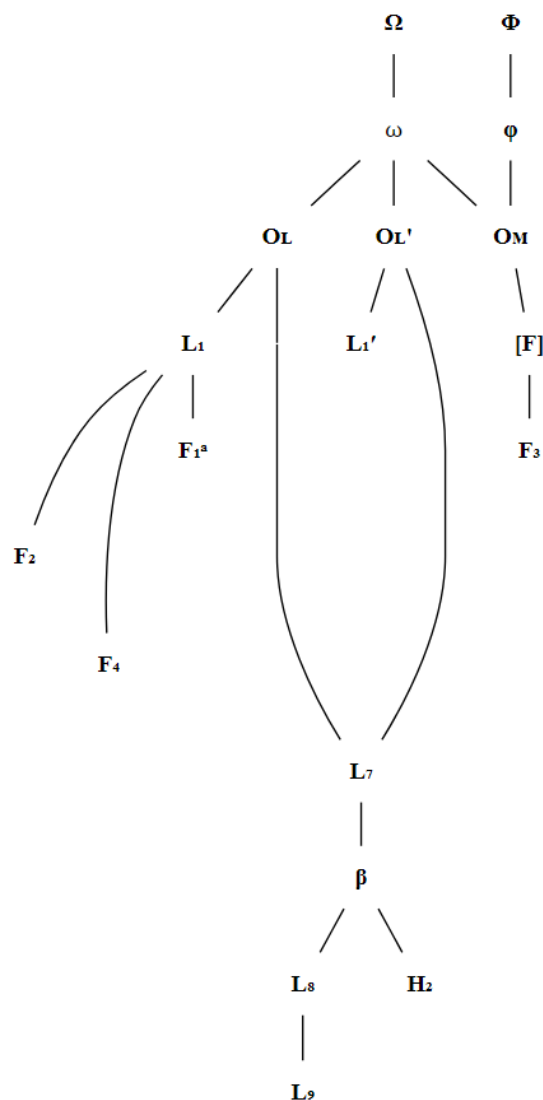


Figura 35 – Representação estemática da tradição de instrumentos de acesso à informação referentes à CNSEF.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da investigação. Conjunto de dados em <<https://osf.io/5sqr/>>.

Tivemos, além disto, de reconhecer que alguns dos originais foram reconduzidos de um fundo para outro, como foi o caso do *Convento de Santa Clara do Funchal* (**O_L'** livs. 103, 109) e do instrumento de acesso à informação que o representou (**L₁'**), para serem incluídos em **L₇** livs. 47-48.

Está patente em alguns testemunhos (**F₁^a**, **F₂**, **F₄**) o interesse que as entidades insulares manifestaram no fundo custodiado pelo ANTT, não só na produção de instrumentos de acesso à informação de diversa tipologia genológica, mas também na produção de representações substitutas (micrografias e digitalizações). É notório o esforço que o ANTT realizou sobre o fundo em análise, em termos de descrição, digitalização e conservação/restauro – intervenções que não derivam da anuência das comunidades reivindicantes a estas ações feitas pela entidade custodiante, por terem sido divulgadas por esta em contexto *ex post facto* – em oposição à inexistência de instrumentos de acesso à informação atualizados e de representações substitutas em torno do conjunto documental sob custódia do ABM. Ainda que se dispusesse, por hipótese, de representações digitais sobre o fundo repartido entre o ANTT e o ABM, até que ponto tais representações resultariam num instrumento de acesso à informação semântica e tecnicamente reunificado? O que é possível depreender a partir do estema *supra* consiste no facto de as entidades custodiantes terem feito prevalecer a *sua* representação do fundo, como uma mera lista de ativos patrimoniais.

Conforme exposto, a genealogia de instrumentos de acesso à informação, que representam o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, permite tecer algumas conclusões:

- Os originais (**O_L** e **O_M**), acessíveis, respetivamente, por via digital em **L₈** e por via presencial no ABM, apontam para a existência dos arquétipos, ω e φ , constantes dos elementos mnemotécnicos existentes nos frontispícios, nas capas e nas lombadas das unidades de instalação.
- Se em **L₇** temos evidências da recondução de unidades de instalação incorretamente integradas no fundo *Convento de Santa Clara do Funchal* (**O_L'**), em **O_M** persiste a contaminação do fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* com unidades de instalação produzidas pela *Repartição da Fazenda do Funchal*. Tal confusão encontra-se patente em **L₁**, onde se faz nota a 17 de maio de 1899 da discrepância no cômputo global de livros, contado 46 no lugar de 48 unidades de instalação.
- Verifica-se que os instrumentos de acesso à informação mais recentes (*u. g.*, família **β** e **F₃**) não reutilizaram denominações antecessoras das unidades de instalação dentro da tradição de representação de arquivos pelas entidades custodiantes, tanto dos originais como dos instrumentos de acesso à informação anteriores.
- Os sub-ramos **F_{1a}** e **F₂** correspondem às versões mais próximas de **L₁**, contendo estas informações sobre microfilmagem, que terá originado **F₄**. A natureza genérica dos títulos levou a que estes instrumentos de acesso à informação tivessem sido abandonados.

- Assiste-se nos instrumentos de acesso à informação de ambas as tradições (**O_L** e **O_M**) a uma diminuição do número de palavras adotadas para título de unidade de instalação/série documental, como a Tabela 14 permite dilucidar.

Tabela 14 – Número de palavras dos títulos das unidades de instalação

#	O _L	L ₁	F _{1a}	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂	O _M	F ₃
1	16	6	6	6	13	3	5	5	5	20	5
2	95	9	8	8	18	1	3	3	3	12	10
3	50	10	6	5	16	6	3	3	4	9	4
4	3	5	5	5	15	6	7	7	8	68	9
5	26	5	5	5	15	3	7	7	8	57	10
6	105	13	13	12	11	3	3	3	3	12	4
7	40	6	6	6	12	6	3	3	4	20	13
8	19	6	5	6	12	6	5	5	4	50	7
9	66	6	6	7	14	3	5	5	6	3	5
10	51	6	6	7	14	3	5	5	6	10	5
11	82	6	6	7	14	3	5	5	6	41	3
12	86	6	6	7	14	3	5	5	6	64	9
13	24	6	6	7	14	3	5	5	6	18	11
14	24	6	6	7	14	3	5	5	6	48	5
15	70	6	6	7	14	3	5	5	6	72	5
16	23	6	6	7	14	3	5	5	6	70	5
17	21	6	6	7	14	3	5	5	6	16	5
18	30	6	6	7	14	3	5	5	6	55	5
19	19	6	6	7	14	3	5	5	6	57	5
20	20	6	6	7	14	3	5	5	6	38	5
21	25	6	6	7	14	3	5	5	6	38	5
22	27	6	6	7	14	3	5	5	6	40	5
23	1	6	6	7	14	3	5	5	6	36	5
24	19	6	6	7	14	3	5	5	6	52	5

#	O _L	L ₁	F _{1a}	F ₂	F ₄	L ₇	L ₈	L ₉	H ₂	O _M	F ₃
25	19	6	6	7	14	3	5	5	6	41	5
26	19	6	6	7	14	3	5	5	6	0	5
27	19	6	6	7	14	3	5	5	6	30	4
28	19	6	6	7	14	3	5	5	6	15	5
29	16	6	6	7	14	3	5	5	6	21	4
30	54	4	6	4	11	3	5	5	6	35	4
31	36	4	6	4	11	1	3	3	11	8	5
32	12	4	6	4	11	1	3	3	4	64	3
33	18	4	6	4	11	1	3	3	11	0	5
34	23	4	6	4	11	1	3	3	4	15	3
35	24	4	6	4	11	1	3	3	4	6	4
36	25	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
37	23	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
38	51	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
39	15	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
40	12	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
41	18	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
42	27	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
43	26	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
44	25	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
45	26	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
46	24	4	6	4	11	1	3	3	4	—	—
47	30	4	6	4	—	3	10	10	4	—	—
48	36	4	6	4	—	—	10	10	4	—	—

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da investigação.

- Não se encontraram evidências nos instrumentos de acesso à informação emanados pelas entidades custodiantes, produzidos em diversos períodos, que apontem para mecanismos de representação reunificada do conjunto documental.

Até aqui, percebe-se um conjunto de fatores contingentes, que terão influenciado nas estratégias de representação deste fundo a servir de caso extremo: enquanto o ANTT se reapropria do conjunto documental analisado através de ações de (re)descrição, digitalização e intervenções na conservação, proporcionando o acesso integral ao fundo por meios digitais (cerca de 6118 representações digitais), temos o ABM que não só não possui um instrumento de acesso à informação atualizado como também não disponibiliza qualquer representação digital do conjunto documental sob a sua

custódia. Esta situação constitui um factor limitador em prol de uma representação reunificada do conjunto documental. Se, por um lado, existem motivos de ordem político-ideológicos, que limitam a estratégia de reunificação do fundo, o recurso às garantias literárias para a descrição arquivística, por outro, revelou que estas são falíveis, *i. e.*, a adequação dos instrumentos de acesso à informação às normas de descrição arquivística não garante por si um nível de interoperabilidade semântica que suporte, dentro de critérios científicos, representações organicamente reunificadas. A evidência mais clara consiste no facto de a família de instrumentos de acesso à informação β não estabelecer uma relação completiva com o conjunto documental sob custódia do ABM. Acresce a isto o facto de o ANTT não ter assinalado a existência de lacunas temporais no quadro de classificação deste grupo de instrumentos de acesso à informação, transmitindo uma falsa percepção de completude do fundo sob a sua custódia ao consulente. Embora o processo de incorporação, feito em 1894 pelo ANTT e em 1937 pelo ADF, aponte para um acervo que se encontraria fisicamente disperso no Funchal, não dispomos, ainda, de evidências que apontem para uma seleção prévia, por parte da Repartição da Fazenda do Funchal, das unidades documentais que suportariam a liquidação da entidade conventual nem de eliminações.

Os instrumentos de acesso à informação, tanto da tradição de O_L como de O_M , não tiveram como propósito realizar uma representação tecnicamente reunificada do fundo. Pelo contrário, as entidades custodiantes serviram-se destes *instrumenta* para representar uma lista de ativos patrimoniais que se encontram sob a sua custódia.

3.3. Discussão

Este capítulo realizou uma análise de rastreamento processual de um caso crítico e de um caso extremo, como proposto por Blatter e Haverland (2014). Esta estratégia de análise deriva da transposição da etapa de abdução/redescrição teórica de Danermark *et al.* (2005), que incide na exploração da camada ontológica que se situa entre o domínio do empírico e o domínio do atual, segundo Bhaskar (1975, 1979, 1989, 2013).

Como corolário da análise covariacional (cf. capítulo anterior), escolhemos como caso crítico o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*, na custódia do ANTT, e como casos extremos o *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, repartido entre o ANTT e o ABM. Desta forma, o objetivo do estudo de rastreamento processual visou analisar e comparar os instrumentos de acesso à informação que descreveram a amostra selecionada, a partir da exploração de possíveis vínculos “genealógicos” entre instrumentos de acesso à informação que representaram cada um dos casos.

Para o exercício de redescrição teórica, recorreremos ao método estemático, utilizado no âmbito disciplinar da Crítica Textual – amparando-nos em MacNeil (2005, 2008, 2017, 2019) sobre a comparação desta disciplina com a Arquivística – como estratégia de análise em torno das representações atribuídas pelas entidades custodiantes do ponto de vista evolutivo. No entanto, a comparabilidade e validação externa dos dados na revisão de literatura decorrentes desta etapa são relativamente diminutas, porque não são conhecidos estudos que se tenham versado, em específico, na análise de rastreamento processual com recurso à Estemática. A literatura sobre representação da informação arquivística no domínio da Organização do Conhecimento cingiu-se em tecer interrelações epistemológicas e conceptuais que pouco esclarecem sobre a natureza particular dos arquivos deslocados e das suas representações em instrumentos de acesso à informação. A discussão que se pretende realizar consiste em relacionar conceptualmente elementos que são teoricamente relevantes para a compreensão do fenómeno de interesse deste estudo a partir de aspetos identificados na revisão de literatura.

Para poder-se determinar como estes vínculos “genealógicos” se manifestam, não basta dispor de *corpora* diacrónicos, constituídos, entretanto na composição da amostra no curso da análise covariacional, mas em identificar mecanismos de transmissão subjacentes na tradição de representação de unidades documentais nos instrumentos de acesso à informação. A Estemática, como teoria e método de prospeção e de análise que melhor materializa os propósitos de análise de rastreamento processual, fez emergir, em ambos os casos analisados, aspetos importantes que permitem explicar causalmente não só processos evolutivos subjacentes à representação da informação em instrumentos de acesso à informação mas também determinados mecanismos representacionais, que permitem explicar a razão por que os conjuntos documentais integrantes da amostra se relacionam com o fenómeno dos arquivos deslocados.

Desta forma, como não se pretende realizar a reconstrução de um instrumento de acesso à informação original que não existe, o método estemático, através da fase de *recensio*, permitiu alcançar uma hipótese de representação abstrata, o estema, para cada um dos casos integrantes da amostra. De igual forma não procurámos concretizar uma *collatio* com vista a uma *constitutio textus*, de modo a gerar um aparato crítico de variantes, pois não constituía o objetivo deste estudo. O exercício de *collatio* dos fundos integrantes da amostra permitiu clarificar, com um nível de detalhe bastante explícito, como os mecanismos de inserção, de modificação ou de adição nos diversos segmentos textuais do título permitem precisar materialmente manifestações destes processos de representação da informação. O propósito operacional do processo de *constitutio stemmatis* visa explicar causalmente em torno dos possíveis vínculos “genealógicos” entre os instrumentos de acesso à informação, partindo das evidências veiculadas por estes *instrumenta*. Consideramos que a estratégia de transposição da análise de rastreamento processual num estudo de casos múltiplos encontraria na Estemática a sua melhor expressão em termos de força explanatória.

Para melhor exprimir essa relação, focámo-nos nos elementos mais visíveis dos instrumentos de acesso à informação compulsados, designadamente o metadado título, complementado com metainformações de datas extremas e de cota, com enfoque para descrições de nível de unidade de instalação extraídos a partir de cada um dos casos integrantes da amostra. O processo de colação permitiu identificar precisamente processos subjacentes em torno da construção de denominações atribuídas às unidades documentais, designadamente a partir do metadado título, assinalando inserções, eliminações ou interpolações em determinados segmentos textuais (*loci critici*) e que são plausivelmente significativos para uma explanação causal em torno dos processos de representação. Deste modo, os resultados obtidos neste estágio de análise, que permitem responder à **QIG3**, apontam para diversos cenários, especialmente no que concerne ao facto de

- (a) as entidades custodiantes (ANTT e ABM) não só terem feito prevalecer os seus instrumentos de acesso à informação como também terem o poder de realizar quaisquer modificações, por vezes profundas em termos de físicos e intelectuais, nos conjuntos documentais sob a sua custódia; desta forma, as entidades custodiantes tendem a não reutilizar instrumentos de acesso à informação anteriores, sendo uma prática institucional omitir outras denominações atribuídas às unidades de instalação;
- (b) os instrumentos de acesso à informação e as representações substitutas dos artefactos informacionais, independentemente se em suporte analógico ou digital, dependerem dos poderes de mediação das entidades custodiantes (ANTT e ABM), que não só controlam o acesso aos conjuntos documentais mas que detém, também, o monopólio da sua reprodução e representação em instrumentos de acesso à informação;
- (c) a invocação de que os instrumentos de acesso à informação cumpriram com os requisitos constantes das garantias literárias para a descrição arquivística não significar que a representação do conjunto documental esteja apta a que se identifiquem outros do mesmo produtor potencialmente dispersos em outras entidades custodiantes.

Sobre cada um destes pontos, teceremos a seguir algumas considerações. No que diz respeito ao ponto (a), o método estemático fez emergir, de modo consistente com a análise de covariação (cf. 2.3), como os instrumentos de acesso à informação materializam decisões tomadas pelas entidades custodiantes, especialmente na omissão de outros *instrumenta* que descreveram conjuntos documentais do mesmo produtor na custódia de outras entidades. Indicámos atrás, a título de exemplo, como os inventários e catálogos que descreveram o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, especialmente aqueles que foram produzidos pelo ANTT, omitem a existência do mesmo conjunto documental descritos nos *instrumenta* emanados pelo ABM. De igual forma, o inventário L₆ do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* menciona o guia de fundos do ABM, quando neste instrumento não existem referências sobre este conjunto

documental, inferindo-se, por exclusão de partes, uma relação possível ao fundo *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* (Arquivo Regional da Madeira, 1997, pp. 53–55). Estes aspetos conferem com o que já tinha sido apontado na discussão de resultados da análise covariacional em alguns autores (Bastian, 2001; F. Ribeiro, 2006; Yeo, 2009), que não repetiremos aqui.

É através da análise estemática que se pôde detalhar como os mecanismos de representação de fundos se manifestam e que poderes causais e tendências são ativados. Para exemplificar, o conjunto de instrumentos de acesso à informação de cada uma das tradições de representação dos fundos selecionados para amostra oferecem diversas evidências sobre decisões que, em determinados momentos, as entidades custodiantes tiveram de intervir nos fundos, para modificar a sua ordem e, conseqüentemente, a sua identificação. Demonstrámos, por exemplo, como o fundo da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* só se constitui a partir do testemunho **L**₄, através da desagregação de 16 unidades de instalação extraídas da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*. No caso do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (ANTT), o testemunho **L**₇ indica que foram desagregadas duas unidades de instalação do fundo *Convento de Santa Clara do Funchal*, para serem integradas naquele (mais precisamente, Livs. 47 e 48). As motivações que terão estado na base desta reconfiguração na estrutura dos fundos poderão encontrar justificação no facto de a entidade custodiante ter pretendido delimitar um conjunto documental de uma entidade que não foi a sua produtora. Porém, trata-se de uma falha que tinha sido, entretanto, já identificada em **L**₁, mas que só mais de um século após (**L**₇) é que esta situação foi retificada. Embora esta estratégia adotada pela entidade arquivística possa ser consensualmente aceitável, tratou-se de uma decisão, ao que tudo indica, tomada internamente, decorrente de um mecanismo que emerge dos poderes da custódia institucional, sem evidências de que tal decisão tenha partido da comunidade reivindicante.

Numa análise mais granulada, ao termos incidido no metadado de título, pudemos verificar dois cenários diferentes que emergiram da amostra: por um lado, uma tendência em que os títulos das unidades de instalação se aproximam à denominação original constante dos artefactos informacionais (u. g., CFMPS **L**₆) e, por outro, uma simplificação da denominação do título, omitindo-se dados contidos no original (u. g., CNSEF **L**₈ e **F**₃). Além disto, verificaram-se modificações ao nível da denominação atribuída aos fundos. Por exemplo, o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* pode ser rastreado em relação ao fundo de onde proveio, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, mas o mesmo não é possível realizar em relação à *Repartição da Fazenda do Funchal*. A colação permitiu estabelecer relação não só as diversas denominações atribuídas às unidades de instalação através do metadado título como também nas cotas. Este exercício de triangulação interna possibilitou estabelecer com elevada fiabilidade diversos instrumentos de acesso à informação com diversas estratégias de disposição de conteúdo que representaram cada um dos conjuntos documentais analisados. De modo mais preciso, os testemunhos sucessores de

L₂^a e L₂^b omitem, ao que tudo indica, a relação entre o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* e a listagem que descreveu o fundo *Repartição da Fazenda do Funchal* (representada na Figura 33 como arquétipo α). Esta leitura emerge da análise estemática, que possibilitou identificar estratégias que podemos considerar “anarquívicas”, que decorrem da omissão das denominações originalmente atribuídas aos conjuntos documentais e que tendem a não ser herdadas pelos instrumentos de acesso à informação sucessores.

Estes dados parecem convergir com as estratégias “anarquívicas” de representação da informação analisadas na revisão de literatura (cf. 3.3.3.1 da Parte I). Tais estratégias tinham como efeito o apagamento ou o obscurecimento dos traços que vinculavam os fundos aos *instrumenta* anteriores. Tais efeitos parecem sugerir que as entidades custodiantes adaptam os seus cânones arquivísticos institucionais através da reconfiguração das descrições arquivísticas. Para que isto se torne possível, o mecanismo de reapropriação dos conjuntos documentais tende a obliterar evidências que vinculavam os conjuntos documentais a outros *instrumenta* de descrição documental, que perfilharam outros modelos de representação da informação arquivística. Este aspeto aproxima-se ao *Appropriated Archive Continuum Model* de Frings-Hessami, sugerindo, para o caso dos *migrated archives*, que “the transfer of the records to London could be viewed as an appropriation of records that belonged to the former colonies by the imperial government” (2019b, p. 58). O que esta perspetiva não esclarece é até que ponto a custódia arquivística pode exercer ou não poder causal sobre como as representações dos arquivos removidos dos seus contextos sociais e territoriais originários (as-septicamente denominado como “transferências”) em instrumentos de acesso à informação esclarecem ou obscurecem a sua proveniência. Exemplo deste tipo de práticas “anarquívicas” encontramos em Sela (2018a; 2018b), sobre a forma como as autoridades militares israelitas se reapropriaram dos conjuntos documentais das comunidades palestinianas representando os conjuntos documentais confiscados de acordo com a sua hermenêutica sionista, especialmente como uma estratégia de exercer “ownership over the material” (Sela, 2018b, p. 2). Outro aspecto que se encontra corroborado na literatura consiste nas modificações profundas na estrutura documental do fundo realizadas pelas entidades custodiantes, resultante de um processo de mediação arquivística que tende a destruir as evidências anteriores da representação da organicidade e integridade do conjunto documental (Caswell, 2012; Frings-Hessami, 2019a, 2019b). Embora nos casos analisados não se tenha verificado a presença de estratégias de representação eufemística em instrumentos de acesso, como os casos estudados por Montgomery (2001), por Caswell (2009, 2012) e por Frings-Hessami (2019a), nem de casos de modificação da denominação²⁶⁹ das entidades custodiantes (Balcells, 2014; Grimsted, 2010b), podemos questionar acerca da acessibilidade das descrições realizadas

²⁶⁹ Não podemos considerar como representação eufemica a alteração de denominações de, por exemplo, do ABM (atualmente Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira), que anteriormente tem sido designado por Arquivo Regional da Madeira e por Arquivo Distrital do Funchal, porque tais alterações não obscurecem a natureza da entidade custodiante. Há, no entanto, a prevalência da confusão de contextos de aquisição de conjuntos documentais realizados pelo Arquivo Distrital do Funchal apresentado-os anacronicamente como tendo sido realizados pelo Arquivo Regional da Madeira por parte da entidade custodiante. Sobre isto, cf. *supra* notas 133 e 144.

pelo ANTT e pelo ABM sobre os fundos objeto de disputa deste estudo. Ao que tudo parece indicar, as comunidades reivindicantes não tiveram qualquer participação na construção de instrumentos de acesso à informação veiculados por aquelas entidades arquivísticas²⁷⁰.

Esta asserção emergiu de forma expressiva da análise estemática, pois possibilitou perscrutar como os processos “meta-arquivísticos”, materializados em instrumentos de acesso à informação e nas garantias literárias que orientam a descrição arquivística, derivam dos poderes “arqui-arquivísticos” das entidades custodiantes, ainda que nestes processos se verifiquem manifestações de representações “anarquívicas”. A título de exemplo, durante o processo de colação, foi possível observar como os títulos atribuídos às unidades de instalação do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*, através do testemunho **L₆** (cf. Quadro 36), correspondiam *ipsis uerbis* em relação às denominações constantes do original **O_L** (cf. Quadro 30). Esta abordagem do ANTT é consistente com as normas de descrição arquivística que consideram que “quando a unidade de instalação apresenta um título formal, que se reporta, de forma fidedigna, ao conjunto da documentação que a constitui, deve optar-se pelo título formal” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 40). No entanto, tal estratégia, embora não sendo um requisito obrigatório, não deixou de gerar uma representação “anarquívica”, uma vez que a entidade custodiante tende a omitir outras denominações presentes em outros instrumentos de acesso à informação que integravam a tradição de representação deste fundo em particular. Em sentido inverso, diversos instrumentos de acesso à informação que representaram o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, tanto pelo ANTT como pelo ABM, não se basearam na informação constante das unidades de instalação, que não deixa de ser, também, uma estratégia “anarquívica”. Desta forma, podemos notar como estas forças destrutivas da representação da informação em instrumentos de acesso à informação tendem a gerar diversas dinâmicas de obscurecimento acerca da existência de outros *instrumenta* que fazem parte da tradição de representação de um fundo de um mesmo organismo produtor. Embora as garantias literárias para a descrição arquivística portuguesas não apresentem recomendações específicas para conjuntos documentais cujas unidades de instalação do mesmo produtor se encontrem dispersos entre entidades custodiantes, que metainformação e quais os requisitos possibilitariam concretizar uma representação reunificada de fundos do mesmo produtor dispersos entre entidades arquivísticas?

No que diz respeito ao ponto (b), foi possível verificar que as representações substitutas dos artefactos informacionais dependem dos poderes de mediação da informação das entidades custodiantes. As evidências que suportam esta leitura podem ser verificadas em instrumentos de acesso à informação eletrónicos, *i. e.*, **L₆** (*Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*) e **L₈** (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*) relativo aos fundos custodiados pelo

²⁷⁰ Apesar de os fundos madeirenses no ANTT terem sido descritos e organizados por indivíduos naturais (ou com vínculos familiares) da ilha da Madeira, como Roberto Augusto da Costa Campos e Maria do Carmo Jasmims Dias Farinha, estes *instrumenta* foram concedidos dentro do quadro institucional do ANTT.

ANTT. Estes testemunhos disponibilizam representações digitais que designámos como **O_L** para cada um dos fundos (CFMPS e CNSEF). No caso do ABM, como já referimos, não se dispõe de representações digitais relativos ao fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, exceto os instrumentos de acesso à informação digitalizados (cf. **F₂** e **F₃**). Pudemos verificar, no entanto, que os títulos extraídos das unidades de instalação nem sempre surgem representados nos artefactos digitais disponibilizados pela entidade custodiante. Por exemplo, as representações digitais das lombadas de onde se extraíram informação para servir de título do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* (u. g., Liv. 3) não foram produzidas pela entidade custodiante (ANTT), levando o utilizador a ter de “confiar” nas descrições estipuladas por esta entidade nos metadados descritivos das bases de dados disponibilizadas.

Na revisão de literatura, foi possível perceber que a produção de substitutos (micrografias e digitalizações) tem sido um dos mecanismos adotados pelas entidades arquivísticas não só para a resolução dos conflitos de custódia (Auer, 1998) mas também como forma de revitalização de práticas culturais em situação de vulnerabilidade (Kahunde, 2012; Treloyn *et al.*, 2016). Para Wood *et al.* (2014), a restituição dos arquivos às comunidades originárias pode não ser desejável especialmente quando estas comunidades não dispõem de meios que lhes permita assegurar a sua conservação a longo prazo. Contudo, estudos há que não deixaram de realçar para os riscos relativos não só à obsolescência das representações substitutas (Niles, 2012) mas também a problemas de ordem ética e moral na sua produção (Agostinho, 2019; Danielson, 2013; Lovering, 2009). Quando as entidades custodiantes recorrem às novas tecnologias para reapropriar-se e disseminar conjuntos documentais sem o consentimento ou participação das comunidades reivindicantes, ignorando os seus direitos e garantias culturais (Crouch, 2010), existem riscos de as representações de arquivos em ambiente digital ou disseminados por outros meios acentuarem fracturas históricas derivadas, por exemplo, do conflito armado (Pennell, 2019) e/ou do colonialismo (Agostinho, 2019), quando muito estas abordagens não são proporcionalmente ajustadas aos níveis de literacia das comunidades reivindicantes (Agostinho, 2019; Frings-Hessami, 2019a). Diversos estudos que se versaram nas estratégias de repatriação digital às comunidades desapossadas, designadamente às comunidades indígenas, apontaram para a importância da participação destas na construção de protocolos de mediação cultural, em que são estas comunidades que estabelecem os critérios de acessibilidade aos bens arquivísticos e de representação “descolonizada” nos instrumentos de acesso à informação (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019; Boserup, 2005; Christen, 2011; Gibson, 2019; Kamba & Mazikana, 1988; Kimberly, 2019; Niessen, 2018; Patkus, 2005; Treloyn & Emberly, 2013). Apesar de coexistirem percepções díspares sobre o lugar das novas tecnologias para veicular o acesso aos fundos removidos dos contextos originários na custódia de outras entidades, a presente investigação questiona até que ponto o acesso digital empodera as comunidades reivindicantes e se a produção de substitutos (microfilmes/digitalizações) pode constituir-se como um meio fungível à não restituição dos artefactos informacionais (Frick, 2015; Kahunde, 2012; Karabinos, 2013,

2015; Montgomery, 2013; T. Peterson, 2000; Winn, 2015). Ora, no presente caso, de facto, o ANTT tem realizado um esforço institucional ao mobilizar recursos internos para providenciar o acesso aos fundos reclamados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Este tipo de esforço não foi, contudo, realizado, até à data, pelo ABM, não por não dispor de recursos para poder concretizá-lo, mas por motivos que aventamos ser de natureza política. De acordo com as representações estemáticas (*i. e.*, Figura 33 e Figura 35), os instrumentos de acesso eletrónicos apenas veiculam a visão de que a função destes *instrumenta* consiste numa lista de ativos patrimoniais, transmitindo ao utilizador uma falsa perceção de integridade em torno do fundo documental representado. Há, no entanto, que ter presente que a disseminação de fundos madeirenses digitalizados pelo ANTT não constitui um projeto pontual e isolado para satisfazer uma exigência particular. Pelo contrário, devemos questionar até que ponto esta estratégia de difusão de instrumentos de acesso à informação do ANTT sugere uma espécie de legitimação do seu cânone arquivístico institucional, desta vez, veiculada através das novas tecnologias de informação, que se encontram também na custódia desta entidade. Este aspeto é crítico dado que esta entidade detém não só o monopólio da custódia arquivística relativo ao conjunto de fundos reclamados como também dos mecanismos que esta aloca para os representar em ambiente virtual. Se no passado têm sido produzidas micrografias (ainda que incompletas) e, atualmente, digitalizações e com acessos via *web* dos fundos objeto de disputa, poderão estes processos de contencioso arquivístico ficar verdadeiramente fechados com as comunidades reivindicantes a partir do momento em que novos futuros tecnológicos emergirem, ditando a obsolescência e descontinuidade daqueles?

O que a análise Estemática – onde o estema constitui um tipo de representação abstrata que melhor exprime a configuração dos mecanismos e estruturas através dos quais os poderes causais (*i. e.*, representação da informação arquivística) emergem – permitiu delimitar é o problema da reunificação (termo constante do título deste estudo). Este aspeto reforça a discussão entretanto já lançada no subcapítulo anterior (cf. 2.3). A necessidade de reunificação emerge mais nitidamente a partir do caso extremo, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, onde é possível perceber no estema (cf. Figura 35) que as representações deste fundo divergiram consideravelmente em relação ao fundo que, possivelmente, se encontrava originalmente reunificado em Ω . Este aspeto concita uma reflexão sobre o ponto (*c*), relativamente às potencialidades e limitações das garantias literárias para a descrição arquivística na representação de arquivos que se encontram deslocados, atrás apontados. Apesar de as garantias literárias para a normalização da descrição arquivística em ambiente *web*, como o *.ead* (*encoded archival description*) terem sido concebidas com o propósito de potenciar uma representação reunificada de conjuntos documentais dispersos entre entidades custodiantes, como assinalado por Pitti (1997) e frisado por Punzalan (2014a), verificamos que estas normas não propiciam este cenário de reunificação virtual, uma vez que não é um processo que possa ser alcançado de modo automático. Já dissemos que o *Portal Português de*

Arquivos, cumprindo com os requisitos apontados pelas garantias literárias para a descrição arquivística e servindo como agregador de conteúdos, não apresenta evidências que permitam perceber de que existem representações reunificadas (digital e/ou fisicamente) dos fundos na condição de deslocados, já que os instrumentos de acesso à informação de base não se encontram concebidos de modo a potenciar tal reunificação. De acordo com Punzalan, uma representação de um fundo digitalmente reunificado implicaria, como discutido anteriormente, “complex negotiation among owning institutions, and it can only proceed through inter-institutional collaboration” (2014a, p. 299). Este nível de negociação pode incidir não só em esquemas de representação da informação do ponto de vista técnico mas também do ponto de vista semântico. Se este problema não se colocar, por exemplo, ao caso do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*, pelo menos exigiria este nível de negociação para o caso do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*. Neste último caso, é possível verificar que os conjuntos documentais, embora dispersos, não sofreram uma profunda modificação na denominação atribuída, exceto na recondução de duas unidades de instalação oriundas do *Convento de Santa Clara do Funchal*. O único obstáculo que impede uma representação reunificada em ambiente virtual consiste no facto de o ABM não disponibilizar quer um instrumento de acesso à informação de acordo com as mais recentes convenções para a descrição arquivística quer representações digitais das unidades de instalação sob a sua custódia relativamente ao fundo homónimo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*. Além disto, assiste-se igualmente a um obscurecimento na forma como as entidades custodiantes representaram os fundos do mesmo produtor, designadamente ao não sinalizar lacunas que existem em determinadas séries documentais, de parte a parte, tanto nos *instrumenta* do ANTT, como nos do ABM. Ora, este conjunto de aspetos conferem elevado potencial epistemológico e metodológico à Estemática, enquanto método para a análise de rastreamento processual no quadro da representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação. Se, por um lado, esta abordagem permitiu observar como a evolução das representações da organização no conjunto de instrumentos de acesso à informação analisados pode constituir-se como um mecanismo de legitimação de cânones arquivísticos, vimos, também, por outro, o carácter instrumental das garantias literárias para a descrição arquivística e das novas tecnologias de informação como mecanismos de reapropriação dos artefactos informacionais, transmitindo, por vezes, ao utilizador uma falsa percepção de integridade, de organicidade e de proveniência em torno dos fundos disputados.

Apontaríamos, como possível cenário de reunificação (independentemente se física e/ou digital), a geração de um arquétipo concepturo – convencionemos, por exemplo, um \aleph (*aleph*) como a Figura *infra* sugere – para o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, que possibilite não só reconstituir a partir dos originais de \mathbf{OL} (incluindo \mathbf{OL}') com parte da família ω , presente em

O_M. O objetivo consiste não só em realizar uma representação da informação que melhor se aproxime da hipótese de configuração do fundo original (representado por Ω), como também preservar a tradição de representação deste conjunto documental ou fazer emergir dados e informações contidas nas unidades de instalação através de outros métodos, nem sempre observáveis do ponto de vista empírico. Teríamos que convir que seria epistemologicamente irrelevante conceber apenas representações reconstitutivas em instrumentos de acesso à informação com a pretensão de aproximarem-se o mais possível ao fundo original, considerando apenas as unidades de instalação subsistentes em cada uma das entidades custodiantes. O que as hipóteses de representação estemática respeitantes aos instrumentos de acesso à informação que descreveram os fundos integrantes da amostra indicam é que não se dispõe de uma única representação ou de uma representação supositivamente mais válida, mas de diversas representações da organicidade dos fundos sob disputa. Além disto, importa reconhecer que estas representações não capturam todas as características que não são passíveis de serem empiricamente percecionáveis em ambiente digital, mas que poderiam ser relevantes para a sua reconstituição, como, por exemplo, aspetos codicológicos e paleográficos respeitantes à dimensão material dos artefactos.

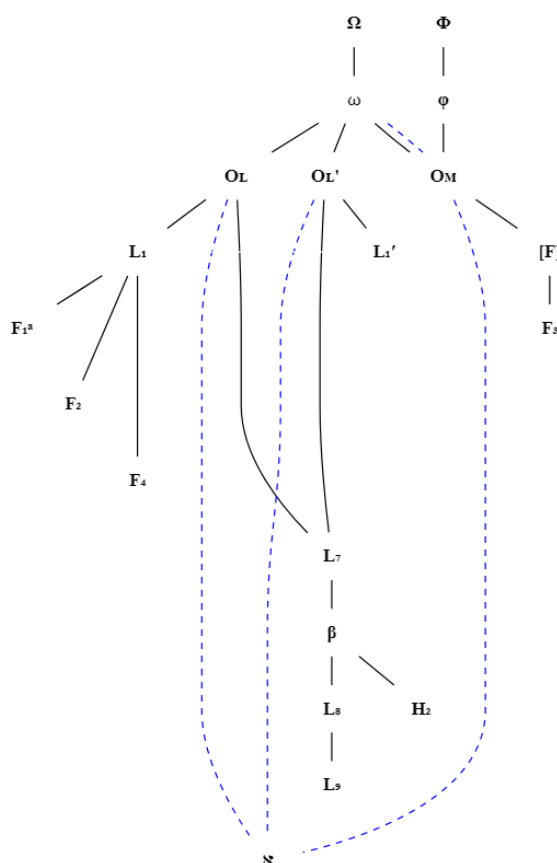


Gráfico 3 – Proposta de estema de representação reunificada de fundos a partir do arquétipo conceitual N.

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/dfm73/>>.

Não se pretende com isto sugerir que uma representação reunificada de um fundo, como o caso extremo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* ilustra, bastaria dispor, em ambiente digital, de uma harmonização técnica e semântica convencionada entre as entidades custodiantes. Pelo contrário, poderíamos considerar a possibilidade de realizar uma estratégia de reunificação, que poderia envolver as entidades custodiantes e as comunidades reivindicantes na representação de fundos como parte integrante do processo de conciliação entre as partes conflitantes²⁷¹ ou, em alternativa e a título de sugestão, fazer emergir os dados constantes dos artefactos informacionais que se aproximem ao fundo arquetípico ω , em ambiente computacionalmente assistido. Este tipo de abordagens participadas na construção de instrumentos de acesso à informação encontram desenvolvimentos interessantes, por exemplo, na “descolonização” de esquemas de metadados, adaptados, por exemplo, às ontologias indígenas, desde o estabelecimento de regimes de acessibilidade e de privacidade (Blouin, 1992; Thorner *et al.*, 2019) à concepção/adaptação de esquemas de metainformação (Christen, 2011; Iacovino, 2010; McKemmish *et al.*, 2019; Thorner *et al.*, 2019), assim como a definição dos requisitos para a produção de representações substitutas (Grimsted 1993a; Lyons e Sands 2009; Hilder 2012; Wood *et al.* 2014; Amoros 2019). Embora esta abordagem surja na literatura como metodologias de “descolonização” da representação da informação arquivística (Gibson 2019; Kimberly 2019), a utilização deste conceito é problemático para o fenómeno de interesse deste estudo, porque nem todos os casos de arquivos deslocados em contexto subnacional derivaram necessariamente de processos históricos de (des)colonização. Poderíamos apontar, em alternativa, para o conceito de “desanonização arquivística”, entendido aqui como um conjunto de abordagens adotadas pelas comunidades reivindicantes em processos de construção de representações de arquivos que lhes foram removidos em determinados contextos. A “desanonização arquivística” corresponde a uma contrarreação às metanarrativas de canonização arquivística praticadas pelas entidades custodiantes, que, tradicionalmente, não incluíam as comunidades desapossadas na construção de representações dos fundos documentais que lhes foram removidos. Apesar destas abordagens emergentes cingirem-se a uma comunidade em particular, de que forma poderiam estes modelos de construção de representações da informação de arquivos deslocados ser realizado de modo participado (entre comunidades reivindicantes e entidades custodiantes) com as diversas comunidades (não indígenas) em contexto subnacional? Se a reunificação física dos fundos dispersos for declinada por uma das partes, que outros procedimentos alternativos à reunificação de arquivos removidos dos contextos sociais e territoriais originários *com* a comunidade reivindicante podem ser ativados para além dos modelos de descrição participada? Consideramos que a geração de um eventual arquetipo concepturo \aleph não poderá ignorar o papel das

²⁷¹ Exemplo disto pode ser verificado em testemunhos como F_1^b , F_2 e F_4 (*Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*) e F_1^a , F_2 , F_3 e F_4 (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*), que, apesar das suas características peculiares, o ANTT praticamente não os menciona nos seus instrumentos de acesso à informação mais recentes.

comunidades reivindicantes na construção de representações reunificadas que estas consideram como parte legítima do seu cânone arquivístico.

O que a Estemática, em última análise, permitiu foi o rastreamento processual que visa explicar em que momento, como, por quem e por que motivo as intervenções nos fundos foram realizadas. Se bem que o enfoque em torno dos mecanismos subjacentes à representação da informação em instrumentos de acesso à informação se tenha cingido empiricamente a um limitado conjunto de metadados, especialmente o título e recursivamente as cotas e datas extremas, isto não constitui uma limitação derivada do método estemático. Pelo contrário, a análise do rastreamento processual através do método estemático poderia ser explorada através de outro tipo de metainformação, sem alterar significativamente os resultados obtidos. Além disto, abordagens metodológicas alternativas que poderiam ser realizadas para além do método estemático poderiam basear-se na prospeção de dados textuais (*text mining*). Esta abordagem, contudo, corresponde a um método de natureza quantitativa que não estava nos objetivos iniciais deste estudo, além do mais que a prospeção de dados textuais não proporciona uma interpretação “genealógica”, porque métodos quantitativos para determinar a similaridade entre textos não explica suficientemente processos de transmissão textual.

O estabelecimento de vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação permitiu identificar processos de construção de representações, independentemente das convenções de descrição arquivística, em torno de fundos removidos dos contextos sociais e territoriais originários e dispersos entre o ANTT e o ABM. Do ponto de vista transfactual, como já dissemos, o recurso às garantias literárias para a descrição arquivística não proporciona representações de arquivos dispersos entre entidades custodiantes de forma reunificada em instrumentos de acesso à informação. Poderão existir motivações políticas e ideológicas que fizeram com que a hipótese de representação reunificada não se tenha concretizado e que se situam no domínio da agência institucional. Este nível de análise só poderá ser concretizado através de um rastreamento processual que, do ponto de vista retrodutivo, se enfoque empiricamente em evidências que atestem o motivo por que os conjuntos documentais se dispersaram, como a secção seguinte propõe perscrutar.

3.4. Síntese

Neste capítulo realizou-se uma análise de rastreamento processual de um caso crítico e de um caso extremo, como proposto por Blatter e Haverland (2014), associadas à etapa de abdução/redescrição teórica de Danermark *et al.* (2005) e que explorou uma camada ontológica que se situa entre o domínio do empírico e o domínio do atual de acordo com Bhaskar (1975, 1979, 1989, 2013). Escolhemos como caso crítico o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*, na custódia do ANTT, e como caso extremo o *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, disperso entre o ANTT e o ABM.

A análise de rastreamento processual encontrou no método estemático o meio mais consistente para a interpretação dos mecanismos subjacentes à representação dos conjuntos documentais do caso. O estabelecimento de vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação através de uma representação estemática põe em evidência um tipo de relação de causalidade em que existe uma condição necessária entre a entidade custodiante de um fundo e o seu resultado (*i. e.*, o instrumento de acesso à informação). O recurso a uma Estemática computacionalmente assistida proporcionou um ambiente controlado para possibilitar uma interpretação em torno dos mecanismos de representação da informação, que causalmente explicam o vínculo genealógico entre os instrumentos de acesso à informação.

O caso do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo* passou de um processo que dependeu de uma série de conjunções ocorridas em diversos períodos, causalmente vinculados aos poderes da entidade custodiante, no processo de desagregação de unidades constituintes de um fundo para gerar outro fundo totalmente independente. Estas modificações tiveram consequências não só para o fundo de onde as unidades foram retiradas, obrigando, por conseguinte, a uma recotação sequencial, mas também para o conjunto documental individualizado, que devia conter os traços suficientes para permitir uma associação reconstitutiva em relação ao conjunto documental de onde foi desagregado. No entanto, os instrumentos de acesso à informação mais recentes obscurecem os mais antigos a partir do momento em que os títulos atribuídos às unidades não são recuperados, de modo a poder-se dispor de uma percepção diacrónica da forma como o fundo na sua globalidade tem sido reconfigurado pela entidade custodiante.

No caso do fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, é possível verificar que os conjuntos documentais, embora dispersos, não sofreram uma profunda modificação na forma (exceto na recondução de duas unidades de instalação oriundas do *Convento de Santa Clara do Funchal*). Porém, assiste-se igualmente a um obscurecimento na forma como as entidades custodiantes representaram o fundo, designadamente ao não sinalizarem lacunas que existem em determinadas séries, tanto dos *instrumenta* do ANTT como do ABM, e ao não recuperarem os elementos constantes das unidades que podem servir de título. O recurso às garantias literárias para a descrição arquivística pode não ser em si mesmas condição suficiente para assegurar uma representação reunificada, uma vez que obriga o ABM a adotar a denominação atribuída pelo ANTT (e vice-versa), ainda que se pretenda alcançar artificialmente uma representação reunificada do fundo.

A Estemática como método de análise de rastreamento processual faz emergir, em ambos os casos analisados, aspetos importantes em torno da evolução da representação da informação em instrumentos de acesso à informação, aspetos que permitem responder à **QIG3**:

- as entidades custodiantes não só fazem prevalecer os seus instrumentos de acesso à informação como também têm o poder de realizar quaisquer modificações, por vezes profundas, nos conjuntos documentais, em termos de ordem e referenciação, que derivam da mediação arquivística;
- os instrumentos de acesso à informação e as representações substitutas dos artefactos informacionais, independentemente se em suporte analógico ou digital, dependem dos poderes das entidades custodiantes que não só controlam o acesso aos conjuntos documentais, mas que detém, também, o monopólio da sua (re)produção;
- a invocação de que os instrumentos de acesso à informação cumprem com os requisitos constantes das garantias literárias para a descrição arquivística não quer dizer que a representação do conjunto documental esteja apta a que se identifiquem outros do mesmo produtor potencialmente dispersos em outras entidades custodiantes;
- sugere-se que uma eventual representação reunificada (física e/ou digital), hipoteticamente representado num arquétipo concepturo \aleph , deverá realizar não só uma representação da informação que melhor se aproxime da configuração original (representado por Ω), como também preservar a tradição de representação deste conjunto documental.

Se bem que o enfoque em torno dos mecanismos subjacentes à representação da informação em instrumentos de acesso à informação se tenha cingido empiricamente a um limitado conjunto de metadados, especialmente o título e recursivamente as cotas e datas extremas, isto não constitui uma limitação derivada do método estemático. Pelo contrário, a análise do rastreamento processual através do método estemático pode ser explorada através de outro tipo de metainformação, sem alterar significativamente os resultados obtidos.

Apesar de os mecanismos de inserção, modificação ou eliminação de palavras no título, que denominaram as unidades de instalação no conjunto de instrumentos de acesso à informação analisados, derivarem dos poderes de interferência das entidades custodiantes, não explicam suficientemente as condições específicas que terão conduzido a que os conjuntos documentais se encontrem na condição de deslocados. Este nível de análise corresponde à etapa retrodutiva, que tratamos no capítulo seguinte.

4. Cãnone arquivístico como estrutura de representação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)

Este capítulo visa apresentar os resultados empíricos de análise de rastreamento processual, correspondente à etapa de retrodução de Danermark *et al.* (2005), que integra a abordagem intensiva de Sayer (2010). Esta secção visa responder a *QIG4*: “Quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) e à forma como têm sido representados?”

Os resultados da análise de rastreamento processual baseado no método estemático, que emergiram de um exercício abduativo de recontextualização do fenómeno através do reconhecimento de vínculos genealógicos entre os instrumentos de acesso à informação, não são, contudo, suficientes para explicar causalmente os diferendos pela custódia dos arquivos removidos do arquipélago da Madeira para o ANTT. A orientação desta secção visa fazer emergir os fatores inceptivos do fenómeno, não empiricamente visíveis, os quais só podem ser alcançados através de uma análise retrodutiva.

Como indicado no apartado metodológico em 2.3.3. (*supra*), consideramos que os elementos constantes dos instrumentos de acesso à informação respeitantes aos casos seleccionados, designadamente os metadados de “História custodial e arquivística” e “Fonte imediata de aquisição” (analisados em 2.2.2.) proporcionam uma base para a identificação dos mecanismos e das estruturas subjacentes à aquisição dos fundos documentais nos “arquivos dos arquivos” (ANTT e ABM). Além disto, uma vez que o enfoque da análise consiste em explorar as camadas do atual e do real onde residem os mecanismos e estruturas que terão dado origem ao fenómeno que hoje se percebe como “arquivos deslocados”, os “arquivos dos arquivos” podem indicar a função de agência das entidades custodiantes em determinados contextos específicos. Portanto, a análise visa explorar os factores etiológicos que terão conduzido à remoção dos arquivos e mecanismos de representação nos instrumentos de acesso à informação em determinado período.

4.1. “Arquivos dos arquivos”: enfoque na agência

Entre as entidades custodiantes mencionadas na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), encontram-se expressamente identificados o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Regional da Madeira. Não obstante, os elementos mais relevantes para a contextualização devem incidir no papel das entidades

custodiantes no período da aquisição dos fundos, designadamente em torno dos casos selecionados em 2.2. Tais entidades foram o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a mediação da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, em 1894, e o Arquivo Distrital do Funchal em 1937.

Embora não seja propósito aqui explorar de forma exaustiva a história institucional, importa contextualizar, como exercício retrodutivo, (1) o percurso evolutivo desta instituição, com o suporte da literatura especializada e (2) a identificação dos instrumentos de acesso à informação relativos aos “arquivos dos arquivos” das entidades intervenientes.

O objetivo deste exercício retrodutivo com enfoque na agência consiste em aproximarmo-nos dos pressupostos do Realismo Crítico, que postula que “normative institutions do not *determine* behaviour but only *contribute* causally to its determination, alongside other causal powers with which they interact, and hence they only tend to produce a given outcome” (Elder-Vass, 2010, p. 123). Dito por outras palavras, as instituições arquivísticas, como instituições normativas, podem influenciar a forma como os mecanismos (*u. g.*, aquisição de fundos) são ativados na obtenção de determinados resultados (*u. g.*, produção de instrumentos de acesso à informação), apesar de as instituições normativas poderem ser contingencialmente influenciadas por contextos diversos que determinaram a sua atuação a partir de outros mecanismos causais (*u. g.*, colonial vs. pós-colonial, pré-autonómico vs. pós-autonómico).

4.1.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Identificação da entidade. De acordo com diversos estudos, a Torre do Tombo servia inicialmente como o arquivo da Coroa, com génese atestada no século XIV (por volta de 1378), coincidente com a referência ao seu primeiro guarda-mor, João Anes (Albuquerque, 1990; P. A. de S. B. de Azevedo & Baião, 1989; Barbosa, 1874; J. P. da Costa, 1994; Cruz, 1975; J. M. da S. Marques, 1935; Rau, 1945; F. Ribeiro, 2020; J. P. Ribeiro, 1819; J. S. Ribeiro, 1871), que terá ocupado uma das torres do Castelo de S. Jorge em Lisboa. Outros autores sugeriram que a Torre do Tombo terá existido possivelmente no século XIII (Dinis, 1968; J. P. de M. Rebelo, 1904), embora sem elementos documentais que suportem esta perspetiva. Para Ribeiro, a ausência de referências a um espaço físico para o arquivo da Coroa antes de 1378 pode estar relacionada com o facto de a documentação ter acompanhado “a Corte nas suas deslocações pelo País” (2020).

O papel da Torre do Tombo consistia em conservar a informação mais relevante para a Coroa, mas de menor uso, após a morte do monarca. O modelo de governança deste serviço em termos de conservação e de inventariação encontra-se reportado na carta datada de 1526-03-02 do escrivão Tomé Lopes a D. João III e no relatório de Cristóvão Benavente dirigido a Filipe I em 1583, cujo modelo terá servido de base para a *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas*, de 1588, de acordo com Rodríguez de Diego (1989). Sobre a ordem primitiva do arquivo da Torre do Tombo

pouco se conhece, em boa parte por motivo do terramoto de 1755, que fez ruir a torre onde se encontrava instalado e por as ações de reconstituição dos conjuntos documentais após à sua transferência para o Mosteiro de São Bento, a cargo de Manuel da Maia, terem obedecido a “classificações metódicas, de base intelectual e não orgânica” (F. Ribeiro, 2003, p. 1402). Antes do terramoto, o relatório datado de 1631-05-29 do escrivão Jorge da Cunha dava conta dos problemas de conservação e segurança do acervo (Rau, 1945). A insuficiência de mecanismos de recuperação de informação permitiu a António Alvares da Cunha, por alvará de 30 de maio de 1675 (D. Pedro II, 1857), a autorização de produzir instrumentos de acesso à informação sobre o arquivo da Coroa. Porém, só no século XVIII é que se assistiu ao incremento da produção de instrumentos de descrição documental no tempo do guarda-mor João Couceiro de Abreu e Castro (1713-1742), que pode estar relacionado com a necessidade de providenciar o acesso aos acervos aos membros da Academia Real da História Portuguesa (1720-1776). Sobre o funcionamento da Torre do Tombo, o relatório de José Pedro Miranda Rebelo (J. P. de M. Rebelo, 1904 [post. 1776]) reportou diversas necessidades, designadamente a indispensabilidade de um regimento interno, que só se concretizaria em 1802 com as *Ordens que se devem observar neste Real Archivo daqui em diante* (Ribeiro, 1998, pp. 118–119). Além disto, devido ao incremento documental e à necessidade de produção de novos instrumentos de acesso à informação, foi criada a *Aula de Diplomática* em 1796 na Universidade de Coimbra, e, depois, integrada na Torre do Tombo em 1801, para formar escriturários e oficiais credenciados (Coelho, 1991; F. Ribeiro, 2020).

Se o arquivo da Torre do Tombo já detinha um grande prestígio como arquivo da Coroa, após a revolução Liberal adquirirá maior proeminência como o arquivo que suportaria a visão fundacional do Estado-Nação, por vezes denominado como “Arquivo Nacional da Torre do Tombo” e “Real Arquivo da Torre do Tombo”. Enquanto a documentação das entidades extintas se fazia recolher nos organismos públicos de cada jurisdição territorial de âmbito regional ou local (Prefeituras, Governos Civis, Repartições da Fazenda) (Tesouro Público, 1835b), o Arquivo Nacional da Torre do Tombo seria, em última instância, o “principal receptáculo dos arquivos desalojados do seu *habitat* original” (Ribeiro, 1998, p. 501). Com a extinção das ordens religiosas e das instituições do Antigo Regime determinados pelo Decreto de 28 de maio de 1834 (Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1834) e reforçado sucessivamente pelo Decreto de 23 de novembro de 1839 (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1839a) e outros diplomas (cf. *supra* no capítulo 4, da Parte I), o então Real Arquivo da Torre do Tombo foi incumbido de concentrar os bens documentais de diversas instituições dispersas pelo Reino. Embora o processo de remoção e concentração de cartórios tenha sido particularmente caótico, contrariamente à atuação diligente do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, criado em 1834, só na segunda metade do século XIX é que se desenvolveram medidas pragmáticas, que atribuiriam ao ANTT um papel de relevo. Assim, o Decreto de 2 de Outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), que se terá baseado no relatório *Do estado dos arquivos eclesiásticos do Reino e do direito do governo em relação aos documentos ainda neles*

existentes: projecto de consulta submetido à segunda classe da Academia Real das Ciências (1857), de Alexandre Herculano, estabeleceu a obrigatoriedade da incorporação dos arquivos das entidades eclesiásticas extintas no ANTT. Apesar das muitas resistências das entidades eclesiásticas e públicas ao Decreto de 2 de Outubro de 1862, a concentração massiva de conjuntos documentais oriundos de diversos pontos do país e das possessões ultramarinas para Lisboa teve consequências negativas em torno da integridade dos conjuntos documentais. Sobre isto, Ribeiro é peremptória ao apontar que o “historicismo foi “responsável” pela desarticulação de muitos arquivos” (2020), que conduziu não só à fragmentação de fundos como também à dificuldade (senão à irreversibilidade) da sua reunificação física²⁷², acrescendo às condições precárias dos espaços dedicados à conservação dos conjuntos documentais removidos dos contextos territoriais originários. Apesar de o efeito desta concentração de fundos tenha criado condições para o desenvolvimento da arquivística e afins como disciplinas auxiliares da História em Portugal, não deixa de ser irónico que o seu progresso, como disciplina, neste período estivesse associado ao fenómeno de deslocamento massivo de fundos, que suportariam a construção da narrativa mestra do Estado-Nação consubstanciada no ANTT.

Até à criação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos em 1887 (cf. ponto seguinte), dada a insustentabilidade de prosseguir-se com política concentracionista em prol da descentralização, ao longo do Estado Novo, o ANTT assistiu a um longo período turbulento de incorporações que limitaram a capacidade de atuação da entidade como também, na opinião de Ribeiro, se assistiu a “quase meio século de apatia” (2020), realidade esta que se manteve até 1974. Após a Revolução dos Cravos, a prioridade política para o ANTT passou pela necessidade de construção de um imóvel de raiz (Presidência do Conselho de Ministros, 1984), concretizado a partir da constituição da Comissão para a Reforma e Reestruturação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo pelo Despacho n.º 55/86, de 3 de julho, e do reforço institucional em termos de autonomia administrativa (Ministério da Cultura, 1985b). Depois de concretizada a construção e transferência para o novo imóvel em 1990, a autonomia administrativa não proporcionou ao ANTT um papel relevante no desenvolvimento de uma política nacional para os arquivos, devido à sua coexistência com o Instituto Português de Arquivos (Presidência do Conselho de Ministros, 1988a). Esta situação só foi contornada com a criação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Presidência do Conselho de Ministros, 1992), apesar de as incumbências do AN/TT como órgão de gestão nacional para os arquivos tivessem sido atribuídas no Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro (Presidência do Conselho de Ministros, 1993) e herdadas depois pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Ministério da Cultura, 1997b).

²⁷² Cf. por exemplo a coleção *Documentação de conventos por identificar* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011k), que constitui um caso paradigmático de um processo custodial acidentado.

Com as reformas operadas pelo *Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado* (PRACE), o ANTT passou a ser tutelada pela Direção Geral de Arquivos (Ministério da Cultura, 2007) e pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Presidência do Conselho de Ministros, 2012a; Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 2012), que incorporaria no ANTT o Arquivo Distrital de Lisboa, integrando nos serviços da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas o Arquivo Histórico Ultramarino (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2015).

Desde 1974, a incorporação dos fundos documentais mais relevantes para o ANTT têm sido concretizadas por decisão ministerial, como, por exemplo, o arquivo do Conselho da Revolução (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983b), os arquivos de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano (Presidência do Conselho de Ministros, 1991a) e da PIDE/DGS (Assembleia da República, 1991), além das disposições do regime geral dos arquivos e do património arquivístico (Presidência do Conselho de Ministros, 1993) e do regime geral de incorporações (Ministério da Cultura, 2004). A legislação portuguesa (cf. *supra* capítulo 4, Parte I) apresenta diversas evidências da forma como o poder central atribuiu ao ANTT um papel de relevo ao longo dos séculos como o principal repositório arquivístico da Nação. Apesar das transformações e das vicissitudes históricas de uma instituição multissecular, apresentando-se atualmente como a “Casa de milhões de documentos” (Direção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas & Filmes Ukbar, 2016), custodiando mais de 1000 fundos e coleções, com bens classificados como tesouros nacionais, alguns dos quais inscritos no Registo Memória do Mundo da UNESCO, a atuação do ANTT por vezes se confunde com a da própria Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, embora bastante conservadora do ponto de vista da resolução de conflitos de custódia de arquivos, apoiando-se (ou condicionando a partir de) nas novas tecnologias de informação como critério fungível de acesso aos recursos documentais.

Identificação do fundo. Verificado resumidamente o percurso histórico-institucional do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, esta epígrafe realiza um enfoque para o fundo denominado “Arquivo do Arquivo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011a), que constitui a documentação produzida pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. De acordo com a base de dados institucional, o fundo é composto por 534 u.i., com datas extremas compreendidas entre 1490 e 1996. Uma vez que o conjunto documental se encontra em processo de avaliação, como indicado no metadado “avaliação e seleção”, a entidade indica a adoção de um sistema de organização de tipo orgânico-funcional. Este critério, contudo, não é o que está expresso no quadro de classificação adotado, *i. e.*, a classificação se baseia numa sequência de títulos por unidade de instalação (ca. 954 u.i.). Dado que os títulos de secção, de séries e de unidades de instalação se encontram expressos como “informação não disponível” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011a), a única exceção está na série “Avisos e Ordens”, que dispõe de descrições até ao nível de documento composto/simples.

Não obstante o facto de a descrição deste fundo se encontrar marcado pela provisoriedade há vários anos, como “informação não tratada arquivisticamente”, as opções para a pesquisa na base de dados institucional devem ser no mínimo flexíveis de modo a poder-se contornar limitações na recuperação de informação, preferencialmente a informação associada ao fenómeno de interesse deste estudo. Recorrendo ao método constante do Quadro 20, seleccionámos os seguintes critérios de pesquisa:

Quadro 50 – Formato de pesquisa *FmLPT*

<i>Circumstantiae</i>	<i>Parâmetros</i>	<i>Metadados</i>
<i>Fm</i>	PT/TT/AA	Código de referência
<i>L</i>	Critério 1: Funchal OR “ilha da Madeira”	Título
<i>P</i>	Critério 2: Roberto Augusto da Costa Campos	Título
<i>T</i>	1850-1900	Datas

Fonte: elaboração própria.

Os critérios seleccionados no Quadro 50 emergiram da análise dos resultados do capítulo 3 desta Parte, por serem os elementos que mais estão relacionados com a remoção dos arquivos do arquipélago da Madeira para o ANTT. Os parâmetros escolhidos permitiram seleccionar informações em torno do fundo (*factum*) e o recurso a descritores, que ocorrem no título em termos de lugar (*locus*) e de responsável pela remoção do arquivo (*persona*), com limitação temporal em relação ao período de transferência (*tempus*). Assim, os critérios adotados permitiram-nos obter o seguinte fluxo de seleção, expresso na Figura 36:

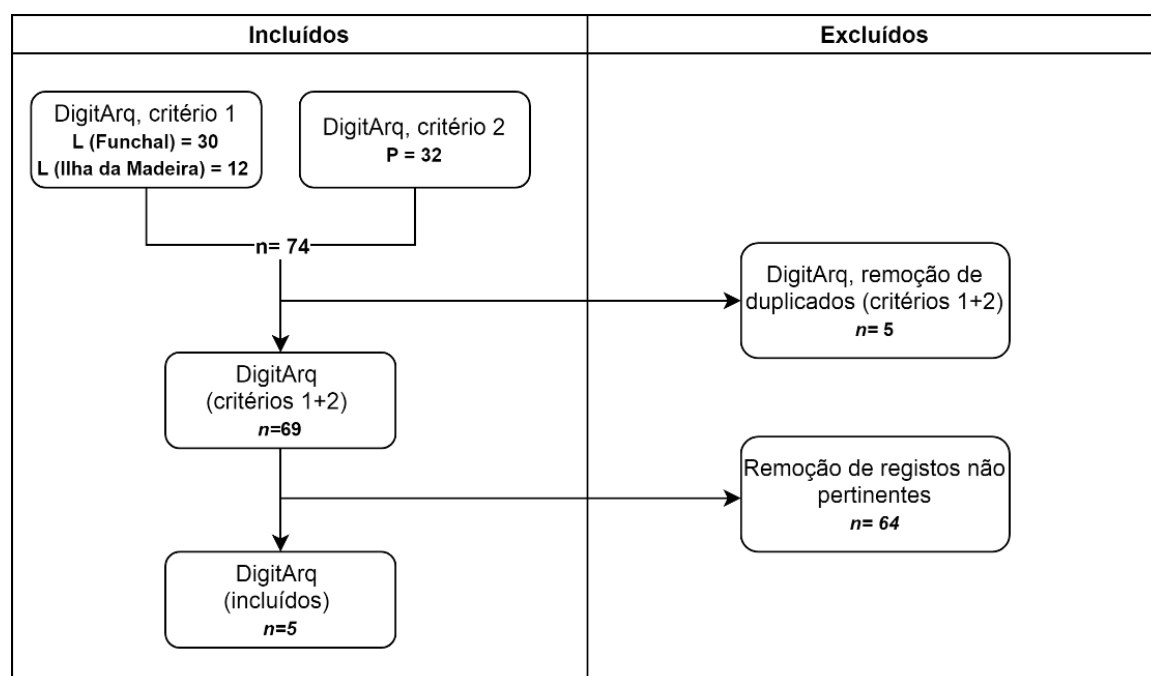


Figura 36 – Fluxo PRISMA de identificação de documentos do “arquivo do arquivo” (ANTT).

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/hq3af/>>.

A remoção de registos não pertinentes partiu da verificação através de leitura dos registos em relação com o fenómeno de interesse deste estudo. Consideramos que o conjunto de documentos incluídos ($n=5$) se encontra na série “Avisos e Ordens” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011a). Os documentos apontam para a execução de decisões tomadas no processo de remoção dos arquivos do arquipélago da Madeira, como o Quadro seguinte identifica:

Quadro 51 – Documentos incluídos do fundo “arquivo do arquivo” (ANTT)

#	Título	Datas extremas	Código de referência/Cota/URI
1	<i>Portaria do Ministério da Fazenda, mandando arquivar na Torre do Tombo, com o respetivo autógrafa de decreto, a carta de lei de 27 de junho último, cuja remessa acompanha, e pela qual é aumentado o quadro dos empregados da repartição de Fazenda do distrito do Funchal, com um lugar de arquivista.</i>	1864-07-25/1864-07-25	PT/TT/AA/01/0029/00302: Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 29, n.º 302 (https://digitalq.arquivos.pt/details?id=8122952)
2	<i>Ofício do Ministério do Reino ao Guarda-Mor da Torre do Tombo comunicando a ordem de pagamento da ajuda de custo arbitrada ao empregado encarregado de coligir e fazer recolher a este Arquivo os livros existentes no Cartório do Cabido da Sé do Funchal.</i>	1886-07-09/1886-07-09	PT/TT/AA/01/0031/000231: Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 231 (https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7795727)
3	<i>Ofício do Ministério do Reino ao Guarda-Mor da Torre do Tombo comunicando que foram dadas as competentes ordens aos delegados do Tesouro dos distritos e Coimbra e Funchal sobre a entrega de livros e documentos a recolher neste Arquivo.</i>	1886-07-26/1886-07-26	PT/TT/AA/01/0031/000235: Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 235 (https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7795729)
4	<i>Ofício do Ministério do Reino ao Guarda-Mor da Torre do Tombo encarregando o oficial Roberto Augusto da Costa Campos de ir à ilha da Madeira em comissão de serviço.</i>	1887-05-10/1887-05-10	PT/TT/AA/01/0032/000026: Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 32, n.º 26 (https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7795720)
5	<i>Ofício do Ministério do Reino ao Guarda-Mor da Torre do Tombo comunicando a ordem de pagamento da ajuda de custo abonada ao oficial Roberto Augusto da Costa Campos, para cumprir a comissão na ilha da Madeira.</i>	1887-05-17/1887-05-17	PT/TT/AA/01/0032/000029: Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 32, n.º 29 (https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7795723)

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/amkgr/>>.

No que corresponde ao item #1, temos o depósito de legislação no ANTT relativo ao diploma que aprovou a contratação de um arquivista para a Repartição da Fazenda do Funchal (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865), que poderá estar relacionado com o tratamento da documentação das entidades extintas pelos Decretos de 28 de maio de 1834 e de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862; Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1834). No que concerne aos ofícios constantes dos itens ##2-5, verifica-se a menção direta respeitante à atribuição de ajudas de custo a Roberto Augusto da Costa Campos para atuar no levantamento, na remoção ou na transferência dos fundos para o ANTT entre 1886 e 1887, mas não foram devolvidos registos de 1894. No documento #1, a Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino (L.º 38 n.º 669) comunicou a 9 de julho de 1886 ao guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo a ordem de pagamento n.º 265 referente ao montante de 180\$000 reis para ajuda de custos atribuída a Roberto Augusto da Costa

Campos, “que vae á cidade do Funchal coligir no cartório do cabido da respectiva Sé e fazer recolher, ao mencionado archivo, os documentos que ahi existirem pertencentes a corporações religiosas” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1886a, fol. 1). Pelo ofício #2, da 1.^a Repartição da Direcção Geral da Instrucção Pública do Ministério do Reino (L.^o 16 n.^o 137), esta comunicou a 26 de julho de 1886 ao guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo o facto de terem sido “dadas ao Ex.^{mo} Bispo da Diocese do Funchal, e aos Delegados do Thesouro d’aquelle Districto (...) as competentes ordens para a entrega dos documentos de que tracta o mesmo officio aos empregados d’esse Real Archivo, Roberto Augusto da Costa Campos” (Direcção Geral da Instrucção Pública do Ministério do Reino (1.^a Repartição), 1886, fol. 1). O ofício #3 da mesma Repartição e tutela supramencionadas (L.^o 16 n.^o 137) comunicou a 10 de maio de 1887 ao guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo, a partir de um ofício expedido a 17 de fevereiro de 1887, a autorizar Roberto Augusto da Costa Campos “a voltar á Ilha da Madeira para concluir a comissão de que foi o anno passado encarregado” (Direcção Geral da Instrucção Pública do Ministério do Reino (1.^a Repartição), 1887, fol. 1), tendo sido dado conhecimento por ofício ao Governador Civil do Funchal e ao Ministério da Fazenda. A ajuda de custo foi atribuída a 17 de maio de 1887, como o documento #5 indica. É de realçar que os documentos ##2-5 não só não fazem qualquer menção à Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886 como também este diploma não consta na série “Avisos e ordens” do “Arquivo do Arquivo” do ANTT, conferido após os resultados.

4.1.2. *Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos*

Identificação da entidade. A Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, denominada inicialmente como Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas Públicos, foi criada pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887 (Ministério do Reino, 1887a), na tutela da Direcção-Geral de Instrucção Pública, do Ministério dos Negócios do Reino. A exposição de motivos “N.^o 163-B” submetida pelo Ministro do Reino à Câmara dos Deputados na sessão de 11 de julho de 1887 indicou a importância de se “decretar uma organização geral dos archivos e das bibliotecas pertencentes ao estado, e em especial do real archivo da torre do tombo e da bibliotheca nacional de Lisboa, bem como a reformar toda a legislação concernente a estes estabelecimentos, e a que regula a arrecadação no archivo da torre do tombo dos livros e documentos antigos” (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1887a, p. 1675). Esta iniciativa governamental reuniu o apoio unânime entre os deputados, após a intervenção de Augusto Ribeiro (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1887b), no sentido de reforçar o papel centralizador do ANTT e da Biblioteca Nacional que acabou por ser através da Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas Públicos. Ribeiro comparou este serviço como os hodiernos “serviços públicos de informação/documentação” (F. Ribeiro, 2008b, p. 21), cuja longevidade, desde a sua criação, subsistiu até 1974. Esta instituição, sobre a qual Ribeiro (2008a, 2008b) dedicou relevantes estudos, suportava a política liberal que visava

diminuir os índices de analfabetismo no país através da generalização do acesso dos cidadãos ao sistema de ensino *pari passu* com a criação de bibliotecas públicas. Apesar de o Decreto de 29 de Dezembro de 1887 (Ministério do Reino, 1887a) ter manifestado propensão para uma descentralização dos serviços de bibliotecas, ao ponto de sugerir a distribuição pelas “bibliothecas as obras que existirem em duplicado nas outras bibliotecas do estado, quando não sejam exemplares raros” (Ministério do Reino, 1887a, p. 688), no caso dos arquivos o diploma manteve uma postura centralizadora, ao determinar que as “disposições do decreto de 2 de outubro de 1862, que mandou recolher no real archivo da Torre do Tombo os documentos anteriores ao anno de 1600 existentes nos cartorios das igrejas e corporações religiosas compreendidas no artigo 5.º da lei de 4 de abril de 1861, ficam sendo extensivas a todos os documentos d’esses cartorios anteriores ao anno de 1834, bem como aos que houverem pertencido a tribunaes, repartições e estabelecimentos do estado actualmente extinctos, e que não forem necessários ao serviço e expediente d’aquelles em cuja posse estejam” (Ministério do Reino, 1887a, p. 688). O diploma consagrou a Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas Públicas como serviço da administração central do Estado encarregue de superintender a política pública para os arquivos e bibliotecas. Embora o último quartel do século XIX não constitua um período relevante no que concerne à atividade desenvolvida pela Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas Públicas, a prossecução da política concentracionista baseada na remoção e na transferência de vastos conjuntos documentais procedentes de diversos pontos do país para o ANTT foi significativamente intensa, como atesta o fundo do “Arquivo do Arquivo” do ANTT.

Na viragem do século, o Decreto de 24 de Dezembro de 1901 (Ministério do Reino, 1901), que realizou uma alteração ao diploma Decreto de 29 de Dezembro de 1887, extinguiu Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas Públicas, agora centralizado na figura do Bibliotecário-mor, sendo substituído ocasionalmente pelo Inspetor das Bibliotecas e Arquivos. O Bibliotecário-mor dependia diretamente do Ministério do Reino, que passou a tutelar os arquivos e bibliotecas do Estado, designadamente a “Bibliotheca Nacional de Lisboa e Real Archivo da Torre do Tombo, e as bibliotecas publicas de Evora, Braga, Castello Branco e Villa Real” (Ministério do Reino, 1901, p. 1183). Se a centralização dos arquivos ao longo do século XIX tem sido marcante pela forma como diversos conjuntos documentais foram removidos de diversos pontos do país (continental e ilhas adjacentes) para Lisboa, o diploma criou na Biblioteca Nacional de Lisboa uma secção “denominada *Archivo da marinha e ultramar*, formada pelos documentos do extincto Conselho Ultramarino, do Archivo da Marinha, (...), e por todos aquelles, já recolhidos, ou que de futuro o sejam, relativos ás nossas colonias” (Ministério do Reino, 1901, p. 1183), sugerindo uma nova fase concentracionista.

Com a transição para o regime republicano, o Decreto de 18 de Março de 1911 integrou “os serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes” como entidades “dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial” (Ministério do Interior, 1911, p. 1213), através de uma “Inspeccão das Bibliotecas” chefiada por dois inspetores, por uma “Inspeccão das Bibliotecas Eruditas

e Arquivos” e por uma “Inspecção das Bibliotecas Populares e Móveis”. É com este diploma que a Torre do Tombo passou a designar-se como “Arquivo Nacional” (Ministério do Interior, 1911, p. 1214). Para Ribeiro (2008b, 2008a), assistiu-se ao longo da Primeira República a um aumento considerável de serviços bibliotecários e arquivísticos pelo país, liderado por figuras como Júlio Dantas, António Ferrão e Raul Proença, com o propósito de associar a reforma dos arquivos e bibliotecas ao projeto republicano de incremento da instrução pública em Portugal.

A 28 de maio de 1926 deu-se, no entanto, um golpe militar, o que significou para o sector dos arquivos e bibliotecas públicas uma alteração de paradigma, como expresso no preâmbulo do Decreto n.º 13724, de 27 de maio de 1927: “As bibliotecas e os arquivos não podem parasitar na vida do País, pejando-se de empregados, envolvendo-se em riscos industriais; têm de se subordinar às dificuldades do Tesouro, aos seus recursos modestos, servindo com devoção o interesse nacional” (Ministério de Instrução Pública, 1927, p. 881). A Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, subordinada à Direcção Geral do Ensino Superior do Ministério da Instrução Pública, viu restringida a possibilidade expandir a preconizada rede de bibliotecas e de arquivos²⁷³ nas sedes de distrito por motivos de restrições financeiras. Dada a incapacidade de se realizar incorporações para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo de conjuntos documentais procedentes de entidades ministeriais, foram criados ou reformulados serviços de arquivo definitivo como o Arquivo Histórico Militar (Ministério da Guerra, 1924; Ministro da Guerra, 1921), o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (Ministério do Fomento, 1911), o Arquivo Histórico Colonial (Ministério das Colónias, 1931, 1934b) e o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Ministério das Finanças, 1937b).

Este cenário alterou-se com o Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931a), que permitiu a consolidação do sistema nacional de arquivos e bibliotecas públicas em Portugal. A inovação trazida por este diploma faz ênfase na racionalização da arquitetura orgânico-funcional, ao considerar que “em vez de vários organismos de direcção, de administração e de inspecção para serviços da mesma índole, (...), para uma maior economia e dinâmica dos serviços públicos, muito mais convém agrupar, reunir e concentrar num só organismo de direcção técnica e de inspecção superiores os estabelecimentos e serviços da mesma natureza que se encontram dispersos por vários departamentos do Estado e por diversos organismos administrativos” (Ministério de Instrução Pública, 1931a, p. 1253). Estava, assim, criada a Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos, com duas estruturas de inspecção, uma para o âmbito das bibliotecas e outra para o âmbito dos arquivos, atraindo para si as bibliotecas públicas e arquivos distritais constituídos e as

²⁷³ Na direta tutela da administração central do Estado, para além da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, fizeram parte os serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. O Arquivo das Congregações (Ministério de Instrução Pública, 1917b) foi extinto e integrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

nascituras para a sua tutela²⁷⁴, mantendo apenas uma cooperação técnica com entidades ministeriais, órgãos de soberania, juntas gerais dos distritos e autarquias locais. É no art.º 26.º, que se pode encontrar o regime de criação de arquivos distritais, constituindo uma base de promoção da descentralização de serviços arquivísticos nas sedes de distrito ou de âmbito autárquico. Dantas tinha presente a insustentabilidade da centralização dos conjuntos documentais em Lisboa, como atesta neste passo:

Em primeiro lugar, na Torre do Tombo não havia espaço para recolher todas as incorporações executadas e previstas. A instalação do Arquivo Nacional na Ajuda ou em Mafra, era impraticável; a criação de pequenos arquivos satélites em Lisboa (...), recurso de que lancei mão na primeira fase – a fase de centralização – do serviço de incorporações, não resolveu completamente o problema. Em segundo lugar, reclamações de carácter local, inspiradas no desenvolvimento do espírito regionalista, originavam incidentes desagradáveis (...) e opunham dificuldades à colheita regular de colecções extensas. (Dantas, 1932, p. 8)

No entanto, a criação de arquivos distritais encontrava-se condicionada pela anuência das Juntas Gerais dos Distritos ou das Comissões Executivas dos municípios na co-gestão destes serviços, que se materializava em assumir os encargos correntes daqueles, ainda que estes serviços estivessem vinculados diretamente à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, conforme Dantas reconheceu no seguinte excerto:

a actividade da Inspeção durante quasi dez meses, significa que esta Repartição encontrou, por parte das juntas gerais e das comissões administrativas dos municípios, dificuldades que até agora não pôde vencer, e que dizem respeito, quer à cedência de edifícios para instalação dos arquivos distritais, quer à inscrição, nos respectivos orçamentos, das verbas necessárias para ocorrer aos encargos desses novos serviços. Isto é: apesar do carácter obrigatório que o artigo 27.º e seus parágrafos do decreto n.º 19:952 lhe atribue, a cooperação das corporações administrativas na instituição dos arquivos de distrito continua a ser, de facto, meramente facultativa, porquanto nem a lei confere a esta Inspeção Geral os meios legais indispensáveis para tornar efectiva semelhante obrigação, nem as juntas gerais e os municípios se encontram, na sua grande parte, em circunstâncias que lhes permitam assumir a responsabilidade de novos encargos. (Dantas, 1932, p. 8)

²⁷⁴ De acordo com o art.º 3.º, encontram-se a Biblioteca Nacional, a Biblioteca da Ajuda, as Bibliotecas Públicas de Évora, de Braga, de Castelo Branco, de Vila Real e de Ponta Delgada; as Bibliotecas Eruditas de Leria e de Bragança e a Biblioteca Popular Central de Lisboa e anexos. No art.º 10.º, integram o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (e anexos como Arquivo dos Registos Paroquiais e o dos Feitos Findos), o Arquivo Distrital do Porto, o Arquivo Distrital de Coimbra (anexo ao Arquivo da Universidade de Coimbra), Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Distrital de Évora, Arquivo Distrital de Leiria, Arquivo Distrital de Bragança, Arquivo Distrital de Ponta Delgada e Arquivo Municipal de Guimarães. O Arquivo Distrital do Funchal surge integrado numa correção ao diploma (Ministério de Instrução Pública, 1931f).

A criação dos arquivos distritais dependia de um conjunto de factores contingentes que condicionaram a implementação plena do Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, designadamente em fazer cumprir o sistema canónico de incorporações procedentes de cartórios paroquiais, notariais, Sés, colegiadas e cabidos, processos cíveis, crimes e orfanológicos findos, fundos dos extintos conventos (na custódia das inspeções e repartições de finanças), das congregações religiosas extintas em 1911 e outros conjuntos documentais procedentes das autarquias locais, confrarias, misericórdias, hospitais e outras entidades. A atuação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos na sua ação fiscalizadora possibilitou realizar diagnósticos sobre o estado dos arquivos nos organismos detentores em Portugal continental, Ilhas adjacentes (Açores e Madeira) e Império Colonial, levado a cabo por António Ferrão (F. Ribeiro, 2008a, 2008b).

Para além das alterações orgânicas que reorganizaram os serviços do Ministério da Instrução Pública em Ministério da Educação Nacional (Ministério de Instrução Pública, 1936), os constrangimentos orçamentais paralisaram a possibilidade de expansão dos serviços arquivísticos e bibliotecários preconizados no Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931. Somente em 1965, com o Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de maio (Ministério da Educação Nacional, 1965) extinguiu tacitamente a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, cujas atribuições e competências passaram a ser exercidas pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes do Ministério da Educação Nacional.

Identificação do fundo. O percurso histórico-institucional da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, brevemente descrito atrás, realçou o papel proeminente que este serviço assumiu no desenvolvimento de políticas públicas para os arquivos e bibliotecas em Portugal. A sua importância não se cingiu apenas na criação e supervisão dos serviços arquivísticos e bibliotecários do país (como o Arquivo Distrital do Funchal, que trataremos no ponto seguinte) como poderá ter desempenhado um papel no processo de remoção dos arquivos do arquipélago da Madeira para o ANTT. De modo a poder explorar-se que papel da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos desempenhou em relação ao nosso fenómeno de interesse, o fundo desta entidade (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2014b), na custódia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pode conter elementos que correlacionem poderes emergentes das estruturas institucionais com a agência.

De acordo com a base de dados institucional, o fundo é composto por 508 u. i., com datas extremas compreendidas entre 1868 e 1994 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2014b). No metadado “sistema de organização”, contém informação de restrições de acesso a secções intituladas “Pessoal” e “Confidencial” estipuladas pela instituição custodiante. A classificação baseia-se numa sequência de títulos por unidade de instalação (ca. 954 u. i.) e de descrições até ao nível de documento composto/simplex, que ascende aos 11.800 registos. De modo a poder extrair-se dados relevantes da base de dados relativos ao fenómeno de interesse, optámos por realizar uma pesquisa flexível de modo a obter resultados significativos, conforme Quadro 52:

Quadro 52 – Formato de pesquisa *FmLPT*

<i>Circumstantiae</i>	<i>Parâmetros</i>	<i>Metadados</i>
<i>Fm</i>	PT/TT/ISBA	Código de referência
<i>L</i>	Critério 1: Funchal OR “ilha da Madeira”	Título
<i>P</i>	Critério 2: Arquivo Distrital do Funchal	Título
<i>T</i>	1887-1965	Datas

Fonte: elaboração própria.

De acordo com o Quadro 52, obtivemos os seguintes resultados (Figura 37):

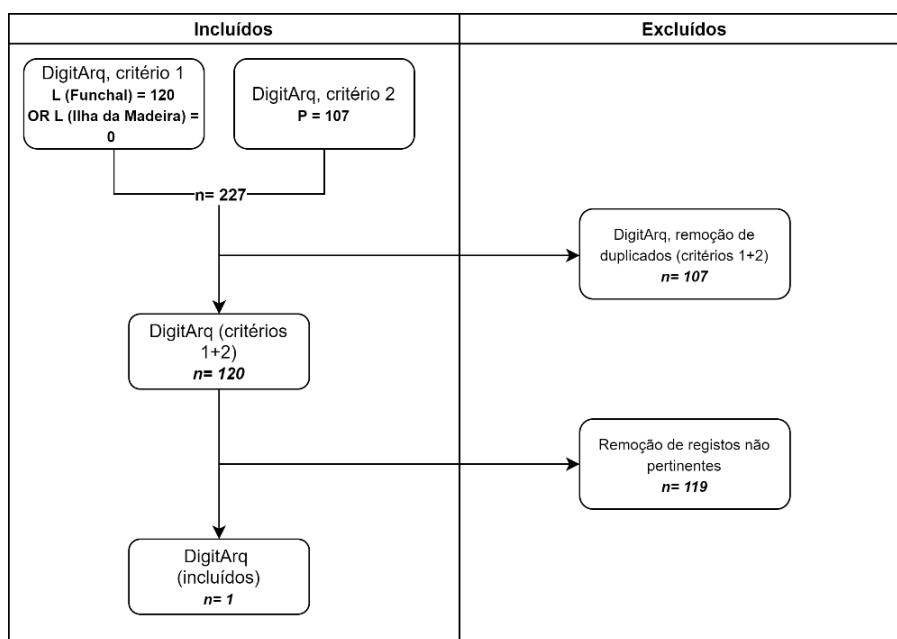


Figura 37 – Fluxo PRISMA de identificação de documentos do fundo ISBA (ANTT).

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/bjqnu/>>.

A remoção de registos não pertinentes ($n=119$), tal como na subsubsecção anterior, partiu da análise dos metadados descritivos e da leitura dos documentos, como forma de delimitar a sua relação com o fenómeno em estudo. Apenas chegámos a um documento que menciona explicitamente o fenómeno de interesse em referência. Este resultado, apesar de limitado em extensão, é muito significativo na relação com o fenómeno de interesse, porque coloca em contexto o pedido de restituição dos fundos removidos para o ANTT pelo Arquivo Distrital do Funchal em 1933, anterior à descoberta dos fundos remanescentes na Repartição de Finanças do Funchal em 1937, conforme o Quadro seguinte identifica:

Quadro 53 – Documentos incluídos do fundo ISBA (ANTT)

#	Título	Datas extremas	Código de referência/Cota/URI
1	Relatório do Arquivo Distrital do Funchal.	1933/1934	PT/TT/ISBA/07247: Arquivo do Arquivo, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 201, proc. 37/34 (https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6022397)

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/dk8u3>> e <<https://osf.io/aswz2/>>.

No que corresponde ao único item recuperado, temos o processo n.º 37 de 1934, com assunto de “Arquivo Distrital do Funchal (relatório)”, ofício da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a acusar a receção do ofício-relatório remetido pelo diretor do Arquivo Distrital do Funchal, João Cabral do Nascimento, nos termos do art.º 34.º do Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931. Verifica-se que o processo não se encontra completo, dado que o item #1 foi arquivado separadamente em outro conjunto. O teor deste ofício prende-se diretamente com a posição oficial da ISBA, representada por Júlio Dantas, em relação à possibilidade da “reintegração local” dos fundos madeirenses custodiados pelo ANTT no Arquivo Distrital do Funchal.

4.1.3. Arquivo Distrital do Funchal

Identificação da entidade. Sobre a história institucional deste serviço, dispomos de escassos estudos que tenham analisado de uma forma sistemática o percurso do Arquivo Distrital do Funchal. As fontes mais relevantes, para além do “arquivo do arquivo” (ver epígrafe seguinte), encontram-se no boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, legislação portuguesa e em Macedo (2012, 2019a).

A presença de um Arquivo Histórico do Município do Funchal encontra-se mencionado no boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, distinguindo-se “da parte mais moderna da mesma repartição” (Nascimento, 1931). Num relatório de 1931, Cabral do Nascimento mencionou que os inícios da intervenção no acervo camarário datam de 1929, tendo-o encontrado o conjunto documental “abandonado ao maior desleixo” (Arquivo Distrital do Funchal, 1931a, fol. 2). Apesar de a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal ter aprovado a 10 de março de 1931 (Arquivo Distrital do Funchal, 1931b) a atribuição de verbas para suportar a edição do boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, nada indica que o Arquivo Histórico do Município do Funchal tivesse existido formalmente como serviço camarário.

Neste contexto, a criação do Arquivo Distrital do Funchal foi proposta pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. Apesar de o serviço não ter estado contemplado quando da publicação do Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931a), o Arquivo Distrital do Funchal foi criado *de jure* pela alínea i) do artigo 10.º do Decreto n.º 19952 de 30 de julho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f) e regulamentado pelo Decreto n.º 20690, de 30 de dezembro de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931e), indicando a sua dependência administrativa e financeira à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, mas subordinada à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. Esta dupla tutela trouxe problemas de relacionamento institucional entre a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e o Arquivo Distrital do Funchal, dado que este manifestou preferência por uma relação de tutela direta à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos do que àquela (Macedo, 2012, 2019a).

Assim, o Arquivo Distrital do Funchal iniciou *de facto* atividades em janeiro de 1932, com a nomeação de João Cabral do Nascimento como diretor e Álvaro Manso de Sousa na qualidade de conservador, instalado primeiramente no Palácio da Encarnação, numa das salas térreas da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, e transferido em 1933 para o Palácio de São Pedro, onde se manteve até 2003²⁷⁵. A proposta de conversão da Biblioteca Municipal do Funchal e do Arquivo Distrital do Funchal em “Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal” foi apresentada à Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2014a), com pareceres favoráveis da Câmara Municipal do Funchal e do Ministro da Instrução em 1932, nunca chegando, porém, a ter sido concretizada tal pretensão.

O Arquivo Distrital do Funchal tinha como principal incumbência incorporar os fundos dispersos da sua área jurisdicional, designadamente cartórios paroquiais, cartórios notariais, o cartório da sé, colegiadas e cabidos, cartórios judiciais, núcleos documentais de mosteiros e corporações extintas existentes nas inspeções e repartições de finanças, serviços extintos ou cessantes, corporações religiosas extintas em 1911, câmaras municipais, misericórdias, confrarias e irmandades, hospitais e outras entidades (p. ex., arquivos pessoais e familiares). A execução das incorporações constituiu uma tarefa complexa, iniciando-se o procedimento com o envio de um ofício-circular a todas as entidades no arquipélago previstas no §1.º do art.º 26.º do Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931. Em função da resposta das entidades, o Arquivo Distrital do Funchal organizava uma visita técnica *in loco*, onde se procedia à preparação da transferência, ou a entidade contactada tratava da transferência para a entidade arquivística. Devido à distância entre as povoações (concelhos, freguesias e paróquias), o Arquivo Distrital do Funchal solicitava a intervenção quer do Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal quer das administrações dos concelhos do arquipélago. O processo de incorporação fechava com a assinatura formalizada entre as partes (depositante e depositário). Posteriormente, eram realizadas tarefas arquivísticas: higienização, cotação, descrição e classificação das unidades documentais em instrumento de recuperação de informação, segundo as regras estipuladas por Portaria n.º 7588, de 30 de maio de 1933 (Ministério de Instrução Pública, 1933c). O reporte das atividades realizadas pelo Arquivo Distrital do Funchal era comunicado anualmente à Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos e publicado no boletim *Arquivo Histórico da Madeira* e nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, como prática de *accountability*. Apesar da concentração de fundos documentais no Funchal ter suscitado preocupações junto das entidades detentoras sobre continuidade de negócio na prestação de serviços de informação junto da comunidade local (por exemplo, emissão de certidões), algumas entidades demonstravam desconhecimento ou relutância em fazer cumprir a legislação. Por exemplo, se os fundos paroquiais com registos vitais entre 1860 e 1911 tinham sido recolhidos para a custódia das Conservatórias do Registo Civil por força do Decreto n.º 1630, de 9 de junho de 1915 (Ministério de Instrução Pública,

²⁷⁵ O imóvel construído de raiz para o Arquivo Regional da Madeira e Biblioteca Pública Regional foi inaugurado em 2004 pelo Governo Regional da Madeira.

1915a), a incorporação dos restantes registos paroquiais anteriores a 1860 suscitou forte oposição da parte da Diocese do Funchal²⁷⁶. Os conflitos institucionais entre a Diocese do Funchal e o Arquivo Distrital do Funchal só puderam ser resolvidos com a mediação da Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos.

Entre 1931 a 1937, o Arquivo Distrital do Funchal formalizou cerca de 72 incorporações. Ao dinamismo que caracterizou estes primeiros anos de constituição do cânone arquivístico estipulado por lei, seguiu-se um longo período de estagnação. A oposição de Cabral do Nascimento à destruição da capela de Santa Isabel do Hospital da Misericórdia do Funchal, classificado então como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 21 611, de 22 de agosto de 1932, gerou um conflito institucional com a Presidência da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, entidade responsável pela obra (Macedo, 2012). Em consequência disto, Cabral do Nascimento decidiu em 1938 tirar uma licença sem vencimento para “dedicar-se ao estudo, na Torre do Tombo, de vários documentos que ali se encontram relativos à Madeira” (como citado em Macedo, 2012, p. 78). A gestão do Arquivo Distrital do Funchal foi assegurada pelo conservador Álvaro Rogério Manso de Sousa entre 1938 e 1948. No entanto, a instituição sofreu um violento incêndio, em 1947, que destruiu uma parte significativa de fundos judiciais. Este evento obrigou a que Cabral do Nascimento regressasse em 1948, mantendo-se em funções até 1954, data em que se aposentou.

José Pereira da Costa (1922-2010), que tinha iniciado a sua carreira em 1952 como conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi nomeado, em maio de 1955, diretor do Arquivo Distrital do Funchal. Devido ao incêndio de 1947, Pereira da Costa reportou à Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos, a 8 de julho de 1955, as condições deficientes do Arquivo Distrital do Funchal e a dificuldade de assegurar as incorporações determinadas por lei devido à exiguidade do espaço. Pereira da Costa cessou funções em 1966, por motivo da sua nomeação como diretor do ANTT, cargo que exerceu até 1988. A direção do Arquivo Distrital do Funchal permaneceu vaga entre 1966 e 1969, voltando a ser ocupada por António Manuel de Sousa Aragão Mendes Correia (1925-2008), licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas²⁷⁷ e diplomado em Biblioteconomia e Arquivística pela Universidade de Coimbra, cargo que ocupou até 1986. António Aragão participou no

²⁷⁶ O boletim *Arquivo Histórico da Madeira* regista um excerto do relatório remetido ao inspetor-geral das Bibliotecas e Arquivos sobre a oposição dos párocos ao cumprimento do art.º 33.º do Decreto 19952, de 27 de junho de 1931: “Para cumprimento do Dec. 630 de 9 de Junho de 1915, enviei uma circular aos Párocos das 50 freguesias da Diocese, requisitando os livros existentes naquelas igrejas e anteriores ao período de cem anos. Nestas diligências encontrei grande número de obstáculos. A maioria dos detentores dos livros opunha-se à sua entrega, alegando que estes eram propriedade única e exclusiva da Igreja. Ao respectivo Prelado tinha eu remetido um ofício, de que comuniquei oportunamente cópia a V. Ex.ª e no qual lhe pedia exortasse os vigários das freguesias a não porem embargos à incorporação legal. Esse ofício não teve resposta. (...) Nesta altura o *Jornal*, órgão officioso da mitra, publicou algumas considerações impertinentes, contestando a legitimidade da recolha dos livros e induzindo a opinião pública a ver nisso um (sic) perseguição à igreja católica. (...) Dias depois comecei a incorporação, que alguns párocos, de manifesta má vontade, classificavam de extorsão entregando-me protestos escritos e baseados numa norma que lhes fôra remetida pelo R.º Vigário Geral. Não obstante haverem dito que a guarda da igreja era “a única segura e prudente” todavia muitos tomos achavam-se no mais ruinoso estado. De alguns cartórios paroquiais haviam desaparecido livros, que os seus detentores emprestavam, com pasmosa facilidade, a algum já falecido curioso de genealogias” (Nascimento, 1933, pp. 63–64).

²⁷⁷ António Aragão possuía uma formação na área do património cultural muito completa, sendo especializado também em Etnografia e Museologia em Paris junto do Conselho Internacional de Museus da UNESCO, em restauro de obras de arte no Instituto Central de Restauro de Roma e no laboratório de restauro do Vaticano (H. Rebelo & Fonseca, 2019), tendo sido diretor do Museu Quinta das Cruzes (Funchal). De igual forma, António Aragão notabilizou-se como escritor.

processo de regionalização do Arquivo Distrital do Funchal, em 1979, que estava previsto designar-se como “Arquivo Cabral do Nascimento”, conforme o número 1 do artigo 33.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/79/M, de 25 de maio. No entanto, a sua transferência deste serviço para o Governo Regional da Madeira somente ocorreu com o Decreto-Lei n.º 287/80, de 16 de agosto, que passou a designar-se como Arquivo Regional da Madeira, na tutela da Direção Regional dos Assuntos Culturais da secretaria regional com a pasta da Cultura. Não faremos menção à história institucional pós-autonómica deste serviço, remetendo para Macedo (2019a) para contextualização mais aprofundada²⁷⁸.

Identificação do fundo. Apesar de o Arquivo Distrital do Funchal ter sido criado em 1931, posterior, portanto, aos eventos que levaram à remoção dos fundos em 1886 do Funchal para o ANTT, esta entidade insular assume um papel relevante na forma como se posiciona como agência em torno dos casos em estudo. Apesar de o “arquivo do arquivo” não se encontrar acessível ao público na sua globalidade²⁷⁹, tanto em ambiente eletrónico como analógico, a investigação foi realizada sob autorização institucional para a compulsão manual de determinadas unidades²⁸⁰. A pesquisa incidu em séries específicas, designadamente em correspondência expedida e recebida, em relatórios de atividades e autos de incorporações produzidos entre 1931 e 1938. Esta orientação é consistente com a informação recuperada a partir do ofício-circular remetido pelo Arquivo Distrital do Funchal à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos.

Para extrair documentação relevante sobre o fenómeno de interesse, optámos por realizar uma pesquisa flexível de modo a obter resultados significativos, conforme Quadro 54:

²⁷⁸ Atendendo que o pedido de restituição dos arquivos madeirenses sob custódia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo ter-se convertido num “contencioso autonómico” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2005b), tendo adquirido maior proeminência com a inauguração do imóvel em 2004, para os efeitos desta análise retrodutiva, interessa-nos fixar no período entre a primeira transferência para o ANTT (1886) e a descoberta de fundos remanescentes pelo Arquivo Distrital do Funchal em 1937, dado que a Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), indica uma realidade que persiste até hoje, independentemente das representações realizadas pelas entidades custodiantes nos instrumentos de acesso.

²⁷⁹ Refira-se que a data de consulta deste fundo foi realizada presencialmente sob autorização da direção do então Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, entre 2018 e inícios de 2020. Em 2021, a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira disponibilizou o inventário em linha (Governo Regional da Madeira, 2021b).

²⁸⁰ Referenciado no guia de fundos como “Arquivo Regional da Madeira” (Arquivo Regional da Madeira, 1997), compulsámos o inventário “Arquivo Regional da Madeira: Arquivo definitivo e intermédio” datado de 2014. Até à data de redação de submissão deste estudo, esta realidade não se modificou. Eventualmente, até 2020, terá existido registos internos em suporte eletrónico.

Quadro 54 – Formato de pesquisa *FsFmPT*

<i>Circumstantiae</i>	<i>Parâmetros</i>	<i>Requisito</i>
<i>Fs</i>	Fundo Arquivo Regional da Madeira	Instrumento de acesso
<i>Fm</i>	Critério <i>Fm1</i> : Correspondência expedida	Título de série > u. i. > documentos
	Critério <i>Fm2</i> : Correspondência recebida	
	Critério <i>Fm3</i> : Relatórios	
	Critério <i>Fm4</i> : Autos de incorporações	
<i>P</i>	Critério <i>P1</i> : Arquivo Distrital do Funchal	Título de série > u. i. > documentos
	Critério <i>P2</i> : Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos	
	Critério <i>P3</i> : Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	
	Critério <i>P4</i> : Repartição de Finanças do Funchal	
<i>T</i>	1931-1938	Datas

Fonte: elaboração própria.

De acordo com o Quadro 54, os resultados obtidos tiveram de conformar-se com o facto de operarmos em ambientes exclusivamente analógicos, pelo que a identificação passou, em primeiro lugar, pela quantificação de unidades de instalação dentro do âmbito temporal definido (*Fm+T*) e, depois, pela identificação dos documentos compostos/simples relativas às entidades (*Fm+P*). A figura seguinte expõe o fluxo de seleção de unidades de instalação e de documentos:

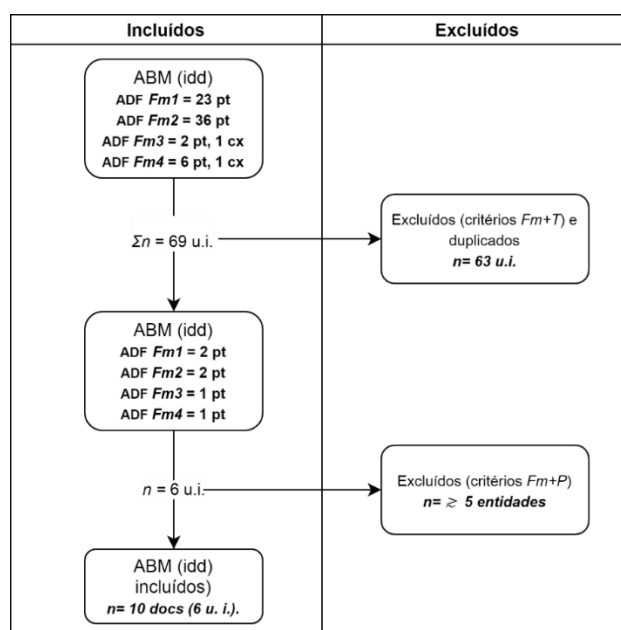


Figura 38 – Fluxo PRISMA de identificação de documentos do fundo ADF (ABM).

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/hy42n/>>.

A abordagem adotada para a seleção dos documentos do fundo *Arquivo Distrital do Funchal* diferenciou-se das estratégias de pesquisa anteriores, apenas no facto de dependermos do instrumento de acesso à informação providenciado pela entidade custodiante. Para poder referenciar-se as informações relevantes extraídas a partir das unidades de instalação incluídas, foi indispensável realizar ações prévias, que consistiram na compulsão e leitura global dos documentos, quantificação das unidades de instalação e de documentos, para então poder realizar-se uma extração de dados e

cotejamento entre documentos. Identificámos um conjunto de documentos no fundo *Arquivo Distrital do Funchal*, que consideramos ser relevante para efeitos de análise de rastreamento processual. Tais documentos encontram-se vinculados não só aos casos selecionados como também diz respeito ao conjunto dos fundos que integram a população. O Quadro seguinte identifica os documentos recuperados:

Quadro 55 – Documentos incluídos do fundo ARM (ABM)

#	Título	Datas	Código de referência/Cota/URI
1	<i>Relatórios 1931-1969</i>	12-01-1934	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 57
2	<i>Correspondência recebida 1931-1937: [Of. Liv.º 3º n.º 37 (ADF 139) da IGBA ao ADF] (não restituição)</i>	19-01-1934	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 23
3	<i>Correspondência expedida 1935-1952: [Ofício n.º L.º 2, N.º 61, do ADF ao diretor da Repartição de Finanças do Funchal]</i>	06-02-1936	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 2
4	<i>Correspondência expedida 1935-1952: [Ofício n.º L.º 2, N.º 101, do ADF ao diretor da IGBA]</i>	11-12-1936	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 2
5	<i>Correspondência recebida: [Ofício n.º, Liv.º 6º n.º 20 (ADF 307) da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos ao director do ADF]</i>	02-02-1937	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 23
6	<i>Correspondência expedida 1935-1952: [Ofício n.º L.º 2, N.º 110, do ADF ao diretor da IGBA]</i>	17-02-1937	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 2
7	<i>Livro de registo de incorporações (1932/1955)</i>	10-03-1937	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , liv. 61, fól. 16v.
8	<i>Correspondência recebida 1931-1937: : [Ofício n.º 20, liv.º 6.º, do IGBA ao diretor do ADF]. (conventos)</i>	22-03-1937	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 23
9	<i>Correspondência expedida 1935-1952: [Ofício n.º L.º 2, N.º 121, do ADF ao presidente da comissão administrativa da JGD AFUN]</i>	09-04-1937	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 2
10	<i>Correspondência expedida 1935-1952: [Ofício n.º Liv.º 2º n.º 139, ADF à IGBA], (pedido de licença)</i>	27-08-1937	Funchal, ABM, <i>Arquivo Regional da Madeira</i> , pt. 2

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/xgZR9/>>.

O conjunto de documentos recuperados de quatro séries documentais ($n=10$ documentos) relaciona-se diretamente com o fenómeno de interesse deste estudo. O item #2 constitui a mesma informação constante do item #1 do Quadro 49, isto é, a posição da ISBA em relação à restituição dos fundos madeirenses incorporados no ANTT. A trajetória desta questão sofre uma reviravolta entre os itens ##3-10, em dois momentos: (1) a redescoberta dos fundos conventuais remanescentes na custódia da Repartição de Finanças do Funchal e incorporação no Arquivo Distrital do Funchal e (itens ##3-8) e (2) a iniciativa do diretor do Arquivo Distrital do Funchal em proceder a inventariação *in loco* dos fundos madeirenses custodiados pelo ANTT (itens ##9-10).

Com base nos documentos selecionados, atendendo que enfrentámos as limitações resultantes do facto de não se dispor de outros instrumentos de acesso à informação sobre o fundo *Arquivo Distrital do Funchal* mais detalhados, realizamos a seguir uma análise retrodutiva que identifique as

estruturas e poderes emergentes associados não só à amostra de casos, mas também relacionados com a população deste estudo.

4.2. “Arquivos nos arquivos”: enfoque nas estruturas

O enfoque desta secção consiste no rastreamento processual a partir da explicação causal baseado em resultados (Beach & Pedersen, 2013).

Embora a estrutura subjacente ao fenómeno de interesse se encontre relacionada com processos de transferências de conjuntos documentais para a custódia de entidades arquivísticas, suportando-se muitas vezes no argumento do amparo legal, as modalidades de aquisição de arquivos pelas entidades arquivísticas não explicam suficientemente as relações entre a representação da informação dos arquivos deslocados e a remoção dos arquivos dos contextos sociais e territoriais e originários.

A abordagem, que se adota, visa confrontar a informação constante da história custodial e arquivística e fonte imediata de aquisição dos instrumentos de acesso à informação dos fundos integrantes da amostra em estudo (descrito em 2.1.3.4 e em 2.1.3.6) cruzada com os elementos recuperados em 2.2. Esta abordagem *bottom-up* é entendida como um processo baseado em “working backward from the outcome by sifting through the empirical record in an attempt to uncover a plausible causal mechanism that can have produced the outcome” (Beach & Pedersen, 2013, p. 311). De acordo com as abordagens metodológicas definidas *supra*, dividimos em três subsecções que se apoiam no rastreamento processual dos mecanismos subjacentes à aquisição de fundos e de representação em instrumentos de acesso à informação: aquisições de fundos *ope legis* (4.2.1), operações de transferências (4.2.2) e cânones arquivísticos em confronto, acesso e serendipidade (4.2.3).

Como tal, esta subsecção tem como propósito identificar mecanismos que conectem as causas aos resultados de aquisição de fundos, atendendo às condições contextuais em que tais eventos ocorreram. Os mecanismos de aquisição de fundos proporcionam uma base, que permite explicar suficientemente o fenómeno em estudo, uma vez que não podemos compreender processos de representação da informação, que exigem a sua custódia, praticados pelas entidades arquivísticas, sem termos presente diversas modalidades de aquisição de fundos.

Tendo como referência a amostra constituída em 2.2, extraímos elementos constantes dos metadados de “história custodial e arquivística” e “fonte imediata de aquisição ou de transferência” a partir dos instrumentos de acesso à informação mais recentes. Como não se pretende reincidir na análise de elementos já explorados em 2.1.3.4 e em 2.1.3.6, estes metadados, de acordo com as garantias literárias para a descrição arquivística, têm como propósito, respetivamente, “registar as sucessivas transferências de propriedade, responsabilidade e/ou custódia da unidade de descrição e indicar circunstâncias que tenham contribuído para a sua estrutura e organização actuais” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 26) e “registar a fonte, a data e/ou modalidade de aquisição

da unidade de descrição” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 28), especialmente quando “a unidade de descrição for adquirida directamente ao produtor” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 26). O Quadro 56 extrai os elementos atrás expostos:

Quadro 56 – Mecanismos de aquisição de fundos

Casos	Metadados	ANTT	ABM
Crítico: <i>Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo</i>	História custodial e arquivística	<i>A documentação foi entregue à Repartição da Fazenda do Funchal, sendo posteriormente incorporada no Real Arquivo, em cumprimento da Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886. Os livros com as cotas antigas, de seguida discriminadas, passaram do fundo "Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal" para a "Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo". As cotas actuais dos mesmos devem ser consultadas nos respectivos registos. São os seguintes livros: 400, 401, 414 a 416, 672, 673, 680, 690, 703, 704, 715, 716, 728, 740 e 780. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).</i>	[Não aplicável]
	Fonte imediata de aquisição	<i>Incorporação ao abrigo de Portaria do Ministério do Reino. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f).</i>	[Não aplicável]
Extremo: <i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal</i>	História custodial e arquivística	<i>Em 1894, a 21 de Junho, os livros do arquivo do suprimido convento de Nossa Senhora da Encarnação, que se encontravam na Repartição de Fazenda do Distrito do Funchal, foram transferidos para o Arquivo da Torre do Tombo. A documentação foi sujeita a tratamento arquivístico, no final da década de 1990, empreendido por técnicos da Torre do Tombo e por investigadores externos. Foi abandonada a arrumação geográfica por nome das localidades onde se situavam os conventos ou mosteiros, para adoptar a agregação dos fundos por ordens religiosas. Desta intervenção resultou o facto de cada ordem religiosa passar a ser considerada como grupo de fundos, e simultaneamente como fundo, constituído a partir da documentação proveniente da casa-mãe ou provincial, alteração esta que provocou a alteração de cotas nos fundos intervencionados. Foram constituídas séries documentais segundo o princípio da ordem original sempre que possível (com base em índices de cartórios quando existentes), correspondendo à tipologia formal dos actos, e que, na generalidade, é documentação que se apresenta em livro. A documentação que se encontra instalada em maços foi considerada como uma colecção ao nível da série, com a designação de 'Documentos vários', não tendo sido objecto de intervenção. Este projecto deu origem à publicação da monografia designada 'Ordens monásticas-conventuais: inventário', com a coordenação de José Mattoso e Maria do Carmo Jasmíns Dias Farinha. (Archives Portal Europe Foundation, 2020d; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a)</i>	<i>Uma importante parcela do cartório do Convento da Encarnação, num total de 48 livros, foi transferido para a Torre do Tombo por imposição do decreto de 2 de Outubro de 1862 e posterior portaria de 9 de Junho de 1886. No entanto, o Arquivo Regional da Madeira incorporou ainda 35 livros desta instituição, quase todos referentes à administração dos seus bens. (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 178)</i>
	Fonte imediata de aquisição	[informação omissa]	<i>Incorporação no Arquivo Regional da Madeira em 10 de Março de 1937. (Arquivo Regional da Madeira 1997, 179)</i>

Fonte: constante do quadro.

No caso do fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, como caso crítico, os dados foram extraídos da base de dados em linha (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f). A informação relativa à sucessão de custódia claramente indica que a documentação teve como fonte imediata de aquisição a Repartição da Fazenda do Funchal, entidade cuja denominação foi inicialmente atribuída no instrumento de acesso, tanto na relação anónima (Anón., 1939e) como em Costa (1955), pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Os dados não indicam se a transferência foi concretizada em 1886 ou em 1887²⁸¹. Conforme analisado em 3.1, a desagregação deste conjunto documental a partir da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* só foi concretizada depois da publicação do instrumento de acesso pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo a partir de 2000. A informação sobre a forma de aquisição indica apenas a “incorporação ao abrigo de Portaria do Ministério do Reino” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008f), mais precisamente, a Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886. A incorporação constitui uma forma de “aquisição gratuita e a título definitivo de documentos de arquivo por uma instituição ou serviço responsável pela aquisição e comunicação dos documentos de arquivo, que sobre eles passa a ter jurisdição plena” e “definidas por via legislativa” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 78). Neste sentido, tudo indica que a Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886 constitui a causa a partir da qual se ativaram os mecanismos de aquisição de conjuntos documentais transferidos da Repartição da Fazenda do Funchal para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde foram incorporados, sob a denominação inicial de *Repartição da Fazenda do Funchal*.

Em relação ao caso extremo, *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, o ANTT apenas providencia, como já exposto atrás, informações sobre “história custodial e arquivística” (Archives Portal Europe Foundation, 2020d; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011d; Carvalho & Braga, 2017a), enquanto o ABM disponibiliza no seu guia de fundos os dois elementos de meta-informação selecionados (Arquivo Regional da Madeira, 1997). Embora a data de aquisição dos fundos se encontre atestada na guia de remessa do ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1894, 2008h), 21 de junho de 1894, este instrumento de acesso à informação não menciona explicitamente o fundamento legal que conduziu à transferência dos conjuntos documentais do Funchal para Lisboa. Apenas o guia de fundos do Arquivo Regional da Madeira refere que o conjunto documental foi “transferido para a Torre do Tombo por imposição do decreto de 2 de Outubro de 1862 e posterior portaria de 9 de Junho de 1886” (Arquivo Regional da Madeira, 1997, p. 178), realçando que o conjunto remanescente foi incorporado a 10 de março de 1937, não

²⁸¹ A formalização da transferência constante da listagem elaborada por Roberto Augusto da Costa Campos e assinado pelo Pe. Feliciano João Teixeira sobre o fundo do Cabido da Sé do Funchal data de 24 de setembro de 1887 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1894, 2008h). O fundo Convento de Santa Clara do Funchal foi transferido em duas ocasiões, a primeira, diretamente da abadessa Sórora Mari a Amália do Patrocínio e da escritã Genoveva Carlota do Monte, a 4 de novembro de 1886; a segunda, a 21 de junho de 1894, a partir da Repartição da Fazenda do Funchal. Quanto aos fundos Alfândega do Funchal e Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (*olim* Repartição da Fazenda do Funchal), os instrumentos de acesso disponíveis não clarificam em que data foram transferidos do Funchal para Lisboa.

mencionando a base legal que, causalmente, está na base dos processos de aquisição, *i. e.*, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 26.º do Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931.

Podemos através destes diplomas perceber dois momentos distintos de aquisição de arquivos *ope legis*: o primeiro, o Decreto de 2 de Outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), de um movimento de concentração para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, segundo, o Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931a), que corresponde à consolidação de um processo de descentralização, que permitia as aquisições de conjuntos documentais para junto de instituições arquivísticas de âmbito jurisdicional distrital ou local.

O diploma Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886, que aparece associado ao Decreto de 2 de Outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), encontra-se atestado nas relações elaboradas em 1886 e em 1887 por Roberto Augusto da Costa Campos e replicados nos instrumentos de acesso à informação posteriores. No entanto, a relação elaborada por este oficial superior do ANTT em 1894 não faz qualquer menção a estes diplomas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1894, 2008h). Se bem que a Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886 somente ocorra nos instrumentos de acesso à informação, que descreveram os fundos madeirenses removidos para o ANTT, seria expectável que este diploma contivesse as condições necessárias ou suficientes para que se tivessem desencadeado os mecanismos através dos quais se manifestaram os poderes de aquisição e determinação do destino destes conjuntos documentais, como o Quadro 51 (itens ##2-5) supra-exarado sugere. Porém, as pesquisas conduzidas nos índices do *Diário do Governo* de 1886 (“Índice,” 1887), com vista a certificar-nos acerca do teor do diploma, não recuperaram qualquer referência que permitissem indicar a existência da “Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886”. Como o Decreto de 2 de Outubro de 1862 inequivocamente determinou que os “archivos ou cartorios de todas as igrejas e corporações religiosas (...) serão transferidos para o archivo nacional da torre do tombo e n’elle incorporadas” (Ministério da Justiça, 1862, p. 303), a ausência de elementos factuais, que atestem a existência da denominada “Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886”, não deixou de ser um factor causal relevante para produzir um determinado efeito, que o teve, ao menos na forma como este diploma tem sido referenciado pelos instrumentos de acesso à informação sucessores, sem indagação por parte das entidades custodiantes acerca do seu teor. Independentemente da licitude dos atos, que conduziram à remoção dos arquivos do Funchal para o ANTT, a denominada “Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886” tem sido apontada em diversos instrumentos de acesso à informação como a causa dos eventos das transferências ocorridas em 1886, em 1887 e em 1894.

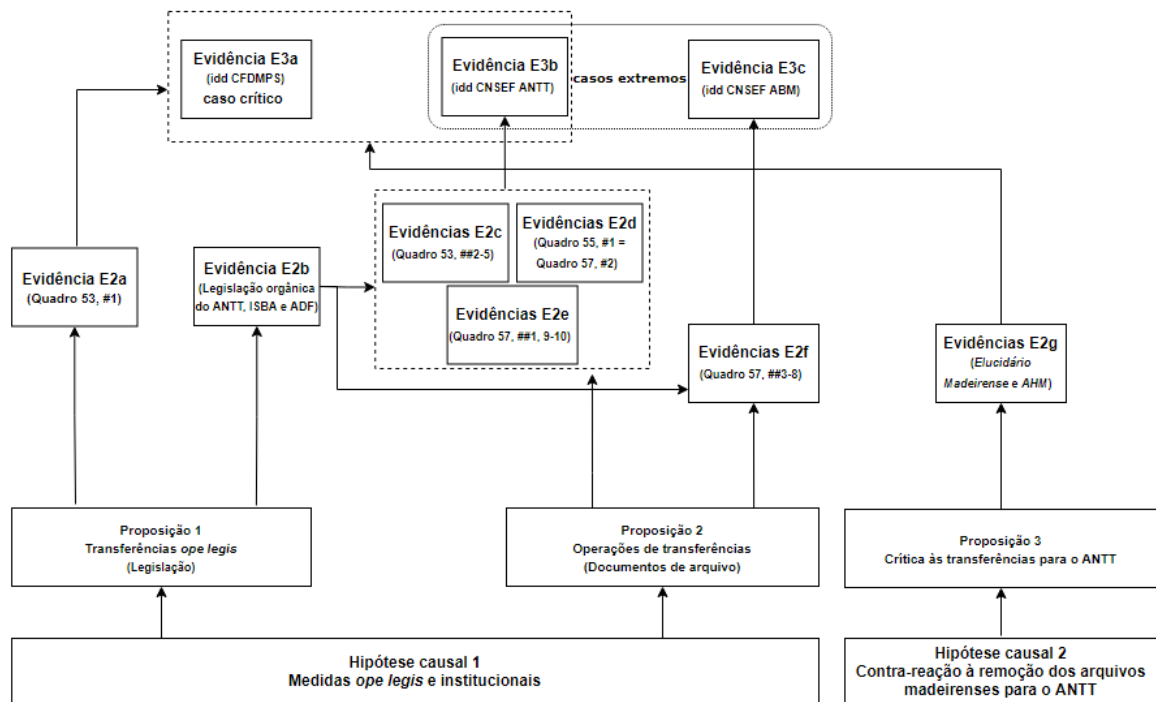


Figura 39 – Mapa argumentativo de rastreamento processual.
 Fonte: elaboração própria²⁸². Dados da investigação: <<https://osf.io/hetbg/>>.

Para poder-se ilustrar como o conjunto de evidências obtidas até aqui – instrumentos de acesso à informação e informação recuperada dos “arquivos dos arquivos” – na forma como se interrelacionam os mecanismos causais que, em condições específicas, permitiram gerar determinados resultados, *i. e.*, transferência de conjuntos documentais e incorporação em instituição arquivística, pretende-se realizar aqui uma interpretação em torno de duas hipóteses causais. A primeira prende-se com a aquisição por força da lei (*ope legis*), que pode ser simultânea com os poderes da agência institucional e esta operar sobre as estruturas (Archer, 1995; Danermark *et al.*, 2005). A segunda hipótese causal relaciona-se, por oposição, a medidas extra-legais e para-institucionais, que operam como forças que emergiram em reação às estruturas e poderes institucionalizados. A etapa retrodutiva inscreve-se aqui com o propósito de identificar-se as condições transfactuais, estruturas e mecanismos que conduziram a que os arquivos removidos dos contextos sociais e territoriais originários se configurem como “deslocados”.

²⁸² As linhas/setas indicam relações teóricas entre as proposições, hipóteses causais e evidências. Os conjuntos de células circundadas a pontilhado correspondem a um *cluster* tematicamente relacionado (ao nível da família E2) e ao grupo de instrumentos de acesso à informação relativos a fundos na custódia do ANTT, focalizado na amostra deste estudo (família E3).

Quadro 57 – Mapa argumentativo de rastreamento processual

HIPÓTESE CAUSAL 1 (HC1): MEDIDAS OPE LEGIS E INSTITUCIONAIS CONDUCENTES À TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS	
PROPOSIÇÕES ASSOCIADAS À HC1	
P1 Aquisições de fundos ope legis	
<i>Evidência E2a</i>	[E2a1-1] Autorização para a contratação de arquivista para a Repartição da Fazenda do Funchal. 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1864), publicado na Lei de 27 de junho de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865). [E2a2-1] Cópia do officio do Ministro da Fazenda ao Prefeito da Madeira de 1834-07-10 (Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, 1834, fols. 22v-23r).
<i>Evidência E2b</i>	[E2b1] Determina a transferência e incorporação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo os arquivos e cartórios de todas as igrejas e corporações religiosas (Ministério da Justiça, 1862). [E2b2] Determina critérios de seleção de documentos para transferência e incorporação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (Ministério da Justiça, 1862; Ministério de Instrução Pública, 1927; Ministério do Reino, 1887a, 1901). [E2b3] Determina a agência responsável pela transferência e incorporação de fundos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Ministério da Justiça, 1862). [E2b4] Determina o procedimento de formalização da transferência e incorporação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Ministério da Justiça, 1862; Ministério do Reino, 1887a). [E2b5] Estabelece a descentralização de serviços arquivísticos e critérios de aquisição de conjuntos documentais (Ministério de Instrução Pública, 1927, 1931a). [E2b6] Determina a transferência e incorporação de documentos para o Arquivo Distrital do Funchal (Ministério de Instrução Pública, 1931e, 1931f).
P2 Operações de transferências	
<i>Evidência E2c</i>	[E2c1] Ajuda de custo para o oficial do ANTT para ir ao Funchal recolher fundos (Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino, 1886, 1887) [E2c2] Notifica oficialmente às entidades insulares (Bispo do Funchal, Delegado do Tesouro Funchal e Governo Civil do Distrito do Funchal) sobre a recolha dos documentos pelo funcionário designado do ANTT (Direcção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, 1886a, 1886b)
<i>Evidências E3a</i>	Cf. <i>supra</i> Quadro 28 (#1)
<i>Evidências E3b</i>	Cf. <i>supra</i> Quadro 29 (##1 e 2)
P3 Reivindicação, acesso e serendipidade	
<i>Evidência E2d</i>	[E2d1-1] Restituição dos arquivos madeirenses custodiados pelo ANTT para o Arquivo Distrital do Funchal (Arquivo Distrital do Funchal, 1934) [E2d1-2] Resposta da IGBA ao ofício-relatório do Arquivo Distrital do Funchal (Janeiro de 1934) (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934a)
<i>Evidência E2e</i>	[E2e1] Deslocação à Lisboa para proceder à identificação dos fundos madeirenses custodiados pelo ANTT (Arquivo Distrital do Funchal, 1937d, 1937e)
<i>Evidência E2f</i>	[E2f1] Identificação de fundos remanescentes na Repartição de Finanças do Funchal (Arquivo Distrital do Funchal, 1936b, 1936a, 1937b, 1937c, 1937f, 1937a)
<i>Evidência E3c</i>	Cf. <i>supra</i> Quadro 29 (##4)
HIPÓTESE CAUSAL 2 (HC2): CONTRA-REAÇÃO AOS ARQUIVOS REMOVIDOS PARA O ANTT	
PROPOSIÇÕES ASSOCIADAS À HIPÓTESE CAUSAL 2	
P3 Contestação às transferências	
<i>Evidência E2g</i>	[E2g1] Remoção dos arquivos madeirenses para o ANTT (J. F. Machado, 1935; F. A. da Silva & Menezes, 1921).
<i>Evidência E3a</i>	Cf. <i>supra</i> Quadro 28 (#1)
<i>Evidência E3b</i>	Cf. <i>supra</i> Quadro 29 (##1 e 2)

Fonte: elaboração própria.

A Figura 39 atrás propõe um mapa argumentativo, que representa uma interpretação heurística dos processos de aquisição de arquivos, estabelecendo-se como hipótese (1) se as medidas *ope legis* e institucionais operaram causalmente nos resultados ou (2) até que ponto as medidas (extra-)legais e/ou (para-)institucionais influenciaram causalmente na (não) aquisição de fundos por parte do ANTT. Para tal, definimos proposições, que emergem das observações empíricas que surgiram do

conjunto de dados, que constituem evidências (*i. e.*, instrumentos de acesso à informação e informação recuperada dos “arquivos dos arquivos”). Constituíram-se duas hipóteses que permitem explicar a(s) causa(s) que operou (ou operaram) sobre um resultado específico: (HC1) medidas *ope legis* e institucionais e (HC2) medidas (extra-)legais ou (para-)institucionais. Estas hipóteses causais partem do pressuposto de que os processos de transferências de fundos documentais para o ANTT ocorreram dentro de um quadro legal ou extra-legal de aquisição de arquivos.

Sendo eventos já ocorridos, as evidências identificadas nos Quadro 51, Quadro 53 e Quadro 55 possibilitam estabelecer relações e sequências de eventos subjacentes ao(s) mecanismo(s) de aquisição de fundos. Subdividimos as hipóteses em proposições de modo a estabelecer a “logical link between actual empirical material and a causal theory” (Beach & Pedersen, 2016, p. 182), vinculando as evidências como material empírico relevante para o estabelecimento de relações de causalidade. Enquanto a proposição 1 (P1) estabelece que pode existir relação nas transferências realizadas por força da lei (*ope legis*), a proposição 2 (P2) estabelece uma relação que aponta para a existência de operações institucionais na execução das transferências de fundos, que podem ou não estar relacionadas causalmente com P1. Entendemos que as operações de aquisição de fundos podem ocorrer em contextos institucionais distintos, pelo que se tornou plausível distinguir entre as proposições baseadas em operações executadas pelo ANTT (P2a) e as realizadas pelo Arquivo Distrital do Funchal (P2b). As evidências associadas a estas proposições são aquelas que empiricamente foram recuperadas nos “arquivos dos arquivos”, de acordo com os quadros acima indicados. No que concerne à HC2, divisamos uma proposição associada à crítica da remoção de fundos do arquipélago da Madeira para o ANTT, enfocada nas evidências presentes na literatura insular do mesmo período, em artigos de enciclopédia e artigos em revista. Esta abordagem é consistente com o rastreamento processual com enfoque na explicação a partir dos resultados (Beach & Pedersen, 2013, 2016), por a construção das hipóteses causais e das proposições terem emergido a partir das evidências empíricas, que permitem explicar plausivelmente a razão por que conjuntos documentais do fenómeno em estudo se encontram “deslocados”. Para precisar os aspetos atrás expostos, passaremos a expor os elementos constantes do Quadro 57, precisando com os elementos textuais que suportam as proposições e hipóteses causais.

4.2.1. Aquisições de fundos ‘ope legis’

As aquisições de fundos realizados pelos arquivos públicos suportam-se em um conjunto de normas que legitimam a sua função custodial. Os mecanismos de aquisição de conjuntos documentais – *u. g.*, compra, dação, depósito, doação, incorporação, legado, permuta ou reintegração (Alves *et al.*, 1993; Biblioteca Nacional de Portugal, 2010) – resultam, na maior parte das vezes, na sua transferência física, por outras palavras, na sua remoção dos seus contextos sociais, institucionais e/ou territoriais originários. A remoção dos arquivos não constitui um aspecto em si negativo,

especialmente quando a conservação de tais bens documentais não é possível de ser assegurada *in situ*. Não obstante, a aquisição de fundos pode conter motivações políticas e ideológicas que condicionam a possibilidade de manutenção *in situ* de tais conjuntos documentais.

No que concerne aos casos (crítico e extremo) em análise, a evidência que poderá estar associada ao fenómeno de interesse consiste na autorização para a aquisição de arquivista para a Repartição da Fazenda do Funchal [E2a1]. O depósito do diploma, que manda *arquivar na Torre do Tombo, com o respectivo autógrafa de decreto* (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1864), *i. e.*, a Lei de 27 de junho de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865), sugere não só que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tomou conhecimento da decisão do Ministério da Fazenda como também do papel que a Repartição da Fazenda do Funchal desempenharia na concentração dos fundos documentais dos mosteiros masculinos e femininos extintos no arquipélago, respectivamente, em 1834 e em 1861 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1862; Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda, 1835). Como a entidade antecessora da Repartição da Fazenda do Funchal era a Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, o fundo desta entidade apresenta dados que corroboram o seu envolvimento no confisco de bens das instituições religiosas existentes no arquipélago. O ofício “sobre a arrecadação d’os objectos existentes no Convento de S. Francisco desta Cidade, e sobre o recenseamento d’os Religiosos d’essa Ordem Extincta” de Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque a Francisco Correia de Herédia, datado de de 9 de agosto de 1834, emanado do Palácio da Prefeitura no Funchal, ordenava o seguinte:

[E2a1-1] *Devendo o Convento de S. Francisco desta Cidade ser, quanto antes, evacuado pelos Frades, nelle existentes, e posto em arrecadação quanto no mesmo Convento existe e pertence á Fazenda Publica; a Comissão da Fazenda passará, digo, que V. S^a. preside, passará, quanto antes, a fazêr inventariar os referidos objectos, e a tomar conta delles, fazendo-os arrecadar no logar, que lhe parecer conveniente: devendo sêr o maior cuidado, que os vasos sagrados, Paramentos, Imagens, e objectos quaesquer d’o culto Divino, sejaõ transportados, e arrecadados com o respeito, e [ilegível] objetos se deve; prevenindo-se com o maior escrupulo, que a execução de tal medida possa dar logar a escandalo d’os póvos, ou armas aos calumniadôres, e detractôres d’as medidas d’a Refórma* (Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, 1834).

Embora este excerto indique expressamente a produção de um inventário e custódia dos bens do extinto Convento de São Francisco do Funchal, tais evidências podem ser conferidas no fundo do Ministério das Finanças (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2016c). Esta ação, não obstante, tinha sido extendida a todos os conventos masculinos do arquipélago (Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos, Convento de São Sebastião da Calheta, Recolhimento de Nossa Senhora da

Porciúncula da Ribeira Brava e Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz), como o ofício emanado do Paço de Queluz, a 10 de julho de 1834, por José da Silva Carvalho, Ministro da Fazenda, ao Prefeito da Madeira, Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, remetendo instruções para a sua execução:

[E2a1-2] *Sua magestade Imperial o Duque de Bragança, Regente em Nôme d'a rainha, ordenou que o Prefeito d'a Ilha d'a Madeira e Porto Santo dê conta pela Secretaria de Estado d'os Negocios da Fazenda, d'os têrmos em q[ue] se achaõ as diligencias que por esta Repartição e pelo Tribunal d'o Thesouro Publico, lhe forão commettidas, a respeito d'os Conventos d'as Extinctas Ordens Regulares: declarando se tem mandado tomar conta d'os mesmos conventos, se há alguns, em que ainda existã Religiosos, se estão feitos os respectivos Inventarios, ou os têrmos em que se achaõ; e teẽ feito tomar posse de todos os bens d'as mencionadas ordens, ou em que parte d'elles se tee verificado esta solemnidade; e propondo as [rasurado] providencias que julgar mais convenientes para se levar a effeito quanto se acha determinado sobre tão importante diligencia, que o Mesmo Augusto Senhor lhe Há por muito recommedado* (Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, 1834).

Estes elementos apontam inequivocamente que a Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, depois Repartição da Fazenda do Funchal, teve uma ação direta sobre o processo de confisco de bens às ordens religiosas no arquipélago. Se bem que o levantamento de bens tenha incluído o levantamento da livraria do convento, que acabou por não ser remetido para o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, não é claro até que ponto os inventários elaborados terão incluído o levantamento dos cartórios conventuais madeirenses. Não é possível determinar com segurança se os cartórios dos conventos confiscados da ilha da Madeira foram recolhidos de forma íntegra ou se houve seleção e/ou eliminação. Ao que tudo indica, os cartórios conventuais masculinos do arquipélago foram oportunamente arrecadados pela Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, possivelmente em fases distintas entre 1834 e 1839, que acumulava, para além da *Alfândega do Funchal*, a documentação da *Junta e Provedoria da Real Fazenda do Funchal*. Portanto, a dimensão da documentação acumulada na Repartição da Fazenda do Funchal justificava não só a necessidade de contratar um arquivista para os quadros da instituição²⁸³ como também se previa futuras incorporações em razão da Lei de 4 de abril de 1861

²⁸³ A informação que se recuperou internamente do fundo 2.^a *Repartição de Finanças do Funchal*, em unidade intitulada *Correspondência de diversas repartições do Districto, 1862-1867* (cota "2^a RFFUN 1991"), consta registo de ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, o seguinte assunto: "Communicando que por Carta de lei de 27 de Junho ultimo fora augmentado o quadro desta Rep[artição] com um logar de archivista que terá o ordenado de 240\$000 reis" (Repartição da Fazenda do Funchal, 1864b). Por ofício da mesma entidade, foi nomeado Francisco António da Costa Moniz "para o logar de Archivista desta Repartição, creado por carta de lei de 27 de Junho do mesmo anno" (Repartição da Fazenda do Funchal, 1864a) a 1864-07-25, o qual tomou posse a 1864-10-01, conforme livro "N.º 1 de Posses e Juramentos" (cota provisória 2^a RFFUN 2422, fols. 85r-85v). Francisco António da Costa Moniz era natural de Santa Maria Maior (Funchal), filho de António Caetano da Costa Moniz e de Caetana Perpétua Moniz da Costa. Casou-se

(Ministério dos Negócios da Fazenda, 1862) e do Decreto e Instruções de 31 de maio de 1862 (Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1871), do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, sobre a expropriação dos bens dos conventos femininos. Um dos aspectos que poderão indicar a razão por que a documentação da Repartição da Fazenda do Funchal se misturara com o fundo Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, como as unidades CNSEF Livs. 4-5 e 11-13 atestam, poderá estar relacionada com o facto de aquela entidade da administração central periférica do Estado ter passado a assumir a produção da informação sobre a atividade do convento, como previsto em diversa legislação, especialmente pela Lei de 18 de fevereiro de 1861 (Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1862). No entanto, se a passagem dos bens deste convento feminino só se concretizaria após a morte da última religiosa professa, como estipulado no artigo 11.º das Instruções de 31 de maio de 1862, os arquivos dos conventos suprimidos deveriam ser “provisoriamente entregues aos competentes delegados do thesouro, para que possam promover a administração e arrecadação dos respectivos rendimentos e termos” (Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1871, p. 34). Assim, o cartório do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação*, à semelhança do *Convento de Santa Clara do Funchal*, só foi recolhido depois de 24 de outubro de 1890, data do falecimento da última religiosa, Madre Felisberta Cândida de São Bernardo.

Se bem que, neste contexto, a Repartição da Fazenda do Funchal tenha assumido um papel relevante na concentração de diversos conjuntos documentais do arquipélago, em cumprimento das disposições legais atrás mencionadas, o evento [E2b1] que determinou o destino da documentação custodiada por esta entidade deu-se com a publicação do Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862). Lê-se, no seu artigo primeiro, que “os archivos ou cartorios de todas as igrejas e corporações religiosas, comprehendidas no artigo 5.º da lei de 4 de abril de 1861, serão transferidos para o archivo nacional da torre do tombo e n’elle incorporadas” (Ministério da Justiça, 1862, p. 303). É com esta base legal que se dá o *trigger* da remoção massiva dos arquivos dos seus contextos sociais e territoriais originários.

Os critérios subjacentes à seleção de conjuntos documentais a serem transferidos para o ANTT [E2b2] encontram-se explicitamente determinados na legislação, em que as mais recentes não só herdaram as determinações constantes dos articulados da legislação precedente como também amplia o escopo dessa determinação, como os extratos seguintes demonstram:

[E2b2-1] *Art. 2.º A transferencia de que trata o artigo antecedente começará a ter lugar desde já pela fôrma estabelecida n’este decreto, com relação aos documentos*

com Matilde Eulália Moniz na paróquia de Santa Maria Maior a 10 de fevereiro de 1839 (Paróquia de Santa Maria Maior (Funchal), 1839).

anteriores ao anno de 1600 ou seus traslados, ainda que de data mais moderna (Ministério da Justiça, 1862, p. 304).

[E2b2-2] *Art. 5.º As disposições do decreto de 2 de outubro de 1862, que mandou recolher no real archivo da Torre do Tombo os documentos anteriores ao anno de 1600 existentes nos cartorios das igrejas e corporações religiosas comprehendidas no artigo 5.º da lei de 4 de abril de 1861, ficam sendo extensivas a todos os documentos d'esses cartorios anteriores ao anno de 1834, bem como aos que houverem pertencido a tribunaes, repartições e estabelecimentos do estado actualmente extinctos, e aos que não forem necessarios ao serviço e expediente d'aquelles em cuja posse estejam* (Ministério do Reino, 1887a, p. 688).

[E2b2-3] *XIII. Zelar o cumprimento das disposições dos decretos de 2 de outubro de 1862 e 29 de dezembro de 1887, relativos á incorporação no Real Archivo da Torre do Tombo de todos os documentos anteriores a 1834, existentes nos cartorios das igrejas e corporações religiosas comprehendidas no artigo 5.º da lei de 4 de abril de 1861, dos que hajam pertencido a repartições ou estabelecimentos do Estado actualmente extinctos, e ainda dos que não sejam precisos ao serviço e expediente d'aquelles em cuja posse se encontram* (Ministério do Reino, 1901, p. 1184).

Através destes passos, é possível perceber que os diplomas claramente determinam a remoção de diversos fundos oriundos de diversos pontos do território nacional para o então Real Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, extendendo progressivamente não só o escopo cronológico como também a tipologia de cartórios de entidades extintas. Somente com o Decreto n.º 13724, de 3 de junho de 1927, se alterou esta orientação concentracionista, que marcou o período Régio ao estabelecer que os “manuscritos de natureza geralmente literária guardam-se nas bibliotecas eruditas, e os documentos dos cartórios das instituições monásticas e repartições extintas guardam-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nos arquivos distritais” (Ministério de Instrução Pública, 1927, p. 895). A presença de arquivos distritais – como a Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria (Ministério de Instrução Pública, 1916b), o Arquivo Distrital de Bragança (Ministério de Instrução Pública, 1916c), o Arquivo Distrital de Évora (Ministério de Instrução Pública, 1916d) e o Arquivo Distrital de Braga (Ministério de Instrução Pública, 1917a) – possibilitou desenvolver a descentralização territorial dos serviços arquivísticos, sob a égide da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, nas sedes de distrito, estipulando os seguintes critérios de aquisição em contextos distintos [E2b5]:

[E2b5-1] *Artigo 1.º É criado em cada sede de distrito do continente e ilhas adjacentes, com excepção de Lisboa e Coimbra, um arquivo distrital, de organização idêntica aos já criados em Braga, Évora, Leiria e Bragança, destinados a recolher, instalar,*

inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os núcleos de documentos dispersos no distrito respectivo: a) Cartórios paroquiais; b) Cartórios notariais; c) cartórios das sés, colegiadas e cabidos; d) Processos cíveis, crimes e orfanológicos findos; e) Papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspeções e repartições de finanças; f) Papéis das repartições extintas e serviços cessantes; g) Documentos das congregações religiosas extintas em 1911, ainda em poder das comissões locais de administração dos bens das igrejas; h) Todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do País, devam recolher aos arquivos do Estado. §1.º As câmaras municipais, confrarias, misericórdias e hospitais poderão depositar, no todo ou em parte, os documentos dos seus cartórios nos arquivos distritais da sede do respectivo distrito (Ministério de Instrução Pública, 1927, p. 882).

[E2b5-2] *Art. 26.º A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos promoverá a criação de um arquivo distrital em cada sede de distrito do continente e ilhas adjacentes, com excepção das que já os possuem, destinado a recolher, instalar, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os núcleos documentais dispersos no respectivo distrito. §1.º Em cada um desses arquivos serão incorporados: a) Os cartórios paroquiais; b) Os cartórios notariais; c) Os cartórios das Sés, colegiadas e cabidos; d) Os processos cíveis, crimes e orfanológicos findos; e) Os papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspeções e repartições de finanças; f) Os papéis das repartições extintas e serviços cessantes; g) Os documentos das congregações religiosas extintas em 1911, ainda em poder das comissões locais de administração dos bens das igrejas; h) Todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do País, devem recolher aos arquivos do Estado. §2.º As câmaras municipais, confrarias, Misericórdias, hospitais ou outras entidades poderão depositar, no todo ou em parte, os documentos dos seus cartórios no arquivo distrital da sede do distrito ou nos arquivos gerais do Estado (Ministério de Instrução Pública, 1931a, p. 1258).*

Esta orientação encontra-se claramente reportada por Júlio Dantas, na qualidade de dirigente Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, ao notar que “não cessou de promover, por todos os meios legais, a salvaguarda do património nacional disperso, novas e importantes incorporações vieram a enriquecer as colecções do Estado, determinando, pela sua extensão, a necessidade de criar não so arquivos satélites em Lisboa, mas também bibliotecas eruditas e arquivos distritais no país” (Dantas, 1916, p. 119). Dantas assumiu, também, a autoria que definiu o modelo canónico de incorporações que lhe “deu honra de converter em decretos”, para a aquisição de “livrarias e cartórios de congregações religiosas; cartórios de mitras e de cabidos; livrarias de mitras e de seminários;

livrarias e papéis dos paços reais; cartórios paroquiais do país anteriores aos últimos cem anos (decreto n.º 1630, de 9 de junho de 1915); cartórios notariais do país anteriores aos últimos cinquenta anos (decreto n.º 2607, de 2 de setembro de 1916); cartórios de hospitais e de misericórdias; coleções de vária proveniência” (Dantas, 1916, pp. 119–120). Contudo, o inspetor das bibliotecas eruditas e arquivos reconhecia que “a legislação portuguesa, obedecendo ao princípio fundamental da centralização, exigia que estas vastas coleções, (...) fôsem removidas para Lisboa, o que produziu, como consequência inevitável, a acumulação do Arquivo da Torre do Tombo” (Dantas, 1917, pp. 1–2), gerando “repetidas reclamações de interesses locais (...) e a dificuldade de persistir no regime centralista” (Dantas, 1917, pp. 1–2). Nesta lógica, a criação do Arquivo Distrital do Funchal seguiria a mesma lógica das suas congéneres continentais [E2b6], através da alínea i) do artigo 10.º do Decreto n.º 19952 de 30 de julho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f) e regulamentado pelo Decreto n.º 20 690, de 30 de dezembro de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931e), que determinou o seguinte:

[E2b6-1] *Art. 1.º A administração do Arquivo Distrital do Funchal, criado pelo artigo 12.º do decreto n.º 19:952, de 27 de Junho de 1931, ficará, nos termos do artigo 27.º, a cargo da respectiva Junta Geral, que nos seus orçamentos inscreverá as verbas necessárias para ocorrer a todas as despesas de instalação, incorporações, pessoal e expediente do referido Arquivo* (Ministério de Instrução Pública, 1931e, p. 2778).

É possível perceber que as medidas jurídico-normativas, que legitimavam aquisições de fundos documentais para o ANTT, se encontravam condicionadas por motivos não só logísticos em termos de capacidade de armazenamento, mas também de ordem financeira. A criação de um satélite de arquivos distritais ou municipais permitia à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos não ficar sobrecarregada com assunção de novas despesas decorrentes do processo de descentralização. Para esse efeito, envolvendo as Juntas Gerais do Distrito e as autarquias locais, o Decreto n.º 19952 de 27 de junho de 1931 estipulava o seguinte:

[E2b5-3] *Art. 27.º A menos que o Estado disponha de edifício próprio que destine para esse fim, a instalação dos arquivos distritais a criar nos termos deste decreto far-se-á em edifícios ou dependências convenientes para tal fim, cedidos ao Ministério da Instrução Pública pelas Juntas Gerais dos distritos ou pelas comissões executivas dos municípios locais, a cujo cargo ficarão a respectiva adaptação e as despesas a fazer com a aquisição e conservação do mobiliário e a acomodação das coleções incorporadas* (Ministério de Instrução Pública, 1931f, p. 1777).

[E2b5-4] *Art. 28.º As despesas respeitantes à colheita e transporte de coleções e ao transporte e ajudas de custo do inspetor ou sub-inspetor e do pessoal em serviço*

de incorporações serão feitas pela força das verbas de que a Inspeção dispuser para esse fim, quer as autorizadas pelas juntas gerais e municípios, e de acordo, quanto a ajudas de custo do pessoal (Ministério de Instrução Pública, 1931a, p. 1258).

A afetação de meios (financeiros, humanos, materiais, etc.), que permitissem aos arquivos distritais poderem prosseguir com a missão de concentração de fundos na jurisdição territorial estipulada é condição necessária para a sua sobrevivência, caso contrário, estes conjuntos documentais sujeitar-se-iam a serem removidos para outras jurisdições territoriais ou a permanecerem ao abandono e/ou destruição ou fragmentação. Neste caso, o Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, vai mais longe ao propor manter os serviços de arquivo o mais próximo possível junto da comunidade a que os conjuntos documentais dizem respeito, onde se lê:

[E2b5-5] *Art. 29.º A Inspeção promoverá todas as diligências convenientes junto das câmaras municipais e de outras entidades ou de pessoas, a cujo cargo ou guarda estejam importantes fundos documentais, para que estes sejam convenientemente arrumados, conservados e catalogados, constituindo arquivos locais acessíveis aos estudiosos, a não ser que os municípios, entidades ou pessoas, que a seu cargo tiverem tais manuscritos, queiram fazer entrar estes nos arquivos gerais do Estado ou no respectivo arquivo distrital, efectuando-se, nesse caso, o mais rapidamente possível tais transferências e incorporações* (Ministério de Instrução Pública, 1931a, pp. 1258–1259).

Se bem que as condições de criação de arquivos municipais dependessem das capacidades orçamentais dos Municípios, o passo anterior claramente coloca alternativas para a transferência dos bens para os “arquivos gerais do Estado” ou “respectivo arquivo distrital”, apontando para outros possíveis factores contingenciais, que não apenas meramente económico-financeiros, que poderão estar na incapacidade de manter-se um serviço de arquivo de âmbito municipal. No entanto, a amostra de legislação compulsada e analisada é omissa no que diz respeito ao facto de a criação de arquivos nas sedes de distrito obrigar o ANTT a reintegrar o(s) fundo(s) documental(ais) respeitante(s) à jurisdição territorial de onde tinha(m) sido removido(s).

As evidências atrás expostas sugerem que muitos dos conjuntos documentais removidos dos seus contextos sociais e territoriais originários, principalmente em contexto subnacional, tiveram inicialmente como principal destino o ANTT. Só a partir de 1916 e de 1931 se assistiu a uma inflexão aos processos concentracionistas. Para o presente fenómeno dentro do enfoque periodológico em estudo, a legislação oferece algumas evidências em torno da agência responsável pela transferência de fundos [E2b3] e das formalidades exigidas [E2b4]:

[E2b3-1] *Art. 3.º A entrega dos respectivos documentos será ordenada especialmente a cada uma das mencionadas igrejas e corporações, á proporção que dever ter lugar, por uma portaria expedida ao competente prelado diocesano, pela direcção geral dos negocios ecclesiasticos. Em cada portaria será designada a pessoa encarregada da recepção dos respectivos documentos* (Ministério da Justiça, 1862, p. 304).

[E2b4-1] *Art. 6.º Dos documentos que deverem ser entregues far-se-há um inventario do qual se tirarão duas copias conformes. O inventario e copias serão rubricados e assignados pela pessoa que houver de receber os documentos, e pela pessoa ou pessoas que houverem de fazer entrega d'elles* (Ministério da Justiça, 1862, p. 304).

[E2b4-2] *§1.º Os inventarios e catalogos serão elaborados uniformemente em todas as bibliothecas e archivos subordinados á inspecção geral, pelo processo e segundo os modelos que essa inspecção determinar. §2.º D'esses catalogos e inventarios remetter-se-hão á inspecção geral copias authenticas, assim como se lhe communicarão annualmente as alterações e os acrescentamentos que n'elles se houverem feito* (Ministério do Reino, 1887a, p. 688).

Conforme exposto, a produção de instrumentos de acesso à informação no ato da formalização do processo de transferência de fundos opera uma função central, de modo a assegurar que os inventários e suas cópias tenham suficiente força probatória. No entanto, a existência de medidas legais não significa que a sua execução tenha sido necessariamente concretizada. Como já dissemos acima, a Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886 não aparece nos índices do *Diário do Govêrno* de 1886 (“Índice,” 1887), referenciado nos instrumentos de acesso elaborados por Roberto Augusto da Costa Campos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1894). Importa perscrutar como estas orientações foram concretizadas pelas partes envolvidas no processo de remoção e transferência de fundos para o ANTT e as razões por que parte dos fundos permaneceram na Madeira, partindo das evidências extraídas dos “arquivos dos arquivos”.

4.2.2. Operações de transferências

As evidências que suportam as operações de transferências podem ser estabelecidas através do relacionamento entre as medidas de transferência *ope legis* analisadas no ponto anterior. Para tal, consideramos que as operações de transferências ocorridas para o ANTT, atendendo às condições e factores contingenciais que terão influído na remoção dos fundos do Funchal para Lisboa.

Associado ao Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), as evidências recuperadas do “arquivo do arquivo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2011a) indicam que as ações

terão tido início num ofício datado de 1886-05-31, emanado pelo Guarda mor do Real Archivo da Torre da Tombo à 1.ª Repartição da Direcção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, indicado na resposta dada pelo ofício de L.º 38, n.º 669, de 1886-07-09²⁸⁴:

[E2c2-1] *Com relação ao assumpto de que tracta o offício de V. Ex.^a, de 31 de Maio último, communico a V. Ex.^a que, tanto pelo Ministerio da Justiça, como pela da Fazenda, foram dadas ao Exmo Bispo da Diocese do Funchal, e aos Delegados do Thesouro d'aquelle Districto, e do de Coimbra, as competentes ordens para a entrega dos documentos, de que tracta o mesmo offício, aos empregados d'esse Real Archivo, Roberto Augusto da Costa Campos, e Raphael Eduardo de Azevedo Basto. Deus guarde a V. Ex.^a. Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em 25 de Julho de 1886 (Direcção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, 1886a).*

As decisões para a execução da recolha dos documentos no Funchal foram concretizadas – possivelmente em alinhamento com a evidência [E2b3-1] – com a atribuição de ajudas de custo ao oficial do ANTT, Roberto Augusto da Costa Campos, como o ofício da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino ao guarda-mor do “Archivo da Torre do Tombo”, datado de 9 de julho de 1886, atesta:

[E2c1-1] *Participo a V. Exa. que, na data de hoje, foi expedida para a Direcção Geral da Thesouraria do Ministerio da Fazenda, a ordem de pagamento n.º 265 da quantia de réis 180\$000, importancia da ajuda de custo arbitrada ao empregado d'esse archivo, que vae á cidade do Funchal colligir no cartorio do cabido da respectiva Sé e fazer recolher, ao mencionado archivo, os documentos que ahi existirem pertencentes a corporações religiosas, ficando por esta forma satisfeita a requisição de V. Exa., constante do seu offício do 1.º do corrente. Deus guarde V. Exa (Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino, 1886).*

Os resultados da execução das transferências foram concretizados parcialmente, o que é atestado no inventário que, de acordo com a evidência [E2b4-1], apenas foi feita a entrega do fundo do *Convento de Santa Clara do Funchal*, num total de 28 livros e 16 maços, a Roberto Augusto da Costa Campos pela abadesa soror Maria Amália do Patrocínio e escritã soror Genoveva Carlota do Monte, em 4 de novembro de 1886²⁸⁵:

²⁸⁴ A informação que se recuperou internamente do fundo 2.ª *Repartição de Finanças do Funchal*, em unidade intitulada L[ivro] d'entrada de correspondência desde Fevereiro de 1885 a setembro 1871 (cota “2ª RFFUN 1991”), contém registo de ofício dos “Próprios Nacionaes”, com o seguinte assunto: “Constando que nesta repartição existem documentos pertencentes a corporações religiosas desta diocese e convido colligil-os na Torre do Tombo, manda que se empreguem todos os meios para que o funcionario encarregado d'aquelle serviço possa desempenhar cabalmente a comissão de que se acha incumbido” (Repartição da Fazenda do Funchal, 1886a).

²⁸⁵ A informação recuperada internamente do fundo 2.ª *Repartição de Finanças do Funchal*, em unidade intitulada L[ivro] d'entrada de correspondência desde Fevereiro de 1885 a setembro 1871 (cota “2ª RFFUN 1987”), contém registo de ofício dos “Próprios Nacionaes”, com o seguinte assunto: “Mandando entregar ao ajudante do Guarda Mór do Real Archivo da Torre do Tombo os livros constantes da

[E3b1-1] *Relação dos Livros e documentos existentes no Archivo do Convento de Sta. Clara de N^a Snr^a da Conceição do Funchal que em virtude do decreto de 2 d'Outubro de 1862, e portaria do Ministerio do Reino de 9 de Junho de 1886 são transferidos para o Archivo Nacional da Torre do Tombo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1886).*

Conforme exposto, as transferências decorreram de forma incompleta. Assim, o Guarda mor do Real Archivo da Torre da Tombo emanou um ofício a 1887-02-17 à 1.^a Repartição da Direcção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, cuja resposta a seguir se transcreve:

[E2c2-2] *Em resposta ao officio de V. Ex.^a de 17 de Fevereiro ultimo, cabe-me dizer-lhe que Sua Ex.cia o Ministro do Reino auctorizou o Ajudante do official Maior d'esse Archivo Roberto Augusto da Costa Campos a voltar a Ilha da Madeira para concluir a comissão de que foi o anno passado encarregado, e para este fim se offiou ao Governador Civil d'aquella ilha, e ao Ministerio da Fazenda no sentido por V. Ex.^a indicado, e que á Repartição da Contabilidade d'este Ministério se devam também as ordens convenientes para o abono da respectiva gratificação ao comissionado. Deus Guarde a V. Ex.^a. Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino 10 de Maio de 1887 (Direcção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, 1886b).*

A atribuição das ajudas de custo foram processadas novamente, como atesta o ofício [E2c1-2] remetido pela Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino ao guarda-mor da Torre do Tombo a 17 de maio de 1887 (Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino, 1887). Evidências resultantes da transferência dos fundos datam de 24 de setembro de 1887, relativas ao fundo *Cabido da Sé do Funchal*, formalizadas entre o cônego Feliciano João Teixeira e Roberto Augusto da Costa Campos, como o inventário a seguir comprova:

[E3b1-2] *Relação dos Livros e documentos existentes no archivo do Cabido da Sé do Funchal que, em virtude do Decreto de 2 d'Outubro de 1862, e Portaria do Min[istério] do Reino de 9 de Junho de 1886 são transferidos p[ar]a o archivo da Torre do Tombo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1887b).*

Conforme pudemos verificar, apenas as evidências [E3b1-1] e [E3b1-2] atestam que as transferências foram concretizadas por força do Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), da Direcção Geral dos Negócios de Justiça (cf. E2b2-1), e da Portaria do Ministério

relação apresentada por este empregado, como já não sejam precisos para a administração dos bens nacionaes” (Repartição da Fazenda do Funchal, 1886b).

do Reino de 9 de Junho de 1886. No que diz respeito do fundo *Alfândega do Funchal*, não dispomos de qualquer informação, por não ter sido proporcionado o acesso ao instrumento de descrição pelo ANTT, possivelmente escrito por Roberto Augusto da Costa Campos. Em 1934, Machado indicava “da Alfândega do Funchal, em data que não podemos precisar, duzentos e cinqüenta e cinco livros, todos êles dos séculos XVIII e XIX” (J. F. Machado, 1935, p. 171). No que concerne ao fundo da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (olim, Repartição da Fazenda do Funchal)*, que continha os conjuntos documentais dos conventos masculinos (presente na evidência E2a1-2) e da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, não nos foi proporcionado o acesso aos instrumentos de descrição pelo ANTT (possivelmente associado com a evidência [E3a1-1]), também da autoria de Roberto Augusto da Costa Campos. Encontra-se em Machado a conjectura de que, no que respeita “aos volumes que já em 1886 lhe entregara a repartição de Fazenda, juntou esta, em 1894, mais alguns documentos encontrados nos suprimidos conventos de Santa Clara e Encarnação” (1935, p. 171), sugerindo que o fundo *Repartição da Fazenda do Funchal* tinha sido transferido por volta de novembro de 1886. A falta de informação que Machado notou sobre a *Alfândega do Funchal* e *Repartição da Fazenda do Funchal* (que englobava, mais uma vez, os conjuntos documentais da *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* e conventos masculinos) é consistente com o instrumento de acesso à informação disponibilizado pelo ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2008h).

A última ação de transferência do Funchal para o ANTT data de 21 de junho de 1894, apesar de o arquivo do ANTT não ter devolvido registos sobre as condições proporcionadas ao prosseguimento do processo de transferência. A evidência que atesta esta ação encontra-se mencionada no instrumento de acesso à informação formalizado entre o delegado do tesouro da Repartição da Fazenda do Funchal e Roberto Augusto da Costa Campos, já na qualidade de inspector do Real Arquivo da Torre do Tombo, onde se lê:

[E3b1-3] *Relação de todos os livros encontrados nos archivos dos suprimidos Conventos de Santa Clara e de Nossa Senhora da Encarnação, e de que n'esta data se faz entrega pela repartição de fazenda do districto do Funchal* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1894).

O que podemos notar em [E3b1-3], consiste na ausência das bases legais que determinaram a remoção dos arquivos do (Funchal para o ANTT, *i. e.*, Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862) e Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886. A base legal que possivelmente estará na base desta transferência poderá estar relacionada com a evidência [E2b2-2] supra indicada.

Há, no entanto, que ressaltar que poderão existir outras evidências não recuperadas dentro dos pressupostos apresentados *supra*. Independentemente do facto de poderem emergir outros eventos

associados ao fenómeno de interesse que não terão sido observados empiricamente dentro dos parâmetros de pesquisa realizados para este estudo, as evidências aqui analisadas não alteram significativamente o curso dos eventos que conduziram à remoção dos fundos do Funchal para o ANTT.

A seguir procedemos à identificação dos eventos supervenientes antes e depois da criação do Arquivo Distrital do Funchal.

4.2.3. *Cânones arquivísticos em confronto, acesso e serendipidade*

A elite culta insular tomou conhecimento sobre a remoção dos arquivos madeirenses para Lisboa, evento ocorrido mais de duas décadas depois da última transferência (*i. e.*, 1894). No volume I do *Elucidário Madeirense*, do padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes (evidência [E2g1-1a]), os autores do verbete criticaram contundentemente o facto de o Cabido da Sé do Funchal estar “desprovido dos seus mais antigos e importantes documentos, porque há cerca de vinte anos um empregado superior da Torre do Tombo os removeu para aquela repartição, por ordem do governo central, e ali se encontram num *mare magnum* de milhares de codices e de documentos avulsos, sem ordem nem catalogação alguma, sendo hoje absolutamente impossível a sua consulta”, acrescentando que “melhor fora que se conservassem no arquivo da Sé Catedral, onde permaneceram cuidadosamente arrecadados durante algumas centenas de anos” (F. A. da Silva & Menezes, 1921). Esta crítica encontra-se possivelmente associada às limitações que os autores da enciclopédia experienciaram no acesso aos documentos custodiados pelo ANTT para a construção das entradas, não só por motivo da distância física como também da falta de acesso aos instrumentos de descrição documental, como mais tarde lamentado pelos mesmos enciclopedistas:

[E2g1-1b] *Supérfluo será dizer que no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a mais rica, a mais abundante e a mais selecta colecção de manuscritos existentes no nosso país se encontra também uma vasta e valiosa documentação respeitante a todos os assuntos que possam interessar ao arquipelago da Madeira. Esse precioso minério está quasi inteiramente por explorar e nem sequer existe ainda um breve inventario dos documentos referentes a esta ilha, que possa servir de guia a qualquer estudioso que queira aplicar-se a determinadas investigações históricas* (F. A. da Silva & Menezes, 1921, p. 748).

Esta crítica terá germinado como possível causa das reivindicações pela restituição dos fundos que culminaram com a publicação da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017).

Na sequência das evidências [E2b5-2] e [E2b6-1] atrás exaradas, após à criação *de iure* do Arquivo Distrital do Funchal em 1931, operando *de facto* a partir de 1932²⁸⁶, surge no reporte anual de atividades à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a sugestão de João Cabral do Nascimento, que propôs, através de ofício datado de 12 de janeiro de 1934, ao inspector-geral, Júlio Dantas, o retorno dos arquivos madeirenses que tinham sido removidos para o ANTT:

[E2d1-1] *Documentos relativos à Madeira incorporados na Tôrre do Tombo. Antes da criação do Arquivo Distrital do Funchal, por não haver lugar próprio onde fôssem conservados convenientemente os mss. das repartições extintas e outros, de reconhecido valor histórico, – foram muitos documentos, em diferentes épocas, removidos para o Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Ali se encontram, por exemplo, os papéis dos mosteiros e colegiadas, abrangidos pelo Dec. de 2 de Dez. de 1862, – não sei se ainda no Depósito B. Também da Alfândega desta cidade ingressaram no Tombo alguns livros, de que lá fizeram um catálogo de verbetes. Muitos dêles têm particular interêsse para a História política, religiosa, e económica desta Ilha e seriam certamente consultados e estudados se pudessem regressar ao Funchal, entrando nas colecções do Arquivo Distrital. Ignoro, porém, quais as possibilidades de execução desta idea, conformando-me em absoluta com a opinião de V. Ex.^a, que tenho a honra de solicitar* (Arquivo Distrital do Funchal, 1934).

A resposta à pretensão lançada pelo diretor do Arquivo Distrital do Funchal foi rejeitada pelo inspector-geral das bibliotecas e arquivos, apresentando os argumentos patentes na evidência que se segue:

[E2d1-2] *Acuso a recepção do officio-relatorio de V. Ex.^a, elaborado em harmonia com o disposto no artº 34º do decreto nº 19.952, e a V. Ex.^a agradeço as excelentes informações que nele se contém, quer quanto á nova instalação do Arquivo sob a sua proficiente direcção, quer quanto ás incorporações realizadas, quer, ainda, quanto ás operações de utilização dessas colecções e espécies. Respectivamente ao alvitre, por V. Ex.^a apresentado, no sentido da possível incorporação, no Arquivo Distrital do Funchal, de muitos documentos antigos, de interêsse para a historia da Madeira, que se encontram no Arquivo Nacional, parece a esta Inspeção Geral que se trata de assunto bastante delicado, porquanto o principio da reintegração documental local determinaria, quando aceito pela Inspeção Geral e quando invocado por todos os Arquivos distritais, a desorganização e,*

²⁸⁶ De acordo com Macedo (2012, p. 80), Cabral do Nascimento foi nomeado como 1.º conservador-bibliotecário e diretor vitalício do Arquivo Distrital do Funchal, por Decreto de 20 de janeiro de 1932.

porventura, a destruição do Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo. Não é, entretanto, V. Ex^a. o primeiro director de uma Arquivo Distrital que apresenta o alvitre á consideração desta Inspeção Geral, já o tendo feito o professor director do Arquivo da Universidade de Coimbra, respectivamente a determinadas espécies existentes no Arquivo Nacional, e o arquivista do Arquivo Distrital de Leiria a proposito de certas colecções depositadas no Arquivo da Universidade de Coimbra. Semelhante aspiração não constitue, aliás, senão a expressão do elevado e superior interêsse que a V. Ex^a. merecem os serviços do Arquivo sob a sua digna direcção (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934a).

Pelo que pode depreender-se acerca da rejeição do pedido de transferência de fundos do ANTT para o Arquivo Distrital do Funchal, a execução das transferências poderia levar, nas palavras de Júlio Dantas, à “desorganização e, porventura, a destruição do Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo”. Trata-se de uma posição que exagera a ideia de destruição de uma instituição nacional, minimizando as limitações do acesso aos arquivos por parte de uma comunidade insular, representada por intermédio do Arquivo Distrital do Funchal. A tensão entre cânones arquivísticos – nacional *versus* insular – emerge aqui não apenas como um problema de acesso aos conjuntos documentais e da sua custódia física, mas do significado que o ANTT possuía no contexto do Estado Novo. Restituir fundos custodiados pelo ANTT aos arquivos distritais subordinado ao “princípio da reintegração documental local” poderia significar a descanonização simbólica do “Arquivo geral do país”. Portanto, a criação de arquivos distritais por ação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos tinha um propósito meramente operacional de estancar a falta de capacidade de armazenamento do ANTT, não de assegurar uma espécie de depósito provisório até que os arquivos distritais e municipais viessem a ser de futuro criados.

Contudo, o rumo dos eventos foi alterado em 1937, a partir do momento em que, dentro das atribuições e competências do Arquivo Distrital do Funchal, foram remetidos ofícios a auscultar diversas entidades com conjuntos documentais susceptíveis de serem transferidos para este organismo. Por ofício, com data de 6 de fevereiro de 1936, o diretor do Arquivo Distrital do Funchal consultou a Repartição de Finanças do Funchal sobre a eventual custódia de documentação remanescente dos extintos conventos, como exarado na seguinte evidência:

[E2f1-1] *Exm^o Sr. Director de Finanças. Funchal. O art^o 26^o, §1^o, alínea e) do Dec. 19.952, de 30-7-1931, determina que nos arquivos distritais serão incorporados “os papéis dos extintos mosteiros existentes nas inspeções e repartições de finanças.” Rogo a V. Ex^a se digne informar-me se, nalguma repartição de finanças dêste distrito existem documentos daquela natureza, a fim de se dar cumprimento ao*

estatuído naquele decreto-lei. A bem da Nação. (Arquivo Distrital do Funchal, 1936b).

A falta de resposta por parte da Repartição de Finanças do Funchal levou a que o diretor do Arquivo Distrital do Funchal fizesse nota disso no reporte de atividades à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, em ofício datado de 11 de dezembro de 1936, posteriormente publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*:

[E2f1-2] *Exm^o Senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. Em resposta à circular de V. Ex^a n^o 300 L^o 5^o de 2 do corrente, tenho a honra de enviar a V. Ex^a um resumo das incorporações efectuadas neste Estabelecimento, desde a sua criação, e relativo às colecções a que se refere a mesma circular: CARTÓRIOS PAROQUIAIS – Das 50 freguesias da Madeira, foram recolhidos, nos termos da legislação em vigor, os livros do registo paroquial de 34 delas. De algumas incorporei também, de acôrdo com o ofício de V. Ex^a n^o 81 L^o 2^o de 17 de Maio de 1933, os livros posteriores ao período de cem anos (até 1860) o que depois suspendi em virtude do parecer transcrito no ofício de V. Ex^a n^o 13 L^o 4^o de 13 de Novembro de 1935. Faltam, portanto, dezasseis paróquias, a saber: Achadas da Cruz, Arco da Calheta, Caniçal, Curral das Freiras, Estreito da Calheta, Fajã da Ovelha, Jardim do Mar, Madalena, Paul do Mar, Ponta do Pargo, Pôrto do Moniz, Prazeres, Quinta Grande, Ribeira da Janela, Seixal e S. Roque do Faial, tôdas fora do concelho do Funchal. As freguesias de Quinta Grande e S. Roque do Faial foram criadas há menos de 100 anos. A razão por que ainda não entraram neste Arquivo os livros dêsses cartórios paroquiais está apenas na oposição que, duma maneira geral, têm manifestados os detentores eclesiásticos; e, como as diligências são dispendiosas, não quero arriscar inútilmente as verbas destinadas a êsse fim. Conforme já tenho tido a honra de observar a V. Ex^a, conviria que a dificuldade fôsse removida superiormente, pois não disponho, como director do Arquivo, de meios de a resolver por mim mesmo. FEITOS FINDOS: Já foram incorporados todos os processos nas condições legais, das três comarcas de Funchal, Ponta do Sol e Santa Cruz. CARTÓRIOS NOTARIAIS: Só faltam os livros e documentos do concelho de S. Vicente, cujo (Bacharel Remígio António Gil Spinola Barreto) por mais instado que haja sido, ainda não fêz entrega deles, e julgo que só o fará depois de advertido pelo Conselho Superior Judiciário. PAPEIS DOS CONVENTOS EXTINTOS: – Em data de 6 de Fevereiro dêste ofíciei ao Director de Finanças dêste Distrito, perguntando-lhe se tenha em seu poder alguns documentos desta natureza; nunca obtive resposta. A bem da Nação* (Arquivo Distrital do Funchal, 1936a).

A falta de resposta por parte da Repartição de Finanças do Funchal, motivou a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a desencadear ações para que se fizesse incorporar no Arquivo Distrital do Funchal os conjuntos documentais dos mosteiros extintos insulares, obtendo concordância do Ministério das Finanças, como o ofício de 2 de fevereiro de 1937 comprova:

[E2f1-3] *Exmº Senhor Diretor do Arquivo Distrital do Funchal. Havendo Sua Ex.ª o Ministro das Finanças, por seu despacho de 4 do corrente, concordado com a proposta desta Inspeção Superior no sentido do cumprimento integral do disposto na alínea e) do §1º. do artigo 26º. do decreto, com força de lei, nº. 19.952, de 27 de junho de 1931, isto é, da incorporação, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nos Arquivos de distrito, de todos os livros e documentos provenientes dos mosteiros suprimidos que ainda se encontram em poder das direcções distritais ou secções concelhias de finanças, rogo a V. Ex.ª., se digne, junto do sr. director de finanças do distrito do Funchal promover as providencias necessárias para que seja desde já feita entrega, mediante termo, ao Arquivo Distrital da direcção de V.Ex.ª., de todos os códices, documentos avulsos e outras espécies provenientes dos cartórios monásticos extintos na área do distrito, com excepção dos livros e documentos que ainda forem considerados indispensaveis para o serviço de cobrança de rendimentos e de administração dos bens dos referidos conventos, a cargo da Fazenda Pública. Rogo outrossim a V. ex.ª. se digne remeter a esta Inspeção Superior, logo que a referida incorporação tenha sido efectuada, nota sumária dos documentos e códices recebidos da direcção de finanças do distrito do Funchal. Caso alguma dúvida suscite, este ofício, que leva sobre a minha assinatura o sêlo branco desta Repartição, servirá de documento bastante para a requisição das espécies acima mencionadas (Arquivo Distrital do Funchal, 1937f).*

Munido com esta máxima autorização, o diretor do Arquivo Distrital do Funchal informou a abordagem adotada para a execução das incorporações em ofício, datado de 17 de fevereiro de 1937 (L.º 2, n.º 110):

[E2f1-4] *Exmº Senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos. Com referência ao ofício de V. Ex.ª n.º 20, Lº 6º, de 2 do corrente, tenho a honra de informar que já tratei pessoalmente com o sr. Director de Finanças do Distrito do Funchal sôbre o assunto conteúdo no referido ofício. Por conveniência dos serviços daquela direcção de finanças ficou resolvido que no princípio de Março p. f. será feita a incorporação dos códices e documentos avulsos ali existentes e provindos dos*

extintos conventos. Oportunamente enviarei a V. Ex^a a nota dos papéis recolhidos (Arquivo Distrital do Funchal, 1937b).

A incorporação foi concretizada a 10 de março de 1937, como comprova o auto de incorporação abaixo, apesar de não constar a assinatura do Diretor das Finanças do Funchal:

[E2f1-5] *Aos dez de Março de mil novecentos e trinta e sete foram entregues ao Arquivo, pelo Director de Finanças do Distrito do Funchal, os livros e cadernos dos extintos mosteiros q[ue] se encontravam naquela Direcção, em número de trinta e dois, conforme a lista constante do termo lavrado em duplicado e que fica apenso a êste livro (Arquivo Distrital do Funchal, 1937a).*

Posteriormente, o diretor do Arquivo Distrital do Funchal comunicou à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos a incorporação realizada a 10 de março de 1937, por ofício de 11 de março de 1937 (L.º 2, n.º 117), cuja relação não aparece apensa no copiadador de ofícios expedidos:

[E2f1-6] *Exm^o Senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos. Tenho a honra de passar às mãos de V. ex^a uma relação sumária dos livros e cadernos entregues a êste Estabelecimento pelo sr. Director de Finanças do distrito do Funchal, nos termos da alínea e) do §1º do art. 26 do Decreto nº 19.952 (Arquivo Distrital do Funchal, 1937c).*

A incorporação dos conjuntos documentais remanescentes dos conventos extintos na custódia da Repartição das Finanças do Funchal foi dada pública no boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, referindo que “deram também ali entrada, vindos da Direcção de Finanças, trinta e dois códices de alguns mosteiros extintos desta ilha (conventos de Santa Clara, Incarnação, S. Bernardino) ao abrigo do art. 26 §1.º al. e) do Decreto 19.952” (Arquivo Distrital do Funchal, 1937g, p. 182). Não se verifica no reporte anual à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos qualquer referência sobre a incorporação realizada a 10 de março de 1937 (cf. evidência E2f1-5), como se pode observar no relatório publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* (Anón., 1937b, p. 72, 1937a, pp. 221–222). Não é possível determinar com absoluta certeza se o instrumento de acesso à informação elaborado pelo Arquivo Distrital do Funchal, fisicamente omissso no ofício referido na evidência [E2f1-6] e não recuperado no fundo Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, corresponde ao IDD 25 (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-b) ou ao *Roteiro* (Governo Regional da Madeira, 2021a).

Não dispondo de instrumentos de acesso à informação que pudessem auxiliar o Arquivo Distrital do Funchal relativamente aos fundos madeirenses custodiados no ANTT, o diretor do Arquivo Distrital do Funchal encetou a iniciativa de realizar um levantamento dos fundos, solicitando

licença à presidência da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal a 9 de abril de 1937, como a evidência que se segue sugere:

[E2e1-1] *Havendo urgência em enviar à secretaria geral do 1º Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo o teor da comunicação com que êste Estabelecimento colabora no referido congresso, que se realiza em Julho; e sendo também necessário solicitar de S. Ex^a o Ministro da Educação Nacional a licença para que eu possa ausentar-me, – rogo a V. Ex^a o favor de me informar sôbre o que essa ilustre Comissão da digna presidência de V. Ex^a tem deliberado sôbre o assunto, no tocante à parte administrativa. Cumpre-me esclarecer que a duração dos trabalhos do dito congresso será de uns vinte dias, mas que se me faz preciso adiantar de mais uns dez a viagem para poder completar com elementos a colhêr na Torre do Tombo o trabalho a apresentar; calculando, portanto, num mês, a minha estada em Lisboa. A bem da Nação.* (Arquivo Distrital do Funchal, 1937d).

Contudo, os eventos tomaram um rumo distinto, que resultou na dissenção entre o diretor do Arquivo Distrital do Funchal e a presidência da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal relativamente à destruição e à deslocalização da capela de Santa Isabel do antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal para instalar os serviços centrais da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (Macedo 2012). Cabral do Nascimento requereu uma licença prolongada²⁸⁷ para realizar o levantamento dos fundos custodiados pelo ANTT, transcrita a seguir:

[E2e1-2] *Exm^o Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos. O director dêste Estabelecimento desejaria requerer uma licença de alguns meses para ser gozada em Lisboa e ao mesmo tempo dedicar-se ao estudo, na Tôrre do Tombo, de vários documentos que ali se encontram relativos à Madeira. Como, desde a sua nomeação em 20-1-32 só tirou, até agora, duas licenças de 15 dias cada, julgo que tem direito a acumular. Rogo, porém, a V. Ex^a a fineza de me informar qual o máximo de tempo que êsse funcionário poderá obter, sem prejuízo dos seus vencimentos. A bem da Nação.* (Arquivo Distrital do Funchal, 1937e).

Os levantamentos realizados por Cabral do Nascimento foram publicados anonimamente no boletim *Arquivo Histórico da Madeira* (Anón., 1939e, 1939a, 1939c, 1939d, 1939b).

Os eventos atrás expostos colocam o problema de se os fundos removidos do Funchal para o ANTT foram realizados de forma lícita. Tal ideia aponta para a hipótese causal (HC2) de que terão sido desencadeadas medidas de natureza extra-legal. A plausibilidade desta hipótese seria baixa se o

²⁸⁷ Cf. documento 67 em Macedo (2012, p. 79).

teor da Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886 tivesse sido publicada em boletim oficial. Machado reconta sinteticamente num artigo publicado no *Arquivo Histórico da Madeira*, como o processo de transferência de fundos se desencadeou no último quartel do século XIX, no seguinte passo:

[E2g1-2] *Foi pelo decreto de 2 de Outubro de 1862 que se promoveu a transferência, para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dos documentos existentes nos cartórios das igrejas e corporações religiosas compreendidas no art.º 5.º da lei de 4 de Abril de 1861 e anteriores ao ano de 1600. Por diploma de 29 de Dezembro de 1867 tornaram-se as suas disposições extensivas a todos os documentos anteriores a 1834 , bem como aos que haviam pertencido a tribunais, repartições e estabelecimentos do Estado já então extintos, e que fôsem dispensáveis no serviço e expediente daqueles em cuja posse estivessem. Na Madeira, começou a dar-se execução ao estatuído nestes dois diplomas, vinte e quatro anos depois da promulgação do primeiro, e um ano antes da do segundo. Foi Roberto Augusto da Costa Campos quem aí, primeiramente como simples funcionário da “Torre” e depois como Inspector dos Arquivos do País procedeu à recolha dos documentos espalhados pelos vários cartórios, entre os anos de 1886 e 1894, ao abrigo da lei de 62 e de uma portaria surda cujo teor desconhecemos mas que, sem dúvida, antecipava a de 87. (...) Em 1886, recebia Costa Campos, da Abadessa do Convento de Santa Clara, Sóror Maria Amália do Patrocínio, por cuja morte quatro anos depois se encerrou o Mosteiro, vinte e oito livros e dezasseis maços de documentos, todos de carácter mais ou menos administrativo e contencioso; por intermédio do Cónego Feliciano João Teixeira, recebida do Cabido da Sé, no ano seguinte, trinta e nove volumes e vinte e três maços de papéis e pergaminhos: da Alfândega do Funchal, em data que não podemos precisar, duzentos e cinquenta e cinco livros, todos êles dos séculos XVIII e XIX; e, finalmente, aos volumes que já em 1886 lhe entregara a repartição de Fazenda, juntou esta, em 1894, mais alguns documentos encontrados nos suprimidos conventos de Santa Clara e Incarnação (J. F. Machado, 1935, pp. 171–172).*

Machado qualificou a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886 de “portaria surda” (1935, p. 171), sugerindo que a decisão teve o suporte do Ministério do Reino a que o ANTT tivesse plenos poderes para proceder à remoção dos arquivos dos seus contextos sociais e territoriais originários. Porém, o problema de acesso aos fundos criticado pelos autores do *Elucidário Madeirense* (F. A. da Silva & Menezes, 1921) só veio a ser suprido com a publicação em 1939 no *Arquivo Histórico da Madeira*. O problema que possivelmente terá levado a que Cabral do Nascimento procedesse à elaboração, em Lisboa, entre 1937 e 1939, de relações dos fundos

custodiados pelo ANTT poderá estar relacionado com a incorporação realizada em 10 de março de 1937 (evidência E2f1-6), dado que a hipótese de restituição por parte do Arquivo Nacional ao Arquivo Distrital do Funchal tinha sido categoricamente declinada pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (evidência E2d1-2). A descoberta de fundos remanescentes na Repartição de Finanças do Funchal sugere que os conjuntos documentais terão sido, como já dissemos, ou integrados posteriormente a 1894, quando Roberto Augusto da Costa Campos realizou a última transferência, ou terão estado em espaço distinto na Repartição de Finanças do Funchal²⁸⁸. No que concerne ao caso extremo, dado que a última religiosa professa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação, a Madre Felisberta Cândida de São Bernardo, tinha falecido a 24 de outubro de 1890, os bens, incluindo documentais, terão sido imediatamente recolhidos por esta entidade tributária, o que sugere que a organização dos depósitos e processo de transferência decorreram possivelmente de forma incompleta, desorganizada e insuficientemente documentada.

Há, no entanto, que ter presente as evidências que suportam o exercício de rastreamento processual serem relativamente escassas e esparsas. Esta limitação encontra-se relacionada com o facto de os instrumentos de acesso à informação, que descreveram os “arquivos dos arquivos” (tanto do ANTT como do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira), não terem disponibilizado descrições mais granuladas. A principal limitação decorreu do facto de termo-nos cingido apenas a três entidades, não se expandindo a pesquisa aos fundos do Ministério do Reino, da Repartição de Finanças do Funchal e da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, entre outras entidades que terão estado envolvidas no fenómeno de remoção dos arquivos do Funchal para Lisboa. Todavia, somos a crer que qualquer outro evento que possa relacionar-se direta ou indiretamente por adição com o fenómeno de interesse não alterará profundamente o curso dos eventos atrás analisados. Como nos limitámos a realizar um enfoque diacrónico em eventos entre 1834 a 1940²⁸⁹, as circunstâncias posteriores à data *ante quem* não serão mais do que um reflexo causalmente vinculado ao problema do acesso aos fundos removidos para Lisboa e a dificuldade da sua reunificação, especialmente na sua representação reunificada em instrumentos de acesso à informação. Para os casos crítico e extremo, apesar de diluídos nas evidências identificadas com outros fundos integrantes da população, as possibilidades de generalização do método de rastreamento processual em estudo de casos múltiplos limita-se apenas a esta mesma população,

²⁸⁸ O fundo sobre esta entidade foi objeto de incorporação recente a partir de 2008 e não de forma completa, cuja denominação foi atribuída pelo ABM como “1ª Repartição de Finanças do Funchal” (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2010), com datas extremas ente 1860 e 1990. Ingressos recentes da 2.ª Repartição de Finanças do Funchal indicam a presença de documentação com data anterior em relação ao *terminus post quem* do conjunto documental atrás mencionado. Por esta razão, o conjunto documental produzido pela Repartição da Fazenda do Funchal, entidade sucessora da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, se encontra parcialmente inacessível e, por isso, excluído da análise de rastreamento processual.

²⁸⁹ Excluímos da análise datas posteriores, dado que, qualquer intervenção feita em torno da restituição de fundos madeirenses no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ao mais alto nível das entidades públicas insulares não são mais do que o eco das ações passadas. Por exemplo, o fundo pessoal José Pereira da Costa, doado ao Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, antigo diretor do Arquivo Distrital do Funchal e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, contém documentação sobre os fundos madeirenses reivindicados, apesar de inacessíveis (Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, n.d.-d).

mas pode ser teoricamente relevante para outros fenómenos de arquivos removidos em contexto subnacional.

4.3. Discussão

Esta secção apresenta os resultados de uma análise de rastreamento processual que se apoia na etapa retrodutiva de Danermark *et al.* (2005), para a identificação dos possíveis mecanismos e estruturas subjacentes à aquisição dos fundos documentais a partir dos “arquivos dos arquivos” (ANTT, ISBA e ABM). Este nível de análise visa centrar-se num período concreto que se situa na transição entre os contextos anteriores à remoção dos arquivos de Funchal para Lisboa e as suas primeiras reivindicações pelo seu acesso.

A análise desdobrou-se na identificação dos “arquivos dos arquivos” com enfoque na agência – ANTT, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e Arquivo Distrital do Funchal – de modo a poder-se caracterizar poderes causais destas entidades em relação ao nosso fenómeno de interesse. Para este efeito, foram exploradas, numa primeira etapa, as histórias institucionais de cada uma destas entidades e, numa segunda etapa, uma caracterização dos fundos documentais de cada uma destas organizações. Consideramos, na sequência do capítulo 3 da presente Parte, estabelecer um enfoque para um período preciso, entre 1834 e 1940, uma vez que datas posteriores não alteraram significativamente o curso dos eventos associados aos processos custodiais e de representação da informação em instrumentos de acesso à informação relativa à amostra de fundos selecionada para este estudo²⁹⁰. Importante será realçar que as possibilidades de generalização decorrentes desta etapa a partir dos casos estudados se circunscrevem ao universo de fundos que derivam contextualmente do mesmo fenómeno.

Atendendo que cada um destes conjuntos documentais denominados “arquivos dos arquivos” apresentam muitas diferenças no ponto de vista da granularidade descritiva nos instrumentos de acesso à informação disponíveis, os critérios de pesquisa adotados para a identificação de evidências documentais relacionadas com o fenómeno em estudo tiveram de ser adaptados por forma a assegurar a sua replicabilidade. Esta abordagem permitiu recuperar pelo menos 16 registos documentais relevantes em relação aos casos associados ao fenómeno em estudo. A partir destes elementos, foi realizada uma análise com enfoque nas estruturas, na forma como os poderes emergentes das entidades custodiantes se manifestaram nos mecanismos de aquisição e de representação dos conjuntos documentais associados à amostra. A análise dos metadados de história custodial e arquivística e

²⁹⁰ O enfoque aqui pretendido consiste em explicar do ponto de vista retroutivo o que conduziu aos fundos *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* – representado periodologicamente, consistente com os critérios temporais estipulados, pelos arquétipos ω e α e testemunhos F_{1b} – e *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* – representado periodologicamente pelo arquétipo ω e testemunhos L_1/L_1' , F_1^a e F_3 – a terem estas múltiplas representações em instrumentos de acesso a partir do momento do seu confisco até à sua remoção para o ANTT.

da fonte imediata de aquisição relativos aos casos críticos e extremos deste estudo permitiu perscrutar retrodutivamente como os efeitos se vinculam às hipóteses causais.

Assim, poderemos tecer algumas respostas à questão *QIG4*, a saber:

- os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), tiveram origem por força do Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), em que se determinou a transferência e a incorporação para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo dos conjuntos documentais das instituições religiosas extintas. Pressupondo que a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886, considerada então como “portaria surda” (J. F. Machado, 1935, p. 171), pelo facto de não constar publicada no *Diário de Govêrno* de 1886, fora uma medida institucional que terá autorizado tacitamente a Roberto Augusto da Costa Campos a realizar as transferência dos fundos do Funchal para Lisboa, a decisão da remoção partiu da iniciativa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (evidência [E2c2-1]). O Decreto de 29 de dezembro de 1887 (Ministério do Reino, 1887a) somente veio a legitimar a atuação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos na prossecução das transferências para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
- a não restituição dos fundos madeirenses custodiados pelo ANTT sustentou-se no argumento de que esta entidade representava, em termos ideológicos, o “Arquivo geral do país” (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934b), que constitui uma posição da parte do inspector Júlio Dantas, desconsiderando o problema do acesso aos conjuntos documentais com valor para a comunidade insular pelo seu “particular interêsse para a História política, religiosa, e económica desta Ilha” (Arquivo Distrital do Funchal, 1934). O diferendo superveniente entre estas entidades, ANTT e Arquivo Distrital do Funchal, pode ser entendido como um confronto entre cânones arquivísticos, originando, mais especificamente, um confronto dialético entre uma dimensão nacionalista e continental *uersus* uma dimensão regionalista e insular, consistente com o fenómeno dos arquivos deslocados em contexto subnacional;
- o pedido de restituição ao abrigo do “princípio da reintegração documental local” pelo Arquivo Distrital do Funchal em 1934 não previa, ao que tudo indicava, a existência de fundos remanescentes na Repartição de Finanças do Funchal (*olim* Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal), confirmação que só posteriormente se verificou depois de 1937, quando os conjuntos documentais foram incorporados pelo Arquivo Distrital do Funchal. A partir daqui, o problema da reunificação física e/ou intelectual, designadamente entre os conjuntos documentais do mesmo produtor repartidos entre diversas entidades custodiantes, emergiu de forma mais incisiva, designadamente nas questões de acesso aos fundos removidos para o ANTT.

A metassumarização realizada na revisão de literatura (cf. capítulo 4, Parte I) permitiu explorar como as práticas de remoção de arquivos dos contextos sociais e territoriais originários ao longo do século XIX em Portugal começaram a ter maior incidência após à publicação, em 1857, *Do Estado dos Arquivos Eclesiásticos do Reino e do Direito do Governo em Relação aos Documentos ainda neles existentes* (Herculano, 1982). A remoção dos arquivos do arquipélago da Madeira para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, deriva de um amplo processo que radica na extinção das ordens religiosas e das instituições do Antigo Regime pelo Decreto de 28 de maio de 1834 (Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1834), mas que só tomou força a partir do Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), quando o Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi indicado para servir, em termos derrideanos, de “arqui-arquivo”, ou seja, como repositório centralizador que representaria o cânone arquivístico nacional.

O confisco dos arquivos às ordens religiosas extintas decorreu em momentos distintos no arquipélago da Madeira. Em primeiro lugar, por ação da Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo e, após às reformas que reorganizaram a estrutura político-administrativa do território português, da Repartição da Fazenda do Funchal. Em segundo lugar, deu-se a sua remoção, em fases distintas, do Funchal para Lisboa, por ação do ANTT, com autorização do Ministério da tutela. Tratou-se de um processo que decorreu de modo intermitente ao longo do século XIX. Se bem que os mecanismos de remoção das livrarias conventuais (assim como os artefactos culturais e artísticos) tenham decorrido, entre 1834 e 1841, sob as orientações do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (depois, Biblioteca Nacional), que privilegiava documentos de biblioteca em detrimento dos cartórios eclesiásticos, o fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* disponibiliza diversas evidências sobre a sua intervenção na execução do arresto dos bens (incluindo arquivísticos) às ordens religiosas insulares. Não é possível determinar com absoluta certeza se, durante o processo de remoção dos cartórios conventuais masculinos, houve algum procedimento de seleção e de eliminação adotado pela Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo e, posteriormente, pela Repartição da Fazenda do Funchal, que explique a razão por que estes fundos se apresentam atualmente de forma tão fragmentária. Atendendo que estes fundos se cingem a informações predominantemente do âmbito patrimonial e financeiro, só nos resta considerar que o conjunto documental remanescente dos conventos masculinos insulares desamortizados subordinou-se aos propósitos da Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo e da Repartição da Fazenda do Funchal para a administração e a execução dos bens das extintas entidades monásticas insulares. Nos inventários documentais produzidos sobre os extintos conventos insulares e remetidos para a Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério da Fazenda (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2009b, 2016c, 2016b, 2016d, 2016a) apenas se realçam catálogos sobre as suas livrarias, que não chegaram a ser removidos para Lisboa mas repartidos entre a Diocese do Funchal e, possivelmente, a Biblioteca Municipal do Funchal (S. B. da Silva, 2014). No entanto, no que concerne aos seus cartórios conventuais, dispomos de informação muito

genérica que não permite detalhar qual a sua extensão, estrutura e natureza, como de resto ocorreu para a maioria das instituições eclesiásticas desamortizadas (Barata, 2003, 2011). A evidência que dá maior força explanatória é a de a Repartição da Fazenda do Funchal ter herdado diversos conjuntos documentais, designadamente a *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* e fundos conventuais, como o instrumento de acesso à informação elaborado por Roberto Augusto da Costa Campos e *instrumenta* derivados deste inequivocamente atestam (Anón., 1939e; J. P. da Costa, 1955; J. F. Machado, 1935). Se bem que se possa considerar como “anarquívico” os mecanismos que estiveram na base de remoção de diversos fundos do Funchal para Lisboa, no sentido de que estes saíram de uma jurisdição territorial para outra, também as representações destes fundos em instrumentos de acesso à informação mais recentes destruíram os vínculos que ligavam ao fundo originalmente denominado por Repartição da Fazenda do Funchal, reconfigurando-os de diversas formas. Embora estes processos “anarquívicos”, *i. e.*, na conceção derrideana de “forças destrutivas dos arquivos”, se relacionem com o fenómeno do arquivos deslocados, a representação da proveniência do conjunto de fundos reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), nos instrumentos de acesso à informação, como discutido nas secções 2.3 e 3.3, tem sido obscurecida nos sucessivos *instrumenta* emanados tanto pelo ANTT como pelo ABM. Este tipo de práticas em contexto subnacional pode ser conferido em Bastian (2001), em relação aos conjuntos documentais removidos das Ilhas Virgens para o Reino da Dinamarca e para os Estados Unidos da América. Na opinião desta investigadora, o objetivo da custódia arquivística não deve cingir-se apenas ao “protection of the integrity of the records for their use as evidence” por parte das entidades custodiantes mas que este objetivo não pode dissociar-se do princípio de proveniência, em que “suggests the necessity of maintaining the context of records creation (...) in which the native inhabitants of the Islands assume a more prominent role in the context-creating process” (Bastian, 2001, p. 111). Esta perspetiva engloba com os desenvolvimentos teóricos da Arquivística pós-moderna que relaciona o princípio da proveniência com proveniência social (Piggott, 2012; Wurl, 2005b), que poderia sugerir, por outras palavras, uma abordagem alternativa em que as representações do cânone arquivístico, materializadas em instrumentos de acesso à informação, transitariam, idealmente, das entidades custodiantes para as comunidades reivindicantes. No entanto, diversos instrumentos de acesso à informação que representaram conjuntos dispersos entre entidades custodiantes tendem a transmitir uma falsa percepção de organicidade, de integridade e de proveniência, gerando paradoxos de que as suas descrições suportadas pelas garantias literárias para a descrição arquivística proporcionam reconstituições de fundos documentais tão próximas da ordem deixada pelo produtor e “assuming that any collection has achieved a “final” form” (Yeo, 2009, p. 60).

A partir da etapa retrodutiva, foi possível identificar possíveis condições transfactuais que emergiram a partir das evidências empiricamente sustentadas em estruturas “meta-arquivísticas” (*i. e.*,

instrumentos de acesso à informação que descreveram os “arquivos dos arquivos”) procedentes de agências “arqui-arquivísticas”, *i. e.*, ANTT, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e Arquivo Distrital do Funchal. As condições transfactuais que identificamos nos processos de aquisição de fundos para o ANTT e para o Arquivo Distrital do Funchal derivaram de decisões *ope legis* emanadas pelo poder central do Estado. No caso do ANTT, diversa legislação foi produzida para reforçar o seu papel como “arqui-arquivo” (cf. capítulo 4, Parte I), depois reforçado com a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. A informação que diversos instrumentos de acesso à informação indicaram nos metadados de “História custodial e arquivística” e “Fonte imediata de aquisição” menciona decisões *ope legis*, pelo menos, o Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862) e a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886. A única exceção está no caso do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* na custódia do ANTT, que se pode inferir que a base legal que terá suportado o processo de remoção terá sido por ação do Decreto de 29 de Dezembro de 1887 (Ministério do Reino, 1887a), embora omissa na relação de unidades de instalação redigida por Roberto Augusto da Costa Campos²⁹¹. O que é mais problemático é o facto de os instrumentos de acesso à informação mais recentes mencionarem a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886 como a causa que legitimou a aquisição de fundos para o ANTT, quando este diploma não consta publicado em qualquer boletim oficial da época. A existência de “portarias surdas”, como assim Machado (1935) qualificou o diploma supramencionado, pode ser conferido em outros fundos custodiados pelo ANTT, como, por exemplo, fundos eclesiásticos e conventuais procedentes da região de Coimbra e de outras localidades onde os instrumentos de acesso à informação do ANTT indicam que foram adquiridos por ação da Portaria de 9 de julho de 1863, do Ministério do Reino. Sobre este diploma não existem, também, quaisquer referências nos índices do *Diário de Governo* desse ano. Se o artigo 3.º do Decreto de 2 de outubro de 1862 estabeleceu como procedimento de aquisição de arquivos “uma portaria expedida ao competente prelado diocesano, pela direcção geral dos negócios eclesiásticos” (Ministério da Justiça, 1862, p. 304), constando nele o responsável superiormente designado para esse ofício, desconhece-se, no entanto, se esta prática terá sido consistentemente adotada nos períodos seguintes. Resta-nos considerar que Roberto Augusto da Costa Campos esteve munido desta “portaria” para que pudesse concretizar, junto das entidades custodiantes ações de transferências de fundos para o ANTT. O facto de os instrumentos de acesso à informação mencionarem a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886, associada exclusivamente aos fundos removidos do arquipélago da Madeira, a análise de rastreamento processual permitiu identificar que a decisão partiu por ofício emanado do ANTT a 31 de maio de 1886 e autorizado pela tutela, 1.ª Repartição da Direcção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, a 9 de julho de 1886, sem qualquer menção de portaria.

²⁹¹ Embora o guia de fundos do ABM (Arquivo Regional da Madeira, 1997) associe a remoção do arquivo do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* para o ANTT como processo derivado da Portaria de 9 de julho de 1863, do Ministério do Reino, trata-se de uma generalização que não está fundamentada na documentação do ANTT, dado que a relação de Roberto Augusto da Costa Campos não menciona qualquer base legal.

Resta-nos considerar, como condição transaccional, que as decisões de remoção de fundos às entidades custodiantes para serem transferidos para o ANTT eram comunicadas por entidades ministeriais por ofício, ordenando a sua execução com o máximo recato e zelo burocrático. O secretismo deste procedimentos de remoção podem ser conferidos similarmente nos arquivos removidos das ex-colónias, como é o caso dos *migrated archives* britânicos, em que derivou de uma estratégia de negação de direitos de acesso “to critical materials relating to their own history, ensuring that the post-colonial state would not be able to assemble a full record of the actions of its predecessor” (Anderson, 2015, p. 143). A questão que se coloca consiste em saber até que ponto estas práticas de remoção de arquivos das possessões coloniais podem ser consideradas como ocorridas em contexto subnacional ou até que ponto se assemelham? O secretismo envolto nos processos de aquisição de fundos por parte das entidades arquivísticas faz com que esta dê conhecimento *a posteriori*, *i. e.*, a remoção dos conjuntos documentais já tinha sido consumada sem o conhecimento (e sem o consentimento) da comunidade originária. No caso dos arquivos removidos do arquipélago da Madeira para o ANTT, os autores do *Elucidário Madeirense* tinham conhecimento destes factos que só foi noticiado cerca de trinta anos após à última transferência concretizada pelo inspector dos arquivos, Roberto Augusto da Costa Campos. A reclamação do acesso aos fundos removidos para o ANTT não se sustentava no facto de não existir um serviço de arquivo distrital – como as suas congéneres de Leiria, Bragança, Évora e Braga, constituídas em contexto da I República – mas por estarem junto das entidades produtoras, alguns dos quais durante séculos, e pelo facto de, passados muitos anos, a custódia destes fundos no ANTT permanecer “sem ordem nem catalogação alguma” (Silva e Menezes, 1921).

Num outro conspecto, é interessante verificar como os mecanismos de representação “meta-arquivísticas” promovidos por organismos “arqui-arquivísticos” permitem perceber como se formaram cânones arquivísticos institucionais enquanto estruturas de representação. Uma vez que os instrumentos de acesso à informação materializam esta estratégia, aferível ao nível do estrato do empírico, os “arquivos dos arquivos”, identificados em camadas mais profundas, congregam dados e informações sobre como os poderes causais foram exercidos no tocante a processos de aquisição e de legitimação da custódia de fundos removidos dos seus contextos sociais e territoriais originários. No entanto, os vínculos entre os instrumentos de acesso à informação e os “arquivos dos arquivos” nem sempre são imediatamente claros. Não é comum observar no metadado, por exemplo, de “Fonte imediata de aquisição”, descrições que vinculem os mecanismos de aquisição às referências constantes ao “arquivo do arquivo” institucional, ainda que este requisito se encontre expresso nas garantias literárias para a descrição arquivística²⁹². Um aspecto que sobressaiu de forma assinalável é o facto de as instituições “arqui-arquivísticas” não disponibilizarem instrumentos de acesso à

²⁹² Cf. *supra* Quadro 25, requisitos 2.4.A8. e 2.4.C1. da Direcção-Geral de Arquivos (2007, pp. 78–81).

informação sobre o seu próprio arquivo de forma global. Ainda que o ANTT e o ABM disponibilizem *instrumenta* sobre o seu “arquivo do arquivo”, da *Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos* e *Arquivo Distrital do Funchal*, tais entidades só o realizaram de modo muito incompleto e insuficientemente “tratado arquivisticamente”. Algumas das evidências que foram integradas para análise retrodutiva derivam, em grande parte, da serendipidade. Por exemplo, o relatório-ofício de 12 de janeiro de 1934 emitido pelo diretor do Arquivo Distrital do Funchal, João Cabral do Nascimento, ao inspetor-geral, Júlio Dantas, onde se apresentam argumentos de se os fundos removidos para o ANTT poderiam regressar ao Funchal, somente foi rastreado processualmente no ABM depois de identificado o ofício do inspetor-geral, Júlio Dantas, no fundo ISBA na custódia do ANTT, uma vez que o relatório do Arquivo Distrital do Funchal não foi recuperado no sistema de informação desta entidade (ANTT). Consideramos que o relatório de 1934 de Cabral do Nascimento é particularmente importante, porque nele é sugerido que os fundos removidos para o ANTT constituem parte do cânone arquivístico da comunidade insular, pelo facto de terem “particular interesse para a História política, religiosa, e económica” do arquipélago (Arquivo Distrital do Funchal, 1934). A decisão de não restituição por parte da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos à pretensão do Arquivo Distrital do Funchal, ao abrigo do “princípio da reintegração documental local”, que, segundo o inspetor-geral, Júlio Dantas, poderia conduzir à “destruição do Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo” (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934b), sugere um confronto entre cânones arquivísticos, onde a restituição de fundos “descanonizaria” a função de um arquivo nacional. A crítica, porém, que os autores do *Elucidário Madeirense* (1921) fizeram ao ANTT, associa-se ao pedido institucional de restituição feito pelo Arquivo Distrital do Funchal, pelo facto de a acessibilidade física aos fundos se encontrar condicionada por motivo da condição de insularidade. A hipótese de restituição física dos fundos removidos para Lisboa no último quartel do século XIX para o Arquivo Distrital do Funchal teria, na opinião de Cabral do Nascimento, efeitos multiplicadores para a comunidade insular, onde “seriam certamente consultados e estudados se pudessem regressar ao Funchal” (Arquivo Distrital do Funchal, 1934). Portanto, a distância física e a indisponibilidade de instrumentos de acesso à informação, como sugeriu Winn (2015), constituem uma das condicionantes que tornam os arquivos reivindicados pelas comunidades como estando deslocados.

Um dos problemas que emergiu deste estudo consiste na reunificação de fundos do mesmo produtor dispersos entre entidades custodiantes. A descoberta de conjuntos documentais remanescentes no Funchal, designadamente das entidades monásticas, como é o caso extremo o *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, coloca vários problemas. O primeiro reside no facto de as entidades custodiantes, desde que tomaram conhecimento da existência destes fundos na custódia da Repartição de Finanças do Funchal em 1937, levantarem dificuldades pelo facto de os instrumentos de acesso à informação produzidos pelo ANTT não se encontrarem disponíveis. A decisão do diretor do Arquivo Distrital do Funchal, em agosto de 1937, em realizar um levantamento *in situ*

dos conjuntos documentais na custódia do ANTT, com resultados publicados no boletim do *Arquivo Histórico da Madeira* em 1939, apenas supriu uma parte do problema. O segundo problema procede do facto de, independentemente da geração de representações substitutas em suporte micrográfico e digital em eventos posteriores, a representação reunificada do fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* encontrar-se limitada por falta de iniciativa do Arquivo Distrital do Funchal (e entidades sucessoras), relativamente à parte que permaneceu sob a sua custódia. Que tipo de condições transfactuais poderão estar na base do diferendo entre cânones arquivísticos institucionais? Discordâncias do ponto de vista de representação semântica, da estrutura orgânico e/ou funcional adotada por parte do ANTT nos instrumentos de acesso à informação ou da instrumentalização das novas tecnologias de informação como critério fungível à sua não restituição física? O que a análise Estemática (capítulo 3 desta Parte) realizada ao fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* permitiu dilucidar é que, desde 1937 até aos nossos dias, as entidades custodiantes não procuraram, como já dissemos, realizar uma representação reunificada dos conjuntos documentais em instrumentos de acesso à informação e, muito menos, envolvendo a comunidade insular de forma a participada na sua construção. Este aspecto é consistente com a discussão realizada em 2.3 e em 3.3, pois resulta de uma triangulação que valida internamente esta asserção.

Trata-se, não obstante, de uma decisão que está dependente das opções políticas e institucionais das entidades custodiantes que está para além dos objetivos preconizados para este estudo.

As principais limitações que intervieram ao longo desta etapa consistem na dificuldade de associação de entidades ligadas ao processo de remoção de fundos do Funchal para Lisboa, designadamente os fundos *Ministério do Reino* (ANTT) e *Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal* (ABM). Se no primeiro caso a descrição disponível é pouco detalhada (até ao nível de documento), no segundo os instrumentos de acesso à informação ainda se encontram indisponíveis para a documentação referente ao século XIX. É possível, além disto, que o caso da *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* possa transitar de um caso crítico a um caso extremo, caso o ABM venha a identificar e a representar unidades de instalação associadas a este fundo. Outra limitação consiste na insuficiência de representações “meta-arquivísticas” que descrevam globalmente, em extensão e profundidade, os fundos dos “arqui-arquivos”, *i. e.*, ANTT e ABM, condicionando os motores de pesquisa à “ditadura dos metadados”, ainda que existam representações digitais dos artefactos informacionais com informação relevante. Estas limitações são comuns em estudos não reativos de tipo documental e arquivístico (Mutch, 2014). No entanto, qualquer uma destas limitações pôde ser contornada, considerando que a informação entretanto coligida fornece as condições suficientes e necessárias para a prossecução de um exercício de rastreamento processual, sugerido por Blatter e Haverland (2014) e Beach e Pedersen (2013, 2016). É possível que os fundos integrantes da população deste estudo possam fazer emergir outros aspetos entretanto não

observados a partir da amostra constituída, dado que, como dissemos, ca. de 12890 u. i., seria impraticável para um estudo desta natureza. Mas os fatores etiológicos que explicam este fenómeno em particular, através da etapa retrodutiva, são consistentes com universo de fundos identificados em 2.1.3 (desta Parte), pois derivam dos mesmos mecanismos de aquisição de fundos realizadas pelo ANTT. Até certo ponto, os instrumentos de acesso à informação produzidos por estas entidades arquivísticas visam suportar, como sugerido por Harris (2004), metanarrativas que legitimam a cânones arquivísticos institucionais por via da custódia e da propriedade sobre os conjuntos documentais sob disputa.

4.4. Síntese

Este capítulo apresenta os resultados de uma análise de rastreamento processual que se apoia na etapa retrodutiva de Danermark *et al.* (2005), para a identificação dos mecanismos e das estruturas subjacentes à aquisição dos fundos documentais de acordo com os “arquivos dos arquivos” (ANTT, ISBA e ABM).

A análise desdobra-se na identificação dos “arquivos dos arquivos” com enfoque na agência – ANTT, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e Arquivo Distrital do Funchal – de modo a poder caracterizar-se poderes causais destas entidades em relação ao nosso fenómeno de interesse. Para este efeito, foram exploradas, numa primeira etapa, as histórias institucionais de cada uma destas entidades e, numa segunda etapa, uma caracterização dos fundos documentais de cada uma destas organizações. Consideramos, na sequência do capítulo 3, estabelecer um enfoque para um período preciso, entre 1834 e 1940, uma vez que datas posteriores não alteram significativamente o curso dos eventos associados aos processos custodiais e de representação da informação em instrumentos de acesso à informação relativa à amostra de fundos selecionada para este estudo.

Atendendo que cada um destes conjuntos documentais denominados “arquivos dos arquivos” apresentam muitas diferenças no ponto de vista da granularidade descritiva nos instrumentos de acesso à informação disponíveis, os critérios de pesquisa adotados para a identificação de evidências documentais relacionadas com o fenómeno em estudo tiveram de ser adaptados por forma a assegurar a sua replicabilidade. Esta abordagem permitiu recuperar pelo menos 16 registos documentais relevantes em relação aos casos associados ao fenómeno em estudo. A partir destes elementos, foi realizada uma análise com enfoque nas estruturas, na forma como os poderes emergentes das entidades custodiantes se manifestaram nos mecanismos de aquisição e de representação dos conjuntos documentais associados à amostra. A análise dos metadados de história custodial e arquivística e da fonte imediata de aquisição relativos aos casos críticos e extremos deste estudo permitiu perscrutar retrodutivamente como os efeitos se vinculam às hipóteses causais.

Assim, esboçando uma resposta à questão *QIG4*, poderemos concluir que:

- os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), tiveram origem por força do Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), em que se determinou a transferência e a incorporação no ANTT dos conjuntos documentais dos conventos extintos e das igrejas. Pressupondo que a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886, considerada então como “portaria surda” (J. F. Machado, 1935, p. 171), pelo facto de não constar publicada no *Diário de Governo* de 1886, fora uma medida institucional que terá autorizado tacitamente a Roberto Augusto da Costa Campos a realizar as transferências dos fundos do Funchal para Lisboa, o Decreto de 29 de dezembro de 1887 (Ministério do Reino, 1887a) reforçou a atuação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos na prossecução dessa remoção;
- o pedido de restituição ao abrigo do “princípio da reintegração documental local” pelo Arquivo Distrital do Funchal em 1934 não previa, ao que tudo indicava, a existência de fundos remanescentes na Repartição de Finanças do Funchal, confirmação que só posteriormente se verificou depois de 1937 incorporados pelo Arquivo Distrital do Funchal, emergindo o problema da reunificação física e intelectual, designadamente entre os conjuntos documentais do mesmo produtor repartidos entre diversas entidades custodiantes;
- a não restituição dos fundos madeirenses custodiados pelo ANTT sustentou-se no argumento de que esta entidade representava, em termos ideológicos, o “Arquivo geral do país” (Direcção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino, 1886b), que constitui uma opinião pessoal e institucional da parte do inspector Júlio Dantas, desconsiderando o problema do acesso aos conjuntos documentais com valor para a comunidade insular pelo seu “particular interesse para a História política, religiosa, e económica desta Ilha” (Arquivo Distrital do Funchal, 1934). O diferendo superveniente entre estas entidades, ANTT e Arquivo Distrital do Funchal, pode ser entendido como um confronto entre cânones arquivísticos entre uma dimensão nacionalista e continental *uersus* uma dimensão regionalista e insular. Os instrumentos de acesso à informação produzidos por estas entidades apenas refletem esta visão custodial que suporta o cânone arquivístico de cada uma das instituições.

5. Síntese da Parte III

Os capítulos integrantes da Parte III exploraram, em diversos níveis de profundidade, os resultados da investigação empírica, seguindo uma parte do modelo multietápico de Danermark *et al.* (2005) no quadro do Realismo Crítico. Tais etapas foram a resolução analítica, a abdução/redescrição teórica e a retrodução. A operacionalização destas etapas concretizou-se num estudo de casos múltiplos de tipo causal (Zachariadis *et al.*, 2013), amparando-se na abordagem covariacional e de rastreamento processual (Beach & Pedersen, 2013, 2016; Blatter & Haverland, 2014).

Desta forma, os resultados obtidos nesta Parte III permitem-nos tecer as conclusões que consideramos ser as mais relevantes em torno dos factores incoativos e efeitos relativos ao fenómeno de interesse descrito neste estudo de casos múltiplos, exposto a seguir por tópicos:

Análise covariacional (etapa de resolução analítica)

Em relação à questão de investigação *QIG2* “Quais são os instrumentos de acesso à informação relativos aos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?”, a análise covariacional no quadro dos estudos de casos múltiplos possibilitou a identificação empírica da população e a constituição da amostra, a saber:

- dos cinco fundos mencionados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), foram recuperados onze (*Alfândega do Funchal, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Convento de Santa Clara do Funchal, Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, Convento de São Francisco do Funchal, Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos, Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz, Cabido da Sé do Funchal, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, Convento de São Sebastião da Calheta e Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava*), de acordo com os instrumentos de acesso à informação produzidos pelas entidades custodiantes, ANTT e Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira;
- a dimensão da população de fundos é de 12890 u. i., com documentação datada desde a primeira metade do século XV até ao século XX, cuja condição derivou de incorporações, de acordo com a informação veiculada pelos instrumentos de acesso à informação, Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862) e Portaria de 9 de junho de 1886, do Ministério do Reino, à exceção do fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*.
- o perfil dos fundos indicou a presença de dois grupos: sete conjuntos documentais repartidos entre o ABM e o ANTT ($n= 12789$ u. i.) e quatro fundos na custódia global do ANTT ($n= 101$

- u. i.); com base nestas características, constituíram-se duas amostras que corresponderam a um caso crítico ou fundo custodiado globalmente pelo ANTT (*Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*, n= 16 u. i.) e a um caso extremo, fundos repartidos entre o ABM e o ANTT (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, n= 84 u. i.);
- a análise genológico-documental aos instrumentos de acesso à informação relacionados com a amostra de fundos permitiu concluir que tais *instrumenta* não foram concebidos com o objetivo de representar de forma reunificada fundos repartidos entre entidades custodiantes, como também estas entidades tendem a obscurecer denominações anteriores atribuídas ao conjunto documental de onde proveio, como o caso crítico ilustra.

Análise de rastreamento processual (etapa de abdução/redescrição teórica)

A abordagem baseada no rastreamento processual em estudo de casos múltiplos foi selecionada para responder à *QIG3* “como é que os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), foram representados nos instrumentos de acesso à informação?”. O método estemático correspondeu a um exercício de redescrição teórica mais ajustado ao propósito de “rastrear” vínculos genealógicos entre os instrumentos de acesso à informação que representaram a amostra selecionada, cujos dados permitiram obter os seguintes resultados:

- sobre o caso crítico (*Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*), foram selecionados 8 instrumentos de acesso à informação (incluindo a compulsão das digitalizações), dos quais foram selecionados 66 *loci critici* a partir dos metadados de título, cota e datas atribuídas às unidades de instalação; no que concerne ao caso extremo (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*), 384 *loci critici* a partir de 9 instrumentos de acesso à informação e compulsão dos códices originais;
- o caso crítico apontou para uma representação, que derivou de uma sucessiva modificação física e intelectual no processo de organização e descrição do fundo, inicialmente inserto na *Repartição da Fazenda do Funchal*, depois *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, de onde foram retiradas 16 u. i. para constituir o fundo que hoje se conhece como *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo*; os instrumentos de acesso à informação mais recentes eliminaram as denominações anteriores atribuídas às unidades de instalação;
- o caso extremo apresentou uma realidade diversa, que reside no facto de os instrumentos de acesso à informação, que representaram o fundo *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, repartido entre o ANTT e o ABM, não terem procurado realizar uma descrição reunificada, apesar da dispersão; esta situação sugere que a eventualidade de uma representação reunificada depende da adoção entre as partes de esquemas de representação semanticamente

interoperável, o que, por outras palavras, tal decisão depende das entidades custodiantes; a adoção das garantias literárias para a descrição arquivística nos instrumentos de acesso à informação não assegura suficientemente a possibilidade de se alcançarem representações técnica e cientificamente reunificadas ou reconstitutivas de um fundo;

- as asserções atrás expostas suportam-se nas representações Estemáticas que permitem estabelecer vínculos genealógicos (como mecanismos) entre os instrumentos de acesso à informação, que, no que concerne aos casos crítico e extremo, tudo apontou para o facto de as entidades custodiantes fazerem prevalecer as *suas* representações, independentemente das suas materializações, em detrimento das que foram elaboradas por comunidades externas à instituição.

Análise de rastreamento processual (etapa de retrodução)

Os resultados que derivam da análise de rastreamento processual na fase retrodutiva procuraram responder à *QIG4* “Quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) e à forma como têm sido representados?”. A identificação dos mecanismos e estruturas subjacentes ao fenómeno de interesse teve o suporte a partir das evidências empíricas extraídas a partir dos “arquivos dos arquivos” e do papel das agências em relação ao fenómeno deste estudo, como a seguir se explicita:

- as evidências extraídas dos “arquivos dos arquivos” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e Arquivo Distrital do Funchal) apontam para 16 registos documentais, diretamente associados ao fenómeno em estudo;
- as evidências indicam que a aquisição dos conjuntos documentais removidos do Funchal para o ANTT derivaram de decisões tomadas *ope legis*, designadamente por força do Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862) e Decreto de 29 de dezembro de 1887 (Ministério do Reino, 1887a); apesar de a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886 não constar publicada nos índices do *Diário de Govêrno* de 1886, tudo aponta para decisões tomadas por iniciativa do ANTT, tendo concretizado três ações de transferência e incorporação em 1886, 1887 e 1894; fatores como inexistência de um serviço de arquivo público e a política concentracionista do ANTT terão conduzido à remoção massiva de diversos conjuntos documentais dos seus contextos sociais e territoriais originários para compor um tipo de cânone arquivístico institucional;
- as evidências indicam que as críticas (problemas de acesso por indisponibilidade de instrumentos de descrição documental) terão tido início em 1921 pelos autores do *Elucidário Madeirense*, sendo que o pedido formal de restituição surge em relatório-ofício do diretor do Arquivo Distrital do Funchal, João Cabral do Nascimento, a 12 de janeiro de 1934. A decisão da Inspeção

Geral dos Arquivos e Bibliotecas em não devolver os fundos madeirenses ao Arquivo Distrital do Funchal, baseando-se no “princípio da reintegração documental local” (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934a), suportou-se no argumento da representação canónica do ANTT como “Arquivo geral do país”, em detrimento das necessidades das comunidades reivindicantes.

Conclusões: limites e possibilidades

São os Archivos huns lugares, que a providencia deputou para guarda dos Documentos; de que formão as Historias em todo o tempo: louvavel invenção em beneficio do publico, não so pella noticia dos Seculos passados, como pella concervação dos antigos privilegios para os vindouros.

Henrique Henriques de Noronha, *Memorias seculares e ecclesiasticas para a composição da Historia da Diocesi do Funchal*, 1722 (Portugal, Biblioteca Nacional de Portugal, f. 218r. = Noronha, 1996)

Apresentação

O título deste estudo menciona duas palavras que se nos afiguraram importantes para a condução desta investigação: identificação e reunificação em torno de fundos do mesmo produtor dispersos entre diversas entidades custodiantes. O enfoque que se realizou nesta tese não foi no sentido de propor uma solução – dado que se trata de um problema do foro político e institucional, que depende mais das entidades custodiantes do que do investigador – mas em refletir sobre a causalidade deste fenómeno em particular.

O fenómeno de interesse de este estudo partiu do problema colocado pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), em que a Assembleia Legislativa da Madeira recomendou ao Governo da República a transferência dos fundos removidos do Funchal para o Arquivo Nacional Torre do Tombo no último quartel do século XIX. De acordo com o relatório apresentado ao Grupo de Peritos para o Património Arquivístico Partilhado do Conselho Internacional de Arquivos, o caso Região Autónoma da Madeira *versus* Portugal, mais precisamente, o Arquivo Nacional Torre do Tombo, configura um tipo de arquivo deslocado em contexto subnacional (Lowry, 2020).

Na *Introdução geral* realizámos uma aproximação ao fenómeno de interesse, veiculado pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), que serviu de mote a este estudo, efetuando um reconhecimento sobre como este problema de investigação tem sido abordado teórica e conceptualmente no domínio da Arquivística e da Ciência da Informação e evidenciando algumas das suas lacunas. Com base em alguns destes elementos, definimos as questões e objetivos de investigação e ao modo como se desenvolveria esta investigação. Na Parte I *Revisão de literatura*, realizámos uma síntese de conhecimento de literatura, com enfoque para os problemas teóricos e conceptuais (revisão de escopo), extração de elementos para construção de nova teoria (metassíntese) e teste em casos com a realidade portuguesa (metassumarização). Os aspetos que emergiram deste capítulo permitiram-nos direcionar para a escolha de abordagens teóricas e metodológicas alternativas para a Parte II *Metodologia e métodos*, especialmente na escolha do Realismo Crítico como base metateórica e a sua transposição para um desenho de investigação que se materializou num estudo de casos múltiplos de tipo causal, com recurso a métodos mistos de tipo não reativo, aplicando métodos de análise covariacional e de rastreamento processual. A Parte III *Resultados e discussão* consiste na apresentação dos dados da investigação empírica, por um lado, através da identificação da dimensão e caracterização da população e constituição da amostra de casos (análise de covariação) e, por outro, através da análise aos processos evolutivos da representação da informação a partir de *corpora* de instrumentos de acesso à informação da amostra de fundos que expliquem causalmente os mecanismos e estruturas subjacentes ao fenómeno (rastreamento processual).

Este capítulo pretende realçar as conclusões mais relevantes deste estudo, efetuando uma recapitulação do problema de investigação, uma revisitação às perguntas e aos objetivos de investigação, evidenciando possibilidades e limitações das abordagens metodológicas que permitam responder às perguntas de partida. Propomos, também, um conjunto de recomendações a ter em linha de conta em torno deste tipo de fenómenos, lançado possíveis propostas de investigação.

Consolidando a investigação e tecendo conclusões

A Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), da Assembleia Legislativa da Madeira, colocou, ao que se sabe, pela primeira vez, de forma pública, um fenómeno que configura um caso de arquivos deslocados em contexto subnacional em Portugal. Apesar de o enfoque do diploma centrar-se na restituição de arquivos removidos do arquipélago da Madeira para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o diploma não esclarece se esta restituição deve ser concretizada de forma física e/ou digital. O diploma apenas reverbera uma reivindicação com cerca de cem anos por parte de sucessivas gerações da comunidade arquipelágica que se focaliza na questão do acesso físico aos artefactos culturais que esta considera como parte integrante da sua “memória” ou do seu cânone arquivístico. No entanto, a memória que prevaleceu para a comunidade insular foi a da desposseção de bens culturais, transmitida intergeracionalmente, em que a disputa pela custódia de arquivos tende a emergir ciclicamente quando ocorrem eventos comemorativos alusivos a datas fundacionais, que são importantes para esta comunidade, mas por vezes instrumentalizada ideologicamente.

Por esta razão, há aspectos que importa perscrutar sobre a natureza particular deste fenómeno em confronto com os pressupostos teóricos da Arquivística e da Ciência da Informação. Para este efeito, constituímos quatro questões de investigação gerais (QIG), que emergiram não só relativamente à natureza do fenómeno e ao modo como este tem sido explorado na literatura científica mas também a partir de elementos contidos no texto preambular do supracitado diploma, a saber:

QIG1: Como é que a literatura científica abordou os tópicos “arquivos deslocados” e (em relação à) representação da informação arquivística?

QIG2: Quais são os instrumentos de acesso à informação relativos aos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?

QIG3: Como é que os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, foram representados nos instrumentos de acesso à informação em termos evolutivos?

QIG4: Quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?

Conforme exposto, colocámos nas questões de investigação o enfoque em torno da representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação relativos ao conjunto de fundos mencionados pelo diploma, designadamente: “Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409). As entidades custodiantes visadas por este diploma são o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM, *olim* Arquivo Regional da Madeira e Arquivo Distrital do Funchal).

Os objetivos gerais (OG) deste estudo consistem, assim, em

OG1 Identificar contextos de utilização dos arquivos deslocados na literatura científica e técnica;

OG2 Analisar e comparar os instrumentos de acesso à informação, que descrevem os arquivos referidos na Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro;

OG3 Investigar aspetos etiológicos que conduziram à transferência dos conjuntos documentais do arquipélago da Madeira para o Arquivo Nacional Torre do Tombo atendendo às consequências supervenientes deste processo; e

OG4 Discutir os conceitos de “cânone arquivístico” e “representação da informação arquivística”.

Conhecer os fatores etiológicos que tornam o fenómeno de interesse deste estudo como arquivos deslocados em contexto subnacional colocou-nos perante a problemática de como a sua representação em instrumentos de acesso à informação tem sido elaborada por estas entidades custodiantes. Desta forma, longe de pretender-se resolver esta disputa, por tratar-se de uma questão de índole política e institucional, o Realismo Crítico (Bhaskar, 1975, 1979, 1989, 2008a, 2009, 2014) apresentou-se como a abordagem metateórica que melhor se ajusta ao estudo sobre a causalidade deste fenómeno. Compreender a causalidade deste fenómeno a partir dos instrumentos de acesso à informação que representam o conjunto de fundos disputados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), permite explicar a razão por que se associam aos arquivos deslocados e com que mecanismos e estruturas os tornam como tal. Para que a escolha desta base metateórica pudesse ser possível, a síntese de conhecimento de literatura (Parte I *Revisão de literatura*) foi um processo indispensável para conferir consistência na análise correlacionada entre dois tópicos problemáticos – arquivos deslocados e

representação da informação arquivística – em confronto com o fenómeno de interesse deste estudo. Foi possível verificar que tanto a literatura científica de expressão portuguesa no domínio da Arquivística e da Ciência da Informação como a da Organização do Conhecimento não dispõem de uma produção científica relevante sobre estes tópicos, razão por que direcionámos a atenção para produções de expressão anglossaxónica.

De modo a transpor os pressupostos teóricos do Realismo Crítico para o plano da investigação empírica, apoiando-nos nos movimentos de “concreto-abstrato-concreto” de Sayer (2010), ajustamos as questões de investigação ao modelo de explanação causal de Danermark *et al.* (2005), que orientou as bases metodológicas deste estudo em termos de desenho da investigação (cf. Quadro 18 e Quadro 19). A estratégia adotada configurou-se num estudo de casos múltiplos de tipo causal, consistente não só com os princípios de Wynn e Williams (2012) e com o recurso aos métodos mistos de Zachariadis *et al.* (2013), mas também com as abordagens de Blatter e Haverland (2014) e de Beach e Pedersen (2013, 2016), em termos de análise de covariação e de rastreamento processual. Estas duas abordagens analíticas permitiram realizar uma delimitação da população e constituição da amostra, que resultou na seleção de casos múltiplos e, subsequentemente, explorar camadas ontologicamente mais profundas da realidade de acordo com Bhaskar (1975, 1979). Como tal, a natureza multimetodológica deste estudo deriva, em grande parte, da perspectiva bhaskariana de que não é possível abordar um fenómeno complexo restringindo a investigação a um único ângulo epistemológico e metodológico. A orientação para um estudo sustentado em informação não reativa visou não apenas assegurar um equilíbrio entre a replicabilidade e transparência dos processos de pesquisa, de recolha e de seleção de informação mas também possibilitar ao investigador um espaço para a interpretação, sob diversos ângulos epistémicos, sobre a natureza poliédrica, complexa e estratificada do fenómeno de interesse desta investigação.

Sendo assim, respondendo diretamente às questões de investigação, podemos tecer algumas conclusões mais relevantes que emergiram deste estudo, sem prejuízo das sínteses realizadas em cada capítulo (cf. 2.2.6, Parte I; 4, Parte II e 5, Parte III). Procuraremos seguidamente responder a cada uma das questões mais acima indicadas.

Relativamente à *QIGI*, realizamos três tipos de síntese de conhecimento de literatura para responder a questões mais precisas (cf. 1.1), concatenadas modularmente entre si e materializadas numa revisão de escopo (capítulo 2, Parte I), numa metassíntese (capítulo 3, Parte I) e numa metassumariação (capítulo 4, Parte I):

- no caso da revisão de escopo, a amostra ($n=70$) de artigos permitiu consolidar a perceção que se tinha sobre o facto de a dimensão conceptual não ser ainda consensual no seio comunidade científica e profissional, que reconhece também esta mesma limitação, por subsistir diversas

denominações para designar o mesmo fenómeno. A investigação mais recente inclina-se para o conceito hiperonímico de “arquivo deslocado” (Lowry, 2017b). É possível que esta inconsistência terminológica tenha relação direta com a diversidade de áreas disciplinares que abordaram este tópico (Karabinos, 2018b), com prevalência para casos de contencioso arquivístico de âmbito internacional derivados do conflito armado, descolonização e sucessão de Estados;

- como a questão da representação da informação arquivística nos casos de arquivos deslocados não emergiu desta revisão de escopo, consideramos ser necessário realizar uma prospeção mais aprofundada e mais flexível no que respeita aos critérios de inclusão a adotar. A metassíntese qualitativa de literatura apoia-se na estratégia de construção de teoria a partir de uma amostra de 155 textos, procurando centrar-se na relação entre arquivos deslocados e representação da informação arquivística. Apoiando-nos na abordagem construtivista da Teoria Fundamentada de Charmaz (2006, 2008), a literatura aponta para diversos cenários que podem ser teoricamente relevantes para a compreensão das estratégias de representação da informação em arquivos deslocados. Foram identificadas três tipos de estratégias associadas à remoção dos arquivos dos contextos sociais e territoriais originários: (1) a remoção como fenómeno “anarquívico”, (2) a recuperação associada a representações construídas pelos “arquivos dos arquivos” e (3) a reconstituição como estratégia de formação de “cânone arquivísticos”. Em (1) foi possível perceber, adotando o conceito derrideano, a existência de fenómenos “anarquívicos” associados à representação da informação em arquivos deslocados, através de processos de reapropriação/recetação e de reconfiguração, que operam como forças destrutivas que desvinculam os conjuntos documentais removidos à comunidade de onde estes provieram. No que concerne ao ponto (2), a literatura apontou para o lugar dos “arquivos dos arquivos”, no sentido derrideano de “arqui-arquivo” e de “meta-arquivo”, de onde emergiram processos de recuperação associadas à restauração e à revidação. Identificámos na literatura diversos exemplos como os “arqui-arquivos” (*u. g.*, instituições custodiantes de fundos documentais deslocados) tendem a servir-se de processos “meta-arquivísticos” (*u. g.*, instrumentos de acesso à informação) para realizar representações de conjuntos documentais sob a sua custódia não só como parte da função do acesso mas também de afirmação do seu cânone arquivístico; mas estas estratégias tendem a gerar cenários de revidação a partir do momento em que os conjuntos documentais disponibilizados em instrumentos de acesso à informação pelas entidades custodiantes suscitam contestação por parte da(s) comunidade(s) reivindicante(s). Relativamente ao último ponto, o tópico de reconstituição fez emergir o conceito de “cânone arquivístico” como forma de reunificação de conjuntos documentais dispersos ou removidos para uma única entidade custodiante e de revitalização de comunidades e de práticas culturais em situação de vulnerabilidade;

- a metassumarização reutiliza os conceitos que emergiram da metassíntese, para suportar a interpretação de casos relativos ao universo português, designadamente a partir de uma amostra de legislação portuguesa ($n= 184$) produzida entre 1801 e 2019. O que foi possível verificar é que em diversos períodos assistiu-se, com maior ou menor incidência, à legitimação de fenómenos “anarquívicos” concretizados por entidades “arqui-arquivísticas” para formar determinados cânones arquivísticos institucionais. O papel do ANTT como “arqui-arquivo” não diminuiu com a criação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, responsável pelas políticas de concentração de fundos para o ANTT. A impossibilidade de este poder prosseguir com a sua política incorporacionista e centralizadora, o modelo de cânone arquivístico do ANTT foi transposto em inícios do século XX para o âmbito territorial com a criação de arquivos territoriais de âmbito local, distrital e colonial, sem a garantia de eventual restituição dos fundos removidos para o âmbito jurisdicional aonde estes pertenciam.

Embora este tipo de sínteses de conhecimento de literatura vise proporcionar a sua replicabilidade e a sua comparabilidade com possíveis estudos futuros mais aprofundados, as principais vantagens desta abordagem derivam da possibilidade de realizar-se a construção de teoria em torno do fenómeno de interesse deste estudo de um modo bastante flexível e estruturado. Os objetivos específicos (*OIG1*), que nos propusemos, cumpriram-se. Contudo, as principais limitações desta revisão de literatura derivam da exclusão de textos em outras línguas sobre o mesmo tópico, especialmente na revisão de escopo e na metassíntese, situação que deriva mais das limitações do investigador do que da qualidade dos textos que discorreram sobre este tema. Também limitámo-nos ao universo dos arquivos, reconhecendo que as dimensões dos museus e das bibliotecas possuem produção científica relevante sobre patrimónios contestados. Atendendo que a produção científica portuguesa é muito incipiente em torno destas problemáticas, procurámos suprir esta dificuldade com a legislação portuguesa em torno dos arquivos, porque permitiria não só validar os códigos que emergiram da metassíntese mas também aplicá-los a uma outra realidade com outro tipo de recursos informacionais. A escolha por este tipo de síntese de conhecimento de literatura é recomendável quando se pretende extrair dados relevantes em torno de fenómenos pouco conhecidos, de elevada complexidade e sendo teórica e conceptualmente pouco consolidados.

Em última análise, podemos considerar, sintetizando a resposta à *QIG1*, que a produção científica sobre representação da informação em torno de arquivos deslocados continua a ser, de um modo global, ainda incipiente, devido à diversidade de casos muito particulares que derivam de contextos etiológicos muito diversos, sendo mais produtivo explorar e compreender as causas deste fenómeno antes de qualquer intento de encontrar soluções descontextualizadas.

No que concerne à questão *QIG2*, a identificação dos fundos mencionados na Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da

Região Autónoma da Madeira, 2017), constituiu o primeiro passo para a investigação empírica e para poder-se configurar num estudo de casos múltiplos dentro das etapas de descrição e resolução analítica de Danermark *et al.* (2005). De acordo com a abordagem metodológica descrita em 2.3.1 (Parte II), os resultados da análise de covariação (capítulo 2, Parte III) permitem chegar às seguintes conclusões:

- embora a supracitada *Resolução* apenas indique cinco fundos documentais, os resultados desta investigação, dentro dos critérios metodológicos atrás indicados apontaram para onze fundos na custódia do ANTT, sete dos quais se encontram dispersos entre o ABM e o ANTT relativos aos mesmos produtores;
- os fundos em causa dizem respeito a instituições insulares da administração régia e entidades eclesiásticas, a saber: *Alfândega do Funchal, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, Cabido da Sé do Funchal, Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos, Convento de São Francisco do Funchal, Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz, Convento de Santa Clara do Funchal, Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava, e Convento de São Sebastião da Calheta*;
- os fundos atrás identificados derivam do mesmo contexto que conduziu à sua remoção do arquipélago da Madeira para Lisboa, *i. e.*, do Decreto de 2 de Outubro de 1862 e da Portaria do Ministério do Reino de 9 de Junho de 1886; excetuando-se o caso do *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*, de que não há menção explícita sobre a base legal que determinou a sua transferência, apontando-se, com plausibilidade, para o Decreto de 29 de dezembro de 1887 (Ministério do Reino, 1887a); no arquipélago da Madeira, as transferências dos conjuntos documentais remanescentes para o Arquivo Distrital do Funchal foram concretizadas ao abrigo do Decreto n.º 19952 de 30 de julho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f), que retificou o mesmo diploma emanado a 27 de junho;
- a dimensão global dos conjuntos documentais dispersos entre o ABM e o ANTT e na custódia global deste última entidade custodiante ascende às 12890 u. i., sendo que 16,5% de u. i. se encontra na custódia do ANTT;
- a população atrás identificada permitiu-nos divisar dois grupos distintos extraídos dos instrumentos de acesso emanados pelas entidades custodiantes: o primeiro corresponde a sete fundos repartidos entre o ABM e ANTT ($n= 12\ 789$) e o segundo, a quatro fundos na custódia global do ANTT ($n= 101$ u. i.). Os fundos que integram o primeiro grupo são *Alfândega do Funchal, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Convento de Santa Clara do Funchal, Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, Convento de São Francisco*

do Funchal, Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos e Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos; por seu turno, o segundo grupo integra o *Cabido da Sé do Funchal, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, Convento de São Sebastião da Calheta e o Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava*;

- a partir destes dois grupos, constituímos uma amostra intencional ($n= 100$ u. i.) de dois casos: o caso crítico, que corresponde ao fundo *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*, e o caso extremo, o *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*;
- com base nesta amostra de casos, a análise de covariação visou estabelecer a relação entre a variável dependente (instrumentos de acesso à informação) com a variável independente (fundos), que resultou na identificação e na análise de 19 instrumentos de acesso à informação (cf. Quadro 28 e Quadro 29), produzidas entre finais do século XIX e 2020;
- a partir da análise genológico-documental da amostra de instrumentos de acesso à informação, podemos extrair duas conclusões que emergem das estratégias de representação da informação arquivística adotadas pelas entidades custodiantes:
 - a) no que respeita ao caso crítico, o fundo foi constituído a partir da extração de 16 u. i. de outro fundo, a *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, identificado no instrumento de acesso à informação descrito por Farinha (2000), razão que nos leva a supor que a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), ter-se-á baseado em um instrumento de acesso à informação arquivística anterior àquela data; porém, as representações de data mais recente obscurecem o facto de a denominação inicial do fundo de onde se extraíram estas unidades de instalação ser a *Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal*;
 - b) em relação ao caso extremo, as entidades custodiantes não procuraram realizar uma representação reunificada dos conjuntos documentais dispersos, verificando-se tanto omissões em instrumentos de acesso à informação disponíveis na *web* pelo ANTT relativamente ao conjunto documental remanescente no ABM, enquanto esta não disponibiliza *instrumenta* conformes às garantias literárias para a descrição arquivística; quanto a este caso, encontramos no instrumento de acesso à informação publicado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (2002) a informação de que o fundo recebeu o influxo de duas unidades de instalação extraídas do fundo do *Convento de Santa Clara do Funchal*;
- as entidades custodiantes tendem a impor meta-informação e respetivas descrições que entendem ser as mais relevantes – por exemplo, por via da omissão ao metadado de produtor e de fonte imediata de aquisição, obrigatórios de acordo com as garantias literárias para a descrição arquivística ao nível de descrição de fundo – o que pode explicar, em parte, que esta

diversidade de critérios (extensível aos diversos níveis de descrição) pode não proporcionar qualquer cenário de representação reunificada, qualquer que seja o *medium* pretendido para veicular a informação.

O contributo especial desta análise covariacional traz implicações práticas na transposição dos pressupostos do Realismo Crítico da camada ontológica do domínio do empírico para um estudo de casos múltiplos de tipo causal, consistente, de resto, com as etapas de descrição e resolução analítica de Danermark *et al.* (2005). Determinar a relação de causalidade entre as variáveis dependente e independente é indispensável nesta fase, atendendo que nem todos os instrumentos de acesso à informação produzidos pelas entidades custodiantes, por si só recursos de acesso à informação diversos do ponto de vista genológico, permitem estabelecer uma relação direta com os conjuntos documentais. Se a recondução de unidades de instalação do *Convento de Santa Clara do Funchal* para o *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* derivou de uma incorreta identificação da entidade produtora, refletida nos instrumentos de acesso à informação, as descrições feitas sobre a *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo* não estabelecem qualquer relação com a *Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal*. Embora tenhamos cumprido parcialmente o objetivo (*OEI*) de constituir *corpora* de instrumentos de acesso à informação relativos aos casos que integram a amostra, o conjunto de aspetos que emergiram desta análise de covariação não confere suficiente força explanatória que aprofunde causalmente a razão por que as descrições presentes nestes *instrumenta* se apresentam da forma como se apresentam. Não obstante, esta etapa é indispensável, uma vez que o estudo sobre o fenómeno dos arquivos deslocados no âmbito do Realismo Crítico exige uma imersão no fenómeno, i. e., é desejável que a investigação se desenvolva a partir de um conhecimento direto sobre o conjunto de artefactos informacionais objeto de disputa.

Desta forma, procurámos aprofundar este conjunto de aspetos levantados pela análise de covariação a partir da etapa de abdução/redescrição teórica de Danermark *et al.* (2005), como forma de responder à questão **QIG3**. Compreender como estes instrumentos de acesso à informação podem estar interrelacionados “genealógicamente”, como estipulado no objetivo *OEI*, não se dispõe de abordagens metodológicas específicas, especialmente do âmbito da Arquivística e da Ciência da Informação, que permitam explicar processos evolutivos subjacentes aos processos de representação da informação. Como tal, o problema de investigação foi redescrito teoricamente no âmbito da Crítica Textual, recorrendo aos dispositivos metodológicos da Estemática que melhor explica, através do rastreamento processual, possíveis vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação que integram a tradição de representação dos conjuntos documentais indicados na amostra. A análise ao metadado título como mecanismo de representação da informação mais visível para a atribuição de denominações às unidades de instalação constituiu o ponto de partida

para um estudo estemático. As principais conclusões que respondem à questão de partida são as seguintes:

- o exercício de *collatio* a partir do metadado título extraído de cada uma das unidades de instalação integrantes da amostra indica claramente e de forma inequívoca que as entidades custodiantes tendem a fazer prevalecer os seus instrumentos de acesso à informação, independentemente do *medium* em que se materializa;
- os instrumentos de acesso à informação emanados pelo ANTT e pelo ABM relativos aos casos integrantes da amostra sugerem que a sua configuração, baseada ou não em normas de descrição arquivística, não proporciona um cenário de representação reunificada, devido às limitações de ordem técnica e semântica vinculadas aos poderes das entidades custodiantes;
- as entidades custodiantes que descreveram os conjuntos documentais em instrumentos de acesso à informação que integram a amostra recorreram a diversas estratégias “anarquívicas”, que conduziram a obscurecimentos em diversos níveis de descrição, desvinculando relações:
 - a) entre denominações atribuídas ao nível do título tanto em artefactos informacionais como ao nível de fundo em instrumentos de acesso à informação, de data mais recente, em relação às denominações anteriores;
 - b) entre fundos do mesmo produtor em entidades custodiantes distintas, com critérios distintos de representação da informação, não sinalizando as lacunas que poderiam ser complementadas com a identificação de unidades existentes entre as partes;
 - c) entre sistemas de identificação topográfica das unidades de instalação (cotas), limitando a identificação unívoca entre os instrumentos de acesso à informação mais recentes em relação aos mais antigos;
 - d) entre as denominações constantes das unidades de instalação e os instrumentos de acesso à informação, que deveriam sinalizar a existência deste tipo de informação, como sinalizado no caso extremo.
- verifica-se que a mediação da informação arquivística tende a não preservar os traços vinculativos da organicidade e da integridade dos conjuntos documentais, especialmente entre instrumentos de acesso à informação, que integram a tradição de representação destes fundos deslocados;
- qualquer estratégia conceptura de representação reunificada de fundos, seja física (por via da restituição) e/ou digital (por acordo entre as partes), poderá implicar a “descanonização” das representações atribuídas pelas entidades custodiantes relativos aos conjuntos documentais sob disputa.

Este conjunto de assunções que emergiram da análise Estemática pode ser relevante para a Arquivística e para a Ciência da Informação, designadamente pelo facto de não se dispor de métodos exclusivos destas disciplinas científicas que expliquem, sob o ponto de vista evolucionista, mecanismos de representação da informação. A Estemática beneficiou consideravelmente de influências de diversos domínios científicos, designadamente da Filogenética Sistemática. O contributo que a Estemática pode trazer para as disciplinas da Arquivística e da Ciência da Informação – utilizado neste estudo como análise de rastreamento processual, pois procurámos rastrear processos evolutivos que vinculam os instrumentos de acesso à informação que representaram os fundos integrantes da amostra – consiste no elevado potencial epistemológico e metodológico em torno dos processos subjacentes à representação evolutiva da informação arquivística. Importa realçar que os instrumentos de acesso à informação que representaram os conjuntos documentais integrantes da amostra, especialmente os de data mais recente, não permitem perceber onde se realizaram inserções, modificações e eliminações, por exemplo, no metadado título. Longe de poder esgotar-se todas as suas potencialidades, as limitações que nos deparámos com esta abordagem residem no pendor mais subjetivista na interpretação destes vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação, apesar de ter sido realizado em ambiente computacionalmente assistido. Porém, a seleção de um mecanismo particular (*u. g.*, metadado título como *locus criticus*) não impede que se faça uma análise global a outros elementos meta-informativos, que só teriam como efeito adensar mais ainda este estudo, mas que não trariam informação relevante sobre os casos analisados.

Apesar de a etapa de abdução/redescrição teórica ter procurado responder estratégias representacionais adotadas pelas entidades custodiantes em instrumentos de acesso à informação relativos aos casos selecionados a partir da amostra, não explica suficientemente que alguns dos fatores incoativos que conduziram a que este fenómeno possam ser denominados como arquivos deslocados em contexto subnacional. A questão *QIG4* visa responder a aspetos etiológicos que tornam o presente fenómeno de interesse como um caso particular nos diversos cenários reportados por Lowry (2020). A etapa retrodutiva, de acordo com Danermark *et al.* (2005), implica identificar condições que transfactualmente permitem explicar as condições necessárias e mecanismos de aquisição que conduziram não só à remoção dos arquivos dos seus contextos sociais e territoriais originários como também aos fatores supervenientes relativamente ao problema do acesso e à reivindicação destes fundos. Realçamos que o enfoque da análise não se estende longitudinalmente em todo o período, desde a sua remoção até à data da publicação da Resolução, mas cingimo-nos cronologicamente ao período entre 1834 e 1940, partindo da informação extraída dos “arquivos dos arquivos”, em que residem os poderes causais e as tendências. Os principais resultados que emergiram desta etapa permitem-nos tecer algumas conclusões:

- o processo de confisco de bens às entidades monásticas masculinas do arquipélago da Madeira foi realizado, numa primeira fase, por ação da Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo e, posteriormente, pela Repartição da Fazenda do Funchal, executando as diretivas nacionais publicadas entre 1834 e 1861 (Ministério da Justiça, 1862; Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1834); assim, a Repartição da Fazenda do Funchal herdou não só os conjuntos documentais de entidades extintas (monásticas e administração régia) como também como também teve um papel interventivo nos conventos femininos do arquipélago, entidade co-produtora de informação, tendo como *trigger* a Lei de 4 de abril de 1861 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1862) e o Decreto e Instruções de 31 de maio de 1862 (Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1871), do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. É possível que a aquisição de um arquivista para esta repartição periférica do Reino, através da Lei de 27 de junho de 1864 (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1865), tenha relação com a acumulação dos conjuntos documentais na Repartição da Fazenda do Funchal, desconhecendo-se, porém, qual a estrutura atribuída aos conjuntos documentais na custódia desse organismo;
- é com o Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862) que se determinou a transferência e a incorporação no ANTT dos conjuntos documentais dos conventos extintos e das igrejas do Reino, mas só em 1886 foram executadas ações por parte do ANTT no processo de transferência; assim, foi por iniciativa do ANTT em delegar a Roberto Augusto da Costa Campos, oficial amanuense desse arquivo e depois como inspector dos arquivos, a responsabilidade de recolher os conjuntos documentais no arquipélago da Madeira, que se concretizou em três fases (1886, 1887 e 1894);
- embora os instrumentos de acesso à informação elaborados por Roberto Augusto da Costa Campos mencionem uma “Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886”, da qual não se dispõe de quaisquer evidências documentais, quer através do *Diário de Govêmo* de 1886, quer através dos fundos arquivísticos no ANTT (designadamente o “arquivo do arquivo”), só nos resta considerar que o oficial do ANTT terá de algum modo levado consigo um ato oficial que ateste junto das entidades insulares a autorização que lhe foi incumbida ao mais alto nível para executar, como estipulado no artigo 3.º do Decreto de 2 de outubro de 1862 (Ministério da Justiça, 1862), as transferências documentais para o ANTT;
- o problema de acesso aos conjuntos documentais tornou-se mais expressivo a partir da publicação do *Elucidário Madeirense* (1921), por ocasião das comemorações do quinto centenário do povoamento e descobrimento das ilhas do Porto Santo e Madeira; a reivindicação incrementou-se após a criação do Arquivo Distrital do Funchal pela alínea i) do artigo 10.º do Decreto n.º 19952 de 30 de julho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f), especialmente com o relatório-ofício de 12 de janeiro de 1934, em que João Cabral do Nascimento,

diretor do Arquivo Distrital do Funchal, sugeriu à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a restituição dos fundos documentais removidos do arquipélago da Madeira para a custódia do ANTT ao abrigo do “princípio da reintegração documental local”; esta pretensão foi negada pelo inspetor-geral das Bibliotecas e Arquivos, Júlio Dantas, sob o argumento de que a restituição de fundos descanonizaria a função de um arquivo nacional como “Arquivo geral do país, que é a Torre do Tombo” (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934b, 1934a);

- em 1937, o Arquivo Distrital do Funchal incorpora os fundos documentais remanescentes que se encontravam na Repartição de Finanças do Funchal (*olim*, Repartição da Fazenda do Distrito do Funchal), designadamente parte dos fundos conventuais relativas às mesmas entidades produtoras que se encontravam sob custódia do ANTT;
- a ausência de instrumentos de acesso à informação relativamente aos conjuntos documentais na custódia do ANTT levou a que João Cabral do Nascimento tomasse a iniciativa de elaborar e de publicar no *Arquivo Histórico da Madeira* tais conjuntos documentais, que, de acordo com a análise Estemática, correspondem a transcrições dos instrumentos de acesso elaborados por Roberto Augusto da Costa Campos; a partir daqui, não se realizaram quaisquer outros instrumentos de acesso à informação que procurassem representar reunificadamente os conjuntos documentais dispersos entre o Arquivo Distrital do Funchal e o ANTT.

O conjunto de evidências que suporta a análise de rastreamento processual, para a presente etapa de retrodução, vai ao encontro dos problemas de identificação e de reunificação de arquivos removidos dos seus contextos sociais e territoriais originários e dispersos entre entidades custodiantes. Foi possível perceber que as entidades arquivísticas tendem a sobrevalorizar a custódia de conjuntos documentais representados em instrumentos de acesso à informação como parte integrante do seu cânone arquivístico. Os fenómenos “anarquívicos” que emergiram da revisão de literatura sugerem que estas forças destrutivas exercidas pelas entidades “arqui-arquivísticas” tendem a reapropriar-se dos artefactos informacionais por via dos mecanismos de remoção física para constituir cânones arquivísticos, em que a manifestação dos poderes de representação se encontram materializados nos instrumentos de acesso à informação. Todavia, os instrumentos de acesso à informação tendem a limitar-se a uma lista de ativos patrimoniais sobre o que existe na custódia das entidades arquivísticas, transmitindo, por vezes, uma falsa percepção de integridade e de organicidade sobre os conjuntos documentais representados. Os instrumentos de acesso à informação tendem a representar um tipo de cânone arquivístico na custódia de uma entidade “arqui-arquivística” e que podem ser objeto de contestação. De modo que, pode existir algo mais para além da mera função custodial por parte das entidades arquivísticas relativamente aos conflitos de custódia em contexto subnacional. Consideramos que o cânone arquivístico – como estrutura que se constrói não apenas através de mecanismos de aquisição de fundos mas também

como algo que se consagra e que se atualiza por via dos instrumentos de acesso à informação onde se materializam os poderes das entidades custodiantes – corresponde a uma escolha determinada pelas entidades custodiantes para legitimação de uma ideologia de memória.

Relativamente ao fenómeno de interesse deste estudo, a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), suscita um confronto entre cânones arquivísticos que opõe visões territoriais entre o nacionalismo *uersus* regionalismo insular. Este diploma sugere que os bens arquivísticos removidos em contextos passados devem regressar para a comunidade insular desapossada, que constitui parte do cânone arquivístico desta. Neste sentido, o cânone arquivístico pode significar como epifenómeno dos arquivos deslocados, dado que deriva dos poderes de escolha de fundos por parte das entidades “arqui-arquivísticas” para suportar metanarrativas que justificam a sua função custodial. Apesar de os fatores incoativos que terão conduzido à remoção de arquivos dos contextos originários e as motivações que levaram a que não se tivessem alcançado uma representação cientificamente reunificada dos conjuntos documentais dispersos por motivo das vicissitudes custodiais ocorridas, como vimos, por vezes de forma pouco transparente, informada e organizada, até que ponto o conflito pela custódia dos arquivos madeirenses no ANTT não se circunscreve apenas às questões de acesso e de custódia mas também de representação da informação? Que valor tem para as entidades com poderes “arqui-arquivísticos” os princípios arquivísticos (proveniência, ordem original, integridade, etc.) como critério axiológico com força repristinadora para a resolução dos conflitos de custódia e de representação da informação? Não se pode ignorar que os princípios epistemológicos que enformaram cientificamente a Arquivística nos séculos XIX e XX se encontram relacionados com o fenómeno dos arquivos deslocados, porque estes princípios sugerem um poder repristinador que não se limita necessariamente à restituição física mas aos mecanismos de constituição de cânones arquivísticos por via da representação da informação em instrumentos de acesso à informação. Estaremos a divisar um cenário emergente na Arquivística, designemo-lo assim, à falta de melhor denominação, por neo-custodial – por os debates entre o custodialismo e pós-custodialismo se terem tornado pouco relevantes e produtivos para a compreensão do fenómeno dos arquivos deslocados? De que outra forma poderão ser os direitos culturais das comunidades desapossadas reconhecidos e respeitados pelas entidades custodiantes de arquivos, num cenário onde as entidades “arqui-arquivísticas” desvalorizariam a função tradicional da custódia em prol da responsabilização das comunidades na preservação e na reconstrução dos seus cânones arquivísticos, onde o critério axiológico da inalienabilidade, que justifica o poder custodial das entidades “arqui-arquivísticas”, pode ser substituído pela defesa da diversidade cultural e da reparação/revitalização de comunidades em situação de vulnerabilidade? Quais os limites e as possibilidades que este cenário poderá trazer para a investigação científica no domínio da Arquivística e da Ciência da

Informação para a compreensão do fenómeno dos arquivos deslocados são aspetos que dependem da comunidade científica e profissional refletir sobre isto e de tomar uma posição ética sobre o tema, em vez de uma postura silente, criticada por Lowry (2017a, 2019b) e Karabinos (2018b).

Se o contributo especial deste estudo consistir numa abordagem ancorada no Realismo Crítico para a compreensão de um fenómeno pouco conhecido, como os arquivos deslocados em contexto subnacional e as estratégias de representação da informação que as entidades custodiantes desenvolveram para mediar arquivisticamente o acesso a bens documentais removidos dos contextos originários, devemos assinalar, também, algumas das suas principais limitações.

A principal limitação consiste no facto de este estudo não resolver o problema da restituição de arquivos ou de defender a sua manutenção junto das entidades custodiantes atuais. Indicámos em diversas partes que esta questão pertence ao foro político e institucional que, independentemente dos desenvolvimentos que esta questão vier a ter no futuro, caberá à comunidade insular e as entidades custodiantes encontrarem soluções que minimizem este fosso. Apesar de o Realismo Crítico de Bhaskar considerar que a explanação causal pode ter força emancipatória ou transformativa, pois “emergent phenomena require realist explanations and realist explanations possess emancipatory implications” (2009, p. 69), consideramos que, em vez de o enfoque do nosso fenómeno de interesse procurar centrar-se na investigação sobre as possibilidades e as limitações da restituição de fundos, seria mais produtivo compreender as causas deste fenómeno, designadamente a partir das possibilidades ou limitações da representação de arquivos deslocados.

Outra limitação resultante deste estudo consiste na dificuldade de poder explorar-se que outros cenários poderiam emergir dos conjuntos documentais que não foram selecionados para amostra, por motivo da sua dimensão, correspondendo a 99,2% de unidades de instalação excluídas, que poderia contribuir para reforçar ou alterar os resultados deste estudo. O Realismo Crítico assume uma postura epistémica relativista, uma vez que o conhecimento da realidade depende da forma como “all beliefs are socially produced, so that all knowledge is transient, and neither truth-values nor criteria of rationality exist outside historical time” (Bhaskar, 2011, p. 23). Esta situação pode reduzir a generalização a partir dos casos selecionados, dado que cada fundo pode conter uma história custodial e arquivística particular, uma vez que as descrições disponíveis sobre os conjuntos documentais não emergem necessariamente a partir dos dados contidos nas unidades de instalação.

Deveríamos considerar que o foco da disputa veiculado pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), apenas realça duas entidades que integram a esfera da administração pública. A exclusão de outras entidades, como a Diocese do Funchal, limita a possibilidade de qualquer tipo de ressarcimento às comunidades religiosas, que historicamente foram visadas nos processos de confisco de bens de modo incisivo

em Portugal. Os problemas de representação da informação deverão ter em conta sobre a forma como conjuntos documentais na custódia da Diocese do Funchal poderão ser reunificados com os conjuntos documentais custodiados pelo ANTT e pelo ABM.

Outra limitação consiste no enfoque exclusivo aos arquivos, sendo que o fenómeno de bens removidos às comunidades originárias ao nível dos artefactos culturais de biblioteca e de museu também partilharem do mesmo *fatum* histórico. Infelizmente, a revisão de literatura sinalizou uma lacuna em relação ao facto de não se dispor de uma abordagem comparada sobre o fenómeno de remoção de bens culturais dos seus contextos sociais e territoriais originários e das suas estratégias de representação da informação por parte das entidades custodiantes, salvo alguns estudos, como em Grimsted (2005, 2006, 2010b), que se focalizaram em casos derivados da pós-II Guerra Mundial. Esta situação deriva não só do carácter particular dos casos em si mas da diversidade conceptual associada ao universo dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, que deriva de uma tendência da comunidade científica em considerar os arquivos deslocados como um fenómeno que deve ser tratado à parte. Esta perspetiva pode ser objeto de discordância, por considerar-se que seria indispensável procurar compreender a natureza deste fenómeno do ponto de vista das suas similitudes e diferenças, em vez de os limitar a “silos” epistémicos.

Também, este estudo não propõe uma representação reunificada dos conjuntos documentais, especialmente dos casos integrantes da amostra, pelo facto de considerarmos que estaria para além do foco do mesmo. Apresentámos na análise Estemática uma possível estratégia de representação reunificada (cf. Gráfico 3), que aponta para um cenário possível de investigação. Em primeiro lugar, consideramos que o desenho desta investigação não teve esta preocupação em resolver o problema da representação da informação, propondo um novo instrumento de acesso à informação, no sentido de testar e avaliar até que ponto as garantias literárias para a descrição arquivística proporcionariam (ou não) um cenário de representação reunificada dos conjuntos documentais objeto de disputa. Apontámos que o problema não consiste na conceção de um instrumento de acesso à informação de acordo com as normas de descrição arquivística, uma vez que seria mais um instrumento de acesso à informação que poderia não integrar no escopo canónico das entidades custodiantes. Além disto, incorrer-se-ia numa possível “falácia epistémica”, por o resultado tender para a uma interpretação particular do investigador sobre os conjuntos documentais, solução que não pode ser encarada de forma absoluta e/ou definitiva.

Implicações, recomendações e perspetivas futuras

Nesta secção pretende-se, de modo sintético, tecer algumas considerações sobre contributos relevantes deste estudo, recomendações práticas que permitam expandir a investigação e que poderão

contribuir para um melhor conhecimento sobre o fenómeno estudado, apontando para possíveis linhas de investigação futuras.

Consideramos que este estudo, possivelmente o primeiro do género em Portugal sobre os arquivos deslocados e, mais particularmente, sobre casos em contexto subnacional, oferece uma perspetiva alternativa às abordagens que têm sido realizadas em torno deste fenómeno, tendencialmente mais focalizado para casos internacionais.

Muitas das abordagens adotadas pelos autores que se versaram sobre os arquivos deslocados poderiam ter encontrado no Realismo Crítico uma base metateórica consistente para a exploração sobre as causas deste fenómeno e sobre a sua complexidade estrutural. De acordo com a revisão de escopo e com a metassíntese, a predominância de estudos de caso e de análises históricas são abordagens bastante compatíveis com os pressupostos filosóficos e metodológicos do Realismo Crítico, dado que dificilmente se poderá discorrer sobre a natureza dos arquivos deslocados sem incidir sobre as etiologias deste fenómeno.

Outras abordagens metodológicas há, em alternativa, que poderão ser adotadas para compreender a natureza polifacetada e estratificada dos arquivos deslocados e das suas representações. No entanto, se se pretender realizar uma investigação de tipo reativo (*u. g.*, entrevistas/inquéritos, *action research*, (auto)etnografia, etc.), consideramos ser indispensável conhecer previamente a causalidade do fenómeno de interesse, pois existe o risco de vieses, em que os métodos reativos podem obscurecer a natureza complexa subjacente aos arquivos deslocados. Por exemplo, as respostas ao questionário do *Relatório* de Lowry (2020), que se suportou no modelo de Auer (1998), além da escassa participação por parte da comunidade arquivística internacional – e mais expressivamente com a falta de resposta por parte de instituições arquivísticas – podem ter contribuído para que o número de casos associados ao fenómeno dos arquivos deslocados tenha permanecido infradimensionado. Apesar disto, enquanto a Região Autónoma da Gronelândia mantém um contencioso arquivístico com o Reino da Dinamarca pelos arquivos que lhes foram removidos, considerados pela comunidade reivindicante como prática colonial (Lowry, 2020), possivelmente comparável ao caso das Ilhas Virgens (Bastian, 2001), os casos reportados também configuram um tipo de conflito pela custódia de arquivos em contexto subnacional, tal como o do presente estudo. Além disto, o desenho do questionário poderá ter contribuído para que os resultados sejam francamente dececionantes, não permitindo vislumbrar que casos foram resolvidos (e como estes foram solucionados) daqueles que se encontram em situação pendente ou que configuram novos casos (Lowry, 2017a). Em determinados momentos históricos, estes casos subnacionais podem vir a converterem-se em casos internacionais, especialmente quando os territórios transitam de soberania ou passam para condição de Estados independentes. Existem fortes motivações para que as entidades arquivísticas a quem se lhes contesta a custódia não considerem os seus conjuntos documentais como estando deslocados (Tallier et al., 2021). Esta situação pode ser ainda mais

obscurecida quando se trata de contextos de conflito de custódia no âmbito subnacional, os quais tendem a permanecer invisíveis no cenário internacional (Macedo et al., 2022). Conhecer como estes arquivos têm sido representados em instrumentos de acesso à informação pode constituir-se como uma linha de pesquisa com elevado potencial epistemológico para a Ciência da Informação, para a Arquivística, incluindo a Organização do Conhecimento. O contributo deste estudo consiste em trazer para o domínio da Ciência da Informação, em geral, e da Arquivística, em particular, um tópico que sóia estar escassamente abordado, com implicações relevantes do ponto de vista teórico e praxeológico.

A principal recomendação que poderemos lançar consiste no facto de a dimensão das subnacionalidades, que não se limitam convencionalmente a fronteiras político-administrativas dentro de um território nacional, poder ser muito diversa. De acordo com Giraudy *et al.*, todas aquelas “national-level theories can be ill equipped to explain subnational outcomes” (2019, p. 5). Esta asserção pode explicar o facto de muitos dos arquivos removidos dos contextos sociais e territoriais originários permanecerem desconhecidos devido ao predomínio dos enfoques nacionalistas em detrimento das realidades subnacionais, que não podem esgotar-se apenas a questões étnicas ou de jurisdição territorial. Em Portugal, muitos dos casos que poderiam configurar-se como arquivos deslocados em contexto subnacional permanecem desconhecidos ou latentes, pelo que podem ser reativados a partir do momento em que as comunidades tomem a iniciativa de os reivindicar, em qualquer lugar, a qualquer altura, sob qualquer pretexto. Porém, é possível conceber que os arquivos poderiam ser identificados como estando deslocados, qualquer que seja o seu âmbito contextual e geográfico, sem que para isso exista necessariamente comunidade reivindicante? Não temos uma resposta cabal a esta questão, mas as suas implicações poderão aduzir novos cenários a ter em consideração, especialmente quando os instrumentos de acesso à informação puderem conter informação sobre determinados fundos com percursos custodiais insuficientemente claros. Consideramos ser indispensável que se disponham de estudos longitudinais sobre arquivos deslocados em contexto subnacional de corte transnacional de modo a poder perceber-se como se manifestam estas assimetrias e quais as suas particularidades, atendendo que o *Relatório* de Lowry (2020) incluiu pela primeira vez fenómenos de arquivos deslocados em contexto subnacional como tópico de investigação relevante.

Como este estudo focou a identificação de casos a partir dos “arquivos dos arquivos” e das representações de fundos em instrumentos de acesso à informação, a sua principal implicação prática consiste em concitar a comunidade sobre quais os limites e as possibilidades de reunificação dos fundos não só os que são atualmente reivindicados pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira ao ANTT, como também o conjunto de arquivos removidos em contexto subnacional em diversas geografias. Uma reunificação física, por um lado, poderia implicar a restituição dos fundos, não apenas como uma mera reunião de artefactos informacionais, mas uma

reunificação *com* a comunidade reivindicante, com todos os efeitos multiplicadores que poderiam advir deste cenário em termos culturais, educacionais, científicos, sociais e económicos. Um cenário destes teria implicações sobre como a desincorporação de conjuntos documentais em entidades custodiantes poderia ser uma forma de melhorar as políticas de custódia de fundos (Jackson, 2019) que melhor se ajustem ao cânone arquivístico institucional. Sugere-se, por exemplo, como possível expansão desta investigação, como é que os fenómenos dos arquivos deslocados têm sido representados, do ponto de vista político, nos *media* ou nos debates parlamentares, partindo dos argumentos e das posições ideológicas e como se projetam visões canonizantes sobre a função dos arquivos. Embora a função de desincorporar para restituir possa assemelhar-se a uma forma de alienação, se este tipo de prática existe, apesar de legalmente questionável, não se conhecem casos investigados cientificamente em Portugal que se tenham centrado nesta abordagem aplicada aos arquivos. Por outro lado, uma reunificação digital (Punzalan, 2014a, 2014b), mediada institucionalmente ou socialmente participada, poderia ser alcançada se as partes intervenientes, com possível anuência das comunidades reivindicantes como parte interessada, pudessem estar de acordo com esta estratégia. Porém, é preciso ter em consideração que este cenário poderá não ser sustentável a médio e longo prazos, principalmente pelo facto de a obsolescência tecnológica ser uma ameaça real, além do mais que os ambientes políticos, institucionais, económicos e sociais se encontram em constante mutação, com constante mudanças de prioridades, por vezes irreconciliáveis e nem sempre previsíveis. Há estudos em Portugal que se versaram naqueles arquivos voluntariamente deslocados pelo produtor entre diversas entidades custodiantes de outras tradições arquivísticas (cf. Seccareccia *et al.*, 2021), que podem constituir-se como possível linha de investigação sobre projetos relacionados com a partilha conjunta.

Ainda, Lowry (2019a, 2019b) recomenda uma investigação focalizada na Teoria Crítica aplicada em arquivos deslocados, sugerindo que as abordagens suportadas na Jurisprudência resultaram inadequadas para a compreensão e a resolução de casos de arquivos removidos dos seus contextos originários. O autor propõe uma leitura alternativa a este fenómeno, designadamente uma crítica à terminologia e à teoria arquivísticas, tendencialmente centradas no (reforço do) poder das instituições custodiantes em detrimento das comunidades a quem a informação arquivística diz respeito; um enfoque para as perceções das comunidades desapossadas e dos seus imaginários impossíveis sobre os arquivos deslocados, do papel dos profissionais e das visões dialógicas (nem sempre consensuais) sobre a custódia, acesso e uso de informação arquivística. Para este efeito, Lowry propõe esta linha de pesquisa “in which feeling informs custody, repatriation is recognised as only ever partial (perhaps recognising that something other than context is lost in the severance of the archival bond), and empathy permits a nuanced understanding of the overlapping stakes in displaced records” (2019a, p. 199). Além disto, propõe “international socio-economic environment as a significant factor in displacement, and in particular that conversations over repatriation

and digitisation are often occurring in a state of cruel optimism” (2019a, p. 199). Estas sugestões, no entanto, pouco informam sobre como as representações da informação em instrumentos de acesso à informação podem ser potenciadas nesta linha de investigação. Por exemplo, a análise genológico-documental (Bhatia, 1993, 2017), na qual esta investigação recorreu ao quadro da análise covariacional, poderia informar sobre como os dispositivos retóricos e discursivos adotados na representação da informação se traduzem em relações de poder e com que efeitos. Apesar de não termos analisado em pormenor todas as instâncias presentes nos instrumentos de acesso à informação que integram a população, esta análise poderia ser confrontada com a perceção dos utilizadores destes recursos informacionais, de modo a poder observar-se como percebem fenómenos de arquivos deslocados. Propõe-se, neste sentido, como possível investigação futura, um estudo centrado nos utilizadores relativamente ao modo como estes percebem as informações veiculadas pelos instrumentos de acesso à informação relativos aos arquivos deslocados ou sugerimos uma investigação performativa centrada neste tópico no sentido de fazer emergir as múltiplas realidades que poderiam informar sobre a natureza polifacética deste fenómeno.

Um dos aspetos que consideramos como principal contributo deste estudo consiste na aproximação da Estemática para o domínio da Ciência da Informação, expandindo as aproximações que MacNeil (2005, 2008, 2017, 2019) realizou ao pressupostos teóricos e metodológicos da Crítica Textual com os da Arquivística. O potencial epistemológico da Estemática para a Arquivística é muito relevante para explicar processos evolucionistas na representação da informação arquivística, dado que não dispomos de abordagens metodológicas alternativas dentro da disciplina que possam substituir-se-lhe. Questionamos até que ponto este método poderia ser transposto para a análise dos fundos para explicar processos evolutivos subjacentes à sua formação? Pode a meta-informação arquivística explicar estes processos “genealógicos”, na formação de um fundo ou os dados contidos nos artefactos informacionais poderiam fazer emergir relações que só os ambientes computacionalmente controlados conseguem identificar? Uma vez que a Estemática cada vez mais se aproxima aos métodos filogenéticos (ou filomeméticos) (Macedo, 2017b), especialmente na conceção de novos algoritmos e de métodos assistidos por computador, para explicar processos evolutivos a partir das materialidades da informação, existe elevado potencial de investigação para o desenvolvimento de uma arquivística computacional, recorrendo aos pressupostos teóricos e metodológicos da inteligência artificial, não só para reunificar virtualmente artefactos informacionais dispersos mas também de representar processos evolutivos dos conjuntos documentais.

Além disto, este estudo centra-se, também, nas limitações das garantias literárias para a descrição arquivística face ao problema de representação da informação sobre arquivos deslocados. Neste estudo, podemos verificar que o recurso às garantias literárias para a descrição arquivística não é em si um salvo conduto para potenciar uma representação técnica e cientificamente reunificada de conjuntos documentais dispersos entre entidades custodiantes. De igual modo, questionamos

como é que a produção de representações substitutas pode ser uma solução fungível à restituição física de arquivos às comunidades originárias. Apesar de a metodologia de descolonização da informação arquivística, que incide sobre processos de representação da informação, constituir um tópico emergente em estudos pós-coloniais na Arquivística, sugerimos que o conceito pode ser problemático, atendendo às limitações semânticas que o conceito veicula. O contributo, ao nível conceptual, desta tese consiste em propor o conceito de descanonização arquivística como *broader term*, de modo a incluir um amplo espectro de cenários que não derivam necessariamente dos fenómenos subjacentes ao colonialismo e de subrepresentação. Modelos de descrição participada podem ser relevantes para que as comunidades reivindicantes possam fazer exercer direitos culturais e de custódia que não podem ser exclusivos das entidades custodiantes.

Entre os diversos aspetos atrás indicados, não tendo sido o foco deste estudo, consideramos que é indispensável investigar a restituição ou repatriação de bens culturais ou de manutenção nos seus contextos originários, entre casos de insucesso e bem sucedidos em Portugal e antigas colónias, nos seus diversos contextos históricos. A função dos “arquivos dos arquivos” na condução desta pesquisa mostrou que as entidades custodiantes mantêm uma postura ambígua, entre a transparência e o secretismo. Verificámos, na esteira de Henry (2009), que as entidades arquivísticas se empenham na descrição dos conjuntos documentais que fazem parte do seu cânone arquivístico institucional, mas raramente disponibilizam, de modo global, o(s) fundo(s) que refletem o “exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 379) à sociedade em geral. A sua disponibilização poderia esclarecer contextos de aquisição de bens culturais móveis (como arquivos), que clarifiquem o papel das entidades custodiantes nestes processos. Como sugeriu Kecskeméti (1977), é preciso desmistificar a questão da restituição de arquivos como algo negativo para as instituições custodiantes. Com base nisto, sugere-se uma investigação que se concentre na pós-vida dos arquivos efetivamente restituídos ou repatriados, na forma como as comunidades *lato sensu* reconstruíram os seus cânones arquivísticos, para o bem e para o mal.

Estas diversas propostas apenas constituem direções possíveis de investigação, que não necessitam de esgotar-se apenas nestas, relativamente à representação da informação sobre arquivos deslocados. Qualquer uma destas opções, para concluir, pode constituir-se como um contributo possível que melhor se aproxima do espírito constante da recomendação do ponto 2 do *Código de Ética* do Conselho Internacional de Arquivos, que cremos que este estudo procurou alcançar: “archivists should cooperate in the repatriation of displaced archives” (International Council on Archives, 1996).

Referências bibliográficas

- Abrantes, M. L. M. (1997). Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. *Acervo - Revista Do Arquivo Nacional*, 10(1), 17–28. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41982>
- Academia Scientiarum Olisiponensis. (1856). *Portugaliae Monumenta Historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*. Typis Academicis. <http://purl.pt/12270>
- Accatino, D., & Collins, C. (2016). Truth, Evidence, Truth: The Deployment of Testimony, Archives and Technical Data in Domestic Human Rights Trials. *Journal of Human Rights Practice*, 8(1), 81–100. <https://doi.org/10.1093/JHUMAN/HUV019>
- Ackroyd, S. (2009). Research designs for realist research. In D. A. Buchanan & A. Bryman (Eds.), *The SAGE handbook of organizational research methods* (pp. 532–548). SAGE.
- Ackroyd, S. (2010). Critical Realism, Organization Theory, Methodology, and the Emerging Science of Reconfiguration. In P. Koslowski (Ed.), *Elements of a Philosophy of Management and Organization* (pp. 47–77). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-642-11140-2_3
- Ackroyd, S., & Karlsson, J. C. (2014). Critical Realism, Research Techniques, and Research Designs. In P. K. Edwards, J. O'Mahoney, & S. Vincent (Eds.), *Studying Organizations Using Critical Realism* (pp. 21–45). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199665525.003.0002>
- Adams, R. (1939). The Character and Extent of Fugitive Archival Material. *The American Archivist*, 2(2), 85–96. <https://doi.org/10.17723/aarc.2.2.60156g49p2h31hw9>
- Adams, R. (1940). Fugitive archives: a national problem. *Quarterly Review: A Journal of University Perspectives*, 46(19), 217–226. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015071119625&view=1up&seq=296>
- Agostinho, D. (2019). Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives. *Archival Science*, 19(2), 141–165. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09312-0>
- Aguiar, F. L., & Kobashi, N. Y. (2013). Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre ciência da informação e arquivologia. *XIV Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação (ENANCIB 2013)*, *Enancib*. <http://hdl.handle.net/123456789/2421>
- Ahmed, S. (2018). Archives du Maroc? The official and alternative national archives of Morocco. *Archives and Manuscripts*, 46(3), 255–268. <https://doi.org/10.1080/01576895.2018.1558408>
- Akinsha, K. (2010a). Stalin's Decrees and Soviet Trophy Brigades: Compensation, Restitution in Kind, or "Trophies" of War? *International Journal of Cultural Property*, 17(2), 195–216. <https://doi.org/10.1017/S0940739110000093>
- Akinsha, K. (2010b). Why Can't Private Art "Trophies" Go Home from the War?: The Baldin-Bremen Kunsthalle Case: A Cause-Célèbre of German-Russian Restitution Politics. *International Journal of Cultural Property*, 17(2), 257–290. <https://doi.org/10.1017/S0940739110000111>
- Akinsha, K., Kozlov, G., & Hochfield, S. (1995). *Beautiful loot : the Soviet plunder of Europe's art treasures*. Random House.
- Albuquerque, M. de. (1990). *Para a história da Torre do Tombo*. [ed. de autor].
- Allman, J. (2013). Phantoms of the archive: Kwame nkrumah, a nazi pilot named hanna, and the contingencies of postcolonial history-writing. In *American Historical Review* (Vol. 118, Issue 1, pp. 104–129). <https://doi.org/10.1093/ahr/118.1.104>

- Almeida, M. B. O. de. (2016). *Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola: estudo do sistema de informação* [Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24491>
- Almeida Júnior, O. F. de. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação*, 2(1), 89–103. http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf
- Almeida Júnior, O. F. de. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In S. Bortolin, J. A. Santos Neto, & R. J. da Silva (Eds.), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9–32). ABECIN.
- Alpern, S. B. (1997). A Note on the Sao Tome Archives. *History in Africa*, 24, 399–400. <https://doi.org/10.2307/3172039>
- Alvarenga, L. (2007). Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 8(15), 18–40. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2003v8n15p18>
- Alves, I., Ramos, M. M. O., Garcia, M. M., Pereira, M. O. A., Lomelino, M. P., & Nascimento, P. C. (1993). *Dicionário de terminologia arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação.
- Alvesson, M., & Sandberg, J. (2011). Generating research questions through problematization. *Academy of Management Review*, 36(2), 247–271. <https://doi.org/10.5465/amr.2009.0188>
- Alvesson, M., & Sandberg, J. (2013). *Constructing research questions : doing interesting research*. SAGE.
- Amoros, L. G. (2019). The digital return of ILAM’s Zimbabwean recordings: revitalization of the sound archive through postcolonial engagement between ILAM and African universities. *Archives & Records*, 40(3), 281–290. <https://doi.org/10.1080/23257962.2018.1561362>
- Anderson, D. M. (2011). Mau Mau in the High Court and the “Lost” British Empire Archives: Colonial Conspiracy or Bureaucratic Bungle? *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 39(5), 699–716. <https://doi.org/10.1080/03086534.2011.629082>
- Anderson, D. M. (2015). Guilty Secrets: Deceit, Denial, and the Discovery of Kenya’s ‘Migrated Archive’. *History Workshop Journal*, 80, 142–160. <https://doi.org/10.1093/hwj/dbv027>
- Andrews, T. (2012). *Stemmaweb - a collection of tools for analysis of collated texts*. Text Tradition Tools. <https://editions.byzantini.st/tools/>
- Andrews, T. (2016). Analysis of variation significance in artificial traditions using Stemmaweb. *Digital Scholarship in the Humanities*, 31(3), 523–539. <https://doi.org/10.1093/lc/fqu072>
- Andrews, T. (2020a). The stemma. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 208–291). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-005>
- Andrews, T. (2020b). Transcription and collation. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 160–175). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-004>
- Andrews, T., Blockeel, H., Bogaerts, B., Bruynooghe, M., Denecker, M., De Pooter, S., Macé, C., & Ramon, J. (2012). Analyzing manuscript traditions using constraint-based data mining. *First Workshop on Combining Constraint Solving with Mining and Learning, Date: 2012/08/27 - 2012/08/27*, 15–20. <http://cocomile.disi.unitn.it/2012/>
- Andrews, T., & Macé, C. (2013). Beyond the tree of texts: Building an empirical model of scribal variation through graph analysis of texts and stemmata. *Literary and Linguistic Computing*, 28(4), 504–521. <https://doi.org/10.1093/lc/fqt032>
- Anna, J. S. (2018). Relações paradigmáticas entre Arquivologia e Ciência da Informação: a vivência prática de um arquivo. *Biblios*, 72, 51–66. <https://doi.org/10.5195/biblios.2018.506>
- Anón. (1937a). Relatórios dos Directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. *Anais Das Bibliotecas e Arquivos*, 13(49–50), 208–223.
- Anón. (1937b). Relatórios dos directores dos estabelecimentos dependentes da Inspeção. *Anais Das Bibliotecas e Arquivos*, 13(51–54), 61–72.
- Anón. (1939a). A Madeira nos arquivos nacionais: Alfândega do Funchal. Parte 1 de 8. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 6, 129–132.

- Anón. (1939b). A Madeira nos arquivos nacionais: Cabido da Sé Catedral. Parte 2 de 8. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 6, 129–132.
- Anón. (1939c). A Madeira nos arquivos nacionais: Convento da Encarnação. Parte 3 de 8. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 6, 129–132.
- Anón. (1939d). A Madeira nos arquivos nacionais: Convento de Santa Clara. Parte 4 de 8. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 6, 129–132.
- Anón. (1939e). A Madeira nos arquivos nacionais: Livros da Repartição da Fazenda do Funchal. Parte 7. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 6, 160–168.
- Anón. (2001a, October). Arquivo digital avança : trabalhos de digitalização de documentos começaram há dois anos. *Notícias Da Madeira*, 8. <https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/SearchResultDetail.aspx?mfn=54919&DDB=>
- Anón. (2001b, November). História da Madeira ligada ao mundo. *Jornal Da Madeira*, 10. <https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/SearchResultDetail.aspx?mfn=57362&DDB=>
- Anón. (2001c, December). História da Madeira ao alcance de um “click”: www.nesos.net. *Jornal Da Madeira*, Supl., iii–iii. <https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/SearchResultDetail.aspx?mfn=57645&DDB=>
- Araújo, C. A. Á. (2009). Correntes teóricas da ciência da informação. In *Ciência da Informação* (Vol. 38, Issue 3). <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240>
- Araújo, C. A. Á. (2010a). O conceito de informação na Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, 20(3).
- Araújo, C. A. Á. (2010b). Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Informação & Informação*, 15(1), 173–189. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1p173>
- Araújo, C. A. Á. (2011a). Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais 10.5007/1518-2924.2011v16n31p110. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 16(31), 110. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p110>
- Araújo, C. A. Á. (2011b). Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência Da Informação e Documentação*, 2(2), 19–41. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i2p19-41>
- Araújo, C. A. Á. (2013). O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*, 19(1), 1. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01>
- Araújo, C. A. Á. (2014a). *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Briquet de Lemos/Livros.
- Araújo, C. A. Á. (2014b). Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. *Perspectivas Em Gestão e Conhecimento*, 4(1), 57–79. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19120>
- Araújo, C. A. Á. (2015). Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. *Ciência Da Informação*, 42(1), 50–63. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1394>
- Araújo, C. A. Á. (2017). Teorias e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. *Informação Em Pauta*, 2(2), 9–34.
- Araújo, C. A. Á. (2018a). Movimentos epistemológicos da ciência da informação. *Códices*, 14(1), 61–78.
- Araújo, C. A. Á. (2018b). Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. *Convergências Em Ciência Da Informação*, 1(1), 47–72. <https://doi.org/10.33467/conci.v1i1.9341>
- Araújo, C. A. Á. (2019). The Development of Information Science in Ibero-America. *Journal of Information Science Theory and Practice*, 7(4), 6–19. <https://doi.org/10.1633/JISTAP.2019.7.4.1>
- Araújo, C. A. Á., Tanus, G. F. de S. C., Ramos, J. A. A., Renault, L. V., & Nogueira, R. D. (2018). Consolidação do diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: a contribuição brasileira. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, 14(2), 207–217.

- Araújo, C. A. Á., & Valentim, M. L. P. (2019). A Ciência da Informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, 15(2), 232–259. <http://revistas.bnjm.cu/index.php/anales/article/view/4536>
- Archer, M. S. (1995). *Realist Social Theory: the morphogenetic approach*. In *Realist Social Theory*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511557675>
- Archer, M. S., Bhaskar, R., Collier, A., Lawson, T., & Norrie, A. (2013). *Critical realism: Essential readings*. In *Critical Realism: Essential Readings*. Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315008592>
- Archives Portal Europe Foundation. (2020a). *Cabido da Sé do Funchal (PT-00000000438 - PTTTCSF)*. APEF Archives Portal Europe; Arquivo Nacional da Torre do Tombo. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CSF/search/0/funchal
- Archives Portal Europe Foundation. (2020b, February). *Alfândega do Funchal (PT-00000000438 - PTTTALF)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_ALF/search/0/funchal
- Archives Portal Europe Foundation. (2020c, February). *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo (PT-00000000438 - PTTTCFMPS)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CFMPS
- Archives Portal Europe Foundation. (2020d, February). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (PT-00000000438 - PTTTCNSEF)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CNSEF/search/0/funchal
- Archives Portal Europe Foundation. (2020e, February). *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz (PT-00000000438 - PTTTCNSPSC)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CNSPSC
- Archives Portal Europe Foundation. (2020f, February). *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava (PT-00000000438 - PTTTCNSPRB)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CNSPRB
- Archives Portal Europe Foundation. (2020g, February). *Convento de Santa Clara do Funchal (PT-00000000438 - PTTTCSCF)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CSCF/search/0/funchal
- Archives Portal Europe Foundation. (2020h, February). *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos (PT-00000000438 - PTTTCBCL)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CSBCL
- Archives Portal Europe Foundation. (2020i, February). *Convento de São Francisco do Funchal (PT-00000000438 - PTTTCSFF)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CSFF
- Archives Portal Europe Foundation. (2020j, February). *Convento de São Sebastião da Calheta (PT-00000000438 - PTTTCSSC)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_CSSC
- Archives Portal Europe Foundation. (2020k, February). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (PT-00000000438 - PTTTPJRFF)*. APEF Archives Portal Europe. https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000438/type/fa/id/PT_SLASH_TT_SLASH_PJRFF/search/0/funchal
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959–975. <https://doi.org/10.1016/J.JOI.2017.08.007>

- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19–32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. (2013). Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais: Funchal (PT/ACMF/CJBC/FUN/FUN/ARROL/011). In *Biblioteca e Arquivo Digital do Ministério das Finanças*. http://purl.sgmf.gov.pt/137849/1/137849_item1/index.html
- Arquivo Distrital do Funchal. (1931a). *Arquivo Regional da Madeira. Relatório 1931, pt. 58 [iné.]*. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1387969>
- Arquivo Distrital do Funchal. (1931b). Câmara Municipal do Funchal. Vereações. Atas das sessões da comissão administrativa da Câmara Municipal (1931), Liv. 15. In *Archeevo*. Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=115885>
- Arquivo Distrital do Funchal. (1934). *[Ofício-relatório, 1934-01-12]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, “Relatórios de atividade,” “Relatório do Director do Arquivo Distrital do Funchal (Janeiro de 1934)”, Pt. 57 (PT/ABM/ADFUN/A/001/00001)).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1935). *Livro para o Roteiro e Índices Arquivo Distrital do Funchal* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Roteiro e índices do Arquivo Distrital do Funchal, Liv. 60 (PT/ABM/ADFUN/C/001/00001)).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1936a). *[Ofício n.º 101, 1936-12-11]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência expedida, pt. 2, n.º 101, de 1936-12-11 = Anón., 1937a, pp. 135–136).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1936b). *[Ofício n.º 61, 1936-02-06]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, “Correspondência Expedida,” pt. 2, n.º 61, de 1936-02-06).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937a). *[Auto de incorporação]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Autos de incorporações, liv. 61, de 1937-03-10).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937b). *[Ofício n.º 110, 1937-02-17]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência recebida, pt. 23, doc. 110, de 1937-02-17).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937c). *[Ofício n.º 117, 1937-03-11]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, pt. 23, doc. 117, de 1937-03-11).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937d). *[Ofício n.º 121, 1937-04-09]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, pt. 2, n.º 121, de 1937-04-09).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937e). *[Ofício n.º 139, 1937-08-27]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, pt. 2, n.º 139, de 1937-08-27).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937f). *[Ofício n.º 307, 1937-02-02]* (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência recebida, pt. 23, doc. 307, de 1937-02-02).
- Arquivo Distrital do Funchal. (1937g). De Rebus Pluribus. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 5, 181–185.
- Arquivo Distrital do Funchal. (1966). *IDD 35 Governo Civil*. Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. <https://abm.madeira.gov.pt/idd/DN40>
- Arquivo Histórico Ultramarino. (2020). *Ofício do governador, João António de Sá Pereira, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acerca da idoneidade do provedor da Fazenda e das atribuições deste lugar (1768, PT/AHU/CU/146-001/0002/00335.00339)*. DigitArq. <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1397306>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1660, February). *Livro de tombos de fundação (PT/TT/CNSEF/001/0001)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1375679>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1830). *Ministério das Finanças: Direção-geral da Fazenda Pública: 4.ª Repartição - Património: Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, 1830/1930 (PT/TT/MF-DGFP/E/002/00116)*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224461>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1886a). *Avisos e ordens* (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 231).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1886b). *Relação dos livros pertencentes ao arquivo da Alfândega do Funchal, transferidos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (L. 266)*.

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1887). *Relação dos Livros e documentos existentes no archivo do Cabido da Sé do Funchal que, em virtude do Decreto de 2 d'Outubro de 1862, e Portaria do Min.rio do Reino de 9 de Junho de 1886 são transferidos p.a o archivo da Torre do Tombo*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202801>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1894). *Relação de todos os livros encontrados nos archivos dos suprimidos Conventos de Santa Clara e de Nossa Senhora da Encarnação, e de que n'esta data se faz entrega pela repartição de fazenda do districto do Funchal*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202801>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2002a). Alfândega do Funchal. In M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, Vol.IV: Administração Periférica. Domínios Casa Real e Casa Anexas* (pp. 356–370). Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2002b). Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo. In M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Periférica. Domínios. Casa Real e Anexa* (Vol. 4, pp. 371–372). IAN/TT. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909719>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2002c). *Instrumentos de descrição documental de acordo com a classificação adoptada no Guia geral de fundos*.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2002d). Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal. In M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, Vol.IV: Administração Periférica. Domínios Casa Real e Casa Anexas* (pp. 318–372). Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2006). *Contas da ilha da Madeira (PT/TT/CRC/I)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162544>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008a). Alfândega do Funchal. In M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Periférica. Domínios. Casa Real e Anexa* (pp. 356–370). IAN/TT. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3886618>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008b). *Alfândega do Funchal*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4205154>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008c). *Alfândega do Funchal (Instrumentos de Descrição, L 266-I)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202779>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008d). Carta de doação do rei D. Duarte ao Infante D. Henrique de forma vitalícia das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, com todos os direitos, rendas e jurisdição cível e crime, salvo em sentença de morte e talhamento de membros, e com reserva, para o rei. In *DigitArq*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3813759>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008e). *Casa dos Contos do Reino e Casa / Erário Régio (PT/TT/ER)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4169375>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008f). *Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. DigitArq; DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909719>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008g). *Conselho da Fazenda (PT/TT/CFZ)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909746>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008h). *Conventos diversos: Instrumentos de Descrição, L 286 (PT/TT/ID/1/286)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202801>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008i). *Instrumentos Descritivos: Conventos diversos*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4202801>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008j). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: Contadoria Geral (1697-1850)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4310202>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008k). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (Instrumentos de Descrição, L610)*. DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202780>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008l, February). *Cabido da Sé do Funchal (F 78)*. DigitArq;

- DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4205155>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008m, February). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal* (M. do C. J. D. Farinha & A. Frazão (Eds.)). DigitArq; DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4203215>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008n). Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (PT/TT/ID/3/77, Instrumentos de Descrição, F 77). In *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4205153>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2009a). Ministério das Finanças: Direcção-geral da Fazenda Pública: 4.ª Repartição - Património: Processos de extinção das casas religiosas: Inventário de extinção do Convento de Santa Clara do Funchal (PT/TT/MF-DGFP/E/002/00117). In *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224462>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2009b, March). *Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (PT/TT/MF-DGFP/E/002/00116). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224461>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2010). *Bula “Inter Caetera Quae Nobis” do papa de Calisto III, pela qual outorgou e concedeu à Ordem de Cristo o espiritual de todas as ilhas, desde os Cabos do Bojador e Não, por toda a Guiné até à Índia* (PT/TT/GAV/7/13/7). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185824>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011a). *Arquivo do Arquivo* (PT/TT/AA). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4201111>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011b). *Cabido da Sé do Funchal* (PT/TT/CSF). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379940>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011c). *Coleção de Instrumentos de Descrição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (PT/TT/ID). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4202505>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011d). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal* (PT/TT/CNSEF). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375671>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011e). *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz* (PT/TT/CNSPSC). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375743>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011f). *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava* (PT/TT/CNSPRB). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1375741>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011g). *Convento de Santa Clara do Funchal* (PT/TT/CSCF). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379435>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011h). *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos* (PT/TT/CSBCL). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379034>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011i). *Convento de São Francisco do Funchal* (PT/TT/CSFF). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379962>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011j). *Convento de São Sebastião da Calheta* (PT/TT/CSSC). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1382433>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011k). *Documentação de conventos por identificar* (PT/TT/DOCI). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1383574>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011l, February). *Bula “Super specula militantis ecclesiae” do Papa Júlio III pela qual, a instâncias do rei D. João III, ergue a catedral de São Salvador da Baía e atribui-lhe território, separando-a do bispado do Funchal* (PT/TT/BUL/0031/01). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4677923>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2011m, February). *Confraria de Nossa Senhora Mãe dos Homens e do Patriarca São José* (PT/TT/CSFF-CNS). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379963>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2012a). *“Livro primeiro dirigido à Correição da Fazenda”* (PT/TT/CFMPS/001/0001). DigitArq. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4709037>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2012b). Autos de arrematações feitas pelo Tribunal da Junta,

- 1775/1789 (PT/TT/PJRF/L/001/1621). In *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4715399>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2012c, February). *Bulas (PT/TT/CSF/016)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4696719>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2012d, February). *Documentos relativos ao arquivo (PT/TT/CSF/014)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4696717>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2012e, February). “*Sentença régia a favor dos religiosos do Convento de São Francisco, da ilha da Madeira, na questão havida com o vigário da Igreja do Funchal*” (PT/TT/CSF/017/M11/01). *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4718291>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2012f, March). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Livro de registo de entrada e saída de pólvora no Paiol, 1792/1793, liv. 875*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4711901>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2014a, April). *Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 247, proc. 85, 1934 Incorporação da Biblioteca Pública no Arquivo Distrital do Funchal (PT/TT/ISBA/04778)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6019927>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2014b, April). *Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos (PT/TT/ISBA)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6014966>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2016a, February). *Inventário de extinção do Convento de Nossa Senhora da Piedade da Ordem de São Francisco na Vila de Santa Cruz, 1834 (PT/TT/MF-DGFP/E/001/00491)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7159099>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2016b, February). *Inventário de extinção do Convento de São Bernardino do Funchal, 1835 (PT/TT/MF-DGFP/E/001/00489)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7159097>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2016c, February). *Inventário de extinção do Convento de São Francisco do Funchal, 1834 (PT/TT/MF-DGFP/E/001/00487)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7159095>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2016d, February). *Inventário de extinção do Convento de São Sebastião da Ordem de São Francisco na Vila da Calheta, 1834 (PT/TT/MF-DGFP/E/001/00490)*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7159098>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2018a). *Arquivo Nacional Torre do Tombo: Pesquisar na Torre do Tombo: Fundos e coleções: Antigo Regime, Domínios*. Direção-Geral Do Livro, Dos Arquivos e Das Bibliotecas; Arquivo Nacional Torre do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/instituicoes-monasticas-e-conventuais-ii/>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2018b). *Arquivo Nacional Torre do Tombo: Pesquisar na Torre do Tombo: Fundos e coleções: Instituições monásticas e conventuais II*. Direção-Geral Do Livro, Dos Arquivos e Das Bibliotecas; Arquivo Nacional Torre do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/instituicoes-monasticas-e-conventuais-ii/>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2018c). *Ofício do Ministério do Reino ao Guarda-Mor da Torre do Tombo comunicando a ordem de pagamento da ajuda de custo arbitrada ao empregado encarregado de coligir e fazer recolher a este Arquivo os livros existentes no Cartório do Cabido da Sé do Funchal*. *DigitArq*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7795727>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2019). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Pesquisar na Torre do Tombo*. Direção-Geral Do Livro, Dos Arquivos e Das Bibliotecas; Arquivo Nacional Torre do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2020). *Arquivo Nacional Torre do Tombo: Pesquisar na Torre do Tombo: Fundos e coleções: Instituições eclesíásticas*. Direção-Geral Do Livro, Dos Arquivos e Das Bibliotecas; Arquivo Nacional Torre do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/instituicoes-eclasiasticas/>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2021, February). *Fundos e coleções*. Arquivo Nacional Torre Do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>
- Arquivo Nacional do Brasil. (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo Nacional.

- Arquivo Regional da Madeira. (1997). Guia do Arquivo Regional da Madeira. *Arquivo Histórico Da Madeira: Boletim Do Arquivo Regional Da Madeira*, 20, 11–204.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (n.d.-a). *Alfândega do Funchal: Inventário Instrumentos (IDD3)*. <https://abm.madeira.gov.pt/idd/LC63>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (n.d.-b). *Conventos (IDD 25 e 25-A)*. <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/IDD-n.º-25-e-25A-Conventos.compressed.pdf>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (n.d.-c). *Inventário dos Arquivos dos Conventos (IDD 25, 25-A)*. ABM.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (n.d.-d). *José Pereira da Costa: Atividade Profissional: Assessor para a Cultura da Secretaria Reigonal do Turismo e Cultura: Dossês de estudo: Transferência da documentação da Madeira do Arquivo Nacional da Torre do Tombo para o Arquivo Regional da Madeira*. Archeevo. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=67935>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (n.d.-e). *Microfilmes do ARM (IDD 50)*. <https://abm.madeira.gov.pt/idd/RF13>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (2009). *IDD 22: Casa de Bordados João Caldeira Leal & C.ª Lda: instrumentos descritivos*. <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2021/01/ABM-Instrumentos-Descritivos-AZfundos.pdf>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (2010). *1ª Repartição de Finanças do Funchal (IDD60)*. <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/05/RFFUN1.pdf>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (2012). *Alfândega do Funchal: Inventário Instrumentos (IDD3-A): cotas 1793 a 10598*. <https://abm.madeira.gov.pt/idd/QL47>
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (2017). *Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira*. Página Institucional. <https://abm.madeira.gov.pt>
- Arruda, J. J. de A. (2006). O resgate da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino referente ao Brasil (1986-2004). *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 2(1), 1–22. <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/2>
- Ashie-Nikoi, E. D. (2019). Ghana's Cultural Records in Diaspora: Perspectives from Papers held at the Schomburg Center for Research in Black Culture, New York. *African Journal of Library, Archives and Information Science*, 29(2), 143–155.
- Ashton, J. (2017). Feminist Archiving [a manifesto continued]: Skilling for Activism and Organising. *Australian Feminist Studies*, 32(91–92), 126–149. <https://doi.org/10.1080/08164649.2017.1357010>
- Assembleia da República. (1991). Lei n.º 4/91. In *Diário da República n.º 14/1991, Série I-A de 1991-01-17*. <https://data.dre.pt/eli/lei/4/1991/01/17/p/dre/pt/html>
- Assembleia da República. (1992). Lei n.º 18/92. In *Diário da República n.º 180/1992, Série I-A de 1992-08-06*. <https://dre.pt/application/conteudo/283705>
- Assembleia da República. (1994). Inquérito parlamentar n.º 25/VI ao eventual desvio de informações e documentos dos Arquivos da PIDE/DGS para o KGB. In *Diário da Assembleia da República, II Série-B, n.º 39 de 1994-10-14* (pp. 192–193). Assembleia da República. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2b/06/03/039/1994-10-14/192?q=KGB%2Bpide&pOffset=0&pPeriodo=r3&pPublicacao=dar>
- Assembleia da República. (1995). Resolução da Assembleia da República n.º 24/95. In *Diário da República n.º 92/1995, Série I-A de 1995-04-19*. <https://dre.pt/application/conteudo/224074>
- Assembleia da República. (2000). Resolução da Assembleia da República n.º 26/2000. In *Diário da República n.º 76/2000, Série I-A de 2000-03-30* (pp. 1326–1342). <https://data.dre.pt/eli/resolassrep/26/2000/03/30/p/dre/pt/html>
- Assembleia da República. (2010). *Legislação Régia*. Assembleia Da República. <http://legislacaoregia.parlamento.pt>
- Assembleia da República. (2015). Resolução da Assembleia da República n.º 97/2015. In *Diário da República n.º 140/2015, Série I de 2015-07-21* (p. 4922).

- <http://data.dre.pt/eli/resolassrep/97/2015/07/21/p/dre/pt/html>
- Assembleia da República. (2018a). Resolução da Assembleia da República n.º 209/2018. In *Diário da República n.º 141/2018, Série I de 2018-07-24* (p. 3689). <https://dre.pt/application/conteudo/115764793>
- Assembleia da República. (2018b). Resolução da Assembleia da República n.º 79/2018. In *Diário da República n.º 60/2018, Série I de 2018-03-26* (p. 1402). <https://data.dre.pt/eli/resolassrep/79/2018/03/26/p/dre/pt/html>
- Assembleia da República. (2019a). Lei n.º 31/2019, de 3 de maio. In *Diário da República n.º 85/2019, Série I de 2019-05-03* (pp. 2308–2309). Diário da República Eletrónico. <https://data.dre.pt/eli/lei/31/2019/05/03/p/dre/pt/html>
- Assembleia da República. (2019b). Resolução da Assembleia da República n.º 76/2019. In *Diário da República n.º 105/2019, Série I de 2019-05-31*. <https://dre.pt/application/conteudo/122465016>
- Assembleia da República. (2021). Resolução da Assembleia da República n.º 69-A/2021, 2021-02-25. In *Diário da República n.º 39/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-02-25* (pp. 11-(6) a 11-(9)). <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/158368126/details/maximized>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (1998). Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/M. In *Diário da República n.º 118/1998, Série I-A de 1998-05-22*. <https://dre.pt/application/conteudo/524042>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (1999). Decreto Legislativo Regional n.º 26/99/M. In *Diário da República n.º 200/1999, Série I-A de 1999-08-27* (pp. 5894–5897). <https://dre.pt/application/file/526888>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2001). Decreto Legislativo Regional n.º 17/2001/M. In *Diário da República n.º 149/2001, Série I-A de 2001-06-29*. <https://dre.pt/application/conteudo/350099>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2004). Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/M. In *Diário da República n.º 164/2004, Série I-A de 2004-07-14* (pp. 4260–4261). <https://dre.pt/application/file/526888>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2005a). Voto de protesto. In *Diário da Assembleia Legislativa, VIII Legislatura, II Sessão Legislativa (2005/2006), n.º 10 de 2005-11-16* (pp. 10–14). Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2005b). Voto de protesto. In *Diário da Assembleia Legislativa, VIII Legislatura, II Sessão Legislativa (2005/2006), n.º 10 de 2005-11-16* (pp. 10–14). Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2015). Resolução n.º 13/2015/M. In *Diário da República n.º 244/2015, Série I de 2015-12-15* (p. 9690). Diário da República Eletrónico. <https://data.dre.pt/eli/resolalram/13/2015/12/15/m/dre/pt/html>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2016). "Envio de Parecer [sobre Projeto de Resolução, da autoria do JPP, que "Recomenda ao Governo da República que tome as diligências necessárias à transferência, para a Região Autónoma da Madeira, dos documentos produzidos por instituições regionais, que se e. <https://www.alram.pt/media/2813/ot-14-6-iiparteponto4.pdf>
- Reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, XI Legislatura, II Sessão Legislativa (2016/2017), 24 (2016). <https://www.alram.pt/media/4708/i-serie-15-17-nov-2016.pdf>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2017). Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 3/2017/M. In *Diário da República n.º 9/2017, Série I de 2017-01-12* (p. 409). <https://dre.pt/application/conteudo/105750649>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. (2020). *Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 19/2020/M* (pp. 7–7). <https://data.dre.pt/eli/resolalram/19/2020/06/01/m/dre>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. (2007). Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007/A. In *Diário da República n.º 78/2007, Série I de 2007-04-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/519385>

- Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira. (1978). Decreto Regional n.º 14/78/M. In *Diário da República n.º 58/1978, Série I de 1978-03-10*. <https://dre.pt/application/conteudo/446155>
- Assmann, A. (2008). Canon and Archive. In A. Erll & A. Nünning (Eds.), *Cultural Memory Studies* (pp. 97–108). Walter de Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110207262.2.97>
- Associação Brasileira de Normas de Técnicas. (1986). *NBR 9578:1986 Arquivos - Terminologia*. Associação Brasileira de Normas de Técnicas.
- Atkinson, Q. D., & Gray, R. D. (2005). Curious Parallels and Curious Connections—Phylogenetic Thinking in Biology and Historical Linguistics. *Systematic Biology*, 54(4), 513–526. <https://doi.org/10.1080/10635150590950317>
- ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH. (2020). *ATLAS.ti | Your Projects*. <https://cloud.atlasti.com/>
- Auer, L. (1998). *Disputed archival claims: analysis of an international survey: a RAMP study* (UNESCO). Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113472>
- Auer, L. (2017). Displaced Archives in the Wake of Wars. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 114–129). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-9>
- Azevedo, P. A. de S. B. de, & Baião, A. (1989). *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Livros Horizonte.
- Azevedo, P. de, & Baião, A. (1905). *O Arquivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e organização*. [Imprensa Commercial]. <https://archive.org/details/oarchivodatorred00azevuoft/page/50/mode/2up>
- Badger, A. (2012). Historians, a legacy of suspicion and the “migrated archives.” *Small Wars & Insurgencies*, 23(4–5, SI), 799–807. <https://doi.org/10.1080/09592318.2012.709761>
- Bahde, A. (2017). Conceptual Data Visualization in Archival Finding Aids: Preliminary User Responses. *Portal-Libraries and the Academy*, 17(3), 485–506. <https://doi.org/10.1353/pla.2017.0031>
- Bailkin, J. (2015). Where Did the Empire Go? Archives and Decolonization in Britain. *The American Historical Review*, 120(3), 884–899. <https://doi.org/10.1093/ahr/120.3.884>
- Baker, L. M. (2008). Unobtrusive Research. In L. M. Given (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (pp. 904–906). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412963909.n474>
- Balcells, M. (2014). The Knife that Still Divides: The Archive of Salamanca and the Heritage of Spain’s Civil War in the 21st century. *Arts and Social Sciences Journal*, 5(2), 1–5. <https://www.hilarispublisher.com/open-access/the-knife-that-still-divides-2151-6200.100086.pdf>
- Baldacchino, G. (2004). Autonomous but non sovereign?: a review of island sub-nationalism. *Canadian Review of Studies in Nationalism*, 31, 77–91.
- Baldacchino, G. (2008). Studying Islands: On Whose Terms? Some Epistemological and Methodological Challenges to the Pursuit of Island Studies. *Island Studies Journal*, 3(1), 37–56.
- Baldacchino, G. (2010). “Upside Down Decolonization” in Subnational Island Jurisdictions: Questioning the “Post” in Postcolonialism. *Space and Culture*, 13(2), 188–202. <https://doi.org/10.1177/1206331209360865>
- Banton, M. (2009). “Expatriate” or “migrated” archives: the role of the UK archivist. *Archives*, 34(121), 14–24.
- Banton, M. (2012a). Destroy? ‘Migrate’? Conceal? British Strategies for the Disposal of Sensitive Records of Colonial Administrations at Independence. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 40(2), 321–335.
- Banton, M. (2012b). “Lost” and “found”: the concealment and release of the Foreign and Commonwealth Office “migrated archives.” *Government Recordkeeping in Sub-Saharan Africa* 2, June. <https://doi.org/10.3828/comma.2012.1.04>
- Banton, M. (2013). Obscured if not hidden: records relating to Africa in the National Archives of the UK (TNA). *African Research & Documentation*, 123(123), 3–13. <https://www.africabib.org/rec.php?RID=391146432>

- Banton, M. (2017). Displaced Archives in The National Archives of the United Kingdom. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 41–59). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-4>
- Banton, M. (2020). Shared archival heritage: an exploration of problems and solutions. Report of the EGSAH panel at the Yaounde Conference. *Comma*, 2019(1), 19–28. <https://doi.org/10.3828/comma.2019.1.2>
- Barata, P. J. S. (2003). *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Barata, P. J. S. (2004). Roubo, extravios e descaminhos nas livrarias conventuais portuguesas após a extinção das ordens religiosas: um quadro impressionante. *Lusitania Sacra*, 16, 319–343. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4490>
- Barata, P. J. S. (2005). As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime. *Análise Social*, 40(174), 37–63. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218708931C8fGE6bl6Aw81OU1.pdf>
- Barata, P. J. S. (2011). As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer. *Lusitania Sacra*, 24, 125–152. <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/LusitaniaSacra/index.php/journal/article/view/209>
- Barber, S. (2012). Who owns knowledge? Heritage, intellectual property and access in and to the history of Antigua and Barbuda. *Archival Science*, 12(1), 1–17. <https://doi.org/10.1007/s10502-011-9141-6>
- Barbosa, J. de V. (1874). Criação dos arquivos na Europa: Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa. In *Criação dos arquivos na Europa: Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa* (pp. 1–21). Typographia Castro Irmão.
- Barbrook, A. C., Howe, C. J., Blake, N., & Robinson, P. (1998). The phylogeny of The Canterbury Tales. *Nature*, 394(6696), 839–840. <https://doi.org/10.1038/29667>
- Barité, M. (2017). Literary warrant. In *Encyclopedia of Knowledge Organization*. ISKO. https://www.isko.org/cyclo/literary_warrant
- Barkan, E. (2002). Amending Historical injustices: the restitution of Cultural property – an overview. In E. Barkan & R. Bush (Eds.), *Claiming the stones/naming the bones: cultural property and the negotiation of national and ethnic identity* (pp. 16–46). Getty Research Institute.
- Barrera, G. (2009). Of condors and judges: archival musings over a judicial investigation. *Archival Science*, 9(3–4), 203–214. <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9109-y>
- Barreto, A. A. (2008). Uma quase história da ciência da informação. *Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação e Biblioteconomia*, 3(2). <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/24512>
- Barros, F. (1999). Os Arquivos Públicos da Região Autónoma da Madeira: Situação e futuro. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 49–89.
- Barros, M. F., & Jardim, G. (1997). Arquivo Regional da Madeira: a memória insular portuguesa. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 201–225.
- Barros, T. H. B., & Martins, W. R. (2015). A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação no âmbito da representação em arquivos. *Ágora*, 25(51), 132–149.
- Barroso, A. (1999). O Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 27–30.
- Barwick, L., Green, J., Vaarzon-Morel, J., & Zissermann, K. (2019). Conundrums and consequences: Doing digital archival returns in Australia. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 1–27). University of Hawai'i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24875/>
- Barwick, L., Green, J., & Vaarzon-Morel, P. (2019). Archival returns : Central Australia and beyond. In *LD&C Special Publication*. Sydney University Press. <https://nflrc.hawaii.edu/ldc/sp-18/>
- Bastian, J. (2001). A Question of Custody: The Colonial Archives of the United States Virgin Islands. *The American Archivist*, 64(1), 96–114. <https://doi.org/10.17723/aarc.64.1.h6k872252u2gr377>
- Bastian, J. (2002). Taking custody, giving access: a postcustodial role for a new century. *Archivaria*, 53(1),

76–93. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12838>

- Bastian, J. (2003). *Owning memory : how a Caribbean community lost its archives and found its history* (Contributi). Libraries Unlimited.
- Bastian, J. (2006). Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation. *Archival Science*, 6(3–4), 267–284. <https://doi.org/10.1007/s10502-006-9019-1>
- Bastian, J. (2009). “Play mas”: carnival in the archives and the archives in carnival: records and community identity in the US Virgin Islands. *Archival Science*, 9(1), 113–125.
- Bastian, J., Griffin, S. H., & Aarons, J. A. (Eds.). (2018). *Decolonizing the Caribbean record : an archives reader*. Library Juice Press.
- Bates, M. J. (1999). The invisible substrate of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1043–1050. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12<1043::AID-ASII>3.0.CO;2-X](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1043::AID-ASII>3.0.CO;2-X)
- Bates, M. J. (2005a). An introduction to metatheories, theories, and models. In K. E. Fisher, S. Erdelez, & E. F. McKechnie (Eds.), *Theories of information behavior* (pp. 1–24). Information Today.
- Bates, M. J. (2005b). Information and knowledge: an evolutionary framework for information science. *Information Research*, 10(4), paper 239–paper 239. <http://informationr.net/ir/10-4/paper239.html>
- Bates, M. J. (2006). Fundamental forms of information. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 57(8), 1033–1045. <https://doi.org/10.1002/asi.20369>
- Bates, M. J. (2008). Hjørland’s critique of bates’ work on defining information. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 59(5), 842–844. <https://doi.org/10.1002/asi.20796>
- Bates, M. J. (2011). Birger Hjørland’s Manichean misconception of Marcia Bates’ work. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62(10), 2038–2044. <https://doi.org/10.1002/asi.21594>
- Battley, B. (2019). Archives as places, places as archives: doors to privilege, places of connection or haunted sarcophagi of crumbling skeletons? *Archival Science*, 19(1), 1–26. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09300-4>
- Bautier, R.-H. (1961). Les archives. In C. Samaran (Ed.), *L’histoire et ses méthodes* (pp. 1120–1166). Gallimard.
- Bawden, D. (2001). The shifting terminologies of information. *Aslib Proceedings*, 53(3), 93–98. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007043>
- Bawden, D. (2008). Smoother pebbles and the shoulders of giants: the developing foundations of information science. *Journal of Information Science*, 34(4), 415–426. <https://doi.org/10.1177/0165551508089717>
- Bawden, D., & Robinson, L. (2012). *Introduction to Information Science*. Facet Publishing.
- Beach, D., & Pedersen, R. B. (2013). *Process-tracing methods : foundations and guidelines*. University of Michigan Press.
- Beach, D., & Pedersen, R. B. (2016). *Causal Case Study Methods: Foundations and Guidelines for Comparing, Matching, and Tracing*. University of Michigan.
- Bearman, D. (1995). *Electronic evidence. Strategies for managing records in contemporary organizations* (Vol. 7, Issue 3). Archives & Museum Informatics. <https://doi.org/10.3366/hac.1995.7.3.166>
- Beghtol, C. (2005). Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. In *Journal of the American Society for Information Science and Technology* (Vol. 56, Issue 9, pp. 903–912). <https://doi.org/10.1002/asi.20184>
- Belgrave, L. L., & Seide, K. (2019). Coding for Grounded Theory. In A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE handbook of current developments in grounded theory* (pp. 167–185). SAGE. <https://doi.org/10.4135/9781526485656>
- Belkin, N. J. (1978). Information concepts for Information Science. *Journal of Documentation*, 34(1), 55–85. <https://doi.org/10.1108/eb026653>
- Belkin, N. J. (1990). The cognitive viewpoint in information science. *Journal of Information Science*, 16(1),

- 11–15. <https://doi.org/10.1177/016555159001600104>
- Belkin, N. J., & Robertson, S. E. (1976). Information science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*, 27(4), 197–204. <https://doi.org/10.1002/asi.4630270402>
- Bell, J. A., Christen, K., & Turin, M. (2013). After the Return: Digital Repatriation and the Circulation of Indigenous Knowledge Workshop Report. *Advances in Research - Museum*, 1(1), 195–203. <https://doi.org/10.3167/armw.2013.010112>
- Belton, T. (2010). Custody, Control, and Confusion: Legal, Historical, and Territorial Aspects of Court Records in Ontario. *Archivaria*, 69, 9–21.
- Bennett, H. (2011). Soldiers in the Court Room: The British Army's Part in the Kenya Emergency under the Legal Spotlight. *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 39(5), 717–730. <https://doi.org/10.1080/03086534.2011.629083>
- Bentley, R. A., & O'Brien, M. J. (2012). Cultural evolutionary tipping points in the storage and transmission of information. In *Frontiers in Psychology* (Vol. 3, Issue DEC, p. 569). Frontiers. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2012.00569>
- Bereijo, A. (2011). The category of “applied science” an analysis of its justification from “information science” as design science. *Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities*, 101, 327–350. https://doi.org/10.1163/9789401207355_011
- Berg, B., & Lune, H. (2012a). Social Historical Research and Oral Traditions. In *Qualitative research methods for the social sciences* (8th ed., pp. 158–169). Pearson.
- Berg, B., & Lune, H. (2012b). Unobtrusive Measures in Research. In *Qualitative research methods for the social sciences* (8th ed., pp. 146–157). Pearson.
- Berger, S. (2013). The role of national archives in constructing national master narratives in Europe. *Archival Science*, 13(1), 1–22. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9188-z>
- Bernbaum, J. A. (1970). The Captured German Records: A Bibliographical Survey. *The Historian*, 32(4), 564–575. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6563.1970.tb00378.x>
- Bezerra, A. C., & Saldanha, G. S. (2013). Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In S. Albagli (Ed.), *Fronteiras da Ciência da Informação* (pp. 34–56). IBICT. <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/447>
- Bhaskar, R. (1975). *A realist theory of science*. Books.
- Bhaskar, R. (1979). *The possibility of naturalism : a philosophical critique of the contemporary human sciences*. Harvester Press.
- Bhaskar, R. (1989). *Reclaiming reality : a critical introduction to contemporary philosophy*. Verso.
- Bhaskar, R. (1993). *Dialectic : the pulse of freedom*. Verso.
- Bhaskar, R. (2005). *The possibility of naturalism : a philosophical critique of the contemporary human sciences* (4. ed.). Routledge.
- Bhaskar, R. (2008a). *Dialectic : the pulse of freedom*. Routledge.
- Bhaskar, R. (2008b). A realist theory of science. In *A Realist Theory of Science*. Books. <https://doi.org/10.4324/9780203090732>
- Bhaskar, R. (2009). *Scientific Realism and Human Emancipation*. Verso. <https://doi.org/10.4324/9780203879849>
- Bhaskar, R. (2011). *Reclaiming reality : a critical introduction to contemporary philosophy*. Routledge.
- Bhaskar, R. (2013). General introduction. In *Critical Realism: Essential Readings* (pp. ix–xxiv). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315008592>
- Bhaskar, R. (2014). Foreword. In P. K. Edwards, J. O'Mahoney, & S. Vincent (Eds.), *Studying Organizations using Critical realism: A Practical Guide* (pp. v–xv). Oxford University Press.
- Bhaskar, R., & Hartwig, M. (2010). The formation of critical realism: A personal perspective. In *The Formation of Critical Realism: A Personal Perspective*. Routledge.

<https://doi.org/10.4324/9780203878088>

- Bhatia, V. K. (1993). *Analysing Genre: Language Use in Professional Settings*. Routledge.
- Bhatia, V. K. (1997). Genre analysis today. *Revue Belge de Philologie et d'histoire*, 75(3), 629–652. <https://doi.org/10.3406/rbph.1997.4186>
- Bhatia, V. K. (2017). *Critical genre analysis : investigating interdiscursive performance in professional practice*. Routledge.
- Bhatia, V. K., Hafner, C. A., Miller, L., & Wagner, A. (2012). Transparency, Power and Control in Legal Communication. In C. A. Hafner, L. Miller, & A. Wagner (Eds.), *Transparency, Power, and Control: Perspectives on Legal Communication* (pp. 1–10). Ashgate. <https://doi.org/10.4324/9781315549781-8>
- Bhattacharjee, A. (2012). Social Science Research: Principles, Methods, and Practices. In *Textbooks Collection*. University of South Florida. https://scholarcommons.usf.edu/oa_textbooks/3
- Biblioteca Nacional de Portugal. (2010). *Normas portuguesas de documentação e informação CT 7*. BNP : IPQ.
- Bicalho, L. M., & Oliveira, M. (2011). Aspectos conceituais da transdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, 21(2), 10–87. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9746>
- Bishop, P. (2010). Multi-Site Case Study. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research* (pp. 587–590). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397.n219>
- Bismarck, B., Feldmann, H.-P., & Obrist, H. U. (2002). *Interarchive : archivarische Praktiken und Handlungsräume im zeitgenössischen Kunstfeld = Archival practices and sites in the contemporary art field*. König.
- Blake, J. E. (2015). *International cultural heritage law*. Oxford University Press.
- Blatter, J. (2008). Case Study. In L. M. Given (Ed.), *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 68–71). Sage Publications.
- Blatter, J., & Haverland, M. (2014). *Designing case studies: explanatory approaches in small-N research*. Palgrave Macmillan.
- Blecua, A. (1983). *Manual de Crítica Textual*. Editorial Castalia.
- Blondel, V. D., Guillaume, J.-L., Lambiotte, R., & Lefebvre, E. (2008). Fast unfolding of communities in large networks. *Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment*, 2008(10), P10008. <https://doi.org/10.1088/1742-5468/2008/10/p10008>
- Blouin, F. X. (1992). A Case for Bridging the Gap: The Significance of the Vatican Archives Project for International Archival Information Exchange. *American Archivist*, 55(1), 182–191. <https://doi.org/10.17723/aarc.55.1.j23815ng47ng7144>
- Blouin, F. X. (1999). Archivists, Mediation, and Constructs of Social Memory. *Archival Issues*, 24(2), 101–112.
- Boardman, J. (2016). ‘National’ Heritage and Scholarship. In G. Belcher, J. Boardman, W. St. Clair, M. Cornu, M. F. Brown, T. Flynn, J. Fox, S. Guha, M. Jones, B. Ramm, C. Sandis, G. Scarre, & N. Wickramasinghe (Eds.), *Cultural Heritage Ethics : Between Theory and Practice* (pp. 131–134). Open Book Publishers. <https://books.openedition.org/obp/2142>
- Bode, K., & Arthur, P. L. (2014). Collecting Ourselves. In P. L. Arthur & K. Bode (Eds.), *Advancing Digital Humanities* (pp. 1–12). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9781137337016_1
- Boles, F., & Greene, M. A. (1996). Et Tu schellenberg? Thoughts on the dagger of american appraisal theory. In *American Archivist* (Vol. 59, Issue 3, pp. 298–310). Society of American Archivists. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.3.k3x81g0852825131>
- Bolt, B. (2016). Artistic Research : A performative paradigm? *Parse*, 3, 129–142. <http://parsejournal.com/article/artistic-research-a-performative-paradigm/>
- Bonifacio, B. (1632). *De archivis liber singularis. Ejusdem praelectiones et civilium institutionum epitome*.

Apud J.P. Pinellium.

- Booth, A. (2003). Bridging the Research-Practice Gap? The Role of Evidence Based Librarianship. *New Review of Information and Library Research*, 9(1), 3–23. <https://doi.org/10.1080/13614550410001687909>
- Booth, A. (2004). Formulating answerable questions. In A. Booth & A. Brice (Eds.), *Evidence Based Practice: An Information Professional's Handbook* (pp. 61–70). Facet Publishing.
- Booth, A. (2006a). Clear and present questions: formulating questions for evidence based practice. *Library Hi Tech*, 24(3), 355–368. <https://doi.org/10.1108/07378830610692127>
- Booth, A. (2006b). “Brimful of STARLITE”: toward standards for reporting. *J Med Lib Assoc*, 94(October), 421–430. <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=1629442&tool=pmcentrez&rendertype=abstract>
- Booth, A., & Brice, A. (2004). *Evidence-based practice for information professionals : a handbook*. Facet.
- Booth, A., Noyes, J., Flemming, K., Moore, G., Tunçalp, Ö., & Shakibazadeh, E. (2019). Formulating questions to explore complex interventions within qualitative evidence synthesis. *BMJ Global Health*, 4(Suppl 1), e001107–e001107. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2018-001107>
- Booth, A., Sutton, A., & Papaioannou, D. (2016). *Systematic approaches to a successful literature review*. SAGE.
- Borges, M. M., Freitas, M. C. V. de, & Oliveira, S. R. de. (2019). A Ciência da Informação em Portugal nas primeiras décadas do século XXI: uma abordagem preliminar para uma cartografia iberoamericana. *Bibliotecas. Anales de Investigación*, 15(2), 260–292. <http://revistas.bnjm.cu/index.php/anales/article/view/4537>
- Borko, H. (1968). Information science: What is it? *American Documentation*, 19(1), 3–5. <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>
- Boschi, C. C. (2018). Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). *Revista Brasileira de Historia*, 38(78), 187–208. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-09>
- Boserup, I. (2005). The Manuscript and the Internet: digital repatriation of cultural heritage. *IFLA Journal*, 31(2), 169+–169+. <https://doi.org/10.1177/0340035205054881>
- Bouchard, T. J. (1976). Unobtrusive Measures. *Sociological Methods & Research*, 4(3), 267–300. <https://doi.org/10.1177/004912417600400301>
- Bountouri, L. (2017). *Archival description*. Chandos Publ. <https://doi.org/10.1016/b978-1-84334-777-4.00001-3>
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 2(2), 88–104. <https://doi.org/10.3406/arss.1976.3454>
- Bourdieu, P. (2018). *Les usages sociaux de la science : pour une sociologie clinique du champ scientifique : une conférence-débat* (Nouvelle e). Éditions Quae.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Boyce, B. R., & Kraft, D. H. (1985). Principles and Theories in Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*, 20, 153–178.
- Boyd, H. H. (2008). Unit of observation. In P. J. Lavrakas (Ed.), *Encyclopedia of survey research methods* (Vol. 2, pp. 928–929). SAGE Publications.
- Bracknell, C., & Scott, K. (2019). Ever-widening circles: Consolidating and enhancing Wirlomin Noongar archival material in the community. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 325–338). University of Hawai'i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24890/>
- Bradford, S. C. (1934). Sources of Information on Specific Subjects. *Engineering: An Illustrated Weekly Journal*, 137, 85–86.
- Braga, G. (1973). Relações Bibliométricas entre a Frente de Pesquisa (Research front) e revisões da

- literatura (reviews): Estudo aplicado a Ciência da informação [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. In *Ciência da Informação* (Vol. 2, Issue 1). <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/20>
- Braga, G. (1995). Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência Da Informação*, 24(1), 84–88. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.612>
- Braga, J., & Dias, L. (2014). *Cabido da Sé do Funchal: catálogo*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2014/12/Catalogo-PT-TT-CSF.pdf>
- Braman, S. (1989). Defining information. An approach for policymakers. *Telecommunications Policy*, 13(3), 233–242. [https://doi.org/10.1016/0308-5961\(89\)90006-2](https://doi.org/10.1016/0308-5961(89)90006-2)
- Branquinho, I. (1997). Alguns núcleos documentais relacionados com osv arquipélagos dos Açores e da Madeira existentes em arquivos e bibliotecas de Lisboa. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 227–265.
- Brascher, M., & Café, L. (2008). Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *IX ENCONTRO ENANCIB: GT 2 - Organização e Representação Do Conhecimento*, 1–14. <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3016>
- Brenda, L. C., Toussaint, S., Meakins, F., & McConvell, P. (2019). “For the children...”: Aboriginal Australia, cultural access, and archival obligation. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. xi–xvii). University of Hawai’i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24883>
- Brenneke, A. (1953). *Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens*. Koehler u. Amelang. <https://portal.dnb.de/opac.htm>
- Brito, D. M. De. (2005). A Informação Arquivística na Arquivologia Pós-custodial. *Arquivística.Net*, 1(1), 31–50. <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/50877>
- Brookes, B. (1977). Developing cognitive viewpoint in information science. In M. de Mey (Ed.), *International workshop on the cognitive viewpoint* (pp. 195–203). University of Ghent.
- Brookes, B. C. (1980). The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, 2(3–4), 125–133. <https://doi.org/10.1177/016555158000200302>
- Brookes, B. C. (1981). The foundations of information : Part IV. Information science: the changing paradigm. *Journal of Information Science*, 3(1), 3–12. <https://doi.org/10.1177/016555158100300102>
- Broom, A., Cheshire, L., & Emmison, M. (2009). Qualitative Researchers’ Understandings of Their Practice and the Implications for Data Archiving and Sharing. *Sociology*, 43(6), 1163–1180. <https://doi.org/10.1177/0038038509345704>
- Brothman, B. (1991). Orders of value: probing the theoretical terms of archival practice. *Archivaria*, 32, 78–100. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/viewFile/11761/12711>
- Brothman, B. (1993). The Limits of Limits: Derridean Deconstruction and the Archival Institution | *Archivaria*. *Archivaria*, 36, 205–220. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11945>
- Brothman, B. (1999). Declining Derrida: Integrity, Tensegrity, and the Preservation of Archives from Deconstruction. *Archivaria*, 48, 64–88. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12717>
- Brower, P. P. (1963). The United-States Army’s Seizure and Administration of Enemy Records Up to World-War-II. *American Archivist*, 26(2), 191–207.
- Brown, J. J. (1983). Information Science, a New Discipline? In *Information Science in Action: System Design* (pp. 703–706). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-009-3479-5_11
- Brown, R. (1991). Records Acquisition Strategy and its Theoretical Foundation: The Case for a Concept of Archival Hermeneutics. *Archivaria*, 33, 34–56. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11797>
- Buckland, M. (1999). The landscape of information science: The American Society for Information Science at 62. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(11), 970–974. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:11<970::AID-ASIS>3.0.CO;2-D](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:11<970::AID-ASIS>3.0.CO;2-D)
- Buckland, M. (2012). What kind of science can information science be? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 63(1), 1–7. <https://doi.org/10.1002/asi.21656>

- Buckland, M., & Liu, Z. (1998). History of Information Science. In T. B. Hahn & M. Buckland (Eds.), *Historical Studies in Information Science* (pp. 272–295). ASIS American Society for Information Science.
- Buckley, W. (1967). *Sociology and modern systems theory*. Prentice-Hall.
- Budd, J. M., & Hill, H. (2013). The Cognitive and Social Lives of Paradigms in Information Science. *Proceedings of the Annual Conference of CAIS / Actes Du Congrès Annuel de l'ACSI*, 1–11. <https://doi.org/10.29173/cais207>
- Bunton, D. (2014). Generic moves in Ph.D. thesis Introductions. In *Academic Discourse* (pp. 67–85). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315838069-11>
- Busa, R. A. (2004). Foreword: Perspectives on the Digital Humanities. In S. Schreibman, R. Siemens, & J. Unsworth (Eds.), *A companion to digital humanities* (pp. xvi–xxii). Blackwell.
- Bush, V. (1945). As We May Think. *The Atlantic Monthly*, 112–124.
- Butler, B. (2009). “Othering” the archive-from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory. *Archival Science*, 9(1–2), 57–69. <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9095-0>
- Buzzoni, M. (2020a). Text-critical analysis. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatics* (pp. 380–405). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-007>
- Buzzoni, M. (2020b). Towards the construction of a stemma. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatics* (pp. 139–207). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-004>
- Bygstad, B., Munkvold, B. E., & Volkoff, O. (2016). Identifying Generative Mechanisms through Affordances: A Framework for Critical Realist Data Analysis. *Journal of Information Technology*, 31(1), 83–96. <https://doi.org/10.1057/jit.2015.13>
- Cabra-Torres, F., Marciales Vivas, G. P., Castañeda-Peña, H., Barbosa-Chacón, J. W., Melo González, L., & Hernández Salamanca, O. G. (2020). The Concept of Information in the Documentation and Information Science Fields. In *Information Literacy in Higher Education* (pp. 15–28). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-50014-6_2
- Callaos, N., & Callaos, B. (2002). Toward a systemic notion of information: Practical consequences. In *Informing Science* (Vol. 5, Issue 1, pp. 1–11). Informing Science Institute. <https://doi.org/10.28945/532>
- Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. (1887a). *Sessão de 11 de Julho de 1887: n.º 163-B* (p. 1675). Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/078/1887-07-11/1675>
- Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. (1887b). *Sessão de 28 de Julho de 1887: n.º 101* (pp. 2122–2124). <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/101/1887-07-28/2122>
- Camargo, A. M. de A., & Bellotto, H. L. (Eds.). (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura.
- Cameron, H. D. (1987). The Upside-down Cladogram: Problems in Manuscript Affiliation. In *Biological Metaphor and Cladistic Classification: An Interdisciplinary Perspective* (pp. 227–242). University of Pennsylvania Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctv4w3wb6.16>
- Campos, F., & Roque, M. I. (2016). Inventariar, arrecadar, distribuir: a formação de um novo paradigma para os bens patrimoniais religiosos no contexto das desamortizações oitocentistas. *Artis On*, 3(edição especial), 15–22. <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/inventariar-arrecadar-distribuir-a-formacao-de-um-novo-paradigma->
- Capurro, R. (2003). Epistemologia da Ciência da Informação. *V Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação, Belo Horizonte (Brasil), 10 de Novembro de 2003*.
- Capurro, R. (2007). Epistemología y ciencia de la información. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, 4(1), 11–29. <https://www.redalyc.org/exportar cita.oa?id=82340102>
- Capurro, R. (1996). On the Genealogy of Information. In K. Kornwachs & K. Jacoby (Eds.), *Information*.

- New Questions to a Multidisciplinary Concept* (pp. 259–270). Akademie Verlag Berlin.
- Capurro, R., & Hjørland, B. (2005). The concept of information. *Annual Review of Information Science and Technology*, 37(1), 343–411. <https://doi.org/10.1002/aris.1440370109>
- Caputo, J. D. (1997). *The Prayers and Tears of Jacques Derrida: Religion without Religion*. Indiana University Press.
- Carita, R. (1981). *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira — A Fortaleza-Palácio de São Lourenço*. Direcção Regional dos Assuntos Culturais (Região Autónoma da Madeira). <https://inlibris.com/products/introducao-a-arquitectura-militar-na-madeira-a-fortaleza-palacio-de-sao-lourenco>
- Carita, R. (1991). O Convento de São Bernardino, em Câmara de Lobos. *Girão*, 6, 237–240.
- Carita, R. (2019). Alfândega nova do Funchal. In J. E. Franco & C. Trindade (Eds.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (pp. 283–289). Theya.
- Carita, R. (2020a, December). *Convento de São Bernardino*. Aprender Madeira. <http://aprendermadeira.net/article/convento-de-sao-bernardino>
- Carita, R. (2020b, December). *Convento de São Francisco do Funchal*. Aprender Madeira. <http://aprendermadeira.net/article/convento-de-sao-francisco-do-funchal>
- Carlsson, S. A. (2012). The Potential of Critical Realism in IS Research. In Y. K. Dwivedi, M. R. Wade, & S. L. Schneberger (Eds.), *Information systems theory: explaining and predicting our digital society* (Vol. 2, pp. 281–304). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-9707-4_14
- Carnap, R. (1929). Der Logische Aufbau der Welt. *Annalen Der Philosophie Und Philosophischen Kritik*, 8, 106–107.
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017a). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal: catálogo*. <https://arquivo.pt/wayback/20191114154443/http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-743-PT-TT-CNSEF.pdf>
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017b). *Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz: catálogo*. <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-746-PT-TT-CNSPSC.pdf>
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017c). *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava: catálogo*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-748-PT-TT-CSSC.pdf>
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017d). *Convento de Santa Clara do Funchal: catálogo (ID L 742)*. <https://arquivo.pt/wayback/20181011150943/http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-742-PT-TT-CSCF.pdf>
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017e). *Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos: catálogo*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. <https://arquivo.pt/wayback/20180409154946/http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-744-PT-TT-CSBCL.pdf>
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017f). *Convento de São Francisco do Funchal: catálogo*. <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-745-PT-TT-CSFF.pdf>
- Carvalho, M. F., & Braga, J. (2017g). *Convento de São Sebastião da Calheta: catálogo*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/ID-L-748-PT-TT-CSSC.pdf>
- Cary, A. (2011). *Cary report on release of the colonial administration files: independent report*. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/625667/cary-report-release-colonial-administration-files.pdf
- Casanova, E. (1928). *Archivistica*. (2nd ed.). Stab. arti grafiche Lazzeri.
- Caswell, M. (2009). Irreparable Damage: Violence, Ownership, and Voice in an Indian Archive The Case of the Bhandarkar Oriental Research Institute and the Sambhaji Brigade. *LIBRI*, 59(1), 1–13. <https://doi.org/10.1515/libr.2009.001>
- Caswell, M. (2012). Using classification to convict the Khmer Rouge. *Journal of Documentation*, 68(2), 162–184. <https://doi.org/10.1108/00220411211209177>

- Caswell, M. (2013). Rethinking Inalienability: Trusting Nongovernmental Archives in Transitional Societies. *American Archivist*, 76(1), 113–134.
- Caswell, M. (2014). “Inventing New Archival Imaginaries: Theoretical Foundations for Identity-Based Community Archives.” In D. Daniel & A. Levi (Eds.), *Identity Palimpsests: Archiving Ethnicity in the U.S. and Canada* (pp. 35–55). Litwin Books. <https://escholarship.org/uc/item/8gv0v69b#author>
- Caswell, M., Gabiola, J., Zavala, J., Brilmyer, G., & Cifor, M. (2018). Imagining transformative spaces: the personal-political sites of community archives. *Archival Science*, 18(1), 73–93. <https://doi.org/10.1007/s10502-018-9286-7>
- Caswell, M., Punzalan, R., & Sangwand, T.-K. (2017). Critical Archival Studies: An Introduction. *Journal of Critical Library and Information Studies*, 1(2). <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i2.50>
- Catalano, A. (2013). Patterns of graduate students’ information seeking behavior: A meta-synthesis of the literature. In *Journal of Documentation* (Vol. 69, Issue 2, pp. 243–274). Emerald Group Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/00220411311300066>
- CEPESE. (2014). *DIGIGOV Diário do Governo Digital (1820-1910)*. CEPESE Centro de Estudos Da População, Economia e Sociedade. <https://digigov.cepese.pt>
- Cetina, K. K. (1999). *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. Harvard University Press.
- Charlton, T. (2017). The Treachery of Archives: Representation, Power, and the Urgency for Self-Reflexivity in Archival Arrangement and Description. *The IJournal: Graduate Student Journal of the Faculty of Information*, 3(1). <https://thejournal.ca/index.php/ijournal/article/view/28894>
- Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory* (2nd ed.). SAGE.
- Charmaz, K. (2008). Grounded theory as an emergent method. In S. N. Hesse-Biber & P. Leavy (Eds.), *Handbook of emergent methods* (pp. 155–170). Guilford Press.
- Chaterera-Zambuko, F. (2020, October). *Looking back, looking forward: In quest of closure on issues of displaced archives*. ICABlog. <https://blog-ica.org/2020/10/16/looking-back-looking-forward-in-quest-of-closure-on-issues-of-displaced-archives/>
- Chebotarev, T. (2005). Repatriation of the Bakhmeteff Archive: Russian Dreams and American Reality. *RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts, & Cultural Heritage*, 6(1), 44–51.
- Chechi, A. (2014). *The settlement of international cultural heritage disputes*. Oxford University Press.
- Chen, C. (2013). *Mapping scientific frontiers: the quest for knowledge visualization*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4471-5128-9>
- Chen, C. (2017). Science mapping: a systematic review of the literature. *Journal of Data and Information Science*, 2(2), 1–40. <https://doi.org/10.1515/jdis-2017-0006>
- Chiesa, P. (2020). Principles and practice. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology: History, Methodology, Digital Approaches* (pp. 74–87). De Gruyter.
- Chihadeh, C. (2020). Towards Critical Historical Studies: An emancipatory ontology. In M. Maclean, S. R. Clegg, R. Suddaby, & C. Harvey (Eds.), *Historical Organization Studies: Theory and Applications* (pp. 77–89). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003033592-5>
- Chilcott, A. (2019). Towards protocols for describing racially offensive language in UK public archives. *Archival Science*, 19(4), 359–376.
- Chladni, J. M. (1752). *Allgemeine Geschichtswissenschaft, worinnen der Grund zu einer neuen Einsicht in allen Arten der Gelahrheit geleyet wird* (1. Auflage). Lanck.
- Christen, K. (2011). Opening Archives: Respectful Repatriation. *The American Archivist*, 74(1), 185–210. <https://doi.org/10.17723/aarc.74.1.4233nv6nv6428521>
- Christie, M. J., Rowe, P. A., Perry, C., & Charmard, J. (2000). Implementation of realism in case study research methodology. *ICSB World Conference 2000: Entrepreneurial SME: Engines for Growth in the Millennium*. <https://espace.library.uq.edu.au/view/UQ:147990>
- Cibangu, S. K. (2010). Information science as a social science. In *Information Research* (Vol. 15, Issue 3, p. 3).
- Cifor, M., & Wood, S. (2017). Critical Feminism in the Archives. *Journal of Critical Library and*

- Information Studies*, 1(2). <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i2.27>
- Clark, A. M. (2008). Critical Realism. In *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 167–169). SAGE Publications Inc.
- Cline, S. (2014). Archival ideals and the pursuit of a moderate disposition. *American Archivist*, 77(2), 444–458. <https://doi.org/10.17723/aarc.77.2.c1221u1183p6vh27>
- Coelho, M. H. da C. (1991). A diplomática em Portugal: balanço e estado actual. *Revista Portuguesa de História*, XXVI, 125–155. https://doi.org/10.14195/0870-4147_26_5
- Coeuré, S. (2017). Cultural Looting and Restitution at the Dawn of the Cold War: The French Recovery Missions in Eastern Europe. *Journal of Contemporary History*, 52(3), 588–606. <https://doi.org/10.1177/0022009416658700>
- Cole, C. (1994). Operationalizing the notion of information as a subjective construct. *Journal of the American Society for Information Science*, 45(7), 465–476.
- Collier, A. (1994). *Critical Realism: An Introduction to Roy Bhaskar's Philosophy*. Verso.
- Colquhoun, H. L., Levac, D., O'Brien, K. K., Straus, S., Tricco, A. C., Perrier, L., Kastner, M., & Moher, D. (2014). Scoping reviews: time for clarity in definition, methods, and reporting. *Journal of Clinical Epidemiology*, 67(12), 1291–1294. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2014.03.013>
- Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo. (1834). “*Livro primeiro dirigido à Correição da Fazenda*” (Portugal, ANTT, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo, liv. 1, 1834-08–09).
- Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique. (1960). *Monumenta Henricina: Vol. I. Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique*.
- Comissió de la Dignitat. (2004). *The archives Franco stole from Catalonia : the campaign for their return*. Editorial Milenio.
- Comte, A. (1830). *Cours de philosophie positive*. Rouen Frères, Libraires-Éditeurs. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k76267p>
- Comte, A. (1844). *Discours sur l'esprit positif*. Carilian-Goeury et V. Dalmont. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61282910/texteBrut>
- Conselho Internacional dos Arquivos. (2001). *Relatório do Sub-comité sobre os Instrumentos de Descrição Orientações para a Preparação e Apresentação de Instrumentos de Descrição*. Conselho Internacional dos Arquivos. https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/11/preparacao_apresentacao_idd.pdf
- Conselho Internacional dos Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística : adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*. (2.ª). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Conselho Internacional dos Arquivos. (2004). *ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias, 2.ª ed.* Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Conselho Internacional dos Arquivos. (2012). *Princípios de acesso aos arquivos*. Arquivo Nacional.
- Conselho Internacional dos Arquivos. (2016). *Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos: documento de trabalho do Conselho Internacional de Arquivos*. Conselho Internacional de Arquivos. https://www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios_basicos_sobre_papel_arquivistas_rev_final_07112016_Portuguese.pdf
- Cook, T. (1984). From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives. *Archivaria*, 19, 28–49. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11133>
- Cook, T. (1993). The Concept of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era: Theory, Problems and Solutions. *Archivaria*, 35, 24–37. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11882>
- Cook, T. (2001). Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, 1(1), 3–24. <https://doi.org/10.1007/BF02435636>

- Cook, T. (2013). Evidence, memory, identity, and community: Four shifting archival paradigms. *Archival Science*, 13(2–3), 95–120. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9180-7>
- Cook, T., & Schwartz, J. M. (2002). Archives, records, and power: From (postmodern) theory to (archival) performance. *Archival Science*, 2(3–4), 171–185. <https://doi.org/10.1007/BF02435620>
- Cooke, A., Smith, D., & Booth, A. (2012). Beyond PICO: the SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. *Qualitative Health Research*, 22(10), 1435–1443. <https://doi.org/10.1177/1049732312452938>
- Cooke, P. (2015). A Response to Sylvia Nannyonga-Tamusuza and Andrew N. Weintraub’s “The Audible Future: Reimagining the Role of Sound Archives and Sound Repatriation in Uganda.” *Ethnomusicology*, 59(3), 475–479.
- Cooper, C., Booth, A., Varley-Campbell, J., Britten, N., & Garside, R. (2018). Defining the process to literature searching in systematic reviews: a literature review of guidance and supporting studies. *BMC Medical Research Methodology*, 18(1), 85. <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0545-3>
- Corbin, J., & Holt, N. L. (2011). Grounded theory. In B. Somekh & C. Lewin (Eds.), *Theory and methods in social research* (2nd ed., pp. 113–120). Sage Publications.
- Cordeiro, A. (1717). *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano occidental*. Galram.
- Cordeiro, A. (1866). *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeitas no oceano occidental*. Typ. do Panorama.
- Corens, L. (2016). Dislocation and record-keeping: the counter archives of the Catholic diaspora. *PAST & PRESENT*, 230, 11, 269–287.
- Cornelius, I. (2005). Theorizing information for information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, 36(1), 392–425. <https://doi.org/10.1002/aris.1440360110>
- Cornu, M., & Renold, M.-A. (2010). New Developments in the Restitution of Cultural Property: Alternative Means of Dispute Resolution. *International Journal of Cultural Property*, 17(1), 1–31. <https://doi.org/10.1017/S0940739110000044>
- Corradetti, C. (2018). *The Frankfurt School and Critical Theory*. The Internet Encyclopedia of Philosophy; Internet Encyclopedia of Philosophy Pub. <https://iep.utm.edu/frankfur/>
- Corrêa, F. G. (2020). *Contribuições do Princípio da Territorialidade para a resolução de contenciosos arquivísticos* [Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38812>
- Correia, M. C. S., & Zandonade, T. (2018). O conceito de informação como conhecimento registrado. *Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação*, 11(1), 83–102. <https://doi.org/10.26512/rici.v11.n1.2018.8432>
- Corti, L. (2004). Archival Research. In M. S. Lewis-Beck, A. Bryman, & T. F. Liao (Eds.), *The SAGE Encyclopedia of Social Science Research Methods* (Vol. 1, pp. 20–21). Sage Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412950589.n20>
- Costa, J. P. da. (1955). *Ilha da Madeira: Relação das espécies incorporadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo por Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886*. <https://abm.madeira.gov.pt/idd/8767>
- Costa, J. P. da. (1994). Torre do Tombo. In *Dicionário da História de Lisboa* (pp. 925–929). Carlos Quintas & Associados.
- Costa, M. T. de M. (2019). *Dispersão em arquivos pessoais: um estudo exploratório* [Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro]. <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2017/costa-mariana-tavares-de-melo-dispersao-em-arquivos-pessoais-um-estudo-exploratorio>
- Cotos, E., Huffman, S., & Link, S. (2017). A move/step model for methods sections: Demonstrating Rigour and Credibility. *English for Specific Purposes*, 46, 90–106. <https://doi.org/10.1016/j.esp.2017.01.001>
- Council of Europe. (1997). *Reference dossier on archival claims* (H. Bastien (Ed.)). Council for Cultural Cooperation. <https://www.ica.org/en/reference-dossier-archival-claims>
- Couture, C., & Doucharme, D. (2005). Research in Archival Science: A Status Report. *Archivaria*, 59, 41–67. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12500>

- Couture, C., Doucharme, D., & Rousseau, J.-Y. (1988). L'archivistique at-elle trouvé son identité. *Argus*, 17(2), 51–60.
- Cox, D. (2010). Archives and records in armed conflict: international law and the current debate over iraqi records and archives. *Catholic University Law Review*, 59(4), 1001–1056.
- Cox, D. (2011). “Inalienable” archives: Korean royal archives as French property under international law. *International Journal of Cultural Property*, 18(04), 409–423. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1017/S0940739111000245>
- Cox, D. (2014). The Lost Archives of Noriega: Emancipating Panamanian Human Rights Documents in U.S. Military Custody. *Boston University International Law Journal*. <https://doi.org/10.4337/9781845428297.00102>
- Cox, D. (2017). Revisiting the Law and Politics of Compromise. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 196–214). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-13>
- Cox, R. (2004). *No innocent deposits : forming archives by rethinking appraisal*. Scarecrow Press.
- Cox, R. (2008). Revisiting the Archival Finding Aid. *Journal of Archival Organization*, 5(4), 5–32. <https://doi.org/10.1080/15332740802153245>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design : qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. SAGE Publications.
- Creswell, J. W. (2016). Revisiting Mixed Methods and Advancing Scientific Practices. In S. N. Hesse-Biber & R. B. Johnson (Eds.), *The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry* (pp. 57–71). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199933624.001.0001>
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2014). *Research design : qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4.º ed.). SAGE.
- Creswell, J. W., Plano Clark, V. L., & Clark, V. L. P. (2017). *Designing and conducting mixed methods research* (Third edit). SAGE.
- Crichton, E. G. (2013). Migrating archives. *Art Journal*, 72(2), 50–53. <https://doi.org/10.1080/00043249.2013.10791031>
- Cronin, B. (2008). The sociological turn in information science. *Journal of Information Science*, 34(4), 465–475. <https://doi.org/10.1177/0165551508088944>
- Crosland, D. (1962a). Georgia Tech and the NSF study grant for training personnel for scientific and technical libraries. *Special Libraries*, 53, 590–594.
- Crosland, D. (Ed.). (1962b). *Proceedings of the conferences on training science information specialists: October 12-13, 1961 [and] April 12-13, 1962, Georgia Institute of Technology, Atlanta, Georgia*. National Science Foundation.
- Crouch, M. (2010). Digitization as Repatriation? The National Museum of the American Indian's Fourth Museum Project. *Journal of Information Ethics*, 19(1), 45–56.
- Cruanyes, J. (2003). *Els papers de Salamanca : l'espoliació del patrimoni documental de Catalunya (1938-1939)*. Edicions 62.
- Cruickshank, J. (2002). Critical Realism and Critical Philosophy. *Journal of Critical Realism*, 1(1), 49–66. <https://doi.org/10.1558/jocr.v1i1.49>
- Cruz, A. (1975). Arquivos portugueses. In *Dicionário de História de Portugal* (Serrão, Jo, pp. 201–206). Iniciativas Editoriais.
- Cruz Domínguez, S. E. (2017). La permanente defense de la Archivística por su autonomía. In M. A. Rendon Rojas (Ed.), *La Archivística y la ciencia de la información documen-tal: autonomía e interdependencia* (pp. 39–58). Universidad Nacional Autonoma de Mexico.
- Cuccia, P. (2013). Controlling the Archives: The Requisition, Removal, and Return of the Vatican Archives during the Age of Napoleon. *Napoleonica. LaRevue*, 17(2), 66–74. <https://www.cairn.info/revue-napoleonica-la-revue-2013-2-page-66.htm>
- Cunha, E. S. M., & Araújo, C. E. L. (2018). *Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e*

- aplicabilidade. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3328>
- Cunha, M. B., & Cavalcanti, C. R. (2008). *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Briquet de Lemos Livros. http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113?fbclid=IwAR3MkiJx4MKAqX41ERR3paH3IdEFu5qkqDTW__UV3U6bUfYYGkOsaWhzxaE
- Cunningham, A. (2011). The postcustodial archive. In J. Hill (Ed.), *The future of archives and recordkeeping : a reader* (pp. 175–190). Facet.
- Curran, G. (2019). Incorporating archival cultural heritage materials into contemporary Warlpiri women’s yawulyu spaces. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 91–110). University of Hawai’i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24879>
- Curto, J. C. (1987). A Coleção de Manuscritos Angolanos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa: Para um Guia de Trabalho. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6–7, 275–306.
- Cushing, A. L. (2018). “We’ve no problem inheriting that knowledge on to other people”: Exploring the characteristics of motivation for attending a participatory archives event. *Library & Information Science Research*, 40(2), 135–143.
- D. Pedro II. (1857). Alvará de 1675-05-30. In *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa..., segunda série (conclusão) 1675-1683 e suplemento à segunda serie* (p. 324). Imprensa de F. X. de Souza. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/9/43/p350>
- Dahlberg, I. (1974). Zur Theorie des Begriffs. *International Classification*, 1(1), 9–12.
- Dahlberg, I. (1979). On the Theory of the Concept. In A. Neelameghan (Ed.), *Ordering systems for global information networks: Proc. 3rd FID-CR Intern. Study Conf., Bombay 1975* (pp. 54–63).
- Danermark, B., Ekstrom, M., Jakobsen, L., & Karlsson, J. C. (2005). *Explaining society: An introduction to critical realism in the social sciences*. Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780203996249>
- Daniels, P. J. (1986). Cognitive models in information retrieval—an evaluative review. *Journal of Documentation*, 42(4), 272–304. <https://doi.org/10.1108/eb026797>
- Danielson, E. S. (2013). Archives and the Ethics of Replevin. *Journal of Information Ethics*, 22(2), 110–136.
- Dannemann, M. L. S., Souza, M. de L. C. e, Wilma, Correa, S., Vieira, R. A., & Paes, M. L. (1972). Terminologia arquivística. *I Congresso de Arquivologia*, 435–495.
- Dantas, J. (1914). Serviço de incorporações pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. *Anais Das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 1(1), 1–48. http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507_1-serie/index_1914-15-HTML/M_index.html
- Dantas, J. (1916). O segundo ciclo de incorporações. *Anais Das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 2(8), 119–170. https://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507_1-serie/index_1916-HTML/M_index.html
- Dantas, J. (1917). Serviços da inspeção: novas bibliotecas, novos arquivos. *Anais Das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 3, 1–19.
- Dantas, J. (1919). Quadro sinóptico das bibliotecas, arquivos e cartórios existentes no país (com excepção das cidades de Lisboa e Porto). In *Diário do Governo n.º 158/1919, Série II de 1919-07-10* (pp. 2409–2416).
- Dantas, J. (1932). Criação e organização dos arquivos distritais. *Anais Das Bibliotecas e Arquivos*, 10, 5–13. https://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-10-HTML/M_index.html
- Darwin, C. (1859). *The origin of species by means of natural selection, or, The preservation of favoured races in the struggle for life*. John Murray Albemarle Street.
- Darwin, C. (1871). *The descent of man, and selection in relation to sex*. John Murray.
- Das, R., Jain, K. K., & Mishra, S. K. (2018). Archival research: a neglected method in organization studies. In *Benchmarking* (Vol. 25, Issue 1, pp. 138–155). Emerald Group Publishing Ltd. <https://doi.org/10.1108/BIJ-08-2016-0123>

- Dastjerdi, Z. S., Tan, H., & Abdullah, A. N. (2017). Rhetorical structure of integrated results and discussion chapter in master's dissertations across disciplines. *Discourse and Interaction*, 10(2), 61–83. <https://doi.org/10.5817/DI2017-2-61>
- Dávila, M. B. (2017). *Governar o Atlântico: A Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)*. <https://run.unl.pt/handle/10362/21878>
- Dávila, M. B. (2019). *A Mulher dos Descobrimentos: D. Beatriz - Infanta de Portugal*. A Esfera dos Livros.
- Davis, G. B. (2000). Information Systems Conceptual Foundations: Looking Backward and Forward. In R. Baskerville, J. Stage, & J. I. DeGross (Eds.), *Organizational and Social Perspectives on Information Technology. IFIP — The International Federation for Information Processing, vol 41* (pp. 61–82). Springer. https://doi.org/10.1007/978-0-387-35505-4_5
- Dawkins, R. (1976). *The selfish gene*. Oxford University Press.
- De Mey, Marc. (1982). The Cognitive Paradigm. In *The Cognitive Paradigm*. Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-009-7956-7_1
- Debons, A., Horne, E., & Cronenweth, S. (1988). *Information science : an integrated view*. G.K. Hall.
- DeForge, B. (2012). Research Design Principles. In Neil J Salkind (Ed.), *Encyclopedia of Research Design* (Vol. 2, pp. 1252–1259). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412961288.n381>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux*. Éditions de Minuit.
- Delmas, B. (1996). Manifesto for a contemporary diplomatics: From institutional documents to organic information. *American Archivist*, 59(4), 438–452. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.4.kxt762862g115304>
- Delva, M. (2018). Decolonizing the Prisons of Cultural Identity: Denominational Archives and Indigenous “Manifestations of Culture.” *Toronto Journal of Theology*, 34(1), 3–20. <https://doi.org/10.3138/tjt.2017-0016>
- Denzin, N. (2009). *The Research Act : a Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Taylor & Francis.
- Derrida, J. (1967). *De la Grammatologie*. Éditions de Minuit.
- Derrida, J. (1995a). Archive Fever: A Freudian Impression. *Diacritics*, 25(2), 9–63. <http://www.jstor.org/stable/465144>
- Derrida, J. (1995b). *Mal d'archive : une impression freudienne*. Galilée.
- Dervin, B., & Nilan, M. (1986). Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, 21, 3–33.
- Dewey, J. (1949). *Knowing and the Known*. Praeger.
- Díaz Nafria, J. M. (2010). What is Information? A multidimensional concern. *TripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, 8(1), 77–108. <https://doi.org/10.31269/triplec.v8i1.76>
- Dick, A. L. (2002). Social epistemology, information science and ideology. *Social Epistemology*, 16(1), 23–35. <https://doi.org/10.1080/02691720210132770>
- Dictionary Working Group of the Society of American Archivists. (2018a). *alienated record*. Word of the Week: Dictionary of Archives Terminology. <https://us3.campaign-archive.com/?u=56c4cfbec1ee5b2a284e7e9d6&id=a655c2a745>
- Dictionary Working Group of the Society of American Archivists. (2018b). *displaced archives*. Word of the Week: Dictionary of Archives Terminology. <https://us3.campaign-archive.com/?u=56c4cfbec1ee5b2a284e7e9d6&id=1993e03415>
- Dictionary Working Group of the Society of American Archivists. (2018c). *repatriation*. Word of the Week: Dictionary of Archives Terminology. https://mailchi.mp/archivists/word-of-the-week-repatriation-2018-04-17?fbclid=IwAR3lxfQHjJzq_0RgTgVtbFNfDRbpeOrf_noEal9C9ApyN6BqLeRF4OexmCA
- Dillon, J. T. (1984). The Classification of Research Questions. *Review of Educational Research*, 54(3), 327–361. <https://doi.org/10.3102/00346543054003327>

- Dinis, A. J. Das. (1961). *Monumenta Henricina (1421-1431)* (Vol. 3). Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique. <https://archive.org/details/MonumentaHenricinaVolumeIII>
- Dinis, A. J. Das. (1968). Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Anais*, 17(2), 118–158.
- Dinis, A. J. Das. (1971). *Monumenta Henricina (1454-1456)* (Vol. 12). Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique. <http://archive.org/details/MonumentaHenricinaVolumeXII>
- Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas. (2012). Despacho n.º 9339/2012, de 11 de julho. In *Diário da República*, 2.ª série — N.º 133 — 11 de julho de 2012 (pp. 24380–24381). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/file/3254410>
- Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas. (2017). *Rede Portuguesa de Arquivos: Portal Português de Arquivos*. <https://portal.arquivos.pt>
- Direção-Geral dos Arquivos. (2007). *Orientações para a Descrição Arquivística* (D.-G. dos Arquivos (Ed.); 2.ª versão). Direção-Geral dos Arquivos. http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf
- Direção-Geral dos Arquivos. (2011). *Orientações para a Descrição Arquivística* (3.ª versão). Direção-Geral dos Arquivos. <https://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ODA-3ª-versão.pdf>
- Direção-Geral dos Arquivos. (2013). Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, no Convento de São Sebastião da Calheta. Fl. 1674-1811. In *Arquivo.pt*. <https://arquivo.pt/wayback/20141017005022/http://autoridades.arquivos.pt/producingEntityDetails.do?id=9160>
- Direção-Geral dos Arquivos. (2015, February). *Cabido da Sé do Funchal. 1514-*. Arquivo.Pt. <https://arquivo.pt/wayback/20151125170205/http://autoridades.arquivos.pt/producingEntityDetails.do?id=8958>
- Direção-Geral dos Arquivos. (2016, February). *Âlfandega do Funchal*. Arquivo.Pt. <https://arquivo.pt/wayback/20160215105432/http://autoridades.arquivos.pt/externalResourceDetails.do?id=26258>
- Direção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas. (2020, February). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*. Portal Português de Arquivos. <https://portal.arquivos.pt/record?id=oai%3APT%2FTT%3A1375671&s=%27qoovb%27>
- Direção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas, & Filmes Ukbar. (2016, March). *Torre do Tombo: a Casa de milhões de documentos*. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=WYFqnbJ2Y9o&t=2s>
- Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (n.d.). *Instrumentos Descritivos*. <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2021/01/ABM-Instrumentos-Descritivos-AZfundos.pdf>
- Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (2017). *Portal Português de Arquivos*. Portal Português de Arquivos. <https://portal.arquivos.pt/>
- Direção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino. (1886a). [Ofício L.º 38, n.º 669, 1886-07-09] (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 235 (=PT/TT/AA/01/0031/000235), L.º 16, ° 137, de 1886-07–26, assinado por Antonio Maria de Amorim).
- Direção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino. (1886b). [Ofício Lv.º 16, n.º 137, 1886-07-26] (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 32, n.º 26 (=PT/TT/AA/01/0032/000026), L.º 16, ° 137, de 1886-07–26).
- Direção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino (1.ª Repartição). (1886). [Ofício ao ANTT, L.º 16 n.º 137] (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 235).
- Direção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino (1.ª Repartição). (1887). [Ofício n.º 137, 1887-05-10] (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 32, n.º 26).
- Direção Geral do Comércio e Indústria. (1912). Decreto de 24 de fevereiro de 1912. In *Diário do Governo n.º 45/1912, Série I de 1912-02-24*. <https://dre.pt/application/conteudo/442734>

- Direcção Geral do Ensino Superior. (1919). Decreto n.º 5787-TTT. In *Diário do Governo n.º 98/1919, 23º Suplemento, Série I de 1919-05-10*. <https://dre.pt/application/conteudo/274584>
- Dobson, P. J. (2002). Critical realism and information systems research: why bother with philosophy? *Information Research*, 7(2). <http://informationr.net/ir/7-2/paper124.html>
- Dominy, G. (2013). Overcoming the apartheid legacy: the special case of the Freedom Charter. *Archival Science*, 13(2–3, SI), 195–205. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9182-5>
- Donmoyer, R. (2008). Paradigm. In *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*, vol. 2 (pp. 591–595). SAGE Publications Inc.
- Dow, J. T. (1977). A metatheory for the development of a science of information. *Journal of the American Society for Information Science*, 28(6), 323–332. <https://doi.org/10.1002/asi.4630280604>
- Dritsas, L., & Haig, J. (2014). An archive of identity: the Central African Archives and Southern Rhodesian history. *Archival Science*, 14(1), 35–54. <https://doi.org/10.1007/s10502-013-9204-y>
- Dryden, J. (2005). A tower of babel: Standardizing archival terminology. *Archival Science*, 5(1), 1–16. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-9001-3>
- Duchain, M. (1977). Le «respect des fonds» en archivistique : principes théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette Des Archives*, 97(1), 71–96. <https://doi.org/10.3406/gazar.1977.2554>
- Duchain, M. (1992). The history of European archives and the development of the archival profession in Europe. *The American Archivist*, 55(1), 14–25. <https://doi.org/10.17723/aarc.55.1.k17n44g856577888>
- Duff, W. (2010). Archival mediation. In T. Eastwood & H. MacNeil (Eds.), *Currents of archival thinking*. Libraries Unlimited. <https://librarycatalogue.hobsonsabay.vic.gov.au/Record/406404/TOC>
- Duff, W., & Cumming, K. (2016). Respect my authority : Literary Warrant Assessment as an Archival Research Method. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 456–478). Monash University Publishing. <https://doi.org/10.17723/0360-9081-81.1.249>
- Duff, W., Flinn, A., Suurtamm, K. E., & Wallace, D. A. (2013). Social justice impact of archives: A preliminary investigation. *Archival Science*, 13(4), 317–348. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9198-x>
- Duff, W., & Haskell, J. (2015). New Uses for Old Records: A Rhizomatic Approach to Archival Access. *The American Archivist*, 78(1), 38–58. <https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.1.38>
- Duff, W., & Yakel, E. (2017). Archival Interaction. In T. Eastwood & H. MacNeil (Eds.), *Currents of archival thinking* (pp. 193–224). Libraries Unlimited. https://vufind.carli.illinois.edu/vf-uuu/Record/uiu_6146698/TOC
- Dulley, I. (2017). Fontes e contextos do Arquivo Nacional de Angola: Entrevista com Alexandra Aparício. *Revista Do Arquivo Geral Da Cidade Do Rio de Janeiro*, 12, 229–245. <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/fontes-e-contextos-do-arquivo-nacional-de-angola-entrevista-com-alexandra-aporicio/>
- Dumez, H. (2015). What Is a Case, and What Is a Case Study? *BMS: Bulletin of Sociological Methodology / Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 127, 43–57. <https://www.jstor.org/stable/43761847>
- Dunbar, A. W. (2006). Introducing critical race theory to archival discourse: getting the conversation started. *Archival Science*, 6(1), 109–129. <https://doi.org/10.1007/s10502-006-9022-6>
- Duranti, L. (1993). The archival body of knowledge: archival theory, method, and practice, and graduate and continuing education. *Journal of Education for Library and Information Science*. <https://www.jstor.org/stable/40323707>
- Duranti, L. (1994). The concept of appraisal and archival theory. *American Archivist*, 57(2), 328–344. <https://doi.org/10.17723/aarc.57.2.pu548273j5j1p816>
- Duranti, L. (1996). Archival Science. In *Encyclopaedia of Library and Information Science*, vol 59 (pp. 1–19). Marcel Dekker.
- Duranti, L. (2015a). Naturalness (record). In L. Duranti & P. Franks (Eds.), *Encyclopedia of archival science* (pp. 249–250). Rowman & Littlefield.

- Duranti, L. (2015b). Uniqueness. In L. Duranti & P. Franks (Eds.), *Encyclopedia of archival science* (pp. 403–404). Rowman & Littlefield.
- Duranti, L., Anderson, K., & Rogers, C. (2014). ICA Multilingual Archival Terminology. *Flash*, 27, 16–17. <https://www.ica.org/sites/default/files/Flash-27-en.pdf>
- Duranti, L., & Franks, P. (2019). *Encyclopedia of Archival Writers, 1515-2015*. Rowman & Littlefield.
- Duranti, L., & Michetti, G. (2016). The archival method. In A. Gilliland, S. McKemmish, & A. Lau (Eds.), *Research in the archival multiverse* (pp. 75–97). Monash University Publishing.
- Easton, G. (2010). Critical realism in case study research. *Industrial Marketing Management*, 39(1), 118–128. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2008.06.004>
- Eastwood, J. G., Kemp, L. A., Jalaludin, B. B., & Kemp, L. A. (2014). Realist explanatory theory building method for social epidemiology: a protocol for a mixed method multilevel study of neighbourhood context and postnatal depression. In *SpringerPlus* (Vol. 3, Issue 1). SpringerOpen. <https://doi.org/10.1186/2193-1801-3-12>
- Echevarria, R. G. (1998). *Myth and Archive: A Theory of Latin American Narrative*. Duke University Press.
- Eckstein, H. (1975). Case Studies and Theory in Political Science. In F. I. Greenstein & N. W. Polsby (Eds.), *Handbook of Political Science, vol. 7. Political Science: Scope and Theory* (pp. 94–137). Addison-Wesley.
- Edelstein, J. (2017). Reconnecting with a fugitive collection: a case study of the records of JDC’s Warsaw Office, 1945–1949. *Jewish Culture & History*, 18(1), 109–117.
- Edwards, P. K., O’Mahoney, J., & Vincent, S. (2014). History and Documents in Critical Realism. In P. K. Edwards, J. O’Mahoney, & S. Vincent (Eds.), *Studying Organizations Using Critical Realism* (pp. 223–240). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199665525.003.0012>
- Egan, M., & Shera, J. H. (1952). Foundations of a theory of bibliography. *Library Quarterly*, 44, 125–137.
- El Shakry, O. (2015). “History without Documents”: The Vexed Archives of Decolonization in the Middle East. *American Historical Review*, 120(3), 920–934. <https://doi.org/10.1093/ahr/120.3.920>
- Elder-Vass, D. (2010). The causal power of social structures: Emergence, structure and agency. In *The Causal Power of Social Structures: Emergence, Structure and Agency*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511761720>
- Elger, T. (2010). Critical Realism. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research* (pp. 253–256). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397>
- Elkins, C. (2015). Looking beyond Mau Mau: Archiving Violence in the Era of Decolonization. *American Historical Review*, 120(3), 852–868. <https://doi.org/10.1093/ahr/120.3.852>
- Ellis, D. (1989). A Behavioural Approach to Information Retrieval System Design. *Journal of Documentation*, 45(3), 171–212.
- Ellis, D. (1992). The physical and cognitive paradigms in information retrieval research. *Journal of Documentation*, 48(1), 45–64. <https://doi.org/10.1108/eb026889>
- Ellis, E. M., Green, J., & Kral, I. (2019). i-Tjuma: The journey of a collection – from documentation to delivery. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 303–323). University of Hawai’i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24889>
- Ellson, J., Gansner, E., Hu, Y., & North, S. (2021). *Graphviz: graph visualization software*. Graphviz. <https://graphviz.org/>
- Emberly, A. (2015). Repatriating childhood: issues in the ethical return of Venda children’s musical materials from the archival collection of John Blacking. In A. Harris, N. Thieberger, & L. Barwick (Eds.), *Research, Records and Responsibility: Ten years of PARADISEC* (pp. 163–186). Sydney University Press.
- Eriksen, M. B., & Frandsen, T. F. (2018). The impact of patient, intervention, comparison, outcome (Pico) as a search strategy tool on literature search quality: A systematic review. *Journal of the Medical Library Association*, 106(4), 420–431. <https://doi.org/10.5195/jmla.2018.345>

- Ernst, W. (2016). Radically De-Historicising the Archive. Decolonising Archival Memory from the Supremacy of Historical Discourse. In *Decolonising Archives* (pp. 9–16). L’Internationale Books. https://www.internationaleonline.org/research/decolonising_practices/50_radically_de_historicising_the_archive_decolonising_archival_memory_from_the_supremacy_of_historical_discourse
- Esperança, M. (Fr. . (1666). *História Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal. Segunda Parte Que Conta os Seus Progressos no Estado de Três Custodias, Principio da Provincia e Reforma Observante*. Oficina de António Craesbeeck de Mello.
- Estevens, M. S. (1949). *Sinopse cronológica da legislação portuguesa sobre bibliotecas e arquivos (1796-1948): ensaio*. Universidade de Coimbra.
- Eugênio, M., França, R. O., & Perez, R. C. (2008). Ciência da informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 1(1), 27–39. <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/240>
- Ewing, R. G. (2011). *Finding middle ground: case studies in negotiated repatriation*. <http://summit.sfu.ca/item/11568>
- Ezell, J., & Rosenbloom, L. (2020). Improv(is)ing research: Instructional design for serendipity in archival exploration. *Journal of Academic Librarianship*, 47(1), 102257. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2020.102257>
- Farinha, M. do C. J. (2000a). *Alfândega do Funchal: inventário [Impresso]*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Farinha, M. do C. J. (2000b). *Antigo Regime - Domínios: Ilha da Madeira: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, Alfândega do Funchal, Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e do Porto Santo: inventário [Impresso] L610*. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Farinha, M. do C. J. (2000c). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: inventário*.
- Farradane, J. (1980). Knowledge, information, and information science. *Journal of Information Science*, 2(2), 75–80. <https://doi.org/10.1177/016555158000200203>
- Farradane, J. (1955). Professional education of the information scientists. *Actes Du Congrès International Des Bibliothèques et Des Centres de Documentation, Vol. 2B*, 76–81.
- Fawcett, B. (2008). Poststructuralism. In *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 666–670). SAGE Publications.
- Fay, B. (1990). Critical Realism? *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20(1), 33–41. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.1990.tb00173.x>
- Feldman, S., & Shaw, L. (2019). The Epistemological and Ethical Challenges of Archiving and Sharing Qualitative Data. *American Behavioral Scientist*, 63(6), 699–721. <https://doi.org/10.1177/0002764218796084>
- Fernandes, W. R., & Cendon, B. V. (2009). Ciência da informação e interdisciplinaridade: análise das áreas de conhecimento correlatas. In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Eds.), *A ciência da informação criadora do conhecimento Vol. I* (pp. 113–127). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0319-3_10
- Fernandez, F. S., & Moreno, A. G. (1997). History of Information Science in Spain: A selected bibliography. *Journal of the American Society for Information Science*, 48(4), 369–372. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199704\)48:4<369::AID-ASII0>3.0.CO;2-W](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199704)48:4<369::AID-ASII0>3.0.CO;2-W)
- Fernández Molina, J. C., & Moya Anegón, F. (2002). Perspectivas epistemológicas “humanas” en la documentación. *Revista Española de Documentación Científica*, 25(3), 241–253. <https://doi.org/10.3989/redc.2002.v25.i3.98>
- Ferraz, M. de L. F. (1994). *Dinamismo sócio-económico do Funchal na segunda metade do século XVIII*. ICT.
- Ferreira, M. J. P. (1963). *A Sé do Funchal*. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- Filho, C. M. A. C. (2016). O pós custodialismo na prática: algumas considerações sobre a política de custódia distribuída do Arquivo Nacional Australiano. *RACIn - Revista Analisando Em Ciência Da Informação*, 4(2016), 320–331.

http://racin.arquivologiauepb.com.br/publicacaoanterior_v4nesp.htm

- Finfgeld-Connett, D. (2010). Generalizability and transferability of meta-synthesis research findings. *Journal of Advanced Nursing*, 66(2), 246–254. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2009.05250.x>
- Finfgeld-Connett, D. (2013). Use of content analysis to conduct knowledge-building and theory-generating qualitative systematic reviews. *Qualitative Research*, 14(3), 341–352. <https://doi.org/10.1177/1468794113481790>
- Finfgeld-Connett, D. (2014). Metasynthesis Findings. *Qualitative Health Research*, 24(11), 1581–1591. <https://doi.org/10.1177/1049732314548878>
- Finfgeld-Connett, D. (2018). *A Guide to Qualitative Meta-Synthesis*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351212793>
- Finfgeld-Connett, D., & Johnson, E. D. (2013). Literature search strategies for conducting knowledge-building and theory-generating qualitative systematic reviews. *Journal of Advanced Nursing*, 69(1), 194–204. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2012.06037.x>
- Finfgeld, D. L. (2003). Metasynthesis: The state of the art - So far. *Qualitative Health Research*, 13(7), 893–904. <https://doi.org/10.1177/1049732303253462>
- Fink, A. (2014). *Conducting research literature reviews : from the internet to paper* (4th ed.). SAGE.
- Fishman, J. P. (2010). Locating the International Interest in Intranational Cultural Property Disputes. *Yale Journal of International Law*, 35(2), 347–404. <https://digitalcommons.law.yale.edu/yjil/vol35/iss2/3/>
- Fleetwood, S. (2009). The Ontology of Things, Properties and Powers. *Journal of Critical Realism*, 8(3), 343–366. <https://doi.org/10.1558/jocr.v8i3.343>
- Fleetwood, S. (2011). Powers and Tendencies Revisited. *Journal of Critical Realism*, 10(1), 80–99. <https://doi.org/10.1558/jcr.v10i1.80>
- Flemming, K., Booth, A., Hannes, K., Cargo, M., & Noyes, J. (2018). Cochrane Qualitative and Implementation Methods Group guidance series—paper 6: reporting guidelines for qualitative, implementation, and process evaluation evidence syntheses. *Journal of Clinical Epidemiology*, 97, 79–85. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2017.10.022>
- Fletcher, A. J. (2017). Applying critical realism in qualitative research: methodology meets method. *International Journal of Social Research Methodology*, 20(2), 181–194. <https://doi.org/10.1080/13645579.2016.1144401>
- Flinn, A., & Stevens, M. (2009). ‘It is noh mistri, wi mekin histori’. Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream”. In *Community Archives: The Shaping of Memory* (pp. 3–27). Facet. <https://doi.org/10.29085/9781856049047.003>
- Floridi, L. (2002). On defining library and information science as applied philosophy of information. *Social Epistemology*, 16(1), 37–49. <https://doi.org/10.1080/02691720210132789>
- Floridi, L. (2003). Information. In L. Floridi (Ed.), *The Blackwell guide to the philosophy of computing and information* (pp. 40–61). Blackwell.
- Floridi, L. (2004). LIS as Applied Philosophy of Information: A Reappraisal. *Library Trends*, 52(3), 658–665.
- Floridi, L. (2010). *Information. A very short introduction*. Oxford University Press.
- Floridi, L. (2011). *Semantic conceptions of information*. Stanford Encyclopedia of Philosophy. <http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/%0Aentries/information-semantic>
- Flyvbjerg, B. (2001). *Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge University Press.
- Flyvbjerg, B. (2006). Making Organization Research Matter: Power, Values, and Phronesis. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, & W. R. Nord (Eds.), *The Sage Handbook of Organization Studies* (2nd editio, pp. 370–387). Sage.
- Fonseca, M. O. K. (2004). *Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares* [Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnológica].

- <https://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/696/1/FONSECAODILA2004.pdf>
- Fonseca, M. O. K. (2008). *Arquivologia e ciência da informação* (2.^a reimp.). FGV Editora.
- Fontoura, O. R. (2000). *As Clarissas na Madeira : uma presença de 500 anos* (1a ed.). Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- Forrest, C. (2012). International law and the protection of cultural heritage. In *International Law and the Protection of Cultural Heritage*. Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780203865194>
- Foster, P., & Renfrew, C. (Eds.). (2006). *Phylogenetic methods and the prehistory of languages*. McDonald Institute for Archaeological Research.
- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir* ([Réimpr.]). Gallimard.
- Foucault, M. (1978). Politics and the Study of Discourse. *Ideology and Consciousness*, 3, 7–26.
- Foucault, M. (1997). “*Society Must Be Defended*”: *Lectures at teh Collège de France, 1975-76*. Picador.
- Fourie, I. (2021). *Autoethnography for Librarians and Information Scientists*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003014775>
- Fox, N. J. (2008). Postpositivism. In *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 659–664). SAGE Publications.
- Fraiz, P. (1998). A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 59–87. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060>
- Francelin, M. M. (2018). Epistemologia da Ciência da Informação: evolução da pesquisa e suas bases referenciais. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 23(3), 89–103. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3135>
- Franco, J. E., & Costa, J. P. O. e (Eds.). (2015). *Diocese do Funchal : a primeira diocese global* (2 vols.). Diocese do Funchal.
- Fredriksson, B. (2003). Postmodernistic archival science — Rethinking the methodology of a science. *Archival Science*, 3(2), 177–197. <https://doi.org/10.1007/bf02435657>
- Freitas, L. de. (2004). A Alfândega de Santa Cruz. *Origens*, 10, 11–25.
- Freitas, M. C. V. de. (2012). Grounded Theory como método de investigação em Arquivologia: subsídios teóricos e práticos. In M. L. P. Valentim (Ed.), *Estudos avançados em Arquivologia* (pp. 107–134). Oficina Universitária, Cultura Acadêmica. https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf
- Freitas, M. C. V. de. (2018). Arquivística custodial ou pós-custodial? Eis a questão! In M. J. V. Jorente & D. Llanes Padrón (Eds.), *Una mirada a la ciencia de la información desde los nuevos contextos paradigmáticos de la Posmodernidad* (pp. 13–42). Laboratório Editorial UNESP. <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/una-mirada-a-la-ciencia-de-la-informacion---completa.pdf>
- Freund, L., & Toms, E. G. E. G. (2016). Interacting with archival finding aids. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 67(4), 994–1008. <https://doi.org/10.1002/asi.23436>
- Frick, C. (2015). Repatriating American film heritage or heritage hoarding? Digital opportunities for traditional film archive policy. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 21(1), 116–131. <https://doi.org/10.1177/1354856514560999>
- Frings-Hessami, V. (2019a). Khmer Rouge archives: appropriation, reconstruction, neo-colonial exploitation and their implications for the reuse of the records. *Archival Science*. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09301-3>
- Frings-Hessami, V. (2019b). The flexibility of the records continuum model: a response to Michael Karabinos’ “in the shadow of the continuum.” *Archival Science*, 1–14. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09316-w>
- Froehlich, T. J. (1989). Foundations of information science in social epistemology. *Proceedings of the Hawaii International Conference on System Science*, 4, 306–314. <https://doi.org/10.1109/hicss.1989.48136>

- Frutuoso, G. (2011). *Saudades da terra*. I. C. Fundação para a Ciência e Tecnologia. (2021). *Arquivo.pt*. <https://arquivo.pt/>
- Furner, J. (2002). Shera's social epistemology recast as psychological bibliology. *Social Epistemology*, 16(1), 5–22. <https://doi.org/10.1080/02691720210132761>
- Furner, J. (2015). Information Science Is Neither. *Library Trends*, 63(3), 362–377. <http://10.0.5.73/lib.2015.0009>
- Future of Literary Archives: Diasporic and Dispersed Collections at Risk. (2018). In A. Livingstone & D. C. Sutton (Eds.), *Collection Development Cultural Heritage and Digital Humanities*. Arc Humanities Press.
- Gadamer, H.-G. (2006). *Truth and method* (2nd, rev. ed.). Continuum.
- Garaba, F. (2011). Provenance, identification, restitution and management of the liberation struggle heritage in the ESARBICA region. *Journal of the South African Society of Archivists*, 44, 26–42. <https://doi.org/10.13140/2.1.4272.7041>
- Garcia, J. C. R. (2002). Conferências do Georgia Institute of Technology e a ciência da informação: “de volta para o futuro.” *Informação & Sociedade: Estudos*, 12(1), 43–66.
- García Rivero, D. (2013). *Arqueología y evolución : a la búsqueda de filogenias culturales*. Secretariado de Publicaciones Universidad de Sevilla.
- Garfield, E. (1955). Citation Indexes for Science: A New Dimension in Documentation through Association of Ideas. *Science*, 122(3159), 108–111. <http://garfield.library.upenn.edu/papers/science1955.pdf>
- Geertz, C. (1973). Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture. In *The Interpretation of Cultures: Selected Essays* (pp. 3–32). Basic Books.
- Genovese, T. R. (2016). Decolonizing Archival Methodology: Combating hegemony and moving towards a collaborative archival environment. *AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples*, 12(1), 32–42. <https://doi.org/10.20507/AlterNative.2016.12.1.3>
- George, A., & Bennett, A. (2007). *Case studies and theory development in the social sciences* ([Nachdr.]). MIT Press.
- George, A., & McKeown, T. (1985). Case Studies and Theories of Organizational Decision Making. In R. F. Coulam & R. A. Smith (Eds.), *Advances in Information Processing in Organizations* (Vol. 44, Issue 4, pp. 21–58). JAI Press.
- Gerlin, M. N. M., & Simeão, E. L. M. S. (2017). Transgressões no campo da Ciência da Informação: abordagens de uma prática científica em permanente constituição. *Em Questão*, 23(2), 34. <https://doi.org/10.19132/1808-5245232.34-58>
- Gerring, J. (2006). *Case study research: principles and practices*. Cambridge University Press.
- Gerring, J. (2007). Is there a (viable) crucial-case method? *Comparative Political Studies*, 40(3), 231–253. <https://doi.org/10.1177/0010414006290784>
- Ghaddar, J. J. (2016). The Spectre in the Archive: Truth, Reconciliation, and Indigenous Archival Memory. *Archivaria*, 82, 3–26. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13579>
- Ghaddar, J. J., & Caswell, M. (2019). “To go beyond”: towards a decolonial archival praxis. *Archival Science*, 19(2), 71–85. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09311-1>
- Gibson, J. (2019). Returning recordings of songs that persist: The Anmatyerr traditions of akiw and anmanty. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 65–89). University of Hawai'i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24878>
- Gibson, J., Angeles, S., & Liddle, J. (2019). Deciphering Arrernte archives: The intermingling of textual and living knowledge. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 29–45). University of Hawai'i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24876>
- Gilliland-Swetland, A. J. (2000). *Enduring Paradigm, New Opportunities: The Value of the Archival Perspective in the Digital Environment*. Council on Library and Information Resources.

- Gilliland, A. J. (2011). Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. *Archival Science*, 11(3–4), 193–209. <https://doi.org/10.1007/s10502-011-9147-0>
- Gilliland, A. J. (2017). Networking Records in Their Diaspora: A Reconceptualization of “Displaced Records” in a Postnational World. In J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 180–195). Routledge.
- Gilliland, A. J. (2018). To what lengths the ‘Physical and Moral Defence of the Record’ in times of conflict and exigency? *Archives & Records*, 39(2), 117–138. <https://doi.org/10.1080/23257962.2017.1348940>
- Gilliland, A. J., & Caswell, M. (2016). Records and their imaginaries: imagining the impossible, making possible the imagined. *Archival Science*, 16(1), 53–75. <https://doi.org/10.1007/s10502-015-9259-z>
- Gilliland, A. J., & McKemmish, S. (2004). Building an infrastructure for archival research. *Archival Science*, 4(3–4), 149–197. <https://doi.org/10.1007/s10502-006-6742-6>
- Gilliland, A. J., & McKemmish, S. (2018). Archival and recordkeeping research: Past, present and future. In K. Williamson & G. Johanson (Eds.), *Research Methods: Information, Systems, and Contexts: Second Edition* (2nd ed., pp. 85–125). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-102220-7.00004-2>
- Giltrow, J. (2002). Meta-genre . In R. Coe, L. Lingard, & T. Teslenko (Eds.), *The Rhetoric and Ideology of Genre: Strategies for Stability and Change* (pp. 187–205). Hampton Press.
- Ginev, D. (2016). *Hermeneutic Realism: Reality Within Scientific Inquiry*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-39289-9>
- Giomelakis, D., & Veglis, A. A. (2018). Search Engine Optimization. In *Encyclopedia of Information Science and Technology, Fourth Edition* (pp. 8046–8055). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-2255-3.ch700>
- Giraudy, A., Moncada, E., & Snyder, R. (2019). Subnational Research in Comparative Politics: Substantive, Theoretical, and Methodological Contributions. In A. Giraudy, E. Moncada, & R. Snyder (Eds.), *Inside Countries: Subnational Research in Comparative Politics* (pp. 2–54). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108678384.001>
- Giurgevich, L., & Leitão, H. (2016). *Clavis Bibliothecarum: Catálogos e Inventários de Livrarias de Instituições Religiosas em Portugal até 1834*. Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- Giustini, D. (2019). Retrieving Grey Literature, Information, and Data in the Digital Age. In H. Cooper, L. V Hedges, & J. C. Valentine (Eds.), *The Handbook of Research Synthesis and Meta-Analysis* (pp. 102–126). Russell Sage Foundation. <https://muse.jhu.edu/chapter/2300921>
- Glenn, B. (1962). Private records seized by the United-States in wartime - their legal status. *The American Archivist*, 25(4), 399–405.
- Gnoli, C. (2018). Mentefacts as a missing level in theory of information science. *Journal of Documentation*, 74(6), 1226–1242. <https://doi.org/10.1108/JD-04-2018-0054>
- Gnoli, C. (2020). *Genealogical classification*. IEKO Encyclopedia of Knowledge Organization. <https://www.isko.org/cyclo/genealogical>
- Gobo, G. (2008). Re-Conceptualizing Generalization: Old Issues in a New Frame. In P. Alasutari, L. Bickman, & J. Brannen (Eds.), *The SAGE handbook of social research methods* (pp. 193–213). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781446212165>
- Godfrey, B. (2014). Historical and Archival Research Methods. In D. Gadd, S. Karstedt, & S. Messner (Eds.), *The SAGE Handbook of Criminological Research Methods* (pp. 159–174). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446268285.n11>
- Goffman, W. (1970). Information science: Discipline or disappearance. In *Aslib Proceedings* (Vol. 22, Issue 12, pp. 589–596). MCB UP Ltd. <https://doi.org/10.1108/eb050268>
- Goh, E. (2014). Clear skies or cloudy forecast? Legal challenges in the management and acquisition of audiovisual materials in the cloud. *Records Management Journal*, 24(1), 56–73. <https://doi.org/10.1108/RMJ-01-2014-0001>
- Gomes, H. F. (2010). Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no

- Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). *Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação e Biblioteconomia*, 3(1), 85–99. <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/11997>
- Gomes, M. E. S. (1995). *O Convento da Encarnação do Funchal: subsídios para a sua história, 1660-1777*. Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Turismo e Cultura.
- Gómez Díaz, R. (2010). Evaluación de herramientas terminológicas especializadas: El caso de los glosarios, diccionarios, índices analíticos y tesauros de archivística. In J. García Palacios (Ed.), *La terminología de la archivística* (pp. 41–69). Trea.
- Gonçalves, E., & Vieira, A. (1992). *Portugal e a Ilha: colectânea dos estudos históricos e literários*. CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Gorichanaz, T. (2017). Auto-hermeneutics: A phenomenological approach to information experience. *Library and Information Science Research*, 39(1), 1–7. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2017.01.001>
- Gough, D., Oliver, S., & Thomas, J. (2012). Introducing systematic reviews. In D. Gough, S. Oliver, & J. Thomas (Eds.), *An introduction to Systematic Reviews* (pp. 1–16). SAGE.
- Governo Regional da Madeira. (1998). *NESOS: Base de Dados de História das Ilhas Atlânticas*. Centro de Estudos de História Do Atlântico. <http://nesos.madeira-edu.pt/>
- Governo Regional da Madeira. (2005, February). *Nesos- Base de Dados das Ilhas Atlânticas*. Arquivo.Pt. <https://arquivo.pt/wayback/20050406225947/http://www.nesos.net/>
- Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 50/2016, de 19 de fevereiro, Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, Suplemento, n.º 30, 2016-02-19 2 (2016). <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano de 2016/ISerie-030-2016-02-19sup.pdf>
- Governo Regional da Madeira. (2021a). *Arquivo Distrital do Funchal (PT/ABM/ADFUN)*. Archeevo. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1387943>
- Governo Regional da Madeira. (2021b). *Arquivo Distrital do Funchal (PT/ABM/ADFUN)*. Archeevo. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1387943>
- Gränström, C. (2006). Introduction. In *ICA Study 19: Committee on Archival Legal Matters, ICA/CLM 1996-2004* (pp. 7–10). International Council on Archives = Conseil International des Archives.
- Grant, M. J., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information & Libraries Journal*, 26(2), 91–108. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>
- Greene, M. A., & Meissner, D. (2005). More product, less process: Revamping traditional archival processing. *American Archivist*, 68(2), 208–263. <https://doi.org/10.17723/aarc.68.2.c741823776k65863>
- Grever, M., & Stuurman, S. (2007). Introduction: Old Canons and New Histories. In M. Grever & S. Stuurman (Eds.), *Beyond the Canon: History for the Twenty-First Century* (pp. 1–16). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9780230599246_1
- Griesbaum, J., Lewandowski, D., & Peters, I. (2019). Information Science in German-speaking countries. In *Aslib Journal of Information Management* (Vol. 71, Issue 3, pp. 306–309). Emerald Group Publishing Ltd. <https://doi.org/10.1108/AJIM-05-2019-312>
- Griffith, J. (1969). Numerical Taxonomy and Some Primary Manuscripts of the Gospels. *Journal of Theological Studies*, 20(2), 389–406.
- Grimsted, P. K. (1971). Archives in the Soviet Union: Their Organization and the Problem of Access. *The American Archivist*, 34(1), 27–41. <https://doi.org/10.17723/aarc.34.1.01416hv158h31057>
- Grimsted, P. K. (1982). The fate of early records in Lviv archives - documentation from Western Ukraine under polish rule (15th-century to 1772). *Slavonic and East European Review*, 60(3), 321–346. <https://doi.org/10.2307/4208539>
- Grimsted, P. K. (1987). The archival legacy of Soviet Ukraine: Problems of tracing the documentary records of a divided nation. *Cahiers Du Monde Russe*, 28(1), 95–108. https://www.persee.fr/doc/cmr_0008-0160_1987_num_28_1_2103
- Grimsted, P. K. (1991a). The Fate of Ukrainian Cultural Treasures During World War II: The Plunder of

- Archives, Libraries, and Museums under the Third Reich. *Jahrbücher Für Geschichte Osteuropas*, 39(1), 53–80. <https://doi.org/10.2307/41048536>
- Grimsted, P. K. (1991b). “Perestroika” in the Archives? Further Efforts at Soviet Archival Reform. *The American Archivist*, 54(1), 70–95. <https://doi.org/10.17723/aarc.54.1.60h14p3741379289>
- Grimsted, P. K. (1992). Beyond Perestroika - Soviet-area archives after the August Coup. *The American Archivist*, 55(1), 94–124. <https://www.jstor.org/stable/40293629%0A>
- Grimsted, P. K. (1993a). Archival rossica/sovietica abroad - provenance or pertinence, bibliographic and descriptive needs. *Cahiers Du Monde Russe*, 34(3), 431–479. https://www.persee.fr/doc/cmr_0008-0160_1993_num_34_3_2364
- Grimsted, P. K. (1993b). Russian Archives in Transition: Caught Between Political Crossfire and Economic Crisis. *The American Archivist*, 56(4), 614–662. <https://doi.org/10.17723/aarc.56.4.40u60mg4238475r6>
- Grimsted, P. K. (1998). “Trophy” archives and non-restitution: Russia’s cultural “cold war” with the European community. In *Problems of Post-Communism* (Vol. 45, Issue 3, pp. 3–16). M.E. Sharpe Inc. <https://doi.org/10.1080/10758216.1998.11655785>
- Grimsted, P. K. (2001). Twice plundered or “twice saved”? Identifying Russia’s “trophy” archives and the loot of the (Nazi) Reich-Security-Main-Office. *Holocaust and Genocide Studies*, 15(2), 191–244. <https://doi.org/10.1093/hgs/15.2.191>
- Grimsted, P. K. (2005). Roads to Ratibor: Library and archival plunder by the Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg. *Holocaust and Genocide Studies*, 19(3), 390–458. <https://doi.org/10.1093/hgs/dci041>
- Grimsted, P. K. (2006). The postwar fate of Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg archival and library plunder, and the dispersal of ERR records. *Holocaust and Genocide Studies*, 20(2), 278–308. <https://doi.org/10.1093/hgs/dcl005>
- Grimsted, P. K. (2010a). Legalizing “Compensation” and the Spoils of War: The Russian Law on Displaced Cultural Valuables and the Manipulation of Historical Memory. *International Journal of Cultural Property*, 17(2), 217–255. <https://doi.org/10.1017/S094073911000010X>
- Grimsted, P. K. (2010b). Why do captured archives go home? Restitution achievements under the Russian law. *International Journal of Cultural Property*, 17(02), 291–333. <https://doi.org/10.1017/S0940739110000123>
- Grimsted, P. K. (2011). Reconstructing the Record of Nazi Cultural Plunder: A Survey of the Dispersed Archives of the Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg (ERR). *IISH Research Paper*, 47, 1–532.
- Grimsted, P. K. (2012). *A Survey of the Dispersed Archives of the Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg (ERR)*. https://www.lootedart.com/web_images/pdf/errsurvey_total-111019.pdf
- Grimsted, P. K. (2017). Pan-European Displaced Archives in the Russian Federation: Still Prisoners of War on the 70th Anniversary of V-E Day. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 130–156). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-10>
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing Paradigms in Qualitative Research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative reseach* (pp. 105–117). SAGE.
- Guerra, J. V. (1999). Catálogo dos microfílm dos documentos do Arquivo do Paço Episcopal do Funchal. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 22, 225–445.
- Guillaumin, J.-B. (2020). Criticisms of digital methods. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatalogy* (p. 339). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-006>
- Guillory, J. (1991). Canon, Syllabus, List: A Note on the Pedagogic Imaginary. *Transition*, 52, 36. <https://doi.org/10.2307/2935123>
- Guimarães, J. A. C., Milani, S. O., & Evangelista, I. V. (2015). Valores éticos na organização e representação do conhecimento. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 19. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p19>
- Guimarães, J. A. C., & Pinho, F. A. (2007). Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. *Informação & Informação*, 12(1). <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1p19>
- Gunderson, F., Lancefield, R. C., & Woods, B. (2019). The Oxford Handbook of Musical Repatriation. In

- F. Gunderson, R. C. Lancefield, & B. Woods (Eds.), *The Oxford Handbook of Musical Repatriation*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190659806.001.0001>
- Gusenbauer, M. (2019). Google Scholar to overshadow them all? Comparing the sizes of 12 academic search engines and bibliographic databases. *Scientometrics*, 118(1), 177–214. <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2958-5>
- Haddaway, N. R., Collins, A. M., Coughlin, D., & Kirk, S. (2015). The Role of Google Scholar in Evidence Reviews and Its Applicability to Grey Literature Searching. *PLOS ONE*, 10(9), e0138237–e0138237. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0138237>
- Haggan, M. (2004). Research paper titles in literature, linguistics and science: Dimensions of attraction. *Journal of Pragmatics*, 36(2), 293–317. [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(03\)00090-0](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(03)00090-0)
- Halilovich, H. (2014). Reclaiming erased lives: archives, records and memories in post-war Bosnia and the Bosnian diaspora. *ARCHIVAL SCIENCE*, 14(3–4, SI), 231–247. <https://doi.org/10.1007/s10502-014-9227-z>
- Hällsten, H. (2007). What to ask of an explanation-theory. In J. Persson & P. Ylikoski (Eds.), *Rethinking explanation* (pp. 13–26). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-5581-2_2
- Halm, K. (1863). *Rhetores Latini minores : Ex codicibus maximam partem primum adhibitibus emendabat Carolus Halm*. In aedibus B.G. Teubneri.
- Ham, F. (1981). Archival Strategies for the Post-Custodial Era. *The American Archivist*, 44(3), 207–216. <https://doi.org/10.17723/aarc.44.3.6228121p01m8k376>
- Hammersley, M. (1998). *Reading ethnographic research : a critical guide* (2nd ed.). Longman.
- Hammersley, M. (2015). Phronesis and Phronetic Social Science. In *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. John Wiley & Sons, Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781405165518.wbeosp127.pub2>
- Hampshire, E. (2013). ‘Apply the Flame More Searingly’: The Destruction and Migration of the Archives of British Colonial Administration: A Southeast Asia Case Study. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 41(2), 334–352. <https://doi.org/10.1080/03086534.2013.799349>
- Harder, H. (2010). Explanatory Case Study. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research* (pp. 370–371). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397.n138>
- Hardiman, R. (2009). En mal d’archive: Postmodernist theory and recordkeeping. *Journal of the Society of Archivists*, 30(1), 27–44. <https://doi.org/10.1080/00379810903264591>
- Harmon, G. (1971). On the Evolution of Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, 235–241.
- Harré, H. R. (1970). *The Principles of Scientific Thinking*. University of Chicago Press.
- Harré, H. R., & Madden, E. H. (1975). *Causal powers : a theory of natural necessity*. Blackwell.
- Harris, V. (2001). Law, evidence and electronic records. A strategic perspective from the global periphery. *Comma*, 1(2), 29–44.
- Harris, V. (2004). Concerned with the writings of others: Archival canons, discourses and voices. *Journal of the Society of Archivists*, 25(2), 211–220. <https://doi.org/10.1080/0037981042000271529>
- Harrison, H., Birks, M., Franklin, R., & Mills, J. (2017). Case study research: Foundations and methodological orientations. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 18(1). <https://doi.org/10.17169/fqs-18.1.2655>
- Hartwig, M. (Ed.). (2015). *Dictionary of Critical Realism*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315688299>
- Harzing, A.-W. (2019). Two new kids on the block: How do Crossref and Dimensions compare with Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus and the Web of Science? *Scientometrics*, 120(1), 341–349. <https://doi.org/10.1007/s11192-019-03114-y>
- Haseman, B. (2006). A Manifesto for Performative Research. *Media International Australia Incorporating Culture and Policy*, 118(1), 98–106. <https://doi.org/10.1177/1329878x0611800113>
- Haugen, O. E. (2020). The genealogical method. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp.

57–138). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-003>

- Hauser-Schäublin, B., & Prott, L. V. (2016). Changing concepts of ownership, culture and property: Introduction. In B. Hauser-Schäublin & L. V. Prott (Eds.), *Cultural property and contested ownership : the trafficking of artefacts and the quest for restitution* (pp. 1–20). Routledge.
- Hawkins, D. T. (2001). Information Science Abstracts: Tracking the literature of information science. Part 1: definition and map. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 52(1), 44–53. [https://doi.org/10.1002/1532-2890\(2000\)52:1<44::AID-ASII057>3.0.CO;2-6](https://doi.org/10.1002/1532-2890(2000)52:1<44::AID-ASII057>3.0.CO;2-6)
- Hayes, R. M. (1969). Information Science in Librarianship. *Libri*, 19(3), 216–236.
- Heald, C. (1996). Is there room for archives in the postmodern world? *American Archivist*, 59(1), 88–101. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.1.u854130x02844653>
- Hempel, C. (1965). *Aspects of scientific explanation and other essays*. Free Press/Macmillan.
- Hennerbichler, F., & Montgomery, B. P. (2015). U.S. Restitution of the Iraq Secret Police Files from Saddam Hussein's Regime Regarding the Kurds in Iraq. *Advances in Anthropology*, 5, 31–38.
- Hennig, W. (1950). *Grundzüge einer Theorie der phylogenetischen Systematik*. Deutscher zentralverlag.
- Henry, C. M. (2009). *Toward the Archives of Archives: The New Archival History, Accountability and the Documentation of Archival Appraisal*. <https://mspace.lib.umanitoba.ca/xmlui/handle/1993/21532>
- Herber, O. R., & Barroso, J. (2019). Lessons learned from applying Sandelowski and Barroso's approach for synthesising qualitative research. *Qualitative Research*, 146879411986244. <https://doi.org/10.1177/1468794119862440>
- Herculano, A. (1982). Do estado dos arquivos eclesiásticos do Reino e do direito do governo em relação aos documentos ainda neles existentes: projecto de consulta submetido à segunda classe da Academia Real das Ciências. In J. Custódio & J. M. Garcia (Eds.), *Opúsculos* (pp. 131–152). Presença.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística general: teoría y práctica*. Diputación Provincial.
- Hernández Olivera, L., Martín González, Y., Ríos Hilario, A. B., & Travieso Rodríguez, C. (2012). La construcción de la archivística: una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. *II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa Em Arquivologia, REPARQ 2011, Rio de Janeiro, 16/18 Novembro 2011: Novas Dimensões Da Pesquisa e Do Ensino Da Arquivologia No Brasil*. <https://gedos.usal.es/handle/10366/124133>
- Heuman, J. (2013). Unpacking the gift: negotiating property and custody in archival hardcore blogs. *Popular Music*, 32(2), 177–195. <https://doi.org/10.1017/S026114301300010X>
- Heverly, W. G. (2005). Virtual Repatriation: The Pittsburgh-Konstanz Archival Partnership. *RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts, & Cultural Heritage*, 6(1), 34–43.
- Hilder, T. R. (2012). Repatriation, Revival and Transmission: The Politics of a Sami Musical Heritage. *Ethnomusicology Forum*, 21(2, SI), 161–179. <https://doi.org/10.1080/17411912.2012.689473>
- Hill, C. G. (2017). Seeds as Ancestors, Seeds as Archives: Seed Sovereignty and the Politics of Repatriation to Native Peoples. *American Indian Culture and Research Journal*, 41(3, SI), 93–112. <https://doi.org/10.17953/aicrj.41.3.hill>
- Hill, M. (1993). *Archival strategies and techniques*. Sage.
- Hiribarren, V. (2017). Hiding the Colonial Past? A Comparison of European Archival Policies. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 74–85). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-6>
- Hjørland, B. (1998). Theory and metatheory of information science: A new interpretation. *Journal of Documentation*, 54(5), 606–621. <https://doi.org/10.1108/EUM000000007183>
- Hjørland, B. (2000). Library and information science: Practice, theory, and philosophical basis. *Information Processing and Management*, 36(3), 501–531. [https://doi.org/10.1016/S0306-4573\(99\)00038-2](https://doi.org/10.1016/S0306-4573(99)00038-2)
- Hjørland, B. (2002a). Knowledge organization= information organization? *Organ*, 3, 383–383.
- Hjørland, B. (2002b). Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 53(4), 257–270. <https://doi.org/10.1002/asi.10042>

- Hjørland, B. (2002c). Domain analysis in information science: Eleven approaches - traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58(4), 422–462. <https://doi.org/10.1108/00220410210431136>
- Hjørland, B. (2004). Arguments for Philosophical Realism in Library and Information Science. *Library Trends*, 52(3), 488–506. <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/1685>
- Hjørland, B. (2005a). Domain Analysis: A Socio-Cognitive Orientation for Information Science Research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, 30(3), 17–21. <https://doi.org/10.1002/bult.312>
- Hjørland, B. (2005b). Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. *Journal of Documentation*, 61(1), 130–155. <https://doi.org/10.1108/00220410510578050>
- Hjørland, B. (2005c). Library and information science and the philosophy of science. *Journal of Documentation*, 61(1), 5–10. <https://doi.org/10.1108/00220410510577970>
- Hjørland, B. (2007). Information: Objective or subjective/situational? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 58(10), 1448–1456. <https://doi.org/10.1002/asi.20620>
- Hjørland, B. (2009). The controversy over the concept of “information”: A rejoinder to Professor Bates. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(3), 643. <https://doi.org/10.1002/asi.20972>
- Hjørland, B. (2011). Theoretical clarity is not ‘Manicheanism’: A reply to Marcia Bates. *Journal of Information Science*, 37(5), 546–550. <https://doi.org/10.1177/0165551511423169>
- Hjørland, B. (2012). Methods for evaluating information sources: An annotated catalogue. *Journal of Information Science*, 38(3), 258–268. <https://doi.org/10.1177/0165551512439178>
- Hjørland, B. (2014a). Information Science and Its Core Concepts: Levels of Disagreement. In F. Ibekwe-SanJuan & T. M. Dousa (Eds.), *Theories of Information, Communication and Knowledge: A Multidisciplinary Approach* (pp. 205–235). Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6973-1_9
- Hjørland, B. (2014b). *Theoretical development of information science: A brief history*. https://www.researchgate.net/publication/262917289_Theoretical_development_of_information_science_A_brief_history
- Hjørland, B. (2019). *User-based and cognitive approaches to KO*. IEKO Encyclopedia of Knowledge Organization. https://www.isko.org/cyclo/user_based
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400–425. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6<400::AID-ASIS2>3.0.CO;2-Y](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASIS2>3.0.CO;2-Y)
- Hoenen, A. (2018). *Tools, evaluation and preprocessing for stemmatology*. urn:nbn:de:hebis:30:3-473832
- Hoenen, A. (2020a). Computational methods and tools. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 327–338). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-006>
- Hoenen, A. (2020b). Evolutionary models in other disciplines. In Phillip Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 534–586). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-009>
- Holland, G. A. (2008). Information science: An interdisciplinary effort? *Journal of Documentation*, 64(1), 7–23. <https://doi.org/10.1108/00220410810844132>
- Holton, J. A. (2010). The Coding Process and Its Challenges. *Grounded Theory Review*, 9(1), 21–40. <http://groundedtheoryreview.com/2010/04/02/the-coding-process-and-its-challenges/>
- Horsman, P. (2002). The Last Dance of the Phoenix or The De-Discovery of the Archival Fonds | Archivaria. *Archivaria*, 54, 1–23. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12853>
- Houser, L. (1988). A Conceptual Analysis of Information Science. *Library and Information Science Research*, 10(1), 3–34.
- Houston, S. (2014). Critical Realism. In *The SAGE encyclopedia of action research* (pp. 219–222). SAGE Publications Inc.
- Howe, C. J., & Windram, H. F. (2011). Phylomemetics-evolutionary analysis beyond the gene. *PLoS Biology*, 9(5). <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001069>

- Huang, C. (2020). Dwelling on the “anarchival”: archives as indexes of loss and absence. *Archival Science*, 1–15. <https://doi.org/10.1007/s10502-020-09333-0>
- Huang, M.-H., & Chang, Y.-W. (2011). A study of interdisciplinarity in information science: using direct citation and co-authorship analysis. *Journal of Information Science*, 37(4), 369–378. <https://doi.org/10.1177/0165551511407141>
- Hurrell, S. A. (2014). Critical Realism and Mixed Methods Research: combining the Extensive and Intensive at Multiple Levels. In P. K. Edwards, J. O’Mahoney, & S. Vincent (Eds.), *Studying Organizations Using Critical Realism* (pp. 241–263). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199665525.003.0013>
- Iacovino, L. (2010). Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities. *Archival Science*, 10(4), 353–372. <https://doi.org/10.1007/s10502-010-9120-3>
- Ibekwe-SanJuan, F. (2012). The French conception of information science: “Une exception française”? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 63(9), 1693–1709. <https://doi.org/10.1002/asi.22670>
- Ibekwe, F. (2019). *European Origins of Library and Information Science*. Emerald Publishing Limited.
- Ibekwe, F., Aparac-Jelusic, T., & Abadal, E. (2019). The quest for umbrella terms in information science. Tracking the origins of informatology and informatics. *Information Research*, 24(4). <http://informationr.net/ir/24-4/colis/colis1902.html>
- Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (2016a). *DRE Diário da República Eletrónico*. Imprensa Nacional-Casa Da Moeda. <https://dre.pt>
- Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (2016b). *Legislação Régia*. Diário Da República Eletrónico. <https://dre.pt/legislacao-regia>
- Índice. (1887). In *Colleção Oficial da Legislação Portuguesa: anno de 1886*. Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/60/68/p27>
- Ingwersen, P. (1992). Information and information science in context. *Libri*, 42(2), 99–135. <https://doi.org/10.1515/libr.1992.42.2.99>
- Ingwersen, P. (1994). Information Science as a Cognitive Science. In *Informations- und Wissensverarbeitung in den Sozialwissenschaften* (pp. 23–56). VS Verlag für Sozialwissenschaften. https://doi.org/10.1007/978-3-322-93603-5_2
- Ingwersen, P., & Järvelin, K. (2005). *The Turn: Integration of Information Seeking and Retrieval in Context*. Springer-Verlag. <https://doi.org/10.1007/1-4020-3851-8>
- INRA. (2017). *Cortext Manager - Cortext*. <https://www.cortext.net/projects/cortext-manager/>
- Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos. (1934a). [Ofício, 1934-01-19, Liv.º 3º, n.º 37] (Funchal, ABM, Arquivo Distrital do Funchal, "Correspondência Recebida, (1931-1937)", Pt. 23 (PT/ABM/ADFUN/B/002/00001)).
- Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos. (1934b). [Ofício sobre o relatório do Arquivo Distrital do Funchal sobre as atividades de 1933/1934] (Portugal, ANTT, Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, “Relatório do Arquivo Distrital do Funchal,” cx. 201, proc. 37/34 (=PT/TT/ISBA/07247), 1933/1934).
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2000). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal. Alfândega do Funchal. Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2002a). Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. In M. do C. J. D. Farinha & J. Mattoso (Eds.), *Ordens monástico-conventuais: inventário: Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria* (pp. 409–414). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2002b). *Guia Sumário de Fundos e Coleções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: parte I: Instituições do Antigo Regime, Instituições Contemporâneas, Coleções, Arquivos de Família, Arquivos de Pessoas Singulares, Associações e*

- Empresas*. http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/10/Guia_sumario_IDD1.pdf
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2002c). *Guia Sumário de Fundos e Coleções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: parte II: Instituições Eclesiásticas. De acordo com a classificação adoptada no Guia Geral de Fundos*. http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/10/Guia_sumario_IDD2.pdf
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2002d). *Ordens monástico-conventuais: inventário: Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria* (J. Mattoso & M. do C. J. D. Farinha (Eds.)). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (2006). *Orientações para a Descrição Arquivística* (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Ed.); 1.^a versão). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Instituto Português de Arquivos. (1992). *Guia de Fontes Portuguesas para a História de África*. INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- International Council on Archives. (1964). *Elsevier's lexicon of archive terminology: French, English, German, Spanish, Italian, Dutch: comp. and arranged on a systematic basis*. Elsevier.
- International Council on Archives. (1984). *Dictionary of archival terminology: English and French; with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian, and Spanish* (P. Walne (Ed.)). K.G. Saur.
- International Council on Archives. (1995). *The View of the Archival Community on the Settling of Disputed Claims: Position Paper Adopted by the Executive Committee of the International Council on Archives, Guangzhou, China, 10–13 April 1995*. ICA/CIA. https://www.ica.org/sites/default/files/EB_1995_paper_archival-claims_EN.pdf
- International Council on Archives. (1996). ICA Code of Ethics. In *General Assembly in its XIIIth session in Beijing (China) on 6 September 1996*. <https://www.ica.org/en/ica-code-ethics>
- International Council on Archives. (2000). *ISAD (G): general international standard archival description: adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999*. International Council of Archives.
- International Council on Archives. (2004a). *DAT III: Dictionary of archival terminology*. International Council on Archives. <https://internet.archivschule.uni-marburg.de/datii/index.html>
- International Council on Archives. (2004b). *ISAAR (CPF): International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families*. International Council on Archives.
- International Council on Archives. (2005). *Reference Dossier on Archival Claims* (H. Bastien (Ed.)). Proceedings of the twenty-ninth, thirtieth and thirty first International Conference of the Round Table on Archives. Special Issue JANUS. Dordrecht 1998.
- International Council on Archives. (2011a). *ISDF: International Standard for Describing Functions*. International Council on Archives.
- International Council on Archives. (2011b). *ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*. International Council on Archives.
- International Council on Archives. (2013). *Multilingual Archival Terminology*. International Council on Archives. <http://www.ciscra.org/mat/mat>
- International Council on Archives. (2016a). Basic Principles on the role of Archivists and Records Managers in support of Human Rights. In *International Council on Archives*. <https://www.ica.org/en/basic-principles-role-archivists-and-records-managers-support-human-rights>
- International Council on Archives. (2016b). *Expert Group on Legal Matters - EGLM*. International Council on Archives. <https://www.ica.org/en/expert-group-on-legal-matters-eglm>
- International Council on Archives. (2016c). *Expert Group on Shared Archival Heritage - EGSAH*. International Council on Archives. <https://www.ica.org/en/expert-group-on-shared-archival-heritage-egsah>
- International Council on Archives. (2016d). *RiC-CM-0.1: Records in Contexts: a conceptual model for archival description*. ICA.

- International Organization for Standardization. (1994). *ISO 8601:2004(E) : Data elements and interchange formats, information interchange, representation of dates and times*. ISO.
- International Organization for Standardization. (1998). *ISO 639-2:1998: Codes for the representation of names of languages — Part 2: Alpha-3 code*. ISO.
- Ireland, T., & Schofield, J. (2015). The Ethics of Cultural Heritage. In *The Ethics of Cultural Heritage* (pp. 1–10). Springer New York. https://doi.org/10.1007/978-1-4939-1649-8_1
- Irvine, O. U. (2009). The law and ethics of acquisition of expatriate archives: addressing the “lack of guidelines.” *Archives*, 34(121), 6–13.
- Israel, D., & Perry, J. (1990). What is information? In P. P. Hanson (Ed.), *Information, language, and cognition* (pp. 1–19). University of British Columbia Press.
- Jackson, L. U. (Ed.). (2019). *Reappraisal and Deaccessioning in Archives and Special Collections*. Rowman & Littlefield. <https://rowman.com/isbn/9781538116005/>
- Jacobsen, T., Punzalan, R., & Hedstrom, M. L. (2013). Invoking “collective memory”: mapping the emergence of a concept in archival science. *Archival Science*, 13(2–3), 217–251. <https://doi.org/10.1007/s10502-013-9199-4>
- Jakubowski, A. (2015). *State succession in cultural property*. Oxford University Press.
- Jardim, G. (1999). Confrarias e Irmandades no Arquivo Regional da Madeira: catálogo documental. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 22, 9–183.
- Jardim, J. M., & Fonseca, M. O. (1992). As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Cadernos BAD*, 0(2). <https://bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/2319>
- Jenkinson, H. (1922). *A manual of archive administration : including the problems of war archives and archive making*. Clarendon.
- Jennings, M. (2012). Using Archives. In V. Desai & R. Potter (Eds.), *Doing Development Research* (pp. 241–250). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781849208925.n25>
- Jesus, A. (1993). O antigo convento de S. Bernardino, actual igreja de Santa Cecília. *Girão*, 1(11), 576–581.
- Johnson, N. R. (2017). Rhetoric and the cold war politics of information science. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 68(6), 1375–1384. <https://doi.org/10.1002/asi.23866>
- Johnson, N. R. (2020). *Architects of memory : information and rhetoric in a networked archival age*. The University of Alabama Press.
- Johnson, R. B., & Onwuegbuzie, A. J. (2004). Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. *Educational Researcher*, 33(7), 14–26. <https://doi.org/10.3102/0013189X033007014>
- Jones, S., Abbott, D., & Ross, S. (2009). Redefining the performing arts archive. *Archival Science*, 9(3), 165–171. <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9086-1>
- Kahunde, S. (2012). Repatriating Archival Sound Recordings to Revive Traditions: The Role of the Klaus Wachsmann Recordings in the Revival of the Royal Music of Bunyoro-Kitara, Uganda. *Ethnomusicology Forum*, 21(2, SI), 197–219. <https://doi.org/10.1080/17411912.2012.689471>
- Kaleva, D. (2015). Through the lens of performance and performativity: reframing the research quality and impact of ethnographic digital research archives. In A. Harris, N. Thieberger, & L. Barwick (Eds.), *Research, Records and Responsibility: Ten years of PARADISEC* (pp. 19–37). Sydney University Press.
- Kalugin, O. (2009). *Spymaster: My Thirty-two Years in Intelligence and Espionage Against the West* (revised). Basic Books.
- Kamba, A. S., & Mazikana, P. C. (1988). Archive repatriation in southern Africa. *Records of the Federation of Rhodesia and Nyasaland*, 4, 79–85. <https://doi.org/10.1177/026666698800400202>
- Kankam, P. K. (2019). The use of paradigms in information research. *Library and Information Science Research*, 41(2), 85–92. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2019.04.003>
- Kaplan, A. Y. (1990). Working in the Archives. *Yale French Studies*, 77, 103–116.

<http://www.jstor.org/stable/2930149>

- Kaplan, E. (2002). 'Many paths to partial truths': Archives, anthropology, and the power of representation. *Archival Science*, 2(3–4), 209–220. <https://doi.org/10.1007/BF02435622>
- Karabinos, M. (2013). Displaced Archives, Displaced History: Recovering the Seized Archives of Indonesia. *Bijdragen Tot de Taal-, Land- En Volkenkunde / Journal of the Humanities and Social Sciences of Southeast Asia*, 169(2–3), 279–294. <https://doi.org/10.1163/22134379-12340027>
- Karabinos, M. (2015). The Djogdja Documenten: the Dutch-Indonesian relationship following independence through an archival lens. *Information & Culture*, 50(3), 372–391. <https://doi.org/10.7560/IC50304>
- Karabinos, M. (2017). Indonesian National Revolution Records in the National Archives of the Netherlands. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 60–73). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-5>
- Karabinos, M. (2018a). Archives and post-colonial state-sponsored history: A dual state approach using the case of the “migrated archives.” In *The Palgrave Handbook of State-Sponsored History After 1945* (pp. 177–190). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-349-95306-6_9
- Karabinos, M. (2018b). In the shadows of the continuum: testing the records continuum model through the Foreign and Commonwealth Office ‘Migrated Archives.’ *Archival Science*, 18(3), 207–224. <https://doi.org/10.1007/s10502-018-9292-9>
- Karabinos, M. (2019). Decolonisation in Dutch Archives: Defining and Debating. *BMGN - Low Countries Historical Review*, 134(2), 129. <https://doi.org/10.18352/bmgn-lchr.10687>
- Karabinos, M. (2020). Acknowledging the shadows. *Archival Science*, 20(2), 187–196. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09329-5>
- Katuu, S. (2015). The development of archives and records management education and training in Africa - challenges and opportunities. *Archives and Manuscripts*, 43(2), 96–119.
- Kecskeméti, C. (1977). *Archival claims; preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations* (PGI-77/WS/1). https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000029879_fre
- Kecskeméti, C. (1985). Contested records - The Legal Status of National Archives. *UNESCO COURIER*, 2, 9–11.
- Kecskeméti, C. (1992). Displaced european archives - is it time for a postwar settlement. *The American Archivist*, 55(1), 132–140. <https://doi.org/10.17723/aarc.55.1.g15783174577780t>
- Kecskeméti, C. (2017). Archives Seizures: The Evolution of International Law. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 12–20). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-2>
- Kecskeméti, C., & Laar, E. van. (1981). *Model bilateral and multicultural agreements and conventions concerning the transfer of archives*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000046909_fre?posInSet=9&queryId=5debd4f7-349a-4d33-b684-766d8444d9d9
- Kelleher, C. (2017). Archives Without Archives: (Re)Locating and (Re)Defining the Archive Through Post-Custodial Praxis. *Journal of Critical Library and Information Studies*, 1(2). <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i2.29>
- Kenny, M., & Fourie, R. (2015). Contrasting Classic, Straussian, and Constructivist Grounded Theory: Methodological and Philosophical Conflicts. *The Qualitative Report*, 20(8), 1270–1289. <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol20/iss8/9>
- Ketelaar, E. (1997). The difference best postponed?: Cultures and comparative archival science. *Archivaria*. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201>
- Ketelaar, E. (1999). Archivalisation and Archiving. *Archives & Manuscripts*, 27(1), 54–61. <https://doi.org/10.1080/01576895.2018.1410603>
- Ketelaar, E. (2001). Tacit narratives: The meanings of archives. *Archival Science*, 1(2), 131–141. <https://doi.org/10.1007/BF02435644>
- Ketelaar, E. (2002). Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection. *Archival Science*, 2(3–4), 221–238. <https://doi.org/10.1007/BF02435623>

- Ketelaar, E. (2012). Cultivating archives: meanings and identities. *Archival Science*, 12(1), 19–33.
- Ketelaar, E. (2017a). Archival Turns and Returns: studies of the Archive. In A. J. Gilliland, S. Mckemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 228–268). Monash University Publishing. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.26530/OAPEN_628143
- Ketelaar, E. (2017b). Foreword. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. viii–ix). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609>
- Kila, J., & Balcells, M. (2015). Conclusion: Cultural Property Crime. In *Cultural property crime : an overview and analysis on contemporary perspectives and trends* (pp. 366–370). Brill.
- Kimberly, C. (2019). “The songline is alive in Mukurtu”: Return, reuse, and respect. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 153–172). University of Hawai’i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24882>
- Kobashi, N. Y., & Tálamo, M. de F. G. M. (2003). Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, 15(spe), 7–21. <https://doi.org/10.1590/s0103-37862003000500001>
- Koepsell, D. (2017). *Scientific Integrity and Research Ethics : an Approach from the Ethos of Science*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-51277-8>
- Kolbas, E. D. (2001). *Critical theory and the literary canon*. Westview Press.
- Koponen, E. (2009). *The development, implementation and use of e-learning: critical realism and design science perspectives* [Tampere University]. <https://trepo.tuni.fi/handle/10024/66418>
- Kothari, C. R. (2019). *Research methodology: methods and techniques* (2nd revise). New Age International.
- Kowalski, W. (2005). Types of Claims for Recovery of Lost Cultural Property. *Museum International*, 57(4), 85–102. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.2005.00543.x>
- Kratz, J. (2014). “PS: You had better remove the records”.” *Prologue: Quarterly of the National Archives and Records Administration*, 46(2), 36–44.
- Kuhlthau, C. C. (1991). Inside the Search Process: Information Seeking from the User’s Perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(5), 361–371.
- Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. The University of Chicago Press.
- Kuhn, T. S. (1970). *The structure of scientific revolutions* (Second Edi). The University of Chicago Press.
- Kuprecht, K. (2016). *Indigenous peoples’ cultural property claims*. Springer.
- Kwon, Y., Lemieux, M., McTavish, J., & Wathen, N. (2015). Identifying and removing duplicate records from systematic review searches. *Journal of the Medical Library Association*, 103(4), 184–188. <https://doi.org/10.3163/1536-5050.103.4.004>
- Lai, P. H., Roos, T., & O’Sullivan, J. A. (2010). MDL hierarchical clustering for stemmatology. *IEEE International Symposium on Information Theory - Proceedings*, 1403–1407. <https://doi.org/10.1109/ISIT.2010.5513627>
- Lakatos, I. (1978). *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge University Press.
- Lalonde, D. (2019). Does cultural appropriation cause harm? *Politics, Groups, and Identities*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/21565503.2019.1674160>
- Lancefield, R. C. (1998). Musical Traces’ Retraceable Paths: The Repatriation of Recorded Sound. *Journal of Folklore Research*, 35(1), 47–68. <https://doi.org/10.2307/3814785>
- Lane, V., & Hill, J. (2010). Where do we come from? What are we? Where are we going? Situating the archive and archivists. In *The Future of Archives and Recordkeeping* (pp. 7–26). Facet. <https://doi.org/10.29085/9781856048675.002>
- Lawson, T. (1989). Abstraction, tendencies and stylised facts: a realist approach to economic analysis. *Cambridge Journal of Economics*, 13(1), 59–78. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035091>
- Layton, R., Thomas, J., & Stone, P. G. (2011). Introduction: the destruction and conservation of cultural property. In *Destruction and conservation of cultural property* (pp. 1–22). Routledge.

- Le Coadic, Y.-F. (1987). Modelling the communication, distribution, transmission or transfer of scientific information. *Journal of Information Science*, 13(3), 143–148.
- Le Coadic, Y.-F. (1994). *La science de l'information*. Presses Universitaires de France.
- Lee, A. R. (1989). Numerical Taxonomy Revisited: John Griffith, Cladistic Analysis and St. Augustine's Quaestiones in Heptateuchum. *Studia Patristica*, 20, 24–32.
- Lee, J. A. (2015). Beyond Pillars of Evidence: Exploring the Shaky Ground of Queer/ed Archives and their Methodologies. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 324–351). Monash University Publishing.
- Leesch, W. (1992). *Die deutschen Archivare : band 2: biographisches lexikon*. Saur.
- Lehane, R. (2012). Documenting sites of creation. *Archives & Manuscripts*, 40(3), 171–180. <https://doi.org/10.1080/01576895.2012.738008>
- Leisinger, A. H. (1982). Disputed archival claims : a persistent and urgent problem. In International Council on Archives (Ed.), *ECARBICA 7 Seventh Biennial Conference and Seminar of the East and Central Africa Regional Branch of the International Council on Archives held in Harare* (pp. 13–17). ECARBICA.
- Leite, J. D. (2016). *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*. Imprensa Académica.
- Leite, J. G. R. (1999). Política Arquivística para o Século XXI: Os Arquivos da Autonomia. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 21–26.
- Lekaukau, T. M. (1983). Migrated archives : the position of Botswana. In I. C. on Archives. & E. and C. A. R. Branch. (Eds.), *Seventh Biennial Conference and Seminar of the East and Central African Regional Branch of the International Council on Archives, Harare, 13-18 September: proceedings*. ECARBICA.
- Leme, M. O. R. P. (1997). O Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa: seu interesse para a história do Brasil colonial, 1686-1822. *Acervo - Revista Do Arquivo Nacional*, 10(1), 47–56. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44027>
- Lemieux, V. L. (2019). Blockchain and Public Record Keeping: Of Temples, Prisons, and the (Re)Configuration of Power. *Frontiers in Blockchain*, 2, 5. <https://doi.org/10.3389/fbloc.2019.00005>
- Lemmon, A. E. (1992). The Archival Legacy of Spanish Louisiana's Colonial Records. *American Archivist*, 55(1), 142–155.
- Leroux, S., Ferreira, M., Castro, R., & Faria, L. (2012). Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas - Interoperabilidade e manutenção colaborativa. *Actas Do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012*, 11.
- Levac, D., Colquhoun, H., & O'Brien, K. K. (2010). Scoping studies: advancing the methodology. *Implementation Science*, 5(1), 69. <https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69>
- Leventhal, R. M., & Daniels, B. I. (2012). Orphaned Objects, Ethical Standards, and the Acquisition of Antiquities. *DePaul Journal of Art, Technology and Intellectual Property Law*, 23, 339–361.
- Leydesdorff, L. (1998). Theories of citation? *Scientometrics*, 43(1), 5–25. <https://doi.org/10.1007/BF02458391>
- Liebman, E., Ornoy, E., & Chor, B. (2012). A Phylogenetic Approach to Music Performance Analysis. *Journal of New Music Research*, 41(2), 195–222. <https://doi.org/10.1080/09298215.2012.668194>
- Lima, G. (2018). Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. *Ciência Da Informação*, 32(1), 77–87. <https://doi.org/10.18225/CI.INF..V32I1.1021>
- Lima, J. L. O., & Álvares, L. (2012). Organização e representação da informação e do conhecimento. In L. Álvares (Ed.), *Organização da Informação e do Conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações* (pp. 21–34). B4 Editores.
- Lima, M. (2014). *The book of trees : visualizing branches of knowledge*. Princeton Architectural Press.
- Lincoln, Y. S., Lynham, S. A., & Guba, E. G. (2018). Paradigmatic Controversies, Contradictions, and

- Emerging Confluences, Revisited. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (Fifth edit, pp. 213–263). Sage.
- List, J.-M. (2016). Beyond cognacy: historical relations between words and their implication for phylogenetic reconstruction. *Journal of Language Evolution*, 1(2), 119–136. <https://doi.org/10.1093/jole/lzw006>
- Liu, Z. (2016). The case for repatriating China’s cultural objects. In *The Case for Repatriating China’s Cultural Objects*. <https://doi.org/10.1007/978-981-10-0597-8>
- Liverpool University Centre for Archive Studies, & International Council on Archives. (2019). *Displaced Archives Survey*. International Council on Archives.
- Łobaczewski, A. (1998). *Political ponerology: a science on the nature of evil adjusted for political purposes*. Red Pill Press.
- Lobo-Guerrero, L., & Groenewout, Y. van ’t. (2020). Archival Methods. In X. Guillaume & P. Bilgin (Eds.), *Routledge handbook of international political sociology* (pp. 247–252). Routledge.
- Locke, J. (1690). *An Essay concerning Humane Understanding*. Thomas Basset.
- Lopes, M. J. (1999). Reflexões sobre a História de Cabo Verde: Participação do Arquivo Histórico Nacional no Processo da Construção Histórica. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 31–38.
- López-Cózar, E. D., Orduna-Malea, E., Martin-Martin, A., & Ayllon, J. M. (2018). *Google Scholar: the “big data” bibliographic tool*. <http://arxiv.org/abs/1806.06351>
- Lor, P. J. (2019). Preparing for research: metatheoretical considerations. In *International and Comparative Librarianship* (pp. 163–229). De Gruyter Saur. <https://doi.org/10.1515/9783110267990-004>
- Lotka, A. J. (1926). The frequency distribution of scientific productivity. *Journal of the Washington Academy of Sciences*, 16(12), 317–324.
- Lousada, M. (2016). A mediação da informação e Arquivologia: aproximações teóricas. *Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação e Biblioteconomia*, 11(1), 117–134. <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/28204/15247>
- Lövlblad, H. (2003). Monk, knight or artist? the archivist as a straddler of a paradigm. *Archival Science*, 3(2), 131–155. <https://doi.org/10.1007/bf02435655>
- Lovering, T. (2009). Expatriate Archives. *Archives: The Journal of the British Records Association*, XXIV(121), 1–5.
- Lovering, T. (2017). Expatriate Archives Revisited. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 86–100). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-7>
- Lowry, J. (2017a). Introduction: displaced archives. In J. Lowry (Ed.), *Displaced archives* (pp. 1–9). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-1>
- Lowry, J. (Ed.). (2017b). *Displaced archives*. Routledge.
- Lowry, J. (2019a). Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: how to break out of international stalemates on displaced archives. *Archival Science*, 19(2, SI), 1–19. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09305-z>
- Lowry, J. (2019b). “Displaced archives”: proposing a research agenda. *Archival Science*, 19(4), 349–358. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09326-8>
- Lowry, J. (2020). *Disputed Archival Claims: An International Survey (2018/2019): Report to the International Council on Archives’ Expert Group on Shared Archival Heritage*. https://www.ica.org/sites/default/files/disputed_archival_claims_an_international_survey_2018_2019.pdf
- Lune, H., & Berg, B. L. (2017). *Qualitative research methods for the social sciences*. Pearson.
- Lyons, B., & Sands, R. M. (2009). A Working Model for Developing and Sustaining Collaborative Relationships Between Archival in the Caribbean and the United States. *IASA Journal*, 32, 26–37.
- Lyotard, J.-F. (1979). *La condition postmoderne. Rapport sur le savoir*. Les Éditions de Minuit.

- Ma, L. (2012). Meanings of information: The assumptions and research consequences of three foundational LIS theories. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 63(4), 716–723. <https://doi.org/10.1002/asi.21711>
- Maaba, B. B. (2008). Challenges to Repatriation and Preservation of Tangible Heritage in South Africa: Black Art and the Experiences of the Ifa Lethu Foundation. *South African Historical Journal*, 60(3), 500–513. <https://doi.org/10.1080/02582470802417557>
- Maas, P. (1927). *Textkritik* (3. Aufl.). Teubner.
- Maas, P. (1958). *Textual criticism*. Clarendon Press.
- Macé, C., & Baret, P. V. (2006). Why Phylogenetic Methods Work: The Theory of Evolution and Textual Criticism. In C. Macé, P. V Baret, A. Bozzi, & L. Cignoni (Eds.), *The Evolution of Texts: Confronting Stemmatological and Genetical Methods* (Vol. 24, pp. 89–108). Istituto editoriali e poligrafici internazionali.
- Macé, C., Bausi, A., Mengozzi, A., Gippert, J., & Sels, L. (2015). Textual criticism and text editing. In A. Bausi, P. G. Borbone, F. Briquel-Chatonnet, P. Buzi, J. Gippert, C. Macé, M. Maniaci, Z. Melissakis, L. E. Parodi, & W. Witakowski (Eds.), *Comparative Oriental Manuscript Studies: An Introduction* (pp. 321–466). COMSt (Comparative Oriental Manuscript Studies). <https://doi.org/10.5281/zenodo.46784>
- Macé, C., & Heikkilä, T. (2006). The Evolution of Texts: Confronting Stemmatological and Genetical Methods. *The Evolution of Texts: Confronting Stemmatological and Genetical Methods: Proceedings of the International Workshop Held in Louvain-La-Neuve on September 1-2, 2004*.
- Mace, R., & Holden, C. J. (2005). A phylogenetic approach to cultural evolution. *Trends in Ecology and Evolution*, 20(3), 116–121. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2004.12.002>
- Macedo, L. S. A. de. (2012). *Coleção de correspondência oficial de João Cabral do Nascimento, Diretor do Arquivo Distrital do Funchal*. edição de autor. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4398.5521>
- Macedo, L. S. A. de. (2013). *Da Voz à Pluma: Escritoras e património documental de autoria feminina de Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde: guia bibliográfico*. Ed. de autor. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4595.1607>
- Macedo, L. S. A. de. (2017a). *Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal: instrumentos de pesquisa*. Harvard Dataverse. <https://doi.org/10.7910/DVN/RIZAYG>
- Macedo, L. S. A. de. (2018). ‘Proveniência’ na terminografia arquivística de língua portuguesa: prospecção e visualização de (dis)similaridades em termos e definições. *Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação*, 11(2), 388–409. <https://doi.org/10.26512/rici.v11.n2.2018.8334>
- Macedo, L. S. A. de. (2019a). arquivos. In *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (pp. 686–705). Theya.
- Macedo, L. S. A. de. (2019b). Arquivos deslocados: mapeamento de literatura. *Brazilian Journal of Information Science*, 13(4), 5–34. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n4.02.p5>
- Macedo, L. S. A. de. (2019c). Arquivos deslocados? Em torno dos fundos madeirenses reivindicados ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In L. M. A. Paolinelli, A. C. Trindade, & J. E. Franco (Eds.), *Atas do “Congresso Internacional Lugares Pioneiros: A Construção das Cidades Globais: Cultura, Religião, Ciência, Inovação e Empatia”, 29-30 de março de 2019, Machico e Funchal, Região Autónoma da Madeira*. OSF. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/WYR5G>
- Macedo, L. S. A. de. (2017b). Classificação da informação arquivística segundo métodos filomeméticos: metadados como unidades fenotípicas? (poster). *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras Em Organização Do Conhecimento: Atas Do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha*, 1181–1196.
- Macedo, L. S. A. de. (2017c). Repatriação dos arquivos ou reunificação virtual? O caso dos fundos conventuais madeirenses dispersos entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Eds.), *VIII Encontro Ibérico EDICIC 2017, Coimbra 2017-11-20/2017-11-22* (pp. 1325–1344). Universidade de Coimbra.
- Macedo, L. S. A. de, Silva, C. G. da, & Freitas, M. C. V. de. (2022). Below the Nation State: Power Asymmetry and Jurisdictional Boundaries around the Archives of Madeira Archipelago. In J. Lowry (Ed.), *Contested Archival Heritage*. Routledge.

- Maceli, M., & Song, M. (2011). Deep Web Mining through Web Services. In *Encyclopedia of Data Warehousing and Mining, Second Edition* (pp. 631–637). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-60566-010-3.ch099>
- Machado, J. F. (1935). Alguns Documentos do Mosteiro de Santa Clara do Funchal. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 4, 171–172.
- Machado, J., Henriques, M. de L., & Saraiva, M. T. (2012). Os Arquivos de S. Tomé e do Príncipe: um património a preservar. *Actas Do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe Numa Perspectiva Interdisciplinar, Diacrónica e Sincrónica*, 177–188. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3914>
- Machado, L., Simões, M. da G., & Souza, R. R. (2017). Relações disciplinares entre a ciência da informação e a “triade” biblioteconomia, arquivística e documentação (1960-2000): subsídios para uma reflexão sobre a área. *Ciência Da Informação*, 46(2), 33–50.
- Mackenzie, N., & Knipe, S. (2006). Research dilemmas: Paradigms, methods and methodology. *Issues in Educational Research*, 16(2), 193–205.
- MacNeil, H. (2005). Picking our text: Archival description, authenticity, and the archivist as editor. *American Archivist*, 68(2), 264–278. <https://doi.org/10.17723/aarc.68.2.01u65t6435700337>
- MacNeil, H. (2008). Archivalterity: Rethinking Original Order. *Archivaria*, 66, 1–24. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13190/14459>
- MacNeil, H. (2009). Trusting Description: Authenticity, Accountability, and Archival Description Standards. *Journal of Archival Organization*, 7(3), 89–107. <https://doi.org/10.1080/15332740903117693>
- MacNeil, H. (2012). What finding aids do: archival description as rhetorical genre in traditional and web-based environments. *Archival Science*, 12(4), 485–500. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9175-4>
- MacNeil, H. (2017). Deciphering and interpreting an archival fonds and its parts: A Comparative Analysis of Textual Criticism and the Theory of Archival Arrangement. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 161–197). Monash University Publishing. <https://doi.org/10.17723/0360-9081-81.1.249>
- MacNeil, H. (2019). Understanding the archival fonds as autobiographical text through three discourses. *JLIS.It*, 10(3), 47–58. <https://doi.org/10.4403/jlis.it-12552>
- MacNeil, H., & Douglas, J. (2015). Generic evolution and the online archival catalogue. *Archives and Records*, 36(2), 107–127. <https://doi.org/10.1080/23257962.2015.1070094>
- Madden, A. D. (2000). A definition of information. *Aslib Proceedings*, 52(9), 343–349. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007027>
- Madsen, D. (2016). Liberating interdisciplinarity from myth. An exploration of the discursive construction of identities in information studies. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 67(11), 2697–2709. <https://doi.org/10.1002/asi.23622>
- Marchionini, G. (2010). Information Concepts: From Books to Cyberspace Identities. In *Synthesis Lectures on Information Concepts, Retrieval, and Services* (Issue 1). Morgan & Claypool Publishers LLC. <https://doi.org/10.2200/s00306ed1v01y201010icr016>
- Marcondes, C. H. (2009). Fundamentos evolutivos e culturais da ciência da informação. In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Eds.), *A ciência da informação criadora do conhecimento Vol. I* (pp. 41–52). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0319-3_5
- Marques, A. A. da C. (2016). Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? *Informação & Sociedade: Estudos*, 26(3). <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29303>
- Marques, A. A. da C. (2017). Arquivologia e Ciência da Informação: submissão ou interlocução. In *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends* (Vol. 11, Issue 4). Universidade Estadual Paulista. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6234785&info=resumen&idioma=ENG>
- Marques, J. M. da S. (1935). *Arquivo Nacional da Torre do Tombo : (Ensaio de um manual de Heurística e arquivologia) I: Index Indicium*. [Casa Portuguesa]. <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4203006>
- Marquilhas, R., & Ceia, C. (2009). *Filologia*. E-Dicionário de Termos Literários.

<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/filologia/>

- Marrelli, A. (2007). Unobstrusive measures. *Performance Improvement*, 46(9), 43–47.
- Martín-Martín, A., Orduna-Malea, E., & Delgado López-Cózar, E. (2018). Coverage of highly-cited documents in Google Scholar, Web of Science, and Scopus: a multidisciplinary comparison. *Scientometrics*, 116(3), 2175–2188. <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2820-9>
- Martín-Martín, A., Orduna-Malea, E., Thelwall, M., & López-Cózar, E. D. (2018). Google Scholar, Web of Science, and Scopus: a systematic comparison of citations in 252 subject categories. *Journal of Informetrics*, 12(4), 1160–1177. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2018.09.002>
- Martins, A. C. D. (2018). A documentação do Conselho Ultramarino como património arquivístico comum: subsídios à sua história. *Revista Brasileira de História*, 38(78), 39–54. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-02>
- Matienco, M. A. (2008). Canonization, Archivalization, and the “Archival Imaginary” Item Type Meetings and Proceedings. *Archive Fervour/Archive Further: Literature, Archives, and Literary Archives, Aberystwyth, Wales, July 9-11, 2008*. <http://hdl.handle.net/10150/216929>
- Matos, S. C. (2018). Historiografia, historiadores e memória nacional na I República portuguesa. *Análise Social*, 53(228), 572–597. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018228.02>
- Mattern, E. (2016). A six-stage process for recovery of public records: replevin and the state of North Carolina. *Archival Science*, 16(2), 195–212. <https://doi.org/10.1007/s10502-015-9241-9>
- Matthes, E. H. (2018). *The Ethics of Cultural Heritage*. Stanford Encyclopedia of Philosophy.; Stanford University. <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/ethics-cultural-heritage/>
- Maxwell, J. A. (2011). *A Realist Approach for Qualitative Research*. SAGE Publications.
- Maxwell, J. A., & Mittapalli, K. (2008a). Explanation. In L. M. Given (Ed.), *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 322–323). Sage Publications.
- Maxwell, J. A., & Mittapalli, K. (2008b). Explanatory research. In L. M. Given (Ed.), *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 323–325). Sage Publications.
- Maxwell, J. A., & Mittapalli, K. (2015). Realism as a Stance for Mixed Methods Research. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *SAGE Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research* (pp. 145–168). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781506335193.n6>
- Mazikana, P. C. (1983). Migrated archives : the position of Zimbabwe. In I. C. on Archives. & E. and C. A. R. Branch. (Eds.), *Seventh Biennial Conference and Seminar of the East and Central African Regional Branch of the International Council on Archives, Harare, 13-18 September: proceedings*. ECARBICA.
- McCaslin, M. L. (2008). Pragmatism. In *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 671–675). SAGE Publications.
- McKemmish, S., Chandler, T., & Faulkhead, S. (2019). Imagine: a living archive of people and place “somewhere beyond custody.” *Archival Science*, 19(3, SI), 281–301. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09320-0>
- Medeiros, P. (1997). Os arquivos da Região Autónoma dos Açores. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 189–199.
- Melamed, E. (2012). The fate of the archives of the Kiev Institute of Jewish Proletarian Culture: puzzles and discoveries. *East European Jewish Affairs*, 42(2), 99–110. <https://doi.org/10.1080/13501674.2012.699206>
- Melo, L. F. C. de S. (1972). Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal: 1.ª parte. *Arquivo Histórico Da Madeira, XVII*, 346–475.
- Menezes, V. S. de. (2015). Informação, um excuro crítico-filológico. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 20(1), 3–18. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2074>
- Menne-Haritz, A. (2001). Access — The reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, 1(1), 57–82. <https://doi.org/10.1007/BF02435639>
- Merriam, S. (2009). *Qualitative research : a guide to design and implementation*. Jossey-Bass.

- Merryman, J. H. (2005). Cultural Property Internationalism. *International Journal of Cultural Property*, 12(01), 11–39. <https://doi.org/10.1017/S0940739105050046>
- Mertens, D. M. (2007). Transformative Paradigm: Mixed Methods and Social Justice. *Journal of Mixed Methods Research*, 1(3), 212–225. <https://doi.org/10.1177/1558689807302811>
- Mertens, D. M. (2009). *Transformative research and evaluation*. Guilford Press.
- Mertens, D. M. (2010). Transformative Mixed Methods Research. *Qualitative Inquiry*, 16(6), 469–474. <https://doi.org/10.1177/1077800410364612>
- Mertens, D. M. (2012). Transformative Mixed Methods. *American Behavioral Scientist*, 56(6), 802–813. <https://doi.org/10.1177/0002764211433797>
- Mesoudi, A. (2007a). Biological and Cultural Evolution: Similar but Different. *Biological Theory*, 2(2), 119–123. <https://doi.org/10.1162/biot.2007.2.2.119>
- Mesoudi, A. (2007b). A Darwinian Theory of Cultural Evolution Can Promote an Evolutionary Synthesis for the Social Sciences. *Biological Theory*, 2(3), 263–275. <https://doi.org/10.1162/biot.2007.2.3.263>
- Mesoudi, A. (2011). *Cultural evolution: How Darwinian theory can explain human culture and synthesize the social sciences*. University of Chicago Press.
- Mesoudi, A. (2016). Cultural Evolution: A Review of Theory, Findings and Controversies. *Evolutionary Biology*, 43(4), 481–497. <https://doi.org/10.1007/s11692-015-9320-0>
- Mesoudi, A., Whiten, A., & Laland, K. N. (2004). Perspective: Is human cultural evolution Darwinian? Evidence reviewed from the perspective of The Origin of Species. *Evolution*, 58(1), 1–11. <https://doi.org/10.1111/j.0014-3820.2004.tb01568.x>
- Mesoudi, A., Whiten, A., & Laland, K. N. (2006). Towards a unified science of cultural evolution. *Behavioral and Brain Sciences*, 29(4), 329–347. <https://doi.org/10.1017/S0140525X06009083>
- Messenger, P. M. (1999). *The ethics of collecting cultural property : whose culture? whose property?* University of New Mexico Press.
- Methley, A. M., Campbell, S., Chew-Graham, C., McNally, R., & Cheraghi-Sohi, S. (2014). PICO, PICOS and SPIDER: a comparison study of specificity and sensitivity in three search tools for qualitative systematic reviews. *BMC Health Services Research*, 14(1), 1–10. <https://doi.org/10.1186/s12913-014-0579-0>
- Metsalu, T., & Vilo, J. (2015). ClustVis: a web tool for visualizing clustering of multivariate data using Principal Component Analysis and heatmap. *Nucleic Acids Research*, 43(W1), W566–W570. <https://doi.org/10.1093/nar/gkv468>
- Mifflin, J. (2009). “Closing the Circle”: Native American Writings in Colonial New England, a Documentary Nexus between Acculturation and Cultural Preservation. *American Archivist*, 72(2), 344–382.
- Mikhailov, A. I., Chernuy, R. S., & Gilyarevsky, R. S. (1968). *Основы информатики (Osnovy informatiki = Noções de informática)*. Nauka.
- Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldaña, J. (2013). *Qualitative data analysis : a methods sourcebook* (3rd ed.). Sage Publications.
- Miller, J. C. (1974). The Archives of Luanda, Angola. *The International Journal of African Historical Studies*, 7(4), 590. <https://doi.org/10.2307/216596>
- Mills, A., Durepos, G., & Wiebe, E. (2012). Encyclopedia of Case Study Research. In *Encyclopedia of Case Study Research*. SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397>
- Mills, A., & Mills, J. H. (2018). Archival Research. In *The SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods: Methods and Challenges* (pp. 32–45). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781526430236.n3>
- Mingers, J. (2014). Systems thinking, critical realism and philosophy: A confluence of ideas. In *Systems Thinking, Critical Realism and Philosophy: A Confluence of Ideas*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315774503>
- Mingers, J., Mutch, A., & Willcocks, L. (2013). Critical Realism in Information Systems Research. *MIS*

Quarterly, 37(3), 795–802. <https://doi.org/10.25300/MISQ/2013/37:3.3>

- Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. (2018). *Renates - Registo Nacional de Teses e Dissertações*. Direção-Geral de Estatísticas Da Educação e Ciência. <https://renates2.dgeec.mec.pt/>
- Ministério da Cultura. (1985a). Decreto-Lei n.º 206/85. In *Diário da República n.º 144/1985, Série I de 1985-06-26*. <https://dre.pt/application/conteudo/182015>
- Ministério da Cultura. (1985b). Decreto-Lei n.º 424/85, de 22 de outubro. In *Diário da República n.º 243/1985, Série I de 1985-10-22* (pp. 3492–3496). <https://dre.pt/application/conteudo/178113>
- Ministério da Cultura. (1997a). Decreto-Lei n.º 160/97. In *Diário da República n.º 144/1997, Série I-A de 1997-06-25* (pp. 3098–3104). <https://dre.pt/application/conteudo/163597>
- Ministério da Cultura. (1997b). Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março. In *Diário da República n.º 67/1997, Série I-A de 1997-03-20*. <https://dre.pt/application/file/518301>
- Ministério da Cultura. (2001). Despacho Normativo n.º 25/2001. In *Diário da República n.º 125/2001, Série I-B de 2001-05-30*. <https://dre.pt/application/conteudo/332034>
- Ministério da Cultura. (2002). Decreto n.º 38/2002. In *Diário da República n.º 266/2002, Série I-B de 2002-11-18*. <https://dre.pt/application/conteudo/449882>
- Ministério da Cultura. (2003). Decreto-Lei n.º 248/2003. In *Diário da República n.º 233/2003, Série I-A de 2003-10-08*. <https://dre.pt/application/conteudo/482575>
- Ministério da Cultura. (2004). Decreto-Lei n.º 47/2004. In *Diário da República n.º 53/2004, Série I-A de 2004-03-03*. <https://dre.pt/application/conteudo/551647>
- Ministério da Cultura. (2007). Decreto-Lei n.º 93/2007. In *Diário da República n.º 63/2007, Série I de 2007-03-29* (pp. 1913–1916). <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/93/2007/03/29/p/dre/pt/html>
- Ministério da Cultura. (2008a). Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea: Coleção BN-Esp. N28 João Cabral do Nascimento. In *Biblioteca Nacional de Portugal*. http://acpc.bnportugal.gov.pt/colecoes_alfabetica.html
- Ministério da Cultura. (2008b, June 25). *Lista de Documentos*. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. <https://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-de-documentos/>
- Ministério da Cultura. (2015). *Ficheiro Nacional Autoridades Arquivísticas*. Direção-Geral Do Livro, Dos Arquivos e Das Bibliotecas [Portal Institucional]; Arquivos DGLAB.
- Ministério da Cultura e Coordenação Científica. (1983a). Decreto-Lei n.º 149/83. In *Diário da República n.º 78/1983, Série I de 1983-04-05*. <https://dre.pt/application/conteudo/312272>
- Ministério da Cultura e Coordenação Científica. (1983b). Decreto-Lei n.º 286/83. In *Diário da República n.º 140/1983, Série I de 1983-06-21*. <https://dre.pt/application/conteudo/452539>
- Ministério da Educação e Cultura. (1986a). Decreto-Lei n.º 156/86. In *Diário da República n.º 142/1986, Série I de 1986-06-24*. <https://dre.pt/application/conteudo/228644>
- Ministério da Educação e Cultura. (1986b). Decreto-Lei n.º 287/86. In *Diário da República n.º 205/1986, Série I de 1986-09-06*. <https://dre.pt/application/conteudo/219962>
- Ministério da Educação Nacional. (1948). Decreto-Lei n.º 36842. In *Diário do Governo n.º 56/1948, Série I de 1948-03-09*. <https://dre.pt/application/conteudo/151495>
- Ministério da Educação Nacional. (1956). Decreto-Lei n.º 40574. In *Diário do Governo n.º 76/1956, Série I de 1956-04-16*. <https://dre.pt/application/conteudo/257184>
- Ministério da Educação Nacional. (1965). Decreto-Lei n.º 46350. In *Diário do Governo n.º 114/1965, Série I de 1965-05-22*. <https://dre.pt/application/conteudo/294971>
- Ministério da Educação Nacional. (1973). Portaria n.º 481/73. In *Diário do Governo n.º 163/1973, Série I de 1973-07-13*. <https://dre.pt/application/conteudo/421428>
- Ministério da Fazenda. (1863). Lei de 28 de maio de 1863. In *Collecção Oficial da Legislação Portuguesa: anno de 1863* (p. 211). Imprensa Nacional. <http://legislaaoregia.parlamento.pt/V/1/38/91/p243>
- Ministério da Guerra. (1850). Regulamento de 9 de outubro de 1850. In *Collecção oficial da Legislação*

- Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, anno de 1850* (p. 832). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/76/109/p860>
- Ministério da Guerra. (1854). Portaria de 19 de janeiro de 1854. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, anno de 1854* (p. 6). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/29/16/p32>
- Ministério da Guerra. (1861). Ordem de 26 de setembro de 1861. In *Colecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1861* (p. 350). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/36/45/p381>
- Ministério da Guerra. (1868). Decreto de 23 de dezembro de 1868. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1868* (pp. 523–525). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/43/80/p545>
- Ministério da Guerra. (1869). Decreto de 24 de março de 1869. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: Anno de 1869* (pp. 158–159). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/44/89/p182>
- Ministério da Guerra. (1870). Portaria de 17 de outubro de 1870. In *Collecção official da legislação Portuguesa: anno de 1870* (p. 114). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/45/74/p532>
- Ministério da Guerra. (1921). Nova Publicação (Rectificação). In *Diário do Govêrno n.º 208/1921, Série I de 1921-10-14*. <https://dre.pt/application/conteudo/572951>
- Ministério da Guerra. (1924). Decreto n.º 9499. In *Diário do Govêrno n.º 57/1924, Série I de 1924-03-14*. <https://dre.pt/application/conteudo/651287>
- Ministério da Guerra. (1928). Decreto n.º 16261. In *Diário do Govêrno n.º 293/1928, Série I de 1928-12-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/601687>
- Ministério da Guerra. (1930). Decreto n.º 18385. In *Diário do Govêrno n.º 120/1930, Série I de 1930-05-26*. <https://dre.pt/application/conteudo/225390>
- Ministério da Justiça. (1850). Portaria de 18 de fevereiro de 1850. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, anno de 1850* (p. 100). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/76/109/p128>
- Ministério da Justiça. (1855). Decreto de 27 de novembro de 1855. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, anno de 1854* (p. 426). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/30/108/p455>
- Ministério da Justiça. (1862). Decreto de 2 de outubro de 1862. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1862* (pp. 303–306). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/37/92/p330>
- Ministério da Justiça. (1911). Decreto. In *Diário do Govêrno n.º 41/1911, Série I de 1911-02-20* (pp. 653–665). <https://dre.pt/application/conteudo/188724>
- Ministério da Justiça. (1912a). Decreto de 16 de outubro de 1912. In *Diário do Govêrno n.º 243/1912, Série I de 1912-10-16*. <https://dre.pt/application/conteudo/242498>
- Ministério da Justiça. (1912b). Portaria de 20 de abril de 1912. In *Diário do Govêrno n.º 93/1912, Série I de 1912-04-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/440325>
- Ministério da Justiça. (1913). Portaria de 22 de Agosto de 1913. In *Diário do Govêrno n.º 196/1913, Série I de 1913-08-22* (p. 3138). <https://dre.pt/application/file/591424>
- Ministério da Justiça. (1934). Portaria n.º 7907. In *Diário do Govêrno n.º 253/1934, Série I de 1934-10-27*. <https://dre.pt/application/conteudo/448350>
- Ministério da Justiça. (1936). Portaria n.º 8507. In *Diário do Govêrno n.º 187/1936, Série I de 1936-08-11*. <https://dre.pt/application/conteudo/357884>
- Ministério da Justiça. (1941). Portaria n.º 9765. In *Diário do Govêrno n.º 71/1941, Série I de 1941-03-27*. <https://dre.pt/application/conteudo/416856>
- Ministério da Justiça. (1948a). Portaria n.º 12604. In *Diário do Governo n.º 254/1948, Série I de 1948-11-01*. <https://dre.pt/application/conteudo/368778>

- Ministério da Justiça. (1948b). Portaria n.º 12607. In *Diário do Governo n.º 255/1948, Série I de 1948-11-02*. <https://dre.pt/application/conteudo/368596>
- Ministério da Justiça. (1949a). Portaria n.º 12771. In *Diário do Governo n.º 66/1949, Série I de 1949-03-31*. <https://dre.pt/application/conteudo/386614>
- Ministério da Justiça. (1949b). Portaria n.º 13001. In *Diário do Governo n.º 258/1949, Série I de 1949-12-06*. <https://dre.pt/application/conteudo/267630>
- Ministério da Justiça. (1962). Portaria n.º 19335. In *Diário do Governo n.º 183/1962, Série I de 1962-08-10*. <https://dre.pt/application/conteudo/163243>
- Ministério da Justiça. (1965). Decreto-Lei n.º 46459. In *Diário do Governo n.º 167/1965, Série I de 1965-07-28*. <https://dre.pt/application/conteudo/292098>
- Ministério da Justiça e dos Cultos. (1915). Decreto n.º 1539. In *Diário do Governo n.º 84/1915, Série I de 1915-04-28*. <https://dre.pt/application/conteudo/286892>
- Ministério da Justiça e dos Cultos. (1926a). Decreto n.º 11621. In *Diário do Governo n.º 91/1926, Série I de 1926-04-28*. <https://dre.pt/application/conteudo/205801>
- Ministério da Justiça e dos Cultos. (1926b). Decreto n.º 12202. In *Diário do Governo n.º 188/1926, Série I de 1926-08-26*. <https://dre.pt/application/conteudo/162437>
- Ministério da Justiça e dos Cultos. (1930). Decreto n.º 19037. In *Diário do Governo n.º 266/1930, Série I de 1930-11-14*. <https://dre.pt/application/conteudo/656619>
- Ministério da Marinha. (1856). Portaria de 24 de outubro de 1856. In *Collecção de Legislação Portuguesa: anno de 1856* (p. 63). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/31/11/p655>
- Ministério da Marinha. (1921). Portaria n.º 2984. In *Diário do Governo n.º 247/1921, Série I de 1921-12-07*. <https://dre.pt/application/conteudo/578934>
- Ministério da Marinha. (1929). Decreto n.º 16719. In *Diário do Governo n.º 82/1929, Série I de 1929-04-12*. <https://dre.pt/application/conteudo/355720>
- Ministério da Marinha. (1948). Decreto n.º 36784. In *Diário do Governo n.º 56/1948, Série I de 1948-03-09*. <https://dre.pt/application/conteudo/152537>
- Ministério da Marinha. (1953). Decreto-Lei n.º 39444. In *Diário do Governo n.º 259/1953, Série I de 1953-11-21*. <https://dre.pt/application/conteudo/649565>
- Ministério da Marinha. (1971). Decreto-Lei n.º 538/71. In *Diário do Governo n.º 284/1971, Série I de 1971-12-04*. <https://dre.pt/application/conteudo/632023>
- Ministério das Colónias. (1911a). Decreto, 1911-11-13. In *Diário do Governo n.º 265/1911, Série I de 1911-11-13* (p. 4566). <https://dre.pt/application/conteudo/613028>
- Ministério das Colónias. (1911b). Decreto de 13 de novembro de 1911. In *Diário do Governo n.º 265/1911, Série I de 1911-11-13*. <https://dre.pt/application/conteudo/613027>
- Ministério das Colónias. (1931). Decreto n.º 19868. In *Diário do Governo n.º 133/1931, Série I de 1931-06-09*. <https://dre.pt/application/conteudo/524993>
- Ministério das Colónias. (1933). Decreto-Lei n.º 23228. In *Promulga a Carta Orgânica do Império Colonial Português* (pp. 1891–1915). <https://dre.pt/application/conteudo/624838>
- Ministério das Colónias. (1934a). Decreto-Lei n.º 23436. In *Diário do Governo n.º 2/1934, Série I de 1934-01-03*. <https://dre.pt/application/conteudo/472568>
- Ministério das Colónias. (1934b). Decreto-Lei n.º 23745. In *Diário do Governo n.º 81/1934, Série I de 1934-04-07*. <https://dre.pt/application/conteudo/672666>
- Ministério das Colónias. (1934c). Portaria n.º 7802. In *Diário do Governo n.º 81/1934, Série I de 1934-04-07* (pp. 443–444). <https://dre.pt/application/conteudo/672662>
- Ministério das Colónias. (1945). Portaria n.º 10921. In *Diário do Governo n.º 76/1945, Série I de 1945-04-10*. <https://dre.pt/application/conteudo/615591>
- Ministério das Colónias. (1947). Decreto-Lei n.º 36265. In *Diário do Governo n.º 102/1947, Série I de 1947-05-06*. <https://dre.pt/application/conteudo/185514>

- Ministério das Colónias. (1951). Decreto-Lei n.º 38214. In *Diário do Governo n.º 62/1951, Série I de 1951-03-28*. <https://dre.pt/application/conteudo/330999>
- Ministério das Finanças. (1926). Decreto n.º 12150. In *Diário do Govêrno n.º 183/1926, Série I de 1926-08-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/162638>
- Ministério das Finanças. (1931). Decreto n.º 20567. In *Diário do Govêrno n.º 277/1931, Série I de 1931-12-02*. <https://dre.pt/application/conteudo/505590>
- Ministério das Finanças. (1937a). Decreto-Lei n.º 27510. In *Diário do Govêrno n.º 29/1937, Série I de 1937-02-04*. <https://dre.pt/application/conteudo/422838>
- Ministério das Finanças. (1937b). Decreto-Lei n.º 28187. In *Diário do Govêrno n.º 268/1937, Série I de 1937-11-17*. <https://dre.pt/application/conteudo/434837>
- Ministério das Finanças. (1941). Decreto-Lei n.º 31665, 1941-11-22. In *Diário do Govêrno n.º 273/1941, 1º Suplemento, Série I de 1941-11-22* (pp. 1056–1131). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/conteudo/321313>
- Ministério das Finanças. (1959). Portaria n.º 17359, 1959-09-19. In *Diário do Governo n.º 216/1959, Série I de 1959-09-19* (pp. 1121–1124). <https://dre.pt/application/conteudo/429439>
- Ministério das Finanças. (1965). Decreto-Lei n.º 46311, 1965-04-27. In *Diário do Governo n.º 92/1965, 1º Suplemento, Série I de 1965-04-27* (pp. 507–597). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/conteudo/234506>
- Ministério das Finanças. (1986). Portaria n.º 749/86, 1986-12-17. In *Diário da República n.º 289/1986, Série I de 1986-12-17* (p. 3732). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/conteudo/221321>
- Ministério das Finanças. (1990). Portaria n.º 500/90, 1990-07-04. In *Diário da República n.º 152/1990, Série I de 1990-07-04* (p. 2822). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/conteudo/575483>
- Ministério das Finanças. (1991). Decreto-Lei n.º 387/91. In *Diário da República n.º 233/1991, Série I-A de 1991-10-10*. <https://dre.pt/application/conteudo/288061>
- Ministério das Obras Públicas. (1869). Decreto de 18 de dezembro de 1869. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1869* (pp. 826–829). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/44/89/p850>
- Ministério das Obras Públicas. (1950). Decreto-Lei n.º 37756. In *Diário do Governo n.º 35/1950, Série I de 1950-02-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/659513>
- Ministério das Obras Públicas. (1951). Decreto-Lei n.º 38196. In *Diário do Governo n.º 47/1951, Série I de 1951-03-09*. <https://dre.pt/application/conteudo/323735>
- Ministério de Instrução Pública. (1915a). Decreto n.º 1630. In *Diário do Govêrno n.º 109/1915, Série I de 1915-06-09* (p. 517). <https://dre.pt/application/conteudo/409881>
- Ministério de Instrução Pública. (1915b). Decreto n.º 1659. In *Diário do Govêrno n.º 113/1915, Série I de 1915-06-15*. <https://dre.pt/application/conteudo/409969>
- Ministério de Instrução Pública. (1916a). Decreto n.º 2225. In *Diário do Govêrno n.º 30/1916, Série I de 1916-02-18*. <https://dre.pt/application/conteudo/611324>
- Ministério de Instrução Pública. (1916b). Decreto n.º 2550-J. In *Diário do Govêrno n.º 154/1916, 5º Suplemento, Série I de 1916-08-03* (pp. 760I-760J). <https://dre.pt/application/conteudo/316906>
- Ministério de Instrução Pública. (1916c). Decreto n.º 2858. In *Diário do Govêrno n.º 242/1916, Série I de 1916-11-29*. <https://dre.pt/application/conteudo/261489>
- Ministério de Instrução Pública. (1916d). Decreto n.º 2859. In *Diário do Govêrno n.º 242/1916, Série I de 1916-11-29*. <https://dre.pt/application/conteudo/261490>
- Ministério de Instrução Pública. (1916e). Nova Publicação (Rectificação). In *Diário do Govêrno n.º 246/1916, Série I de 1916-12-08*. <https://dre.pt/application/conteudo/261517>
- Ministério de Instrução Pública. (1917a). Decreto n.º 3286. In *Diário do Govêrno n.º 132/1917, Série I de 1917-08-11*. <https://dre.pt/application/conteudo/496532>

- Ministério de Instrução Pública. (1917b). Decreto n.º 3410. In *Diário do Governo n.º 168/1917, Série I de 1917-09-28*. <https://dre.pt/application/conteudo/495771>
- Ministério de Instrução Pública. (1918). Decreto n.º 4311. In *Diário do Governo n.º 117/1918, Série I de 1918-05-29*. <https://dre.pt/application/conteudo/167455>
- Ministério de Instrução Pública. (1927). Decreto n.º 13724. In *Diário do Governo n.º 114/1927, Série I de 1927-06-03* (pp. 881–901). <http://dre.pt/application/conteudo/689598>
- Ministério de Instrução Pública. (1928). Decreto n.º 15111. In *Diário do Governo n.º 52/1928, Série I de 1928-03-05*. <https://dre.pt/application/conteudo/647137>
- Ministério de Instrução Pública. (1930a). Decreto n.º 18323. In *Diário do Governo n.º 110/1930, Série I de 1930-05-14*. <https://dre.pt/application/conteudo/225072>
- Ministério de Instrução Pública. (1930b). Decreto n.º 18769. In *Diário do Governo n.º 193/1930, Série I de 1930-08-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/659129>
- Ministério de Instrução Pública. (1930c). Decreto n.º 18945. In *Diário do Governo n.º 244/1930, Série I de 1930-10-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/657988>
- Ministério de Instrução Pública. (1931a). Decreto n.º 19952. In *Diário do Governo n.º 147/1931, Série I de 1931-06-27*. <https://dre.pt/application/conteudo/530981>
- Ministério de Instrução Pública. (1931b). Decreto n.º 20484. In *Diário do Governo n.º 258/1931, Série I de 1931-11-07*. <https://dre.pt/application/conteudo/504285>
- Ministério de Instrução Pública. (1931c). Decreto n.º 20577. In *Diário do Governo n.º 278/1931, Série I de 1931-12-03*. <https://dre.pt/application/conteudo/505470>
- Ministério de Instrução Pública. (1931d). Decreto n.º 20654. In *Diário do Governo n.º 294/1931, Série I de 1931-12-22*. <https://dre.pt/application/conteudo/506264>
- Ministério de Instrução Pública. (1931e). Decreto n.º 20690. In *Diário do Governo n.º 300/1931, Série I de 1931-12-30*. (pp. 2778–2779). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/file/513165>
- Ministério de Instrução Pública. (1931f). Nova Publicação (Rectificação). In *Diário do Governo n.º 175/1931, Série I de 1931-07-30*. <https://dre.pt/application/conteudo/529644>
- Ministério de Instrução Pública. (1931g). Portaria n.º 7156. In *Diário do Governo n.º 167/1931, Série I de 1931-07-21*. <https://dre.pt/application/conteudo/530066>
- Ministério de Instrução Pública. (1932a). Decreto n.º 20803. In *Diário do Governo n.º 18/1932, Série I de 1932-01-22*. <https://dre.pt/application/conteudo/522474>
- Ministério de Instrução Pública. (1932b). Decreto n.º 21682. In *Diário do Governo n.º 224/1932, Série I de 1932-09-23*. <https://dre.pt/application/conteudo/598148>
- Ministério de Instrução Pública. (1932c). Nova Publicação (Rectificação). In *Diário do Governo n.º 202/1932, Série I de 1932-08-29*. <https://dre.pt/application/conteudo/600949>
- Ministério de Instrução Pública. (1932d). Nova Publicação (Rectificação) de 1932-06-04. In *Diário do Governo n.º 130/1932, Série I de 1932-06-04*. <https://dre.pt/application/conteudo/554629>
- Ministério de Instrução Pública. (1933a). Decreto n.º 22189. In *Diário do Governo n.º 35/1933, Série I de 1933-02-13*. <https://dre.pt/application/conteudo/266995>
- Ministério de Instrução Pública. (1933b). Decreto n.º 22285. In *Diário do Governo n.º 54/1933, Série I de 1933-03-08*. <https://dre.pt/application/conteudo/265882>
- Ministério de Instrução Pública. (1933c). Portaria n.º 7588. In *Diário do Governo n.º 119/1933, Série I de 1933-05-30*. <https://dre.pt/application/conteudo/321145>
- Ministério de Instrução Pública. (1934). Decreto-Lei n.º 23808. In *Diário do Governo n.º 99/1934, Série I de 1934-04-28*. <https://dre.pt/application/conteudo/673432>
- Ministério de Instrução Pública. (1936). Lei n.º 1941. In *Diário do Governo n.º 84/1936, Série I de 1936-04-11* (pp. 411–413). <https://dre.pt/application/conteudo/690201>
- Ministério do Comércio e Comunicações. (1924). Portaria n.º 3875. In *Diário do Governo n.º 16/1924, Série I de 1924-01-22*. <https://dre.pt/application/conteudo/653476>

- Ministério do Exército. (1973). Decreto n.º 123/73. In *Diário do Governo n.º 71/1973, Série I de 1973-03-24* (pp. 462–464). <https://dre.pt/application/conteudo/674831>
- Ministério do Fomento. (1911). Decreto com força de lei de 10 de maio de 1911. In *Diário do Governo n.º 109/1911, Série I de 1911-05-11*. <https://dre.pt/application/conteudo/595566>
- Ministério do Fomento. (1917). Decreto n.º 2948. In *Diário do Governo n.º 12/1917, Série I de 1917-01-23* (p. 0). <https://dre.pt/application/conteudo/263271>
- Ministério do Interior. (1911). Decreto com força de lei de 18 de março de 1911. In *Diário do Governo n.º 65/1911, Série I de 1911-03-21*. <https://dre.pt/application/conteudo/206996>
- Ministério do Interior. (1913a). Decreto de 10 de setembro de 1913. In *Diário do Governo n.º 212/1913, Série I de 1913-09-10*. <https://dre.pt/application/conteudo/623012>
- Ministério do Interior. (1913b). Portaria de 20 de março de 1913. In *Diário do Governo n.º 65/1913, Série I de 1913-03-20*. <https://dre.pt/application/conteudo/648551>
- Ministério do Reino. (1863a). Lei de 14 de julho de 1863. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1863* (p. 322). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/38/91/p354>
- Ministério do Reino. (1863b). Portaria de 18 de agosto de 1863. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1863* (pp. 106–107). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/38/91/p990>
- Ministério do Reino. (1867). Decreto de 10 de dezembro de 1867. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1867* (pp. 740–741). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/42/79/p760>
- Ministério do Reino. (1882). Portaria de 2 de agosto de 1881. In *Collecção Official de Legislação Portuguesa: anno de 1881* (pp. 196–197). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/55/37/p222>
- Ministério do Reino. (1887a). Decreto de 29 de dezembro de 1887. In *Collecção de Legislação Portuguesa: anno de 1887* (pp. 688–693). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/61/70/p712>
- Ministério do Reino. (1887b). Lei de 25 de agosto de 1887. In *Collecção Official de Legislação Portuguesa: anno de 1887* (p. 413). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/61/70/p437>
- Ministério do Reino. (1901). Decreto de 24 de dezembro de 1901. In *Collecção Official de Legislação Portuguesa: anno de 1901* (pp. 1182–1901). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p1215>
- Ministério do Reino. (1902a). Decreto de 14 de junho de 1902. In *Collecção Official de Legislação Portuguesa: anno de 1902* (pp. 371–376). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/87/136/p404>
- Ministério do Reino. (1902b). Decreto de 23 de agosto de 1902. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1902* (p. 856). Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/87/136/p889>
- Ministério do Ultramar. (1958). Decreto n.º 42030. In *Diário do Governo n.º 274/1958, Série I de 1958-12-18*. <https://dre.pt/application/conteudo/340422>
- Ministério do Ultramar. (1961). Decreto n.º 43564. In *Diário do Governo n.º 71/1961, Série I de 1961-03-27*. <https://dre.pt/application/conteudo/559426>
- Ministério do Ultramar. (1969). Decreto n.º 49047. In *Diário do Governo n.º 134/1969, Série I de 1969-06-07*. <https://dre.pt/application/conteudo/200402>
- Ministério do Ultramar. (1973). Decreto-Lei n.º 583/73. In *Diário do Governo n.º 259/1973, Série I de 1973-11-06*. <https://dre.pt/application/conteudo/412604>
- Ministério dos Negócios da Fazenda. (1830). Alvará de 30 de janeiro de 1830. In *Collecção de Legislação Portuguesa, Livro 1830- 1º* (p. 5). s. n. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/13/60/p9>
- Ministério dos Negócios da Fazenda. (1836). Decreto n.º 22, de 16 de maio de 1832. In *Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regencia do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832, Primeira Série* (pp. 73–85). Na

- Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p94>
- Ministério dos Negócios da Fazenda. (1862). Lei de 4 de abril de 1861. In *Collecção official da Legislação Portuguesa: anno de 1861* (pp. 155–157). Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/36/45/p186>
- Ministério dos Negócios da Fazenda. (1864). *Avisos e ordens* (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 29, n.º 302, 1864-07-20).
- Ministério dos Negócios da Fazenda. (1865). Lei de 27 de junho de 1864. In *Collecção da Legislação Portuguesa: anno de 1864* (p. 333). Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/39/96/p369>
- Ministério dos Negócios da Fazenda. (1867). Decreto de 17 de Agosto de 1866. In *Collecção Official da legislação Portuguesa: Anno de 1866* (p. 377). Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/41/90/p406>
- Ministério dos Negócios da Guerra. (1802). Decreto de 4 de setembro de 1802. In A. D. da Silva (Ed.), *Collecção de Legislação Portuguesa, Livro 1802-1810* (pp. 109–120). Na Typografia Maigrense. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p138>
- Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar. (1897). Decreto de 12 de Março de 1896. In *Collecção Official de Legislação Portuguesa: anno de 1896* (p. 98). Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/77/122/p127>
- Ministério dos Negócios do Reino. (1836). Relatório do decreto de 28 de Junho de 1833. In *Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832* (pp. 329–341). Na Imprensa Nacional. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.35112204428470&view=1up&seq=509>
- Ministério dos Negócios do Reino. (1837). Decreto de 18 de julho de 1835. In *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes, quarta série* (pp. 194–222). Na Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p206>
- Ministério dos Negócios do Reino. (1840). Decreto de 9 de maio de 1840. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no Anno de 1840* (p. 71). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/22/p91>
- Ministério dos Negócios do Reino. (1842). Decreto de 30 de novembro de 1842. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva: Legislação de 1842 em diante* (p. 410). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/21/30/p425>
- Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. (1862). Lei de 18 de fevereiro de 1861. In *Colecção Official da Legislação Portuguesa: anno de 1861* (p. 67). Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/36/45/p98>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1935). Decreto n.º 25044. In *Diário do Govêrno n.º 35/1935, Série I de 1935-02-13*. <https://dre.pt/application/conteudo/375658>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1950). Portaria n.º 13152. In *Diário do Governo n.º 83/1950, Série I de 1950-05-09*. <https://dre.pt/application/conteudo/658175>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1975). Decreto n.º 206/75. In *Diário do Governo n.º 90/1975, Série I de 1975-04-17*. <https://dre.pt/application/conteudo/162161>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1987). Aviso. In *Diário da República n.º 300/1987, Série I de 1987-12-31*. <https://dre.pt/application/conteudo/508239>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2001). Portaria n.º 457/2001. In *Diário da República n.º 106/2001, Série I-B de 2001-05-08*. <https://dre.pt/application/conteudo/316165>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2015). Decreto-Lei n.º 141/2015. In *Diário da República n.º 148/2015, Série I de 2015-07-31*. <https://dre.pt/application/conteudo/69920316>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. (1808). Decreto de 7 de abril de 1808. In *Collecção de Legislação Portuguesa, Livro 1802-1810* (pp. 486–488). Na Typografia Maigrense. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p516>
- Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. (1871). Decreto e Instruções de 31 de maio de

1862. In *Collecção official da legislação Portuguesa: anno de 1870* (pp. 33–34). Imprensa Nacional.
- Ministérios da Justiça e do Ultramar. (1952). Decreto-Lei n.º 38662. In *Diário do Governo n.º 47/1952, Série I de 1952-02-29*. <https://dre.pt/application/conteudo/597738>
- Ministérios das Finanças e da Cultura. (2002). Portaria n.º 1185/2002, 2002-08-30. In *Diário da República n.º 200/2002, Série I-B de 2002-08-30* (pp. 6199–6208). Diário da República Eletrónico. <https://data.dre.pt/eli/port/1185/2002/08/30/p/dre/pt/html>
- Ministérios dos Negócios do Reino e da Fazenda. (1835). Decreto de 30 de maio de 1834. In *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publica por sua Magestade Imperial o Regente do Reino, desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas: Terceira Série* (pp. 66–71). Na Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p455>
- Ministro da Guerra. (1921). Decreto n.º 7723. In *Diário do Govêrno n.º 203/1921, Série I de 1921-10-04*. <https://dre.pt/application/conteudo/572922>
- Ministro dos Negócios da Fazenda. (1835). Decreto de 23 de junho de 1834. In *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial o regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, terceira série* (p. 226). Na Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?idate=23/06/1834&edate=23/06/1834&r=47&c=1&ts=2>
- Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. (1834). Decreto de 28 de maio de 1834. In *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publica por sua Magestade Imperial o Regente do Reino, desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas: Terceira Série* (pp. 70–71). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>
- Mink, G. (2003). Was verändert sich in der Textkritik durch die Beachtung genealogischer Kohärenz? In W. Weren & D.-A. Koch (Eds.), *Recent Developments in Textual Criticism. New Testament, Other Early Christian and Jewish Literature - Papers Read at a Noster Conference in Münster, January 4-6, 2001* (pp. 39–68). Brill.
- Miranda, S. (1994). *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda metade do século XVI*. CEHA.
- Mnjama, N. (2007). A review of ESARBICA resolutions 1969-2005. *African Journal of Library, Archives and Information Science*, 17(1), 23–32.
- Mnjama, N. (2011). Migrated archives revisited. *ESARBICA Journal*, 30, 15.
- Mnjama, N. (2020). Migrated Archives: The Unfinished Business. *Alternation*, 36(special ed.), 359–398. <https://doi.org/10.29086/2519-5476/2020/sp36a15>
- Mnjama, N., & Lowry, J. (2017). A Proposal for Action on African Archives in Europe. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 101–113). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-8>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097–e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Moniz, J. A. (1889). *Inventário dos Manuscritos: Secção XIII: Collecção Pombalina*. [Biblioteca Nacional]. <http://purl.pt/200>
- Montgomery, B. P. (2001). The Iraqi secret police files: a documentary record of the Anfal genocide. *Part of Human Rights Collection at University of Colorado at Boulder*, 52, 69–99.
- Montgomery, B. P. (2010). Returning Evidence to the Scene of the Crime: Why the Anfal Files Should be Repatriated to Iraqi Kurdistan. *Part of a Special Issue on Archives and the Law*, 69, 143–171.
- Montgomery, B. P. (2011). Immortality in the Secret Police Files: The Iraq Memory Foundation and the Baath Party Archive. *International Journal of Cultural Property*, 18(3), 309–336. <https://doi.org/10.1017/S094073911100018X>
- Montgomery, B. P. (2012). Saddam Hussein’s Records of Atrocity: Seizure, Removal, and Restitution. *American Archivist*, 75(2), 326–370.
- Montgomery, B. P. (2013). Rescue or return: the fate of the Iraqi Jewish archive. *International Journal of Cultural Property*, 20(02), 175–200. <https://doi.org/10.1017/S0940739113000040>

- Montgomery, B. P. (2014). US Seizure, Exploitation, and Restitution of Saddam Hussein's Archive of Atrocity. *Journal of American Studies*, 48(2), 559–593. <https://doi.org/10.1017/S0021875813002004>
- Montgomery, B. P. (2015a). Reconciling the Inalienability Doctrine with the Conventions of War. *American Archivist*, 78(2), 288–316. <https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.2.288>
- Montgomery, B. P. (2015b). The Rape of Kuwait's National Memory. *International Journal of Cultural Property*, 22(1), 61–84. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1017/S0940739115000053>
- Montgomery, B. P. (2017). Iraq and Kuwait: The Seizure and Destruction of Historical Patrimony. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 158–179). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-11>
- Moore, N. (2012). The politics and ethics of naming: questioning anonymisation in (archival) research. *International Journal of Social Research Methodology*, 15(4), 331–340. <https://doi.org/10.1080/13645579.2012.688330>
- Morna, O. M. de F. (2015). *Bulas de Criação da Diocese do Funchal: transcrição, tradução e notas*. Região Autónoma da Madeira. <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1919901>
- Morrison, D. A. (2014). Is the Tree of Life the Best Metaphor, Model, or Heuristic for Phylogenetics? *Systematic Biology*, 63(4), 628–638. <https://doi.org/10.1093/sysbio/syu026>
- Morrow, R. (2007). Social Theory. In *Dictionary of Critical Realism* (pp. 425–427). Routledge.
- Morsel, J. (2015). Médiations ou déviations ? Les inventaires, entre archives et historiens. In M. de L. Rosa & R. Head (Eds.), *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to 19th Century* (Instituto, pp. 23–30). Instituto de Estudos Medievais (IEM), Universidade Nova de Lisboa.
- Mortensen, P. (1999). The Place of Theory in Archival Practice . *Archivaria*, 47, 1–26. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12695>
- Moustafa, L. H. (2018). Research without Archives? The Making and Remaking of Area Studies Knowledge of the Middle East in a Time of Chronic War. *Archivaria*, 85, 68–95.
- Mouton, J., & Marais, H. C. (1990). *Basic Concepts: The Methodology of the Social Sciences*. HSRC Press.
- Mukhopadhyay, D., & Sinha, S. (2019). Introduction. In *Web Searching and Mining* (pp. 1–27). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-13-3053-7_1
- Mukula, P. M. (1983). Migrated archives : the position of Zambia. In I. C. on Archives. & E. and C. A. R. Branch. (Eds.), *Seventh Biennial Conference and Seminar of the East and Central African Regional Branch of the International Council on Archives, Harare, 13-18 September: proceedings*. ECARBICA.
- Muller, S., Feith, J. A., & Fruin, R. (1898). *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven: ontworpen in opdracht van de Vereeniging van Archivarissen in Nederland*. Erven B. van der Kamp.
- Munn, Z., Peters, M. D., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology*, 18(1), 143. <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>
- Muñoz, C. G. (1994). The State of Research in Archival Science. *Archivum*, 39, 530–532.
- Musembi, M. (1983). Retrieval of migrated archives : the Kenyan experience. In I. C. on Archives. & E. and C. A. R. Branch. (Eds.), *Seventh Biennial Conference and Seminar of the East and Central African Regional Branch of the International Council on Archives, Harare, 13-18 September: proceedings*. ECARBICA.
- Mutch, A. (2014). History and Documents in Critical Realism. In P. K. Edwards, J. O'Mahoney, & S. Vincent (Eds.), *Studying Organizations Using Critical Realism* (pp. 223–240). Oxford University Press.
- Mwiyeriwa, S. E. (1983). Migrated archives : the position of Malawi. In I. C. on Archives. & E. and C. A. R. Branch. (Eds.), *Seventh Biennial Conference and Seminar of the East and Central African Regional Branch of the International Council on Archives, Harare, 13-18 September: proceedings*. ECARBICA.

- Nagel, R. (Ed.). (1989). *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*. Deutsche Stiftung für internationale Entwicklung : Universidade Federal da Bahia.
- Namhila, E. N. (2004). Filling the Gaps in the Archival Record of the Namibian Struggle for Independence. *IFLA Journal*, 30(3), 224–230.
- Namhila, E. N. (2015). *Recordkeeping and Missing “Native Estate” Records in Namibia: An Investigation of Colonial Gaps in a Post-colonial National Archive*. Tampere University .
- Namhila, E. N. (2016). Content and use of colonial archives: an under-researched issue. *Archival Science*, 16(2), 111–123. <https://doi.org/10.1007/s10502-014-9234-0>
- Nannyonga-Tamusuza, S., & Weintraub, A. N. (2012). The Audible Future: Reimagining the Role of Sound Archives and Sound Repatriation in Uganda. *Ethnomusicology*, 56(2), 206–233.
- Nascimento, J. C. do. (1931). Arquivo Histórico do Município do Funchal. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 1(1), 1–3.
- Nascimento, J. C. do. (1933). De rebus pluribus. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 3, 63–64.
- Neill, M. (1992). *Dilemmas in the Study of Information: Exploring the Boundaries of Information Science*. Greenwood Press.
- Nemeth, E. (2009). Plunderer and Protector of Cultural Property: Security-Intelligence Services Shape the Strategic Value of Art. In E. Nemeth (Ed.), *Cultural security : evaluating the power of culture in international affairs* (pp. 25–40). Imperial College Press.
- Nemeth, E. (2014). *Cultural security : evaluating the power of culture in international affairs*. Imperial College Press.
- Neto, J. A. dos S., Santos, J. C. dos, Teles, P. S., & Valentim, M. L. P. (2017). Interdisciplinaridade no contexto da Ciência da Informação: correntes e questionamentos. *Em Questão*, 23(1), 9. <https://doi.org/10.19132/1808-5245231.9-35>
- Newman, J. (2001). Some Observations on the Semantics of “Information.” *Information Systems Frontiers*, 3(2), 155–167. <https://doi.org/10.1023/A:1011439305567>
- Ngoepe, M., & Netshakhuma, S. (2018). Archives in the trenches: repatriation of African National Congress liberation archives in diaspora to South Africa. *Archival Science*, 18(1), 51–71. <https://doi.org/10.1007/s10502-018-9284-9>
- Nhacuongue, J. A., & Ferneda, E. (2015). O campo da ciência da informação: Contribuições, desafios e perspectivas. *Perspectivas Em Ciencia Da Informacao*, 20(2), 3–18. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/1932>
- Nicholls, S., Booker, L., Thorpe, K., Jackson, M., Girault, C., Briggs, R., & Jones, C. (2016). From principle to practice: community consultation regarding access to Indigenous language material in archival records at the State Library of New South Wales. *Archives and Manuscripts*, 44(3), 110–123.
- Niessen, J. P. (2018). Heritage and Repatriation in the History of Habsburg and Hungarian Archives. *Hungarian Cultural Studies*, 11, 136–143. <https://doi.org/10.5195/ahca.2018.327>
- Niiniluoto, I. (2018). Truth-Seeking by Abduction. In *Truth-Seeking by Abduction*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-99157-3>
- Niles, D. (2012). The National Repatriation of Papua New Guinea Recordings: Experiences Straddling World War II. *Ethnomusicology Forum*, 21(2, SI), 141–159. <https://doi.org/10.1080/17411912.2012.689469>
- Nimer, C., & Daines, J. G. (2008). What Do You Mean It Doesn't Make Sense? Redesigning Finding Aids from the User's Perspective. *Journal of Archival Organization*, 6(4), 216–232. <https://doi.org/10.1080/15332740802533214>
- Nordlinger, R., Green, I., & Hurst, P. (2019). Working at the Interface: The Daly Languages Project. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 193–216). University of Hawai'i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24884>
- Noronha, H. H. de. (1996). *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da história da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira* (A. Vieira (Ed.)). Centro de Estudos de História do Atlântico.

- Norton, M. J. (2008). *Introductory concepts in Information Science* (4th ed.). ASIS American Society for Information Science.
- Novic, E. (2016). *The concept of cultural genocide : an international law perspective*. Oxford University Press.
- Nsibandze, N. (1996). Southern African archives in exile. *S. A. Archives Journal*, 38, 84–87.
- Nury, E. (2018). *Automated Collation and Digital Editions: from Theory to Practice*. King's College London. <https://hal.archives-ouvertes.fr/tel-02493805>
- Nury, E. (2019). Visualizing collation results. *Variants: The Journal of the European Society for Textual Scholarship*, 14, 75–94. <https://doi.org/10.4000/variants.950>
- Nury, E., & Spadini, E. (2020). From giant despair to a new heaven: The early years of automatic collation. *IT - Information Technology*, 62(2), 61–73. <https://doi.org/10.1515/itit-2019-0047>
- O'Brien, M. J., & Lyman, R. L. (2005). Darwinian Theory and Archaeology. In *Applying Evolutionary Archaeology* (pp. 1–23). Kluwer Academic Publishers. https://doi.org/10.1007/0-306-47468-9_1
- O'Hara, R. J. (1996). Trees of History in Systematics and Philology. *Memorie Della Società Italiana Di Scienze Naturali e Del Museo Civico Di Storia Naturale Di Milano*, 27(1), 81–88. <https://papers.ssrn.com/abstract=2558818>
- O'Keefe, R. (2006). *The protection of cultural property in armed conflict*. Cambridge University Press.
- O'Mahoney, J., & Vincent, S. (2014). Critical Realism as an Empirical Project: A Beginner's Guide. In P. K. Edwards, J. O'Mahoney, & S. Vincent (Eds.), *Studying Organizations Using Critical Realism* (pp. 1–20). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199665525.003.0001>
- O'Neill, J. E. (1979). Replevin: A Public Archivist's Perspective. *College & Research Libraries*, 40(1), 26–30. https://doi.org/10.5860/crl_40_01_26
- O'Toole, J. M. (1994). On the idea of uniqueness. *American Archivist*, 57(4), 632–658. <https://doi.org/10.17723/aarc.57.4.618x444kn3966v00>
- Octopus Data. (2020). *Octoparse: v8.1.14.61721*. Octopus Data. <https://www.octoparse.com>
- Oliver, P. (2010). *The student's guide to research ethics* (2nd ed., R). McGraw-Hill/Open University Press.
- Onwuegbuzie, A. J. (2003). Effect sizes in qualitative research: A prolegomenon. *Quality and Quantity*, 37(4), 393–409. <https://doi.org/10.1023/A:1027379223537>
- Onwuegbuzie, A. J., & Leech, N. L. (2006). Linking Research Questions to Mixed Methods Data Analysis Procedures 1. *The Qualitative Report*, 11(3). <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol11/iss3/3>
- Orduña-Malea, E., & Delgado-López-Cózar, E. (2018). Dimensions: redescubriendo el ecosistema de la información científica. *El Profesional de La Información*, 27(2), 420. <https://doi.org/10.3145/epi.2018.mar.21>
- Ornelas, S. (2001, November). História da Madeira preservada na rede : www.Nesos.Net. *Diário de Notícias*, 21. <https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/SearchResultDetail.aspx?mf=57253&DDB=>
- Ørom, A. (2000). Information science, historical changes and social aspects: A nordic outlook. *Journal of Documentation*, 56(1), 12–26. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007133>
- Ortega, José Luis. (2014). *Academic search engines : a quantitative outlook*. Chandos Publishing, Elsevier.
- Ortega, José Luis, & Aguillo, I. F. (2014). Microsoft academic search and Google scholar citations: Comparative analysis of author profiles. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 65(6), 1149–1156. <https://doi.org/10.1002/asi.23036>
- Otlet, P. (1934). *Traité de documentation*. Editiones Mundaneum. <http://lib.ugent.be/catalog?q=rug01%3A000990276>
- Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid, A. (2016). Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, 5(1), 210. <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>
- Page, S. (2004). Unobtrusive Measures. In M. S. Lewis-Beck, A. Bryman, & T. F. Liao (Eds.), *The SAGE Encyclopedia of Social Science Research Methods* (pp. 1162–1163). Sage Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412950589.n1056>

- Paisley, W. (1986). The convergence of Communication and Information Science. In *Libraries and information science in the electronic age* (pp. 122–1536). ISI Press.
- Paixão, J. C. (1997). Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a história do Brasil Colônia. *Acervo - Revista Do Arquivo Nacional*, 10(1), 57–70. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44966>
- Paley, J. (2008). Positivism. In *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 646–650). Sage Publications.
- Pamjav, H., Juhász, Z., Zalán, A., Németh, E., & Damdin, B. (2012). A comparative phylogenetic study of genetics and folk music. *Molecular Genetics and Genomics*, 287(4), 337–349. <https://doi.org/10.1007/s00438-012-0683-y>
- Pando, D. (2018). *Epistemologia da organização da informação: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro* [Universidade Estadual Paulista]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153395>
- Pandžić, M. (1999). The succession of the state archives-to integrate and preserve displaced archives. *Arhivski Vjesnik*, 42, 243–249.
- Paré, Anthony, & Smart, G. (1994). Observing genres in action: Towards a research methodology. In A. Freedman & P. Medway (Eds.), *Genre and the new rhetoric* (pp. 146–154). Taylor and Francis.
- Paredes, M. F. (2015). Dos Arquivos Eclesiásticos da Diocese do Funchal às Bulas do Bispado e seus Bispos. In J. E. Franco & J. O. e Costa (Eds.), *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades* (pp. 459–484). Diocese do Funchal.
- Paredes, M. F. (2019). Arquivos religiosos. In J. E. Franco & C. Trindade (Eds.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (pp. 705–719). Theya.
- Paris, G., & Pannier, L. (1872). *La Vie de Saint Alexis, poème du XIe siècle et renouvellements des XIIe, XIIIe et XIVe siècles*. Franck. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/%0Abpt6k33044x/f3.image.texteImage>
- RESOLUÇÃO sobre o direito dos povos à informação sobre a sua História e à restituição dos arquivos nacionais, C48, 34 Official Journal of the European Communities 181 (1991). <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1991:048:FULL&from=PT>
- Parlamento Europeu e do Conselho. (2014). Diretiva 2014/60/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 (Reformulação). In *Jornal Oficial da União Europeia*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX%3A32014L0060>
- Paróquia de Santa Maria Maior (Funchal). (1839). *Registo de casamento, Liv. 4.º* (Funchal, ABM, Paróquia de Santa Maria Maior, Livro 4.º de registo de casamentos de Santa Maria Maior (1835/1844), fól. 23r, cód. ref. PT/ABM/PFUN04/002/00004/000115).
- Parry, O., & Mauthner, N. S. (2004). Whose Data are They Anyway?: Practical, Legal and Ethical Issues in Archiving Qualitative Research Data. *Sociology*, 38(1), 139–152. <https://doi.org/10.1177/0038038504039366>
- Parsons, C. (2007). *How to Map Arguments in Political Science*. Oxford University Press.
- Pasquali, G. (1934). *Storia della tradizione e critica del testo*. F. Le Monier.
- Patkus, R. D. (2005). Musical migrations: A Case Study of the Teresa Carreño Papers. *RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts, & Cultural Heritage*, 6(1), 26–33.
- Patomäki, H. (2010). After Critical Realism? *Journal of Critical Realism*, 9(1), 59–88. <https://doi.org/10.1558/jcr.v9i1.59>
- Pawson, R. (2006). Evidence-based Policy: a realist perspective. In *Evidence-based Policy*. SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781849209120>
- Pawson, R., & Tilley, N. (1997). *Realistic evaluation*. SAGE.
- Pearce-Moses, R. (2005). *A glossary of archival and records terminology*. Society of American Archivists; Society of American Archivists.
- Pearce-Moses, Richard. (2005). A glossary of archival and records terminology. In *Society of American*

Archivists. Society of American Archivists. <https://www2.archivists.org/glossary>

- Peirce, C. (1958). *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Belknap Press of Harvard University Press.
- Peirce, C. S. (1955). *Philosophical writings of Peirce*. Dover.
- Pennell, C. R. (2019). Digitised, digital and static archives and the struggles in the Middle East and North Africa. *Archives & Manuscripts*, 47(2), 242–259. <https://doi.org/10.1080/01576895.2019.1585266>
- Pensoneau-Conway, S. L., Adams, T., & Bolen, D. M. (2017). Doing autoethnography. In S. L. Pensoneau-Conway, T. Adams, & D. M. Bolen (Eds.), *Doing autoethnography* (pp. 1–6). Sense Publishers.
- Pereira, A. dos S. (2015). *A livraria do Convento de S. Francisco do Funchal*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Pereira, A. M. C. (2008). Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 1(1), 63–79. <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/241>
- Pereira, F. J. (1991). *Estudos sobre História da Madeira*. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração; Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Pereira, R. (2018). Assessing the implementation of the National Archives Records and Services Act at Eduardo Mondlane University in Mozambique. *ESARBICA Journal*, 37, 221–244.
- Pérotin, Y. (1966). Administration and the “Three Ages” of Archives. *The American Archivist*, 29(3), 363–369. <https://doi.org/10.17723/aarc.29.3.j6162758673p3740>
- Perversi, P., Yearwood, J., Bellucci, E., Stranieri, A., Warren, J., Burstein, F., Mays, H., & Wolff, A. (2018). Exploring reasoning mechanisms in ward rounds: A critical realist multiple case study. *BMC Health Services Research*, 18(1), 643. <https://doi.org/10.1186/s12913-018-3446-6>
- Peters, M., Godfrey, C., McInerney, P., Soares, C. B., Khalil, H., & Parker, D. (2015). The Joanna Briggs Institute Reviewers manual 2015: Methodology for JBI Scoping Reviews. In E. Aromataris (Ed.), *The Joanna Briggs Institute Reviewers manual 2015*. The Joanna Briggs Institute. <https://research.monash.edu/en/publications/methodology-for-jbi-scoping-reviews>
- Peters, R. (2011). *Complementary and Alternative Mechanisms beyond Restitution: An Interest-oriented Approach to Resolving International Cultural Heritage Disputes*. <https://doi.org/10.2870/15795>
- Peterson, J., & Pearce, P. (2017). Understanding scoping reviews: Definition, purpose, and process. *Journal of the American Association of Nurse Practitioners*, 29(1), 12–16. <https://doi.org/10.1002/2327-6924.12380>
- Peterson, T. (2000). Macro archives, micro states. *Archivaria*, 50, 41–51.
- Peterson, T. (2012). *ISAD(G) for Human Rights Archives*. https://www.ica.org/sites/default/files/HRG_2012_toolkit_ISAD-G_EN.pdf
- Pettigrew, K. E., & McKechnie, L. (2001). Use of theory in information science research. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 52(1), 62–73. [https://doi.org/10.1002/1532-2890\(2000\)52:1<62::AID-ASII061>3.0.CO;2-J](https://doi.org/10.1002/1532-2890(2000)52:1<62::AID-ASII061>3.0.CO;2-J)
- Pham, M. T., Rajić, A., Greig, J. D., Sargeant, J. M., Papadopoulos, A., & McEwen, S. A. (2014). A scoping review of scoping reviews: advancing the approach and enhancing the consistency. *Research Synthesis Methods*, 5(4), 371–385. <https://doi.org/10.1002/jrsm.1123>
- Phillips, D. (2013). The “migrated archives”: the underbelly of colonial rule in Borneo. *Borneo Research Bulletin*, 44, 40–92.
- Phillips, D. (2016). The ‘Migrated Archives’ and a Forgotten Corner of Empire: The British Borneo Territories. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 44(6), 1001–1019. <https://doi.org/10.1080/03086534.2016.1251557>
- Pickering, A. (1995). *The mangle of practice: Time, agency, and science*. University of Chicago Press.
- Piggott, M. (2012). *Archives and Societal Provenance*. Chandos Publishing. <https://doi.org/10.1533/9781780633787>
- Pinheiro, L. V. R. (1998). Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*, 12(25), 132–163.

<https://doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.1998.25.3884>

- Pinheiro, L. V. R. (2005). Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. *Informação & Sociedade*, 15(1), 13–48. <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/23>
- Pinheiro, L. V. R. (2006). Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In M. N. González de Gómez & E. G. Dill Orico (Eds.), *Políticas de memória e informação* (pp. 111–142). EDUFRRN. <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/18>
- Pinheiro, L. V. R., & Loureiro, J. M. M. (1995). Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência Da Informação*, 24(1). <https://doi.org/10.18225/CI.INF..V24I1.609>
- Pitti, D. (1997). Encoded archival description: The development of an encoding standard for archival finding aids. *American Archivist*, 60(3), 268–283. <https://doi.org/10.17723/aarc.60.3.f5102tt644q123lx>
- Plano Clark, V. L., & Badiee, M. (2010). Research Questions in Mixed Methods Research. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *SAGE Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research* (pp. 275–304). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781506335193.n12>
- Platnick, N. I., & Cameron, H. D. (1977). Cladistic Methods in Textual, Linguistic, and Phylogenetic Analysis. *Systematic Biology*, 26(4), 380–385. <https://doi.org/10.1093/sysbio/26.4.380>
- Popper, K. (1934). *Logik der Forschung. Zur Erkenntnistheorie der modernen Naturwissenschaft*. Verlag von Julius Springer.
- Popper, K. (1978). Three Worlds. *The Tanner Lecture on Human Values Delivered at The University of Michigan*, 1–27. https://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/p/popper80.pdf
- Porpora, D. V. (2015). Reconstructing Sociology: The Critical Realist Approach. In *Reconstructing Sociology*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9781316227657>
- Porter, M. (1980). An algorithm for suffix stripping. *Program*, 14(3), 130–137. <https://doi.org/10.1108/eb046814>
- Porter, M., & Boulton, R. (2002). *Snowball*. <https://snowballstem.org/>
- Posner, E. (1940). Some aspects of archival development since the French revolution. *American Archivist*, 3(3), 159–172. <https://doi.org/10.17723/aarc.3.3.q64h3343h663402j>
- Posner, E. (1942). Effects of changes of sovereignty on archives. *American Archivist*, 5(3), 141–155. <https://doi.org/10.17723/aarc.5.3.n1q51331w780t1g7>
- Posner, E. (1944). Public Records under Military Occupation. *The American Historical Review*, 49(2), 213. <https://doi.org/10.2307/1838607>
- Presidência da República. (2000). Decreto do Presidente da República n.º 13/2000. In *Diário da República n.º 76/2000, Série I-A de 2000-03-30* (p. 1289). <https://data.dre.pt/eli/decpresrep/13/2000/03/30/p/dre/pt/html>
- Presidência do Conselho. (1972). Decreto-Lei n.º 29/72. In *Diário do Governo n.º 19/1972, Série I de 1972-01-24* (pp. 93–94). <https://dre.pt/application/conteudo/400002>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1975). Rectificação. In *Diário do Governo n.º 106/1975, Série I de 1975-05-08*. <https://dre.pt/application/conteudo/336320>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1977). Decreto-Lei n.º 429/77. In *Diário da República n.º 239/1977, Série I de 1977-10-15*. <https://dre.pt/application/conteudo/279380>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1980). Decreto-Lei n.º 287/80. In *Diário da República n.º 188/1980, Série I de 1980-08-16*. <https://dre.pt/application/conteudo/470794>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1981). Decreto-Lei n.º 77/81. In *Diário da República n.º 90/1981, Série I de 1981-04-18* (p. 966). <https://dre.pt/application/conteudo/394493>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1984). Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/84. In *Diário da República n.º 198/1984, Série I de 1984-08-27* (p. 2630). <https://dre.pt/application/conteudo/380939>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1988a). Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de abril. In *Diário da República n.º 99/1988, Série I de 1988-04-29* (pp. 1710–1717). <https://dre.pt/application/dir/pdfs/1988/04/09900/17101717.pdf>

- Presidência do Conselho de Ministros. (1988b). Decreto-Lei n.º 447/88. In *Diário da República n.º 284/1988, Série I de 1988-12-10* (p. 4885). <https://dre.pt/application/conteudo/356515>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1991a). Decreto-Lei n.º 279/91. In *Diário da República n.º 182/1991, Série I-A de 1991-08-09*. <https://dre.pt/application/conteudo/679831>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1991b). Decreto Regulamentar n.º 52/91. In *Diário da República n.º 231/1991, Série I-B de 1991-10-08*. <https://dre.pt/application/conteudo/288229>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1992). Decreto-Lei 106-G/92, de 1 de Junho. In *Diário da República n.º 126/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-06-01* (pp. 2648-(39)-2648-(45)). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/conteudo/410288>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1993). Decreto-Lei n.º 16/93. In *Diário da República n.º 19/1993, Série I-A de 1993-01-23*. <http://https://dre.pt/application/conteudo/584777>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2012a). Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio. In *Diário da República n.º 95/2012, Série I de 2012-05-16*. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/103/2012/05/16/p/dre/pt/html>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2012b). Decreto n.º 6/2012. In *Diário da República n.º 72/2012, Série I de 2012-04-11*. <https://dre.pt/application/conteudo/552543>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2015a). Decreto-Lei n.º 148/2015. In *Diário da República n.º 150/2015, Série I de 2015-08-04* (pp. 5347–5361). <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/148/2015/08/04/p/dre/pt/html>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2015b). Resolução da Assembleia da República n.º 98/2015. In *Diário da República n.º 140/2015, Série I de 2015-07-21* (p. 4922). <https://dre.pt/application/conteudo/69846840>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2015c). Resolução do Conselho de Ministros 90-B/2015, 2015-11-09. In *Diário da República n.º 219/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-11-09* (pp. 9470(7)-9470(15)). <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/90-b/2015/11/09/p/dre/pt/html>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-Lei n.º 32/2018. In *Diário da República n.º 88/2018, Série I de 2018-05-08* (pp. 1988–2035). <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/32/2018/05/08/p/dre/pt/html>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2019a). *Decreto-Lei n.º 49/2019*. Diário da República n.º 74/2019, Série I de 2019-04-15. <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/49/2019/04/15/p/dre/pt/html>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2019b). Decreto n.º 18/2019. In *Diário da República n.º 134/2019, Série I de 2019-07-16*. <https://dre.pt/application/conteudo/123183037>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2019c). Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2019. In *Diário da República n.º 34/2019, Série I de 2019-02-18*. <https://dre.pt/application/conteudo/119674803>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna. (1976a). Decreto-Lei n.º 318-B/76. In *Diário da República n.º 102/1976, 2º Suplemento, Série I de 1976-04-30* (pp. 956(3)-956(9)). <https://dre.pt/application/conteudo/345524>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna. (1976b). Decreto-Lei n.º 318-D/76. In *Diário da República n.º 102/1976, 3º Suplemento, Série I de 1976-04-30* (pp. 956-(29)-956-(35)). <https://dre.pt/application/conteudo/345536>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna. (1976c). Decreto-Lei n.º 427-F/76. In *Diário da República n.º 128/1976, 3º Suplemento, Série I de 1976-06-01* (pp. 1232(9)-1232(10)). <https://dre.pt/application/conteudo/310625>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Cultura. (1978). Decreto-Lei n.º 408/78. In *Diário da República n.º 290/1978, Série I de 1978-12-19* (pp. 2672–2673). <https://dre.pt/application/conteudo/325275>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. (1991). Portaria n.º 111/91. In *Diário da República n.º 14/1991, Série I-A de 1991-01-17*. <https://dre.pt/application/conteudo/479578>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. (2012). Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho. In *Diário da República n.º 117/2012, Série I de 2012-06-19* (pp. 3039–3042). Diário da

- República. <https://dre.pt/application/conteudo/178826>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministério dos Assuntos Sociais. (1980). Despacho Normativo n.º 118/80. In *Diário da República n.º 84/1980, Série I de 1980-04-10*. <https://dre.pt/application/conteudo/682046>
- Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Justiça e da Cultura. (1985). Decreto-Lei n.º 33/85. In *Diário da República n.º 26/1985, Série I de 1985-01-31*. <https://dre.pt/application/conteudo/328266>
- Resolução n.º 89/2021, 2021-02-10, Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 26/2021, 2.º supl., Série I de 2021-02-10 3 (2021). <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano de 2021/ISerie-026-2021-02-10sup2.pdf>
- Presidência do Governo Regional dos Açores. (2008). Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2008/A. In *Diário da República n.º 84/2008, Série I de 2008-04-30*. <https://dre.pt/application/conteudo/249514>
- Presidência do Governo Regional dos Açores. (2014). Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2014/A. In *Diário da República n.º 134/2014, Série I de 2014-07-15*. <https://dre.pt/application/conteudo/55020994>
- Priberam. (2021). identificação. In *Dicionário Priberam*. <https://dicionario.priberam.org/identificação>
- Pruzan, P. (2016a). Ethics and Responsibility in Scientific Research. In *Research Methodology: The Aims, Practices and Ethics of Science* (pp. 273–306). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-27167-5_10
- Pruzan, P. (2016b). Research methodology: The aims, practices and ethics of science. In *Research Methodology: The Aims, Practices and Ethics of Science*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-27167-5>
- Psillos, S. (2015). inference. In *Dictionary of Critical Realism* (pp. 256–257). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315688299>
- Punzalan, R. (2006). Archives of the new possession: Spanish colonial records and the American creation of a “national” archives for the Philippines. *Archival Science*, 6(3–4), 381–392. <https://doi.org/10.1007/s10502-007-9040-z>
- Punzalan, R. (2014a). Understanding virtual reunification. *The Library Quarterly*, 84(3), 294–323. <https://doi.org/10.1086/676489>
- Punzalan, R. (2014b). Archival diasporas: A framework for understanding the complexities and challenges of dispersed photographic collections. *American Archivist*, 77(2), 326–349. <https://doi.org/10.17723/aarc.77.2.729766v886w16007>
- Punzalan, R., & Caswell, M. (2016). Critical Directions for Archival Approaches to Social Justice. *The Library Quarterly*, 86(1), 25–42. <https://doi.org/10.1086/684145>
- Qvortrup, L. (1993). The Controversy over the concept of information. An overview and a selected and annotated bibliography. *Cybernetics and Human Knowing*, 1(4), 3–24.
- R Core Team. (2013). *R: A Language and Environment for Statistical Computing*. R Foundation for Statistical Computing.
- Rabello, R. (2008). História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 13(26), 17–46. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13n26p17>
- Radeljic, B. (2015). Complete and Incomplete Archives: An Analysis of Archival Material Documenting European Community-Yugoslav Relations. *The Historian*, 77(1), 80–99. <https://doi.org/10.1111/hisn.12057>
- Radulescu, C., & Vessey, I. (2008, January). Causality in Critical Realist Research: An Analysis of Three Explanatory Frameworks. *Proceedings of: International Association for Critical Realism Annual Conference 2008*. <https://espace.library.uq.edu.au/view/UQ:204745>
- Radulescu, C., & Vessey, I. (2009). Methodology in Critical Realist Research: The Mediating Role of Domain Specific Theory. *Proceedings of the 15th Americas Conference on Information Systems, AMCIS 2009, San Francisco, California, USA, August 6-9, 2009*.

- Ragin, C. C. (1992). Introduction: Cases of “What is a case?” In C. C. Ragin & H. S. Becker (Eds.), *What Is a Case?: Exploring the Foundations of Social Inquiry* (pp. 1–17). Cambridge University Press.
- Ramos, F., Braga, J., Saraiva, T., Braga, L., Santo, C., Pereira, C., Carapinha, F., Carvalho, F., Tremoceiro, T., Lucas, I., Serrão, D., Machado, J., Barbosa, A. C., Baptista, A. I., Barbosa, C., Dias, L., & Ganchinho, M. J. (2011). *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: instituições eclesíásticas*. http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2018/06/GFE_v_9_2016-1.pdf
- Ramos, M. O. (1991). Diário da República. In *Dicionário Jurídico da Administração Pública, vol. IV* (pp. 9–14). [s. n.].
- Ranke, L. von. (1824). *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1535*. Gedruckt bey Leopold Bäntsch.
- Rapoport, A. (1955). What is information? *Synthese*, 9(1), 157–173.
- Raptis, H. (2013). Documentation as Evidence. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research* (Vol. 1, pp. 320–322). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397.n121>
- Rascão, J. (2019a). Information and Its Conceptual Perspectives. *International Journal of Virtual Communities and Social Networking*, 10(4), 45–59. <https://doi.org/10.4018/ijvcsn.2018100104>
- Rascão, J. (2019b). The Interdisciplinary Nature of Information Science. *International Journal of Virtual Communities and Social Networking*, 10(3), 34–63. <https://doi.org/10.4018/ijvcsn.2018070103>
- Rau, V. (1945). *A Torre do Tombo em 1631*. Bertrand Irmãos.
- Rawlings, G. (2015). Lost Files , Forgotten Papers and Colonial Disclosures : The “Migrated Archives” and the Pacific , 1963 – 2013. *The Journal of Pacific History*, 50(2), 189–212. <https://doi.org/10.1080/00223344.2015.1048585>
- Rayward, W. B. (1996). The history and historiography of information science: Some reflections. In T. B. Hahn & M. Buckland (Eds.), *Information Processing and Management* (Vol. 32, Issue 1, pp. 7–21). ASIS American Society for Information Science. [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(95\)00046-J](https://doi.org/10.1016/0306-4573(95)00046-J)
- Reason, M. (2003). Archive or memory? The detritus of live performance. *New Theatre Quarterly*, 19(1), 82–89. <https://doi.org/10.1017/S0266464X02000076>
- Rebello, H., & Fonseca, M. (2019). Aragão, António. In *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (pp. 546–551). Theya.
- Rebello, J. P. de M. (1904). *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo oferecido à Augustíssima Rainha e Senhora D. Maria I*. Biblioteca Nacional.
- Redman, T. (1979). The repatriation of Pound, 1939-1942: a view from the archives. *Paideuma: Modern and Contemporary Poetry and Poetics*, 8(3), 447–457.
- Rees, A., & Saracevic, T. (1968). The impact of information science on library practice. *Library Journal*, 93(19), 4097–4101.
- Relaçam do lamentavel, e horroroso terremoto, que sentio, na noute do ultimo dia do mez de Março para o primeiro de Abril de 1748 a Ilha da Madeira : extrahida de outra, que veyo do Funchal, escrita a 17 de Abril do mesmo anno.* (1748). na officina de Pedro Ferreira, impressor da Augustissima Rainha N. S.
- Relaçam dos terriveis effeitos, que cauzou o terremoto, que sentio a Ilha da Madeira na noite de 31 de Março de 1748 : II parte compendiada de outra, que se escreveo da Ilha do Funchal a 17 de Mayo do mesmo anno.* (1748). na officina de Pedro Ferreira, impressor da Augustissima Rainha N. S.
- Rendon Rojas, M. A. (1996). Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología. *Transinformação*, 8(3). <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22759>
- Rendon Rojas, M. A. (Ed.). (2017). *La Archivística y la ciencia de la información documental Autonomía e interdependencias*. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. <https://doi.org/10.22201/iibi.9786070295027e.2017>
- Repartição da Fazenda do Funchal. (1864a). [*Despacho de nomeação de arquivista*] (Funchal, ABM, Repartição de Finanças do Funchal, [Registo de correspondência], Liv. 1991, 1862-1867, officio no. 379A, de 1864-07–25).

- Repartição da Fazenda do Funchal. (1864b). *Communicando que por Carta de lei de 27 de Junho ultimo fora augmentado o quadro desta Rep[artição] com um logar de archivista que terá o ordenado de 240\$000 reis* (Funchal, ABM, Repartição de Finanças do Funchal, [Registo de correspondência], Liv. 1991, 1862-1867, ofício no. 367, de 1864-07-19).
- Repartição da Fazenda do Funchal. (1886a). [Registo de ofício n.º 5187 de 1886-08-09] (Funchal, ABM, Repartição de Finanças do Funchal, [Registo de correspondência], Liv. 1991, ofício no. 5187 (relacionado com o diploma de 23 de julho de 1886), de 1886-08-09, fól. 47r).
- Repartição da Fazenda do Funchal. (1886b). *L[ivro] d'entrada de correspondência desde Fevereiro de 1885 a setembro 1871* (Funchal, ABM, Repartição de Finanças do Funchal, Liv. 1987, ofício no. 5296 (relacionado com o diploma de 18 de outubro de 1886), de 1886-10-23).
- Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino. (1886). [Ofício L.º 38, n.º 669, 1886-07-09] (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 31, n.º 231 (=PT/TT/AA/01/0031/000231), L.º 38, n.º 669, ofício assinado por Severiano Maria Petra, destinado ao Guarda-mór do Archivo da Torre do Tombo, a 1886-07-09).
- Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino. (1887). [Ofício s. n., 1887-05-17] (Portugal, ANTT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 32, n.º 29 (=PT/TT/AA/01/0032/000029), de 1887-05-17).
- Retzlaff, N., & Stadler, P. F. (2018). Phylogenetics beyond biology. *Theory in Biosciences*, 137(2), 133–143. <https://doi.org/10.1007/s12064-018-0264-7>
- Revez, J., & Borges, L. C. (2018). Pragmatic paradigm in information science research: a literature review. *10th Qualitative and Quantitative Methods in Libraries International Conference*, 1–8. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33810>
- Rhee, H. L. (2015). Reflections on Archival User Studies. *Reference & User Services Quarterly*, 54(4), 29–42. <https://doi.org/10.2307/refuserserq.54.4.29>
- Rhoads, J. (1966). Alienation and Thievery: Archival Problems. *The American Archivist*, 29(2), 197–208. <https://doi.org/10.17723/aarc.29.2.510581828404555q>
- Ribeiro, F. (1998). *O acesso à informação nos arquivos* [Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>
- Ribeiro, F. (2001). Archival science and changes in the paradigm. *Archival Science*, 1(3), 295–310. <https://doi.org/10.1007/BF02437693>
- Ribeiro, F. (2002a). Da Arquivística técnica à Arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista Da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas Do Património*, 1, 97–110. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf>
- Ribeiro, F. (2003). Como seria a estrutura primitiva do arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)? In *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (pp. 1401–1414). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14301>
- Ribeiro, F. (2006). Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas : uma abordagem crítica. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias* (pp. 307–320). Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/8173>
- Ribeiro, F. (2008a). A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. In L. R. Torgal & H. Paulo (Eds.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória* (pp. 223–237). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0810-5_15
- Ribeiro, F. (2008b). *Para o estudo do paradigma patrimonista e custodial: a inspeção das bibliotecas e arquivos eo contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Afrontamento.
- Ribeiro, F. (2010). Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: Estudos*, Vol. 20, n.º 1, 20(1), 63–70. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/39370/2/fribeirodamediacao000112989.pdf>
- Ribeiro, F. (2011). A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas Em Gestão & Conhecimento*, 1(1), 59–73. <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/9887>

- Ribeiro, F. (2013a). La archivística como disciplina aplicada en el campo de la ciencia de la información (CI). *Códices*, 9(1), 83–105. <http://eprints.rclis.org/19858>
- Ribeiro, F. (2013b). Una archivística en la era post-custodial: reflexiones sobre un cambio del paradigma en curso. *Boletín Ciencias de La Información*, 2, 77–82. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77176>
- Ribeiro, F. (2020). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In S. C. Matos (Ed.), *Dicionário de Historiadores Portugueses*. Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro de História da Universidade de Lisboa. http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_torre_tombo.htm
- Ribeiro, F. (2018). Arquivística: novos reptos para o futuro. *Novos Retos: Arquivística Para Mañá: Actas Das III Jornadas Olga Gallego de Arquivos*, 14–34. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/119202>
- Ribeiro, F. (2002b). O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. *Integrar : Textos. 1.º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, São Paulo, 17 a 22 de Março de 2002*, 1–25.
- Ribeiro, F. (2013c). O Uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. *I Congresso ISKO Espanha e Portugal Porto, 7 a 9 de Novembro de 2013*, 528–539. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/69659>
- Ribeiro, J. P. (1819). *Memorias authenticas para a historia do Real archivo*. Impressão Regia.
- Ribeiro, J. S. (1871). Archivo da Torre do Tombo. In Á. Neves (Ed.), *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia* (pp. 327–342). Academia Real das Ciências. <https://purl.pt/173/4/>
- Ricci, S. (2008). Saving, rebuilding, or Making (Re)Constructions in Moving Image Archives. *The American Archivist*, 71, 433–455.
- Richards, T. (1993). *The imperial archive : knowledge and the fantasy of empire*. Verso.
- Robinson, L., & Bawden, D. (2014). Mind the Gap: Transitions Between Concepts of Information in Varied Domains. In F. Ibeke-SanJuan & T. M. Dousa (Eds.), *Theories of Information, Communication and Knowledge: A Multidisciplinary Approach* (pp. 121–141). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6973-1_6
- Robinson, L., & Karamuftuoglu, M. (2010). The nature of information science: changing models. *Information Research*, 15(4). <http://informationr.net/ir/15-4/colis717.html>
- Rocha, E. (1999). Arquivo da Horta: Fundos Públicos e Privados, Organização e Informatização. *Actas Do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de Setembro de 1997*, 39–42.
- Rodrigues, A. (2016). Introducing an archival collecting model for the records created by South African Portuguese community organisations. *Archives and Manuscripts*, 44(3), 141–154. <https://doi.org/10.1080/01576895.2016.1258582>
- Rodrigues, A. (2017). Underrepresented communities: including the Portuguese community in South Africa's historiography and archival heritage. *ESARBICA Journal: Journal of the Eastern and Southern Africa Regional Branch of the International Council on Archives*, 36(0), 29–45. <https://www.ajol.info/index.php/esarjo/article/view/152656>
- Rodrigues, A. C. (2011). Identificação Arquivística. *Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação*, 1(4). <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151540>
- Rodrigues, A., van der Walt, T., & Ngulube, P. (2014). Towards an archival collecting plan for the records generated by the Portuguese community-based organizations in the Gauteng Province of South Africa. *Archives and Records*, 35(2), 93–109. <https://doi.org/10.1080/23257962.2014.938269>
- Rodrigues, G. M., & Marques, A. A. da C. (2006). Fronteiras institucionais e de identidade entre a Arquivística e a Ciência da informação. *VII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação. 19 a 22 de Novembro de 2006. Marília, São Paulo*. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1014>
- Rodrigues, M. do C. J. (1968a). *Alfândega do Funchal: índice analítico [Dactilografado]*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- Rodrigues, M. do C. J. (1968b). *Alfândega do Funchal: inventário [Dactilografado]*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Rodrigues, M. do C. J. (1968c). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: índice analítico [Dactilografado]*. Arquivo Nacional Torre do Tombo.
- Rodrigues, M. do C. J. (1968d). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: inventário [Dactilografado]*. Arquivo Nacional Torre do Tombo.
- Rodrigues, M. do C. J. (1970). *Cabido da Sé do Funchal: Inventário de livros e documentos (L 491)*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4203012>
- Rodríguez de Diego, J. L. (1989). *Instrucción para el gobierno del Archivo de Simancas (año 1588)*. Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos.
- Roelli, Philipp. (2020). Introduction. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 1–8). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384>
- Roelli, Philipp, & Bachmann, D. (2010). Towards generating a stemma of complicated manuscript traditions: Petrus Alfonsi's Dialogus. *Revue d'Histoire Des Textes*, 5, 307–331. <https://doi.org/10.1484/J.RHT.5.101260>
- Roelli, Philipp, & Macé, C. (2015). *Parvum lexicon stemmatologicum. A brief lexicon of stemmatology*. Helsinki University Homepage. <https://doi.org/10.5167/uzh-121539>
- Rogers, C., & Duranti, L. (2017). Ethics in the Cloud. *Journal of Contemporary Archival Studies*, 4(2). <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol4/iss2/2>
- Roos, T. (2020). Computational construction of trees. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 315–327). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-006>
- Roos, T., & Heikkilä, T. (2009). Evaluating methods for computer-assisted stemmatology using artificial benchmark data sets. *Literary and Linguistic Computing*, 24(4), 417–433. <https://doi.org/10.1093/lc/fqp002>
- Roos, T., Heikkilä, T., & Myllymäki, P. (2006). A Compression-Based Method for Stemmatic Analysis. In G. Brewka, S. Coradeschi, A. Perini, & P. Traverso (Eds.), *Proceeding of the 2006 conference on ECAI 2006* (pp. 805–806). IOS PRESS.
- Roos, T., & Zou, Y. (2011). Analysis of textual variation by latent tree structures. *Proceedings - IEEE International Conference on Data Mining, ICDM*, 567–576. <https://doi.org/10.1109/ICDM.2011.24>
- Roque, R., & Wagner, K. A. (Eds.). (2012). *Engaging colonial knowledge : reading European archives in world history*. Palgrave Macmillan.
- Ruben, B. D. (1992). The communication-information relationship in system-theoretic perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, 43(1), 15–27. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199201\)43:1<15::AID-ASI2>3.0.CO;2-K](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199201)43:1<15::AID-ASI2>3.0.CO;2-K)
- Runa, L. (2007). Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar. *Bibliotecas e Arquivos - informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação*, 9. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/588>
- Sabharwal, A. (2018). *Digital curation in the digital humanities : preserving and promoting archival and special collections*. Elsevier/Chandos Publishing.
- Saini, M., & Shlonsky, A. (2012). Systematic Synthesis of Qualitative Research. In *Systematic Synthesis of Qualitative Research* (Vol. 9780195387). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195387216.001.0001>
- Salaün, J.-M., & Arsenault, C. (2010). *Introduction aux sciences de l'information*. La Découverte.
- Saldanha, G. S. (2008). Thomas Kuhn na epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. *Informação & Informação*, 13(2), 78. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n2p56>
- Sales, O. M. M., Gaudêncio, S. M., & Neves, D. A. de B. (2018). Produção científica brasileira em organização e representação da informação: estudo bibliométrico nos periódicos Qualis A. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 23(53), 16–24. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n53p16>

- Sandberg, J., & Alvesson, M. (2011). Ways of constructing research questions: gap-spotting or problematization? *Organization*, 18(1), 23–44. <https://doi.org/10.1177/1350508410372151>
- Sandelowski, M., & Barroso, J. (2010). *Handbook for synthesizing qualitative research*. Springer.
- Sandelowski, M., Barroso, J., & Voils, C. I. (2007). Using qualitative metasummary to synthesize qualitative and quantitative descriptive findings. *Research in Nursing and Health*, 30(1), 99–111. <https://doi.org/10.1002/nur.20176>
- Sanderson, K. (2017). *Digital Materiality, Heritage Objects, the Emergence of Evidence, and the Design of Knowledge Enabling Systems*. Victoria University of Wellington.
- Santos, A. S., & Bicas, M. M. M. (1999). *Legislação aplicada às bibliotecas, arquivos e documentação: inclui o código de Direitos de Autor*. Vislis.
- Santos, C. M. (2009). Écrire le pouvoir en Angola: Les archives ndembu (XVIIe -XXe siècles). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 64(4), 767–795. <https://www.cairn.info/revue-Annales-2009-4-page-767.htm>
- Santos, E. V. dos. (2018). A Ciência da Informação no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade. *Páginas A&b: Arquivos e Bibliotecas*, (S3) 10, 3–16. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/4973>
- Santos Junior, R. L. dos, & Pinheiro, L. (2010). A abordagem teórica de A. I. Mikhailov sobre o termo informação científica. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 7(2), 27. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v7i2.1955>
- Saracevic, T. (1992). Information science: origin, evolution and relations. In P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of library and information science. Historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 5–27). Taylor Graham.
- Saracevic, T. (1995). Interdisciplinary nature of information science. *Ciência Da Informação*, 24(1), [1-9]. https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf
- Saracevic, T. (1999). Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1051–1063. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12<1051::AID-ASIJ2>3.0.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1051::AID-ASIJ2>3.0.CO;2-Z)
- Saracevic, T. (2008). Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 1(1), 41–62. <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>
- Sarr, F., & Savoy, B. (2018). *Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle : rapport commandé par le Président de la République, rendu le 23 novembre 2018*. <http://restitutionreport2018.com/>
- Sato, S. (2017). “Operation Legacy”: Britain’s Destruction and Concealment of Colonial Records Worldwide. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 45(4), 697–719. <https://doi.org/10.1080/03086534.2017.1294256>
- Sayer, A. (2000). *Realism and Social Science*. SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446218730>
- Sayer, A. (2010). *Method in social science: A realist approach* (revis. 2nd). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203850374>
- Schechner, R. (1988). *Performance theory*. Routledge.
- Schellenberg, T. (1956a). *Modern archives. Principles and techniques*. University of Chicago Press.
- Schellenberg, T. (1956b). The appraisal of modern public records. *Bulletins of the National Archives*, 8, 1–46.
- Schenkolewski-Kroll, S. (2016). Jewish archives and archival documents: Israel and the Diaspora. *Archival Science*, 16(3), 309–326. <https://doi.org/10.1007/s10502-015-9249-1>
- Schensul, J. J. (2008a). Methodology. In *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (pp. 516–521). SAGE Publications. <https://dx.doi.org/10.4135/9781412963909.n267>
- Schensul, J. J. (2008b). Methods. In *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (pp. 521–526). SAGE Publications. <https://dx.doi.org/10.4135/9781412963909.n268>
- Schoonenboom, J. (2019). A Performative Paradigm for Mixed Methods Research. *Journal of Mixed*

Methods Research, 13(3), 284–300. <https://doi.org/10.1177/1558689817722889>

- Schrader, A. M. (1984). In Search of a Name: Information Science and Its Conceptual Antecedents. *Library and Information Science Research, An International Journal*, 6(3), 227–271.
- Schreibman, S., Siemens, R. G., & Unsworth, J. (Eds.). (2004). *A companion to digital humanities*. Blackwell.
- Schreibman, S., Siemens, R., & Unsworth, J. (2004). The Digital Humanities and Humanities Computing: An Introduction. In S. Schreibman, R. Siemens, & J. Unsworth (Eds.), *A companion to digital humanities* (pp. xxiii–xxvii). Blackwell.
- Schwartz, J. M., & Cook, T. (2002). Archives, records, and power: The making of modern memory. *Archival Science*, 2(1–2), 1–19. <https://doi.org/10.1007/BF02435628>
- SCImago. (2019). *SJR — SCImago Journal & Country Rank [Portal]*. <https://www.scimagojr.com/>
- Scott, J. (1990). *A matter of record : documentary sources in social research*. Polity Press.
- Seccareccia, A., Vletter, M. de, Seixas, C., Pereira, E., Garcia, M., & Oliveira, S. (2021). Álvaro Siza Archive – a shared archive. In International Council on Archives & Arquivo Distrital de Braga (Eds.), *International Congress on Architectural Archives Professional Experiences in a Cultural Diversity, Braga 2019* (pp. 19–30). Section on Architectural Records of the International Council on Archives : Arquivo Distrital de Braga. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/70577/3/ICAA_2019_Proceedings_abr21.pdf
- Secretaria de Estado da Justiça e dos Cultos. (1918). Decreto n.º 4837. In *Diário do Governo n.º 209/1918, Série I de 1918-09-25*. <https://dre.pt/application/conteudo/177375>
- Secretaria de Estado de Instrução Pública. (1918). Portaria n.º 1428. In *Diário do Governo n.º 146/1918, Série I de 1918-07-02*. <https://dre.pt/application/conteudo/170876>
- Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. (1834). Portaria de 29 de abril de 1834. In *Collecção de Decretos e Regulamentos, Livro 1833-1834* (p. 155). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/15/107/p178>
- Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. (1837). Carta de Lei de 20 de fevereiro de 1835. In *Colecção de Leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835, Quarta Série* (pp. 74–75). Na Imprensa Nacional. <https://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/16/84/p85>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1823). Regulamento provisional. In *Diário do Governo n.º 112, de 1823-05-12* (pp. 911–9123). https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1823&mes=5&tipo=a-diario&filename=1823/05/12/D_0112_1823-05-12&pag=1&txt=
- Decreto de 6 de abril de 1775, Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações 13 (1828). <https://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/68/137/p38>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1836). Decreto de 22 de outubro de 1836. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836* (p. 69). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/16/88/p80>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1837a). Carta de lei de 25 de abril de 1835. In *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes, quarta série* (pp. 132–133). Na Imprensa Nacional. <https://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/16/84/p326>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1837b). Decreto de 31 de dezembro de 1836. In *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes publicados no 1.º semestre de 1837, sétima série, 1.ª parte* (p. 22). Na Imprensa Nacional. <https://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/16/84/p206>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1837c). Portaria de 15 de setembro de 1837. In *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes publicados no 2.º semestre de 1837, sétima série, 2.ª parte* (p. 114). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/18/33/p133>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1837d). Portaria de 2 de agosto de 1837. In *Colecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no anno de 1841* (p. 35). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/20/35/p58>

- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1837e). Portaria de 27 de abril de 1837. In *Colecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no 1.º Semestre de 1837* (p. 257). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/18/15/p278>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1837f). Decreto de 19 de agosto de 1837. In *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes publicados no 2.º semestre de 1837, sétima série, 2.ª parte* (pp. 70–71). Na Imprensa Nacional.
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1839a). Decreto 23 de novembro de 1839. In *Colecção de Leis e outros documentos officiaes publicados no anno de 1839* (p. 525). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p577>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1839b). Portaria de 3 de setembro de 1839. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados no Anno de 1839* (p. 336). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p388>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1841). Portaria de 26 de março de 1841. In *Colecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no anno de 1841* (p. 35). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/35/p58>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1842). Portaria de 18 de abril de 1842. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva: Legislação de 1842 em diante* (p. 179). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/21/30/p192>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1843). Portaria de 5 de janeiro de 1843. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva: Legislação de 1842 em diante* (p. 1). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/21/34/p11>
- Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (1858). Convenção Secreta sobre a Transferência da Monarquia Portuguesa para o Brasil. In J. F. B. de Castro (Ed.), *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro: Vol. IV* (pp. 236–253). Imprensa Nacional.
- Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. (1837a). Portaria, 1837-09-07. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no 2.º Semestre de 187* (p. 102). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/18/33/p121>
- Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. (1837b). Portaria de 14 de junho de 1837. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados no 1.º Semestre de 1837* (p. 325). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/18/15/p346>
- Seeger, A. (1986). The Role of Sound Archives in Ethnomusicology Today. *Ethnomusicology*, 30(2), 261. <https://doi.org/10.2307/851997>
- Sela-Sheffy, R. (2002). Canon formation revisited: Canon and cultural production. In *Neohelicon* (Vol. 29, Issue 2, pp. 141–159). Springer Netherlands. <https://doi.org/10.1023/A:1020386207413>
- Sela, R. (2018a). “Imprisoned Photographs”: The Looted Archive of Photo Rissas (Rassas) - Ibrahim and Chalil (Khalil) Rissas. *Intermedialities*, 32, 1–28. <https://doi.org/10.7202/1058469ar>
- Sela, R. (2018b). The Genealogy of Colonial Plunder and Erasure – Israel’s Control over Palestinian Archives. *Social Semiotics*, 28(2), 201–229. <https://doi.org/10.1080/10350330.2017.1291140>
- Sem entidade. (1835). Portaria de 17 de março de 1835. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835* (p. 87). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p98>
- Sem entidade. (1836a). Portaria de 1 de março de 1836. In *Colecção de Leis e outros documentos officiaes publicados desde o 1.º de Janeiro até 9 de Setembro de 1836* (p. 42). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/87/p54>
- Sem entidade. (1836b). Portaria de 5 de outubro de 1836. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836* (p. 43). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/88/p54>
- Sem entidade. (1842). Decreto de 8 de Abril de 1842. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva: Legislação de 1842 em diante* (pp. 165–166). Na Imprensa Nacional. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p206>

- Sem entidade. (1844). Portaria de 29 de maio de 1844. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva: Legislação de 1842 em diante* (p. 88). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/22/76/p101>
- Sem entidade. (1845). Portaria de 30 de agosto de 1845. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa* (pp. 728–729). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/74/121/p294>
- Sem entidade. (1851). Portaria de 3 de Janeiro de 1850. In *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, anno de 1850* (pp. 1–6). <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/76/109/p29>
- Serrão, J. (1992). O rendimento das alfândegas do arquipélago da Madeira (1581-1587). In *Temas Históricos Madeirenses* (pp. 77–101). Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Serrão, J., Leal, M. J. da S., Pereira, M. H., Matos, A. M. C., Silva, M. B. N. da, & Welling, A. (1984). *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea*. INIC.
- Serrão, J., Silva, M. J. da, & Pereira, M. H. (1984). Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal. In A. M. C. de Matos & M. de L. Henriques (Eds.), *Fontes da História Portuguesa Contemporânea: Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (pp. 318–322). Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Shannon, C. E. (1948). A Mathematical Theory of Communication. *Bell System Technical Journal*, 27(3), 379–423. <https://doi.org/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x>
- Shannon, C. E., & Weaver, W. (1949). *The mathematical theory of communication*. University of Illinois Press.
- Shapiro, F. R. (1995). Coinage of the term information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(5), 384–385. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199506\)46:5<384::AID-ASIS>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199506)46:5<384::AID-ASIS>3.0.CO;2-3)
- Shepard, T. (2015). “Of Sovereignty”: Disputed Archives, “wholly Modern” Archives, and the Post-Decolonization French and Algerian Republics, 1962-2012. *American Historical Review*, 120(3), 869–883. <https://doi.org/10.1093/ahr/120.3.869>
- Shepard, T. (2017). Making Sovereignty and Affirming Modernity in the Archives of Decolonisation: The Algeria–France ‘Dispute’ between the Post-Decolonisation French and Algerian Republics, 1962–2015. In J. Lowry (Ed.), *Displaced Archives* (pp. 21–40). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609-3>
- Shera, Jesse H., & Cleveland, D. B. (1977). History and foundations of information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, 12, 249–275.
- Shera, J. H. (1968). Of librarianship, documentation and information science. *UNESCO Bulletin for Libraries*, 22(2), 58–65.
- Shera, J. H. (1972). *The foundations of education for librarianship*. Becker and Hayes.
- Shera, J. H. (1973). Toward a Theory of Librarianship and Information Science. In *Ciência da Informação* (Vol. 2, Issue 2).
- Siems, M. (2019). The law and ethics of “cultural appropriation.” *International Journal of Law in Context*, 15(4), 408–423. <https://doi.org/10.1017/S1744552319000405>
- Silva, A., Guimarães, J. A. C., & Tognoli, N. B. (2015). Ethical Values in Archival Arrangement and Description: An Analysis of Professional Codes of Ethics. *Knowledge Organization*, 42(5), 346–352. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-5-346>
- Silva, C. N. (2012). Ex post facto study. In N J Salkind (Ed.), *Encyclopedia of Research Design* (Vol. 1, pp. 465–466). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412961288>
- Silva, A. M. da. (2006). *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Afrontamento.
- Silva, A. M. da. (2009). Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.Com*, 9, 68–104. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26174/2/000106387.pdf>
- Silva, A. M. da. (2002). Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. *Integrar: 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus: Textos*, 573–607. <https://repositorio->

aberto.up.pt/handle/10216/52183

- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2002). *Das ciências documentais à ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Afrontamento.
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2011a). A prática profissional e o ensino/investigação em ciência da informação através do conceito operatório de paradigma. In *V Encuentro Ibérico EDICIC, Badajoz, 17-19 November 2011* (pp. 419–427). <http://eprints.rclis.org/23083/>
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2011b). *Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação*. Néctar.
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2012). Documentation / Information and Their Paradigms: Characterization and Importance in Research, Education, and Professional Practice. *Knowledge Organization*, 39(2), 111–124. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2012-2-111>
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2020). Ciência da Informação Trans e Interdisciplinar: para a superação de equívocos. In M. B. Marques & L. E. Gomes (Eds.), *Ciência da Informação: visões e tendências* (pp. 33–58). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1896-8_2
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., & Martins, F. (2010). Information science and cognitive psychology: A theoretical approach. *Communications in Computer and Information Science*, 96 CCIS, 189–199. https://doi.org/10.1007/978-3-642-16032-5_17
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (1998). *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. Edições Afrontamento.
- Silva, F. A. da, & Menezes, C. A. de. (1921). *Elucidario madeirense*. Tipografia Esperança.
- Silva, F. A. da, & Menezes, C. A. de. (1940). *Elucidário madeirense (vol. 1) (2. ed acre)*. Junta Geral do Distrito do Funchal. https://arquivo.pt/wayback/20091219143538/http://www.bprmadeira.org/index_digital.php?IdSeccao=228
- Silva, S. B. da. (2014). *As bibliotecas religiosas da ilha da Madeira no século XVIII* [Universidad de Alcalá de Henares]. <http://hdl.handle.net/10017/22536>
- Silva, S. G. da, & Tehrani, J. J. (2016). Comparative phylogenetic analyses uncover the ancient roots of Indo-European folktales. *Royal Society Open Science*, 3(1), 150645. <https://doi.org/10.1098/rsos.150645>
- Silva, I. de O. S., Fujita, M. S. L., & Evedove, P. R. D. (2009). A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. *Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación*, 3, 281–289. <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3751>
- Silva, J. G. da C. G. (1999). Ciência da Informação: uma ciência do paradigma emergente. In L. V. R. Pinheiro (Ed.), *Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade* (pp. 79–117). IBICT. [https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1000/1/PINHEIRO. Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinariedade.pdf](https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1000/1/PINHEIRO_Ci%C3%AAncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o,%20Ci%C3%AAncias%20Sociais%20e%20Interdisciplinariedade.pdf)
- Silva, J. H., & Albuquerque, M. E. (2018). Abordagens acerca da representação da informação na arquivologia: análise a partir dos Anais da ISKO – Brasil. *Biblionline*, 14(1), 67–79.
- Silva, J. L. C. (2013). Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percebido da interdisciplinaridade. *Investigacion Bibliotecologica*, 27(59), 67–92. [https://doi.org/10.1016/s0187-358x\(13\)72531-0](https://doi.org/10.1016/s0187-358x(13)72531-0)
- Silva, J. L. C., & Freire, G. H. de A. (2012). Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 17(33), 1–29. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17n33p1>
- Silva, J. M. A. (1995). *A Madeira e a construção do Atlântico (Séculos XV-XVII)*. Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Silva, J. T. e. (2016). *Noção de representação na ciência da informação: concepções a partir da filosofia de Arthur Schopenhauer* [Universidade Federal da Paraíba (Brasil)]. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9724>

- Silva, L. E. F. (2017). *A representação da informação como “Assemblage”: a Teoria da Assemblage de Manuel Delanda na Ciência da Informação*. Universidade Federal da Paraíba.
- Silva, L. E. F., & Silva, A. M. S. (2017). A influência da teoria pós-custodial de Terry Cook como prenúncio da socialização da arquivística, do arquivista e dos arquivos. *Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação e Biblioteconomia*, 12(2), 99–114. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.36647>
- Silva, P. S. de S. e. (2008). *Políticas culturais e arquivos públicos: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais – 1995-2005*. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Silverman, H. (2011). Contested Cultural Heritage: A Selective Historiography. In *Contested Cultural Heritage* (pp. 1–49). Springer New York. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-7305-4_1
- Silverman, H. (Ed.). (2014). *Contested cultural heritage: Religion, Nationalism, Erasure, and Exclusion in a Global World*. Springer.
- Simão, S. G. (2019). Visão holística dos museus e arquivos em Angola: uma abordagem histórica. *Transversos: Revista de História*, 15, 337–355. <https://doi.org/10.12957/transversos.2019.4185>
- Sinclair, S., & Rockwell, G. (2016). *Voyant Tools*. <http://voyant-tools.org>
- Sinkoff, N. (2016). From the archives: Lucy S. Dawidowicz and the restitution of Jewish cultural property. In *American Jewish History* (Vol. 100, Issue 1, pp. 117–147). Johns Hopkins University Press. <https://doi.org/10.1353/ajh.2016.0009>
- Skarpelis, A. K. M. (2020). Life on File: Archival Epistemology and Theory. *Qualitative Sociology*, 43(3), 385–405. <https://doi.org/10.1007/s11133-020-09460-1>
- Sloan, M. C. (2010). Aristotle’s Nicomachean Ethics as the original locus for the septem circumstantiae. *Classical Philology*, 105(3), 236–251. <https://doi.org/10.1086/656196>
- Smit, J. W. (2017). Arquivologia, Ciência da Informação e as duas faces de Jano. *Brazilian Journal of Information Science*, 11(4), 6–9. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.02.p6>
- Smit, J. W., Tálamo, M. de F. G. M., & Kobashi, N. Y. (2003). A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. *Anais Do Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação*.
- Smith, L. T. (2012). *Decolonizing methodologies : research and indigenous peoples* (2nd ed.). Zed Books.
- Smith, M. (2012). *Research Methods in Accounting*. SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781849209809>
- Smith, M. L. (2006). Overcoming theory-practice inconsistencies: Critical realism and information systems research. *Information and Organization*, 16(3), 191–211. <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2005.10.003>
- Soares, A. P. A., Pinto, A. L., & Silva, A. M. da. (2016). O paradigma pós-custodial na arquivística. *Páginas A&b: Arquivos e Bibliotecas*, 0(0), 22–39. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/996>
- Soledade, F. da (Fr. . (1705). *História Seráfica Cronológica*. Oficina de Manoel & Joseph Lopes Ferreira.
- Song, D. (2012). Retrospective Study. In N. Salkind (Ed.), *Encyclopedia of Research Design* (pp. 1282–1284). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412961288.n390>
- Sousa, A. (1992). Arquivo Histórico de Macau : o desafio de ano 2000. *IV Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Braga, Março de 1992*, 1–15.
- Sousa, B. V. e (Ed.). (2005). *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Livros Horizonte.
- Sousa, J. J. A. de. (1990). *O movimento do Porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810*. DRAC.
- Sousa, É. D., & Moreira, J. L. (2001). A Casa da Alfândega de Machico. *Ilharq*, 1, 11–17.
- Sousa, J. (1991). *O Convento de Santa Clara do Funchal* (1. ed.). Secretaria Regional do Turismo Cultural e Emigração.

- Souza, E. D. de. (2011). *A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar* [Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-8P2JNH>
- Souza, E. D. de, & Dias, E. J. W. (2009). A epistemologia interdisciplinar na ciência da informação: implicações na formação do campo científico. In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Eds.), *A ciência da informação criadora do conhecimento, Vol. I* (pp. 129–142). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0319-3_11
- Souza, M. da P. N. de. (2007). Abordagem inter e transdisciplinar. In L. M. B. B. Toutain (Ed.), *Para entender a ciência da informação* (pp. 75–90). EDUFBA.
- Souza, T. R. (2003). Da Torre do Tombo de Goa à Gova Purabhilekha: comemorando 400 anos do Arquivo Histórico de Goa. *Anais Da Academia Portuguesa Da História*, 41, 455–471. <http://hdl.handle.net/10437/505>
- Spencer, M., & Howe, C. J. (2001). Estimating Distances between Manuscripts Based on Copying Errors. *Literary and Linguistic Computing*, 16(4), 467–484. <https://doi.org/10.1093/lc/16.4.467>
- Spivak, G. C. (1999). *A critique of postcolonial reason : toward a history of the vanishing present*. Harvard University Press.
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Sage Publications.
- Stake, R. E. (2006). *Multiple case study analysis*. Guilford Press.
- Stamatoudi, I. (2011). *Cultural Property Law and Restitution*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9780857930309>
- Stein, S. A. (2015). Black Holes, Dark Matter, and Buried Troves: Decolonization and the Multi-Sited Archives of Algerian Jewish History. *American Historical Review*, 120(3), 900–919. <https://doi.org/10.1093/ahr/120.3.900>
- Stern, C., Jordan, Z., & McArthur, A. (2014). Developing the Review Question and Inclusion Criteria. *AJN, American Journal of Nursing*, 114(4), 53–56. <https://doi.org/10.1097/01.NAJ.0000445689.67800.86>
- Stevens, N. D. (1986). The history of information. *Advances in Librarianship*, 14, 1–48.
- Stock, W. G., & Stock, M. (2013). *Handbook of Information Science*. De Gruyter Saur. <https://doi.org/10.1515/9783110235005>
- Stodola, J. T. (2019). The scope of the concept of information and the future of information science. *Journal of Information and Organizational Sciences*, 43(1), 73–98. <https://doi.org/10.31341/jios.43.1.5>
- Stoler, A. L. (2002). Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, 2, 87–109. <https://doi.org/10.1007/BF02435632>
- Stoler, A. L. (2008). *Along the archival grain : epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton University Press.
- Stoler, A. L. (2010). Archival Dis-Ease: Thinking through Colonial Ontologies. *Communication & Critical/Cultural Studies*, 7(2), 215–219.
- Stonier, T. (1990). *Information and the internal structure of the universe*. Springer.
- Stonier, T. (1991). Towards a new theory of information. *Journal of Information Science*, 17(5), 257–263. <https://doi.org/10.1177/016555159101700501>
- Stonier, T. (1992). *Beyond information: The natural history of intelligence*. Springer.
- Stonier, T. (1997). *Information and meaning: An evolutionary perspective*. Springer.
- Stonier, T. (1986). What is information? In M. Bramer (Ed.), *Research and development in expert systems, III: Proceedings of expert systems '86: The sixth annual technical conference of the British Computer Society Specialist Group on expert systems, Brighton, 15–18 December 1986*, (pp. 217–230). Cambridge University Press.
- Strauss, A. L., & Corbin, J. M. (1990). *Basics of qualitative research : grounded theory procedures and techniques*. Sage Publications.
- Streb, C. K. (2012). Exploratory case study. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of*

- Case Study Research* (pp. 372–373). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397.n47>
- Sugar, W. (1995). User-Centered Perspective of Information Retrieval Research and Analysis Methods. *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, 30, 77–109.
- Suksi, M. (2011). *Sub-state governance through territorial autonomy: a comparative study in constitutional law of powers, procedures and institutions*. Springer-Verlag.
- Sumpf, A., & Laniol, V. (2019). *Saisies, spoliations, restitutions: Archives et bibliothèques au XXe siècle*. Presses Universitaires de Rennes. <http://books.openedition.org/pur/130140>
- Sundqvist, A. (2009). *Search Processes, User Behaviour and Archival Representational Systems* [Department of information technology and media, Mid Sweden University]. <https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A213633&dswid=-3923>
- Susen, S. (2015). *The 'postmodern turn' in the social sciences*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137318237>
- Svenonius, E. (2000). *The intellectual foundation of information organization*. MIT Press.
- Swales, J. M. (1990). *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge University Press.
- Swales, J. M. (2004). *Research Genres: Exploration and Applications*. Cambridge University Press.
- Sweetman, D., Badiie, M., & Creswell, J. W. (2010). Use of the Transformative Framework in Mixed Methods Studies. *Qualitative Inquiry*, 16(6), 441–454. <https://doi.org/10.1177/1077800410364610>
- Szilard, L. (1929). Über die Entropieverminderung in einem thermodynamischen System bei Eingriffen intelligenter Wesen. *Zeitschrift Für Physik*, 53(6), 840–856.
- Tálamo, M. de F. G. M., & Smit, J. W. (2007). Information Science: informational concept and disciplinary integration. *Brazilian Journal of Information Science*, 1(1), 30–54.
- Talja, S., Tuominen, K., & Savolainen, R. (2005). “isms” in information science: Constructivism, collectivism and constructionism. *Journal of Documentation*, 61(1 SPEC. ISS.), 79–101. <https://doi.org/10.1108/00220410510578023>
- Tallier, P.-A., Eeckenrode, M. Van, & Schuylenbergh, P. Van (Eds.). (2021). *Belgique, Congo, Rwanda et Burundi : Guide des sources de l'histoire de la colonisation (19e-20e siècle): Vers un patrimoine mieux partagé !* Brepols. <https://doi.org/10.1484/M.STMCH-EB.5.127294>
- Tang, G. (2017). Sex in the archives: The politics of processing and preserving pornography in the digital age. *American Archivist*, 80(2), 439–452. <https://doi.org/10.17723/0360-9081-80.2.439>
- Taşdelen, A. (2016). *The return of cultural artefacts : hard and soft law approaches*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-44060-6>
- Tavares, A. P., & Santos, C. M. (1998). Fontes escritas africanas para a história de Angola. *Fontes & Estudos*, 4–5, 87–133.
- Taylor, D. (2003). *The Archive and the Repertoire*. Duke University Press.
- Taylor, R. S. (1966). Professional aspects of information science and technology. *Annual Review of Information Science and Technology*, 1, 15–40.
- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of mixed methods research : integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. Sage Publications.
- Tehrani, J. J. (2013). The Phylogeny of Little Red Riding Hood. *PLoS ONE*, 8(11), e78871–e78871. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0078871>
- Tembe, J. das N. (2006). Linking Global to Local Through Archives: Some Notes on the Experiences of Mozambique in Sharing Memories with Global Partners. *Comma*, 2006(3–4), 1–5. <https://doi.org/10.3828/comma.2006.3-4.11>
- Tembe, J. das N. (2013). Uhuru na Kazi: recapturing MANU nationalism through the Archive. *Kronos*, 31(1). http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0259-01902013000100011
- Tëmkin, I., & Eldredge, N. (2007). Phylogenetics and material cultural evolution. *Current Anthropology*,

48(1), 146–153. <https://doi.org/10.1086/510463>

- Terras, M., Nyhan, J., & Vanhoutte, E. (Eds.). (2013). *Defining digital humanities : a reader*. Ashgate.
- Tesouro Público. (1835a). Portaria de 10 de julho de 1835. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835* (pp. 190–191). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p201>
- Tesouro Público. (1835b). Portaria de 19 de setembro de 1835. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835* (p. 325). Na Imprensa Nacional. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p336>
- Text Encoding Initiative Consortium. (2011). *Textual Variance*. TEIWiki. https://wiki.tei-c.org/index.php/Textual_Variance#The_.E2.80.9CGothenburg_model.E2.80.9D:_A_modular_architecture_for_computer-aided_collation
- Thibodeau, K. (2019). The Construction of the Past: Towards a Theory for Knowing the Past. *Information, 10*(332), 1–22. doi:10.3390/info10110332
- Thomas, J., Brunton, J., & Graziosi, S. (2010). *EPPI-Reviewer 4: software for research synthesis*. Social Science Research Unit, UCL Institute of Education. <http://eppi.ioe.ac.uk/cms/er4>
- Thomassen, T. (2015). Archival science. In L. Duranti & P. Franks (Eds.), *Encyclopedia of archival science* (pp. 84–86). Rowman & Littlefield.
- Thomer, A. K., & Weber, N. M. (2014). The phylogeny of a dataset. *Proceedings of the American Society for Information Science and Technology, 51*(1), 1–11. <https://doi.org/10.1002/meet.2014.14505101064>
- Thorne, S. (2017). Metasynthetic Madness: What Kind of Monster Have We Created? In *Qualitative Health Research* (Vol. 27, Issue 1, pp. 3–12). SAGE Publications Inc. <https://doi.org/10.1177/1049732316679370>
- Thorne, S., Jensen, L., Kearney, M. H., Noblit, G., & Sandelowski, M. (2004). Qualitative metasynthesis: Reflections on methodological orientation and ideological agenda. In *Qualitative Health Research* (Vol. 14, Issue 10, pp. 1342–1365). <https://doi.org/10.1177/1049732304269888>
- Thorner, S., Rive, L., Dallwitz, J., & Inyika, J. (2019). Never giving up: Negotiating, culture-making, and the infinity of the archive. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 263–284). University of Hawai'i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24887>
- Thorpe, K. (2016). Aboriginal community archives: a case study in ethical community research. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the archival multiverse. Monash University, 2015Sign inSign in* (pp. 900–934). Monash University Press.
- Tight, M. (2019). Documentary Research in the Social Sciences. In *Documentary Research in the Social Sciences*. SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781529716559>
- Timpanaro, S. (1963). *La genesi del metodo del Lachmann*. le Monnier.
- Timpanaro, S. (2005). *The genesis of Lachmann's method* (G. W. Most (Ed.)). University of Chicago Press.
- Tobin, R. (2012). Descriptive case study. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research* (pp. 288–289). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397.n47>
- Tognoli, N. B. (2012). A representação na arquivística contemporânea. *RICI Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação, 5*(2), 1983–5213. <http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/RICI/article/view/7974>
- Tognoli, N. B., & Guimarães, J. A. C. (2012). Challenges of Knowledge Representation in Contemporary Archival Science. *Knowledge Organization, 13*, 267–271. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/117825>
- Toman, J. (1996). *The Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict: Commentary on the Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and its Protocol, signed on 14 May 1954 in The Hague, and on other instruments of inter*. Dartmouth Publishing Company. <https://digitalcommons.law.scu.edu/monographs/11>

- Toulmin, S. (1953). *The philosophy of science : an introduction*. Hutchinson's University Library.
- Trace, C., & Dillon, A. (2012). The evolution of the finding aid in the United States: from physical to digital document genre. *Archival Science*, 12(4), 501–519. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9190-5>
- Trace, C., & Ovalle, C. J. (2012). Archival Reference and Access: Syllabi and a Snapshot of the Archival Canon. *The Reference Librarian*, 53(1), 76–94. <https://doi.org/10.1080/02763877.2011.596364>
- Tránsito, F. F., Helena, M. R., Francisco, J. G. P., & José, A. M. V. (2016). The systematic review of literature in LIS: An approach. *ACM International Conference Proceeding Series*, 02-04-Nove, 291–298. <https://doi.org/10.1145/3012430.3012531>
- Treharne, G. J., Mnyaka, P., Marx, J., & Macleod, C. I. (2018). Traversing Ethical Imperatives: Learning from Stories from the Field. In *The Palgrave Handbook of Ethics in Critical Research* (pp. 429–453). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-74721-7_28
- Treloyn, S., & Emberly, A. (2013). Sustaining Traditions: Ethnomusicological Collections, Access and Sustainability in Australia. *Musicology Australia*, 35(2), 159–177. <https://doi.org/10.1080/08145857.2013.844473>
- Treloyn, S., Martin, M. D., & Charles, R. G. (2016). Cultural precedents for the repatriation of legacy song records to communities of origin. *Australian Aboriginal Studies Journal*, 2, 94–103. <https://search.informit.org/doi/10.3316/informit.521032219518643>
- Tremoceiro, T., & Ramos, F. (2012). *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: tratamento arquivístico em 2012*. <https://arquivo.pt/wayback/20170214165848/http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/10/3-A-TT-ao-encontro-de-Todos-2012-Provedoria-Funchal-ppt.pdf>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K., Colquhoun, H., Kastner, M., Levac, D., Ng, C., Sharpe, J. P., Wilson, K., Kenny, M., Warren, R., Wilson, C., Stelfox, H. T., & Straus, S. E. (2016). A scoping review on the conduct and reporting of scoping reviews. *BMC Medical Research Methodology*, 16(1), 15. <https://doi.org/10.1186/s12874-016-0116-4>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., ... Straus, S. (2018). PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
- Tricco, A. C., Soobiah, C., Antony, J., Cogo, E., Macdonald, H., Lillie, E., Tran, J., D'Souza, J., Hui, W., Perrier, L., Welch, V., Horsley, T., Straus, S. E., & Kastner, M. (2016). A scoping review identifies multiple emerging knowledge synthesis methods, but few studies operationalize the method. *Journal of Clinical Epidemiology*, 73, 19–28. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2015.08.030>
- Troitiño Rodriguez, S. (2018). Different parameters for Knowledge Organization in archives. In F. Ribeiro & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age* (pp. 160–166). Ergon-Verlag. <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/9783956504211-160/different-parameters-for-knowledge-organization-in-archives>
- Trovato, P. (2014). *Everything you always wanted to know about Lachmann's method : a non-standard handbook of genealogical textual criticism in the age of post-structuralism, cladistics, and copy-text* (Prima ediz). Libreriauniversitaria.it edizioni.
- Trundle, C. (2011). Searching for Culpability in the Archives: Commonwealth Nuclear Test Veterans' Claims for Compensation. *History and Anthropology*, 22(4), 497–512. <https://doi.org/10.1080/02757206.2011.626773>
- Tsang, E. W. K. (2014). Case studies and generalization in information systems research: A critical realist perspective. *Journal of Strategic Information Systems*, 23(2), 174–186. <https://doi.org/10.1016/j.jsis.2013.09.002>
- Tschan, R. (2002). A comparison of Jenkinson and schellenberg on appraisal. *American Archivist*, 65(2), 176–195. <https://doi.org/10.17723/aarc.65.2.920w65g321770611>
- Turku, H. (2018). Cultural Property as a Weapon of War. In *The Destruction of Cultural Property as a Weapon of War* (pp. 1–25). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-57282-6_1
- Turner, J. H. (1989). *Theory building in sociology : assessing theoretical cumulation*. Sage Publications.

- Turner, J. H. (2006). Explaining the social world: Historicism versus positivism. *Sociological Quarterly*, 47(3), 451–463. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2006.00053.x>
- Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict with Regulations for the Execution of the Convention, The Hague, 14 May 1954, (1954).
- UNESCO. (1970). *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property Adopted by the General Conference at Its Sixteenth Session, Paris, 14 November 1970*. UNESCO.
- UNIDROIT convention on stolen or illegally exported cultural objects, Rome, 24 June 1995, (1995).
- Vienna Convention on Succession of States in respect of State Property, Archives and Debts, 1978-04-08, United Nations (2005). http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/3_3_1983.pdf
- Universidade de Coimbra. (2016). Despacho n.º 9205/2016. In *Diário da República n.º 137/2016, Série II de 2016-07-19* (pp. 22129–22130). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/conteudo/74981507>
- Upward, F. (1996). Structuring the records continuum (Series of two parts) Part 1: post custodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, 24(2), 268–285. <https://search.informit.com.au/documentSummary>
- Upward, F. (2000). Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond – a personal reflection. *Records Management Journal*, 10(3), 115–139. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007259>
- Upward, F. (2015). Records continuum. In *Encyclopedia of archival science* (pp. 334–338). Rowman & Littlefield.
- Upward, F. (2017). The archival multiverse and eddies in the spacetime continuum. In A. J. Gilliland, S. Mckemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the archival multiverse* (pp. 198–227). Monash University Publishing.
- Urquhart, C. (2010). Systematic reviewing, meta-analysis and meta-synthesis for evidence-based library and information science. *Information Research*, 15(3), colis708–colis708. <http://informationr.net/ir/15-3/colis7/colis708.html>
- Vaarzon-Morel, P., & Kelly, L. (2019). Enlivening people and country: The Lander Warlpiri cultural mapping project. In L. Barwick, J. Green, & P. Vaarzon-Morel (Eds.), *Archival returns: Central Australia and beyond* (pp. 111–138). University of Hawai'i Press & Sydney University Press. <http://hdl.handle.net/10125/24880>
- Vakkari, P. (1997). Information seeking in context: A challenging metatheory. In P. Vakkari, R. Savolainen, & B. Dervin (Eds.), *Information seeking in context: proceedings of an international conference on research in information needs, seeking and use in different context* (pp. 451–464). Taylor Graham.
- Vallier, J. (2010). Sound Archiving Close to Home: Why Community Partnerships Matter. *Notes*, 67(1), 39–49.
- van Eck, N. J., & Waltman, L. (2014). CitNetExplorer: A new software tool for analyzing and visualizing citation networks. *Journal of Informetrics*, 8(4), 802–823. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2014.07.006>
- van Eck, N. J., & Waltman, L. (2017). Citation-based clustering of publications using CitNetExplorer and VOSviewer. *Scientometrics*, 111(2), 1053–1070. <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2300-7>
- van Reenen, P., Hollander, A. den, & van Mulken, M. (Eds.). (2004). *Studies In Stemmatology II*. John Benjamins Publishing Company.
- van Reenen, P., van Mulken, M., & Dyk, J. (Eds.). (1996). *Studies in Stemmatology*. John Benjamins Publishing Company
- Van Wyhe, J. (2005). The descent of words: Evolutionary thinking 1780-1880. *Endeavour*, 29(3), 94–100. <https://doi.org/10.1016/j.endeavour.2005.07.002>
- van Zundert, J., & Hoenen, A. (2020). Computational methods and tools. In Philipp Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 292–356). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-006>
- Vandenbergh, F. (2013). What's critical about critical realism?: Essays in reconstructive social theory. In *What's Critical about Critical Realism?: Essays in Reconstructive Social Theory*. Taylor and Francis.

<https://doi.org/10.4324/9780203798508>

- VanWynsberghe, R., & Khan, S. (2007). Redefining Case Study. *International Journal of Qualitative Methods*, 6(2), 80–94. <https://doi.org/10.1177/160940690700600208>
- Varela, A. V., & Barbosa, M. A. (2016). Convergências entre a Ciência da Informação e as Ciências Cognitivas. *Informação Em Pauta*, 1(1), 46–60.
- Vargues, M. M., & Costa, M. T. (2020). Tendências da investigação científica em ciência da informação em Portugal: 2003-2018. *Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação*, 13(3), 796–813. <https://doi.org/10.26512/rici.v13.n3.25048>
- Vega-Almeida, R. L., Fernández-Molina, J. C., & Linares, R. (2009). Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. *Information Research*, 14(2). <http://informationr.net/ir/14-2/paper399.html>
- Ventresca, M. J., & Mohr, J. W. (2017). Archival Research Methods. In *The Blackwell Companion to Organizations* (pp. 805–828). Blackwell Publishing Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781405164061.ch35>
- Veríssimo, N. (1992). A confraria do Corpo Santo no séc. XVIII. *Isleña*, 10, 116–124.
- Veríssimo, N. (1996). O Hospício Franciscano e a Capela de S. José da Ribeira Brava. *Isleña*, 19, 61–94.
- Veríssimo, N. (2002). *O convento de S. Bernardino em Câmara de Lobos: elementos para a sua história*. Centro Social e Paroquial de Santa Cecília.
- Veríssimo, N. (2016). Descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira. In *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (V. antezer, pp. 18–22). Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Vermeersch, S. (2019). Archival practice in premodern Korea: Record-keeping as archive and historiography. *Journal of Korean Studies*, 24(2), 201–223. <https://doi.org/10.1215/07311613-7686562>
- Verschuren, P. J. M. (2003). Case study as a research strategy: Some ambiguities and opportunities. *International Journal of Social Research Methodology: Theory and Practice*, 6(2), 121–139. <https://doi.org/10.1080/13645570110106154>
- Vickery, B. (1997). Metatheory and information science. *Journal of Documentation*, 53(5), 457–476. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007206>
- Vickery, B., & Vickery, A. (1987). *Information science in theory and practice*. Butterworths.
- Vico, G. (1725). *Principi di una scienza nuova d'intorno alla natura delle nazioni*. Nella Stamperia Muziana.
- Viehhauser, G. (2020). Heuristics of witnesses. In *Handbook of Stemmatology* (pp. 140–149). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-004>
- Vieira, A. (2014a). *Cronologia. A história das instituições, finanças e impostos*. CEHA. https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edições/Vol_8
- Vieira, A. (2014b). *Dicionário de Finanças Públicas: Conceitos, Instituições, Funcionários*. Centro de Estudos de História do Atlântico. https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edições/Vol_5
- Vieira, A. (2014c). *Dicionário de impostos: contribuições, direitos, impostos, rendas e tributos* (Vol. 6). CEHA. https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edições/Vol_6
- Vieira, A. (2014d). *Entender o deve e haver das finanças da Madeira*. CEHA. https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/dh/Dh-Edições/Vol_2A
- Vieira, A. (2015). A igreja, a criação da diocese da Madeira e as demais ilhas atlânticas (séculos XV e XVI). In J. E. Franco & J. P. de O. e Costa (Eds.), *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades* (pp. 159–172). Diocese do Funchal.
- Vieira, A. (2018). *O (re)descobrimento / (re)conhecimento do Porto Santo e da Madeira: em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões*. Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Vieira, A. (2019a). Alfândegas. In J. E. Franco & C. Trindade (Eds.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (pp. 289–303). Theya.

- Vieira, A. (2019b). Almoxarife. In J. E. Franco & C. Trindade (Eds.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (pp. 384–388). Theya.
- Vital, L. P., Medeiros, G. M. de, & Brascher, M. (2017). Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. *Brazilian Journal of Information Science*, *11*(4), 40–46.
- Võ, C.-Đ. (2014). An Archive of Displacement. *Modern Art Quarterly*, *174*, 62–71. https://www.tfam.museum/File/files/05research/01modern art/Modern art 174_062An Archive of Displacement.pdf
- Volkoff, O., & Strong, D. M. (2013). Critical realism and affordances: Theorizing IT-associated organizational change processes. *MIS Quarterly: Management Information Systems*, *37*(3), 819–834. <https://doi.org/10.25300/MISQ/2013/37.3.07>
- Vreeken, A. (2008). Notions of Information: A Review of Literature. *All Sprouts Content*, *2*(7), 24. https://aisel.aisnet.org/sprouts_all/24
- Wagner, D. G., & Berger, J. (1985). Do Sociological Theories Grow? *American Journal of Sociology*, *90*(4), 697–728. <https://doi.org/10.1086/228142>
- Wagner, P. (1992). Liberty and Discipline: Making Sense of Postmodernity, or, Once Again, toward a Sociohistorical Understanding of Modernity. *Theory and Society*, *21*(4), 467–492. <http://www.jstor.org/stable/657706>
- Wallace, D. A. (2020). Defining the relationship between archives and social justice. In D. A. Wallace, W. M. Duff, R. Saucier, & A. Flinn (Eds.), *Archives, Recordkeeping and Social Justice*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315567846>
- Wallot, J.-P. (1996). Les grands principes internationaux concernant la migration des archives. *Revue Archives*, *28*(2), 3–18. https://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol28_2/28-2-01-Wallot.pdf
- Walsh, D., & Downe, S. (2005). Meta-synthesis method for qualitative research: a literature review. *Journal of Advanced Nursing*, *50*(2), 204–211. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03380.x>
- Watkins, J. (2009). Cultural Nationalists, Internationalists, and “Intra-nationalists”’: Who’s Right and Whose Right? *International Journal of Cultural Property*, *12*(1), 78–94. <https://doi.org/doi.org/10.1017/S0940739105999992>
- Webb, E. J., Campbell, D. T., Schwartz, R. D., & Sechrest, L. (1966). *Unobtrusive measures : nonreactive research in the social sciences*. Rand McNally.
- Webber, S. (2003). Information Science in 2003: A Critique. *Journal of Information Science*, *29*(4), 311–330. <https://doi.org/10.1177/01655515030294007>
- Wersig, G. (1993). Information Science: The Study of Postmodern Knowledge Usage. *Information Processing and Management*, *29*(2), 229–239. <https://eric.ed.gov/?id=EJ462837>
- Wersig, G. (2003). Information theory. In *International encyclopedia of library and information science* (pp. 310–319). Routledge.
- Wersig, G., & Neveling, U. (1975). The phenomena of interest to Information Science. *The Information Scientist*, *9*(4), 127–140.
- West, M. L. (1973). *Textual Criticism and Editorial Technique Applicable to Greek and Latin*. B. G. Teubner.
- Whiting, R. A. (2019). The archive as an artefact of conflict: the North Iraq Dataset. *Critical Military Studies*. <https://doi.org/10.1080/23337486.2019.1691409>
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics or, Control and communication in the animal and the machine*. Technology Press.
- Wikgren, M. (2005). Critical realism as a philosophy and social theory in information science? *Journal of Documentation*, *61*(1 SPEC. ISS.), 11–22. <https://doi.org/10.1108/00220410510577989>
- William, J. (1909). *Pragmatism, a new name for some old philosophy, old ways of thinking popular lectures on philosophy, by William James*. Longmans Green and Co.
- Williams, R. V., Whitmire, L., & Bradley, C. (1997). Bibliography of the history of Information Science in

- North America, 1900-1995. *Journal of the American Society for Information Science*, 48(4), 373–379. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199704\)48:4<373::AID-ASII1>3.0.CO;2-1](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199704)48:4<373::AID-ASII1>3.0.CO;2-1)
- Wilson, T. (1981). On User Studies and Information Needs. *Journal of Documentation*, 37(1), 3–15.
- Wilson, T. (1997). Information management. In *International Encyclopedia of Information and Library Science* (pp. 187–196). Routledge.
- Wilson, T. (1999). Models in information behaviour research. *Journal of Documentation*, 55(3), 249–270. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007145>
- Wilson, T. (2011). Information management, today and tomorrow. *Cuadernos de Gestión de Información*, 1(1), 1–5.
- Windram, H., & Howe, C. (2020). Phylogenetics. In Phillip Roelli (Ed.), *Handbook of Stemmatology* (pp. 537–547). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110684384-009>
- Winn, S. R. (2015). Ethics of Access in Displaced Archives. *Provenance, Journal of the Society of Georgia Archivists*, 33(1), 6–13. <https://digitalcommons.kennesaw.edu/provenance/vol33/iss1/5>
- Witte, C. M. de. (1962). Les bulles d'érection de la province ecclésiastique de Funchal. *Arquivo Histórico Da Madeira*, 13, 76–136.
- Woiceshyn, J. (2012). Causal Case Study: Explanatory Theories. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of Case Study Research* (pp. 137–138). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412957397.n47>
- Wong, P.-H. (2011). Angeletics and Epistemology, Angeletics as Epistemology: A Comparison Between Capurro's Angeletics and Goldman's Social Epistemology. In R. Capurro & J. Holgate (Eds.), *Messages and Messengers – Angeletics as an Approach to the Phenomenology of Communication / Von Boten und Botschaften – Die Angeletik als Weg zur Phänomenologie der Kommunikation* (pp. 293–302). Wilhelm Fink Verlag.
- Wood, S., Carbone, K., Cifor, M., Gilliland, A. J., & Punzalan, R. (2014). Mobilizing records: re-framing archival description to support human rights. *Archival Science*, 14(3–4), 397–419. <https://doi.org/10.1007/s10502-014-9233-1>
- Wu, K. (2015). The Interaction and Convergence of the Philosophy and Science of Information. *Proceedings of ISIS Summit Vienna 2015—The Information Society at the Crossroads*, S2020–S2020. <https://doi.org/10.3390/isis-summit-vienna-2015-S2020>
- Wurl, J. (2005a). Ethnicity as Provenance: in search of values and principles for documenting the immigrant experience. *Archival Issues*, 29(1), 65–76. https://www.jstor.org/stable/41102095?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Wurl, J. (2005b). Documenting Displacement: The Migration of Archival Sources From Post-WW II East European Émigré Groups. *Archival Science*, 5(1), 79–92. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-5763-x>
- Wynn, D. E., & Williams, C. K. (2008). Critical Realm-Based Explanatory Case Study Research in Information Systems. *ICIS 2008 Proceedings*. <https://aisel.aisnet.org/icis2008/202>
- Wynn, D. E., & Williams, C. K. (2012). Principles for Conducting Critical Realist Case Study Research in Information Systems. *Management Information Systems Quarterly*, 36(3), 787–810. <https://aisel.aisnet.org/misq/vol36/iss3/9>
- Wynn, D. E., & Williams, C. K. (2020). Recent advances and opportunities for improving critical realism-based case study research in IS. *Journal of the Association for Information Systems*, 21(1), 50–89. <https://doi.org/10.17705/1jais.00592>
- Xu, G., Zhang, Y., & Li, L. (2011). Web Mining and Social Networking: Techniques and Applications. In *Web Mining and Social Networking*. Springer US. <https://doi.org/10.1007/978-1-4419-7735-9>
- Xu, J., Kang, Q., & Song, Z. (2015). The current state of systematic reviews in library and information studies. In *Library and Information Science Research* (Vol. 37, Issue 4, pp. 296–310). Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2015.11.003>
- Yakel, E. (2003). Archival representation. *Archival Science*, 3(1), 1–25. <https://doi.org/10.1007/BF02438926>

- Yakel, E., & Torres, D. A. (2003). AI: Archival intelligence and user expertise. *The American Archivist*, 66(1), 51–78. <https://doi.org/10.17723/aarc.66.1.q022h85pn51n5800>
- Yeo, G. (2009). Custodial History, Provenance, and the Description of Personal Records. *Libraries & the Cultural Record*, 44(1), 50–64.
- Yeo, G. (2010a). “Nothing is the same as something else”: significant properties and notions of identity and originality. *Archival Science*, 10(2), 85–116.
- Yeo, G. (2010b). Representing the act: Records and speech act theory. *Journal of the Society of Archivists*, 31(2), 95–117. <https://doi.org/10.1080/00379816.2010.506782>
- Yin, R. K. (1984). Case study research : design and methods. In *Evaluation & Research in Education* (Vol. 24, Issue 3). Sage Publications. <https://doi.org/10.1080/09500790.2011.582317>
- Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications : design and methods*. Sage Publications.
- Young, J. O. (Ed.). (2008). *Cultural Appropriation and the Arts*. Blackwell Publishing Ltd. <https://doi.org/10.1002/9780470694190>
- Young, J. O., & Haley, S. (2009). ‘Nothing Comes from Nowhere’: Reflections on Cultural Appropriation as the Representation of Other Cultures. In *The Ethics of Cultural Appropriation* (pp. 268–289). Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781444311099.ch11>
- Yousef, T., & Palladino, C. (2016). iAligner: A tool for syntax-based intra-language text alignment. *Quinto Convegno Annuale Dell’AIUCD, 7-9 Settembre 2016, Venezia*, 201–205. <http://www.himeros.eu/aiucd2016/c29.pdf>
- Yovits, M. C. (1969). Information science: Toward the development of a true scientific discipline. *American Documentation*, 20(4), 369–376. <https://doi.org/10.1002/asi.4630200421>
- Yuexiao, Z. (1988). Definitions and sciences of information. *Information Processing and Management*, 24(4), 479–491. [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(88\)90050-7](https://doi.org/10.1016/0306-4573(88)90050-7)
- Zachariadis, M., Scott, S., & Barrett, M. (2013). Methodological implications of critical realism for mixed-methods research. *MIS Quarterly: Management Information Systems*, 37(3), 855–880. <https://doi.org/10.25300/misq/2013/37.3.09>
- Zeidler, K. (2016). *Restitution of Cultural Property: A Hard Case - Theory of Argumentation - Philosophy of Law*. Gdańsk University Press.
- Zhang, J. (2012). Archival Representation in the Digital Age. *Journal of Archival Organization*, 10(1), 45–68. <https://doi.org/10.1080/15332748.2012.677671>
- Zins, C. (2007a). Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 58(4), 479–493. <https://doi.org/10.1002/asi.20508>
- Zins, C. (2007b). Knowledge map of information science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 58(4), 526–535. <https://doi.org/10.1002/asi.20505>
- Zins, C. (2007c). Classification schemes of Information Science: Twenty-eight scholars map the field. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 58(5), 645–672. <https://doi.org/10.1002/asi.20506>
- Zins, C. (2007d). Conceptions of information science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 58(3), 335–350. <https://doi.org/10.1002/asi.20507>
- Zunde, P., & Gehl, J. (1979). Empirical foundations of information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, 14, 67–92.

Apêndices

Os dados de investigação referenciados nesta tese encontram-se acessíveis na plataforma *Open Science Framework*, através do URI <https://osf.io/c8ev5/>.

Apêndice 1 – Síntese de dados	347
Apêndice 2 – Síntese das características do estudo de todos os textos incluídos na integração da pesquisa (n = 184)	404

Apêndice 1 – Síntese de dados

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
1	(Glenn, 1962)	<i>Private records seized by the United States in wartime – their legal status</i>	US	Qualitativa / Análise temática	Ciência da Informação	Estatuto dos arquivos privados capturados em contexto de conflito armado.	Conjuntos documentais procedentes de empresas privadas capturadas em contexto de guerra foram representados como documentos pertencentes às forças ocupantes. Problemas de avaliação arquivística e legitimidade da determinação do destino pelas entidades custodiantes.	US (Office of Alien Property Custodian) vs. Alemanha e Japão
2	(Brower, 1963)	<i>The United States Army's Seizure and Administration of Enemy Records Up to World-War-II</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Arquivos capturados em contexto de conflito armado.	Produção de instrumentos de acesso à informação para fins militares/inteligência, representados como “Enemy records”. Fragmentação de fundos, casos de (não) restituição na história dos arquivos de US.	US vs. Alemanha e Japão; vários casos de transferências de soberania de territórios para os US
3	(Rhoads, 1966)	<i>Alienation and Thievery – Archival Problems</i>	US	Qualitativa / Opinião ou tomada de posição	Ciência da Informação	Roubo de documentos e tráfico ilícito.	Apropriação de documentos públicos na posse de privados, afetando a organicidade e a integridade dos arquivos/documentos. Tomada de posição para a necessidade de políticas públicas que assegurem a identificação, a re-integração e segurança de arquivos/documentos públicos.	Arquivo Nacional (US) vs. privados detentores de documentos públicos
4	(Bernbaum, 1970)	<i>Captured german records – bibliographical survey</i>	US	Qualitativa / Revisão de literatura (interpretativa)	História	Arquivos capturados em contexto de conflito armado.	Representação da informação arquivística de fundos alemães fragmentados em diversas	US vs. Alemanha

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							entidades custodiantes de US. Existência de instrumentos de acesso à informação e política de acessibilidade como fator relevante para a identificação de arquivos capturados e como suporte à investigação científica.	
5	(Grimsted, 1971)	<i>Archives in the Soviet Union: their organization and the problem of access</i>	US	Qualitativa / [Estudo de caso]	História, Humanidades	Acesso aos arquivos da ex-URSS e centralização de fundos.	Problemas de acessibilidade aos arquivos da ex-URSS, especialmente pela falta de instrumentos de acesso à informação, por motivo da qualidade descritiva e da fronteira da língua.	URSS vs. <i>oblast</i>
6	(O'Neill, 1979)	<i>Replevin – Public Archivists Perspective</i>	US	Qualitativa / Opinião, tomada de posição, ponto de vista	Ciência da Informação	Recuperação de arquivos/documentos na posse de privados.	Arquivos/documentos públicos na posse de privados afeta a integridade e organização dos arquivos públicos. A representação da informação arquivística empodera a entidade custodiante, para controle, gestão e definição de políticas de acesso aos utilizadores. Representa-se o que existe sob a custódia de uma instituição. Completar lacunas depende da disponibilidade das entidades custodiantes em dar a conhecer em instrumentos de acesso à informação.	Arquivo Nacional (US) vs. privados detedores de documentos públicos

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
7	(Grimsted, 1982)	<i>The fate of early records in Lviv archives – documentation from western Ukraine under polish rule (15th-century to 1772)</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Vicissitudes históricas dos arquivos em contexto de sucessão de Estados, alteração de fronteiras por força de mudança de soberania.	Em contexto de mudança de soberania de territórios, a produção de instrumentos de acesso à informação é fundamental para assegurar a continuidade de negócio da comunidade afetada. Contudo, a qualidade dos instrumentos de acesso à informação depende da granularidade descritiva, nem sempre compatível com a velocidade dos eventos. Devido à fragmentação de fundos, só os instrumentos de acesso à informação permitem dar um quadro mais completo dos conjuntos documentais representados.	Lviv (Ucrânia) <i>respectu</i> República das Duas Nações (Polaco-Lituana), Galícia (Áustria)
8	(Kecskeméti, 1985)	<i>Contested records – the legal status of national archives</i>	FR	Qualitativa / Opinião, tomada de posição, ponto de vista	Ciência Política Relações internacionais	Questões legais sobre a remoção de arquivos das antigas colônias e reivindicações em contexto pós-colonial.	Produção de substitutos como forma de resolução de conflitos de custódia, como a herança conjunta e de reconstituição do património arquivístico. A produção de substitutos gera novos problemas como sustentabilidade, fosso tecnológico, cooperação longo prazo.	Casos diversos de descolonização.
9	(Grimsted, 1987)	<i>The archival legacy of soviet Ukraine – problems of tracing the</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Construção de uma história nacional dificultada pela dispersão de arquivos e problemas de pro-	A ausência de instrumentos de acesso à informação ou a sua qualidade deficiente limita a identi-	Ucrânia vs. Rússia (ex-URSS), Polónia

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>documentary records of a divided nation</i>				dução de instrumentos descritivos por motivo dos problemas de acesso aos fundos custodiados em outros países.	cação de arquivos dispersos entre diversas entidades custodiantes provenientes de uma determinada comunidade. Instituições evoluem, coleções passam de mãos e, sem instrumentos de acesso à informação, corre-se o risco de perder-se a trilha custodial. A representação da informação arquivística de arquivos dispersos requer uma abordagem científica.	
10	(Kamba & Mazikana, 1988)	<i>Archive repatriation in Southern Africa</i>	ZW	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Produção de substitutos em contexto pós-colonial e partilha conjunta de arquivos entre entidades sucessoras.	A importância dos instrumentos de acesso à informação para identificar conjuntos documentais repatriáveis. Restituição de arquivos por via da produção de substitutos e repartição entre países sucessores como forma de assegurar o acesso.	Federação da Rodésia e Niassalândia <i>apud</i> Malawi, Zambia e Zimbábwe, África do Sul (África)
11	(Grimsted, 1991a)	<i>The fate of ukrainian cultural treasures during World-War-II, the plunder of archives, libraries, and museums under the 3rd-Reich</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Confisco de bens culturais (arquivos, bibliotecas e museus) em contexto de conflito armado.	Os arquivos confiscados em contexto de conflito armado tendem a ser descritos de forma metódica (fins de inteligência). A representação da informação depende dos objetivos ideológicos da força ocupante para fins de inteligência.	Ucrânia vs. Alemanha nazi (Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg), URSS e US
12	(Grimsted, 1991b)	<i>Perestroika in the archives</i> –	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Dissolução da União Soviética e a conse-	A imprecisão dos instrumentos de acesso à	Rússia vs. Estados pós-soviéticos

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>further efforts at soviet archival reform</i>				quência nos arquivos em contexto de secessão de Estados pós-soviéticos.	informação difícil a abertura dos arquivos para a investigação, especialmente quando se especula sobre a existência de arquivos capturados pelas forças soviéticas. Instrumentos de acesso à informação inadequados limitam a abertura/acesso aos arquivos, especialmente quando não se dispõe de base jurídica adequada. A granularidade descritiva e diversidade de instrumentos de acesso à informação ajuda a compreender a dimensão dos arquivos deslocados.	
13	(Blouin, 1992)	<i>A case for bridging the gap – the significance of the Vatican Archives project for international archival information exchange</i>	US	Qualitativa / [Estudo de caso]	Ciência da Informação	Projeto “Arquivos do Vaticano” da Universidade do Michigan para automação dos instrumentos de acesso à informação.	Os IDD analógicos tornaram inadequados face à evolução tecnológica. A dispersão de fundos do mesmo produtor permitiu o desenvolvimento de garantias literárias para a descrição arquivística em ambiente eletrônico. A avaliação da qualidade dos IDD é indispensável para se aferir sobre as suas (in)consistências descritivas. O recurso a novas tecnologias empoderou as entidades custodiantes no controle	Vaticano

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							e acesso aos registos. O princípio da proveniência é fundamental para definir os parâmetros de representação reunificada.	
14	(Grimsted, 1992)	<i>Beyond pe- restroika – soviet-area archives af- ter the Au- gust Coup</i>	US	Qualitativa / Análise histó- rica	Histó- ria, Hu- manida- des	Dissolução da União Soviética e a conse- quência nos ar- quivos em contexto de se- cessão de Esta- dos pós-sovié- ticos e centra- lização de ar- quivos.	A identificação de arquivos por via dos instru- mentos de acesso à infor- mação é o pri- meiro passo para a compre- ensão do esta- tuto dos arqui- vos. A existên- cia destes ins- trumentos pos- sibilita o plane- amento de pro- dução de subs- titutos, (des)classifica- ção de unida- des documen- tais. Os princi- pais problemas consistem nos custos de pro- dução de subs- titutos, na re- presentação em instrumentos de acesso à in- formação não baseados no princípio da proveniência, fronteira da lín- gua, tradições de descrição de arquivos dis- tintos, depen- dência de con- textos políticos e financeiros na condução de projetos. A in- teroperabili- dade técnica e semântica como requisito indispensável na representa- ção reunificada de arquivos dispersos.	Rússia vs. Es- tados pós-so- viéticos
15	(Kecskeméti , 1992)	<i>Displaced european archives – is it time for</i>	FR	Qualitativa / Análise histó- rica	Ciência Política Rela-	Contexto polí- tico internaci- onal (contexto	Problema de identificação de arquivos	Diversos ca- sos

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>a postwar settlement?</i>			ções internacionais	armado e descolonização) requer uma posição legal sobre a restituição de arquivos de acordo com princípios arquivísticos.	deslocados depende da existência de instrumentos de acesso à informação.	
16	(Lemmon, 1992)	<i>The archival legacy of spanish Louisiana colonial records</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Dispersão dos arquivos coloniais da Louisiana espanhola, com a mudança de soberania e projeto de identificação de arquivos respeitantes a este território.	A preparação de instrumentos de acesso à informação tem sido uma prática importante no processo de transferência de soberania desde a era moderna, especialmente como importam para a continuidade de negócio da comunidade sucessora. Existência de instrumentos de acesso à informação como condição <i>sine qua non</i> para a preparação de substitutos.	Louisiana (US) <i>apud</i> Espanha e Cuba
17	(Grimsted, 1993b)	<i>Russian archives in transition – caught between political cross-fire and economic-crisis</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Relato de ações realizadas por Grimsted em arquivos russos, descrevendo processo de descrição de arquivos confiscados e problemas de condução de projetos.	Automatização instrumentos de acesso à informação como processo de identificação de arquivos. A desclassificação de arquivos confiscados é uma condição <i>sine qua non</i> para a descrição dos arquivos, (re)organização e comunicabilidade. Nem sempre a mediação da informação consegue satisfazer necessidades de informação por motivo da qualidade deficiente dos instrumentos de acesso à informação e	Rússia vs. diversos países custodiantes

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							por motivos político-ideológicos. A produção de substitutos requer um quadro de cooperação entre as partes interessadas, mais orientado na constituição de cânones arquivísticos sobre bens na diáspora do que sobre o que custodiam. Defende que a produção de instrumentos de acesso à informação deve ser feita segundo bases científicas.	
18	(Grimsted, 1993a)	<i>Archival Rossica/Sovietica abroad – provenance or pertinence, bibliographic and descriptive needs</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Recuperação de arquivos russos que se encontram na diáspora à luz dos princípios arquivísticos (proveniência e pertinência).	Constituição de cânones arquivísticos sobre conjuntos documentais na diáspora motiva a produção de instrumentos de acesso à informação. Produção de substitutos como prática internacional em contexto de sucessão de estados, especialmente para assegurar a continuidade de negócio nos países sucessores. Importância das garantias literárias para a descrição arquivística no processo de reunificação. Proveniência como critério de identificação na construção de instrumentos de acesso à informação.	Rússia vs. diversos países custodiantes

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
19	(Grimsted, 1998)	<i>"Trophy" archives and non-restitution: Russia's cultural "cold war" with the European community</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Politização da repatriação de arquivos por facções comunistas e nacionalistas.	Produção ou existência de instrumentos de acesso à informação como elemento fulcral na identificação e repatriação de arquivos. As deficiências da organização dos arquivos confiscados, que não respeitam o princípio da proveniência, dificultam não só a recuperação mas também a sua representação. É o caso de arquivos troféus de guerra na Rússia, que têm sido distribuídos por diversas entidades arquivísticas, esboroando a sua integridade.	Rússia vs. diversos Estados (França, Bélgica, Liechtenstein, US)
20	(Lancefield, 1998)	<i>Musical traces' retraceable paths: the repatriation of recorded sound</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Folclore	Repatriação de arquivos do som como estratégia de revitalização de práticas culturais em situação vulnerável.	Produção ou existência de instrumentos de acesso à informação como elemento fulcral na identificação e na repatriação de arquivos, mas não relevante em relação às comunidades desapossadas, que pretendem o acesso aos conjuntos documentais.	Vários casos, especialmente casos subnacionais envolvendo grupos étnicos
21	(T. Peterson, 2000)	<i>Macro archives, micro states</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Custódia de arquivos removidos de uma nação e tipologia de conflitos de custódia de arquivos.	Em contextos de secessão, a herança conjunta concita a produção de substitutos, mas não só: avaliação conjunta transnacional. É essencial que os registros sejam totalmente des-	Diversos casos

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							critos e a descrição acessível a todos os estados sucessores, seja por depósito de uma cópia física da descrição ou por acesso eletrônico. Também é essencial a adoção de garantias literárias para a descrição arquivística como forma de normalização da representação da informação arquivística.	
22	(Bastian, 2001)	<i>A question of custody: the colonial archives of the United States Virgin Islands</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Remoção de arquivos em contexto de transferência de soberania de um território entre estados soberanos.	Problemas de acesso aos arquivos e instrumentos de acesso à informação às comunidades afetadas por motivo do fosso linguístico, descrições imprecisas e incompletas (ou por identificar). Instrumentos de acesso à informação não concebidos para representar de forma reunificada conjuntos documentais dispersos.	Ilhas Virgens Americanas vs. Dinamarca, US
23	(Grimsted, 2001)	<i>Twice plundered or "twice saved"? Identifying Russia's "trophy" archives and the loot of the (Nazi) Reich-Security-Main-Office</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Arquivos capturados em contexto de conflito armado. Refere-se ao confisco nazi e posterior confisco soviético (II Guerra Mundial) (<i>Reichsicherheitshauptamt</i>) e Moscovo.	Problemas de identificação, recuperação e reconstituição de conjuntos documentais da mesma proveniência dispersos em diversos países. O confisco de arquivos para fins de inteligência militar produzem instrumentos de acesso à infor-	Rússia vs. diversos países

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							mação mais detalhados, enquanto os países que confiscam arquivos como “troféus de guerra” têm a tendência de os ocultar.	
24	(Montgomery, 2001)	<i>The Iraqi secret police files: a documentary record of the Anfal genocide</i>	US	Qualitativa / Não explícito [método etnográfico]	Ciência da Informação	Arquivos capturados em contexto de conflito armado.	Confisco de arquivos governamentais em contexto subnacional (Curdos), transferidos para a custódia dos US, para produção de substitutos e descrição para fins de inteligência militar. A análise dos fundos confiscados identificou sistemas de classificação com denominações eufemizadas, para obscurecer violações de direitos humanos.	US vs. Iraque
25	(Stoler, 2002)	<i>Colonial archives and the arts of governance</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Abordagem etnográfica sobre (in)visibilidades das comunidades afetadas em arquivos coloniais.	O estudo dos arquivos coloniais exige uma compreensão das taxonomias ou sistemas de classificação adotados, enquanto formas de hierarquização e de exclusão de comunidades. Representações da informação arquivística (colonial) constituem estruturas onto-epistemológicas de construção de poder.	Holanda vs. antigas colônias
26	(Namhila, 2004)	<i>Filling the Gaps in the Archival Record of the Namibian Struggle for Independence</i>	FI	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Dispersão de arquivos da Namíbia em contexto pós-colonial e desafios de reparação.	Dispersão de arquivos motivou os arquivos nacionais a preencherem lacunas através de histórias orais. Representação	Namíbia vs. antigas potências coloniais (Alemanha, Países Baixos e Reino Unido)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							sentação de arquivos por meio da produção de substitutos sem consentimento das comunidades desapossadas levanta questões éticas.	
27	(Boserup, 2005)	<i>The Manuscript and the Internet: digital repatriation of cultural heritage</i>	DK	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Restituição digital como mecanismo fungível à restituição física de arquivos dispersos.	O recurso aos meios digitais constitui uma possibilidade de representação reunificada de arquivos dispersos.	Islândia vs. Dinamarca
28	(Chebotarev, 2005)	<i>Repatriation of the Bakhmeteff Archive: Russian Dreams and American Reality</i>	US	Qualitativa / Opinião ou tomada de posição	Ciência da Informação	Reivindicação de arquivos pessoais das comunidades migrantes russas pelo país de origem.	“Repatriação” de arquivos por via digital como forma de assegurar o acesso. Garantias literárias para a automação de instrumentos de acesso à informação providenciam condições de acesso e de reunificação de arquivos dispersos.	Rússia vs. US
29	(Grimsted, 2005)	<i>Roads to Ratibor: Library and archival plunder by the Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Captura de arquivos em contexto de conflito armado, com realce para o caso da Alemanha nazi por <i>Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg</i> (ERR).	A representação de bens documentais (arquivos e bibliotecas) descriptos pormenorizadamente pela força ocupante. O ERR constitui o “meta-arquivo” do confisco de bens culturais, também disperso.	ERR vs. US, França, Reino Unido, Ucrânia, Bélgica, Alemanha.
30	(Heverly, 2005)	<i>Virtual Repatriation: The Pittsburgh-Konstanz Archival Partnership</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Repatriação digital de arquivos das comunidades na diáspora, realizada pela iniciativa de instituições de investigação.	Automação dos instrumentos de acesso à informação como possibilidade de “repatriação” digital. A automação deve ser suportada por garantias literárias para a descrição arquivística para representação e reunificação.	Universidade de Pittsburg (US) e Universidade de Konstanz (Alemanha) e Áustria

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
31	(Patkus, 2005)	<i>Musical migrations: A Case Study of the Teresa Carreño Papers</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Dispersão de arquivos particulares dispersos entre instituições custodiantes e limitações de reunificação.	Representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação por meios digitais possibilita a identificação e acesso aos documentos. Produção de substitutos (microfilme) como estratégia de “repatriação” constitui uma forma de reunificação.	Venezuela vs. Vassar College (US)
32	(Wurl, 2005b)	<i>Documenting Displacement: The Migration of Archival Sources From Post-WW II East European Emigre Groups</i>	US	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Dispersão de arquivos pelas comunidades migrantes.	As comunidades emigrantes não encontram nas instituições arquivísticas espaço para os seus arquivos por estarem ‘fora do escopo’ do cânone arquivístico. Proveniência baseada na comunidade. Representação dos arquivos focalizada no estatuto das comunidades.	Estónia <i>apud</i> US
33	(Bastian, 2006)	<i>Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Representações das comunidades em arquivos coloniais	A representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação deve ter em conta não apenas a descrição da entidade produtora como também a representação das comunidades, elemento importante da proveniência.	Ilhas Virgens Americanas vs. Dinamarca, US
34	(Grimsted, 2006)	<i>The post-war fate of Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg archival and library plunder, and the dispersal of</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História, Humanidades	Captura de arquivos em contexto de conflito armado, com realce para o caso da Alemanha nazi por <i>Einsatzs-</i>	A representação de bens documentais (arquivos e bibliotecas) descritos pormenorizadamente pela força ocupante. O ERR constitui o “meta-ar-	ERR <i>respectu</i> US, França, Reino Unido, Ucrânia, Bélgica, Alemanha.

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>ERR records</i>				<i>tab Reichsleiter Rosenberg</i> (ERR).	quivo” do confisco de bens culturais, também disperso. A força ocupante normalmente faz uma cópia em microfilme antes da restituição física. Hipóteses de reunificação virtual como solução satisfatória.	
35	(Punzalan, 2006)	<i>Archives of the new possession: Spanish colonial records and the American creation of a 'national' archives for the Philippines</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Não remoção de arquivos coloniais dos locais originários em contexto de transferência de soberania entre Estados soberanos, até à independência.	Criação de arquivos nacionais com base nos arquivos coloniais, cujas comunidades permaneceram sub-representadas, para fundamentar o nacionalismo cultural em contexto de descolonização.	Filipinas <i>respectu</i> Espanha, US
36	(Maaba, 2008)	<i>Challenges to Repatriation and Preservation of Tangible Heritage in South Africa: Black Art and the Experiences of the Ifa Lethu Foundation</i>	ZA	Qualitativa / Estudo de caso	História	Descolonização e nacionalismo cultural como fundamento à reivindicação pela custódia de arquivos coloniais.	Dificuldade de identificação de arquivos dispersos por motivo de falta de instrumentos de acesso à informação.	África do Sul vs. antigas potências coloniais
37	(Banton, 2009)	<i>'Expatriate' or 'migrated' archives: the role of the UK archivist</i>	UK	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	História	Arquivos expatriados como subtipo dos arquivos migrados (arquivos removidos das colônias).	Questiona-se a teoria generalizada – ou pelo menos generalizada no Norte – de que a digitalização é a solução preferível à restituição física. Não se tem em conta: limitações no acesso à Internet, literacia digital das comunidades desapossadas, custos de manutenção e garantia da acessibilidade contínua. A	Reino Unido vs. Antigas colônias britânicas; vários casos de antigas colônias europeias

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							produção de substitutos é apresentada como solução que interessa às entidades custodiantes. Importância de garantias literárias que possibilitem a resolução desta questão.	
38	(Barrera, 2009)	<i>Of condors and judges: archival musings over a judicial investigation</i>	IT	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Acesso aos arquivos que documentam violações de direitos humanos e importância na justiça transicional.	Produção de instrumentos de acesso à informação ajuda à investigação judicial.	Itália <i>apud</i> Argentina, Uruguai, Chile
39	(Butler, 2009)	<i>'Othering' the archive: from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory</i>	UK	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	História	Confisco de arquivos como tecnologia de despossessão, memória como tecnologia de repossessão.	A representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação deve procurar um discurso inclusivo, especialmente comunidades exiladas/expropriadas. Representações arquivísticas como componentes da constituição de cânones arquivísticos baseados na memória-nação.	Palestina vs. Israel
40	(Caswell, 2009)	<i>Irreparable Damage: Violence, Ownership, and Voice in an Indian Archive: The Case of the Bhandarkar Oriental Research Institute and the Sambhaji Brigade</i>	US	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Destruição deliberada de arquivos pelas comunidades nacionais.	Comunidades excluídas potencializam a destruição de arquivos como fator regenerador. As instituições custodiantes devem assegurar que na representação da informação em instrumentos de acesso à informação as comunidades se encontrem representadas. Modelos de participação	Bhandarkar Oriental Research Institute vs. Sambhaji Brigade (Índia)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							podem constituir um fator de inclusão.	
41	(Irvine, 2009)	<i>The law and ethics of acquisition of expatriate archives: addressing the 'lack of guidelines'</i>	UK	Qualitativa / Relato de pesquisa	Jurisprudência	Questões jurídicas em torno dos conceitos de propriedade, reivindicação, restituição e repatriação de arquivos.	Os tratados internacionais em matéria de proteção/restituição de bens culturais falham na questão da importância dos instrumentos de acesso à informação.	Diversos casos
42	(Lovering, 2009)	<i>Expatriate Archives</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	História	Arquivos expatriados em contexto de descolonização e secessão (extinção) de Estados.	Importância das garantias literárias para a representação de arquivos expatriados. Produção de microfílm/digitalização como solução de repatriação.	Rhodesian Army Association (UK)
43	(Lyons & Sands, 2009)	<i>A Working Model for Developing and Sustaining Collaborative Relationships Between Archival in the Caribbean and the United States</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso descritivo]	Música	Repatriação digital de arquivos sonoros às comunidades originárias (insulares) como forma de revitalização de culturas em perigo.	Repatriação de arquivos sonoros privados às comunidades por meios digitais ou constituição de arquivos locais (novos ou existentes) para assegurar o acesso. Representação de arquivos sonoros em suportes digitais de elevada qualidade é fundamental para assegurar o acesso contínuo.	US <i>cum</i> ilhas do Caribe (Grenada, Anguilla, St. Lucia, St. Kitts e Nevis, Trinidad e Tobago, Carriacou, República Dominicana, Martinique, St. Barthélemy e Guadeloupe)
44	(Mifflin, 2009)	<i>"Closing the Circle": Native American Writings in Colonial New England, a Documentary Nexus between Acculturation and Cultural Preservation</i>	US	Qualitativa / Análise documental	História	Dispersão de arquivos sobre comunidades indígenas e estratégias de revitalização de línguas em perigo de extinção.	Práticas arquivísticas de eliminação de informação das comunidades afetadas, nem sempre descritas em instrumentos descritivos. A análise documental como processo fundamental na representação da informação "lendo nas entrelinhas".	First Nations vs. US

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
45	(Yeo, 2009)	<i>Custodial History, Provenance, and the Description of Personal Records</i>	UK	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Dispersão de arquivos privados em diversas entidades custodiantes.	O recurso a garantias literárias para a descrição arquivística nem sempre é suficiente para identificar a organicidade/integridade de um fundo privado. Fundo é um agrupamento determinado pelo contexto da criação e a coleção é um agrupamento determinado pela custódia. Representação digital possibilita a reunificação de conjuntos documentais dispersos do mesmo produtor. Instrumentos de acesso à informação marcados pela provisoriedade.	Papers of Sir Richard Fanshawe
46	(Belton, 2010)	<i>Custody, Control, and Confusion: Legal, Historical, and Territorial Aspects of Court Records in Ontario</i>	CA	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Centralização de arquivos judiciais e vicissitudes custodiais de arquivos públicos em contexto subnacional.	Problemas jurisdicionais em torno da avaliação arquivística podem gerar conflitos sobre a legitimidade das entidades custodiantes em tomar decisões sobre o destino dos arquivos. A representação da informação pode constituir uma forma de apropriação de arquivos.	Middlesex (local) vs. Ontario (província) (Canadá)
47	(D. Cox, 2010)	<i>Archives and records in armed conflict: international law and the current debate over iraqi records and archives</i>	US	Qualitativa / Comentário de jurisprudência	Direito	Confisco de arquivos em contexto de conflito armado e restituição às comunidades afetadas.	A captura de arquivos pelas forças ocupantes tende a representar estes arquivos para fins de inteligência militar, <i>i. e.</i> , os arquivos são anali-	Iraque vs. US

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							sados, descritos, indexados, digitalizados e traduzidos no momento da captura. A representação para fins de inteligência nem sempre coincide com os princípios arquivísticos. O estatuto dos arquivos capturados são representados de forma vaga.	
48	(Crouch, 2010)	<i>Digitization as Repatriation? The National Museum of the American Indian's Fourth Museum Project</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Produção de substitutos (digitalização) como forma de repatriação às comunidades originárias.	Restituição por meios digitais constitui uma forma para facilitar o acesso às comunidades indígenas. No entanto, há questões éticas na disseminação de arquivos na Internet sem consentimento das comunidades, em termos de propriedade intelectual. Modelos participados na representação arquivística são um fator crítico de sucesso.	Smithsonian's National Museum of the American Indian vs. comunidades "First Nations"
49	(Grimsted, 2010b)	<i>Why Do Captured Archives Go Home? Restitution Achievements under the Russian Law</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Apropriação legislativa de bens culturais na posse da Rússia e problemas de restituição. Uso dos arquivos capturados para diplomacia cultural.	A representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação tem sido objeto de politização pelas entidades custodiantes como uma estratégia de apropriação. Produção de substitutos como forma de restituição como forma de compensação.	Rússia vs. diversos países (França, Áustria, Grécia, Holanda, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega).
50	(Grimsted, 2010a)	<i>Legalizing "Compensation" and the Spoils of</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Confisco de arquivos em contexto de	As entidades custodiantes podem servir-se da reanálise	Rússia vs. diversos países (França, Áustria, Grécia,

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>War: The Russian Law on Displaced Cultural Valuables and the Manipulation of Historical Memory</i>				conflito armado e problemas de restituição.	e aprofundamento dos instrumentos de acesso à informação para estabelecer medidas de não restituição. Mudanças de denominação e de estrutura das instituições arquivísticas tornaram os instrumentos de acesso à informação obsoletos.	Holanda, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega).
51	(Iacovino, 2010)	<i>Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities</i>	AU	Qualitativa / Investigação	Ciência da Informação	Modelo de participação das comunidades indígenas como co-criadores de arquivos.	As garantias literárias para a descrição arquivística devem ser adaptadas em função do sistema de representação do Conhecimento Indígena. A representação da proveniência e propriedade não podem esquecer os direitos indígenas e modelos participados podem enriquecer a forma como se descrevem arquivos.	Comunidades indígenas vs. Austrália
52	(Montgomery, 2010)	<i>Returning Evidence to the Scene of the Crime: Why the Anfal Files Should be Repatriated to Iraqi Kurdistan</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Confisco de arquivos em contexto de conflito armado e restituição às comunidades afetadas.	A identificação de arquivos não assegura a possibilidade de repatriação, dado que as convenções e os protocolos internacionais favorecem a custódia de arquivos junto da força ocupante. A análise dos arquivos capturados pode levantar problemas de restituição se o país reivindicante estiver envolvido no con-	Iraque vs. US

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							fisco de arquivos de outras comunidades.	
53	(Vallier, 2010)	<i>Sound archiving to close to home: why community partnerships matter</i>	US	Qualitativa / Opinião ou tomada de posição	Música	Problemas de gestão de arquivos do som, de modo a evitar a sua fragmentação e dispersão.	A constituição de arquivos do som, devendo os instrumentos de acesso à informação ser processo participado com as comunidades que serve.	US <i>apud</i> comunidades migrantes
54	(Anderson, 2011)	<i>Mau Mau in the High Court and the 'Lost' British Empire Archives: Colonial Conspiracy or Bureaucratic Bungle?</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	História	Arquivos removidos pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial.	A indisponibilidade de instrumentos de acesso à informação dificulta a resolução de casos na justiça (violação de direitos humanos).	Quênia vs. UK
55	(Christen, 2011)	<i>Opening Archives: Respectful Repatriation</i>	US	Qualitativa / Investigação	Ciência da Informação	Modelo de participação das comunidades indígenas como co-criadores de arquivos e acesso digital aos recursos informacionais.	As garantias literárias para a descrição arquivística devem ser adaptadas em função do sistema de representação do Conhecimento Indígena. A representação da proveniência e propriedade não podem esquecer os direitos indígenas e modelos participados e de co-curadoria, que podem enriquecer a forma como se descrevem arquivos.	Comunidades Warumungu vs. Austrália
56	(D. Cox, 2011)	<i>"Inalienable" archives: korean royal archives as french</i>	US	Qualitativa / Comentário de jurisprudência	Humanidades	Problema de repatriação de arquivos e apropriação de bens culturais em contexto de	Os arquivos capturados foram descritos de forma incorreta, obscure-	Coreia vs. França

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>property under international law</i>				conflito armado.	cendo a proveniência. Justificação da inalienabilidade pela via reapropriação de bens por meio de instrumentos de acesso à informação.	
57	(Garaba, 2011)	<i>Provenance, identification, restitution and management of the liberation struggle heritage in the ESAR-BICA region</i>	ZA	Qualitativa e quantitativa/ Estudo longitudinal e eclético	Ciência da Informação	Arquivos constituídos no exílio e problemas de repatriação.	A identificação (localização física e entidades custodiantes) constitui a etapa crítica para a recuperação de arquivos na diáspora (constituídos no exílio). Os instrumentos de acesso à informação constituem ferramentas para compreender a dimensão e o escopo dos arquivos reivindicados. A repatriação de arquivos criados no exílio visa a constituição de cânones arquivísticos.	África do Sul vs. diversos países
58	(Mnjama, 2011)	<i>Migrated archives revisited</i>	BW	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Arquivos removidos pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial.	A identificação de arquivos depende da acessibilidade aos instrumentos de acesso à informação. Constitui um problema que depende da ação dos arquivistas e das entidades custodiantes. A produção de substitutos (microfilme/digitalização) tem sido uma das medidas que as entidades custodiantes encontraram para evitar a restituição. No entanto, este tipo de estratégias não empoderaram as	Vários casos entre países africanos e antigas potências coloniais

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							comunidades desalojadas.	
59	(Montgomery, 2011)	<i>Immortality in the Secret Police Files: The Iraq Memory Foundation and the Baath Party Archive</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	Humanidades	Confisco de arquivos em contexto de conflito armado, removidos voluntariamente pelas entidades custodiantes, e problemas de restituição.	Representação de arquivos removidos de regimes opressivos em instrumentos de acesso à informação para servir de suporte a ações legais de justiça transicional e de inteligência militar.	Iraque vs. US
60	(Badger, 2012)	<i>Historians, a legacy of suspicion and the 'migrated archives'</i>	UK	Qualitativa / Opinião ou tomada de posição	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	A existência de instrumentos de acesso à informação constitui um elemento crítico para a identificação (física e intelectual) de arquivos removidos das ex-colônias, especialmente quando está em causa violações de direitos humanos e justiça transicional.	Quênia vs. UK; diversos casos das ex-colônias /posseções britânicas (Chipre, ilha Diego Garcia).
61	(Banton, 2012a)	<i>Destroy? 'Migrate'? Conceal? British Strategies for the Disposal of Sensitive Records of Colonial Administrations at Independence</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	História	Arquivos removidos pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial.	A indisponibilidade de instrumentos de acesso à informação dificulta a resolução de casos na justiça (violação de direitos humanos). Não representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação por motivos político-ideológicos provoca controvérsias em torno da transparência dos atos governamentais, especialmente em casos de violação de direitos humanos em contexto colonial.	Quênia vs. UK

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
62	(Caswell, 2012)	<i>Using classification to convict the Khmer Rouge</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Representação da informação arquivística como forma de responsabilização e de empoderamento das comunidades afetadas através de uma “descrição liberatória”.	A representação da informação arquivística depende da postura ética dos profissionais, dado que estes têm o poder de “nomear” unidades informacionais. Em sistemas classificatórios pode haver obscurecimentos e enviesamentos no processo de descrição, independentemente da tecnologia empregue e das garantias literárias aplicadas. A classificação arquivística pode ter motivações político-ideológicas e deve ser analisada com ética.	Comunidades afetadas vs. Camboja (Khmer Vermelho)
63	(Hilder, 2012)	<i>Repatriation, Revival and Transmission: The Politics of a Sámi Musical Heritage</i>	DE	Qualitativa / Método etnográfico	Música	Repatriação de arquivos sonoros às comunidades originárias para revitalização/reconciliação de culturas.	Produção de substitutos como prática de repatriação para fins de revitalização. Questões de propriedade intelectual das comunidades afetadas são levantadas, especialmente no acesso aos registos.	Comunidade Sámi vs. países escandinavos
64	(Kahunde, 2012)	<i>Repatriating Archival Sound Recordings to Revive Traditions: The Role of the Klaus Wachsmann Recordings in the Revival of the Royal Music of Bunyoro-</i>	UG	Qualitativa / Estudo de caso	Música	Repatriação de arquivos sonoros às comunidades originárias para revitalização/reconciliação de culturas.	Produção de substitutos como forma de facilitar o acesso ao conteúdo. No entanto, acesso livre digital está condicionado pela entidade custodiante, devido à difícil conciliação entre a proteção de propriedade intelectual e a revitalização	Comunidades afetadas (Uganda) vs. UK (coleção Wachsmann, British Library)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>Kitara, Uganda</i>					cultural de comunidades em situação de vulnerabilidade.	
65	(Lehane, 2012)	<i>Documenting sites of creation</i>	UK	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Remoção do local onde o arquivo foi criado acarreta riscos de perda da ordem e contexto de criação.	O processo de remoção de arquivo do local originário tende a ser não descrito pelos arquivistas, que tendem a ser construções artificiais procedentes da interpretação subjetiva. Sugere-se que o meta-arquivo pode ser uma fonte para a compreensão da proveniência dos arquivos removidos.	NA
66	(Melamed, 2012)	<i>The fate of the archives of the Kiev Institute of Jewish Proletarian Culture: puzzles and discoveries</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	História, Religião	Dispersão de arquivos privados (associações) do mesmo produtor em lugares distintos, dispersos em contexto de conflito armado e após à secessão de Estados.	Os meta-arquivos (como o <i>Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg</i>) podem documentar o destino dados aos arquivos.	Ucrânia, Bielorrússia vs. comunidades judias na diáspora
67	(Montgomery, 2012)	<i>Saddam Hussein's Records of Atrocity: Seizure, Removal, and Restitution</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Problemas de restituição de arquivos removidos em contexto de conflito armado (inteligência militar) ao país reivindicante.	A disseminação de arquivos confiscados na <i>web</i> por motivos políticos-ideológicos levanta problemas éticos relativamente às comunidades afetadas. Produção de substitutos (digital/microfilme) como forma de assegurar o acesso ao conteúdo. Tratados internacionais de restituição de bens culturais não determinam o dever de repatriação de arquivos na	Iraque vs. US

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							posse da força ocupante.	
68	(Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012)	<i>The Audible Future: Reimagining the Role of Sound Archives and Sound Repatriation in Uganda</i>	UG	Qualitativa / Método etnográfico	Música	Repatriação de arquivos sonoros às comunidades originárias para revitalização/reconciliação de culturas.	Representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação descrito de forma participada com as comunidades afetadas. Produção de substitutos como forma de facilitar o acesso ao conteúdo. Questões refutadas em artigo de Cooke (2015), ver <i>infra</i> .	Uganda vs. UK (coleção Wachsmann)
69	(Niles, 2012)	<i>The National Repatriation of Papua New Guinea Recordings: Experiences Straddling World War II</i>	PG	Qualitativa / Método etnográfico	Música	Repatriação de arquivos sonoros dispersos entre entidades custodiantes às comunidades originárias para revitalização/reconciliação de culturas.	A produção de instrumentos de acesso à informação não é suficiente sem a produção de substitutos como forma de facilitar o acesso ao conteúdo.	Comunidades afetadas (Papua Nova Guiné) <i>apud</i> Alemanha, US, Suíça, Austrália
70	(Banton, 2013)	<i>Obscured if not hidden: records relating to Africa in the national archives of the UK (TNA)</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [auto-etnografia]	Ciência da Informação	Arquivos removidos das ex-colônias e problemas do acesso por parte das comunidades.	A representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação sobre o mesmo conjunto documental pode produzir interpretações distintas, independentemente do formato disseminado pela entidade custodiante. Instrumentos de acesso à informação deficientes e ocultação de arquivos têm sido uma prática consistente em muitos lugares. Reconhece-se que a produção de substitutos	Comunidades africanas onde UK foi potência colonizadora vs. UK; Sta. Helena e ilhas Maurícias.

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							não é uma solução ideal por motivo da evolução tecnológica.	
71	(Caswell, 2013)	<i>Rethinking Inalienability: Trusting Non-governmental Archives in Transitional Societies</i>	US	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Confiabilidade das instituições arquivísticas como princípio ético mais consentâneo do que a defesa intransigente da inalienabilidade baseada no nacionalismo cultural.	A representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação produzido por entidades públicas pode obscurecer a proveniência dos arquivos. Participação das comunidades é fundamental da (re)interpretação da proveniência dos arquivos em instrumentos de acesso à informação.	ONG vs. entidades governamentais (Camboja)
72	(Danielson, 2013)	<i>Archives and the Ethics of Replevin</i>	US	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Análise dos argumentos em torno da reivindicação pela custódia de bens arquivísticos e problemas éticos de restituição.	Produção de substitutos como forma fungível de restituição levanta questões em torno dos custos da custódia. A fragmentação de fundos entre entidades custodiantes sob argumentos de preservação e de suporte legal (existente/inexistente) contradiz os princípios arquivísticos. Produção de substitutos como forma fungível de re-unificação de arquivos.	Colecionadores (contexto colonial) vs. China (Manuscritos de Dunhuang) e regiões asiáticas;
73	(Dominy, 2013)	<i>Overcoming the apartheid legacy: the special case of the Freedom Charter</i>	ZA	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Repatriação de arquivos/documentos fundamentais da soberania de um Estado e proteção de arquivos do tráfico ilícito de bens culturais.	A custódia de fundos em Arquivos Nacionais preserva igualmente representações das ausências, silêncios e distorções nos documentos.	África do Sul vs. UK

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							cumentos. Regimes repressivos são por vezes gestores-produtores de arquivos compulsivos, com sistemas de classificação racializados. A identificação de arquivos dispersos fundamentais do cânone arquivístico para a história/memória das comunidades constitui uma etapa fundamental na recuperação.	
74	(Hampshire, 2013)	<i>'Apply the Flame More Searingly': The Destruction and Migration of the Archives of British Colonial Administration: A Southeast Asia Case Study</i>	UK	Qualitativa / Estudo de caso	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	A existência de instrumentos de acesso à informação constitui um elemento crítico para a identificação (física e intelectual) de arquivos removidos das ex-colônias. Destruições não documentadas dificultam a aferição sobre a completude/integridade dos arquivos. Os meta-arquivos são fundamentais no processo de reconstituição das ações realizadas aos fundos, especialmente como a avaliação arquivística tem sido conduzida pelas forças coloniais.	Malásia vs. UK
75	(Heuman, 2013)	<i>Unpacking the gift: negotiating property and custody in archival hardcore blogs</i>	US	Qualitativa / Estudo de caso	Música	Arquivos de música dispersos na web/núvem e problemas de propriedade cultural.	Acesso aos arquivos <i>web</i> de livre acesso pode gerar problemas de delimitação da propriedade intelectual quando a custódia se	"Lethé Sounds" vs. utilizadores <i>web</i>

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							encontra distribuída entre diversos membros participantes. A mediação da informação em ambiente <i>web</i> , quando distribuída em comunidade, pode gerar limitações/possibilidades de políticas de acesso aos recursos informacionais digitais, contornando a lei de propriedade intelectual.	
76	(Karabinos, 2013)	<i>Displaced Archives, Displaced History: Recovering the Seized Archives of Indonesia</i>	NL	Qualitativa / Análise histórica	Antropologia; Estudos Asiáticos	Arquivos removidos das ex-colónias e em contexto de conflito armado e problemas do acesso/repatriação às comunidades.	Produção de substitutos como forma de resolução de conflitos de custódia. Produção de instrumentos de acesso à informação em contexto de conflito armado por vezes tende a misturar fundos. Cooperação entre entidades custodiantes em contexto pós-colonial é recomendada, especialmente na identificação e descrição reunificada.	Indonésia vs. Países Baixos
77	(Montgomery, 2013)	<i>Rescue or Return: The Fate of the Iraqi Jewish Archive</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Humanidades	Problemas de restituição de arquivos removidos em contexto de conflito armado (inteligência militar) ao país reivindicante, não tendo direito aos bens arquivísticos, por terem sido confiscados ilicitamente às comunidades	Produção de substitutos (digital/microfilme) como forma de assegurar o acesso ao conteúdo, como base de diplomacia cultural. Instituições arquivísticas do país recetor de fundos podem apoiar financeiramente para armazenar	Iraque vs. US (comunidade judia do Iraque)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
						residentes desse país.	mento de arquivos, mas não para descrição e conservação de arquivos estrangeiros. Cooperação com instituições terceiras relacionadas com as comunidades afetadas constitui uma estratégia para a identificação de arquivos.	
78	(Phillips, 2013)	<i>The "migrated archives": the underbelly of colonial rule in Borneo</i>	UK	Qualitativa / Análise histórica	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	A (re)descoberta de fundos removidos, ocultados pelas antigas entidades coloniais e a sua dimensão considerável exige a responsabilidade do Estado em o tornar público. A ocultação teve motivos políticos-ideológicos para evitar crises em contexto pós-colonial, que acabou por ser inevitável, dada a exigência de reparação de crimes contra a Humanidade e o interesse da comunidade científica em compreender a história recente.	Bornéu vs. UK
79	(Treloyn & Emberly, 2013)	<i>Sustaining Traditions: Ethnomusicological Collections, Access and Sustainability in Australia</i>	AU	Qualitativa / Estudo de caso	Música	Repatriação de arquivos sonoros dispersos entre entidades custodiantes às comunidades originárias para revitalização/reconciliação de culturas.	Representação de arquivos sonoros em suportes digitais de elevada qualidade é fundamental para assegurar o acesso contínuo. O envolvimento das comunidades é fundamental não só no acesso e descrição de recursos	Comunidade aborígene Junba (Austrália)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							mas na revitalização de práticas culturais em situação de vulnerabilidade. As tecnologias de informação (móveis) podem ter um papel renovador no processo de revitalização.	
80	(Balcells, 2014)	<i>The Knife that Still Divides: The Archive of Salamanca and the Heritage of Spain's Civil War in the 21st century</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Recuperação de arquivos removidos sob regimes repressivos para fins de inteligência e problemas de restituição legal em contexto subnacional.	A identificação de arquivos removidos às comunidades originárias pode ocorrer pela denominação da instituição arquivística que os custodia, especialmente em contexto de transição democrática. Os conjuntos documentais confiscados foram fragmentados com base na pertinência territorial, esboçando a proveniência.	Catalunha vs. <i>Centro Documental de la Memoria Histórica</i> (administração central)
81	(D. Cox, 2014)	<i>The lost archives of Noriega: emancipating panamanian human rights documents in U.S. military custody</i>	US	Qualitativa / Comentário de jurisprudência	Direito	A remoção de arquivos em contexto de conflito armado coloca problemas sobre o direito de custódia/propriedade pela força ocupante.	Instrumentos de acesso à informação sobre arquivos removidos pelas forças ocupantes nem sempre divulgam dados consistentes em termos de volume. Em casos de justiça transicional, conduz a que casos de violação de direitos humanos fiquem sem seguimento, devido aos problemas de acesso. Apropriação de arquivos e sem instrumentos de acesso à informação constitui uma forma	Panamá vs. US (<i>Operation Just Cause</i> , 1989)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							de privação das comunidades afetadas em termos de acesso.	
82	(Dritsas & Haig, 2014)	<i>An archive of identity: the Central African Archives and Southern Rhodesian history</i>	UK	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Legitimação do colonialismo através da constituição de arquivos em territórios colonizados.	A criação de cânones arquivísticos requer formas de legitimação do colonialismo e de memória nacional, representados em instrumentos de acesso à informação.	Rodésia do Sul (Zimbabwe)
83	(Goh, 2014)	<i>Clear skies or cloudy forecast? Legal challenges in the management and acquisition of audiovisual materials in the cloud</i>	CA	Qualitativa / Análise de conteúdo	Ciência da Informação	Legislação arquivística nacional desajustada em relação às novas tecnologias emergentes (nuvem) em termos de controle, propriedade, custódia de dados/documentos.	A propriedade e a custódia dos dados são desconhecidas no ambiente de nuvem, devido ao modelo de multilocação (os provedores de serviços em nuvem podem subcontratar parte de seus serviços ou o conteúdo confiado a outros fornecedores, que podem residir em vários países e jurisdições). A terceirização de produção/armazenamento de dados levanta questões sobre a confiabilidade dos registros dado que o acesso/controle aos metadados é limitado.	Utilizadores vs. nuvem
84	(Halilovich, 2014)	<i>Reclaiming erased lives: archives, records and memories in post-war Bosnia and the Bosnian diaspora</i>	AU	Qualitativa / Método etnográfico (digital)	Ciência da Informação	O papel do ciberespaço como forma de reconstituição de comunidades na diáspora em contexto pós-conflito armado.	A destruição/fragmentação de arquivos e dispersão das comunidades afetadas conduzem a novas formas de reconstituição da memória através de história oral. O meio digital constitui um	Comunidades bósnias na diáspora

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							espaço de interações entre comunidades afetadas.	
85	(Kratz, 2014)	<i>"PS: you had better remove the records"</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Vicissitudes históricas dos processos custodiais dos arquivos removidos dos locais originários até serem centralizados nos arquivos nacionais.	A ausência de instrumentos de acesso à informação pode vulnerabilizar a identificação e conservação de fundos/documentos. As deficiências de gestão dos arquivos conduziram à destruição, à dispersão e à fragmentação de fundos. Casos subnacionais.	US
86	(Montgomery, 2014)	<i>US Seizure, Exploitation, and Restitution of Saddam Hussein's Archive of Atrocity</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Humanidades	Problemas de restituição de arquivos removidos em contexto de conflito armado (inteligência militar) ao país reivindicante.	A representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação relativo a arquivos capturados em contexto de conflito armado tende a ser um meio para a análise, triagem, exploração, disseminação e politização. Os conjuntos documentais capturados são descritos em novos sistemas de informação (algoritmos, inteligência artificial) para datação.	Iraque vs. US
87	(Punzalan, 2014a)	<i>Understanding Virtual Reunification</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Reunificação digital de conjuntos documentais dispersos em diversas entidades custodiantes.	O acesso por meios digital minimiza os problemas de custódia se providenciado o acesso e representação reunificada. A cooperação entre as partes no processo de representação é fundamental. Limitações das	Casos bem-sucedidos (manuscritos antigos e arquivos literários)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							garantias literárias para a descrição devem ser abordadas por consenso, assim como questões de propriedade intelectual e impacto junto das comunidades afetadas.	
88	(Punzalan, 2014b)	<i>Archival Diasporas: A Framework for Understanding the Complexities and Challenges of Dispersed Photographic Collections</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Reunificação digital de conjuntos documentais dispersos em diversas entidades custodiantes.	As dimensões da dispersão de arquivos do mesmo produtor podem ser geográficas, temporais, de proveniência e materiais. Diversas entidades custodiantes podem representar narrativas diversas entre estas dimensões. O acesso aos instrumentos de descrição são um aspecto importante na identificação da propriedade, proveniência e ordem original dos arquivos deslocados. Cooperação é um aspecto fundamental na reunificação. O recurso a garantias literárias aplicadas ao universo digital constitui uma base fundamental no processo de reunificação.	US <i>cum</i> Alemanha
89	(Wood <i>et al.</i> , 2014)	<i>Mobilizing records: reframing archival description to support human rights</i>	US	Qualitativa / Estudo de caso, Retórica coletiva	Ciência da Informação	Reconceitualização dos princípios arquivísticos para salvaguardar direitos humanos, para assegurar a confiabilidade e transparência	A descrição arquivística evoluiu consideravelmente com a evolução tecnológica, porém a representação da informação em relação às comunidades afetadas	Vários casos citados

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
						das instituições custodiantes.	tem sido enviada por motivos político-ideológicos. A produção de substitutos necessita não apenas da descrição do artefacto informacional, mas também do conteúdo. Produção de substitutos requer modelos de participação com as comunidades representadas.	
90	(Anderson, 2015)	<i>Guilty Secrets: Deceit, Denial, and the Discovery of Kenya's 'Migrated Archive'</i>	UK	Qualitativa / Análise histórica	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	A existência de instrumentos de acesso à informação constitui um elemento crítico para a identificação (física e intelectual) de arquivos removidos das ex-colónias. O volume documental dos arquivos removidos pode indicar o interesse político-ideológico do seu conteúdo. A avaliação arquivística pode constituir uma forma de higienização dos arquivos coloniais e a ocultação uma forma de (não) representação.	Quénia vs. UK
91	(Bailkin, 2015)	<i>Where Did the Empire Go? Archives and Decolonization in Britain</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	Os arquivos coloniais constituem tecnologias de dominação, como a classificação arquivística e linguagem racializada. A inexistência de instrumentos de acesso à informação limita a identi-	Antigas colónias britânicas vs. UK

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							cação de arquivos e das entidades custodiantes.	
92	(P. Cooke, 2015)	<i>A Response to Sylvia Nanyonga-Tamusuza and Andrew N. Weintraub's "The Audible Future: Reimagining the Role of Sound Archives and Sound Repatriation in Uganda"</i>	UK	Qualitativa / Re-a- ção a ar- tigo	Música	Repatriação de arquivos sonoros às comunidades originárias para revitalização/reconciliação de culturas.	Representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação descrito de forma participada com as comunidades afetadas. Produção de substitutos como forma de facilitar o acesso ao conteúdo. Questões refutadas ao artigo de Nanyonga-Tamusuza e Weintraub (2012).	Uganda vs. UK (coleção Wachsmann)
93	(Elkins, 2015)	<i>Looking beyond Mau Mau: Archiving Violence in the Era of Decolonization</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	A existência de instrumentos de acesso à informação constitui um elemento crítico para a identificação (física e intelectual) de arquivos removidos das ex-colónias. Destruições não documentadas dificultam a aferição sobre a completude/integridade dos arquivos. Os meta-arquivos são fundamentais no processo de reconstituição das ações realizadas aos fundos, especialmente como a avaliação arquivística tem sido conduzida pelas forças coloniais.	Quénia vs. UK
94	Frick (Frick, 2015)	<i>Repatriating American film heritage or heritage hoarding?</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Comunicação	Digitalização do património audiovisual como forma de repatriação.	A produção de substitutos digitais em torno do património audiovisual pode constituir	US Library of Congress, the Museum of Modern Art, the National Film and

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>Digital opportunities for traditional film archive policy</i>					uma forma de repatriação às comunidades originárias (internacional/subnacional) e disseminação global do conhecimento.	Sound Archive in Australia, and the New Zealand Film Archive
95	(Hennerbichler & Montgomery, 2015)	<i>U.S. Restitution of the Iraq Secret Police Files from Saddam Hussein's Regime Regarding the Kurds in Iraq</i>	US	Qualitativa / Relatório	Humanidades	Processo de repatriação de arquivos capturados em contexto de conflito armado às comunidades afetadas	Produção de substitutos (digitais) e instrumentos de acesso à informação para análise e suporte a casos na justiça transicional.	Curdistão (Irão) <i>cum</i> US
96	(Karabinos, 2015)	<i>The Djog-dja Documenten: The Dutch-Indonesian Relationship Following Independence through an Archival Lens</i>	NL	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Arquivos removidos das ex-colônias e em contexto de desconlonização e acesso/repatriação ao país.	A inexistência de instrumentos de acesso à informação no momento de reivindicação pela custódia dificultou a identificação e a localização da entidade custodiante. A mistura de fundos é um factor limitador no processo de descrição arquivística. Produção de substitutos tem sido a forma comum de repatriação.	Indonésia vs. Países Baixos
97	(Montgomery, 2015a)	<i>Reconciling the Inalienability Doctrine with the Conventions of War</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	O princípio da inalienabilidade em contexto de remoção de arquivos durante conflito armado e problemas de restituição pós-guerra.	A doutrina da inalienabilidade e da imprescritibilidade tem sido a base dos argumentos de nacionalismo cultural. A apreensão de arquivos do inimigo é descrita com detalhe para a análise das capacidades e intenções do inimigo. É difícil determinar o estatuto dos arquivos públicos, analógicos	Vários casos

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							e digitais, criados pelo estado adversário e fisicamente apreendidos em seu território como patrimônio cultural ou histórico do território inimigo.	
98	(Montgomery, 2015b)	<i>The Rape of Kuwait's National Memory</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Humanidades	Problemas de identificação e de restituição de arquivos removidos em contexto de conflito armado (inteligência militar) ao país reivindicante.	Destruição deliberada de arquivos constitui uma forma de “memoricídio” de uma comunidade. Cooperação internacional deve constituir uma base de apoio na identificação e recuperação do patrimônio. A investigação e a produção de instrumentos de acesso à informação constitui um processo fulcral para a sua recuperação.	Kuwait vs. Iraque; Iraque vs. US
99	(Nambila, 2015)	<i>Recordkeeping and Missing "Native Estate" Records in Namibia: An Investigation of Colonial Gaps in a Post-colonial National Archive</i>	FI	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Representações e sub-representações nos arquivos nacionais em contexto pós-colonial.	Os instrumentos de acesso à informação tendem a obscurecer e a não representar comunidades “nativa” como informação não existente.	Namíbia
100	(Rawlings, 2015)	<i>Lost Files, Forgotten Papers and Colonial Disclosures: The 'Migrated Archives' and the Pacific, 1963-2013</i>	NZ	Qualitativa / Análise histórica	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	A existência de instrumentos de acesso à informação constitui um elemento crítico para a identificação (física e intelectual) de arquivos removidos das ex-colônias.	Ilhas do Pacífico (Fiji, Vanuatu, ilhas Salomão, Kiribati e Tuvalu) vs. UK, Nova Zelândia
101	(Shepard, 2015)	<i>"Of Sovereignty": Disputed</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Arquivos destruídos ou removidos e	Os arquivos públicos são agências do	Argélia vs. França

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>Archives, "Wholly Modern" Archives, and the Post-Decolonization French and Algerian Republics, 1962-2012</i>				ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	Estado, sendo representações da Nação. Produção de substitutos como forma de restituição. Fragmentação de fundos delimitados por critérios "de soberania" e de "gestão".	
102	(Stein, 2015)	<i>Black Holes, Dark Matter, and Buried Treasures: Decolonization and the Multi-Sited Archives of Algerian Jewish History</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	História	Recuperação de arquivos de comunidades judias argelinas e problemas de recuperação em contexto pós-colonial.	Por questões político-ideológicas, o acesso aos arquivos pelas comunidades afetadas pode ser limitado tanto na representação em instrumentos de acesso à informação como na produção de substitutos.	Comunidades judias moçabitas vs. Argélia vs. França
103	(Winn, 2015)	<i>Ethics of Access in Displaced Archives</i>	US	Qualitativa / Revisão de literatura	Ciência da Informação	Problemas éticos no acesso aos arquivos removidos dos seus legítimos proprietários	A produção de substitutos digitais e sua disseminação levantam problemas éticos sobre a legitimidade desse ato. Limitações no acesso aos arquivos deslocados podem derivar do fosso linguístico, distância física, valores deontológicos em conflito com valores institucionais. Digitalização como medida facilitadora de acesso aos arquivos deslocados está limitada às questões de privacidade (legal), obsolescência tecnológica e não pode servir de desculpa no conflito de custódia.	Diversos casos

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
104	(Mattern, 2016)	<i>A six-stage process for recovery of public records: replevin and the state of North Carolina</i>	US	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Recuperação de arquivos públicos na posse de privados.	A identificação de arquivos públicos alienados através de meta-arquivos (avaliação arquivística, comércio de arquivos, denúncia). Após a incorporação, os instrumentos de acesso à informação registam as fontes imediatas de aquisição explicitando a proveniência e vicissitudes custodiais.	Carolina do Norte (US)
105	(Nambila, 2016)	<i>Content and use of colonial archives: an under-researched issue</i>	NA	Qualitativa / Revisão de literatura	Ciência da Informação	Descolonização e situação dos arquivos pós-coloniais	A descolonização conduziu à identificação e representação de arquivos das comunidades "nativas" que têm sido marginalizadas nos instrumentos de acesso à informação. A identificação de lacunas nos arquivos conduziu à presunção da sua destruição.	Namíbia e diversos países africanos
106	(Phillips, 2016)	<i>The 'Migrated Archives' and a Forgotten Corner of Empire: The British Borneo Territories</i>	UK	Qualitativa / Análise histórica	História	Arquivos destruídos ou removidos e ocultados pelas potências coloniais e problemas de restituição e de acesso em contexto pós-colonial às comunidades afetadas.	A (re)descoberta de fundos removidos, ocultados pelas antigas entidades coloniais e a sua dimensão considerável exige a responsabilidade do Estado em o tornar público. A ocultação teve motivos políticos-ideológicos para evitar crises em contexto pós-colonial, que acabou por ser inevitável, dada a exigência de reparação de crimes contra a Huma-	Bornéu vs. UK

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							nidade e o interesse da comunidade científica em compreender a história recente.	
107	(Schenkolewski-Kroll, 2016)	<i>Jewish archives and archival documents: Israel and the Diaspora</i>	IL	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Diáspora das comunidades e dos arquivos e estratégias de constituição de cânones arquivísticos. Casos internacionais.	A centralização de arquivos procedentes das comunidades na diáspora passa a ter uma forma alternativa de representação centralizada com recurso às novas tecnologias.	Comunidades judias na diáspora <i>cum Israel</i>
108	(Sinkoff, 2016)	<i>From the Archives: Lucy S. Dawidowicz and the Restitution of Jewish Cultural Property</i>	US	Qualitativa / Análise biográfica	História	Identificação, negociação e restituição de arquivos às comunidades originárias em contexto pós-conflito armado.	Os arquivos confiscados após o conflito armado tendem a ser identificados e descritos para repatriação, constituição de cânones arquivísticos. A ausência de marcas de posse tornou as unidades documentais como “por identificar” e “sem herdeiros”.	Lituânia vs. US
109	(Treloyn et al., 2016)	<i>Cultural precedents for the repatriation of legacy song records to communities of origin</i>	AU	Qualitativa / Estudo de caso	Música	A repatriação às comunidades originárias por via digital para revitalização de comunidades em situação de vulnerabilidade.	A representação de arquivos por meio de substitutos acarreta limitações por motivo de obsolescência tecnológica. Repatriação é um processo relacional e participado, que implica o movimento físico de arquivos centrais às comunidades originárias. Definição de esquemas de metadados é um processo interrelacionado com as dinâmicas da memória das comunidades.	Comunidades aborígenes (Australia)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
110	(Auer, 2017)	<i>Displaced Archives in the Wake of Wars</i>	AT	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Confisco de arquivos em contexto de conflito armado ao longo da história europeia.	A identificação de arquivos deslocados pode passar pelo exame em termos da integridade dos fundos e da descrição precisa dos conjuntos documentais (quadro legal, circunstâncias de remoção, estatuto da entidade custodiante e conhecimento da literatura). A produção de substitutos pode ser uma forma de resolução das disputas.	Diversos casos
111	(Banton, 2017)	<i>Displaced Archives in The National Archives of the United Kingdom</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Identificação de fundos deslocados nos arquivos nacionais removidos em contexto imperial e colonial, assim como resistências à repatriação.	Instrumentos de acesso à informação produzidos na época da remoção de arquivos dos locais originários podem não ter em conta as destruições e os deslocamentos massivos ocorridos. A ocultação de arquivos e a classificação de segurança limitam as possibilidades de identificação de arquivos deslocados por motivos políticos e ideológicos.	Antigas possessões britânicas vs. UK
112	(Coeuré, 2017)	<i>Cultural Looting and Restitution at the Dawn of the Cold War: The French Recovery Missions in Eastern Europe</i>	FR	Qualitativa / Análise histórica (biográfica)	História	Papel de figuras na identificação restituição de arquivos confiscados em contexto de conflito armado.	A produção de instrumentos de acesso à informação constituiu um elemento fundamental para dar "existência" aos arquivos confiscados durante o conflito armado e processo de repatriação.	Polónia, Checoslováquia, República Democrática Alemã vs. França (<i>Service de Remise en Place des Œuvres d'Art</i>)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
113	(D. Cox, 2017)	<i>Revisiting the Law and Politics of Compromise</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Limitações do quadro jurídico internacional em matéria de restituição de arquivos.	A produção de instrumentos de acesso à informação constitui uma base fundamental para a identificação de arquivos deslocados. A incorreta classificação dos arquivos obscurece a sua proveniência. A produção de substitutos pode ser uma solução satisfatória entre as partes litigantes. A custódia física pode ser resolvida sob o paradigma do internacionalismo cultural, que privilegia o acesso, através da diplomacia cultural, partilha conjunta e reforço do papel dos arquivistas.	Vários casos
114	(Edelstein, 2017)	<i>Reconnecting with a fugitive collection: a case study of the records of JDC's Warsaw Office, 1945-1949</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	História	Dispersão de arquivos do mesmo produtor em diversas instituições custodiantes em contexto pós-guerra.	A produção de instrumentos de acesso à informação sobre conjuntos documentais dispersos pode ser representada de forma reunificada em ambiente <i>web</i> . O controlo intelectual é mais importante do que o controlo físico, especialmente quando o acesso é providenciado por meio de substitutos (digitalização) e cooperação interinstitucional.	US vs. Polónia; caso <i>American Jewish Joint Distribution Committee</i>
115	(A. J. Gilliland, 2017)	<i>Networking Records in Their Diaspora: A Re-</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	As novas tecnologias proporcionam uma outra	A representação arquivística baseada nos princípios arquivísticos é	Jugoslávia <i>cum</i> países sucessores (Croácia, Bósnia e Herzegovina,

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>conceptualisation of 'Displaced Records' in a Postnational World</i>				perspetiva sobre arquivos deslocados, aplicando uma visão pós-nacionalista baseada na teoria do <i>records continuum</i> em contexto de sucessão de Estados e comunidades na diáspora.	desafiada com o universo digital, onde ordem física e lugar têm novos contornos. Apesar da diversidade de representações arquivísticas, os metadados constituem unidades de representação básicas. Os conjuntos documentais podem ser objeto de representação em diversos contextos geográficos e institucionais e formas materiais.	Eslovénia, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia, Kosovo)
116	(Grimsted, 2017)	<i>Pan-European Displaced Archives in the Russian Federation: Still Prisoners of War on the 70th Anniversary of V-E Day</i>	US, NL	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Captura de arquivos em contexto de conflito armado e problemas de restituição de arquivos.	Os instrumentos de acesso à informação sobre os arquivos deslocados devem ser atualizados (atendendo a factos de restituição ocorridos). O problema é a identificação de entidades sucessoras, para que não fiquem na condição de arquivos como órfãos. As entidades custodiantes alteram o sistema de classificação, que rompe com o sistema anterior, obscurecendo a proveniência pela falta de harmonização semântica.	Áustria, Grécia, Alemanha, Polónia, França, Bélgica, Luxemburgo, privados (Rothschild, Maçonaria) vs. URSS/Rússia
117	(C. G. Hill, 2017)	<i>Seeds as Ancestors, Seeds as Archives: Seed Sovereignty and the Politics</i>	US	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	História	Repatriação de bens às comunidades originárias como forma de revitalização de culturas em situação de vulnerabilidade.	Os instrumentos de acesso à informação construídos em contexto colonial tendem a representar os bens apropriando-se deles,	Comunidades indígenas (US) vs. US

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>of Repatriation to Native Peoples</i>					como meio para a remoção e adulteração.	
118	(Hiribarren, 2017)	<i>Hiding the Colonial Past? A Comparison of European Archival Policies</i>	UK	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Práticas de ocultação de arquivos removidos das ex-colônias pelas potências coloniais em contexto pós-colonial.	Processo de remoção e de destruição de arquivos coloniais terão acontecido de forma casuística ou motivada por questões político-ideológicas. Sistemas de classificação serviram para obscurecer a localização e conteúdo. A estratégia de despossessão não é apenas física mas também pode ser ideológica e intelectual.	Colônias britânicas vs. UK; colônias francesas vs. França; Congo vs. Bélgica; Antilhas holandesas, Suriname, Indonésia vs. Países Baixos; colônias italianas vs. Itália; colônias espanholas vs. Espanha; colônias portuguesas vs. Portugal
119	(Karabinos, 2017)	<i>Indonesian National Revolution Records in the National Archives of the Netherlands</i>	NL	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Arquivos removidos das ex-colônias e em contexto de descolonização e acesso/repatriação ao país de origem.	Instrumentos de acesso à informação sobre conjuntos documentais removidos apresentam ambiguidades na determinação da tradição (original vs. cópia). Cooperação entre as partes é fundamental na identificação e descrição dos arquivos dispersos do mesmo produtor. A produção de substitutos para fins de reunificação pode acarretar custos não previsíveis por motivo da dimensão dos fundos. Um dos fatores limitadores é a fronteira da língua.	Indonésia vs. Países Baixos
120	(Kecskeméti, 2017)	<i>Archives Seizures: The Evolution</i>	FR	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Evolução do quadro jurídico-normativo	Os princípios arquivísticos baseados na proveniência	Vários exemplos baseados em conflito

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>tion of International Law</i>				tivo internacional em matéria de restituição de arquivos.	(soberania re- troativa, proveniência territorial e pertinência funcional) constituem a base do processo de restituição. A representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação depende dos critérios e das garantias literárias aplicadas para assegurar o acesso e identificação de arquivos nestas condições.	armado e descolonização/secessão de Estados
121	(Lovering, 2017)	<i>Expatriate Archives Revisited</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	História	Arquivos expatriados em contexto de descolonização e secessão (extinção) de Estados.	Importância das garantias literárias para a representação de arquivos expatriados. Instrumentos de acesso à informação inadequados podem obscurecer a dimensão de arquivos. Produção de microfimes/digitalização como solução de repatriação.	<i>Rhodesian Army Association</i> (UK)
122	(Lowry, 2017a)	<i>Introduction: Displaced Archives</i>	UK	Qualitativa / Não explícito [revisão de literatura]	Ciência da Informação	Questões teórico-conceituais em torno dos arquivos deslocados.	Cooperação entre as partes litigantes constitui a base mais efetiva na resolução de conflitos, especialmente na identificação e na descrição. O acesso é providenciado pela descrição e os instrumentos de descrição são a chave para o acesso aos arquivos deslocados.	Vários casos relacionados com o conflito armado, secessão de Estados ou descolonização

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
123	(Mnjama & Lowry, 2017)	<i>A Proposal for Action on African Archives in Europe</i>	BW, UK	Qualitativa / Investigação	Ciência da Informação	Arquivos removidos pelas potências coloniais em contexto de descolonização e os problemas de acesso/repatriação em contexto pós-colonial.	A classificação e a descrição arquivísticas pela entidade que custodiante pode constituir uma forma de apropriação e fundamentação de inalienabilidade. O processo de descolonização deixou uma herança de serviços de arquivo desprovidos das condições de sustentabilidade. A produção de substitutos não teve em conta o fosso tecnológico entre países ricos e pobres, além de ter sido realizada de forma incompleta devido às dimensões e aos custos associados.	Países africanos vs. antigas potências coloniais
124	(Montgomery, 2017)	<i>Iraq and Kuwait: The Seizure and Destruction of Historical Patrimony</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Problemas de restituição de arquivos removidos em contexto de conflito armado (inteligência militar) ao país reivindicante.	A representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação relativo a arquivos capturados em contexto de conflito armado tende a ser um meio para a análise, a triagem, a exploração, a disseminação e a politização. Os conjuntos documentais capturados são descritos em novos sistemas de informação (algoritmos, inteligência artificial) para datificação. A repatriação digital como	Kuwait vs. Iraque; Iraque vs. US

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							forma de assegurar o acesso a registros por parte das comunidades afetadas (modo de partilha).	
125	(Sato, 2017)	<i>"Operation Legacy": Britain's Destruction and Concealment of Colonial Records Worldwide</i>	JP	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciência da Informação	Identificação de fundos deslocados nos arquivos nacionais removidos em contexto imperial e colonial, assim como resistências à repatriação.	Instrumentos de acesso à informação produzidos na época da remoção de arquivos dos locais originários podem não ter em conta as destruições e os deslocamentos massivos ocorridos. A ocultação de arquivos e a classificação de segurança limitaram as possibilidades de identificação de arquivos deslocados por motivos políticos e ideológicos.	Antigas possessões britânicas vs. UK
126	(Shepard, 2017)	<i>Making Sovereignty and Affirming Modernity in the Archives of Decolonisation: The Algeria–France 'Dispute' between the Post-Decolonisation French and Algerian Republics, 1962–2015</i>	US	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Identificação de fundos deslocados nos arquivos nacionais removidos em contexto imperial e colonial, assim como resistências à repatriação.	A classificação de arquivos como de soberania e de gestão conduziu à fragmentação de fundos e uma forma de constituição de cânones arquivísticos. A classificação de arquivos coloniais é um importante instrumento de representação da informação que deve ser analisada de forma crítica.	Argélia vs. França
127	(Ahmed, 2018)	<i>Archives du Maroc? The official and alternative national archives of Morocco</i>	QA	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Criação do arquivo nacional a partir de fundos coloniais com base no nacionalismo cultural.	Centralização de arquivos como forma de constituição de cânones arquivísticos. A estruturação e a harmonização na representação de fundos	Marrocos vs. França

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							passa pela adoção de garantias literárias para a descrição arquivística. A microfilmagem e a digitalização usadas para a construção da narrativa do nacionalismo cultural.	
128	(A. J. Gilliland, 2018)	<i>To what lengths the 'Physical and Moral Defence of the Record' in times of conflict and exigency?</i>	US	Qualitativa / Método etnográfico	Ciência da Informação	Papel de teóricos da arquivística no contexto de guerra e pós-guerra e agência dos arquivistas na proteção dos arquivos.	As principais perspectivas da teoria arquivística derivaram do envolvimento dos autores na identificação e na descrição de arquivos em contexto de guerra e de pós-guerra.	Jugoslávia
129	(Karabinos, 2018b)	<i>In the shadows of the continuum: testing the records continuum model through the Foreign and Commonwealth Office 'Migrated Archives'</i>	NL	Qualitativa / Análise teórico-conceitual estudo de caso	Ciência da Informação	Modelo de <i>records continuum</i> aplicado aos casos dos arquivos removidos em contexto colonial e identificação das limitações do modelo.	A avaliação arquivística em torno dos arquivos coloniais pode ter ocorrido em diversas vezes. A representação da ordem original pode ser enviesada pela interpretação dada por profissionais que desconhecem princípios arquivísticos. O fenômeno dos arquivos coloniais removidos falha na dimensão da pluralização, por terem sido deliberadamente ocultados pelas entidades custodiantes.	Quênia vs. UK
130	(Moustafa, 2018)	<i>Research without Archives? The Making and Remaking of Area Studies Knowledge of the Middle East in a Time of</i>	US	Qualitativa / Entrevista	Ciência da Informação	Confisco de arquivos em contexto de conflito armado e as consequências para a comunidade científica no acesso e na produção de conhecimento.	O acesso aos arquivos pelas comunidades científicas é limitado por motivo da destruição/remoção de arquivos e pelo desmantelamento dos	Países do Médio Oriente

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>Chronic War</i>					serviços de informação. A inexistência de fontes conduz à diáspora forçada da comunidade científica por não ser possível realizar investigação nos arquivos <i>in situ</i> .	
131	(Ngoepe & Netshakhuma, 2018)	<i>Archives in the trenches: repatriation of African National Congress liberation archives in diaspora to South Africa</i>	ZA	Qualitativa / Entrevista	Ciência da Informação	Arquivos constituídos no exílio/diáspora e problemas de repatriação para constituição do cânone arquivístico.	A identificação de arquivos constituídos no exílio não possui um método claro, sendo difícil de identificar lacunas ou destruições documentadas. A digitalização constitui uma dificuldade para as comunidades custodiantes, para além das questões de propriedade intelectual e privacidade, que variam entre países.	Africa do Sul vs. diversos países do mundo
132	(Niessen, 2018)	<i>Heritage and Repatriation in the History of Habsburg and Hungarian Archives</i>	US	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Ciências Sociais – outros tópicos	Recuperação de arquivos dispersos na diáspora.	O recurso às novas tecnologias tem possibilitado a reunificação de bens documentais dispersos. A recuperação destes arquivos dispersos, suportados por medidas <i>ope legis</i> , visa a constituição de cânones arquivísticos.	Hungria vs. US
133	(Sela, 2018b)	<i>The Genealogy of Colonial Plunder and Erasure – Israel's Control over Palestinian Archives</i>	IL	Qualitativa / Não explícito [estudo de caso narrativo]	Humanidades	Arquivos removidos em contexto de conflito armado e ocupação colonial, mantendo uma ética ambivalente em relação à repatriação/remoção.	Arquivos removidos às comunidades subjugadas tendem a sujeitar-se às regras do colonizador (leis, regras e terminologia). As forças coloniais tendem a usar modelos de representação próprios,	Palestina vs. Israel

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							para obscurecer a proveniência.	
134	(Sela, 2018a)	<i>"Imprisoned Photographs": The Looted Archive of Photo Rissas (Rissas) – Ibrahim and Khalil (Khalil) Rissas</i>	IL	Qualitativa / Estudo de caso	Humanidades	Arquivos privados removidos em contexto de conflito armado e ocupação colonial, mantendo uma ética ambivalente em relação à repatriação/remoção.	A representação dos arquivos confiscados em instrumentos de acesso à informação tende a ser alterada pelas forças ocupantes, como forma de obscurecer a proveniência, mitigar reivindicações e adulterar os factos.	Palestina vs. Israel
135	(Agostinho, 2019)	<i>Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives</i>	DK	Qualitativa / Análise teórico-conceitual e estudo de caso	Ciência da Informação	Representação digital de arquivos coloniais removidos pelas antigas potências coloniais na perspectiva da ética feminista do cuidado.	As humanidades digitais potenciaram respostas importantes para o acesso à informação de fundos coloniais removidos no passado. O reencontro digital pode abrir fraturas nas comunidades desapossadas, quando as instituições custodiantes pretendem abrir o acesso aos arquivos removidos sem o consentimento das comunidades. O discurso do cuidado pode funcionar ideologicamente para justificar ou ocultar relações de poder e dominação, com recurso às novas tecnologias.	Ilhas Virgens (US) vs. Dinamarca
136	(Amoros, 2019)	<i>The digital return of ILAM's Zimbabwean recordings: revitalization of the sound archive through</i>	ZA	Qualitativa / Método etnográfico	Humanidades	Repatriação digital de arquivos sonoros para a revitalização de comunidades em situação de vulnerabilidade.	Produção de substitutos como estratégia de repatriação para envolver as comunidades na revitalização de práticas culturais.	Comunidades locais vs. Zimbabué

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>postcolonial engagement between ILAM and African universities</i>						
137	(Ashie-Nikoi, 2019)	<i>Ghana's Cultural Records in Diaspora: Perspectives from Papers held at the Schomburg Center for Research in Black Culture, New York</i>	GH	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Questões de acesso aos arquivos na diáspora e problemas de repatriação.	As políticas de constituição de cânones arquivísticos tendem a focalizar os arquivos na diáspora ignorando a presença das comunidades nos países recetores como parte interessada. A produção de substitutos responde às necessidades de preservação dos originais.	Gana vs. US
138	(Barwick, Green, Vaarzon-Morel, et al., 2019)	<i>Conundrums and consequences: Doing digital archival returns in Australia</i>	AU	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Humanidades	Problemas que envolvem os arquivistas, comunidades e stakeholders no processo de restituição de arquivos.	A adoção de garantias literárias depende de como as entidades custodiantes a aplicam. Descrições idiossincráticas sobre conjuntos documentais, problemas de gestão de arquivos, proveniências não claras podem conduzir a que os arquivos fiquem órfãos. Os sistemas de informação eletrônicos podem não ser adequados às comunidades. Modelos participados de descrição arquivística podem constituir uma base de inclusão.	Austrália <i>cum</i> comunidades indígenas
139	(Battley, 2019)	<i>Archives as places, places as archives: doors to privilege, places of</i>	NZ	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	A importância teórica do lugar dos arquivos para as comunidades onde seus arquivos foram	A acessibilidade é um aspecto significativo. As comunidades podem não reconhecer as descrições	Nova Zelândia vs. comunidades Māori; arquivos institucionais vs. comunidades locais

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>connection or haunted sarcophagi of crumbling skeletons?</i>				removidos e implicações na memória e arquivos como lugares de pertença.	como representações suas e podem ficar longe da lista de resultados nos motores de pesquisa.	
140	(Bracknell & Scott, 2019)	<i>Ever-widening circles: Consolidating and enhancing Wirlomin Noongar archival material in the community</i>	AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Repatriação de arquivos sonoros como forma de revitalização linguística em comunidades vulneráveis.	Metadados e ferramentas de prospeção de dados digitais devem ser feitos com ética e de forma participada no processo de descrição arquivística.	Comunidade Noongar vs. Austrália
141	(Brenda et al., 2019)	<i>"For the children..." : Aboriginal Australia, cultural access, and archival obligation</i>	AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Questões éticas sobre o acesso aos arquivos privados, que documentam comunidades indígenas por motivo de prazos legais de desclassificação.	Representação de arquivos disseminados em sistemas de informação sem consentimento das comunidades indígenas pode levantar questões éticas.	Comunidade Gurindji vs. Austrália (fundo Berndt)
142	(Curran, 2019)	<i>Incorporating archival cultural heritage materials into contemporary Warlpiri women's yawulyu spaces</i>	AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Repatriação de arquivos sonoros como forma de revitalização de tradições em comunidades vulneráveis.	Instrumentos de acesso à informação podem representar pejorativamente manifestações culturais de comunidades indígenas em resultado de uma "etnografia selvagem" e podem ter impacto emocional negativo nas comunidades. O acesso digital pode não ser uma componente suficiente na repatriação sem um processo de mediação.	Comunidade Warlpiri vs. Austrália
143	(E. M. Ellis et al., 2019)	<i>i-Tjuma: The journey of a collection – from documentation to delivery</i>	AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Repatriação de arquivos sonoros como forma de revitalização de tradições em comunidades vulneráveis.	A repatriação digital pode levantar problemas de obsolescência tecnológica. Os modelos arquivísticos basearam-se na "lô-	Comunidade Ngaanyatjarra vs. Austrália

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							gica da extração”, que tem sido uma prática colonialista prevalente na representação da informação arquivística e transposta para as novas tecnologias. Criação de uma rede de arquivos locais pode assegurar a revitalização de práticas culturais em comunidades vulneráveis.	
144	(Frings-Hessami, 2019b)	<i>The flexibility of the records continuum model: a response to Michael Karabinos' "in the shadow of the continuum"</i>	AU	Qualitativa / Reação a artigo	Ciência da Informação	Modelo de <i>records continuum</i> aplicado aos casos dos arquivos removidos em contexto colonial e identificação das limitações do modelo.	O fenómeno dos arquivos coloniais removidos falha na dimensão da pluralização, por terem sido deliberadamente ocultados pelas entidades custodiantes. O modelo de <i>continuum</i> de arquivo apropriado e reaproveitado incide na apropriação de bens para reinterpretação com propósito distinto da sua criação.	Quénia vs. UK
145	(Frings-Hessami, 2019a)	<i>Khmer Rouge archives: appropriation, reconstruction, neo-colonial exploitation and their implications for the reuse of the records</i>	AU	Qualitativa / Análise histórica	Ciência da Informação	Apropriação de arquivos por regimes repressivos e mecanismos de descolonização da representação arquivística.	A reconstrução/reconstituição de arquivos coloca questões éticas sobre a autenticidade e confiabilidade das descrições arquivísticas e dos instrumentos de <i>accountability</i> . A reestruturação de arquivos por motivos político-ideológicos pode enviesar a interpretação dos factos e servir de evidência. O	Camboja (arquivo Tuol Sleng)

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							processo de digitalização e alterações à ordem causaram danos na reconstituição da proveniência e ordem original do arquivo.	
146	(Gibson, 2019)	<i>Returning recordings of songs that persist: The Anmatyerr traditions of akiw and amanty</i>	AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Repatriação de arquivos sonoros como forma de revitalização de tradições em comunidades vulneráveis.	Metodologias de descolonização constituem uma estratégia para revitalização de culturas através da repatriação de arquivos. Repatriação digital como processo de facilitação de acesso ao conteúdo pelas comunidades.	Comunidade Anmatyerr vs. Austrália
147	(Gibson et al., 2019)	<i>Deciphering Arrernte archives: The intermingling of textual and living knowledge</i>	AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Dispersão subnacional de arquivos indígenas e revitalização de línguas em perigo de extinção.	Participação das comunidades como processo importante na descrição arquivística. A dispersão de recursos digitais enfrenta os mesmos problemas dos analógicos no que concerne ao controle do volume e acessibilidade.	Comunidade Arrernte vs. Austrália
148	(Kimberly, 2019)	<i>"The songline is alive in Mukurtu": Return, reuse, and respect</i>	US	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Repatriação de arquivos sonoros como forma de revitalização de tradições em comunidades vulneráveis.	A repatriação digital pode promover políticas de descolonização de representações e reparação de estigmas nas comunidades afetadas.	Comunidade Warumungu vs. Austrália
149	(Lowry, 2019a)	<i>Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: how to break out of international stalemates on displaced archives</i>	UK	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Empatia radical, imaginários arquivísticos impossíveis e afeto como base de análise crítica de arquivos deslocados em alternativa aos modelos legalistas.	A avaliação arquivística aplicada a arquivos coloniais pode interferir nos mecanismos de (não) representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação. A digi-	Quênia vs. UK

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							talização constitui uma abordagem neoliberal que pode induzir no “otimismo cruel”, de reapropriação de arquivos para interesse privados. A ausência de instrumentos de acesso à informação pode induzir às comunidades a imaginarem um arquivo alheio.	
150	(Lowry, 2019b)	<i>"Displaced archives": proposing a research agenda</i>	UK	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Proposta de teoria crítica em arquivos deslocados no quadro dos estudos de crítica arquivística.	As representações das materialidades em arquivos deslocados podem expor questões axiológicas subjacentes ao acesso. Questões de equidade no acesso devem expor relações de assimetria de poder entre as comunidades e entidades custodiantes.	NA
151	(McKemmis et al., 2019)	<i>Imagine: a living archive of people and place "some-where beyond custody"</i>	AU	Qualitativa / Análise teórico-conceitual	Ciência da Informação	Modelos de descolonização e de participação das comunidades indígenas nos arquivos segundo o modelo de <i>records continuum</i> .	As representações da informação arquivística visam recuperar conhecimentos das comunidades que podem mutar, interagir, complementar, competir e completar. Representações coloniais advêm de modelos de aquisição em ambientes institucionais que tendem a hierarquizar e excluir comunidades.	Comunidades das Ilhas do Estreito de Torres vs. Austrália
152	(Nordlinger et al., 2019)	<i>Working at the interface: The</i>	AU	Qualitativa / Método etnográfico	Humanidades	Representação digital de arquivos para fins de media-	As tecnologias digitais possibilitam a preservação e a acessibilidade	Comunidades indígenas vs. Austrália

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenômeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
		<i>Daly Languages Project</i>				ção da revitalização de línguas indígenas em perigo de extinção.	aos recursos informacionais. A dispersão das comunidades pode ser minimizada com o acesso digital aos recursos informacionais.	
153	(Pennell, 2019)	<i>Digitised, digital and static archives and the struggles in the Middle East and North Africa</i>	AU	Qualitativa / Estudo de caso	Ciência da Informação	Estratégia de digitalização de arquivos confiscados durante e pós-conflito armado e descolonização	As tecnologias de informação aplicadas aos arquivos capturados são uma forma de repossessão e subordinação. A representação da ordem dos arquivos transmite uma forma de autoridade das entidades custodiantes. As entidades custodiantes tendem a representar a ordem e a granularidade descritiva como forma de transmitir autoridade na comunicação e reprodução.	Iraque vs. US; Líbia vs. US
154	(Thorner <i>et al.</i> , 2019)	<i>Never giving up: Negotiating, culture-making, and the infinity of the archive</i>	US, AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Função dos arquivos como forma de preservação das culturas indígenas e revitalização de culturas.	Adaptação de metainformação ao sistema de conhecimento indígena, no processo de retorno de arquivos. Acesso e regime de privacidade são estabelecidos pelas comunidades.	Comunidades Ngaanyatjarra, Pitjantjatjara e Yankunytjatjara vs. Austrália
155	(Vaarzon-Morel & Kelly, 2019)	<i>Enlivening people and country: The Lander Warlpiri cultural mapping project</i>	AU	Qualitativa / Investigação naturalista	Humanidades	Repatriação digital de arquivos como forma de revitalização de tradições em comunidades vulneráveis.	Repatriação digital empodera as comunidades. As cartografias têm excluído representações dos lugares indígenas como estratégia de despossessão e deslocamento de comunida-	Comunidades Warlpiri Anmatyerre vs. Austrália

#	Autor/ano	Título	País	Metodologia/ Métodos	Domínio	Tópico de investigação	Relação com o fenómeno de interesse e perspectiva (SPICE)	Países/regiões abordados ou casos
							des. As tecnologias de informação podem ser limitadoras para as comunidades que não possuem competências digitais.	

Fonte: Elaboração do autor.

Apêndice 2 – Síntese das características do estudo de todos os textos incluídos na integração da pesquisa (n = 184)

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
1	(Ministério dos Negócios da Guerra, 1802)	Decreto, 1802-09-04	“Decreto da criação do Archivo Militar.”	Régio: D. João VI	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
2	(Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, 1808)	Decreto, 1808-04-07	“Decreto criando o Archivo Militar do Brazil e seu Regimento.”	Régio: D. João VI	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo; proveniência territorial: criação <i>extra situs</i>
3	(Ministério dos Negócios da Fazenda, 1830)	Alvará, 1830-01-30	“Alvará determinando que á Ordem de S. João de Jerusalem se entreguem todas as Commendas vagas da mesma Ordem, cujos rendimentos tem sido arrecadados pela Junta dos Juros dos Reaes Emprestimose que tanto estas, como as que de futuro vagarem sejam providas, conforme dispõe os seus Estatutos, e que aos Cartorios das respectivas Commendas se restituão os Tombo, Titulos, e mais Papeis que lhes pertenceirem e que se achão no Conselho da Fazenda”	Régio: D. Miguel I	Extinto	cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
4	(Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1834)	Portaria, 1834-04-29	“Portaria que declara ao Prefeito da Provincia Occidental dos Açores que não obstante o que dispõe a Portaria do Ministerio de Justiça de 29 de Janeiro deste anno devem continuar pela mesma Prefeitura os inventarios dos Cartorios dos Residuos e Capellas a que se estava procedendo por ser esta uma das attribuições que dizem respeito áquella Prefeitura”	Régio: D. Maria II	Extinto	arquivo do arquivo: restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
5	(Sem entidade, 1835)	Portaria, 1835-03-17	“Entrega dos Cartorios dos Órfãos”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: reapropriação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
6	(Tesouro Público, 1835a)	Portaria, 1835-07-10	“Falta dos Cartorios e inventarios dos extinctos Conventos no Archivo do Thesouro Publico”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: recetação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
7	(Tesouro Público, 1835b)	Portaria, 1835-09-19	“Port- Cartorios dos extinctos Conventos	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			e antigas Provedorias”			
8	(Sem entidade, 1836a)	Portaria, 1836-03-01	“Curador de Órfãos e entrega dos Cartorios”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquismo: reconfiguração; arquivo do arquivo: meta-arquivo, revidação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
9	(Sem entidade, 1836b)	Portaria, 1836-10-05	“Chronicas impressas do Reino e Obras de Diplomacia e Paleografia fornecidas ao Real Archivo da Torre do Tombo”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquismo: reapropriação; arquivo do arquivo: meta-arquivo; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
10	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1836)	Decreto, 1836-10-22	“Decreto de criação do Gabinete de Moedas e Medalhas no Archivo da Torre do Tombo”	Régio: D. Maria II	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
11	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837e)	Portaria, 1837-04-27	“Portaria sobre os Catalogos de alguns Cartorios dos Extinctos Conventos”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquismo: reconfiguração; arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração
12	(Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1837b)	Portaria, 1837-06-14	“Portaria sobre Cartorios dos Extinctos Juizos de Direito dos Julgados”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
13	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837d)	Portaria, 1837-08-02	“Portaria – Entrega do Cartorio e Alfayas da Casa da Camara de Garvão”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: revidação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
14	(Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1837a)	Portaria, 1837-09-07	“Portaria sobre os Cartorios dos extinctos Juizos”	Régio: D. Maria II	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
15	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837c)	Portaria, 1837-09-15	“Portaria sobre os Cartorios findos”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
16	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1839b)	Portaria, 1839-09-03	“Portaria da applicação dos fundos para a despesa da Comissão na Cidade do Porto da distribuição e arrecadação dos processos e papeis pertencentes aos Cartorios dos extinctos Juizes da mesma Cidade”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
17	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1839a)	Decreto, 1839-11-23	“Dec.- Regulamento para o regimento e direcção do Archivo Nacional e Real da Torre do Tombo”	Régio: D. Maria II	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
18	(Ministério dos Negócios do Reino, 1840)	Decreto, 1840-05-09	“Decreto da Contadoria e Archivo da Intendencia das Obras Publicas de Lisboa fique d'ora em diante servindo de Contadoria e Archivo Geral das	Régio: D. Maria II	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			Obras Publicas do Reino”			
19	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1841)	Portaria, 1841-03-26	“Ordenando que as Camaras dos Concelhos façam recolher ao seu archivo em boa segura arrecadação o Cartorio que lhes respeita.”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: recetação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
20	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1842)	Portaria, 1842-04-18	“Portaria mandando recolher no Archivo dos Cartórios fundos de Lisboa o Archivo do extincto Juizo de Direito da Comarca exterior da mesma Cidade”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
21	(Ministério dos Negócios do Reino, 1842)	Decreto, 1842-11-30	“Decreto unindo ao logar de Guarda-Mór da Torre do Tombo o de Chronista do Reino”	Régio: D. Maria II	Extinto	cânone arquivístico: revitalização
22	(Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1843)	Portaria, 1843-01-05	“Portaria nomeando um Director para o Archivo da Torre do Tombo para direcção dos trabalhos extraordinarios que alli se tem accumulado por occasião da extinção de Tribunaes e abolição de Conventos”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: reconfiguração; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
23	(Sem entidade, 1844)	Portaria, 1844-05-29	“Portaria declarando a quem incumbe fazer a reforma do Registo Civil de um Cartorio de um Regedor de Parochia que se incendiou”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: recetação; arquivo do arquivo: revidação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
24	(Sem entidade, 1845)	Portaria, 1845-08-30	“Portaria recommendando a guarda da Legislação remittida ás Repartições em os seus competentes archivos”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: recetação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
25	(Ministério da Justiça, 1850)	Portaria, 1850-02-18	“Portaria (pelo Ministerio da Justiça-Inedita) dizendo que os Diarios do Governo que se remetem ás Delegações das Procuradorias Regias em vez da Collecção de Leis pertencem ao archivo dos respectivos Juizos de Direito”	Régio: D. Maria II	Extinto	anarquivismo: recetação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
26	(Ministério da Guerra, 1850)	Regulamento, 1850-10-09	“Regulamento (pelo Ministerio da Guerra-Diario do Governo n.º 262) estabelecendo a competencia e serviço do Archivo Militar”	Régio: D. Maria II	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
27	(Ministério da Guerra, 1854)	Portaria, 1854-01-19	“Portaria (pelo Ministério da Guerra-Diario do Governo n.º 28) regulando a entrega dos cartorios judiciais por ocasião da nova divisão territorial”	Régio: D. Fernando II	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
28	(Ministério da Justiça, 1855)	Decreto, 1855-11-27	“Decreto (pelo Ministério da Justiça-Diario do Governo nº 292) regulando a entrega dos Cartorios dos Escrivães e Tabelliães por ocasião da nova divisão do territorio decretada em 24 de Outubro precedente.”	Régio: D. Fernando II	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
29	(Ministério da Marinha, 1856)	Portaria, 1856-10-24	“Portaria (pelo Ministério da Marinha-Inedita) mandando vender em Macau a casa do Estado em que residia o Juiz de Direito e providenciando sobre o local para audiencias e cartorios dos Escrivães . Supp”	Régio: D. Pedro V	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
30	(Ministério da Guerra, 1861)	Ordem, 1861-09-26	“Ordem do exercito n.º 22 (pelo Ministério da Guerra- Diario de Lisboa n.º 221 de 1 de outubro) recomendando a exactidão das informações periódicas de capacidade para o serviço militar mandando inspeccionar os archivos das praças e regulando o transporte da familia dos officiaes”	Régio: D. Pedro V	Extinto	anarquismo: recetação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
31	(Ministério da Justiça, 1862)	Decreto, 1862-10-02	“Decreto (pelo Ministério da Justiça-Diario de Lisboa n.º 238 de 21) transferindo e incorporando no archivo nacional os archivos o cartorios de todas as igrejas e corporações religiosas”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
32	(Ministério da Fazenda, 1863)	Lei , 1863-05-28	“Lei (pelo Ministerio da Fazenda- Diario de Lisboa n.º 120 de 30) mandando que se vendesse uma casa da fazenda publica aonde na cidade do Porto funcionavam as tres varas civeis e mandando que o producto fosse empre-	Régio: D. Luís	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			gado na mobilia e arranjo d'estes tribunales dos criminaes e da praça dos leilões e cartorios de todos os respectivos escrivães dentro do extincto convento de S. João Novo da dita cidade”			
33	(Ministério do Reino, 1863a)	Lei , 1863-07-14	“Lei (pelo Ministerio do Reino- Diario de Lisboa n.º 168 de 31) auctorisando a despeza de 1:800\$000 réis na transferencia para a torre do Tombo dos cartorios de todas as igrejas e corporações religiosas”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquivismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
34	(Ministério do Reino, 1863b)	Portaria, 1863-08-18	“Portaria (pelo Ministerio do Reino-inedita) declarando ao governador civil de Vizeu que os juizes ordinarios não podiam fazer parte das commissões de recenseamento nem os escrivães das camaras municipaes ter os cartorios e archivos fóra dos paços municipaes.....Supp.”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquivismo: recetação; arquivo do arquivo: revidação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
35	(Ministério do Reino, 1867)	Decreto, 1867-12-10	“Decreto (Ministerio do Reino- Diario de Lisboa n.º 281) dando instrucções para serem eleitas as camaras municipaes dos novos concelhos para estes se-constituirem e para se fazer a entrega dos archivos dos concelhos extinctos etc”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquivismo: reapropriação; arquivo do arquivo: restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
36	(Ministério da Guerra, 1868)	Decreto, 1868-12-23	“Decreto (Ministerio da Guerra-Diario de Lisboa n.º 295) organisando o deposito da guerra reunindo a elle o instituto geographico e o archivo militar”	Régio: D. Luís	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
37	(Ministério da Guerra, 1869)	Decreto, 1869-03-24	“Decreto (Ministerio da Guerra- Diario do governo n.º 72) plano da organização do archivo do corpo de engenheiros”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquivismo: reapropriação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
38	(Ministério das Obras Públicas, 1869)	Decreto, 1869-12-18	“Decreto (Ministerio das Obras Publicas-Diario do governo n.º 294) extinguindo o deposito geral da guerra e o archivo do	Régio: D. Luís	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			corpo de engenharia e creando a direcção geral dos trabalhos geodesicos topographicos hydrographicos e geologicos do reino”			
39	(Ministério da Guerra, 1870)	Portaria, 1870-10-17	“Portaria (Ministerio da Guerra- Diario do governo n.º 243) providenciando sobre a conclusão do tomo das propriedades militares o estabelecendo formalidades para a concessão d'ellas”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquismo: recetação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
40	(Ministério do Reino, 1882)	Portaria, 1881-08-02	“Portaria (Ministerio do Reino- Diario do governo n.º 171) dando providencias para o caso de se terem subtrahido dos archivos das camaras os recenseamentos eleitoraes”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquismo: recetação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
41	(Ministério do Reino, 1887b)	Lei, 1887-08-25	“Lei (Ministerio do Reino- Diario do governo n.º 194 de 1 setembro) auctorizando o governo a decretar uma organização geral dos archivos e das bibliothecas pertencentes ao estado e a reformar a legislação concernente a estes estabelecimentos”	Régio: D. Luís	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
42	(Ministério do Reino, 1887a)	Decreto, 1887-12-29	“Decreto (Ministerio do Reino- Diario do governo n.º 1 de 2 de janeiro de 1888) creando uma inspecção geral de bibliothecas e archivos publicos e reorganizando o real archivo da Torre do Tombo a bibliotheca municipal de Lisboa e a bibliotheca publica de Evora (Erratas no Diario do governo n.º 3)”	Régio: D. Luís	Extinto	anarquismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
43	(Ministério do Reino, 1901)	Decreto, 1901-11-24	“Decreto (Ministerio do Reino- Diario do Governo n.º 294 de 28 de dezembro) reorganizando o serviço das bibliotecas e archivos nacionaes e respectiva inspecção (Erratas nos Diarios do Governo n.º 14 e 18 de janeiro de 1902)”	Régio: D. Carlos I	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
44	(Ministério do Reino, 1902a)	Decreto, 1902-06-14	“Decreto (Ministerio do Reino- Diario do	Régio: D. Carlos I	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico:

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			Governo n.º 139 de 26 de junho) aprovando o regulamento do Real Archivo da Torre do Tombo”			reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
45	(Ministério do Reino, 1902b)	Decreto, 1902-08-23	“Decreto (Ministerio do Reino- Diario do Governo n.º 191 de 27 de agosto) aprovando e mandando executar o regulamento do conselho administrativo das bibliothecas e archivos nacionaes”	Régio: D. Carlos I	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
46	(Ministério do Interior, 1911)	Decreto, 1911-03-21	“Decreto com força de lei de 18 de março reorganizando os serviços das bibliotecas e archivos nacionaes dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria Superior e Especial”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ;
47	(Ministério do Fomento, 1911)	Decreto, 1911-05-10	“Decreto com força de lei de 10 de maio reorganizando o arquivo geral e biblioteca do Ministerio do Fomento”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: restauração; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ;
48	(Ministério das Colónias, 1911a)	Decreto, 1911-11-13	“Organizando os serviços da biblioteca e arquivo geral da Direcção Geral das Colónias”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ;
49	(Ministério das Colónias, 1911b)	Decreto, 1911-11-13	“Nomeando uma comissão para coligir todos os documentos que interessem à história e à administração colonial existentes no arquivo do Ministério das Colónias”	I República	Extinto	cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
50	(Direcção Geral do Comércio e Indústria, 1912)	Decreto, 1912-02-24	“Mandando que o arquivo dos documentos referentes ao serviço de propriedade industrial seja instalado no edificio da Repartição da Propriedade Industrial”	I República	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
51	(Ministério da Justiça, 1912b)	Portaria, 1912-04-20	“Portaria de 18 de Abril mandando que os papéis e arquivo do extinto terceiro officio de escrivão notário da comarca de Carrazeda de Anciães sejam divididos pelos dois restantes cartórios”	I República	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
52	(Ministério da Justiça, 1912a)	Decreto, 1912-10-16	“Decreto de 12 de Outubro, determinando a transferência para o Arquivo Naci-	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ;

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			onal de todos os documentos pertencentes a tribunais, repartições e estabelecimentos do Estado que não forem necessários ao respectivo serviço e expediente”			
53	(Ministério da Justiça, 1912a)	Decreto, 1912-10-16	“Decreto de 12 de Outubro determinando a transferência para o Arquivo Nacional de todos os livros de notas dados por findos em 31 de Dezembro de 1870 existentes nos cartórios dos notários de Lisboa e seu termo”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>in situ</i> ;
54	(Ministério do Interior, 1913b)	Portaria, 1913-03-20	“Portaria de 19 de Março encarregando o chefe da contabilidade da Secretaria Geral das Bibliotecas de proceder a uma sindicância ao arquivo do Ministério do Interior”	I República	Extinto	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: meta-arquivo, revidação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
55	(Ministério do Interior, 1913a)	Decreto, 1913-09-10	“Decreto de 6 de Setembro aplicando uma pena disciplinar ao amanuense-arquivista do Ministério do Interior.”	I República	Extinto	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: meta-arquivo, revidação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
56	(Ministério da Justiça e dos Cultos, 1915)	Decreto n.º 1539, 1915-04-28	“Decreto n.º 1539 determinando que o Posto Antropométrico Central de Lisboa passe a denominar-se Arquivo Central de Identificação e Estatística Criminal”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
57	(Ministério de Instrução Pública, 1915b)	Decreto n.º 1659, 1915-06-15	“Decreto n.º 1659 determinando que o arquivo existente no antigo Convento da Estrêla fique constituindo um anexo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo sob a designação de «Arquivo dos Feitos Findos»”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
58	(Ministério de Instrução Pública, 1916a)	Decreto n.º 2225, 1916-02-18	“Decreto n.º 2225 criando um novo arquivo com sede no edifício do extinto paço patriarcal de S. Vicente para instalação de livros de registos paroquiais”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
59	(Ministério de Instrução Pública, 1916c)	Decreto n.º 2858, 1916-11-29	“Decreto n.º 2858 criando na cidade de Bragança uma biblioteca pública e regulando a sua constituição”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
60	(Ministério de Instrução Pública, 1916d)	Decreto n.º 2859, 1916-11-29	“Decreto n.º 2859 criando um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Évora e regulando a sua constituição”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
61	(Ministério de Instrução Pública, 1916e)	Nova Publicação (Rectificação) de 1916-12-08	“Nova publicação rectificadora do decreto n.º 2859 sobre a criação de um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Évora”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
62	(Ministério do Fomento, 1917)	Decreto n.º 2948, 1917-01-23	“Decreto n.º 2948 determinando que os animais material de arquivo e escrita do extinto Posto Zootécnico do Gerez transitem para o novo Posto Zootécnico do Barroso”	I República	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
63	(Ministério de Instrução Pública, 1917a)	Decreto n.º 3286, 1917-08-11	“Decreto n.º 3286 criando anexo à Biblioteca Pública de Braga um Arquivo Distrital e regulando a sua constituição”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
64	(Ministério de Instrução Pública, 1917b)	Decreto n.º 3410, 1917-09-28	“Decreto n.º 3410 criando o Arquivo das Congregações destinado a recolher organizar e inventariar o espólio documental das congregações religiosas existentes em Portugal à data da proclamação da República”	I República	Extinto	arquivo do arquivo: restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
65	(Ministério de Instrução Pública, 1918)	Decreto n.º 4311, 1918-05-29	“Decreto n.º 4311 concedendo autonomia administrativa ao Arquivo Nacional”	I República, República Nova	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
66	(Secretaria de Estado de Instrução Pública, 1918)	Portaria n.º 1428, 1918-07-02	“Portaria n.º 1428 inserindo várias disposições acerca das instalações da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga e do Museu D. Diogo de Sousa e Liceu Central de Sá de Miranda da mesma cidade e encarregando uma comissão da direcção e administração dos referidos trabalhos”	I República, República Nova	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
67	(Secretaria de Estado da Justiça e dos Cultos, 1918)	Decreto n.º 4837, 1918-09-25	“Decreto n.º 4837 inserindo o regulamento do Arquivo de Identificação”	I República, República Nova	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
68	(Direcção Geral do Ensino)	Decreto n.º 5787-TTT, 1919-05-10	“Decreto n.º 5787-TTT determinando que a Biblioteca Pública de Braga fique a	I República, Presidência Constitucional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone ar-

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
	Superior, 1919)		cargo da Junta Geral do distrito de Braga e que o Arquivo Distrital anexo à Biblioteca Pública da mesma cidade continue a cargo da referida Junta Geral”			quívístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ;
69	(Ministro da Guerra, 1921)	Decreto n.º 7723, 1921-10-04	“Decreto n.º 7723 aprovando e pondo em execução o regulamento para a organização do Arquivo Histórico Militar”	I República, Presidência Constitucional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção <i>e situ</i>
70	(Ministério da Guerra, 1921)	Nova Publicação (Rectificação) de 1921-10-14	“Nova publicação rectificadora do decreto n.º 7723 pondo em execução o regulamento para a organização do Arquivo Histórico Militar”	I República, Presidência Constitucional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção <i>e situ</i>
71	(Ministério da Marinha, 1921)	Portaria n.º 2984, 1921-12-07	“Portaria n.º 2984 constituindo a secretaria e arquivo do estado maior da armada”	I República, Presidência Constitucional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
72	(Ministério do Comércio e Comunicações, 1924)	Portaria n.º 3875, 1924-01-22	“Manda entregar a várias entidades os depósitos de mercadorias warrantadas mobiliário de secretaria e o arquivo do extinto Armazém Geral Industrial de Évora e os utensílios de seu uso privativo – Define a situação de um amanuense e dispensa do serviço o pessoal jornalheiro do extinto armazém”	I República, Presidência Constitucional	Extinto	anarquivismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
73	(Ministério da Guerra, 1924)	Decreto n.º 9499, 1924-03-14	“Altera o regulamento para a organização do Arquivo Histórico Militar”	I República, Presidência Constitucional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção <i>e situ</i>
74	(Ministério da Justiça e dos Cultos, 1926a)	Decreto n.º 11621, 1926-04-28	“Cede à Câmara Municipal do Porto o pavimento superior do Claustro da Sé ou seja a antiga Sala Capitular para a instalação do Arquivo Histórico da Cidade”	II República, Ditadura Militar	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
75	(Ministério das Finanças, 1926)	Decreto n.º 12150, 1926-08-20	“Confia à 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a guarda e conservação do arquivo da comissão parlamentar de inquérito ao extinto Ministério dos Abastecimentos e Transportes dissolvida	II República, Ditadura Militar	Extinto	anarquivismo: reapropriação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			pele decreto n.º 11711”			
76	(Ministério da Justiça e dos Cultos, 1926b)	Decreto n.º 12202, 1926-08-26	“Reorganiza os serviços do Arquivo de Identificação regula a passagem do bilhete de identidade e estabelece as vantagens que nos cartórios notariais e repartições públicas ficam disfrutando os seus possuidores”	II República, Ditadura Militar	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
77	(Ministério de Instrução Pública, 1927)	Decreto n.º 13724, 1927-05-27	“Reorganiza os serviços das bibliotecas eruditas e arquivos. Estabelece normas para o serviço de catalogação. Fixa os programas das cadeiras especiais do curso superior de bibliotecário-arquivista.”	II República, Ditadura Militar	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> .
78	(Ministério de Instrução Pública, 1928)	Decreto n.º 15111, 1928-03-05	“Determina que a Biblioteca Erudita e o Arquivo Distrital de Leiria actualmente instalados no antigo paço episcopal da cidade passem para o edifício do Asilo dos Velhos cedido pela Junta Geral do Distrito”	II República, Ditadura Militar	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
79	(Ministério da Guerra, 1928)	Decreto n.º 16261, 1928-12-20	“Encorpora o arquivo do Corpo Expedicionário Português no Arquivo Histórico Militar”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
80	(Ministério da Marinha, 1929)	Decreto n.º 16719, 1929-04-12	“Manda passar da Direcção Geral da Marinha para a Superintendência dos Serviços da Armada o Arquivo Geral da Marinha”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ;
81	(Ministério de Instrução Pública, 1930a)	Decreto n.º 18323, 1930-05-14	“Transfere o Arquivo das Congregações Religiosas do edifício do Quelhas para o Palácio da Ajuda junto da respectiva biblioteca pública”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
82	(Ministério da Guerra, 1930)	Decreto n.º 18385, 1930-05-26	“Aprova o regulamento do Arquivo Geral do Ministério da Guerra”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
83	(Ministério de Instrução Pública, 1930b)	Decreto n.º 18769, 1930-08-20	“Determina que os documentos manuscritos de merecimento histórico bem como os móveis e livros que forem adequados do Arquivo das Congregações	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			Religiosas sejam recolhidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo”			
84	(Ministério de Instrução Pública, 1930c)	Decreto n.º 18945, 1930-10-20	“Autoriza o delegado especial do Governo nos Açores a colocar na Inspeção do Círculo Escolar da Horta um professor efectivo do ensino primário elementar pelo tempo indispensável para a reconstituição do arquivo daquela Inspeção”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
85	(Ministério da Justiça e dos Cultos, 1930)	Decreto n.º 19037, 1930-11-14	“Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 11621 que cede à Câmara Municipal do Porto para instalação do Arquivo Histórico da Cidade a denominada «sala capitular» no pavimento superior do claustro da Sé Catedral da mesma cidade”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
86	(Ministério das Colónias, 1931)	Decreto n.º 19868, 1931-06-09	“Cria no Ministério das Colónias o Arquivo Histórico Colonial”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
87	(Ministério de Instrução Pública, 1931a)	Decreto n.º 19952, 1931-06-27	“Remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais bem como da respectiva Inspeção”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
88	(Ministério de Instrução Pública, 1931g)	Portaria n.º 7156, 1931-07-21	“Determina que o Arquivo Distrital do Porto seja instalado provisoriamente nas dependências do Liceu de Alexandre Herculano destinadas a habitação do reitor”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	anarquismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
89	(Ministério de Instrução Pública, 1931f)	Nova Publicação (Rectificação), 1931-07-30	“Nova publicação rectificadora do decreto n.º 19.952 que remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais bem como da respectiva Inspeção”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
90	(Ministério de Instrução Pública, 1931b)	Decreto n.º 20484, 1931-11-07	“Manda entregar à Junta Geral do distrito de Ponta Delgada a Biblioteca Pública e cria junto à mencionada Biblioteca um arquivo distrital”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
91	(Ministério das Finanças, 1931)	Decreto n.º 20567, 1931-12-02	“Manda inscrever uma verba no orçamento do Ministério para o corrente ano	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone ar-

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			económico destinada à instalação do Arquivo Distrital do Porto”			quívístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
92	(Ministério de Instrução Pública, 1931c)	Decreto n.º 20577, 1931-12-03	“Regula as condições de funcionamento do Arquivo Municipal de Guimarães”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
93	(Ministério de Instrução Pública, 1931d)	Decreto n.º 20654, 1931-12-22	“Reforça uma verba do orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico destinada à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
94	(Ministério de Instrução Pública, 1931e)	Decreto n.º 20690, 1931-12-30	“Regula as condições de funcionamento do Arquivo distrital do Funchal”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
95	(Ministério de Instrução Pública, 1932a)	Decreto n.º 20803, 1932-01-22	“Cria em Viseu um Tesouro de Arte Sacra e um arquivo distrital”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
96	(Ministério de Instrução Pública, 1932d)	Nova Publicação (Rectificação), 1932-06-04	“Nova publicação rectificadora dos artigos 1.º e 4.º do decreto n.º 20577 que regula as condições de funcionamento do Arquivo Municipal de Guimarães”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
97	(Ministério de Instrução Pública, 1932c)	Nova Publicação (Rectificação), 1932-08-29	“Nova publicação rectificadora do artigo 189.º do decreto n.º 19952 que remodela os serviços das bibliotecas e arquivos nacionais bem como da respectiva Inspeção”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
98	(Ministério de Instrução Pública, 1932b)	Decreto n.º 21682, 1932-09-23	“Determina que fiquem a cargo da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a inspeção e a direcção superior dos serviços de inventário dos arquivos e bibliotecas do Estado e cria na referida Inspeção Geral uma comissão de catalogação”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação
99	(Ministério de Instrução Pública, 1933a)	Decreto n.º 22189, 1933-02-13	“Cria em Portalegre um arquivo distrital directamente subordinado à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e destinado a recolher instalar inventariar e facilitar à consulta dos estudiosos os núcleos	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			documentais descritos no § 1.º do artigo 26.º do decreto n.º 19.952”			
100	(Ministério de Instrução Pública, 1933b)	Decreto n.º 22285, 1933-03-08	“Torna extensivo à Biblioteca Pública Municipal do Porto e às bibliotecas e arquivos provinciais o direito de opção em todos os leilões de livros manuscritos estampas moedas medalhas e cartas geográficas realizados na sede do distrito a que pertencem sem prejuízo da prioridade concedida em todos os casos à Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Torre do Tombo”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
101	(Ministério de Instrução Pública, 1933c)	Portaria n.º 7588, 1933-05-30	“Aprova as instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas”	II República, Ditadura Nacional	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação
102	(Ministério das Colónias, 1934a)	Decreto-Lei n.º 23436, 1934-01-03	“Torna extensivo ao Arquivo Histórico Colonial e à biblioteca e arquivo da Comissão de Cartografia o direito de opção concedido à Biblioteca Nacional em todos os leilões de livros manuscritos históricos literários e científicos correspondência autógrafa estampas moedas e cartas geográficas realizados em Lisboa e no Porto sem prejuízo da prioridade sempre e em todos os casos assegurada à Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Torre do Tombo”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
103	(Ministério das Colónias, 1934b)	Decreto-Lei n.º 23745, 1934-04-07	“Determina que pelo Arquivo Histórico Colonial seja iniciada imediatamente a publicação de uma Coleção dos clássicos da expansão portuguesa no mundo”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reconfiguração, representação eufémica; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
104	(Ministério de Instrução Pública, 1934)	Decreto-Lei n.º 23808, 1934-04-28	“Inscreve no orçamento do Ministério a verba destinada a ocorrer aos encargos	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reapropriação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			resultantes da compra de uma colecção de manuscritos que pertenceram ao arquivo de D. António Prior do Crato”			
105	(Ministério da Justiça, 1934)	Portaria n.º 7907, 1934-10-27	“Determina que aos membros da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais aos funcionários da sua secretaria privativa e às comissões daquela delegadas quando em serviço da mesma Comissão sejam concedidas pelos notários conservadores do registo predial e demais detentores de arquivos públicos todas as facilidades para consulta directa dos respectivos arquivos”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, revidação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
106	(Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1935)	Decreto n.º 25044, 1935-02-13	“Cria a Comissão dos Arquivos Diplomáticos Portugueses”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ;
107	(Ministério da Justiça, 1936)	Portaria n.º 8507, 1936-08-11	“Extingue a primeira secção que vagar na secretaria judicial da comarca de Ponte do Lima e determina que o respectivo arquivo seja distribuído pelas secções que ficarem subsistindo”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquívismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
108	(Ministério das Finanças, 1937a)	Decreto-Lei n.º 27510, 1937-02-04	“Autoriza a Alfândega de Lisboa a realizar com a Administração Geral do Porto de Lisboa um contrato de arrendamento do armazém K do Entrepósito Colonial para a instalação provisória do arquivo da mesma Alfândega”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquívismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
109	(Ministério das Finanças, 1937b)	Decreto-Lei n.º 28187, 1937-11-17	“Reorganiza o arquivo da Direcção Geral da Fazenda Pública”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquívismo: reconfiguração; arquivo do arquivo: meta-arquivo; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
110	(Ministério da Justiça, 1941)	Portaria n.º 9765, 1941-03-27	“Extingue a 3.ª secção da secretaria judicial do 2.º juízo criminal da comarca do Porto devendo o seu arquivo ser distribuído pelas duas secções que ficam subsistindo – Determina que o ajudante da mesma secção bem como o respectivo	II República, Estado Novo	Extinto	anarquívismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			oficial de diligências fiquem na situação de funcionários sem secção prestando o serviço que lhes for incumbido pelo chefe da secretaria do tribunal”			
111	(Ministério das Colónias, 1945)	Portaria n.º 10921, 1945-04-10	“Abre um crédito destinado aos trabalhos de reconstituição do Arquivo do Registo Criminal destruído por um incêndio e à instalação da delegação da Procuradoria da República da comarca de Sotavento na colónia de Cabo Verde”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: restauração; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
112	(Ministério das Colónias, 1947)	Decreto-Lei n.º 36265, 1947-05-06	“Estabelece os preceitos a seguir na reforma ou reconstituição de livros autos documentos e outros papéis que pertenciam aos arquivos públicos e aos dos corpos ou corporações administrativas da colónia de Timor destruídos ou desaparecidos durante a ocupação estrangeira de 1942 a 1945”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: restauração; proveniência territorial: criação <i>extra situs</i> ;
113	(Ministério da Marinha, 1948)	Decreto n.º 36784, 1948-03-09	“Determina que toda a correspondência com mais de cinco anos que não possa ser convenientemente arquivada a bordo dos navios da armada seja entregue no Arquivo da Marinha”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
114	(Ministério da Educação Nacional, 1948)	Decreto-Lei n.º 36842, 1948-04-20	“Cria na cidade de Angra do Heroísmo um arquivo distrital directamente subordinado à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
115	(Ministério da Justiça, 1948a)	Portaria n.º 12604, 1948-11-01	“Extingue o lugar de notário na freguesia de Vila Praia de Âncora do concelho de Caminha e transfere o arquivo do respectivo cartório para o da sede do mesmo concelho”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
116	(Ministério da Justiça, 1948b)	Portaria n.º 12607, 1948-11-02	“Extingue o lugar de notário na freguesia de Pico de Regalados do concelho de Vila Verde e transfere o	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			arquivo do respectivo cartório para a secretaria notarial da sede do mesmo concelho”			
117	(Ministério da Justiça, 1949a)	Portaria n.º 12771, 1949-03-31	“Extingue o lugar de notário presentemente vago na sede do concelho de Tavira e transfere o arquivo do respectivo cartório para o outro existente na sede do mesmo concelho”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
118	(Ministério da Justiça, 1949b)	Portaria n.º 13001, 1949-12-06	“Extingue o lugar de notário vago no concelho da Figueira da Foz e cria na mesma cidade a secretaria notarial para onde será transferido o arquivo do cartório extinto”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
119	(Ministério das Obras Públicas, 1950)	Decreto-Lei n.º 37756, 1950-02-20	“Extingue em 28 de Fevereiro de 1950 a Junta do Rio Mondego e transfere para a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos os arquivos móveis e demais pertences da referida Junta”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
120	(Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1950)	Portaria n.º 13152, 1950-05-09	“Manda remeter para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo as colecções e códices anteriores a 1852 existentes no Arquivo Geral e mais documentos que forem considerados desnecessários aos serviços do Ministério”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
121	(Ministério das Obras Públicas, 1951)	Decreto-Lei n.º 38196, 1951-03-09	“Extingue a Comissão de Pontes que funciona anexa à Junta Autónoma de Estradas e transfere as suas atribuições e os seus arquivo aparelhagem e mais pertences para o Laboratório de Engenharia Civil”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
122	(Ministério das Colónias, 1951)	Decreto-Lei n.º 38214, 1951-03-28	“Autoriza o Arquivo Histórico Colonial a cobrar pelos trabalhos de cópias ou certidões de documentos execução de fotocópias reproduções fotográficas e microfotográficas ou suas ampliações as taxas que forem estabelecidas por despacho dos	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			Ministros das Colónias e das Finanças”			
123	(Ministérios da Justiça e do Ultramar, 1952)	Decreto-Lei n.º 38662, 1952-02-29	“Cria nas províncias ultramarinas secções do Arquivo de Identificação e regula a concessão e passagem de bilhetes de identidade – Revoga a partir da vigência das portarias que regulamentarem este diploma a legislação em vigor nas mesmas províncias sobre a concessão do bilhete de identidade”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: criação <i>extra situs</i> ;
124	(Ministério da Marinha, 1953)	Decreto-Lei n.º 39444, 1953-11-21	“Determina que regressem ao património do Ministério da Marinha os livros de inscrição de oficiais da Armada (livros-mestres) anteriores a 1874 que foram incorporados no Arquivo Histórico Colonial”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
125	(Ministério da Educação Nacional, 1956)	Decreto-Lei n.º 40574, 1956-04-16	“Cria no Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo que passa a ter a designação de Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo uma biblioteca pública”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
126	(Ministério do Ultramar, 1958)	Decreto n.º 42030, 1958-12-18	“Inserir disposições relativas ao funcionamento do Arquivo Histórico de Moçambique e do Museu Histórico Militar da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
127	(Ministério do Ultramar, 1961)	Decreto n.º 43564, 1961-03-27	“Cria com sede na cidade da Praia província ultramarina de Cabo Verde o Centro de Estudos de Cabo Verde e define as suas atribuições”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: criação <i>extra situs</i> ;
128	(Ministério da Justiça, 1962)	Portaria n.º 19335, 1962-08-10	“Estabelece a partir de 1 de Setembro próximo para os fins do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 41077 a área de competência territorial da secção central e de cada subsecção do Arquivo de Identificação”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
129	(Ministério da Educação Nacional, 1965)	Decreto-Lei n.º 46350, 1965-05-22	“Inserir disposições relativas ao funcionamento das bibliotecas e arquivos”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquívismo: reapropriação; arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção e <i>situ</i> ,
130	(Ministério da Justiça, 1965)	Decreto-Lei n.º 46459, 1965-07-28	“Cria nas secretarias-gerais dos tribunais das comarcas de Lisboa e do Porto uma secção central de informações e arquivo”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
131	(Ministério do Ultramar, 1969)	Decreto n.º 49047, 1969-06-07	“Cria em S. Tomé e Príncipe integrado nos Serviços de Educação o Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
132	(Ministério da Marinha, 1971)	Decreto-Lei n.º 538/71, 1971-12-04	“Introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 42840 que criou o Arquivo Geral da Marinha e regulou o seu funcionamento”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
133	(Presidência do Conselho, 1972)	Decreto-Lei n.º 29/72, 1972-01-24	“Torna extensivo à generalidade dos serviços de natureza pública, estabelecendo as normas para a sua uniformização, o uso da microfilmagem dos documentos em arquivo, com a consequente inutilização dos respectivos originais”	II República, Estado Novo	Extinto	anarquívismo: reconfiguração; arquivo do arquivo: meta-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ,
134	(Ministério do Exército, 1973)	Decreto n.º 123/73, 1973-03-24	“Aprova o Regulamento do Arquivo Histórico-Militar”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
135	(Ministério da Educação Nacional, 1973)	Portaria n.º 481/73, 1973-07-13	“Manda publicar o guia de cada um dos arquivos distritais do País”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação
136	(Ministério do Ultramar, 1973)	Decreto-Lei n.º 583/73, 1973-11-06	“Define a natureza atribuições e competência da Junta de Investigações Científicas do Ultramar”	II República, Estado Novo	Extinto	arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
137	(Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975)	Decreto n.º 206/75, 1975-04-17	“Aprova, para ratificação, o Tratado entre a Índia e Portugal Relativo ao Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli e Assuntos Correlativos”	III República, Presidência Militar, IV Governo Provisório de Portugal	Em vigor	anarquívismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção e <i>situ</i> ,
138	(Presidência do Conselho de Ministros, 1975)	Rectificação, 1975-05-08	“Ao Decreto n.º 206/75, de 17 de Abril”	III República, Presidência Militar, IV Governo Provisório de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ;

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
139	(Presidência do Conselho de Ministros, 1977)	Decreto-Lei n.º 429/77, 1977-10-15	“Estabelece normas relativas à salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas”	III República, I Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquívismo: recetação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ,
140	(Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira, 1978)	Decreto Regional n.º 14/78/M, 1978-03-10	“Determina que na Região Autónoma da Madeira seja o Governo Regional a exercer os poderes que o Decreto-Lei n.º 429/77 de 15 de Outubro confere ao Secretário de Estado da Cultura (arquivos de empresas privadas)”	III República, I Governo Regional da Madeira	Em vigor	anarquívismo: recetação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ,
141	(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério dos Assuntos Sociais, 1980)	Despacho Normativo n.º 118/80, 1980-04-10	“Extingue a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Criança e define as entidades que terão de proceder à conclusão das operações administrativas e financeiras pendentes à data de 31 de Março de 1980 e bem assim a quem será entregue o respectivo arquivo e documentação técnica”	III República, VI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquívismo: reapropriação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
142	(Presidência do Conselho de Ministros, 1980)	Decreto-Lei n.º 287/80, 1980-08-16	“Transfere para a Região Autónoma da Madeira a superintendência do Arquivo Distrital do Funchal”	III República, VI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
143	(Presidência do Conselho de Ministros, 1981)	Decreto-Lei n.º 77/81, 1981-04-18	“Decreto-Lei n.º 77/81, de 18 de abril, que transfere para as instalações da Biblioteca Nacional os chamados «Arquivo Salazar» e «Arquivo Marcelo Caetano”	III República, VII Governo Constitucional de Portugal	Revogado	anarquívismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
144	(Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983a)	Decreto-Lei n.º 149/83, 1983-04-05	“Define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas”	III República, VIII Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
145	(Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983b)	Decreto-Lei n.º 286/83, 1983-06-21	“Determina a incorporação do arquivo do Conselho da Revolução no Arquivo Nacional da Torre do Tombo”	III República, VIII Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
146	(Presidência do Conselho de Ministros, 1984)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/84, 1984-08-27	“Declara o interesse nacional da construção de um edifício destinado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o carácter altamente prioritário do empreendimento no plano geral das obras do Estado”	III República, IX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
147	(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Justiça e da Cultura, 1985)	Decreto-Lei n.º 33/85, 1985-01-31	“Estabelece normas sobre o acesso da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista a todos os arquivos e documentos que permitam esclarecer o que foi o regime fascista em Portugal”	III República, IX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquismo: reconfiguração, representação eufémica; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação;
148	(Ministério da Cultura, 1985a)	Decreto-Lei n.º 206/85, 1985-06-26	“Dá nova redação ao artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 149/83, de 5 de Abril, que define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas”	III República, IX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
149	(Ministério da Educação e Cultura, 1986a)	Decreto-Lei n.º 156/86, 1986-06-24	“Cria na dependência da Reitoria da Universidade do Porto a Biblioteca Geral e de Arquivo da Universidade do Porto (BIGAUP)”	III República, X Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
150	(Ministério da Educação e Cultura, 1986b)	Decreto-Lei n.º 287/86, 1986-09-06	“Estabelece a dependência definitiva e exclusiva da Biblioteca Geral e do Arquivo da Universidade de Coimbra em relação ao Ministério da Educação e Cultura”	III República, X Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
151	(Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1987)	Aviso, 1987-12-31	“Torna público ter sido assinado em Moscovo, em 24 de Novembro de 1987, um Convénio, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sobre a Procura e Devolução de Materiais de Arquivo das Antigas Representações de Portugal na Rússia e das Antigas Representações da Rússia em Portugal”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
152	(Presidência do Conselho de Ministros, 1988a)	Decreto-Lei n.º 152/88, 1988-04-29	“Cria o Instituto Português de Arquivos”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Revogado	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
153	(Presidência do Conselho de Ministros, 1988b)	Decreto-Lei 447/88, 1988-12-10	“Regula a pré-arquivagem de documentação. Revoga o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
154	(Assembleia da República, 1991)	Lei n.º 4/91, 1991-01-17	“Extinção do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquívismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
155	(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 1991)	Portaria n.º 111/91, 1991-02-07	“Determina que a Radiotelevisão Portuguesa E. P. (RTP) conserve em arquivo e nas melhores condições de utilização os registos classificados como de interesse público”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
156	(Presidência do Conselho de Ministros, 1991a)	Decreto-Lei n.º 279/91, 1991-08-09	“Transfere os arquivos dos Profs. Salazar e Marcello Caetano para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e estabelece o respectivo regime de consulta”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquívismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
157	(Presidência do Conselho de Ministros, 1991b)	Decreto Regulamentar n.º 52/91, 1991-10-08	“Cria o Arquivo Geral da Alta Autoridade contra a Corrupção”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
158	(Ministério das Finanças, 1991)	Decreto-Lei n.º 387/91, 1991-10-10	“Transfere para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo os processos individuais dos funcionários e agentes da ex-administração ultramarina e do ex-Ministério do Ultramar”	III República, XI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquívismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
159	(Assembleia da República, 1992)	Lei n.º 18/92, 1992-08-06	“Autorização ao Governo para legislar sobre o regime geral dos arquivos e do património arquivístico”	III República, XII Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização
160	(Presidência do Conselho de Ministros, 1993)	Decreto-Lei n.º 16/93, 1993-01-23	“Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico”	III República, XII Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção <i>e situ</i>
161	(Assembleia da República, 1995)	Resolução da Assembleia da República n.º 24/95, 1995-04-19	“Inquérito parlamentar sobre o eventual desvio de informações e documentos dos arquivos da PIDE/DGS para o KGB”	III República, XII Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquívismo: recetação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
162	(Ministério da Cultura, 1997b)	Decreto-Lei n.º 60/97, 1997-03-20	“Aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, do Ministério da Cultura”	III República, XIII Governo Constitucional de Portugal	Revogado	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
163	(Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2004)	Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/M, 1998-05-22	“Constitui o Arquivo Regional da Madeira como o órgão de gestão dos arquivos da	III República, VII Governo Regional da Madeira	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
			Região Autónoma da Madeira”			
164	(Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2001)	Portaria n.º 457/2001, 2001-05-08	“Aprova o Regulamento do Serviço de Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros”	III República, XIV Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção <i>e situ</i>
165	(Ministério da Cultura, 2001)	Despacho Normativo n.º 25/2001, 2001-05-30	“Aprova o Regulamento de Apoio aos Arquivos e Património de Fotografia”	III República, XIV Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
166	(Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2001)	Decreto Legislativo Regional n.º 17/2001/M, 2001-06-29	“Estabelece o regime de criação de arquivos intermédios a implementar nos serviços dependentes dos órgãos de governo da Região Autónoma da Madeira e organismos sob a sua tutela”	III República, VIII Governo Regional da Madeira	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
167	(Ministério da Cultura, 2002)	Decreto n.º 38/2002, 2002-11-18	“Determina a classificação de interesse nacional do arquivo da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado”	III República, XV Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
168	(Ministério da Cultura, 2003)	Decreto-Lei n.º 248/2003, 2003-10-08	“Altera o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 149/83, de 5 de Abril, que define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas”	III República, XV Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
169	(Ministério da Cultura, 2004)	Decreto-Lei n.º 47/2004, 2004-03-03	“Define o regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos”	III República, XV Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
170	(Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2007)	Decreto Legislativo Regional n.º 10/2007/A, 2007-04-20	“Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores”	III República, IX Governo Regional dos Açores	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> , remoção <i>e situ</i>
171	(Presidência do Governo Regional dos Açores, 2008)	Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2008/A, 2008-04-30	“Regulamenta o regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores”	III República, IX Governo Regional dos Açores	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
172	(Presidência do Conselho de Ministros, 2012b)	Decreto n.º 6/2012, 2012-04-11	“Classifica como bem de interesse nacional o arquivo da Tobis Portuguesa S. A.”	III República, XIX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
173	(Presidência do Conselho de Ministros, 2012a)	Decreto-Lei n.º 103/2012, 2012-05-16	“Aprova a orgânica da Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas”	III República, XIX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
174	(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 2012)	Portaria n.º 192/2012, 2012-06-19	“Fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas”	III República, XIX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
175	(Presidência do Governo Regional dos Açores, 2014)	Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2008/A de 30 de abril que regula o regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores”	“Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2008/A de 30 de abril que regula o regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores”	III República, XI Governo Regional dos Açores	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i> ;
176	(Assembleia da República, 2015)	Resolução da Assembleia da República n.º 97/2015, 2015-07-21	“Recomenda ao Governo a abertura de um inquérito que permita esclarecer o desaparecimento dos arquivos do EM-GFA, MDN e MNE da correspondência oficial entre estes organismos com referência à exportação de material de guerra para o Irão.”	III República, XIX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: meta-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
177	(Presidência do Conselho de Ministros, 2015b)	Resolução da Assembleia da República n.º 98/2015, 2015-07-21	“Recomenda ao Governo a salvaguarda do acervo documental do Fundo de Defesa Militar do Ultramar e a criação de um arquivo sobre Camarate digitalizado e disponibilizado online no site do Parlamento”	III República, XIX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>
178	(Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2015)	Decreto-Lei n.º 141/2015, 2015-07-31	“Procede à extinção, por fusão, do Instituto de Investigação Científica e Tropical, I. P., e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio, que aprova a orgânica da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas”	III República, XIX Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
179	(Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017)	Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 3/2017/M, 2017-01-12	“Recomenda ao Governo da República que tome as diligências necessárias para proceder à transferência dos documentos produzidos por instituições regionais que se encontram na Torre do Tombo, para o Arquivo Regional da Madeira”	XII Legislatura Regional da Região Autónoma da Madeira	Em vigor	anarquismo: recetação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
180	(Assembleia da República, 2018b)	Resolução da Assembleia	“Recomenda ao Governo a criação de	III República, XXI Governo	Em vigor	arquivo do arquivo: meta-arquivo, arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico:

#	Autor/ano	Título de diploma / data	Sumário	Contexto de produção	Vigoração	Categorias/subcategorias
		bleia da República n.º 79/2018, 2018-03-26	um Arquivo Sonoro Nacional”	Constitucional de Portugal		reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i>
181	(Assembleia da República, 2018a)	Resolução da Assembleia da República n.º 209/2018, 2018-07-24	“Recomenda ao Governo o reforço do financiamento do ANIM – Arquivo Nacional das Imagens em Movimento”	III República, XXI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação
182	(Presidência do Conselho de Ministros, 2019c)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2019, 2019-02-18	“Cria a equipa de instalação do Arquivo Nacional do Som”	III República, XXI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	anarquismo: reapropriação; arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação; proveniência territorial: remoção <i>e situ</i> ,
183	(Assembleia da República, 2019b)	Resolução da Assembleia da República n.º 76/2019, 2019-05-31	“Recomenda ao Governo a preservação do arquivo histórico da RTP – Madeira”	III República, XXI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, revidação; cânone arquivístico: revitalização
184	(Presidência do Conselho de Ministros, 2019b)	Decreto n.º 18/2019, 2019-07-16	“Classifica como bens arquivísticos de interesse nacional os 11 livros de Atas de Vereação do Conselho de Loulé (séculos XIV-XV) atualmente na posse da Câmara Municipal de Loulé através do seu arquivo municipal”	III República, XXI Governo Constitucional de Portugal	Em vigor	arquivo do arquivo: arqui-arquivo, restauração; cânone arquivístico: reunificação, revitalização; proveniência territorial: manutenção <i>in situ</i>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação. Dados da investigação: <<https://osf.io/q9yf4>>.